Rodrigo Antonio Alves Araújo

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO



PARAÍBA

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

-PARAÍBA-

RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

-PARAÍBA-

Primeira edição

Capa: Marcio Batista Monteiro.
Editoração Eletrônica: Rodrigo Antonio Alves Araújo
Autor : Rodrigo Antônio Alves Araújo

Araújo, Rodrigo Antônio Alves.
PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PARAÍBA/Rodrigo Antônio Alves Araújo-João Pessoa:, 2015.
609 p.; iI.; 21 cm.

Resumo: A obra traz definições, explicações, exemplos e críticas à Lei nº 10.094/13 (PAT/PB), com a finalidade precípua de contribuir para um melhor entendimento e aplicação das normas processuais tributárias no Estado da Paraíba, que veio disciplinar o Ordenamento Processual Tributário, o Processo Administrativo Tributário, bem como, dispôr sobre a Administração Tributária no âmbito da Secretaria de Estado da Receita.

ISBN

1. Processo Administrativo Tributário. 2. ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). 3. Instâncias administrativa de julgamento. 4. Contencioso Tributário. 5. Legislação Fiscal (Paraíba). I. Título.

CDU
CDD

APRESENTAÇÃO

Com o advento da Lei nº 10.094/2013, que se refere à lei do Processo Administrativo Tributário da Paraíba, estabeleceu-se uma legislação específica, haja vista as normas que disciplinavam o PAT/PB estarem até então, incluídas na própria Lei do ICMS/PB e RICMS/PB.

No caso da Paraíba, a lei mencionada veio disciplinar o Ordenamento Processual Tributário, o Processo Administrativo Tributário, bem como, dispôr sobre a Administração Tributária no âmbito da Secretaria de Estado da Receita, trazendo várias inovações, dentre elas citamos como exemplo: o fato de não haver mais a possibilidade de contestação e contra-razões por parte dos autores do feito, além de, no caso da revelia, os processos não mais serem analisados pelos órgãos julgadores de primeira instância de julgamento, sendo encaminhados diretamente para inscrição em dívida ativa sem qualquer apreciação.

Em face dessas e de outras inovações, além do acolhimento em parte do regramento utilizado anteriormente, achei necessário explicitar de maneira detalhada e fundamentada todo o arcabouço de normas que compõe o novo PAT/PB, trazendo definições, explicações, exemplos e críticas acerca dos novos dispositivos, com a finalidade precípua de contribuir para um melhor entendimento e aplicação das normas processuais tributárias no Estado da Paraíba.

Tendo este trabalho como objetivo principal tornar o estudo da processualística tributária simples e compreensível, com definições e considerações mais aprofundadas sobre determinados temas e um breve histórico sobre a evolução do Processo Administrativo Tributário no Brasil.

Além de trazer à colação a definição de termos jurídicos utilizados na labuta diária, bem como as traduções de termos jurídicos em latim, também trouxemos através de um Ementário, a transcrição de vários Acórdãos de minha lavra do Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba, resultado de 17 anos de experiência na função judicante

nos órgãos de julgamento de processos administrativos tributários da Paraíba, os quais demonstram o meu entendimento sobre diversos temas que são rotineiramente objeto de autuação e julgamento pelas instâncias administrativas paraibana.

Portanto, vejo com bons olhos a evolução de alguns conceitos e normas trazidos pela nova lei, que facilita e disciplina a vida dos que labutam diariamente na seara processual tributária e que realmente dão celeridade ao processo, com julgamentos mais céleres e procedimentos mais objetivos e claros. Porém, vejo com preocupação algumas inovações trazidas na nova lei do PAT/PB, as quais, na tentativa de dar celeridade ao processo, na nossa singela concepção, trazem prejuízos aos julgamentos realizados e a própria receita, além de outros dispositivos que são dúbios ou inaplicáveis, conforme será vislumbrado na leitura desse trabalho.

Todavia, independente dos pontos positivos ou negativos que vislumbramos na nova Lei do PAT/PB, temos que comemorar a existência de uma lei específica, que detalha os procedimentos processuais tributário da Paraíba, onde cada vez mais me convenço da importância dos órgãos julgadores para a sociedade, os quais devem ser independentes e imparciais, com a prolação de decisões justas, uniformes e coerentes, trazendo para sociedade a lídima justiça fiscal.

Outrossim, com a *devida venia*, vislumbramos que infelizmente, muitos administradores tributários de vários entes tributantes ainda não alcançaram a importância para a sociedade da necessidade da existência de órgãos julgadores de processos administrativos tributário independentes e autônomos, sem qualquer interferência política ou arrecadatória.

Nesse diapasão, entendo que uma justiça administrativa livre, justa, eficiente e com credibilidade, é aquela em que seus membros podem expressar livremente seu conhecimento através de seu entendimento quanto à matéria objeto do julgamento, de forma fundamentada e coerente, sem receio de proferir decisão que vai de encontro, muitas vezes, aos interesses arrecadatórios da Secretaria

da Fazenda, e sem medo da interferência indireta, através do uso inadequado do poder de nomeação e de exoneração dos julgadores e membros dos tribunais administrativos pela autoridade do poder executivo

Pois só dessa forma, com livre arbítrio, liberdade de expressar seus entendimentos e opiniões, desde que fundamentada, é que existirá uma evolução de cultura e aumento da credibilidade dos órgãos julgadores administrativos.

Dessa forma, em razão de almejar para o nosso Estado órgãos julgadores com credibilidade, independentes, imparciais e sem qualquer interferência política ou arrecadatória, além de normas processuais administrativas tributárias claras, objetivas e perfeitamente aplicáveis, é que resolvi escrever este livro, na tentativa de tornar a labuta diária na seara processual tributária mais amena e sem maiores percalços.

Onde, através de uma leitura simples e descomplicada, tento traduzir e explicitar o ordenamento processual tributário da Paraíba através de definições, explicações, exemplos e algumas críticas.

Assim sendo, desde já agradeço aos colegas que comigo compartilharam os seus conhecimentos, muitas vezes através de discussões acaloradas ou simplesmente em conversas informais, dentre esses, em especial aos colegas *João Lincoln Diniz Borges, Maria das Graças Donato de Oliveira Lima, Patrícia Márcia de Arruda Barbosa, Fernando Carlos da Silva Lima,* e um agradecimento especial ao meu irmão e colega de trabalho *Ramiro Antônio Alves Araújo*.

Boa leitura.

Rodrigo Antônio Alves Araújo

Dedico este livro a todos os meus irmãos que juntamente comigo, souberam aproveitar os ensinamentos de honestidade, perseverança, fé e o exemplo de vida a nós repassados por minha mãe Lindalva Alves e tia Elizabeth Alves, além de minhas filhas Mariah e Hanna.

Rodrigo Antônio Alves Araújo.

SUMÁRIO

1-A evolução histórica do processo..... **23**
2-A atividade jurisdicional na seara administrativa..... **24**
3-Controle jurisdicional no modelo da constituição brasileira. **25**
4-Os sistemas administrativos e o contencioso administrativo tributário..... **27**
5-A teoria dualista utilizada no contencioso administrativo tributário brasileiro..... **29**
6-A importância do conhecimento da lei processual na tramitação do processo administrativo tributário..... **31**
7-Da presunção legal..... **32**
8-Valoração da prova..... **33**
8.1-O ônus da prova..... **34**
8.2-Da inversão do ônus da prova..... **36**
8.3-Provas juridicamente admissíveis..... **36**
8.4-Provas ilegais, ilícitas e ilegítimas..... **37**
8.5-A obtenção de provas pela fiscalização..... **37**
8.6-Meios de prova..... **37**
8.7-Definição dos meios de provas..... **38**
8.8-Produção de provas - momento **39**
8.9-Do poder de instrução da autoridade julgadora..... **40**
8.10-Classificação das provas..... **41**
9-Fundamentação ou motivação da decisão..... **41**
10-Questão de fato e de direito..... **42**
11-Da dinâmica do crédito tributário **43**
12-Do julgamento extra-petita, ultra-petita e citra-petita **43**
13-Efeitos devolutivo e suspensivo dos recursos..... **45**
14-Distinção entre *bis in idem* e *bi-tributação*..... **46**
15-Dos princípios do direito processual tributário..... **48**
15.1-Princípio do processo administrativo tributário..... **49**

15.2-Princípio da igualdade..... **49**
15.3-Princípio da impessoalidade..... **50**
15.4-Princípio do devido processo legal..... **50**
15.5-Princípio do contraditório e da ampla defesa..... **51**
15.6-Princípio do duplo grau de jurisdição..... **53**
15.7-Princípio da publicidade..... **54**
15.8-Princípio da legalidade ou da legalidade objetiva..... **56**
15.9-Princípio da liberdade de provas ou da verdade material **57**
15.10-Princípio do informalismo..... **59**
15.11-Princípio da oficialidade..... **60**
15.12-Princípio da economia processual..... **61**
16-Do ordenamento processual tributário paraibano..... **63**
6.1-Da abrangência do ordenamento processual tributário paraibano..... **63**
17-O processo e o procedimento administrativo e suas definições..... **63**
18-A diferença entre atos e termos processuais..... **65**
19-Do domicílio do contribuinte..... **66**
20-Da mudança de domicílio **68**
21-Dos impedimentos e da suspeição..... **68**
22-Grau de parentesco..... **70**
23-Da intimação..... **72**
23.1-Da intimação por edital..... **74**
23.2-Como será considerada efetivada a intimação..... **74**
23.3-Da ocorrência efetiva da intimação..... **78**
23.4-Dos requisitos da intimação..... **79**
23.5-A ausência de intimação e o comparecimento do interessado..... **80**
24-Da revelia e intempestividade..... **81**
24.1-Da lavratura do termo de revelia e suas consequências..... **84**
25-Da intempestividade..... **85**

26-Das nulidades e dos vícios..... **86**
26.1-Da nulidade do auto de infração por vício formal..... **89**
26.2-Da nulidade do lançamento..... **90**
26.3-Do vício material..... **96**
27-Da possibilidade de saneamento das incorreções, omissões ou inexatidões..... **97**
28-Do vício formal e a decadência..... **99**
29-Dos prazos..... **99**
29.1-Do início da contagem..... **100**
29.2-Do prazo final..... **101**
29.3-Dos prazos próprios e impróprios..... **101**
29.4-Extemporâneo e Intempestivo..... **102**
29.5-Da preclusão..... **103**
29.6-Da prescrição..... **104**
29.7-Da perempção..... **104**
29.8-Da coisa julgada formal..... **105**
29.9-Da revelia..... **105**
30-Da Decadência e da Prescrição..... **112**
30.1-Do prazo decadencial..... **114**
30.2-Da jurisprudência do STJ (Decadência)..... **125**
30.3-Do prazo prescricional..... **133**
31.Processo Administrativo Tributário..... **135**
31.1-Finalidade do processo administrativo tributário..... **137**
31.2-Vantagens do Processo Administrativo Tributário..... **137**
31.3-Desvantagem do Processo Administrativo Tributário.. **138**
31.4-Legislação aplicada ao Processo Administrativo Tributário..... **139**
31.5-Das disposições gerais do Processo Administrativo Tributário..... **140**
31.6-Da sequência processual..... **143**
31.7-Da instrução do Processo Administrativo Tributário... **145**
31.8-Da intervenção de Terceiros no Processo..... **146**

32-Da errônea denominação dada a peça processual ou seu encaminhamento por via diversa..... **147**
33-Da garantia da ampla defesa e do contraditório..... **147**
34-Do crime contra a ordem tributária..... **148**
34.1-O dolo resultante do crime contra a ordem tributária e a decadência disciplinada no art. 150, § 4º do CTN..... **154**
35-Da impossibilidade de arquivamento do processo..... **156**
36-Da perda ou extravio do Processo Administrativo..... **157**
36.1-Da perda ou extravio de processo contencioso..... **157**
36.2-Da responsabilização do funcionário **158**
37- Da avaliação para fins de ITCD..... **159**
38-Dos procedimentos administrativos fiscais..... **160**
38.1-Do início do procedimento fiscal..... **160**
38.2-Do prazo determinado para a realização da auditoria... **162**
38.3-Dos Termos de início e de encerramento da fiscalização **164**
39-Dos antecedentes fiscais..... **165**
40-Da aplicação da reincidência sobre a multa acessória..... **170**
40.1-Do cálculo da multa recidiva..... **170**
41-Do auto de infração e da representação fiscal..... **174**
41.1-Dos requisitos do auto de infração e da representação fiscal..... **177**
41.2-Da apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais..... **191**
41.3-Do aspecto físico do auto de infração e da representação **194**
41.4-Do aspecto temporal do auto de infração e da representação..... **194**
41.5-Da aplicação imediata da lei posterior ao fato gerador... **195**
41.6-Do local da lavratura do auto de infração..... **197**
41.7-Da apreciação da legalidade da Representação Fiscal... **197**
41.8-Da competência da lavratura do auto de infração e da representação fiscal..... **198**
41.9-Das irregularidades verificadas após a lavratura do auto de infração..... **198**

41.10-Da necessidade da ciência resultante do auto de infração e da representação fiscal..... **201**
42-Atividade de fiscalização vinculada à lei..... **201**
43-Das formas de ciência do auto de infração e da representação fiscal..... **202**
44-Do arrolamento de bens e direitos..... **205**
45-Do preparo do processo..... **208**
45.1- Processo Administrativo Tributário contencioso e não contencioso..... **209**
45.2-Do processo não contencioso..... **209**
45.3-A caracterização do auto de infração não impugnado como não contencioso..... **210**
45.4-A caracterização como não contencioso do crédito tributário lançado através de auto de infração quitado ou parcelado..... **213**
45.5-A representação fiscal e a equivocada aplicação de multa por infração..... **215**
45.6-O Processo Administrativo Tributário contencioso e a competência jurisdicional..... **218**
45.7-Características da jurisdição..... **219**
45.8-Do processo contencioso..... **221**
45.9-O Processo contencioso e a determinação para complementação do crédito tributário através de novo lançamento..... **224**
46-Não se inclui na competência dos órgãos julgadores administrativos..... **227**
47-Da prova no Processo Administrativo Tributário..... **229**
47.1-Do momento da apresentação da prova..... **233**
48-Das diligências **236**
48.1-Do custo da realização da diligência..... **237**
48.2-Dos prazos referentes à diligência..... **237**
49- Da defesa..... **238**
50-Da vista ao processo pelo contribuinte..... **238**

51-Da instrução do processo na repartição preparadora..... **239**
52-Da impugnação..... **240**
52.1-Da entrega da impugnação em repartição diversa da preparadora do processo..... **241**
52.2-Da indicação de pessoa diversa ou apuração de novos fatos infringentes..... **247**
52.3-Das infrações não impugnadas..... **244**
53-Do julgamento dos processos administrativos..... **244**
54-Do julgamento em primeira instância (GEJUP)..... **245**
54.1-O que deve conter na decisão de primeira instância.... **247**
54.2-Exemplo de Sentença..... **249**
55-Do Recurso Voluntário..... **251**
55.1-Das infrações não questionadas no recurso..... **252**
55.2-Da peça recursal..... **252**
55.3-Da ausência do recurso ou sua intempestividade..... **253**
55.4-Do recurso de ofício ao Conselho de Recursos Fiscais. **254**
55.5-Da dispensa da interposição de recurso de ofício..... **254**
55.6-Do julgamento em segunda instância..... **255**
55.7-Dos recursos cabíveis ao CRF/PB..... **257**
55.8-Da sustentação oral..... **261**
55.9-Das sessões do Conselho de Recursos Fiscais (Regimento Interno)..... **263**
55.10-Da decisão dos Conselheiros..... **264**
55.11-Do Recurso de Ofício para o Conselho Pleno..... **265**
55.12-Da revogação dos dispositivos que disciplinavam a instância especial..... **266**
55.13-Do acórdão do Conselho de Recursos Fiscais..... **266**
55.14-Definição de Ementa..... **267**
55.15-Da intimação das decisões do CRF..... **268**
55.16-Da instância especial e a correção de sua revogação... **268**
55.17-Da competência dos órgãos julgadores..... **270**
55.18-Das Súmulas do Conselho de Recursos Fiscais..... **270**

56-Da execução das decisões administrativas tributárias..... **271**
57-Da intimação das decisões condenatórias..... **274**
58-Da inscrição em Dívida Ativa..... **274**
58.1-Da Certidão de Dívida Ativa..... **276**
58.2-Da presunção da Dívida Ativa..... **277**
59-Do Leilão..... **278**
59.1-Da venda de bens e mercadorias em Leilão..... **282**
59.2-Da comissão de Leilão..... **282**
59.3-Do Edital..... **282**
59.4-Da Arrematação..... **283**
59.5-Do pagamento da arrematação..... **284**
59.6-Do produto do resultado do Leilão..... **285**
59.7-Da destruição ou inutilização das mercadorias..... **286**
60-Dos processos especiais..... **286**
61-Do processo de reconhecimento de isenção..... **286**
62-Do processo de restituição..... **288**
62.1-Da comprovação do direito à restituição..... **292**
62.2-Do pedido de restituição do ITCD..... **293**
62.3-Da atualização monetária da restituição..... **294**
62.4-Dos prazos para restituição do imposto..... **296**
62.5-Diferença entre restituição e repetição de indébito..... **297**
63-Do processo de Consulta..... **298**
63.1-Do direito de formular Consulta..... **298**
63.2-Do objeto da Consulta..... **299**
63.3-Dos requisitos da Consulta..... **299**
63.4-Da rejeição da Consulta..... **301**
63.5-Da espontaneidade da Consulta..... **303**
63.6-Dos efeitos da Consulta..... **304**
63.7-Das sanções cabíveis X data da protocolização..... **305**
63.8-Do efeito suspensivo da Consulta..... **305**
63.9-Da espontaneidade após decisão da Consulta..... **306**
63.10-Da competência da decisão da Consulta..... **307**

63.11-Dos recursos voluntário e de ofício..... **308**
63.12-Das decisões da Consulta..... **308**
64-Do Processo de Parcelamento..... **309**
64.1-Do parcelamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa **315**
64.2-Da autorização da procuradoria para o parcelamento de débito em Dívida Ativa..... **315**
64.3-Da renúncia da defesa administrativa ou judicial..... **316**
65-Da administração tributária..... **317**
66-Da justiça fiscal administrativa..... **317**
67-Do Conselho de Recursos Fiscais (Segunda Instância)..... **317**
67.1-Da competência do Conselho de Recursos Fiscais..... **320**
67.2-Da composição do Conselho de Recursos Fiscais..... **320**
67.3-Do tempo máximo do mandato..... **322**
67.4-Das atribuições do Conselheiro..... **324**
67.5-Do Mandato..... **324**
67.6-Dos Conselheiros suplentes..... **324**
67.7-Da Vacância..... **326**
67.8-Da Remuneração..... **327**
67.9-Do representante da Procuradoria Geral do Estado..... **327**
67.10-Da estrutura de funcionamento do Conselho..... **328**
67.11-Das Súmulas..... **340**
67.12-Das decisões prolatadas pelo Conselho de Recursos Fiscais..... **340**
67.13-Definições de Recursos..... **341**
68-Gerência Executiva de Julgamentos de Processos Fiscais - GEJUP (Primeira instância)..... **342**
68.1-Da nomeação..... **343**
68.2-Da estrutura da GEJUP..... **344**
68.3-Da competência para editar normas sobre a GEJUP..... **345**
68.4-Das decisões prolatadas pela GEJUP..... **345**
68.5-Definições de sentença..... **345**
69-Da fiscalização de tributos..... **346**

69.1-Da competência da Fiscalização..... **347**
69.2-Da solicitação de força policial..... **348**
69.3-Da competência territorial do Auditor Fiscal..... **349**
69.4-Da sujeição à Fiscalização..... **349**
69.5-São também obrigadas a prestarem informações..... **350**
69.6-Das Infrações..... **351**
70-Da responsabilidade tributária..... **352**
70.1-Da responsabilidade objetiva..... **352**
70.2-Da responsabilidade por infração..... **354**
70.3-Da responsabilidade solidária..... **356**
70.4-Do benefício de ordem na solidariedade..... **359**
70.5-Efeitos da solidariedade passiva..... **359**
71-Da interpretação..... **361**
71.1-Das formas de interpretação..... **362**
71.2-Da interpretação benígna..... **363**
72-Das penas aplicadas aos infratores..... **364**
72.1-Da lavratura do auto de infração sem a multa..... **365**
73-Da denúncia espontânea..... **374**
73.1-A Denúncia espontânea na Lei nº 6.379/96..... **375**
74-Da Certidão Negativa de Débitos..... **376**
74.1-Dos prazos de validade das certidões..... **377**
74.2-Da exigência da certidão de débito..... **377**
74.3-Da responsabilização funcional..... **378**
75-Do sigilo das informações..... **378**
76-Do desmembramento do processo quando da ocorrência de lançamento referente à multa por descuprimento de obrigação acessória e ICMS acrescido de multa por infração..... **381**
77-Da autorização para editar os atos regulamentares da Lei nº 10.094/13..... **381**
78-Da revogação dos dispositivos da Lei nº 6.379/96..... **382**
79-Da vigência da Lei do PAT/PB..... **382**

Expressões Jurídicas..... **383**
Ementário do CRF/PB..... **400**
Anexo I - (Auto de infração de estabelecimento)..... **557**
Anexo II - (Termo Complementar de Infração)..... **558**
Anexo III - (Representação Fiscal)..... **559**
Anexo IV - (Termo de Conluio)..... **560**
Anexo V - (Certidão de Dívida Ativa)..... **561**
Anexo VI - (Termos de Antecedentes Fiscais)..... **562**
Anexo VII - (Termo de Revelia)..... **563**
Anexo VIII - (Peça de Diligência)..... **564**
Anexo IX - (Voto de Recurso Voluntário)..... **565**
Anexo X - (Voto Divergente)..... **570**
Anexo XI - (Voto Convergente)..... **583**
Anexo XII - (Voto pela Nulidade do Auto de Infração)..... **591**
Anexo XIII - (Voto Recurso de Embargos de Declaração)..... **597**
Anexo XIV - (Voto Recurso de Agravo)..... **600**
Anexo XV - (Sentença de primeira instância - GEJUP)..... **603**

1-A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO.

A história das civilizações nos permite visualizar como as sociedades resolviam suas situações de conflito e como este procedimento evoluiu até os dias atuais.

Numa rápida retrospectiva, podemos identificar quatro formas básicas para a solução de conflitos:

> - **Auto-tutela** - *É a imposição da vontade de uma parte à outra, não existindo um juiz, é um dos três métodos de solução de conflitos, sendo a mais primitiva, nascida com o homem na disputa dos bens necessários a sua sobrevivência, representando a prevalência do mais forte sobre o mais frágil.*
>
> - **Auto-composição** - *Dá-se quando ocorre desistência, submissão ou transação entre as partes, atendendo parcialmente a pretensão dos litigantes. Não existia a figura de um juiz.*
>
> **- Arbitragem** - *É uma forma de solução de conflitos entre indivíduos, onde as partes se submetem a um terceiro, escolhido para decidir por elas. Essa interferência foi exercida pelos sacerdotes ou anciões que, respectivamente, auxiliados pelos Deuses ou pelo conhecimento dos costumes do grupo social, possuíam mais aptidão para proferir uma decisão justa.*

Na era Romana, quando o Estado era suficientemente forte para interferir na vida e interesse dos cidadãos, houve forte evolução. Os cidadãos em litígio procuravam o pretor, se comprometiam a aceitar o que fosse decidido e escolhiam um árbitro de sua confiança, que recebia do pretor a incumbência de decidir a controvérsia.

Mas tarde, a arbitragem facultativa se tornou obrigatória, sendo o árbitro nomeado pelo Estado e não mais escolhido pelas partes.

> - **Jurisdição** - *A decisão da lide é realizada por juízes estatais. Essa evolução ocorreu ainda no direito romano, quando o pretor passou a decidir ele mesmo os litígios, ao invés de nomear um árbitro. Criou-se a chamada Justiça Pública, prestada pelo Estado.*

Portanto, denomina-se jurisdição a atividade através da qual os juízes estatais resolvem os conflitos entre as pessoas.

Modernamente, sendo proibida a auto-tutela, é o Estado que resolve as controvérsias e impõe sua decisão às partes. A jurisdição se exerce através do processo.

2-ATIVIDADE JURISDICIONAL NA SEARA ADMINISTRATIVA.

O papel do Poder Judiciário adquire diferentes formas quando se analisa como os países resolveram a questão no âmbito de suas legislações.

Há uma clara diferença entre o sistema europeu e o sistema norte americano, apesar de que, dentro da Europa cada país apresente características próprias.

Na Europa, é grande a influência da Revolução Francesa, onde se ratificou a idéia de que toda lei é a emanação da vontade do povo.

O Estado, influenciado pelas teorias de Montesquieu, assenta-se no conhecido tripé que separa os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

A independência entre os poderes não permite que o Judiciário se sobreponha aos demais e, por esse motivo, seu âmbito de atuação limita-se às controvérsias entre particulares.

Quando o litígio envolve o Poder Executivo e o particular, há tribunais administrativos para decidir a questão.

No caso da França existe uma jurisdição administrativa e uma jurisdição judicial, ambas independentes *(jurisdição dupla)*.

Ocorrendo o mesmo na Alemanha, onde o Poder Judiciário trata das questões civis. Em matéria tributária, onde a controvérsia

envolve o particular e o Poder Executivo, há uma jurisdição administrativa, com tribunais específicos para tais assuntos.

Nos Estados Unidos, o Poder Judiciário tem maior relevância, pois decide todas as matérias, exceto questões de fato e atos discricionários da Administração Pública.

No nosso caso, o Brasil segue o modelo americano, assim como a Argentina, onde o Judiciário é poder autônomo e sua tutela nunca é afastada.

Onde no modelo americano, o Judiciário reveste-se das características de Poder que se sobrepõe aos demais de uma certa forma, pois os atos dos outros poderes lhe são submetidos e suas decisões devem ser por eles acatadas.

Daí o controle da constitucionalidade das leis realizado pelo Poder Judiciário e a possibilidade de julgamento dos atos praticados pela administração pública, onde, entre nós, o mandado de segurança é exemplo típico.

3-CONTROLE JURISDICIONAL NO MODELO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.

A Constituição Federal do Brasil imprime ao Poder Judiciário autonomia e independência, chegando a sobrepor-se ao Executivo e ao Legislativo, pois pode anular atos do governo e declarar a inconstitucionalidade das leis elaboradas pelo Legislativo.

No caso em tela, é de bom alvitre lembrar que não existe duas jurisdição como na Europa, sendo o Judiciário competente para decidir sobre todos os assuntos *(jurisdição una).*

A Constituição brasileira, nesse aspecto, confere ao Judiciário a categoria de super Poder, sendo a tutela jurisdicional garantia prevista constitucionalmente.

Se é assim, pode-se questionar acerca da justificativa da existência de órgãos do Poder Executivo, criados exclusivamente para decidir litígios em matéria tributária, como é o caso das Delegacias da Receita Federal de Julgamento e dos Conselhos de Contribuintes, no âmbito das Administrações Pública Federal e Estadual, respectivamente.

A existência de tais órgãos se justifica porque, em Direito Administrativo, pode a Administração Pública rever seus próprios atos, trata-se de autocontrole, pois é examinada a validade jurídica dos atos dos agentes da administração.

A característica brasileira reside no fato de que as decisões administrativas sempre podem ser contestadas junto ao Poder Judiciário, pois não há jurisdição propriamente dita na atividade praticada pelo Poder Executivo, se o particular se conformar ou se convencer da decisão administrativa proferida, no campo tributário ou em qualquer outro com intervenção do Executivo, a questão se finda.

Caso contrário, o acesso ao Judiciário é garantido e a decisão nele proferida se sobrepõe à decisão administrativa.

Relativamente ao autocontrole é de se observar ser dever do Estado criar e regulamentar procedimentos de investigação da legalidade dos atos administrativos pela própria Administração, o que se depreende da leitura dos seguintes dispositivos da Constituição Federal, infracitados:

> ***Art. 5º. .....***
>
> ***XXXIV - São a todos assegurados, independente do pagamento de taxas: O direito de petição aos Poderes Públicos e m defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.***
>
> ***LIV - Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.***
>
> ***LV - aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.***

Dessa forma, infere-se que o processo administrativo entre nós tem por finalidade obter da Administração Pública uma providência ou o reconhecimento de direito, já que a ela compete também o exame da validade jurídica dos atos praticados por seus agentes, no caso

do Processo Administrativo Tributário, cabe aos órgãos julgadores administrativo aplicar ao crédito tributário exigido a liquidez e certeza necessárias para execução fiscal.

4-OS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS E O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

Antes de adentrarmos nas considerações acerca dos sistemas administrativos existentes no mundo, mister se faz ao analisarmos o contencioso administrativo tributário, tecermos considerações com o intuito de inseri-lo no contexto do sistema de administração adotado pela ordem jurídica e política do nosso país.

Pois no mundo moderno e democrático se vislumbra dois grandes sistemas administrativos concernentes ao julgamento das querelas que se instalam nesta esfera, quais sejam:

- SISTEMA FRANCÊS;
- SISTEMA INGLÊS.

O sistema do contencioso administrativo também conhecido como modelo francês, é uma das duas modalidades de estruturação do Direito administrativo.

Neste sistema encontraremos uma dualidade de jurisdições: a comum *(tribunal judiciário)*, e a administrativa *(tribunal administrativo),* fazendo com que as decisões em âmbito administrativo promovam coisa julgada *(decisão conclusiva).*

No Brasil adota-se o sistema de controle judicial ou de jurisdição única, modelo de origem inglesa, onde somente haverá coisa julgada em tribunal judiciário, que se sobrepõe ao administrativo.

No sistema Francês se admite o contencioso administrativo, o qual é originário da França, sendo depois adotado por outros países, a exemplo da *Suiça, Filândia, Grécia e Turquia,* dentre outros.

Neste tipo de sistema observa-se ser a separação de poderes de um rigor ímpar, visto o Poder Judiciário não poder intervir nos atos do Poder Executivo no exercício de sua administração, conforme

explicitado na Lei nº 16, de 24 de agosto de 1790.

As funções judiciais são distintas e separadas das funções administrativas. Sendo defeso aos juízes, sob pena de prevaricação, perturbar, de qualquer maneira, as atividades dos corpos administrativos.

Tendo sido mantida a mesma força na Constituição de 03 de agosto de 1791, a qual determinava o seguinte:

> ***Os tribunais não podem invadir as funções administrativas ou mandar citar, para perante eles comparecerem, os administradores, por atos funcionais.***

Este entendimento de que a justiça comum não pode conhecer de atos da administração, os quais somente podem ser submetidos à jurisdição do contencioso administrativo, é mantido na França até os dias atuais, surgindo assim a explicação acerca da autonomia dos tribunais administrativos daquele país para julgar em definitivo os contenciosos tributários sem a participação do Judiciário.

Portanto, vislumbra-se que pelo sistema do contencioso administrativo ou sistema francês, os atos administrativos somente são julgados pelos tribunais administrativos, cujas decisões transitadas em julgado são definitivas, não tendo o Judiciário competência para tais julgamentos, pois neste sistema o administrador público exerce a função de juiz no exame da legalidade dos atos administrativos.

No sistema de jurisdição única ou Inglês, também chamado de sistema de controle judicial, vislumbra-se que todos os litígios surgidos nas relações entre pessoas, seja físicas ou jurídicas, cuja origem pode surgir de atos administrativos ou das relações de natureza privada, devem ser solucionados em última instância pelo Poder Judiciário, sendo este sistema inicialmente adotado pela Inglaterra e a *posteriori*, tendo se propagado para os *Estados Unidos da América, Bélgica, Romênia, Brasil,* entre outras nações.

Tendo sido implantado este sistema no Brasil desde a primeira República, em 1891, doravante, todas as Constituições Federais rechaçaram a idéia da existência da justiça administrativa paralela a justiça comum, entendimento este mantido pela atual Constituição

Brasileira.

Destarte, infere-se nesse sistema a absoluta separação dos Poderes Executivo e Judiciário no que diz respeito as suas atividades fins respectivas, quais sejam: administração e aplicação da justiça.

Neste norte, todas as controvérsias e contendas, independentemente de sua origem ou de sua natureza, devem ser resolvidas por decisão judicial, surgindo assim a denominação de *"Jurisdição única"*.

Todavia, esta jurisdição única não veta a instalação de tribunais, conselhos, comissões, como órgãos judicantes na via administrativa, com poderes para apreciar atos administrativos sob a ótica de sua legalidade.

Observa-se que estes órgãos operam hodiernamente nas diversas áreas da administração pública, mormente na área tributária e previdenciária, a exemplo do Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba e de diversos entes tributantes com competência tributária.

In casu, vislumbramos que o sistema de jurisdição única proíbe que os julgamentos nas esferas administrativas se constituam em decisão definitiva, a qual não possa mais ser revista pelo Judiciário, pois por este sistema, os tribunais administrativos não fazem matéria transitada em julgado, assim, todas as decisões dos tribunais administrativos estão passíveis de se submeterem a novo julgamento pelo Judiciário.

Partindo dessa premissa, chega-se à ilação de que todas as decisões administrativas concernentes a contenciosos tributários contrária ao contribuinte, estará sujeita ao crivo do Poder Judiciário, já que o Brasil adota o sistema de jurisdição única, diferente da França onde as decisões dos tribunais administrativos fazem coisa julgada em matéria de controle legal dos atos administrativos, sem a participação do Judiciário.

5-A TEORIA DUALISTA UTILIZADA NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.

No Brasil utiliza-se na prática a teoria dualista, a qual admite

em tese dois tipos de processos em matéria tributária, um com a função jurisdicional relativa, onde o poder decisório alcança apenas os atos da administração pública e o outro, com a função jurisdicional propriamente dita, onde será proferida a decisão definitiva, quais sejam:

- **Processo Administrativo Tributário;**
- **Processo Judicial Tributário.**

Fato este que tem o condão de fazer configurar em tese duas ordens distinta de jurisdição, o que traz grande disceptação acerca do fato, já que alguns são contra a existência do Processo Administrativo diante da premissa de que a função jurisdicional compete exclusivamente ao Poder Judiciário, não cabendo a Administração imiscuir-se nesta função.

Outros defendem o sistema vigente, o qual é voltado para a dupla ordem de jurisdição, por entender que a Administração tem o dever de exercer o controle de seus atos sob o aspecto da legalidade, sem pretender exercer atividade de jurisdição propriamente dita.

Ora, coadunamo-nos aos que defendem o sistema vigente, por entendermos que os atos da administração devem ser revistos pela própria administração pública, já que os órgãos administrativos têm a função primordial de órgão revisor dos atos praticados pela administração.

Pois se assim não fosse, todo e qualquer questionamento acerca de um ato administrativo teria de ser resolvido judicialmente, o que faria com que o Judiciário fosse utilizado para resolver assuntos puramente administrativos, atravancando ainda mais a já leniente justiça brasileira.

No caso do processo administrativo tributário contencioso, necessário se faz a apreciação da matéria pelas instâncias administrativas de julgamentos, para poder dar ao crédito tributário a liquidez e certeza relativa exigidos na execução fiscal, devendo essas instâncias serem imparciais e independentes, com funcionários altamente qualificados e especializados na seara tributária.

Onde o contribuinte, após a ciência da autuação, tem a discricionariedade de acionar o Judiciário, arcando com as custas e sucumbência, ou impugnar o lançamento nas instâncias administrativas de julgamento, sem arcar com o ônus das custas e da sucumbência, inclusive, com a suspensão da exigibilidade até a decisão definitiva, onde o crédito tributário será analisado até a decisão definitiva, sem que se efetue a execução fiscal da exigência em virtude da suspensão da cobrança do crédito tributário, conforme disciplinamento plasmado no ***art. 151*** do CTN, *in verbis:*

> ***Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:***
>
> ***III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;***

Diferente da ação no Judiciário, onde o contribuinte corre o risco de ser executado antes da decisão proferida, caso não seja efetuado o depósito em garantia do valor do crédito tributário, que teria o condão de suspender a execução.

6-A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA LEI PROCESSUAL NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

É cediço que a lei processual não cria, não extingue e não altera direitos, apenas oferece a solução para que na composição do litígio o direito material o faça, de uma forma que uma lei dependa da outra para que a ordem jurídica prevaleça, onde se vislumbra a clara complementação de uma com a outra.

A lei material depende da lei instrumental para a sua aplicação em casos concretos, assim, a lei processual sem a companhia da lei material não teria sentido.

Partindo dessa premissa, chega-se à ilação de que o manuseio do processo, tanto na esfera administrativa como na judicial, implica necessariamente na obrigação do conhecimento da lei processual, a qual se denomina de adjetiva, prestando-se como instrumento para

que o direito material substantivo apreciado no processo tenha o seu deslinde no término da querela.

7-DA PRESUNÇÃO LEGAL.

Presunção é um processo racional do intelecto, pelo qual do conhecimento de um fato infere-se com razoável probabilidade a existência de outro ou o estado de uma pessoa ou coisa. *(1)*

Para que uma presunção seja legal, deve está disciplinada em lei.

Desta forma, podemos classificar presunções como:

PRESUNÇÃO RELATIVA *(júris tantum)* – São aquelas que podem ser desfeitas pela prova em contrário, ou seja, admitem contra-prova.

Assim, o interessado no reconhecimento do fato tem o ônus de provar o indício, possuindo o encargo de provar o fato contrário ao presumido.

Sendo de bom alvitre lembrarmos que o ônus probante cabe a quem acusa, porém, diante de uma presunção relativa, esse ônus se inverte para o acusado.

Numa presunção, infere-se que a prova é a própria presunção, cabendo a sua desconstituição por parte do acusado, com base nessa premissa, em face da dificuldade de provar o fato infringente denunciado em razão da documentação probante está de posse da empresa, o Fisco se utiliza da presunção legal para arrimar a denuncia, cabendo ao contribuinte desconstituí-la, a exemplo da acusação de ***notas fiscais de aquisição não contabilizadas,*** onde a simples ausência de registro do desembolso no Caixa faz nascer a presunção legal de que o numerário utilizado para pagamento das respectivas notas teria advindo de omissão de saídas de mercadorias tributadas, gerando assim o famigerado *"caixa dois"*, o qual teria sido

(1) (Cândido Rangel Dinamarco. Instituições de Direito Processual Civil. Vol. III, 2ª Edição. Página 113.)

utilizado para a realização do pagamento das notas fiscais de aquisição não contabilizadas.

Ex: *Conta Fornecedores, Suprimento de Caixa, Estouro de Caixa, Levantamento Financeiro, pagamento com receita marginal.*

PRESUNÇÃO ABSOLUTA *(jure et de jure)* – O juiz aceita o fato presumido, desconsiderando qualquer prova em contrário. Assim, o fato não é objeto de prova.

A presunção absoluta é uma ficção legal, não podendo ser ilidida, ou seja, não cabe prova em contrário, sendo mister lembrar que no caso do Processo Administrativo Tributário não existe a presunção absoluta.

Ex: *Venda de um bem por um contribuinte estando em Processo de Execução fiscal, fato este caracterizador da fraude contra credores.*

PRESUNÇÃO LEGAL – É aquela expressa e determinada pelo próprio texto legal, são as presunções disciplinadas expressamente na Lei do ICMS.

PRESUNÇÃO *"hominus"* – Parte de um raciocínio humano, ou seja, parte de um indício e chega a um fato relevante. É necessário prova técnica quando o fato depender de conhecimentos específicos ou especializados, é apenas o *"achar"* de uma pessoa, não tem valor legal sem que seja comprovada efetivamente.

8-VALORAÇÃO DA PROVA.

É cediço que a razão de ser e a finalidade de qualquer procedimento administrativo tributário é a busca da verdade real, é o encontro da certeza jurídica. Não havendo aproximação nem conquista da almejada verdade legal, a não ser por meio da prova, a qual se constitui no ponto culminante de qualquer investigação, visto a prova pacificar o ânimo do julgador, ao instalar o processo lógico

da convicção sobre a realidade circundante.

Partindo dessa premissa, mister se faz ressaltarmos que o sistema adotado pelo legislador brasileiro é o **Sistema da Persuasão Racional do juiz.**

Tendo o magistrado o livre arbítrio para decidir, porém, ainda que o mesmo tenha o livre convencimento, deve esse conhecimento ser racional e fundamentado nas provas acostadas ao processo.

O material de valoração da prova deve se encontrar, primordialmente, inserido no processo, onde o magistrado tem a obrigação funcional de analisá-lo para poder motivar sua decisão.

Permitindo às partes do processo concluírem que a convicção do magistrado teria sido extraída do processo, sendo os motivos que o teriam levado a proferir a sentença originário da racional conclusão do magistrado em relação as provas.

Sendo de bom alvitre lembrar que não existe valor determinado para as provas, sendo cada uma delas apreciadas no contexto e conjuntamente com as demais provas, onde o seu peso é considerado única e exclusivamente pelo magistrado, pois é cediço que uma única prova, muitas vezes sem qualquer importância, tem o condão de deslindar uma contenda.

Assim, infere-se que, ao examinar a prova, o juiz busca, através de atividade intelectual, nos elementos probatórios, conclusões sobre os fatos relevantes ao julgamento do processo.

Devendo ser lembrado que diferente do judiciário, onde o juiz julga de acordo com as provas dos autos, no Processo Administrativo Tributário, com base no *Princípio da Verdade Material*, pode o julgador, independente de arguições das partes, mesmo que a prova não conste dos autos, ciente da existência das mesmas, transladá-las para os autos para com base nelas fundamentar sua decisão.

8.1-O ÔNUS DA PROVA.

Prova é todo meio destinado a convencer o juiz, seu destinatário, a respeito da verdade de um fato levado a julgamento. As provas fornecem elementos para que o juiz forme convencimento a respeito

de fatos controvertidos relevantes para o processo. *(2)*

Ônus da prova é o encargo, atribuído pela lei a cada uma das partes, de demonstrar a ocorrência dos fatos de seu próprio interesse para as decisões a serem proferidas no processo. *(3)*

Vislumbramos no ***art. 373*** do Novo *Código de Processo Civil(4),* que o mesmo institui as regras gerais de caráter genérico sobre a distribuição do encargo probatório as partes:

> ***Art. 373. O ônus da prova incumbe:***
>
> ***I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;***
>
> ***II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.***
>
> ***§ 1o Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.***

O instituto do ônus da prova possui três princípios prévios:

> *1) O juiz não pode deixar de proferir uma decisão;*
> *2) As partes possuem a iniciativa da ação da prova, ou seja, possuem o encargo de produzir as provas para o julgamento do juiz;*

---

(2) (CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.phptitle=Conteúdo_aberto&oldid=15696001> Acesso em: 27 jul 2014.)
(3) (Cândido Rangel Dinamarco. Instituições de Direito Processual Civil. Vol. III, 2ª Edição. Página 71.)
(4) Código de Processo Civil anterioir.
Art. 333. O ônus da prova incumbe:
I. ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;
II. ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
Parágrafo único – É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando:
I. recair sobre direito indisponível das partes;
II. tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

3) O juiz deve decidir segundo o princípio da persuasão racional, ou seja, segundo o alegado e comprovado nos autos e não segundo sua convicção pessoal.

No caso vertente, independente de quem seja o ônus da prova, deve as partes provar os fatos relacionados com seu direito, sendo indiferente a sua posição no processo.

8.2-DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

É cediço que o ônus probante é de quem acusa *(art. 373, inciso I do novo CPC),* não sendo diferente no Direito Tributário, porém, a inversão do ônus da prova, passando a obrigação de desconstituir a acusação ao acusado, ocorre apenas diante da existência de uma presunção legal *(juris tantum).*

Assim, quando a fiscalização constata que as despesas de uma empresa em um exercício foi superior a sua receita, aplica a presunção legal de que o valor pago sem lastro financeiro teria advindo de saídas de mercadorias sem documento fiscal, cabendo a empresa provar ter havido erro na realização do levantando efetuado ou justificar, através de provas materiais, a origem do numerário, sob pena de prevalecer a prova arrimada na presunção legal utilizada pelo Fisco.

Assim, em razão da presunção, a negativa da denúncia cabe ao contribuinte, por ser ele detentor de toda a documentação fiscal/ contábil da empresa.

8.3-PROVAS JURIDICAMENTE ADMISSÍVEIS.

São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos; (art. 5º, LVI, CF/88)

Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste código são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda ação ou a defesa. (art. 332 – CPC)

8.4-PROVAS ILEGAIS, ILÍCITAS E ILEGÍTIMAS.

PROVAS ILÍCITAS - são aquelas obtidas com infringência ao direito material, como por exemplo: *inviolabilidades domiciliares, telefônicas, direito à intimidade, etc.*
No caso das provas ilícitas, infere-se na jurisprudência majoritária do *Supremo Tribunal Federal* que esta contamina as demais provas dela decorrentes, de acordo com a teoria dos frutos da árvore envenenada. *fruits of the poisonous tree.*

PROVAS ILEGÍTIMAS – são as obtidas com desrespeito ao direito processual.

No caso vertente, mister se faz lembrarmos que o Princípio da liberdade de provas não é absoluto, pois as partes contam com liberdade para a obtenção, apresentação e produção da prova, mas essa liberdade é limitada.

Haja vista nem tudo que possa ser útil para a descoberta da verdade está amparado pelo direito vigente, pois o direito à prova não pode e nem deve ser exercido a qualquer preço.

Devendo a prova apresentada no processo ser lícita, demonstrando assim a verdade que pode ser jurídica e validamente sólida, ficando efetivamente demonstrada nos autos o direito da parte.

8.5-A OBTENÇÃO DE PROVAS PELA FISCALIZAÇÃO.

As provas obtidas pelo Auditor fiscal devem ser lícitas, obtidas em procedimentos legais, devendo sempre o auditor ao tirar fotocópias de documentos do contribuinte, a exemplo de livro Caixa, solicitar a assinatura do responsável pela empresa na cópia tirada, a fim de se resguardar de futuras alegações de inépcia documental por parte do contribuinte.

8.6-MEIOS DE PROVA.

Meios de prova são os instrumentos pessoais ou materiais aptos a trazer ao processo a convicção da existência ou inexistência de um fato.

Os meios de prova são as modalidades ou formas de comprovação dos fatos, considerados idôneos para fixá-los no processo, pois os atos jurídicos, a que não se impõe forma especial, poderão provar-se mediante diversas formas, tais como, ***confissão, documentos públicos e particulares, testemunhas, presunção, exames, vistoria ou perícia***.

8.7-DEFINIÇÃO DOS MEIOS DE PROVA.

CONFISSÃO - *O Auditor fiscal poderá tomar a confissão com livre manifestação do contribuinte, devendo intimá-lo, por escrito, e a resposta também deverá ser por escrito.*
Assim, em determinadas situações, são necessárias testemunhas para verificar a ausência de coação ou qualquer tipo de constrangimento do contribuinte.

DOCUMENTOS PÚBLICOS OU PARTICULARES - *O fato de o Direito Tributário se pautar pela materialidade, ou seja, não importa a intenção do indivíduo e sim o fato ou situação ter acontecido ou deixar de acontecer, faz da prova documental o instrumento de maior uso.*

TESTEMUNHAL - *A prova testemunhal nada mais é que, a pessoa idônea, diferente das partes, capaz de depor, convocada pelo juiz, por iniciativa própria ou a pedido das partes, para depor em juízo sobre fatos sabidos e concernentes á causa.*

PERICIAL - *A prova pericial tem como escopo a demonstração da verdade, a respeito de fatos que estão sob julgamento. Ela interessa principalmente ao juiz do processo pela sua "especificidade", haja vista depender de conhecimentos técnicos especializados, o qual é exigido de perito, que deve ser especializado na matéria para a qual foi solicitada a sua intervenção. Este profissional é nomeado*

pelo juiz dirigente do processo para elaboração de um Laudo Pericial, que poderá ser acolhido ou não pelo juiz.

8.8-PRODUÇÃO DE PROVAS - MOMENTO.

A fase do procedimento fiscal administrativo é o momento processual próprio para a coleta das provas, e o lançamento, quando formalizado, já deve conter todos os elementos de prova em que se fundamenta.

Três são os momentos da prova que se dividem no momento do requerimento, no momento do deferimento e no momento da produção.

Cada meio de prova tem seus próprios momentos, quais sejam:

Acusação, *a priori,* a prova deve ser requerida ou proposta na denúncia, assim, no caso do processo administrativo, o auto de infração deve se fazer acompanhar de todas as provas materiais que embasam a denúncia do autor do feito, a exemplo das planilhas referentes as técnicas utilizadas, as cópias dos documentos e outras.

Defesa, na defesa vislumbramos que os princípios da verdade material e da ampla defesa permitem maior elasticidade quanto à apresentação da prova, ou seja, se for para obtenção da verdade, a prova pode ser proposta e determinada a qualquer tempo, é o que chamamos no Processo Administrativo Tributário de Princípio da Verdade Material.

É importante lembrar, contudo, que todas as provas passam pelo exame de pertinência e relevância, já que não se concebe no processo atos inúteis.

As provas orais são produzidas em regra em audiências, já a pericial é sempre solicitada pelas partes ou pelo magistrado, podendo a prova documental ser apresentada a qualquer tempo.

Pode haver, também, produção antecipada, se necessária à preservação da prova em risco de perecer.

No Processo Administrativo Tributário, as provas devem ser

produzidas pelo autor do feito quando da fiscalização realizada, fazendo a juntada das mesmas no processo, ao tempo em que as provas do contribuinte devem ser apresentadas de chofre na reclamação, sendo este o momento determinado para o contribuinte questionar e provar os atos objeto da impugnação.

Portanto, no caso do contribuinte, deve o mesmo apresentar todas as provas que achar necessárias no momento da impugnação ou reclamação.

8.9-DO PODER DE INSTRUÇÃO DA AUTORIDADE JULGADORA.

As atribuições instrutoriais das autoridades julgadoras são distintas e não devem se confundir com o direito de prova da Fazenda, pois ao julgador interessa o deslinde da querela, e para isso, pode se valer de provas que não estão entranhadas nos autos para fundamentar sua decisão.

A defesa da pretensão fiscal e o ato de julgamento são atuações distintas da administração e, por isso mesmo, desempenhadas por órgãos diferentes.

Haja vista a finalidade precípua do órgão julgador ter como cerne a limitação da ação arbitrária e ilegal do procedimento realizado, ao tempo em que a finalidade da fiscalização é recuperar o imposto sonegado, onde muitas vezes, para alcançar essa finalidade, realizam lançamentos de ofícios eivados de vícios, os quais devem ser limitados pelo órgão julgador, conforme dispõe o Princípio da Legalidade.

Não cabe ao julgador suprir a inércia das partes, mas aduzir provas esclarecedoras de pontos relevantes para o julgamento que não ficaram suficientemente provados.

A decisão a ser proferida deve está plenamente fundamentada, devendo o julgador decidir com base em provas, cuja certeza da legalidade do procedimento esteja explicitada em suas fundamentações, já que é defeso ao mediador a parcialidade, assim, se existe dúvida quanto a legitimidade da denúncia formulada no auto de infração, essa dúvida deve ser sanada através de provas, mesmo que para isso, tenha o julgador de procurá-las através de diligência.

Assim, se o julgador sabe da existência de provas que tenham o condão de ajudar no deslinde da pendenga, poderá o mesmo, independente das partes, buscá-las, desde que a translade para os autos.

8.10-CLASSIFICAÇÃO DA PROVA.

1.Quanto ao objeto:

- *Provas Diretas*
- *Provas Indiretas: indícios e presunções*

2.Quanto ao sujeito:

- *Pessoal: são as declarações conscientes prestadas pelas pessoas, com vistas a atestar um fato;*
- *Real: são os elementos imprecisos, inconscientemente, nas pessoas e nas coisas.*

3.Quanto à forma:

- *Testemunhal;*
- *Documental;*
- *Material.*

4.Quanto à preparação:

- *Causais: são as preparadas no curso da demanda e não no tempo do fato;*
- *Pré - constituídas: preparadas, preventivamente, para serem utilizadas em futura e eventual demanda.*

9-FUNDAMENTAÇÃO OU MOTIVAÇÃO DA DECISÃO.

Os fundamentos de fato e de direito, constituem a parte

da sentença ou decisão em que o juiz expõe os seus argumentos e fundamentos quanto a sua convicção concernente aos fatos e às razões de direito em que assenta o seu convencimento, atendendo assim o *Princípio do Livre Convencimento do Juiz*. Por ser também requisito essencial e de ordem pública, a inexistência de fundamentação ou motivação acarreta a nulidade da sentença. A fundamentação legal é o ponto principal da peça decisória, em que se justifica a conclusão.

Havendo pedido de diligência, revisão ou perícia e entendendo que os mesmos são dispensáveis ou impraticáveis, o juiz fará constar da decisão o fundamento de seu indeferimento.

Esta fundamentação ou motivação é indispensável, porque pedidos desta natureza encerram meios importantes de produção de provas, podendo acarretar o cerceamento do direito de defesa e, como conseqüência, a nulidade da decisão assim proferida.

De qualquer forma a decisão deverá ser fundamentada, não só pela exigência de conter os fundamentos legais, mas, principalmente, para atender ao princípio constitucional segundo o qual os litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes *(art. 5º, LV - CF)*.

A importância da fundamentação está intimamente ligada à relevância do direito de defesa. Uma decisão não fundamentada ou fundamentada genericamente, não permite o exercício do direito de defesa, ao deixar ao largo os argumentos expendidos pelo sujeito passivo, que não os vê contestados, tornando nula a decisão.

Assim, deve a decisão enfrentar todos os argumentos trazidas à baila na peça de defesa, para que a decisão se torne clara e convincente, pois a ausência de um enfrentamento detalhado por parte do julgador, das razões arguidas pelo acusado, pode ensejar, além da nulidade da decisão de primeira instância, a interposição na instância *ad quem* de Recurso de Embargos, o qual tem por cerne a alegação de que a decisão proferida foi omissa, contraditória ou obscura.

10-QUESTÃO DE FATO E DE DIREITO.

Tema ou ponto relevante sobre o qual versa a discussão.

> **QUESTÃO DE FATO:** *Quando se prende ao evento direta ou indiretamente relacionado com a demanda e circunstâncias materiais que interessam ao pleito.*
>
> **QUESTÃO DE DIREITO:** *Quando a matéria focalizada se prende à aplicação dos preceitos legais ao caso sub judice.*

11-DA DINÂMICA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

1) Fiscalização;
2) Lançamento;
3) Instrução;
4) Julgamento;
5) Decisão;
6) Inscrição em Dívida Ativa;
7) Execução.

12-DO JULGAMENTO *EXTRA-PETITA, ULTRA-PETITA* **E** *CITRA-PETITA.*

> ***Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.***
>
> ***Parágrafo único. A decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional. (Novo CPC)*** *(5)*

A sentença ***extra-petita*** é nula, porque decide causa diferente do que posto em juízo. O tribunal deve anulá-la.

---

(5) Código de Processo Civil anterior.
Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa do pedido, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em débito diverso do que foi demandado.

Ex: *Em uma sentença de um processo administrativo tributário o juiz condenou o contribuinte pela infração de crédito indevido, quando a denúncia efetivamente explicitada e comprovada nos autos se tratava de crédito inexistente, a sentença deve ser considerada nula, haja vista o contribuinte não poder se condenado por uma infração que não cometeu e que não é objeto da acusação.*

Na sentença ***ultra-petita,*** o juiz decide além do pedido, extrapolando na decisão, ou seja, é a sentença que vai além do pedido, concedendo algo a mais, quantitativamente, do que foi pretendido.

Devendo ser ressaltado que ao invés de ser anulada pelo Tribunal, deverá ser reduzida o valor ao limite lançado.

Ex I: *Em uma sentença de um processo administrativo tributário o juiz condenou o contribuinte por crédito indevido, no valor de R$ 50.000,00, quando o crédito tributário lançado através do auto de infração se reportava a R$ 40.000,00, assim, por mais que o valor correto da condenação fosse os R$ 50.000,00, a decisão teria de se limitar ao valor do crédito tributário lançado no auto de infração, sob pena da decisão ser considerada ultra-petita. Nesse caso, caberia a realização de outro lançamento em outro procedimento fiscal, caso não esteja decaído o direito da Fazenda constituir o crédito tributário quanto à diferença de R$ 10.000,00.*

Ex II: *Em uma sentença de um processo administrativo tributário o juiz condenou o contribuinte por crédito indevido e falta de recolhimento do ICMS em razão de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, nesse caso, a infração de omissão de saídas não estava descrita na denúncia contida no auto de infração, apesar das provas materiais acostadas ao processo evidenciarem também a existência desta infração, assim, infere-se que o contribuinte só poderia ser condenado pela denúncia se esta estivesse descrita no auto de infração, sob pena da sentença*

ser caracterizada como extra-petita.
Nesse caso, caberia a realização de outro lançamento em outro procedimento fiscal, para cobrança da infração de omissão de saídas, caso não esteja decaído o direito da Fazenda constituir o crédito tributário.

Da mesma forma que não pode decidir além do pedido (***ultra-petita***) ou fora do pedido (***extra-petita***), o juiz deve se pronunciar de forma completa em função do pedido do autor, sem omissões.

Destarte, no caso de o juiz decidir de forma incompleta, com omissões em relação ao pedido, sem analisar as alegações de defesa de forma clara e objetiva, rebatendo todos os pontos aduzidos na defesa, será considerada uma sentença ***citra-petita***, ou seja, a qual deixa de apreciar pedido expressamente formulado, ou que deixa de examinar questão de vital importância para a parte, devendo também ser considerada ineficaz e nula, para que o juiz *a quo* profira outra.

Ex: *Em uma sentença de um processo administrativo tributário o juiz condenou o contribuinte por crédito indevido, porém, não analisou as cópias das notas fiscais acostadas na defesa, que demonstravam se tratar de mercadorias para revenda e não para o uso e consumo, esta sentença deverá ser considerada citra-petita, estando, portanto, eivada de nulidade.*

13-EFEITOS DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO DOS RECURSOS.

Vislumbramos que o recurso interposto no prazo pode, em tese produzir duas espécies de efeitos:

- **Devolutivo;**
- **Suspensivo.**

Infere-se que o efeito **devolutivo** comum a todos os recursos, transfere ao órgão *ad quem* o conhecimento da matéria julgada pelo órgão inferior de jurisdição, sendo realizado novo julgamento com o

exame da validade e legalidade da sentença proferia no órgão inferior.

Já o efeito **suspensivo** impede a execução provisória da sentença condenatória, até que o recurso seja decidido, portanto, vislumbra-se que a eficácia do ato decisório recorrido fica suspensa.

Destarte, o efeito devolutivo é inerente a todo recurso, já o efeito suspensivo, embora abranja a maioria dos recursos, sofre algumas exceções previstas no CPC.

14-DISTINÇÃO ENTRE *BIS IN IDEM* E *BI-TRIBUTAÇÃO.*

Evidencia-se que vários procedimentos fiscais que resultam em lançamentos de ofício contém vícios quanto à tributação realizada, vícios estes que têm por cerne a exigência do tributo pela mesma pessoa jurídica por mais de uma vez sobre o mesmo fato gerador e referente a um mesmo contribuinte, assim como a exigência do imposto cujo fato gerador já é objeto de cobrança por outra pessoa jurídica.

A estas atipicidades dar-se o nome de ***bis in idem*** e ***bi-tributação,*** cujas definições explicitamos abaixo:

BIS IN IDEM- O *Bis in idem* resulta da tributação realizada por uma pessoa jurídica de direito público concernente a um mesmo contribuinte e sobre um mesmo fato gerador.

Nesse caso, observa-se não haver nas normas constitucionais brasileira qualquer vedação expressa ao *bis in idem*, haja vista ser possível sim, uma dupla tributação sobre um mesmo fato gerador e sobre um mesmo contribuinte, desde que não aumente a carga tributária da operação objeto da tributação.

É o que ocorre na cobrança do ICMS Garantido, realizada pelo Estado da Paraíba, quando antecipa o valor concernente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual relativa ao fato gerador da operação subsequente, incidindo o ICMS sobre um mesmo fato gerador *(saída subsequente),* que ocorre quando da entrada da mercadoria no território paraibano e sobre a saída subsequente, porém, neste caso, o *bis in idem* é permitido e sua aplicação não

se torna indevida, em razão de não caracterizar o aumento da carga tributária da operação, em face do direito concedido ao contribuinte para se creditar do valor do ICMS Garantido recolhido antecipadamente na entrada no território estadual.

Outrossim, vislumbramos que o *bis in idem* ilegal e não admissível na legislação pátria é o que impõe o aumento da carga tributária da operação para o contribuinte, em razão da dupla tributação sobre um mesmo fato gerador.

É o que ocorre geralmente quando da ocorrência de concorrência de infrações, como no caso da lavratura do auto de infração contendo denúncias cujas exações se referem ao mesmo fato gerador, a exemplo da cobrança do ICMS resultante da repercussão de omissão de saídas de mercadorias tributáveis originária do Resultado Industrial concomitante com o Levantamento Financeiro, cujo entendimento ratifica o posicionamento do *Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba* acerca da concorrência de infrações, consequentemente, do *bis in idem*, conforme se abebera no Acórdão de minha lavra transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> **RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO – AJUSTES REALIZADOS – CONCORRÊNCIA DE INFRAÇÕES VERIFICADA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE– REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA.** *Sendo verificado a existência de dois lançamentos de ofício distintos no mesmo exercício e em relação a mesma matéria, configurada está a concorrência de infrações, devendo prevalecer a de maior monta, sob pena da caracterização do bis in idem.*
>
> **Acórdão nº 167/2012**
> **PROCESSO Nº 1192052009-0**
> **RECURSO HIE/VOL/CRF nº 083/2011**
> **Relator: Rodrigo Antônio Alves Araújo**

Assim, chega-se à clara ilação de que a concorrência de infrações tão falada é a caracterização mais comum do ***bis in idem***, o que enseja a improcedência da parte do crédito tributário cobrada em duplicidade, mantendo-se a exação de maior montante.

BI-TRIBUTAÇÃO - vislumbra-se essa anomalia quando duas pessoas jurídicas de direito público através de normas próprias tributam um mesmo contribuinte sobre um mesmo fato gerador.

Infere-se que a *bi-tributação* ocorre geralmente em conflitos de competências entre entes tributantes distintos, já que a competência tributária é exclusiva ou privativa, ocorrendo quando dois entes tributantes realizam cobranças de seus respectivos tributos sobre um mesmo contribuinte e um mesmo fato gerador, a exemplo do que ocorre entre os Estados e Municípios concernente ao ICMS e ISS, no caso das empresas de construção civil, quando se exige o ICMS das construtoras, quando a jurisprudência dominante já determinou que essas empresas estão sujeitas ao ISS.

15-DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO.

Os princípios jurídicos podem ser delineados como sendo um conjunto de padrões de conduta presentes de forma explícita ou implícita no ordenamento jurídico pátrio.

Os princípios, a exemplo das regras, são considerados normas.

A distinção entre esses dois elementos é objeto de dissenso entre os estudiosos do direito.

O princípio a ser aplicado ao caso concreto deverá ser aquele que apresentar maior peso relativo aos demais em face da situação analisada.

De acordo com esse ponto de vista, tanto princípios quanto regras são conjuntos de padrões que apontam para decisões particulares acerca das obrigações legais, mas diferem no tipo de direção que apontam.

A regra tem uma única dimensão: a da validade. Se for válida, a regra deverá ser aplicada integralmente, em sua inteireza, ou não ser aplicada.

Esse aspecto da regra é também chamado de "*tudo ou nada*" - ou a regra é totalmente aplicada, ou não. Não existem diferentes graus de aplicação. O princípio, por sua vez, apresenta a dimensão

de peso ou importância, não fazendo sentido falar em validade. Dentre os princípios aplicáveis ao caso concreto, será eleito aquele que apresentar maior peso relativo aos demais em face da situação analisada. Nesse contexto, faz sentido a pergunta: qual princípio é o mais importante nesse caso? Assim, será escolhido aquele que for eleito como sendo mais relevante. O princípio eventualmente deixado de lado continuará existindo e poderá ser evocado em outro momento, sem qualquer tipo de consequência a sua existência.

15.1-PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

Princípio é um enunciado lógico, implícito ou explícito, que, por sua grande generalidade, ocupa posição de preeminência nos vastos quadrantes do direito e, por isso mesmo, vincula, de modo inexorável, o entendimento e a aplicação das normas jurídicas que com ele se conectam *(Roque Antônio Carraza).*

Os princípios básicos que devem ser observados no processo administrativo tributário são:

15.2-PRINCÍPIO DA IGUALDADE.

O texto constitucional é claro quando disciplina que: *Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. (art. 5º, CF/88).*

Este princípio consiste em assegurar às pessoas de situações iguais os mesmos direitos, prerrogativas e vantagens, com as obrigações correspondentes, o que significa *"tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam"*

> **Exemplo prático:** *Em um julgamento, o contribuinte teve o auto de infração julgado pela primeira instância procedente, tendo o direito de impetrar recurso ordinário, diante do princípio da igualdade, todo contribuinte em situação semelhante tem também o direito a impetrar recurso ordinário quando a decisão*

singular lhe for desfavorável.

15.3-PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE.

Nele se traduz a idéia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados de forma igualitária, não podendo se aproveitar da máquina pública em proveito próprio ou de terceiro, devendo agir com imparcialidade e neutralidade na prática de atos e decisões que tenha como partes o interesse privado e o da administração pública.

Assim, com base nesse princípio fica vedado ao agente público utilizar suas convicções ideológicas nos atos e decisões resultantes de sua função.

Portanto, ao nos reportamos ao Processo Administrativo Tributário, vislumbramos que os julgamentos devem ser pautados pela impessoalidade, imparcialidade e isenção de seus julgadores, apesar de serem do quadro do Fisco, estão os mesmos exercendo a função judicante, devendo julgar de acordo com a lei e a neutralidade exigida para função pública exercida.

> **Exemplo prático:** *Um julgador ao analisar uma acusação, verifica que o sujeito passivo é um amigo de infância, assim, apesar desse fato e do seu livre arbítrio para julgar a matéria, deverá julgar de acordo com o que determina a lei, não podendo tomar partido no momento da sentença, devendo ser imparcial e isento de qualquer manifestação pessoal com vista a favorecer o autuado em razão da sua amizade. Sendo o mais correto o julgador alegar suspeição.*

15.4-PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

É o princípio de onde todos os outros defluem, tendo arrimo no texto constitucional que assim explicita: *Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. (art. 5º, LIV, CF/88)*

O devido processo legal tem o intuito de instrumentalizar as partes a discutirem os seus direitos, e no que tange ao acusado, a exercer o seu direito de defesa assegurando a todos o direito a um processo com todas as etapas previstas em lei e todas as garantias constitucionais.

Este princípio garante ao acusado a discussão da matéria através de um processo regular, com direito a ampla defesa e o direito ao contraditório, cuja decisão só poderá ser proferida após a conclusão do devido processo legal.

> **Exemplo prático:** *Um contribuinte é autuado em virtude de transportar mercadorias sem documento fiscal, tendo o auditor fiscal efetuado o arbitramento concernente ao preço das mercadorias, todavia, a legitimidade do valor arbitrado está sujeito ao devido processo legal (Processo Administrativo Tributário), no qual será discutida a legalidade do lançamento de ofício e cujo valor arbitrado poderá ser contestado pelo acusado face à apresentação de provas materiais do real preço praticado na praça.*

15.5-PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

Estando disciplinado no ***art. 5º, LV*** *d*a Carta Magna/88, observa-se ser aquele que requer rigorosa observância do processo estabelecido e o respeito à faculdade de produzir defesa, assegurada ao contribuinte, a admissibilidade da formulação dos recursos que a Lei admite, conforme texto infracitado:

> ***Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.***

Perquire-se da exegese da transcrição supra que o direito à defesa não se cinge aos processos na esfera judicial apenas, estendendo-se

a todos os acusados em geral, estabelecendo a dialética, o direito de ser ouvido em qualquer situação ou circunstância em que houver o dedo acusatório, naturalmente, respeitadas as normas processuais para cada caso.

Partindo dessa premissa, infere-se que o direito de defesa deve ser garantido tanto no processo judicial como no administrativo, não podendo ser cerceado ou dificultado por quem quer que seja, sob pena de nulidade do ato que cerceou este direito e de todos os atos supervenientes.

O Princípio de Ampla Defesa, é decorrente do devido processo legal, assegurado na Constituição Federal, aliado à obrigatoriedade do contraditório. É a garantia de que o interessado será devidamente notificado, dando-lhe a oportunidade de defender-se, produzir provas de seu direito, acompanhar os atos da instrução e utilizar-se dos recursos cabíveis.

No processo contencioso tributário o direito ao contraditório inicia-se após a cientificação do lançamento tributário em decorrência da lavratura de um auto de infração, estabelecendo daí em diante a dialética processual, oportunizando ao acusado a manifestar-se sobre o lançamento tributário lhe imputado, levando a efeito a composição da lide.

Destarte, havendo a preterição do direito de defesa, todos os atos praticados doravante serão nulos em virtude do cerceamento do direito do contraditório e da ampla defesa, assim a supressão ou diminuição das garantias que a lei dá a todo cidadão de se defender quando chamado a juízo denomina-se cerceamento de defesa.

Sendo mister ressaltarmos que qualquer obstáculo ao direito de defesa a partir da lavratura do auto de infração, seja quanto à notificação do lançamento tributário ou quanto à denegação de vista ao processo ou mesmo um julgamento proferido sem a devida fundamentação, são causas de nulidade do julgamento e não do procedimento de fiscalização de constituição do crédito tributário, ou seja, todos os atos praticados já dentro do contexto do processo administrativo tributário que não tem relação direta com o processo de constituição do crédito tributário, mas tão-somente com os ritos

processuais, quando cerceiam o direito do acusado, são hipóteses de nulidade do julgamento *a quo*, caso o julgador não tenha saneado o vicio responsável pelo cerceamento do direito de defesa.

> **Exemplo prático:** *Um contribuinte autuado tem o prazo de 30 dias para recolher o imposto devido ou impugnar a acusação, diante disso, com lastro no seu direito do contraditório e da ampla defesa, peticiona reclamação, na qual contradita as razões de acusação, além de apresentar provas materiais na tentativa de ilidir o fato infringente lhe imputado., exercendo assim o seu direito ao contraditório e a ampla defesa.*

15.6-PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.

Vislumbra-se que a Constituição do Império de 1824, em seu ***art. 158***, dispunha expressamente sobre a garantia absoluta ao duplo grau de jurisdição.

Porém, as Constituições posteriores restringem-se a atribuir aos tribunais a competência para decidir os litígios em fase recursal.

Destarte, uma parte do entendimento doutrinário entende que não há mais garantia constitucional quanto ao duplo grau de jurisdição, mas apenas previsão para a existência de recurso.

Todavia, apesar desse entendimento, outra parte da doutrina entende que a Constituição vigente, ao prever direito ao contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, mantém a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição tanto em processo administrativo como no judicial.

Outrossim, apesar dessa celeuma, observa-se hodiernamente que o Poder Judiciário tem se inclinado favorável à tese de que o duplo grau não é garantia constitucional, ficando ao alvitre do legislador ordinário instituí-lo ou não.

Entendendo-se que o legislador infraconstitucional pode limitar o direito de recurso, exceto em relações aos recursos especiais e extraordinário, cujos requisitos já estão no próprio texto da Constituição.

Infere-se inegavelmente que o duplo grau de jurisdição propicia decisões mais elaboradas e, provavelmente, mas corretas e justas, por esse motivo são raras as hipóteses de processo de instância única na legislação brasileira, podendo-se citar a Lei de Execução Fiscal em casos de diminuto valor e em casos específicos da legislação processual trabalhistas.

No caso do Processo Administrativo Tributário, não se vislumbra a existência de instância única em nenhuma das unidades da Federação, sendo garantido ao sujeito passivo o duplo grau de jurisdição, inclusive, na Paraíba, que além da segunda instância, ainda se verifica a existência de uma terceira instância.

> **Exemplo prático:** *O contribuinte ao ser autuado, tem o direito de impugnar a acusação na primeira instância de julgamentos de processos fiscais, sendo mantida a acusação, terá o mesmo o direito de ver a matéria discutida pela segunda instância, através da interposição de recurso, a qual é composta por um colegiado, sendo este direito estendido também no caso de Processos de Consultas.*

15.7-PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.

No texto Constitucional existe a obrigatoriedade da administração tornar público seus atos, conforme disciplinamento previsto no ***art. 37*** da CF/88, *in verbis:*

> ***Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:***

Levando-nos a inferir que os atos do Processo Administrativo devem se pautar pela publicidade, assim, o Princípio da Publicidade obriga que os atos de instauração e decisão sejam publicados e determina que os interessados *(partes legais) t*enham acesso ao

processo administrativo, ressalvadas as hipóteses em que o interesse público exigir sigilo.

Todavia, vislumbra-se que a publicidade do Processo Administrativo Tributário deve ser analisada de acordo com a norma constitucional, mas também sob o ângulo das regras que tratam do sigilo fiscal, conforme se abebera do texto infracitado:

> ***A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem. (art. 5º, LX, CF/88)***

Onde se vislumbra que todo servidor público que, por força do cargo tiver conhecimento de dados fiscais dos contribuintes, tem sobre tais informes, o dever de guardar permanente segredo. Essa regra vem de tempos remotos, bastando lembrar que já era prevista desde o ano de 1943, conforme ***art. 201, §§ 2º e 3º***, do Decreto-Lei nº 5.844, de 1943.

Atualmente, essa vedação, imposta tanto à Fazenda Pública, como aos seus servidores, vem tratada em lei complementar, com efeito, o ***art. 198*** do *Código Tributário Nacional*, com a redação dada pela *Lei Complementar nº 104,* de 10/01/2001, assim dispõe:

> ***Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.***

Como se infere, o dever de sigilo abrange a divulgação não só de informações de interesse fiscal, mas também a situação dos negócios ou atividades do contribuinte.

No Processo Administrativo Tributário, é defeso ao julgador divulgar informações que tenha acesso em virtude da apreciação da matéria concernente à situação financeira da empresa e suas operações.

Outrossim, no caso do Processo Administrativo Tributário, é obrigatória a publicidade dos seus atos, a exemplo do Conselho de Recursos Fiscais, cujas distribuições, atas e acórdãos são obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado.

> **Exemplo prático:** *Todo julgamento realizado pelo Conselho de Recursos Fiscais deve ter a pauta de julgamento divulgada antes da sessão de julgamento, onde as sessões serão realizadas de portas abertas, devendo os acórdãos das decisões proferidas serem publicados no Diário Oficial do Estado, todos estes procedimentos são obrigados face ao Princípio da Publicidade.*

15.8-PRINCÍPIO DA LEGALIDADE OU DA LEGALIDADE OBJETIVA.

Se ninguém é obrigado a fazer ou não fazer alguma coisa em virtude de lei, a administração não poderia ficar de fora, pois é óbvio que a primeira entidade que deve obedecer ao comando constitucional deverá ser a administração, que só poderá exigir alguma coisa de alguém se essa exigência estiver contida em lei, conforme disciplinamento infracitado:

> ***Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. (art. 5º, II, CF/88)***

No caso em tela, observa-se que este princípio determina que a instauração do processo se realize com base em lei, sob pena de nulidade, e que se efetive, também, o cumprimento da lei, porque, ao tempo em que ampara o particular, serve também ao interesse público, defendendo a norma jurídica objetiva, para que predomine o império da legalidade e da justiça no funcionamento da Administração.

Ao lado do Princípio da Legalidade da Administração, existe o Princípio da Legalidade da Tributação, segundo o qual nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça *(art. 150, I, CF/88).*

No Processo Administrativo Tributário, as decisões devem

reger-se pela observância da estrita legalidade, pois na administração pública, o agente não age de acordo com a sua conveniência, não tem vontade própria, a sua atuação é comandada pela lei.

Partindo dessa premissa, infere-se que o julgador deve pautar-se em seu julgamento na análise meticulosa dos procedimentos realizados e das técnicas aplicadas, observando se a subsunção do fato está de acordo com a norma disciplinadora da matéria, assim como se a exigência está líquida e certa.

Pois todo o procedimento de fiscalização, bem como o de julgamento, devem estar dentro da lei, sob pena de ser decretada a nulidade dos atos praticados.

> **Exemplo prático:** *É lavrado um auto de infração no trânsito em virtude de ser constatado o transporte de mercadorias acompanhada de documento inidôneo, onde o fazendário coloca como sujeito passivo o destinatário das mercadorias, quando do julgamento se verifica que a lei determina que a responsabilidade pelo pagamento do imposto deve recair sobre o transportador que transportar mercadorias sem documento fiscal ou acompanhada de documento inidôneo, assim, diante do princípio da legalidade, deve o auto de infração ser considerado nulo, em razão de erro na pessoa do infrator.*

15.9-PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE PROVAS OU DA VERDADE MATERIAL.

Com arrimo neste princípio a autoridade administrativa está autorizada a conhecer novos fatos, onde novas provas podem ser acostadas aos autos até a data do julgamento final, inferindo-se que o julgador administrativo, independente de arguições das partes, pode buscar elementos fora do processo para a formação de seu juízo, revestindo-se de um maior poder investigatório na busca da verdade real, diferenciando-se do processo civil, onde o juiz deve cingir-se às provas acostadas ao processo pelas partes.

Assim, chega-se à ilação de que a verdade material se reporta

a autorização que a administração tem de se valer de qualquer prova que a autoridade processante ou julgadora tenha conhecimento, independente de arguições das partes, exceto as obtidas por meios ilícitos, para deslindar a causa, todavia, torna-se obrigatório o translado das provas para o processo.

Sendo mister ressaltarmos ser este o princípio que autoriza a possibilidade do *reformatio in pejus* nos recursos administrativos quando ocorre a reapreciação da prova, ou a nova prova conduz o julgador da segunda instância a uma verdade material desfavorável ao próprio recorrente, ou seja, de posse de novas provas pode a decisão favorável ao contribuinte em primeira instância ser reformada *in totum* a favor da Fazenda estadual na instância *ad quem*.

Outrossim, contrariamente ao que ocorre, em regra, no Processo Judicial Civil, no Processo Administrativo Tributário é dever da autoridade julgadora atentar para todas as provas de que tenha conhecimento, ou mesmo, determinar a produção de provas, trazendo-as aos autos, quando sejam capazes de influenciar na decisão.

Assim sendo, chega-se à ilação de que a autoridade preparadora ou julgadora pode conhecer de novas provas, ainda que produzidas em outros processos ou decorrentes de fatos supervenientes que comprovem as alegações feitas, é o que se denomina de verdade material.

Todavia, vale salientar que não basta apenas os argumentos contidos no fundamento da sentença acerca das novas provas, sendo condição *sine qua non* que as novas provas colhidas pelo julgador sejam transladadas para os autos.

> **Exemplo prático:** *Foi lavrado um auto de infração em um estabelecimento comercial cuja exigência se reportava a omissão de saídas constatada pelo levantamento da Conta Mercadorias, o qual é aplicado para arbitrar o valor do lucro bruto da empresa nos casos em que a mesma não mantém escrita contábil regular. Quando do julgamento, diante da alegação contida na petição defensual de que a empresa mantinha a respectiva escrita*

contábil devidamente registrada na Junta Comercial, o julgador devolveu os autos em diligência para que a empresa acostasse a escrita contábil com o efetivo lucro bruto do exercício, o que foi providenciado, sendo o auto de infração, com lastro na prova material apresentada, julgado nulo, visto o lucro bruto demonstrado na escrita contábil prevalecer sobre o valor arbitrado.

15.10-PRINCÍPIO DO INFORMALISMO.

Dispensa ritos sacramentais e formas rígidas para o processo administrativo, principalmente para os atos a cargo do particular.

Sendo consideradas as formalidades estritamente necessárias à obtenção da certeza jurídica e a segurança procedimental.

Todavia, é de bom alvitre ressaltarmos que o informalismo não deve ser aplicado de forma que o processo e as normas processuais sejam olvidados, gerando prejuízos à garantia do contraditório e ao amplo direito de defesa da parte acusada ou à própria segurança jurídica.

Partindo dessa premissa, vislumbramos que o processo administrativo deve ser simples, despido de exigências formais excessivas, a exemplo do fato da defesa poder ser a cargo do próprio administrado, o qual nem sempre é familiarizado com os meandros processuais.

Todavia, vale frisar que não deve ser o informalismo aplicado de forma aleatória, pois a lei impõe uma forma ou uma formalidade a ser seguida, a qual deverá ser atendida sob pena de nulidade do procedimento, mormente se da inobservância resulta prejuízo para as partes.

Em suma, o informalismo dispensa ritos sacramentais para o processo administrativo, primordialmente para os atos praticados pelo particular.

Ademais, predomina no campo processual a mais ampla liberdade, exceto nos casos em que a lei exigir forma determinada. Este princípio assegura o andamento célere do processo, sem prejuízo

do esclarecimento que deva conter o conhecimento da verdade a que deva conduzir.

Bastam as formalidades estritamente necessárias à obtenção da certeza jurídica e à segurança procedimental.

> **Exemplo prático:** *Um contribuinte autuado, diante da notificação para impugnar o lançamento de ofício ou recolher a quantia exigida, em consequência da lavratura de um auto de infração, decide ele mesmo elaborar sua petição e questionar a exação sem a necessidade de contratar os serviços de um advogado.*

15.11-PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE.

É aquele que atribui sempre a movimentação do processo administrativo à Administração, ainda que instaurado pela provocação do particular.

Assim, uma vez iniciado o rito processual passa a pertencer ao Poder Público.

Se a administração o retarda ou dele se desinteressar, infringe o princípio da oficialidade, e seus agentes podem ser responsabilizados disciplinarmente pela omissão ou negligência.

É evidente que, sendo missão constitucional do Executivo apreciar a legalidade dos atos dos seus agentes, iniciando o processo, compete à própria administração impulsioná-lo até sua conclusão.

Nesse diapasão, uma vez iniciado o processo administrativo, passa o mesmo a pertencer ao Poder Público, a quem compete o seu impulsionamento até a decisão final.

Sendo mister ressaltarmos que para a celeridade dos autos, o princípio da oficialidade também disciplina acerca da possibilidade de diligenciar o processo para que o julgador possa deslindar a questão.

> **Exemplo prático:** *A repartição preparadora ao receber um auto de infração lavrado, abre um processo específico, enviando o mesmo, após o recebimento da petição reclamatória do*

contribuinte, para apreciação e julgamento na Gerência Executiva de Julgamentos de Processos Fiscais, onde se vislumbra a responsabilidade da repartição preparadora pela tramitação do processo até a prolação da decisão final.

Exemplo prático: *O julgador fiscal ao analisar um processo para proferir sentença, verifica que para o mesmo seguir seu rito processual com a prolação da sentença, necessário se faz o envio para saneamento, assim o fazendo, para só depois, após sanar os vícios constatados ou dúvidas surgidas, proferir decisão, seguindo o processo seu rito processual normal.*

15.12-PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.

A economia processual pode ser explicada como a tentativa de poupar qualquer desperdício na condução do processo, bem como nos atos processuais, de trabalho, tempo e demais despesas, que possam travar o curso do processo. *(www.jurisway.com.br)*

Observa-se neste princípio que determinados procedimentos, quando não trouxerem prejuízo a ordem jurídica ou não forem de encontro à legislação vigente, podem ser executados em detrimento do tempo e do custo financeiro que seria despendido em relação a outros procedimentos.

Exemplo prático: *Em um julgamento realizado pelo Conselho de Recursos Fiscais (órgão de segunda instância administrativa de julgamento), verificou-se a existência de decadência do direito da Fazenda estadual de constituir o crédito tributário.*

Todavia, constatou-se também que assistia razão ao contribuinte quanto à alegação de cerceamento do direito de defesa, em razão de não ter sido analisadas as provas acostadas, sendo este vício ensejador da decretação pela segunda instância da nulidade da sentença singular, para que fosse realizado novo julgamento com a apreciação das provas acostadas ao processo.

Porém, apesar do cerceamento do direito de defesa constatado e

da necessidade de ser julgada nula a decisão singular, diante do fato de assistir razão ao contribuinte quanto à constatação de cerceamento do direito de defesa, o Relator, com lastro no princípio da economia processual julgou o auto de infração improcedente, em vez de nulo e do eventual retorno para apreciação e julgamento na primeira instância, em razão da ausência de necessidade de retornar à instância inicial para novo julgamento, face ao custo de tempo e financeiro que este procedimento causaria ao Erário estadual, quando já comprovado em segunda instância a improcedência do feito fiscal em razão da decadência.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DA PARAÍBA

LEI Nº 10.094/2013

16-DO ORDENAMENTO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO PARAIBANO.

A **Lei nº 10.094/2013**, disciplina o *Ordenamento Processual Tributário*, o *Processo Administrativo Tributário*, bem como, dispõe sobre a *Administração Tributária*, no âmbito da Secretaria de Estado da Receita.

16.1-DA ABRANGÊNCIA DO ORDENAMENTO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO PARAIBANO.

O Ordenamento Processual Tributário abrange as regras estabelecidas na **Lei nº 10.094/2013**, sem prejuízo, no que não lhe confrontar, do disposto em legislação específica de cada tributo.

Portanto, todo o arcabouço processual tributário passou a ser disciplinado pela **Lei nº 10.094, de 27** de setembro de 2013, com vigência a partir de 28 de setembro de 2013, porém, com efeito, a partir de **1º de março de 2014.**

Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial os ***arts. 91*** ao ***157,*** os ***arts. 159*** ao ***178*** e os ***arts. 180*** ao ***183*** da **Lei nº 6.379**, de 02 de dezembro de 1996.

17-O PROCESSO E O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E SUAS DEFINIÇÕES.

O **Dicionário Aurélio** define *"processo"* como sendo um conjunto de peças que documentam o exercício da atividade jurisdicional em um caso concreto, o qual denominamos de *"autos"*.

Assim, infere-se que processo *"procedere"*, que na tradução literal significa ir de um lugar para outro, é o conjunto de atos interligados praticados para obtenção da decisão de uma controvérsia travada no âmbito administrativo ou judicial.

A resistência ao uso do vocábulo "*processo*" no campo da administração pública, é explicada pelo receio de confusão com o processo judicial, deixando de existir esse medo no momento em que se acolhe a processualidade ampla, isto é, a processualidade associada ao exercício de qualquer poder estatal.

Onde lembramos que a Constituição Federal de 1988 utiliza o vocábulo no ***inciso IV*** do ***art. 5º*** e em outros dispositivos.

Destarte, em outras palavras, **Processo** é o conjunto de atos sistematicamente organizados e desencadeados em etapas para a obtenção da finalidade da jurisdição, ou seja, é o instrumento da jurisdição propriamente dito.

A distinção no tocante ao procedimento, é que o processo é o somatório dos atos e etapas que têm um fim, já o procedimento é a maneira pela qual este fim é alcançado.

Os prazos e a forma dos atos do processo *(se escrita ou oral)*, são aspectos do procedimento.

Um exemplo de processo é o Processo Administrativo Tributário, o qual se instala quando da lavratura do auto de infração com as provas materiais do fato infringente praticado, dando-se início ao contencioso, em regra, no momento da impugnação do lançamento tributário pelo sujeito passivo, surgindo neste momento a resistência do contribuinte autuado contra a pretensão do Estado na cobrança do crédito tributário que julga ser devido.

Sendo **Procedimento** a orientação sucessiva de atos, seu encadeamento, conduzindo à almejada decisão do processo materializado, ou seja, procedimento seria todas as etapas de um processo até alcançar sua finalidade, que é o deslinde da contenda.

Assim, ressaltarmos que no Direito Tributário, foi estabelecida pela doutrina distinções conceituais entre ***procedimento administrativo tributário*** e ***processo administrativo tributário***, chamando-nos a atenção a definição acerca de procedimento, vejamos:

Procedimento Administrativo Tributário - Entendem os doutrinadores que deve ser considerado como a ação de fiscalização, desde o seu início até a lavratura do lançamento fiscal, se for o caso. Onde consideram que o procedimento não envolve litígio.

Partindo dessa premissa, infere-se que procedimento em sua aplicação generalizada, significa a forma de realizar os atos processuais, são os ritos ou as formas de deslindar a matéria, onde se observa que todo processo requer um procedimento, mas nem todo procedimento requer um processo.

Porém, em relação ao Direito Tributário, a doutrina entende que o Procedimento Administrativo Tributário serve para designar todos os atos concernentes às ações fiscalizatórias e da formalização do crédito tributário através do lançamento de ofício.

18-A DIFERENÇA ENTRE ATOS E TERMOS PROCESSUAIS.

Os atos e termos processuais, quando a legislação não prescrever forma determinada, deverão conter o indispensável a sua finalidade, registrados por processo mecânico, eletrônico ou escritos em tinta indelével, no vernáculo nacional, sem rasuras, espaços em branco, entrelinhas ou emendas não ressalvadas.

Em regra, todos os atos e termos processuais serão dispostos em ordem cronológica, devendo as peças processuais serem inseridas no processo em razão das datas de suas ocorrências, assim, após a lavratura do auto de infração, serão acostados ao processo seguindo uma ordem cronológicas, todas as peças que, doravante, tenham relação com o processo, a exemplo do *Termo de Conclusão, Termo de Antecedentes Fiscais, reclamação e etc*.

Os atos e termos processuais assim se definem:

> =>**ATO PROCESSUAL** - Atos processuais são atos das partes envolvidas que provocam conseqüências jurídicas no processo. Os atos processuais têm o condão de empurrar o processo no sentido de obter o deslinde da contenda.
>
> Destarte, quaisquer das pessoas envolvidas na relação jurídica processual e que de qualquer forma possuem relevância para ela, modificando, criando e extinguindo a relação processual está praticando um ato processual.

Ex: *Diligência, sentença, intimações e despachos.*

=>**TERMO PROCESSUAL** - é a forma escrita de certos atos processuais praticados nos autos de um processo, sendo a expressão do ato processual de forma expressa e escrita, ou seja, é a reprodução gráfica de um ato processual, levando para o papel aquilo que é dito.

Ex: *Termo de Revelia, Termo de Juntada.*

19-DO DOMICÍLIO DO CONTRIBUINTE.

Para os efeitos do cumprimento da obrigação tributária e da determinação de competência das autoridades administrativas, considerar-se-á domicílio tributário do contribuinte ou responsável:

I – quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta, o local habitual de sua atividade;

II – quanto às pessoas jurídicas de direito privado, o local onde estejam sediados os respectivos estabelecimentos comerciais ou em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III – quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante;

IV – o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos e fatos que determinaram a obrigação;

V – V - o endereço eletrônico que venha a ser a ele disponibilizado pela Administração Tributária Estadual, observado o disposto no art. 4º-A desta Lei.

Nesse ultimo caso, o endereço eletrônica é um dos avanços tecnológicos disponibilizados pela SER ao contribuinte, sendo este recurso normatizado como domicílio, para efeito do recebimento de correspondências, notificações ou quaisquer solicitações e informações da *Secretaria da Fazenda,* o que se chama atualmente de DTe - Domicílio Tributário Eletrônico.

Quanto ao endereço eletrônico, instituiu o art. 4º A que a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Estado da Receita - SER e o sujeito passivo, será realizada por meio do Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e, sem prejuízo de outras disposições na forma prevista na legislação.

Sendo a comunicação eletrônica utilizada pela SEFAZ para:

I - cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;

II - encaminhar notificações e intimações;

III - expedir avisos em geral.

Dessa forma, infere-se que atualmente todas as empresas estão obrigdas a adesão mediante opção do sujeito passivo, da utilização do Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e, podendo dispensá-lo a quem a ele se obriga, bem como autorizá-lo a quem a ele não se obriga. Sendo a comunicação considerada pessoal para todos os efeitos legais

Ressalvando-se que no interesse da Receita Estadual, a comunicação com o sujeito passivo credenciado ao DT-e poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação.

Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos disciplinados acima, deverão ser observadas as regras constantes na legislação específica de cada tributo.

Em se tratando de produtor rural ou se o imóvel estiver situado em território de mais de um Município, considera-se o

contribuinte domiciliado no Município em que estiver localizada a sede da propriedade ou, na ausência desta, naquele em que se situar a maior área do imóvel.

Esse fato terá repercussão quanto ao ICMS, apenas no caso dos municípios fronteiriços, a fim de determinação do sujeito ativo.

20-DA MUDANÇA DE DOMICÍLIO.

O sujeito passivo comunicará, previamente, à repartição preparadora de sua circunscrição, qualquer alteração de seu domicílio tributário, sob pena de descumprimento de obrigação acessória, pois a falta de recebimento de intimação, notificação, aviso ou qualquer outra comunicação, em virtude da ausência de comunicação, não exime a empresa dos efeitos legais dessa ausência, não sendo oponível à Administração Tributária Estadual, assim, havendo a mudança de endereço sem comunicação, a notificação enviada para o endereço cadastrado será válida.

Bem como, ressaltamos que a comunicação efetivada não produzirá efeitos quando se tratar de endereço inverídico ou houver recusa do domicílio eleito, na forma do ***§ 2º*** do ***art. 127*** da *Lei nº 5.172*, de 25 de outubro de 1966 - *Código Tributário Nacional - CTN*, transcrito *in verbis:*

> ***Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:***
>
> ***§ 2º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.***

O sujeito passivo ou o responsável deverá comunicar a mudança de endereço ocorrida durante o curso do Processo Administrativo Tributário, sob pena de valerem as intimações feitas com base no endereço informado nos autos, a exemplo de uma solicitação de documentos, ou ciência do resultado do julgamento.

21-DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO.

Tanto os auditores fiscais quanto os julgadores e conselheiros estão impedidos de participarem do processo administrativo tributário por impedimento direto ou alegação de suspeição.

Entende-se por suspeição a situação disciplinada em lei, que impede juízes, promotores, advogados, ou qualquer outro auxiliar da justiça, de funcionar em determinado processo quando houver dúvida quanto à imparcialidade e independência com que devem atuar.

A suspeição ocorrerá quando o julgador ou conselheiro for amigo ou inimigo intimo das partes, quando figurar na posição de credor ou devedor destas, sendo de bom alvitre citarmos as causas de suspeição enumeradas no ***art. 135*** do CPC:

> ***Art. 135. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:***
>
> ***I - amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;***
>
> ***II - alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;***
>
> ***III - herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;***
>
> ***IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio;***
>
> ***V - interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.***
> ***Parágrafo único. Poderá ainda o juiz declarar-se suspeito por motivo íntimo.***

Importante destacar que nessa modalidade de exceção, não haverá nunca a certeza do prejuízo à imparcialidade do julgador,

mas sempre uma suspeita de que o mesmo poderá agir mediante influência desses elementos subjetivos.

Nestes casos, compete ao interessado, na arguição de impedimento, fundamentar sua alegação e comprovar as circunstâncias de fato que constituam a sua causa.

No caso do **Auditor fiscal**, o mesmo está impedido de exercer atividade de fiscalização ou efetuar diligência junto a contribuinte:

> *I – em relação ao qual tenha interesse econômico ou financeiro;*
>
> *II – de quem seja cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau;*
>
> *III – de cujo titular, sócio, acionista majoritário ou dirigente seja cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau.*

No caso vertente, é de bom alvitre demonstrarmos os graus de parentesco para um melhor entendimento acerca das possibilidades de suspeição dos fazendários, vejamos:

22-GRAU DE PARENTESCO.

- **São parentes de 1º grau:** *seu pai e sua mãe e seus filhos;*

- São parentes de 2º grau: *seus avós de pai e de mãe (na verdade é daí que você vai buscar as outras referências) e seus netos;*

- São parentes de 3º grau: *seus tios por parte de pai e de mãe e seus bisnetos e seu bisavô;*

- São parentes de 4º grau: *seu primos, filhos de seus tios irmãos de seus pais. Na verdade os filhos de seus primos já não são mais parentes legais.*

Devendo o impedimento ser declarado de ofício pelo próprio auditor fiscal, antes da ciência do *Termo de Início de Fiscalização*, podendo, também, ser arguido por qualquer interessado.

No caso da arguição de impedimento ser realizada pelo sujeito passivo, deverá ser formalizada por escrito, no prazo de até *5 (cinco) dias*, contado da data da ciência do *Termo de Início de Fiscalização* ou da notificação e deverá ser dirigida ao Gerente da unidade de trabalho a que estiver subordinado o auditor fiscal, o qual decidirá a questão em *5 (cinco)* dias, a contar da data do recebimento e, se acatada a arguição, designará, no mesmo ato, outro auditor para efetuar o procedimento.

Sendo de bom alvitre lembrarmos que a arguição de impedimento pelo sujeito passivo poderá ser formalizada quantas vezes achar necessária, desde que fundamentada.

No caso do **Julgador fiscal**, está impedido de participar do julgamento, em qualquer instância, aquele que:

I – tenha intervindo em fase anterior do processo:

a) no exercício de atividade de auditoria ou diligência fiscal;

b) na qualidade de perito ou mandatário;

c) na prática de ato decisório;

II – tenha, no processo, interesse econômico ou financeiro;

III – tenha parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, interessado no litígio.

O impedimento será declarado de ofício ou poderá ser arguido por qualquer interessado, inclusive, pelo impedido, devendo ser decidido antes de proferido o respectivo julgamento.

No caso de julgamento em primeira instância, as arguições de suspeição deverão ser dirigidas ao *Gerente Executivo de Julgamento de Processos Fiscais,* que, ante a pertinência da matéria, redistribuirá o processo para outro julgador.

Sendo considerada a rejeição da exceção de impedimento o ato de negativa da alegação suscitada por parte do Gerente Executivo.

A rejeição da exceção de impedimento da autoridade julgadora constará da decisão singular, podendo ser a matéria reapreciada, como preliminar, em grau de recurso.

Além das causas elencadas anteriormente para efeito de impedimento e suspeição, poderão ser consideradas aquelas determinadas pelo *Código de Processo Civil Brasileiro*

Incorre em suspeição também o auditor fiscal ou a autoridade julgadora que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o sujeito passivo ou com a pessoa interessada no resultado do procedimento ou do Processo Administrativo Tributário, ou com seus respectivos cônjuges, companheiros e afins até o terceiro grau.

A suspeição será declarada pelo suscitado ou por qualquer interessado, cabendo ao arguido, neste caso, pronunciar-se por escrito sobre a alegação antes do término do procedimento ou do Processo Administrativo Tributário.

No caso de Processo Administrativo Tributário, para facilitar a alegação de suspeição ou impedimento, a primeira instância de julgamento deverá publicar, no *Diário Oficial do Estado*, a relação dos processos contenciosos distribuídos para julgamento, ocasião em que marcará o prazo de *5 (cinco)* dias para arguição de suspeição contra a autoridade julgadora designada para apreciar o litígio.

A declaração de suspeição, no âmbito da segunda instância julgadora, obedecerá às disposições contidas no *Regimento Interno do Conselho de Recursos Fiscais (Decreto nº 36.581, de 26 de fevereiro de 2016).*

23-DA INTIMAÇÃO.

Far-se-á a intimação:

I – pessoalmente, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar, devendo ser solicitado um documento hábil que comprove a condição de sujeito passivo, mandatário ou preposto, como por exemplo uma procuração ou contrato social.

II – por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), encaminhado ao domicílio tributário do sujeito passivo, observados os §§ 2º, 9º e 10 deste artigo;

III – por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) eenvio ao endereço eletrônico disponibilizado ao sujeito passivo pela Administração Tributária Estadual, observado o art. 4º-A desta Lei;

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

Obs: Atualmente já foi implantado o Domicílio Tributário Eletrônico - DTe, onde os contribuintes recebem as notificações e solicitações do fisco (Decreto nº 37.276, de 07/03/2017, com vigência a partir de 08/03/2017).

IV – por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento.

Obs: Sendo permitida legalmente a intimação realizada por qualquer outro meio não elencado acima, desde que se comprove o recebimento da intimação.

23.1-DA INTIMAÇÃO POR EDITAL.

Quando resultarem improfícuos um dos meios previstos neste artigo, a intimação poderá ser feita por edital publicado:

> *I – no endereço da Administração Tributária Estadual na Internet;*
>
> *II – em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação;*
>
> *III – eno Diário Oficial Eletrônico – DOe-SER, uma única vez.*

No caso de intimação por Edital, deverá ser observado, para efeito de contagem de prazo, não a data constante do edital, mas a data da sua publicação, que em regra ocorre no *Diário Oficial do Estado.*

Devendo constar do Processo Administrativo não só o Edital, mas também cópia do Diário Oficial ou qualquer outro documento que comprove a data da publicação do Edital no Diário Oficial do Estado ou Diário Oficial Eletrônico.

Onde a não verificação da data da publicação do Edital poderá resultar em erro de cálculo referente ao prazo regulamentar.

23.2-COMO SERÁ CONSIDERADA EFETIVADA A INTIMAÇÃO.

Quando o recebimento ocorrer por intermédio do sujeito passivo, seu representante, preposto, empregado ou assemelhado, ou de qualquer pessoa, pertencente ou não ao quadro funcional da empresa, no endereço postal do domicílio tributário informado à Fazenda estadual do sujeito passivo, do seu representante legal ou do mandatário devidamente constituído, será considerada efetivada a intimação.

Esse disciplinamento vem suprir uma lacuna existente nas

normas passadas, pois se vislumbra com frequência nos julgamentos de processos administrativos tributário a arguição do contribuinte de cerceamento do direito de defesa, em razão da intimação realizada através do *Aviso de Recebimento - AR* ter sido efetuada à pessoa estranha à empresa, quando na verdade, alguns contribuintes orientam empregados não registrados ou parentes para assinarem o AR, para depois, alegarem vício na ciência.

Assim, será considerada válida a intimação realizada por *Aviso de Recebimento - AR,* quando o endereço for o mesmo do cadastro do contribuinte na SEFAZ, independente de quem assine o AR.

É o que denominamos de **TEORIA DA APARÊNCIA**, onde uma pessoa é tida como titular de um direito, quando na verdade não o é, agindo como se fosse proprietária, por sua própria conta e responsabilidade, assinando documentos e tomando ciência em nome da empresa.

Estando na posição de quem representa o verdadeiro titular, ou de quem se encontra gerindo os negócios alheios. Firmando-se a cedência de um direito como seu, levando o cessionário de um direito à convicção honesta da aquisição de direitos.

Dá-se o aparecimento de uma situação de fato cercada de circunstâncias tais que as pessoas de boa-fé são levadas a acreditar, realmente, como válidos os atos praticados, como ocorre geralmente quando da realização da ciência de um auto de infração, um parente ou empregado não formalizado se apresenta perante o funcionário dos Correios no estabelecimento comercial autuado e recebe a ciência, assinando o Aviso de Recebimento - AR.

Nestas circunstâncias, a verificação da ***Teoria da Aparência*** é apresentada como verdadeiro um fato que não é, pelo qual, uma pessoa considerada por todos como titular de um direito, embora não o seja, leva a termo um ato jurídico com terceiro de boa-fé. Trata-se de um fato que faz parecer algo que não é, produzindo consequências jurídicas.

Outrossim, fundamenta-se a **Teoria da Aparência** na segurança jurídica do terceiro de boa-fé, assegurando que o criador

da situação aparente responda pelos efeitos advindos dela, bem como na necessidade de imprimir segurança às relações jurídicas.

Nasce então, a recepção à *Teoria da Aparência*, que aplicada em comunhão com o Princípio da Boa-fé, possui o escopo de conferir segurança jurídica às relações empresariais, evitando que ocorram entraves provocados pela exigência demasiada de verificação das informações prestadas, tanto pelos contribuintes quanto pelo Fisco.

Esta, por sua vez, efetiva-se por meio da proteção ao terceiro de boa-fé, que confiando na publicidade conferida a atos e informações prestadas, bem como na aparência legítima exteriorizada pelo sujeito, não poderá ser prejudicado em detrimento de quem aparentou legitimidade enquanto não a possuía.

Ex: U*m empregado ou parente do contribuinte que fica no estabelecimento comercial regularmente e recebe uma intimação através de Aviso de Recebimento -AR, referente a um auto de infração lavrado pelo Fisco estadual, onde se apresenta ao funcionário dos Correios como se fosse o sujeito passivo, representante legal ou preposto.*

No caso do exemplo supra, o ato da ciência passa a ser legítimo em razão da **Teoria da Aparência**, já que o endereço do contribuinte autuado consignado no AR é o mesmo cadastrado na SEFAZ.

A jurisprudência reconhece a *Teoria da Aparência* e a aplica, como se pode ver abaixo:

> **EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. CITAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. TEORIA DA APARÊNCIA. FORNECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇA DA TARIFA PELO CONSUMO MÍNIMO PRESUMIDO. LEGALIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**
>
> *1 - Consoante entendimento já consolidado nesta Corte Superior, com base na Teoria da Aparência, considera-se válida a citação de pessoa jurídica feita na pessoa de funcionário que se apresenta a oficial de justiça como representante legal, sem mencionar qualquer ressalva quanto a inexistência de poderes (Precedentes :AgRg no EREsp 205.275/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 18/09/2002), 739397/RJREsp relator Min. Teori Albino Zavascki, 1Turma, julgado em 26/06/2007.*

No mesmo teor dispõe o ***REsp 741732/SP,*** cuja EMENTA assentou que:

> **PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA - TEORIA DA APARÊNCIA - APLICAÇÃO - JURISPRUDÊNCIA DO STJ - ART.174 DO CTN - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.**
> *1 - Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência pacificada nesta Corte, no sentido de adotar-se a Teoria da Aparência, reputando-se válida a citação da pessoa jurídica quando esta é recebida por quem se apresenta como representante legal da empresa e recebe citação sem ressalva quanto a inexistência de poderes de representação em juízo. Aplicação da súmula 83/STJ. Rel. Min. Eliana Calmon, 2T, julgado em 07/06/2005.*

Nesse diapasão, vislumbra-se que os órgãos julgadores administrativos da Paraíba também ratificam esse entendimento, conforme pode ser observado no Acórdão transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> **LEVANTAMENTO FINANCEIRO – NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS – AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTOS – ARGUIÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA RECHAÇADA – TEORIA DA APARÊNCIA – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA**
> *Legítima se torna, com lastro na Teoria da Aparência, a ciência do contribuinte quando realizada através de Aviso de Recebimento entregue no estabelecimento do contribuinte a pessoa que se apresenta como representante da empresa, fato este verificado tanto na assinatura do Termo de Início de Fiscalização, quanto nos Avisos de Recebimento referentes à ciência do auto de infração e da decisão singular, cujas assinaturas são de pessoas que se apresentaram como representante da empresa. Descabida a argüição de cerceamento do direito de defesa.*
> **RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO**
> **Acórdão nº 198/2010**
> **Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**

Inclusive, esse entendimento já foi sumulado pelo Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba, conforme transcrição abaixo:

SÚMULA Nº 04 - TEORIA DA APARÊNCIA - *Considera-se válida a citação, via postal com AR, quando efetuada no endereço do domicílio tributário, eleito pelo sujeito passivo, e recebida por pessoa que, mesmo sem poder expresso para tanto, assina sem qualquer objeção. (Acórdãos nºs 022/2014; 139/2014; 467/2014; 451/2018; 166/2018).*

Será ainda considerada efetivada a intimação, quando diante de uma situação que impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, a autoridade administrativa adotar o endereço indicado pelo próprio sujeito passivo em qualquer Processo Administrativo Tributário em que tenham sido parte interessada.

23.3-DA OCORRÊNCIA EFETIVA DA INTIMAÇÃO.

Ocorre a intimação efetiva:

I – na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal;

II – no caso de intimação por via postal, na data do recebimento, ou, se omitida, 5 (cinco) dias após a entrega do Aviso de Recebimento – AR, ou ainda, da data da declaração de recusa firmada por funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

III - se por meio eletrônico:
a) na data em que o sujeito passivo efetuar a consulta no endereço eletrônico a ele disponibilizado pela Administração Tributária Estadual;
b) 15 (quinze) dias após a data registrada do envio, se não houver acesso neste período;;

IV – 5 (cinco) dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.

Obs: A intimação por meio eletrônico ocorre atualmente

através do Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e, regulamentado através do Decreto nº 37.276, de 07/03/2017, com vigência a partir de 08/03/2017.

No caso de Aviso de Recebimento, a intimação, quando o sujeito passivo não estiver com sua inscrição ativa perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado, deverá ser realizada:

I - no endereço do sócio administrador da empresa;

II - no endereço do representante legal constante no Cadastro de Contribuintes do ICMS, caso a pessoa jurídica não tenha sócio administrador;

III - por edital, publicado no Diário Oficial Eletrônico - DOe-SER, no caso de devolução do Aviso de Recebimento (AR) sem lograr êxito na entrega da intimação, nos termos dos incisos I e II deste parágrafo.

Devendo ser ressaltado que no caso de endereço desatualizado no CCICMS/PB, sendo notificado através das formas acima, fica facultado ao sócio administrador da empresa ou ao representante legal constante no Cadastro de Contribuintes do ICMS, indicar endereço no Processo Administrativo Tributário para intimação dos atos referentes ao Processo.

Onde a aferição da tempestividade da defesa remetida pelos Correios, será considerada como data de interposição da impugnação ou recurso, a data da postagem.

23.4-DOS REQUISITOS DA INTIMAÇÃO.

Devem constar das intimações:

I – a qualificação do intimado;
II – a finalidade;

III – o prazo e local para o seu atendimento;
IV – a infração verificada, a respectiva capitulação, o valor do crédito tributário e o prazo para a defesa, se for o caso, ou para o cumprimento da obrigação tributária;
V – a data e assinatura do auditor fiscal, com indicação de seu cargo ou função e número de matrícula;
VI – o endereço e o local de funcionamento da repartição fiscal onde deva ser cumprida a exigência, se for o caso.

Devendo ser ressaltada a necessidade de está claramente informado o prazo para o cumprimento da intimação (na notificação através do DT-e, exige-se a escolha da opção do prazo), a fim da caracterização da figura do embaraço à fiscalização, caso não seja cumprido o solicitado no prazo determinado.

23.5-A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO E O COMPARECIMENTO DO INTERESSADO.

A falta de intimação ou a intimação passível de nulidade fica suprida pelo comparecimento do interessado à repartição, a partir do momento em que lhe sejam comunicados os elementos necessários à prática do ato ou permitido o acesso aos autos.

Ou seja, se houve um vício de ciência de um auto de infração ou de uma decisão e mesmo assim, o contribuinte vem aos autos espontaneamente, estará suprido este vício, sendo descabida a alegação de cerceamento do direito de defesa, conforme dispõe o ***art. 239*** do novo CPC, *in verbis:*

> Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.
>
> § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos ***à execução.*** *(7)*

24-DA REVELIA E INTEMPESTIVIDADE.

Revelia é um termo jurídico que expressa o estado ou qualidade de revel, ou seja, é alguém que não comparece em julgamento *(ou comparece e não apresenta defesa),* após citação.

Assim, decorrido o prazo da intimação, não sendo cumprida a exigência no prazo regulamentar, à vista ou parceladamente, nem apresentada a impugnação, o chefe da repartição preparadora deverá lavrar, nos autos, o *Termo de Revelia*, devendo ser observado o prazo para interposição de **Recurso de Agravo**, quando existir petição defensual intempestiva.

Nesse aspecto, até pouco tempo, apesar da revelia, os autos eram submetidos à apreciação pela primeira instância de julgamento, onde só eram analisados os aspectos legais do lançamento, a exemplo da ocorrência de decadência ou quanto à correta determinação da pessoa do infrator ou da natureza da infração, ou mesmo, quanto à existência de vícios de ciência, não cabendo ao julgador, no caso de revelia, a análise de mérito da matéria.

Na nossa concepção, esse procedimento era salutar para própria administração pública, pois apesar da revelia, caberia ao órgão julgador homologar o lançamento, corrigindo os vícios formais ou materiais que tivessem o condão de macular o lançamento, dando um mínimo de certeza e liquidez ao lançamento tributário.

Diferente dos dias atuais, quando, em razão da revelia, o crédito tributário é enviado diretamente para inscrição em dívida ativa, sem qualquer análise pelo órgão julgador, o que resulta em um prejuízo incalculável para o Erário estadual, haja vista a grande quantidade de autos de infração contendo vícios, que poderiam ser sanados pela primeira instância, estando assim, suscetíveis de sucumbirem quando da execução fiscal, a exemplo de erro na aplicação do percentual de alíquota, da técnica aplicada, da existência de decadência, erro quanto a natureza da infração e referente a pessoa do infrator e, principalmente, erro quanto ao percentual de multa aplicado.

Pois entendemos que a finalidade precípua dos órgãos

julgadores é a de atribuir ao lançamento de ofício a liquidez e certeza exigidos para a inscrição em dívida ativa, onde cabe a administração pública rever os seus próprios atos quando se apresentem viciados e incorretos.

Não sendo prudente se inscrever em dívida ativa lançamentos contendo vícios e lacunas, com a justificativa de dar celeridade ao processo administrativo, pois apesar da revelia, o tempo perdido com a homologação do lançamento por parte do julgador singular, quanto ao aspecto legal, corrigindo os vícios materiais e formais constatados, seria compensado com a inscrição em dívida ativa de lançamentos com créditos tributários líquidos e certos, resguardando assim o interesse das partes de forma uniforme.

Destarte, entendemos que mesmo com a revelia, o processo teria que ser analisado em primeira instância no tocante ao aspecto legal do lançamento, visto a revelia apenas caracterizar a presunção de veracidade dos fatos denunciados, não tendo o condão de tirar a possibilidade da análise do lançamento pela instância *a quo*, para determinar a liquidez e certeza do crédito tributário exigido.

Com base nessa premissa, reportamo-nos ao ***art. 344*** do novo CPC, que assim dispõe:

> *Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. (8)*

Pois bem, vislumbra-se que o instituto da revelia, presente no ***art. 319*** do *Código de Processo Civil Brasileiro*, apresenta como um de seus efeitos, a presunção de que os fatos alegados e não contestados reputam-se verdadeiros.

Dessa forma, em princípio, toda vez que o réu da demanda, devidamente citado, deixar de contestar a ação, deduzir-se-á, que concorda com os termos da petição inicial, sendo verdadeiros os fatos relatados pelo autor do feito.

---

(8) Código de Processo Civil anterior.
Art. 319. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

Onde na análise do lançamento pela primeira instância, seria sim, considerados verdadeiros os fatos denunciados, porém, teria o julgador, a fim de homologar o lançamento de ofício, a obrigação de averiguar o aspecto legal do lançamento, quanto a vícios na pessoa do infrator, de decadência ou mesmo erro quanto a aplicação da multa ou alíquota, procedimentos estes que beneficiariam a Fazenda estadual, visto a necessidade de determinação pelo órgão julgador administrativo da certeza e liquidez do crédito tributário exigido.

Sendo de bom alvitre salientar, que a presunção de veracidade dar-se-á somente quanto aos fatos alegados, ficando o direito absolutamente livre para apreciação jurisdicional, afinal *iura novit curia*.

Pois se evidencia que da constatação da revelia, entretanto, não se poderá deduzir que a demanda será procedente, pois embora os fatos sejam presumivelmente verdadeiros, o autor poderá ser carecedor de direito, a exemplo da constatação da figura da decadência, o que inevitavelmente recairá na improcedência da ação.

Em outras palavras, quer-se dizer que não é verdadeira a idéia de muitos juristas de que sendo o réu revel em determinada demanda, necessariamente, será procedente a ação do autor, ou no caso do Processo Administrativo Tributário paraibano, que no caso da revelia o processo é encaminhado diretamente para dívida ativa, sem qualquer análise do lançamento de oficio realizado, quanto ao aspecto legal do lançamento, o que torna em tese, o crédito tributário exigido ilíquido e incerto, cujos efeitos deletérios para Fazenda estadual serão observados apenas quando da execução fiscal.

Mesmo porque, o novo CPC dispõe em seu ***art. 355, inciso II,*** transcrito *ipsis litteris* abaixo, que no caso de revelia, haverá a antecipação da lide, com a prolação da sentença, onde se infere que o dispositivo do PAT/PB, em dissonância com a regra processual pátria, determina a vedação da análise do processo pelo órgão julgador, sem a prolação de sentença, cujo crédito tributário deve ser encaminhado diretamente para inscrição em dívida ativa, da forma que se encontra.

> *Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:*

II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349. (9)

24.1-DA LAVRATURA DO TERMO DE REVELIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS.

Dispõe o novo PAT/PB, que lavrado o Termo de Revelia quando da apresentação de petição defensual intempestiva, sem que tenha sido interposto Recurso de Agravo ou havendo decisão do Agravo desfavorável ao interessado, fica definitivamente constituído o crédito tributário, devendo o órgão preparador encaminhar o débito para registro em Dívida Ativa.

Todavia, mister se faz ressaltarmos que ocorre a necessidade de recurso de Agravo quando a peça de defesa é apresentada intempestivamente, ou seja, fora do prazo, nesse caso, o Recurso de Agravo deve ser analisado pela segunda instância, onde sendo verificado no julgamento que a apresentação da peça realmente teria sido intempestiva, a decisão passa a ser definitiva, devendo ser lavrado o respectivo Termo de Revelia.

Assim, sendo a decisão considerada definitiva, observando-se a ocorrência de crime contra a ordem tributária, nos termos previstos nos ***arts. 1º e 2º*** da **Lei Federal nº 8.137**, de 27 de dezembro de 1990, os elementos comprobatórios da infração penal tributária serão remetidos pela repartição preparadora ao Ministério Público para os procedimentos cabíveis.

Na hipótese de auto de apreensão de mercadorias, em se configurando o estado de revelia, aquelas serão destinadas a leilão, observado o disposto no ***art. 96*** desta **Lei nº 10.094/2013**.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que a representação judicial por crime contra a ordem tributária só poderá ser efetuada após a decisão definitiva.

---

(9) Código de Processo Civil anterior.
Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:
II - quando ocorrer a revelia (art. 319).

25-DA INTEMPESTIVIDADE.

No mundo específico do Direito, tudo o que está fora do tempo considera-se extemporâneo, seja antes ou depois do prazo.

Na processualística administrativa tributária, vislumbramos em muitos processos o arquivamento da peça defensual, seja reclamatória ou recursal, com a alegação de que a apresentação desta teria sido intempestiva, outros entendem ter sido a apresentação extemporânea.

Assim, infere-se haver a necessidade de distinção entre o que é intempestivo ou extemporâneo.

Partindo dessa premissa, chega-se à ilação de que intempestivo, refere-se a aquilo que é extemporâneo, mas depois do prazo.

É uma distinção de primordial importância, visto a relação dos prazos no tocante ao Direito.

Nesse contexto, verifica-se que tudo que é fora do prazo é extemporâneo, nessa linha de raciocínio, considera-se intempestivo o ato processual realizado após o prazo determinado pela lei, ou seja, o contribuinte tem 30 dias para apresentação de defesa e só a protocola na repartição fazendária um dia após o término desse prazo, estará assim configurada a intempestividade, pois tudo que é apresentado fora do prazo é extemporâneo, mas nem sempre é intempestivo.

Destarte, infere-se que no caso do Processo Administrativo Tributário, a impugnação ou recurso apresentado intempestivamente será arquivado pela repartição preparadora, mediante despacho, não se tomando conhecimento dos seus termos.

Porém, nesses casos, deverá o contribuinte ser cientificado para utilizar o seu direito de impugnar o arquivamento realizado pela repartição preparadora, perante o ***Conselho de Recursos Fiscais-CRF-PB*** via interposição de Recurso de Agravo, no prazo de *10 (dez) dias*, contado da ciência da denegação daquela, ou seja, o sujeito passivo terá 10 dias, da data da ciência do arquivamento por intempestividade, para recorrer ao órgão de segunda instância, caso entenda que o prazo foi contado erroneamente pela repartição preparadora.

Na hipótese de interposição de Recurso de Agravo, após a apreciação da matéria pelo CRF/PB, se o Acórdão for favorável ao impugnante, ou seja, se a instância *ad quem* constatar erro na contagem do prazo, dando razão ao contribuinte, a repartição preparadora deverá declarar cancelado o *Termo de Revelia*, juntar a impugnação ao processo e remetê-lo para julgamento, seguindo assim o trâmite processual normal.

Caso o *Conselho de Recursos Fiscais* verifique que realmente a peça de defesa teria sido apresentada fora do prazo *(intempestiva),* deverá ser mantido o *Termo de Revelia* e a decisão considerada definitiva, podendo ser inscrita diretamente em dívida ativa.

Mister se faz ressaltarmos que o Recurso de Agravo não é obrigatório, é facultado à parte, caso entenda ter havido erro na contagem do prazo, sendo possibilitado ao contribuinte o direito de recorrer ao Conselho de Recursos Fiscais com a finalidade de reparação de possível erro na contagem do prazo de impugnação ou recurso.

Devendo o Agravo, após a opção do contribuinte em recorrer, ser encaminhado pela repartição preparadora ao Conselho de Recursos Fiscais dentro do prazo de ***5 (cinco) dia***s, contado da apresentação do mesmo na repartição preparadora, com as informações da autoridade agravada.

26-DAS NULIDADES E DOS VÍCIOS.

São nulos:

I – os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II – os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente;

III – os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria objeto da exigência tributária e o respectivo sujeito passivo, ressalvada, quanto à

identificação deste, a hipótese de bens considerados abandonados;

IV – os despachos e as intimações que não contenham os elementos essenciais ao cumprimento de suas finalidades;

V – os autos de infração de estabelecimentos lavrados pelos auditores fiscais tributários estaduais de mercadorias em trânsito.

Quanto ao ***item III***, vislumbra-se que a nulidade do lançamento de ofício realizado tem por cerne a insegurança quanto à natureza da infração descrita ou quanto à pessoa do infrator, exceto no caso de bens abandonados, em decorrência de não se saber o responsável pelo mesmo.

Nesse caso, verifica-se que não estando o fato infringente denunciado descrito com segurança suficiente para se determinar a matéria objeto da acusação, o lançamento deve ser considerado nulo por vício formal, entendimento este já pacificado no Conselho de Recursos Fiscais, a exemplo do ***Acórdão nº 192/2007*** de minha lavra, o qual transcrevemos *ipsis litteris* abaixo:

> **NULIDADE – Erro na Natureza da Infração**
> *A imprecisão da natureza da infração acarreta a nulidade do Auto de Infração. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.*
>
> **RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.**
> **Recurso nº CRF-148/2007**
> **Acórdão nº 192/2007**
> **Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**

Outrossim, vislumbra-se também está suscetível à nulidade do lançamento de ofício realizado a insegurança ou erro quanto ao sujeito passivo, que se caracteriza como a pessoa do infrator, o qual responde pelo pagamento do imposto.

Assim, no momento da lavratura do auto de infração, o sujeito

passivo deve ser informado com segurança, não deixando margem de dúvida acerca da sua responsabilidade pelo ato infracional praticado.

Onde se vislumbra haver uma ressalva para a determinação segura do sujeito passivo, no caso de se tratar de mercadorias abandonadas, em razão da impossibilidade de identificação do responsável pelo pagamento do imposto.

Dessa forma, não estando o sujeito passivo determinado com segurança no auto de infração, o mesmo será considerado nulo, conforme jurisprudência já pacificada no Conselho de Recursos Fiscais, a exemplo de um outro acórdão de minha lavra, transcrito *in verbis*:

> **NULIDADE – Erro na determinação da pessoa do infrator.**
> *Há ilegitimidade da relação jurídico-tributária quando a determinação do sujeito passivo não está bem determinada no auto de infração, cabendo a realização de novo procedimento fiscal para sanear o vício constatado. Mantida decisão singular. Auto de Infração Nulo.*
>
> **RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.**
> **Recurso nº CRF 063/2007**
> **Acórdão nº 155/2007**
> **Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**

No tocante ao ***inciso V,*** mister se faz ressaltarmos que ocorre muitos procedimentos fiscais realizados por auditores fiscais de mercadorias em trânsito em estabelecimentos inscritos no CCICMS, a fim de averiguar um fato específico, a exemplo de uma contagem de estoque.

Porém, nestes casos, sendo constatadas irregularidades, deverá o auto de infração ser lavrado pela fiscalização de estabelecimento.

Sendo defeso também a lavratura de auto de infração de estabelecimento resultante da realização de procedimentos fiscais no estabelecimento do contribuinte com a aplicação de técnicas de auditoria fiscal/contábil pelo Auditor fiscal de trânsito de mercadorias.

Assim, em uma fiscalização realizada no estabelecimento do contribuinte por auditor fiscal de mercadorias em trânsito, deve

haver sempre o acompanhamento de um auditor de estabelecimento, em razão da necessidade do auto de infração de estabelecimento ser assinado por um auditor fiscal de estabelecimento.

26.1-DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO POR VÍCIO FORMAL.

Será considerado nulo o Auto de Infração lavrado em desacordo com os requisitos obrigatórios estabelecidos no ***art. 142*** do Código Tributário Nacional, quanto:

> *I – à identificação do sujeito passivo;*
>
> *II – à descrição dos fatos;*
>
> *III – à norma legal infringida;*
>
> *IV – ao nome, ao cargo, ao número de matrícula e à assinatura do autor do feito;*
>
> *V – ao local, à data e à hora da lavratura;*
>
> *VI – à intimação para o sujeito passivo pagar, à vista ou parceladamente, ou impugnar a exigência, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data da ciência do lançamento.*

Os requisitos estabelecidos no ***art. 142*** do CTN se referem as informações concernentes ao lançamento tributário, o qual compete privativamente à autoridade administrativa, cujo objetivo é constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Assim, o auto de infração lavrado não pode deixar de conter

os requisitos mencionados, pois tais requisitos foram considerados pela **Lei nº 10.094/2013** como vício formal, portanto, o auto de infração que contiver vício de forma referente à ausência de campos ou o não preenchimento de alguns dos campos elencados acima deve ser considerado nulo, de ofício, pelos Órgãos Julgadores, a exemplo da ausência da descrição do fato ou do sujeito passivo.

No caso em apreço, entendemos que a nulidade do auto de infração tem por cerne a ausência de informação quanto ao preenchimento dos campos elencados acima ou a ausência do próprio campo, ou seja, deve o auto de infração conter nos campos mencionados as informações exigidas no ***art. 142*** do CTN, concernentes ao lançamento tributário, sob pena de nulidade.

Pois sendo observada a falta de informações em alguns dos campos mencionados será decretada a sua nulidade por vício formal.

Todavia, apesar das informações determinadas no art. 142 do CTN constarem do auto de infração, ainda assim poderá haver a possibilidade de nulidade, no caso de haver erro quanto à pessoa do infrator ou quanto à descrição do fato, sendo tais erros motivadores da nulidade do lançamento do crédito tributário.

26.2-DA NULIDADE DO LANÇAMENTO.

Como um auto de infração é composto de vários lançamentos, evidencia-se que apesar do mesmo se apresentar com todos os requisitos estabelecidos no ***art. 142*** do *Código Tributário Nacional,* determinado lançamento contido no libelo basilar pode apresentar vícios ensejadores de nulidade, a exemplo do *lançamento se apresentar com elementos insuficientes para determinar a matéria objeto da exigência tributária ou o respectivo sujeito passivo.*

Destarte, quando o auto de infração é composto de apenas um lançamento, o qual contém vício insanável, o auto será considerado nulo como um todo, porém, se houver mais de um lançamento, sendo que apenas um deles apresenta elementos insuficientes para determinar a matéria objeto da exigência, a nulidade só alcançará o lançamento que contém o vício.

No caso em apreço, vários podem ser os vícios ensejadores de nulidade do lançamento de ofício realizado, os quais se denominam de vício formal e vício material.

Em razão disso, ao entendermos ser o lançamento um ato jurídico-administrativo emitido pela administração tributária de forma vinculada, faz-se mister estabelecermos a distinção entre os vícios materiais e formais que podem macular o lançamento de ofício realizado.

Assim, sendo o lançamento uma norma geral e concreta , o qual introduz no ordenamento uma norma individual e concreta, responsável pelo nascimento da obrigação tributária, existe a possíbiblidade de que o lançamento seja realizado de maneira irregular pela autoridade administrativa, em face da não observância dos preceitos legais, ficando o ato de lançamento sujeito à invalidação (nulidade).

Sendo de primordial importância a definição correta do que seja vício formal ou material, em razão da possibilidade de a Fazenda Pública efetuar novo ato de lançamento, a partir da data da decisão definitiva que tiver anulado, quando se trata de vício formal, lançamento anteriormente efetuado, nos termos do art. 173, II, do Código Tributário Nacional.

Neste diapasão, infere-se que ambos os vícios implicam na nulidade do lançamento realizado, mas é justamente a necessidade de distinção entre ambos para que se possibilite a aplicação da regra estabelecida no art. 173, II do CTN.

Portanto, observa-se na Lei nº 10.094/2013 (PAT/PB), nos arts. 16 e 17, que a mesma considera "Vício formal" quando o lançamento de ofício realizado se apresente em desacordo com os requisitos obrigatórios estabelecidos no ***art. 142*** do CTN, ao tempo em que elenca outros requisitos não citados no artigo mencionado, conforme se abebera da transcrição i*psis litteris* abaixo:

> *Art. 16. Os lançamentos que contiverem vício de forma devem ser considerados nulos, de ofício, pelos Órgãos Julgadores, observado o disposto no art. 15 desta Lei.*

> *Art. 17. Está incluído na hipótese prevista no art. 16 desta Lei, o Auto de Infração lavrado em desacordo com os requisitos obrigatórios estabelecidos no art. 142 do Código Tributário Nacional, quanto:*
>
> *I - à identificação do sujeito passivo;*
> *II - à descrição dos fatos;*
> *III - à norma legal infringida;*
> *IV - ao nome, ao cargo, ao número de matrícula e à assinatura do autor do feito;*
> *V - ao local, à data e à hora da lavratura;*
> *VI - à intimação para o sujeito passivo pagar, à vista ou parceladamente, ou impugnar a exigência,*
> *no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data da ciência do lançamento.*

Onde se infere que o art. 142 do CTN se refere aos requisitos exigidos para realização do lançamento de ofício pelo ente tributante, a exemplo da ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo, conforme se constata na norma infracitada:

> *Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

No caso em questão, apesar de constar elencados no PAT/PB (art. 17 da Lei nº 10.094/2013), os motivos para decretação do vício formal, o que resultou em diversos julgamentos considerando o laçamento de ofício realizado nulo, por vício formal, em razão de erro na natureza da infração, da pessoa do infrato e até da descrição incomplenta dos dispostivos infringidos.

Existe entendimento já pacificado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF do Ministério da Fazenda, que através

de uma mudança radical de entendimento, passou a entender que os requisitos estabelecidos no art. 142 do CTN, não são vícios formais, e sim, materiais, conforme se pode concluir do Acórdão nº 9101002.976 - – 1ª Turma - Sessão de 06 de julho de 2017 - Processo nº 12898.000822/200969, cujo teor transcrevemos ipsis litteris abaixo:

> ***ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO LANÇAMENTO CANCELADO. VÍCIO MATERIAL. VÍCIO FORMAL. ASPECTOS QUE ULTRAPASSAM O ÂMBITO DO VÍCIO FORMAL.*** *Vício formal é, via de regra, aquele verificado de plano no próprio instrumento de formalização do crédito, e que não está relacionado à realidade representada (declarada) por meio do ato administrativo de lançamento. Espécie de vício que normalmente não diz respeito aos elementos constitutivos da obrigação tributária, ou seja, ao fato gerador, à base de cálculo, ao sujeito passivo, etc. Se o problema que ensejou o cancelamento do lançamento está situado na própria essência da relação jurídicotributária, na não comprovação da ocorrência do fato gerador pela glosa de despesas, e no errado dimensionamento da base de cálculo, não há como reconhecer a ocorrência de vício de natureza meramente formal.*

Portanto, chega-se à ilação de que o entendimento do CARF tem por escopo, para efeito da determinação do vício formal, que o vício não ocorra no lançamento de ofício, quanto a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinação da matéria tributável, do calculo e do montante do tributo devido e da identifica o sujeito passivo, visto considerar estes vício de natureza material, divergindo por completo do que consta no art. 17 da Lei nº 10.094/2013 (PAT/PB).

Haja vista a verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido e a identificação do sujeito passivo serem elementos fundamentais, intrínsecos, do lançamento, nos termos do art. 142 do CTN, assim, sem a precisa delimitação desses elementos, não se pode admitir a existência da obrigação tributária em concreto, tratando-se de vícios de natureza material.

Assim, urge ressaltarmos que a Receita Federal do Brasil, na Solução de Consulta Interna COSIT n° 08/2013, dispôs que *"o vício formal reside no instrumento de lançamento, ao passo em que a morada do vício material é o lançamento. Em outras palavras, o vício formal está no processo, o material, no produto"*.

Para concluir, resta ressaltarmos que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, por sua vez, tratou do tema em seu Parecer PGFN/CAT n° 278/2014, no qual manifesta o mesmo entendimento da RFB com relação à distinção entre referidos vícios. Ao final, a PGFN conclui que o vício de natureza material é aquele que implica afronta ao artigo 142 do Código Tributário Nacional, e que o vício formal decorre de uma inobservância do artigo 10 do Decreto lei n° 70.235/1972.

Apesar desse novo entendimento do CARF, as decisões proferidas nas instâncias administrativas da Paraíba continuam mantendo a disposição contida no art. 17 da Lei nº 10.094/2013, o que fragiliza a segurança jurídica.

Visto ser cediço que os vícios dizem respeito aos elementos intrínsecos e extrínsecos do ato administrativo de lançamento. O vício material diz respeito a problemas identificados na motivação ou conteúdo do ato, aspectos essenciais e internos à estrutura do lançamento tributário como a constatação de vício no tocante ao fato gerador da obrigação correspondente, matéria tributável, calculo o montante do tributo devido e identificão do sujejito passivo.

Já o vício formal está relacionado com uma deformidade no modo de produção do ato de lançamento, recaindo a análise sobre os pressupostos do ato administrativo, em particular, sobre a competência e as formalidades procedimentais (aspectos externos do lançamento).

Partindo dessa premissa, infere-se ser os requisitos de constituição do crédito como fato gerador da obrigação correspondente, matéria tributável, calculo o montante do tributo devido e identificão do sujeito passivo, elementos internos do lançamento tributário, o que em tese caracteriza o vício material, por se referir ao lançamento propriamente dito.

Sendo o vício formal constatado quanto as formalidade de procedimento, como assinatura do fiscal, data e outros elementos.

Nesse diapasão, sendo declarada a nulidade do lançamento por vício formal, dispõe a Fazenda estadual do prazo de *5 (cinco)* anos para efetuar novo lançamento, contado da data em que a decisão declaratória da nulidade se tornar definitiva na esfera administrativa, conforme dispõe o ***art. 173, inciso II*** do *Código Tributário Nacional.*

Outrossim, sendo constatada incorreções, omissões ou inexatidões, que não importem nos casos de nulidades elencados, deverão ser sanadas quando não ocasionarem prejuízo para a defesa do administrado, salvo, se este lhes houver dado causa ou quando influírem na solução do litígio.

Visto a nulidade de qualquer ato só prejudicar os posteriores que dele diretamente dependam ou lhes sejam consequentes, assim, ao declarar a nulidade, a autoridade fiscal julgadora competente indicará os atos por ela atingidos, ordenando as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

No caso vertente, é de bom alvitre ressaltarmos, o que no nosso entendimento ratifica o posicionamento do CARF, que a errônea determinação do sujeito passivo, na nossa singela concepção, não se reporta a um vício formal.

Assim, se a indicação foi erroneamente efetuada, estaremos diante de um vício material, não cabendo a aplicação do ***art. 173, inciso II*** do CTN.

Haja vista, no caso ventilado, em razão do erro na determinação do sujeito passivo, não ter se concretizada a relação jurídico-tributária entre o Fisco e o sujeito passivo correto, já que o lançamento foi efetuado em nome de uma terceira pessoa, distinta do sujeito passivo efetivo.

Portanto, ao se realizar um novo procedimento fiscal, estará sendo criada, quando da nova ciência, uma nova relação jurídico-tributária, desta feita, com o sujeito passivo correto.

Assim sendo, no momento dessa nova ciência, se já tiver se passado mais de *5 (cinco)* anos, estará o Fisco impossibilitado de estabelecer essa nova relação jurídico-tributária em razão da

decadência.

Provando assim que o erro na sujeição passiva não seria vício formal, para efeito de aplicação do ***art. 173, inciso II*** do CTN, pois se assim fosse, a qualquer tempo, independente do lapso decadencial dos *5 (cinco)* anos, o Fisco poderia constituir o crédito tributário através de lançamento, pois se evidencia que a relação jurídico-tributária entre o Fisco e o sujeito passivo só se concretiza no momento da ciência, já que num lançamento anulado por erro na pessoa do infrator não há qualquer relação jurídico-tributária estabelecida entre o Fisco e o sujeito passivo correto, sujeitando-se assim o novo lançamento a regra determinada no ***art. 173, inciso I*** do CTN.

26.3-DO VÍCIO MATERIAL.

Em um lançamento de ofício realizado, vislumbramos a possibilidade da ocorrência de alguns vícios que maculam a acusação, ensejando assim a nulidade do lançamento específico ou auto de infração.

Onde se infere que tais vícios podem ser de cunho formal ou material, levando a decretação de nulidade a possibilidade de realização de novo feito fiscal, com a realização de novo lançamento, dependendo do vício, após saneada a irregularidade.

Quanto ao vício formal, já tecemos vastas considerações, outrossim, quanto ao **vício material,** inferimos ser um defeito constatado no lançamento realizado cujos requisitos estão previstos no art. 142 do CTN, que enseja dúvida quanto à efetividade da materialidade do fato denunciado, em razão de questionamentos quanto à interpretação de normas jurídicas no tocante a situações de fato apurada pela auditoria, ou em decorrência da aplicação de procedimentos fiscais que não se coadunam aos procedimentos fiscais realizados, cuja materialidade da acusação fica prejudicada.

No caso vertente, vislumbramos como exemplo clássico de vício material a aplicação da Conta Mercadorias em uma empresa industrial, cujo arbitramento oriundo dessa técnica de fiscalização

não poder ser aplicado em estabelecimento industrial, em razão das entradas dos produtos como insumos, da transformação e da saída como produto acabado.

Além da aplicação da Conta Mercadorias em empresas que apresentam contabilidade regular, cujo procedimento fiscal fica descaracterizado em razão da impossibilidade do arbitramento do lucro bruto, em face desse lucro está claramente demonstrado na contabilidade, podendo em regra ser o auto de infração julgado nulo por vício material, com a ressalva da possibilidade de realização de novo feito fiscal por parte do Fisco, exceto se já tiver decaído o direito de constituição do crédito tributário, conforme explicita o acórdão de minha lavra transcrito abaixo:

> **RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO – CONTA MERCADORIAS – EXISTÊNCIA DE CONTABILIDADE REGULAR - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.**
> *O arbitramento do lucro através da aplicação da Conta Mercadorias só é admissível quando a empresa não dispõe de escrituração contábil regular. In casu, a empresa acostou aos autos cópias do Termo de autenticação na Junta Comercial referente a escrituração contábil do exercício fiscalizado – Impossibilidade de nulidade para a realização de um novo feito em decorrência da decadência*
> **Processo nº 1261812009-4**
> **Acórdão 097/2013**
> **Recurso HIE/CRF- nº 003/2012**
> **CONS.RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**

27-DA POSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DAS INCORREÇÕES, OMISSÕES OU INEXATIDÕES.

Dispõe o novo PAT/PB em seu ***art. 15,*** que as incorreções, omissões ou inexatidões, que não importem nulidade, serão sanadas quando não ocasionarem prejuízo para a defesa do administrado, salvo, se este lhes houver dado causa ou quando influírem na solução do litígio.

Assim, não estando as incorreções, omissões ou inexatidões

elencadas nos ***arts. 14 e 17*** da **Lei nº 10.094/2013**, poderão as mesmas serem sanadas, caso não traga qualquer prejuízo ao Erário estadual.

Como exemplo, citamos a incorreção quanto à norma legal infringida, nesse caso, estando a pessoa do infrator e a natureza da infração corretos, não haveria que considerar nulo o lançamento, já que cabe ao julgador, com base no fato infringente descrito, aplicar o enquadramento adequado.

Outrossim, ao perscrutarmos o conteúdo do novo PAT/PB, mais precisamente quanto ao ***art. 15, parágrafo único***, vislumbramos um ponto contraditório, que assim dispõe:

> *Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no "caput", não será declarada a nulidade do auto de infração sob argumento de que a infração foi descrita de forma genérica ou imprecisa, quando não constar da defesa, pedido neste sentido.*

Pois no caso vertente, vislumbramos que um dos motivos da nulidade do lançamento disciplinado no ***art. 14, inciso III*** da Lei nº 10.094/2013, tem por cerne justamente o*s lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria objeto da exigência tributária.*

Destarte, não se concebe que uma infração descrita de forma genérica ou imprecisa apresente elementos suficientes para se determinar a matéria objeto da exigência tributária.

Dessa forma, independente de constar da defesa qualquer pedido nesse sentido, é necessário lembrar que as instâncias administrativas de julgamentos foram criadas pela administração pública com o intuito precípuo de controle dos atos administrativos, tendo como objetivo principal rever seus próprios atos para que se enquadrem todos dentro do princípio da estrita legalidade.

Partindo dessa premissa, infere-se que havendo uma infração descrita de forma genérica ou imprecisa, deve sim, ser decretada a nulidade do lançamento com base no que dispõe o ***art. 14, inciso III*** da lei do PAT/PB, em face do lançamento não conter os elementos suficientes para determinação da matéria objeto da exigência tributária, sendo a norma disciplinada no ***parágrafo único***

mencionado, inócua, do ponto de vista legal, por ferir o princípio da legalidade.

28-DO VÍCIO FORMAL E A DECADÊNCIA.

Sendo declarada a nulidade do lançamento por vício formal, dispõe a Fazenda estadual do prazo de *5 (cinco)* anos para efetuar novo lançamento, contado da data em que a decisão declaratória da nulidade se tornar definitiva na esfera administrativa, entendimento este fulcrado no que dispõe o ***art. 173, inciso II*** do CTN.

Em regra, conforme já explicitado no item 26.2, existe uma divergência na definição de vício formal disciplinada no art. 17 da Lei nº 10.094/2013 e a jurisprudência atual do CARF, haja vista o entendimento do CARF ter por escopo que a infringência aos requisitos disciplinados no art. 142 do CTN se reportam a vício material, enquanto a Lei nº 10.094/2013 dispõe se tratar de vício formal.

Analisando a jurisprudência do Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba, vislumbramos que o vício formal mais constatado nos processos julgados tem por cerne o erro na natureza da infração, o qual, no entendimento do CARF, seria vício material, por constar dos requisitos estabelecidos no art. 142 do CTN.

Todavia, apesar da divergencia, enquanto não se altera o art. 17 da Lei nº 10.094/2013, uniformizando assim o entendimento e preservando a segurança jurídica, havendo erro na natureza da infração deverá o auto de infração ser julgado nulo, por vício formal, ressalvando-se a realização de um novo feito com a correta descrição da natureza da infração, sujeitando-se assim o novo lançamento ao que disciplina o ***art. 173, inciso II*** do CTN, ficando a decisão a cargo do judiciário.

29-DOS PRAZOS.

PRAZO é o tempo que flui entre dois momentos, o inicial *(dies a quo)* e o final *(dies ad quem),* não havendo interrupção neste

intervalo de tempo, dentro do qual um ato deve ser praticado.

Observe-se que neste intervalo de tempo são computados, além dos dias úteis, os domingos e feriados, a partir do início de sua contagem.

A **CONTINUIDADE** dos prazos significa que eles não se encurtam nem se alargam, em outros termos, não se podem interromper e recomeçar.

Não existem interrupção nem suspensão de prazos, a não ser nos casos em que a lei assim o determina.

No Processo Administrativo Tributário, os prazos devem obedecer determinados regramentos, os quais devem ser cumpridos sob pena de ensejar a preclusão.

Assim, verifica-se que os prazos processuais serão contínuos, excluindo-se na contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento, e só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição fiscal em que corra o processo ou deva ser praticado o ato ***(art. 19*** da Lei nº 10.094/13).

Considerando-se expediente normal aquele determinado pelo Poder Executivo para o funcionamento ordinário das repartições estaduais, desde que flua todo o tempo, sem interrupção ou suspensão.

Assim, um dia de feriado nacional, não é considerado expediente normal, portanto, não se caracteriza como um dia útil, assim como, em dia de jogo da seleção brasileira, que geralmente ocorre a liberação dos funcionários em um turno apenas, no qual ocorrerá o jogo do Brasil, não será também considerado expediente normal, já que não fluirá todo o tempo na repartição pública.

29.1-DO INÍCIO DA CONTAGEM.

Ao analisarmos o início do prazo processual de acordo com o seu regramento próprio, inferimos que após a ciência de um auto de infração, o contribuinte terá *30 (trinta)* dias para impugná-lo, assim, exemplificando, infere-se que ocorrendo a ciência no dia **15/08/XX (segunda),** o prazo inicial terá seu início no dia **16/08/XX (terça)**,

já que se exclui o dia do início para efeito de contagem do prazo, caso seja dia útil, sendo contínuo a sua contagem com a inclusão dos sábados, domingos e feriados.

Ao tempo em que, se a ciência ocorrer no dia **19/08/XX (sexta)**, o prazo para o início da contagem só iniciará no dia **22/08/XX (segunda),** haja vista o sábado e domingo não ser considerado dia útil.

Outrossim, ocorrendo a ciência no dia **20/08/XX (sábado)**, o prazo inicial em tese, começaria na **segunda-feira (22/08/XX)**, porém, excluindo-se da contagem o dia de início (segunda), começaria a contagem do prazo no dia **23/08/XX (terça)**.

29.2-DO PRAZO FINAL.

Já quanto ao termo final da contagem do prazo, inferimos que, como na contagem do prazo se exclui o dia de início e se inclui o do vencimento, o prazo fatal será no final dos 30 dias, se esse dia for considerado dia útil.

Dessa forma, se o prazo final cair numa sexta-feira, sendo esse considerado um dia útil, estará concluída a contagem, porém, se o prazo final cair num sábado ou num dia em que não ocorra expediente normal na repartição pública, o prazo final ocorrerá no primeiro dia útil subsequente após esse dia.

29.3-DOS PRAZOS PRÓPRIOS E IMPRÓPRIOS.

Existem os prazos determinados para o contribuinte, os quais são fatais, e aqueles determinados para o funcionário público, sendo assim discriminados:

> => **Prazos Próprios** - são os que dizem respeito às praticas de atos processuais pelas partes, são os prazos fatais, ou seja, o lapso de tempo determinado pela legislação para a prática de determinado ato, onde sua preclusão faz extinguir o direito de praticá-lo.

A sua desobediência acarreta o que a doutrina denomina, *"situação de desvalia processual"*, uma vez que não houve o desencargo de ônus pela parte, assim, sem a interposição de reclamação, pode ocorrer os efeitos da revelia, **sendo este prazo previsto para o contribuinte**.

Ex: *O prazo determinado para impugnação, para o recurso ou para o cumprimento de notificação.*

=> **Prazos Impróprios** - são os prazos dos serventuários, auditores e julgadores, o descumprimento não gera qualquer desvalia em matéria processual, nem mesmo a preclusão, todavia, sujeita os desidiosos, salvo justo motivo, às sanções administrativas aplicáveis à espécie.
Assim, a inobservância dos prazos destinados à instrução, movimentação e julgamento de processo poderá responsabilizar, disciplinarmente, o funcionário que lhe der causa, mas não acarretará a nulidade do lançamento tributário.

Ex: *O prazo para conclusão da ordem de serviço ou para o auditor se prenunciar num processo.*

Devendo ser ressaltado que os atos, termos e informações processuais serão escritos e elaborados no prazo de até *15 (quinze)* dias, se não houver indicação de prazo específico, não se aplicando esse prazo no âmbito das instâncias julgadoras (***art. 20*** da Lei do PAT/PB).

29.4-EXTEMPORÂNEO E INTEMPESTIVO.

No mundo específico do Direito, inferimos que essas palavras seguiram rumos diferentes. Em princípio, tudo o que está fora do tempo seria extemporâneo *(seja antes, seja depois).*

Intempestivo, por sua vez, designa aquilo que é extemporâneo, mas depois do prazo. É uma distinção fundamental, dada a natural

importância que a observância dos prazos tem para o Direito.

É importante ressaltarmos que aquilo que é intempestivo deve ser necessariamente rechaçado processualmente, dentro do princípio de que o Direito não socorre a quem dorme, contudo o que é extemporâneo pode sofrer a mesma sanção, ou seja, ser rechaçado, com base na dura lei, no caso por exemplo de ter sido apresentada a peça reclamatória antes do início do prazo.

Ou pode ser considerado pelo juiz apenas um equívoco ou precipitação, hipótese em que a apresentação extemporânea *(antes do prazo)* poderá ser acolhida, em decorrência do princípio geral do poder cautelar do juiz na condução do processo, em razão do fato de ter sido apresentado antes do prazo não trazer qualquer prejuízo para as partes.

Partindo dessa premissa, segundo o costume, será chamado de extemporâneo, por exemplo, um laudo pericial apresentado antes da audiência *(quando deveria sê-lo na própria audiência ou após, no prazo concedido)*.

Por outro lado, quando se encontra o vocábulo intempestivo numa sentença ou acórdão, lê-se automaticamente como sinônimo de tardio ou desatempado, ou seja, foi apresentada a peça após já ter decorrido o prazo fatal para entrega.

Portanto, para o Português usado no Direito as palavras extemporâneo e intempestivo são sinônimos que estão naquela relação especial que a Lingüística chama de hiponímia: ***todo intempestivo é extemporâneo, mas nem todo extemporâneo é intempestivo***.

29.5-DA PRECLUSÃO.

A preclusão representa a simples perda de uma faculdade ou ônus processual.

Ela sempre ocorre incidentalmente no processo e associa-se à prática de determinado ato processual.

Assim, se o contribuinte autuado tomar ciência para recolher a quantia do crédito tributário exigido ou interpor reclamação no prazo de *30 (trinta)* dias, deixando transcorrer em branco o prazo

sem tomar as devidas providências, ocorrerá a preclusão, ou seja, é a não utilização do prazo concedido, extinguindo-se o direito.

Ex. *O contribuinte teve o prazo de 30 dias para peticionar a sua reclamação e não o fez, está precluso o seu direito.*

29.6-DA PRESCRIÇÃO.

A prescrição, ao inverso do que muitos pensam, não é propriamente a perda do direito de ação pelo decurso do tempo, mas sim, a perda da pretensão que não foi exercida no prazo legal.

Em razão disso, ela não atua de modo imediato sobre a ação processual, mas sim reflexamente, pois retira do titular do direito subjetivo lesado ou ameaçado o poder de sujeitar o demandado mediante o processo judicial.

Portanto, o que prescreve não é propriamente a ação processual, mas sim, a pretensão veiculada através dela.

Ex. *O Fisco tem o prazo de 5 anos, a contar da decisão definitiva, para cobrança do crédito tributário, decorrido este prazo não poderá mais cobrar o devido.*

29.7-DA PEREMPÇÃO.

A perempção constitui uma penalidade imposta à parte ou interessado de não poder obter uma resposta judicial ao seu pedido de prestação jurisdicional por haver motivado a extinção do processo.

É definido como a perda do direito de prosseguir na ação, sendo considerada uma sanção jurídica cominada ao querelante em decorrência de sua inércia ou negligência.

Ex. *Um contribuinte que em sua peça reclamatória reconhece a acusação e o valor exigido e não providencia o recolhimento, terá a sua reclamação considerada inepta, não sendo apreciada.*

O Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba já pacificou o entendimento relacionado a Perempção, conforme se vislumbra no Acórdão transcrito *verbis*:

> **PEREMPÇÃO**
> Fica alcançado pela perempção, o recurso daquele que, conformando-se com parte do crédito tributário exigido, não promove a seu recolhimento.
> **RECURSO OBRIGATÓRIO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO**
> **Processo nº CRF 563/98**
> **Acórdão nº 4.729/98**

29.8-DA COISA JULGADA FORMAL.

A coisa julgada formal representa uma qualidade que as decisões finais adquirem de não mais tolerarem impugnações no mesmo processo, em decorrência de estarem esgotadas as oportunidades para o manejo de recursos.

Em outros termos, a coisa julgada formal nada mais é que a decisão definitiva, a qual consiste na impossibilidade de alterar o julgado porque contra ele precluíram todos os recursos possíveis.

Ex. *Decisão definitiva de processo administrativo tributário, seja na primeira instância, em razão da ausência de recurso, ou na segunda instância, após julgamento.*

29.9-DA REVELIA.

Revelia é um termo jurídico que expressa o estado ou qualidade de revel, ou seja, é alguém que não comparece em julgamento ou comparece e não apresenta defesa, após citação.

O ***art. 344*** do novo CPC indica que na revelia, **presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.** *(10)*

(10) Código de Processo Civil anterior.

Art. 319 - Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

Apesar disso, é importante salientar que é possível existir revelia e não se verificarem os seus efeitos.

Em decorrência desse fato é que entendemos que um processo administrativo tributário mesmo revel, deveria ser objeto de apreciação e homologação pela primeira instância, a fim de averiguar a liquidez e certeza do crédito tributário exigido, quanto aos aspectos formal e material do lançamento de ofício realizado.

Partindo dessa premissa, infere-se que mesmo revel o contribuinte poderia ter a acusação contra sí apreciada quanto ao aspecto da legalidade, visto entendermos que o mesmo teria perdido apenas o seu direito processual, não ficando prejudicado o direito material em discussão.

Onde o processo teria seu curso normal, podendo, inclusive, a sentença ser favorável ao revel, no caso da constatação de decadência, pois a tese presumida de que na ausência do acusado os fatos articulados pelo fisco são verdadeiros, não poderia se sobrepor à legalidade do lançamento em termos formais e materiais, diante da finalidade precípua dos órgãos julgadores administrativo, que é tornar líquido e certo o crédito tributário, para efeito de inscrição em dívida ativa.

Em verdade, a ausência de defesa não significa renúncia ao direito de defesa, pois o juiz da ação tem o dever de ofício de analisar os fatos e julgar de conformidade com a lei, ajustada ao caso concreto. E isso deveria ocorrer em todos os casos e não somente naqueles em que não haja revelia.

DOS PRAZOS GERAIS

PROCEDIMENTOS	PRAZOS
Conclusão dos trabalhos de fiscalização	Os trabalhos de fiscalização deverão ser concluídos nos prazos definidos em legislação. (Art. 37, § 3º da Lei nº 10.094/13) Será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período a critério do Superintendente Regional (art. 694, § 3º do RICMS/PB)

Encaminhamento da peça base (A.I. e seus anexos) à Repartição Preparadora.	No prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da ciência do sujeito passivo ou da declaração de recusa. (Art. 37, § 6º da Lei nº 10.094/13)
Dos atos, termos e informações processuais	Serão escritos e elaborados no prazo de 15 (quinze) dias, se não houver indicação do prazo específico (art. 20 da Lei nº 10.094/13). Esse prazo não se aplica no âmbito das instâncias julgadoras.
Reclamação ou Impugnação	À intimação para o sujeito passivo pagar, à vista ou parceladamente, ou impugnar a exigência, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data da ciência do lançamento. (Art. 17, inciso VI da Lei nº 10.094/13). O prazo para apresentação de impugnação pelo autuado é de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do Auto de Infração. (Art. 67 da Lei nº 10.094/13).
Contestação	Não é mais previsto na Lei nº 10.094/13.
Contra-arrazoado	Não é mais previsto na Lei nº 10.094/13.
Recurso voluntário ou ordinário	Da decisão contrária ao contribuinte caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, para o Conselho de Recursos Fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da sentença. (Art. 77 da Lei nº 10.094/13)
Termo Complementar de Infração	O prazo de reclamação será de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência do respectivo termo (Art. 11, § 3º, inciso I da Lei nº 10.094/13).
Término da Instrução do Processo Administrativo Tributário	Será de 60 (sessenta) dias, contados da data do termo inicial do prazo para cumprimento da exigência ou impugnação. (Art. 65 da Lei nº 10.094/13)
Lavratura do Termo de Revelia	Decorrido o prazo da intimação (30 dias), não sendo cumprida a exigência, à vista ou parceladamente, nem apresentada a impugnação, o chefe da repartição preparadora deverá lavrar, nos autos, o Termo de Revelia, observado o prazo para interposição de Recurso de Agravo, quando for o caso. (Art. 12 da Lei nº 10.094/13)

Recurso de Agravo ao Conselho de Recursos Fiscais	Dentro dos 10 (dez) primeiros dias que se seguiram ao despacho que determinou o arquivamento do Recurso. (Art. 13 da Lei nº 10.094/13).
Encaminhamento do Recurso de Agravo ao Conselho de Recursos Fiscais	Dentro de 05 (cinco) dias, contados da apresentação do recurso na Repartição Preparadora. (Art. 13, §3º da Lei nº 10.094/13).
Da arguição de suspeição contra o auditor	A arguição de impedimento pelo sujeito passivo será formalizada por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data da ciência do Termo de Início de Fiscalização ou da notificação e deverá ser dirigida ao gerente da unidade de trabalho a que estiver subordinado o auditor fiscal, o qual decidirá a questão em 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento e, se acatada a arguição, designará, no mesmo ato, outro auditor para efetuar o procedimento (Art. 7º, 2º da Lei nº 10.094/13).
Da arguição de suspeição contra a autoridade julgadora	No caso de Processo Administrativo Tributário, a primeira instância de julgamento deverá publicar, no Diário Oficial do Estado, a relação dos processos contenciosos distribuídos para julgamento, ocasião em que marcará o prazo de 5 (cinco) dias para arguição de suspeição contra a autoridade julgadora designada para apreciar o litígio. (Art. 9º, §3º da Lei nº 10.094/13)
Recurso de Embargos Declaratórios interposto pelo contribuinte	Será de 05 (cinco) dias a contar da data da ciência ao contribuinte. (Art. 65 do Regimento Interno CRF/PB)
Recurso de Embargos Declaratórios interposto pela Fazenda estadual ou autor do feito	Será de 10 (dez) dias contados da publicação do Acórdão ou ciência. (Art. 65, § 1º do Regimento Interno do CRF/PB)
Constituição do crédito tributário pela Fazenda estadual quando não houver declaração	Extingue-se com o decurso de 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado. (Art. 23 da Lei nº 10.094/13)

A ação para a cobrança do crédito tributário	Prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva. Os prazos de prescrição não fluem nos períodos em que o titular do direito não puder exercê-lo, em decorrência de determinação judicial. (Art. 24 e 25 da Lei nº 10.094/13)
Declarada a nulidade do lançamento por vício formal	Dispõe a Fazenda estadual do prazo de 5 (cinco) anos para efetuar novo lançamento, contado da data em que a decisão declaratória da nulidade se tornar definitiva na esfera administrativa. (Art. 18 da Lei nº 10.094/13)
Distribuição dos processos aos julgadores fiscais (GEJUP)	No prazo de 15 (quinze) dias, os autos Recebidos e registrados os processos na Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais, depois de feita a necessária correição, deverão ser distribuídos aos julgadores fiscais. (Art. 74 da Lei nº 10.094/13)
Do fornecimento de Certidões negativas e o prazo de sua validade	As certidões serão fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias, tendo sua validade fixada em 60 (sessenta) dias. (Art. 158, § 3º da Lei nº 10.094/13)
Constituição do crédito tributário no lançamento por homologação em que o contribuinte tenha realizado a entrega de declaração de informações fiscais, à Fazenda estadual, ou tenha realizado recolhimento a menor do que o declarado.	O prazo decadencial será de 5 (cinco) anos, contado exatamente da data da ocorrência do fato gerador. (Art. 22, §§ 2º e 3º da Lei nº 10.094/13)

Prazo de Intimação	I - na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal; II - no caso de via postal, na data do recebimento, ou, se omitida, 5 (cinco) dias após a entrega do Aviso de Recebimento – AR, ou ainda, da data da declaração de recusa firmada por funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; III - se por meio eletrônico, 8 (oito) dias após a data registrada do envio; IV - 5 (cinco) dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado. (Art. 11, § 3º da Lei nº 10.094/13)
Reincidência	Considera-se reincidência a prática de nova infração ao mesmo dispositivo legal, por parte da mesma pessoa, natural ou jurídica, dentro de 5 (cinco) anos contados da data do pagamento da infração, da decisão definitiva referente à infração anterior ou da inscrição em Dívida Ativa na hipótese de crédito tributário não quitado ou não parcelado. (Art. 39 da Lei nº 10.094/13)
Do arbitramento das custas da Diligência	Cabe à autoridade preparadora, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da ciência da notificação do deferimento, na hipótese de solicitação de diligência pelo sujeito passivo, arbitrar os custos com a diligência solicitada, na razão de 1% (um por cento) do valor do crédito tributário, não podendo ser inferior a 10 UFR-PB, exigindo-se o respectivo pagamento aos cofres públicos.
Ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição	Prescreve em 2 (dois) anos (Art. 124 da Lei nº 10.094/13).

Da execução das decisões	Das decisões condenatórias proferidas em processos administrativos tributários serão intimados os sujeitos passivos, os responsáveis solidários e os co-responsáveis, conforme for, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento ou satisfação da quantia exigida, à vista ou parcelada, dos tributos e multas ou para delas recorrer enquanto admissível essa providência. (Art. 93 da Lei nº 10.094/13)
Das Consultas	Das decisões proferidas em primeira instância caberá recurso ao Conselho de Recursos Fiscais: I - de ofício, no despacho decisório, quando a decisão for favorável ao consulente; II - voluntário, com efeito suspensivo, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que o consulente tomou ciência da decisão. (Art. 136 da Lei nº 10.094/13)
Do prazo para restituição do imposto pago indevidamente	O direito de pleitear restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados: I - da data em que foi recolhido o tributo, nos casos dos incisos I, II, IV e VI do art. 120 da Lei nº 10.094/13); II - da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória, na hipótese dos incisos III e V do art. 120 da Lei nº 10.094/13). (Art. 123 da Lei nº 10.094/13)

Das mercadorias abandonadas	Considerar-se-ão abandonados os bens ou mercadorias nas situações a seguir e, desde que não sejam objeto de incorporação ou doação, estarão em disponibilidade para alienação em leilão: I - se não impugnado o Auto de Infração no prazo de 30 (trinta dias), da ciência; II - não retirados em 30 (trinta) dias, do trânsito em julgado da decisão administrativa contrária ao sujeito passivo; III - de fácil deterioração cuja liberação não tiver sido promovida no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas ou, excepcionalmente, em prazo inferior fixado pelo autuante, à vista de sua natureza ou seu estado de conservação; IV - quando faltarem menos de 30 (trinta) dias para expirar o prazo de validade dos bens ou das mercadorias, observado o disposto no inciso III deste parágrafo; V - não retiradas pelo interessado no prazo de 60 (sessenta) dias, após decisão administrativa ou judicial definitiva favorável ao sujeito passivo; (Art. 96, § 3º da Lei nº 10.094/13)

30-DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO.

Os prazos de decadência e prescrição obedecerão ao disposto na legislação específica de cada tributo, respeitadas as regras do *Código Tributário Nacional*.

Existe uma grande celeuma acerca da contagem do prazo decadencial, principalmente quanto ao ICMS, por se tratar de um imposto cujo lançamento se opera por homologação.

Pois ao perquirirmos o que dispõe o *Código Tributário Nacional* quanto ao prazo decadência e prescricional, vislumbramos os seguintes dispositivos:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Observa-se na exegese das normas supra a existência de dois prazos que podem ser utilizados para decadência, seja o ***art. 150, § 4º*** e o ***art. 173, inciso I***, assim, para equacionar as interpretações múltiplas e inevitavelmente valorativas dos prazos previstos no CTN ***(art. 150, §4º e art. 173),*** é essencial considerar qual o fundamento do prazo decadencial.

30.1-DO PRAZO DECADENCIAL.

A definição da forma de contagem do prazo decadencial para que o Fisco constitua os seus créditos em face dos contribuintes sempre foi tormentosa na jurisprudência, principalmente pelo fato de o *Código Tributário Nacional* apresentar dois dispositivos de regência, o ***§4º*** do ***art. 150*** e o ***inciso I*** do ***art. 173***, fazendo surgir várias controvérsias quando de suas aplicações face aos tributos sujeitos ao chamado lançamento por homologação.

As situações em que cada regra é aplicável sempre gerou dúvidas e conflitos entre as autoridades fiscais e os contribuintes, bem como incertezas e contradições na jurisprudência.

Quando ***Rubens Gomes de Sousa*** idealizou o *Código Tributário Nacional ("CTN"),* nos meados da década de 1950, ainda na forma de anteprojeto solicitado por ***Oswaldo Aranha***, os tributos sujeitos ao lançamento por homologação eram incipientes e o lançamento por declaração e o lançamento de ofício ou direto eram a regra.

Passados mais de 60 anos, a realidade é outra. O recolhimento espontâneo de tributos corresponde a mais de 95% da arrecadação tributária nacional e a técnica do *"lançamento por homologação"* tornou-se imperativo indispensável para o sucesso de arrecadação nas três esferas fiscais.

A origem da dualidade entre os prazos do ***art. 150, §4º,*** e ***173*** do CTN, promulgado no ano de 1966, logo em seguida à Emenda Constitucional nº 18, de 1965, está muito bem retratada na *3ª Edição do Compêndio de Legislação Tributária de 1960*.

Para ***Rubens Gomes de Sousa,*** o critério demarcador do prazo decadencial era a ocorrência do fato gerador. Para o autor do CTN, o desafio à época era instituir norma geral sobre decadência, já que havia *"muitas controvérsias na doutrina e na jurisprudência, porque em geral as leis tributárias não fixavam o prazo em que o fisco deve efetuar o lançamento"*.

Assim, o então professor na *Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo*, propôs em seu livro o seguinte sistema composto de quatro critérios centrais que demarcam

origem, substância, forma e extinção do crédito tributário:

> **(a) FATO GERADOR,** que define como *"a hipótese prevista na lei tributária em abstrato, isto é, em termos gerais e objetivamente, como dando origem à obrigação de pagar tributo";*
>
> **(b) a OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**, que *"em sentido substancial, isto é, em sua essência, já surgiu com a simples ocorrência do fato gerador: desde esse momento já é devido o tributo; entretanto ainda não pode ser cobrado, porque para isso é preciso apurar o montante da importância devida e verificar quem deve pagar";*
>
> **(c) LANÇAMENTO** como "*a atividade administrativa que visa apurar a ocorrência do fato gerador, analisar as circunstâncias em que se verificou, identificar a pessoa do contribuinte, calcular o imposto correspondente e expedir aviso de cobrança, individualizando dessa forma a obrigação tributária*"; e,
>
> **(iv) DECADÊNCIA** *(ou caducidade),* definida como *"o desaparecimento do próprio direito pelo fato de não ser exercido dentro do prazo da lei"* .

Na lógica adotada por ***Rubens Gomes de Sousa***, o que guiaria a aplicabilidade da regra geral de decadência seria a natureza específica do fato gerador e o consequente regime jurídico eleito pela legislação tributária para o lançamento.

Assim: (a) reger-se-iam pelo regime do ***art. 150*** os tributos em que o fato gerador é **instantâneo,** fazendo surgir a obrigação tributária em decorrência de ato ou fato do contribuinte (ou, em outros termos, os tributos "*cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa*");

(b) Reger-se-iam pelo regime jurídico do lançamento de ofício, *ex vi* do ***art. 173***, os tributos cujo fato gerador fosse **"complexivo"** e nos quais a *conditio juris* para eficácia legal coincidia com o termo final do exercício, como o antigo e tradicional *Imposto sobre a Renda* ("IR") e os atuais Impostos sobre a *Propriedade Territorial Urbana* ("IPTU") e a *Propriedade de Veículos Automotores* ("IPVA").

Essa classificação é clara e objetiva, além de ter sido imposta pelo próprio direito positivo. Note-se que, em ambas situações, o prazo decadencial inicia-se após o aperfeiçoamento do fato gerador, sendo a diferença específica a temporalidade desse fato *(instantâneo ou "complexivo")*, a qual influencia na forma da contagem do prazo: no regime do ***art. 150***, ocorre a partir do fato gerador; no regime do ***art. 173,*** ocorre a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que o lançamento poderia ser efetuado.

Esse breve resumo extraído de um artigo publicado no FISCOsoft *(11)* tem por cerne demonstrar que a aplicação do ***art. 150, § 4º*** ou ***art. 173, inciso I,*** tem seu deslinde na análise do fato gerador, pois como foi demonstrado, no caso do imposto por homologação, que se denomina ***"instantâneo",*** por ser apurado, declarado e antecipadamente recolhido pelo próprio contribuinte, o Fisco é informado sobre a data do fato gerador, tendo 5 anos, a contar da data desse fato, para homologar o valor apurado, declarado e pago pelo contribuinte, não o fazendo, estará caduco o seu direito de

Outrossim, além da possibilidade legal referente à aplicação do ***art. 173, inciso I*** para os casos concernentes ao fato gerador complexivo, como ocorre no IR e no IPVA, cabe a aplicação desse artigo também nos casos de imposto por homologação, quando do lançamento de ofício concernente a omissão de receitas de saídas de mercadorias tributáveis, onde as mesmas não fazem parte da apuração e declaração realizada pelo contribuinte, não tendo o Fisco como saber qual seria a data do fato gerador, cuja obrigação poderia ter resultado de qualquer mês do exercício, nesse caso, como a operação se assemelha ao fato garador complexivo, cuja *conditio*

(11)-FISCOsoft–Disponívelem:<http://www.fiscosoft.com.br/main_artigos_index.php?PID=262584&printpage=_>

constituir o crédito tributário.
juris para eficácia legal coincide com o termo final do exercício/ano civil, o prazo decadencial teria início no primeiro dia do exercício subsequente àquele em que deveria ter sido constituído o crédito tributário por parte do Fisco.

Destarte, entendemos que neste caso, aplica-se como prazo decadencial a regra determinada no ***art. 173, inciso I*** do CTN.

Assim, ao perscrutarmos o que dispõe a Lei do PAT/PB **(Lei nº 10.064/2013),** verificamos no seu ***art. 22***, que a decadência deve ser reconhecida e declarada de ofício, por ser considerada matéria de ordem pública, além de ser considerada também matéria de mérito, devendo ser aplicado o prazo decadencial previsto no ***§ 4º*** do ***art. 150*** do Código Tributário Nacional aos casos de lançamento por homologação.

Assim, dispõe o ***§ 3º*** do ***art. 22*** da Lei do PAT/PB que na ***hipótese de tributo sujeito a lançamento por homologação, em que o contribuinte tenha realizado a entrega de declaração de informações fiscais, à Fazenda Estadual, ou tenha realizado recolhimento a menor do que o declarado, o prazo decadencial será de 5 (cinco) anos, contado exatamente da data da ocorrência do fato gerador.***

Onde se infere, após exegese do texto supra, a existência de duas condições para o início do prazo decadencial ter por cerne a data da ocorrência do fato gerador, quais sejam: **(1) havendo a entrega de declaração de informações fiscais**; ou **(2) tenha havido o recolhimento a menor do valor declarado,** o prazo a ser aplicado seria o disciplinado na inteligência emergente do ***art. 150, § 4º*** do CTN.

Outrossim, chega-se á ilação de que não havendo a entrega de declaração por parte do contribuinte, o direito de constituir o crédito tributário extingue-se com o decurso de *5 (cinco)* anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado.

Ora, no caso vertente, é pacífico e uníssono o entendimento doutrinário e jurisprudencial de que os lançamentos por homologação estariam sujeitos ao prazo decadencial disciplinado no ***art. 150, § 4º*** do CTN, prazo este determinado para a homologação expressa pelo

Fisco, conforme se abebera na norma transcrita *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.***
>
> ***§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.***
>
> ***§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.***

Partindo dessa premissa e conforme exegese da norma supra, inferimos que o lançamento por homologação ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, operando-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade exercida, no caso, a antecipação do pagamento, expressamente a homologa, extinguindo o crédito tributário.

Observa-se que o pagamento antecipado pelo obrigado nos termos disciplinados no ***art. 150*** supra, extingue o crédito sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

Porém, se a lei não fixar prazo para homologação, será ele de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador, expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

No caso vertente, observa-se que na verdade, a homologação tem por cerne o lançamento realizado pelo contribuinte *(declaração)* que teria resultado em pagamento antecipado ou não pelo

contribuinte, conforme dispõe o ***§ 1º*** do ***art. 150*** do CTN, pacificando-se o entendimento doutrinário de que a homologação se daria sobre o lançamento antecipado pelo contribuinte *(declaração)*, inclusive, ainda que não tenha havido o pagamento ou que o mesmo tenha sido a menor que o valor declarado pelo contribuinte *(auto-lançamento),* conforme se abebera do texto de ***Hugo de Brito Machado,*** que assim dispõe:

> *"É certo que a autoridade administrativa não está obrigada a homologar expressamente a apuração do valor do tributo devido e a homologação tácita somente acontece se tiver havido o pagamento antecipado. Entretanto, se o contribuinte praticou a atividade de apuração, prestou à autoridade administrativa as informações relativas aos valores a serem pagos (DCTF, GIA, etc) e não efetuou o pagamento pode a autoridade homologar a apuração de tais valores e determinar a imediata inscrição daqueles como Dívida Ativa. Ter-se-á um lançamento por homologação sem antecipação do pagamento. O que caracteriza essa modalidade de lançamento é a exigência fiscal de pagamento antecipado. Não o efetivo pagamento antecipado."*

Entendimento este ratificado pelo *Superior Tribunal de Justiça,* através da **Súmula nº 436**, publicada em 13/05/2010, que dispõe que a simples declaração pelo contribuinte do valor do imposto, independente do pagamento, constitui o crédito tributário, conforme se observa na transcrição *ipsis litteris* abaixo:

> **Súmula nº 436**
> *A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco. (Súmula 436, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/2010, KJ e 13/05/2010).*

Nesse diapasão, vislumbramos que antes do advento da Súmula supracitada, o entendimento até então pacificado quanto ao lançamento por homologação tinha por cerne que a condição *sine qua non* para haver a homologação pelo Fisco e consequentemente, o lançamento do crédito tributário, operava-se através da existência de uma apuração realizada pelo contribuinte *(auto-lançamento)* do valor

do crédito tributário a ser antecipado, ou seja, o contribuinte apurava o valor do imposto que deveria ser recolhido, declarava esse valor, no caso da Paraíba, através da GIM ou SPED, e efetuava o pagamento, tendo a Fazenda estadual o prazo de 5 anos para expressamente homologar a apuração realizada pelo contribuinte, sob pena de haver a homologação tácita, com a extinção do crédito tributário apurado pelo contribuinte, independente do recolhimento ter sido no valor correto ou inferior, tendo em vista o prazo determinado no ***§ 4º*** do ***art. 150*** do CTN ser decadencial.

Portanto, até então, a constituição do crédito tributário ocorria através do lançamento por homologação, quando a Fazenda estadual homologava expressa ou tacitamente o valor do imposto apurado, declarado e recolhido antecipadamente pelo contribuinte.

Neste contexto, chega-se à ilação de que, com o advento da **Súmula nº 436,** praticamente desapareceu a possibilidade de haver decadência para o lançamento por homologação *(art. 150, § 4º do CTN),* cuja legislação atribui ao sujeito passivo o dever de apurar, declarar e antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, pois, para haver a antecipação do pagamento, necessário se fazia a apuração pelo contribuinte com a respectiva declaração do valor devido, só assim poderia haver a homologação do lançamento expressa ou tacitamente pela Fazenda estadual, com a constituição do crédito tributário através do lançamento por homologação.

Assim, conforme dispõe a Súmula mencionada, havendo a declaração pelo contribuinte, já estará constituído o crédito tributário, sendo dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco, impossibilitando assim o surgimento da figura da decadência, que nada mais é que o prazo para que seja constituído pelo Fisco o crédito tributário, haja vista que, havendo a constituição do crédito tributário em razão da entrega da declaração realizada pelo contribuinte, terá o Fisco cinco anos para cobrança do respectivo crédito, sob pena da prescrição e não mais da decadência.

No caso vertente, adentraremos nas considerações quanto ao prazo decadencial inicial a se aplicado pelo Fisco estadual, sem

levarmos em consideração o que dispõe a **Súmula nº 436**, haja vista haver na legislação paraibana procedimentos próprios de lançamento quanto ao imposto declarado e não recolhido, assim, mister se faz ressaltar que o prazo disciplinado no ***§ 4º*** do ***art. 150*** do CTN, tem por cerne o lapso temporal para que a Fazenda estadual realize a homologação do lançamento antecipado pelo contribuinte, nesse caso, necessário se faz que o contribuinte tenha apurado e declarado o valor do imposto devido, para efeito de homologação.

Nesse caso, será objeto de homologação pelo Fisco todas as operações registradas pelo contribuinte em seus livros fiscais que fizeram parte da apuração e declaração do período de apuração.

Assim, se o valor apurado e declarado pelo contribuinte no mês foi de **R$ 100.000,00**, a homologação terá por base esse valor, mesmo que o contribuinte só tenha recolhido **R$ 80.000,00** ou o Fisco constate que o valor a recolher ou recolhido seria a maior, em decorrência, por exemplo, de um crédito indevido ou erro na Conta Gráfica do ICMS, pois nesse caso, havendo uma homologação expressa por parte do Fisco depois dos cinco anos contados do fato gerador *(§ 4º do art. 150 do CTN),* não poderia ser exigida a diferença de **R$ 20.000,00** através de lançamento por Representação Fiscal, ou do valor apurado a maior que o declarado pelo contribuinte.

Portanto, entendemos que só estariam sujeito ao prazo decadencial disciplinado no ***art. 150, § 4º*** do CTN, as operações registradas nos livros fiscais próprios que fizeram parte da apuração do valor a recolher, ou seja, as operações que resultaram nos débitos e créditos objeto da apuração, em decorrência de tais informações terem sido disponibilizadas ao Fisco através de declaração, tendo a Fazenda estadual, nesse caso, o prazo de 5 anos para homologá-las, a contar do fato gerador.

Porém, se a homologação foi tácita, em virtude de haver decorrido mais de cinco anos do fato gerador, estará extinto o crédito tributário pela decadência *(art. 150, § 4º)*, não cabendo mais a realização do lançamento de ofício para cobrar a diferença de **R$ 20.000,00**, exceto se tiver havido dolo, fraude ou simulação.

Perfilhando esse entendimento, perquire-se que os valores

que não foram objeto de declaração pelo contribuinte quando da apuração por ele realizada, não estarão sujeitos ao prazo disciplinado no ***§ 4º*** do ***art. 150*** do CTN, haja vista não poder haver homologação de valores que não foram declarados pelo contribuinte, sujeitando-se tais valores ao lançamento de ofício, cujo início do prazo decadencial tem por arrimo o que dispõe o ***art. 173, inciso I*** do CTN, que assim disciplina:

> ***Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:***
>
> ***I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;***

Nesse diapasão, após as considerações tecidas, denota-se com nívea clareza que o prazo decadencial determinado no ***§ 4º do art. 150*** do CTN tem por cerne apenas o lançamento do imposto apurado e declarado pelo contribuinte, o qual estará sujeito a ulterior homologação.

Onde o valor do imposto que não foi apurado e consequentemente, declarado, não estará sujeito ao prazo para homologação mencionado, sujeitando-se a regra geral aplicada aos lançamentos de ofício, ou seja, ao ***art. 173, inciso I*** do CTN.

Dessa forma, trazemos como exemplo uma omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de alguma das técnicas de fiscalização, onde se infere que tal operação não fez parte da apuração e declaração realizada pelo contribuinte, estando sujeita ao lançamento de ofício cujo prazo decadencial será contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Entendimento este traduzido na jurisprudência do Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba, através da resposta dada a uma Consulta, cujo **Acórdão nº 047/2013** de minha lavra, transcrevo *ipsis litteris* abaixo:

> **RECURSO HIERÁQUICO DESPROVIDO. INÍCIO DO PRAZO**

DECADENCIAL LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. ART. 150, § 4º, E DE OFÍCIO, ART. 173, I, AMBOS DO CTN. MANTIDA A DECISÃO A QUO.

Nas exações cujo lançamento se faz por homologação, havendo a entrega de declaração de informações econômico fiscais sem recolhimento ou com o recolhimento a menor do que foi declarado, conta-se o prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador, exceto se houver dolo, fraude ou simulação (art. 150, § 4º do CTN). Não tendo sido objeto de declaração (auto-lançamento) para efeito de homologação o valor apurado pela fiscalização, será realizado o lançamento de ofício cujo prazo inicial a ser aplicado é o disposto no art. 173, I do CTN.

Em suma, conclui-se que se tiver havido a apresentação de declaração por parte do contribuinte *(e não se constatar dolo, fraude ou simulação),* todas as operações registradas nos livros fiscais e que fizeram parte da apuração realizada pelo contribuinte ficarão sujeitas ao prazo decadencial contado da data do fato gerador, nos termos do ***art. 150, § 4º*** do CTN; mesmo que não tenha havido pagamento ou, ainda, se o mesmo foi efetuado a menor.

Outrossim, sendo constatada pelo Fisco operações não incluídas na apuração e declaração realizada pelo contribuinte, como por exemplo: omissão de saídas de mercadorias tributáveis, o prazo decadencial a ser considerado será o disciplinado no ***art. 173, inciso I*** do CTN.

Assim, infere-se que todos os valores de débitos e créditos utilizados pelo contribuinte para a realização de sua apuração, fazem parte do lançamento realizado pelo contribuinte e declarado ao Fisco, estando sujeito a ulterior homologação.

Ex. 1: *Um contribuinte considerando os valores registrados nas entradas (créditos) e saídas (débitos) do período referente ao mês de junho de 2007, apurou um saldo devedor de ICMS de R$ 100.000,00 (ICMS a recolher), estando sujeito a homologação por parte do Fisco.*

Obs: *Nos casos ventilados não será levado em conta a Súmula nº 436, do STJ, publicada em 13/05/2010.*

a) *O Contribuinte só teria efetuado o recolhimento de R$ 80.000,00, nesse caso, o Fisco terá 5 anos do fato gerador (junho/2007) para efetuar o lançamento de ofício dos R$ 20.000,00 não recolhidos, não se levando em conta a Súmula nº 436, do STJ, publicada em 13/05/2010;*

b) *O Contribuinte não teria recolhido qualquer valor, nesse caso, apesar da jurisprudência remeter os casos em que não tiver havido recolhimento ao art. 173, inciso I do CTN, entendemos que houve declaração por parte do Contribuinte, tendo o Fisco sido informado da apuração realizada, cujo prazo decadencial para se realizar o lançamento de ofício para cobrança do valor seria o do art. 150, § 4º do CTN, pois apesar do contribuinte não ter recolhido o valor dos R$ 100.000,00, no momento da apuração entre crédito e débito, houve a compensação, onde em tese, já teria sido recolhido pelo contribuinte a parte do débito compensada pelo crédito;*

c) *Após 4 anos, a fiscalização verificou que o valor declarado pelo contribuinte de R$ 100.000,00, deveria ter sido de R$ 150.000,00, visto ter observado um crédito indevido de R$ 50.000,00.*

Nesse caso, o prazo decadencial a ser aplicado seria o disciplinado no art. 150, § 4º do CTN, pois entendemos que todas as operações devidamente registradas pelo contribuinte em seus livros fiscais próprios e que tenham influência no valor apurado e declarado pelo contribuinte estaria sujeito ao prazo decadencial a contar do fato gerador.

Haja vista o Fisco ter sido informado da apuração realizada e da data do fato gerador respectivo, cabendo homologar o lançamento antecipado dentro de 5 anos a contar do fato gerador;

d) *O contribuinte apurou e recolheu o valor de R$ 100.000,00, porém, após decorridos 5 anos, em uma fiscalização rotineira, o Fisco verificou que no período (ano de 2007), teria havido saídas de mercadorias sem documento fiscal no valor de R$ 30.000,00, infração*

esta apurada através do Levantamento Financeiro.

Nesse caso, a apuração realizada pelo contribuinte em tese foi correta, haja vista ter sido considerado apenas os valores das operações registradas nos livros fiscais da empresa, estando esta apuração realizada pelo contribuinte sujeita ao prazo decadencial disciplinado no art. 150, § 4º do CTN, por ter sido disponibilizada a informação ao Fisco, ficando sujeita a ulterior homologação.

Todavia, o valor concernente à omissão de saídas de mercadorias tributáveis de R$ 30.000,00 não fez parte da apuração, por ter sido sonegada a informação do Fisco, estando sujeito ao lançamento de ofício cujo prazo decadencial terá início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado (art. 173, inciso I do CTN), haja vista o Fisco não saber qual teria sido a data do fato gerador.

Assim, se não houver declaração ou se a operação não fez parte da apuração realizada e declarada pelo contribuinte, o lançamento de ofício será aplicado com base no art. 173, inciso I do CTN, em virtude do Fisco não ter sido informado do fato gerador.

Todavia, havendo a apuração e declaração por parte do contribuinte, o valor não recolhido ou recolhido a menor ou mesmo, havendo saldo credor, o prazo será contado do fato gerador (art. 150, § 4º do CTN), haja vista o Fisco ter sido informado da apuração.

30.2-DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ (Decadência).

Infere-se que para o contribuinte, a pacificação e uniformização da forma de aplicação do prazo decadencial é condição essencial para a segurança jurídica na estruturação da sua atividade, haja vista impactar as operações comerciais realizadas.

Onde vislumbramos a grande quantidade de entendimentos diversos e antagônicos concernentes as decisões proferidas pelo STJ, vindo a situação a se estabilizar apenas em 12/08/2009, com o julgamento do **Recurso Especial nº 973.733/SC** pela *Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça,* afetado à sistemática dos recursos repetitivos *(artigo 543-C do CPC)*, por meio do qual, em tese, teria

se pacificado o entendimento acerca do prazo decadencial para a constituição do crédito tributário, no que tange aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, nos seguintes termos:

> **PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INEXISTÊNCIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO. DECADÊNCIA DO DIREITO DE O FISCO CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. TERMO INICIAL. ARTIGO 173, I, DO CTN. APLICAÇÃO CUMULATIVA DOS PRAZOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 150, § 4º, e 173, do CTN. IMPOSSIBILIDADE.**
> 1. O prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário (lançamento de ofício) conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos casos em que a lei não prevê o pagamento antecipado da exação ou quando, a despeito da previsão legal, o mesmo inocorre, sem a constatação de dolo, fraude ou simulação do contribuinte, inexistindo declaração prévia do débito (...).
> 3. O dies a quo do prazo quinquenal da aludida regra decadencial rege-se pelo disposto no artigo 173, I, do CTN, sendo certo que o "primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado" corresponde, iniludivelmente, ao primeiro dia do exercício seguinte à ocorrência do fato imponível, ainda que se trate de tributos sujeitos a lançamento por homologação, revelando-se inadmissível a aplicação cumulativa/concorrente dos prazos previstos nos artigos 150, § 4º, e 173, do Codex Tributário, ante a configuração de desarrazoado prazo decadencial decenal (...).
> 7. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008" ***(REsp 973733/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2009, DJe 18/09/2009) - (grifou-se).***

Dessa forma, infere-se da exegese do texto supra ser a existência de antecipação do pagamento o que determina a aplicação do prazo de cinco anos a contar do fato gerador *(art. 150, §4º),* com a sua ausência determinando a aplicação do termo *a quo* do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, previsto no ***inciso I*** do ***art. 173*** do CTN.

Repercussão relevante dessa decisão foi a vinculação de pronto do seu entendimento na *Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda,* com a aplicação do dispositivo do ***art. 62-A*** do seu Regimento Interno. Veja-se:

> ***CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL FATO GERADOR: 1996. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. APLICAÇÃO DA DECISÃO DO STJ, EM RECURSO REPETITIVO. ARTIGO 62-A DO RICARF. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 173, INCISO I, DO CTN. NÃO OCORRÊNCIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO DO TRIBUTO NEM DECLARAÇÃO PRÉVIA CONSTITUTIVA DO DÉBITO POR PARTE DO CONTRIBUINTE.***
>
> Não havendo pagamento antecipado parcial nem prévia declaração do débito por parte do contribuinte, nos termos da decisão do STJ, (Resp. nº 973.733-SC) deve incidir, para a contagem do prazo decadencial, o artigo 173, inciso I, do CTN. Tenda a intimação pessoal ocorrido em 19/02/2002, recaindo a discussão sobre fato geradores ocorridos no ano-calendário de 1996, é de se ter por não configurada a decadência". ***(1ª TURMA/CSRF/CARF/MF/DF/Câmara Superior de Recursos Fiscais - Relatora SUSY GOMES HOFFMANN - 13808.000299/2002-29 - 17/05/2012) - (grifou-se).***

Conforme entendimento supra, infere-se que não havendo pagamento antecipado parcial ou declaração por parte do contribuinte, aplica-se a regra do ***art. 173, inciso I*** do CTN.

Apesar do entendimento supra, entendemos que havendo apuração e declaração por parte do contribuinte, mesmo sem haver o pagamento, o prazo decadencial teria que iniciar a partir do fato gerador *(art. 150, § 4º do CTN),* pois mister se faz ressaltarmos que mesmo não havendo pagamento do valor declarado, seja pela simples inadimplência ou inexistência de saldo devedor, ou seja, valor a recolher, mesmo assim, teria havido o pagamento pelo contribuinte quando da compensação do crédito com o saldo devedor apurado, conforme dispõe o princípio da não-cumulatitidade tributária, cujas operações foram dispobilizadas ao Fisco através da declaração dos valores que serviram de base para apuração, estando assim sujeito a homologação dentro de 5 anos contados do fato gerador.

Todavia, apesar da jurisprudência citada, ainda havia dúvidas quanto à aplicação desse entendimento nas situações em que o crédito tributário decorria da glosa de créditos escriturais de *ICMS, IPI e PIS/COFINS.*

Isso porque, até outubro de 2011, o Superior Tribunal de Justiça reiteradamente vinha decidindo que, nesses casos, a contagem do prazo seria sempre a prevista no ***inciso I*** do ***art. 173*** do CTN, mesmo tendo havido pagamento antecipado pelo contribuinte, por entender que este teria sido dado em desacordo com a legislação tributária.

Entendimento este, até então majoritário, explicitado nas ementas dos seguintes julgados:

> **(...) ICMS. CREDITAMENTO INDEVIDO DO IMPOSTO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 173, I, DO CTN. (...)**
> 1. Havendo creditamento indevido de ICMS, o prazo decadencial para que o Fisco efetue o lançamento de ofício é regido pelo art. 173, I, do CTN, razão pela qual a decadência não ficou caracterizada no caso dos autos, como bem observou o Tribunal de origem. Nesse sentido: REsp 842.413/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 19.10.2006; REsp 979.228/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 16.4.2009.
> (...)
> 3. Agravo regimental não provido". (AgRg no Ag 1273246/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 03/09/2010)
> "(...) ICMS - CREDITAMENTO - ENERGIA ELÉTRICA - CONVÊNIO ICMS 66/88 - IMPOSSIBILIDADE - DECADÊNCIA - LANÇAMENTO DE OFÍCIO - NÃO-OCORRÊNCIA - (...)
> (...)
> 4. Ocorrendo creditamento indevido de ICMS incidente na aquisição de energia elétrica no período de vigência do Convênio ICMS 66/88, a fiscalização deve recusar a homologação do acertamento realizado pelo contribuinte e lançar os créditos de ofício, consoante o art. 173, I, do CTN. Inexistência de decadência na espécie. Precedentes.
> 5. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, não provido". *(REsp 979.228/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2009, DJe 16/04/2009)*

Tendo a **Ministra Eliana Calmon**, relatora do *Recurso Especial nº 979.228/RS,* cuja ementa foi acima colacionada, apresentado a seguinte fundamentação para o seu posicionamento:

> ***"No regime de acertamento do crédito pelo contribuinte, o Fisco pode recusar a homologação e lançar o tributo devido, nos termos do art. 173, I, do CTN, que prevê o lançamento de ofício, sendo certo que a conduta da recorrente subsume-se ao comando expresso no art. 149, V, do CTN.***
> ***Assim, o prazo inicia-se do exercício fiscal seguinte ao da entrega da declaração em que ocorreu o indevido creditamento (1º.1.1995), vindo a expirar em 31.12.1999. Na hipótese, o lançamento operou-se no dia 3 de dezembro de 1999. Logo, não ocorreu a decadência do direito de lançar".***

No caso em apreço, vislumbra-se que esse posicionamento do *Superior Tribunal de Justiça* não se compatibilizava com a sistemática instituída pelo CTN, uma vez que o creditamento reputado como indevido não tem o condão de alterar a sistemática de homologação tácita do pagamento antecipado do contribuinte, salvo nos casos em que estivesse vinculado à prática dolosa, fraudulenta ou simulada, o que não ocorre no caso de créditos oriundos de efetivas operações, suportados por documentação idônea e devidamente escriturados, cuja glosa decorre de interpretação divergente do Fisco sobre a sua natureza *(por exemplo, quando considera ser de uso e consumo aquilo que o contribuinte reputa como insumo).*

Da mesma forma, não se trata de descumprimento da legislação tributária, ou inexatidão de informações de prestação obrigatória pelo contribuinte, que permitam a aplicação do ***art. 149, V*** do CTN, de modo a vincular o lançamento ao ***inciso I*** do ***art. 173***.

As atividades de creditamento e apuração do saldo de imposto devido são preparatórias ao recolhimento, sendo a sua existência *(ou não)* o que determina o prazo decadencial aplicável, haja vista a apuração ter por cerne o confronto entre créditos e débitos, tendo o crédito indevido repercussão direta no valor declarado pelo contribuinte, o qual está sujeito a homologação pelo fisco dentro de 5 anos a contar do fato gerador, ou seja, da declaração.

Em razão desse fato, o posicionamento que vinha sendo aplicado quanto à aplicação do ***art. 173, inciso I***, ao creditamento indevido, foi superado a partir do julgamento dos Embargos de ***Divergência nº 1.199.262/MG***, em outubro de 2011, pela *Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça,* a qual, aplicando o entendimento do paradigmático **REsp 973.733/SC,** explicitou que, caso o pagamento a menor do ICMS decorra da glosa de créditos do imposto, a decadência deve ser contada nos termos do ***§4º*** do ***art. 150*** do CTN.

Apenas quando o creditamento indevido tenha provocado a total ausência de recolhimento, aplicar-se-á a regra do ***inciso I*** do ***art. 173,*** conforme se abebera na ementa transcrita ipsis litteris abaixo:

> **(...) ICMS. DECADÊNCIA. PRAZO PARA A CONSTITUIÇÃO DE DÉBITO PELA FAZENDA ESTADUAL. PAGAMENTO A MENOR EM DECORRÊNCIA DE SUPOSTO CREDITAMENTO INDEVIDO. APLICAÇÃO DO ART. 150, § 4º, DO CTN. MATÉRIA PACIFICADA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (RESP 973.733/SC).**
>
> (...)
>
> 2. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 973.733/SC, realizado nos termos do art. 543-C e sob a relatoria do Ministro Luiz Fux, sedimentou o entendimento de que o art. 173, I, do CTN se aplica aos casos em que a lei não prevê o pagamento antecipado da exação ou, quando, a despeito da previsão legal, não há o pagamento, salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação.
>
> (...)
>
> 4. Com efeito, a jurisprudência consolidada por esta Corte dirime a questão jurídica apresentada a partir da existência, ou não, de pagamento antecipado por parte do contribuinte. Para essa finalidade, salvo os casos de dolo, fraude ou simulação, despiciendo se mostra indagar a razão pela qual o contribuinte não realizou o pagamento integral do tributo.
>
> 5. A dedução aqui considerada (creditamento indevido) nada mais é do que um crédito utilizado pelo contribuinte decorrente da escrituração do tributo apurado em determinado período (princípio da não cumulatividade), que veio a ser recusada (glosada) pela Administração. Se esse crédito abarcasse todo o débito tributário a ponto de dispensar qualquer pagamento, aí sim, estar-se-ia, como visto, diante de uma situação excludente da aplicação do art. 150, § 4º, do CTN.

> 6. Na espécie, o acórdão que julgou o recurso especial foi claro ao consignar que houve pagamento a menor de débito tributário em decorrência de creditamento indevido. Dessa forma, deve-se observar o disposto no art. 150, § 4º, do CTN.
> 7. Agravo regimental não provido.
> *(AgRg nos EREsp 1199262/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/10/2011, DJe 07/11/2011)*

Devendo ser ressaltado que essa decisão repercutiu diretamente na jurisprudência do *Superior Tribunal de Justiça*, como indica o recente acórdão abaixo ementado:

> **(...) ICMS. PAGAMENTO A MENOR EM DECORRÊNCIA DE SUPOSTO CREDITAMENTO INDEVIDO. APLICAÇÃO DO ART. 150, § 4º, DO CTN. (...)**
> 1. A Primeira Seção/STJ, ao apreciar o AgRg nos EREsp 1.199.262/MG (Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 7.11.2011), pacificou entendimento no sentido de que, em se tratando de lançamento suplementar, decorrente do pagamento a menor de tributo sujeito a lançamento por homologação, em razão da verificação de creditamento indevido, é aplicável a regra prevista no art. 150, § 4º, do CTN.
> (...)
> 3. Agravo regimental não provido"
> *(AgRg no REsp 1238000/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 29/06/2012)*

Outrossim, apesar da mudança jurisprudencial acima exposta, ainda se vislumbra no próprio *Superior Tribunal de Justiça* decisões aplicando a contagem do prazo decadencial contemplada no ***art. 173, I,*** do CTN, na hipótese de creditamento indevido de ICMS, vide o julgamento do ***AgRg no AREsp 76.977/RS***, de 19.04.2012. Ementa abaixo:

> **TRIBUTÁRIO. CREDITAMENTO INDEVIDO DE ICMS. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 173, I, DO CTN. PRECEDENTES.**

> 1. A jurisprudência do STJ firmou o entendimento no sentido de que, havendo creditamento indevido de ICMS, o prazo decadencial para que o Fisco efetue o lançamento de ofício é regido pelo art. 173, I, do CTN, contando-se o prazo de cinco anos, a partir do primeiro dia do exercício seguinte à ocorrência do fato imponível, donde se dessume a não ocorrência, in casu, da decadência do direito de o Fisco lançar os referidos créditos tributários.
> 2. "Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, quando ocorre o recolhimento em desconformidade com a legislação aplicável, deve a autoridade fiscal proceder ao lançamento de ofício (CTN, art. 149), iniciando-se o prazo decadencial de cinco anos no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido feito (art. 173, I, do CTN).
> *(REsp 973189/MG, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 04/09/2007, DJ 19/09/2007, p. 262).*
> *Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 76977/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/04/2012, DJe 19/04/2012)*

Urge ressaltarmos, com a *devida venia*, que Julgados como o **AgRg no AREsp 76.977/RS** transcrito supra, encontram-se antagônicos com o posicionamento que o Tribunal reputou ter pacificado, motivo pelo qual se espera que não sejam mais reiterados.

Nesse contexto, é relevante destacar que os Tribunais Administrativos Fiscais, em regra, ainda têm aplicado os precedentes do *Superior Tribunal de Justiça* que determinam a contagem do prazo decadencial, na hipótese de creditamento indevido de ICMS *(mesmo havendo recolhimento parcial do tributo),* com base no ***art. 173, I,*** do CTN.

A esse respeito, perquirimos que no Tribunal de Impostos e Taxas/SP, continua aplicado esse entendimento, tal como decidido no acórdão proferido no *Auto de Infração e Imposição de Multa nº 3161554-5*, publicado em 10.09.2012:

> ***"No caso de crédito indevido, a contagem do prazo decadencial é regida pelo inciso I do artigo 173, uma vez que os pressupostos de aplicação do §4º do art. 150 do CTN não estão atendidos".***

No meio dessa celeuma, entendo que o Estado da Paraíba

deveria seguir a jurisprudência dominante acerca do entendimento de que o creditamento indevido estaria sujeito a regra do ***art. 150, § 4º*** do CTN, haja vista corroborarmos o entendimento de que todas as operações devidamente registradas nos livros fiscais e que tenha relação direta com a apuração e declaração apresentada pelo contribuinte estariam sujeitas à contagem do prazo decadencial a partir do fato gerador, já que o Fisco é informado da apuração e declaração realizadas pelo contribuinte, tendo 5 anos a contar dessa data para verificar a regularidade do valor apurado e declarado pelo contribuinte.

30.3-DO PRAZO PRESCRICIONAL.

Quanto ao prazo prescricional, infere-se na **Lei nº 10.094/2013,** no seu ***art. 24,*** que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em *5 (cinco)* anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Portanto, havendo o lançamento de ofício para cobrança do crédito tributário, inicia-se a fruição do prazo prescricional, o qual se interrompe:

> *I – pela impugnação do lançamento por parte do sujeito passivo ou por quem a ele aproveite, iniciando a contagem do prazo prescricional a partir da ciência da decisão irrecorrível na órbita administrativa ou do decurso do prazo recursal, quando este não tenha sido interposto;*
>
> *II – pelo despacho para citação ao devedor;*
>
> *III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;*
>
> *IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.*

No caso vertente, após a lavratura do auto de infração não se tem que se falar em prazo prescricional, haja vista tal prazo começar a fruir apenas a partir da ciência da decisão irrecorrível na órbita administrativa ou pelo decurso do prazo recursal.

Assim, após a ciência da decisão definitiva, inicia-se a contagem do prazo prescricional, que será suspensa apenas em decorrência do *despacho para citação do devedor*, *por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor ou por qualquer ato inequívoco*, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Dessa forma, após a ciência do contribuinte da decisão definitiva na esfera administrativa, começa a contar o prazo prescricional, mesmo inscrito em dívida ativa, onde terá o Fisco, através da Procuradoria do Estado, com base na *Certidão de Dívida Ativa*, de solicitar a cobrança judicial através da Execução Fiscal, que só com o DESPACHO do Juiz para citação do devedor, é que o prazo prescricional será suspenso.

Quanto à suspensão, mister se faz ressaltarmos que a Lei de Execução Fiscal estipula que a inscrição em dívida ativa suspende o curso da prescrição por 180 dias ou até a distribuição da execução fiscal ***(art. 2º e § 3º da LEF).***

Onde lembramos que essa assertiva é válida apenas para os débitos que não tenham natureza tributária, pois em relação aos débitos tributários, começa a contar a prescrição a partir da ciência da decisão definitiva.

Urge ressaltarmos também, que a afirmação de que o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa não prescreve é falsa, pois caso haja uma demora no acionamento judicial do sujeito passivo para cobrança através da execução fiscal, o crédito tributário prescreve.

Pois caso decorra mais de 5 anos entre a data da ciência do contribuinte da decisão definitiva e do Despacho do Juiz para citar o contribuinte para recolher o crédito ou garantir a exigibilidade, estará o crédito tributário prescrito.

Outrossim, a partir da data do Despacho do Juiz para citação, estará o prazo prescricional suspenso, onde caberá ao Oficial de

Justiça citar o credor para providenciar o recolhimento.

O executado será citado para, no prazo de 5 *(cinco)* dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na *Certidão de Dívida Ativa*, ou garantir a execução.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução por parte do contribuinte executado, a penhora poderá recair em qualquer bem do mesmo, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis, como é o caso, por exemplo, dos *bens de família.*

Se o executado não efetuar o pagamento ou não garantir a execução, os bens serão penhorados, podendo, dentro de *30 (trinta)* dias, o executado entrar com ação de embargos.

O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

Decorrido o prazo máximo de *1 (um)* ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.

Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.

Se da decisão do Juiz que ordenar o arquivamento tiver decorrido 5 anos, o juiz poderá de ofício, ou a pedido da parte, reconhecer a **PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE** e decretá-la de imediato. *(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)*

Sendo de bom alvitre lembrarmos que os prazos de prescrição não fluem nos períodos em que o titular do direito não puder exercê-lo, em decorrência de determinação judicial.

31.PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

O Processo Administrativo Tributário *(PAT)* forma-se na repartição fiscal competente, mediante autuação dos documentos necessários à apuração da liquidez e certeza de crédito tributário não

recolhido ou recolhido irregularmente, organizando-se à semelhança de autos forenses, com folhas devidamente numeradas e rubricadas.

Vislumbra-se que o Processo Administrativo Tributário tem o seu respaldo na própria Constituição Federal, que prevê no ***art. 5º, inciso LV***, o seguinte:

> *Art. 5º.....*
>
> *LV- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla devesa, com os meios e recursos a ela inerentes.*

Sendo de bom alvitre ressaltarmos a existência de denominações doutrinárias concernente ao Processo Administrativo, criando assim uma divisão entre os mesmos, já que nesta concepção existiria o **Processo Administrativo propriamente dito,** o qual tem por escopo deslindar uma controvérsia e o P**rocesso Administrativo impropriamente dito**, que são os atos de expediente da administração, sem origem em qualquer controvérsia.

Neste diapasão, observa-se que a doutrina admite o Processo Administrativo Contencioso ao lado do Processo Administrativo não contencioso.

Entendimento este que tem o condão de ratificar a existência de um Processo Administrativo contencioso, implicando na existência de uma controvérsia que se forma diante de uma pretensão resistida, a qual pode ser discutida tanto na esfera administrativa como na judicial.

Assim, infere-se ser o Processo Administrativo Tributário o conjunto de atos administrativos direcionados para a obtenção de uma decisão conclusiva acerca de uma contenda surgida entre a administração pública e terceiro, concernente à matéria tributária.

O Processo Administrativo tem por escopo obter da própria Administração Pública determinada providência ou o reconhecimento de um direito, no pressuposto de que a ela também compete o exame da validade jurídica dos atos de seus agentes. Qualifica-se o processo administrativo como fiscal quando verse

sobre matéria tributária ou aspectos a ela pertinentes.

31.1-FINALIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

O Processo Administrativo tributário tem por finalidade precípua, tornar o crédito tributário líquido e certo, corrigindo os atos praticados pelos agentes da própria administração pública, para que se enquadrem dentro da moldura jurídica da legalidade. Apresentando também as seguintes finalidades:

> *- Declarar o direito a casos concretos, corrigindo os vícios e irregularidades constatadas;*
>
> *- Corrigir os próprios atos da administração pública para que se encaixem dentro da moldura jurídica da legalidade;*
>
> *- Agilizar o deslinde das incertezas dos lançamentos, tornando a exação líquida e certa ou considerando improcedente ou nula a exigência;*
>
> *- Diminuir a demanda de processos para esfera judicial, tendo em vista que grande parte dos litígios encerra-se na esfera administrativa.*

Todavia, urge ressaltarmos que quando o contribuinte aciona judicialmente o Estado contra a acusação tributária lhe imputada, o Processo Administrativo já transitado em julgado objeto da exigência infelizmente, em regra, não é utilizado pela Procuradoria da Fazenda em sua instrução processual de defesa do Estado, dificultando sobremaneira a possibilidade de sucesso de ganho de causa por parte da Fazenda estadual, em virtude de a Procuradoria, quando da elaboração da defesa, não aproveitar a decisão administrativa já proferida para servir de esteio a defesa do Estado.

31.2-VANTAGENS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

O Processo Administrativo Tributário tem várias vantagens, vejamos:

- Dispensa formalidades excessivas e complexos ritos processuais (Princípio do informalismo);

- Possibilita à administração a oportunidade de rever o ato de lançamento praticado pelos seus próprios agentes;

- É gratuito, diante da onerosidade do processo judicial;

- Diante da impugnação da exigência o crédito tributário estará suspenso até a prolação da decisão definitiva.

31.3-DESVANTAGENS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

- Existe uma limitação de competência dos julgadores administrativos para julgar matéria que suscite a ilegalidade e inconstitucionalidade de leis e demais atos normativos, já que tais questionamentos são de competência do judiciário;

- O prazo prescricional só começa a fluir após a decisão definitiva (art. 174 do CTN), assim, durante todo processo de julgamento administrativo não se tem que se falar em prazo prescricional, iniciando-se quando a decisão não couber mais recurso na via administrativa, portanto, acionando o judiciário o contribuinte terá o início do prazo prescricional a partir da decisão administrativa definitiva, já que a ação judicial não suspende em regra o julgamento administrativo diante da necessidade de inscrição em dívida ativa.

- Dupla cognição, pois após o resultado da via administrativa, se vencido, o contribuinte terá que iniciar um novo processo na via judicial sem nenhum aproveitamento da cognição na esfera administrativa, fazendo com que ocorra uma maior demora na solução da lide;

- O fato dos julgadores ser funcionários da própria administração, o que enseja em tese uma certa falta de independência dos tribunais administrativos, pois infelizmente nem sempre existe a autonomia e independência do julgador para um julgamento imparcial e isento, em face da possibilidade de interferência indireta através do uso inadequado do poder de nomeação e de exoneração dos membros dos tribunais administrativos pela autoridade do poder executivo, assim como pelo fato de alguns julgadores não alcançarem o fato de ser de sua competência a aplicação pura e simples da lei, independente de valor ou de quem seja o proprietário da empresa, esquecendo-se que apesar de ser funcionário público, a função judicante exercida requer total imparcialidade, honestidade e isenção.

31.4-LEGISLAÇÃO APLICADA AO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

Os Julgadores fiscais dos entes tributantes funcionarão em forma de juízes singulares, com independência de decisão e livre arbítrio para seu convencimento, incumbindo-lhes aplicar e integrar a legislação de conformidade com as normas do *Regulamento do ICMS,* da *Lei do ICMS*, do *Código Tributário Nacional* e, subsidiariamente, do *Código de Processo Civil* ou do *Código de Processo Penal*, conforme se trate de tributo ou de penalidade.

Já na segunda instância de julgamento, denominada de Conselho de Contribuinte ou Conselho de Recursos Fiscais, deverá

ser levado em conta na aplicação e interpretação da legislação tributária, além da Lei Complementar nº 87/96, da Lei do ICMS e do RICMS, as normas gerais de Direito Tributário contidas na legislação nacional específica.

Devendo ser ressaltado que os julgamentos nos órgãos administrativos tributários devem ser pautados pelas normas contidas no RICMS e na Lei do ICMS, apesar de existir decisão judicial contrária relativa à determinada matéria, já que o julgamento administrativo deve se limitar aos disciplinamentos emanados desses diplomas legais, cabendo a alegação de qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade de norma ser arguida pelo contribuinte perante o poder judiciário.

Outrossim, entendemos que a **Lei nº 10.094/13** *(Lei do PAT/PB)*, deveria já ter disciplinado que as decisões dos órgãos julgadores deveriam ser pautadas, além da Lei Complementar nº 87/96, da Lei do ICMS e do RICMS, das normas gerais de Direito Tributário contidas na legislação nacional específica, também na jurisprudência dos tribunais superiores, quando não houvesse mais a possibilidade de recursos, ou seja, quando as decisões já forem definitivas.

Haja vista não ter sentido os órgãos julgadores administrativos manterem acusações cujos entendimentos já tenham sido rechaçados pelos tribunais superiores em processos similares, ensejando assim, prejuízos para o Erário na forma de sucumbência, além de impor ao contribuinte um ônus desnecessário, tanto financeiro como moral, já que em regra, já se sabe o entendimento dos tribunais superiores, cuja jurisprudência já estaria pacificada a favor do contribuinte quanto à matéria objeto da autuação.

31.5-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

Serão autuados em forma de Processo Administrativo Tributário, conforme dispõe o ***art. 26*** do PAT/PB:

I – o pedido de reconhecimento de isenção solicitada em

caráter individual;

II – o pedido de restituição de indébito tributário;

III – a formulação de consulta sobre aplicação da legislação tributária;

IV – o pedido de regime especial;

V – a solicitação de parcelamento de débitos;

VI – a avaliação para fins de cálculo do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD;

VII – a formalização de crédito tributário (auto de infração ou representação fiscal).

Sem prejuízo das informações peculiares a cada processo, a petição do interessado conterá (***art. 27*** do PAT/PB):

I – o nome do órgão ou da autoridade administrativa a que seja dirigida; (Ex. Gerência , Gerente ou Secretário)

II – a identificação do interessado e, se representado, de quem o represente, acompanhada da respectiva procuração com firma reconhecida;

III – o domicílio do interessado ou o local para recebimento de correspondência;

IV – a exposição dos fatos, o fundamento legal e a formulação do pedido, com clareza;

V – a data e a assinatura, com firma reconhecida, do

interessado ou de seu representante.

O Processo Administrativo Tributário será organizado à semelhança de autos forenses, observado o seguinte (***art. 28*** do PAT/PB):

> *I – a numeração das folhas do processo iniciar-se-á pela de número 2 (dois) e deverá ocorrer em ordem crescente e seguida da rubrica, sendo vedado repetir-se o número da folha anterior acrescido de letra do alfabeto, não se numerando a capa e a contracapa;*
>
> *II – será aberto novo volume dos autos, observando-se a ordem de juntada dos documentos, sempre que um volume atingir, aproximadamente, 200 (duzentas) folhas, sendo vedado o uso de pastas tipo "A-Z" na confecção dos mesmos;*
>
> *III – os documentos de tamanho irregular serão previamente afixados em papel ofício, de modo que todas as folhas do processo tenham dimensão única;*
>
> *IV – as páginas em branco serão inutilizadas com a expressão "em branco", manuscrita, ou mediante a utilização de carimbo, ou com um risco no sentido da diagonal do espaço a ser inutilizado, ou, ainda, por certidão, especificando-se as folhas que estão em branco, dispensando-se, neste caso, o registro folha a folha.*

O Processo Administrativo Tributário formar-se-á na repartição preparadora competente *(Recebedoria de Rendas, Coletorias ou Centro de Atendimento ao Cidadão),* mediante a autuação dos documentos necessários à apuração da liquidez e certeza do crédito tributário não recolhido ou recolhido irregularmente, no caso de se tratar do auto de infração ou representação fiscal.

Sendo de responsabilidade da repartição preparadora onde se formar o processo, iniciar sua organização na forma estabelecida no ***art. 28*** da lei do PAT/PB *(Lei nº 10.094/2013)*, devendo as demais repartições por onde tramitar o mesmo, dar continuidade àquela organização.

Quando se tratar de Auto de Infração, assinado, e seus anexos, antes de protocolizados, deverão ser numerados e rubricados pela autoridade autuante, devendo obrigatoriamente o libelo acusatório ser à terceira folha dos autos, após a capa e o ofício de encaminhamento.

31.6-DA SEQUÊNCIA PROCESSUAL:

1- Capa do processo;
2- Ofício de encaminhamento à repartição preparadora;
3- Auto de Infração;
4- Ordem de serviços (Normal ou Simplificada);
5- Termo de início de fiscalização;
6- Demonstrativos fiscais (planilhas e documentos que embasam a acusação);
7- Termo de encerramento de fiscalização;
8- Reclamação ou Impugnação do acusado;
8.1. Caso seja Revel, Termo de Revelia;
8.2. Envio para inscrição em Dívida Ativa;
8.3. Caso seja Intempestiva a reclamação:
8.3.1. Notificação para recurso de Agravo.
8.3.2. Envio dos autos ao CRF/PB.
8.1.2.3. Apreciação e julgamento pelo CRF/PB.
8.4. Caso seja ratificada a intempestividade pelo CRF/PB:
8.4.1.Termo de Revelia;
8.4.2. Envio para inscrição em Dívida Ativa.
8.5. Caso seja confirmado erro de contagem pelo CRF/PB:
8.5.1.Juntar a reclamação aos autos.
9- Contestação (Não acolhida no novo PAT/PB desde 01/03/2014).
10-Termo de antecedentes fiscais (Informação de infrações já cometidas pela autuada);

11- Diligência ou Saneamento, se houver;

11.1. Juntada de documentos ou informação fiscal.

12- Termo de conclusão.

13-Envio para a Gerência de Julgamento de Processos Fiscais - GEJUP;

14-Julgamento pela 1ª instância;

13-Notificação do contribuinte da decisão;

13.1. Prazo de 30 dias para pagar ou recorrer ao CRF/PB;

13.2. Não pagando ou não recorrendo, decisão definitiva, envio para inscrição em Dívida Ativa;

14-Interposição de Recurso;

14.1. Caso seja Intempestivo o recurso:

14.1.2. Notificação para recurso de Agravo.

14.1.3. Envio dos autos ao CRF/PB.

14.1.4. Apreciação e julgamento pelo CRF/PB.

14.2. Caso seja ratificada a intempestividade pelo CRF/PB:

14.2.1.Arquivamento da peça;

14.2.2. Envido para inscrição em Dívida Ativa.

14.3. Caso seja confirmado erro de contagem do prazo:

14.3.1. Juntar o recurso e as provas aos autos.

15-Contra-arrazoado (Não acolhida no novo PAT/PB desde 01/03/2014).

16-Diligências (caso necessário);

17-Envio para apreciação e Julgamento pelo CRF/PB;

18-Decisão prolatada:

18.1. Decisão unânime/maioria a favor da Fazenda estadual:

18.2. Notificação do contribuinte da decisão.

18.2.1. Recolher no prazo legal ou Embargar.

18.3. Interposição de Embargos Declaratórios;

18.3.1. Apreciação e Julgamento pelo CRF/PB;

18.3.2. Notificação do contribuinte da decisão.

18.4. Ausência de Embargos ou Recolhimento, envio para inscrição em Dívida Ativa.

18.5. Decisão unânime desfavorável em parte ou no todo à Fazenda estadual:

18.5.1. Notificação do contribuinte da decisão;

18.5.2. Interposição de Embargos ou;

18.5.3. Recolhimento do crédito tributário devido;

18.5.4. Ausência de recolhimento ou Embargos, envio para inscrição em Dívida Ativa.

18.6. Decisão da maioria desfavorável em parte ou no todo à Fazenda estadual:

18.6.1. Notificação do contribuinte da decisão;

18.6.2. Ausência de Embargos e recolhimento;

18.6.3. Recurso de ofício a Instância Especial se o valor for superior 2.500 (duas mil e quinhentas) UFR-PB, vigente à data da decisão.

19- Instância Especial:

19.1. Apreciação e julgamento pela Instância Especial;

19.2. Notificação do contribuinte da decisão.

19.3. Decisão:

19.3.1. Favorável ao contribuinte (arquivamento A.I);

19.3.2. Desfavorável ao contribuinte (Notificação para recolhimento ou inscrição em Dívida Ativa).

31.7-DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

A instrução do Processo Administrativo Tributário é de competência das repartições preparadoras, sob a supervisão das Gerências Regionais, quando for o caso.

Todo documento que for juntado, separado ou desentranhado do processo deverá ser lavrado termo no processo e numerada a folha.

Assim, caso o processo esteja na repartição preparadora ou nos órgãos julgadores, sendo solicitado pelo contribuinte ou seu representante legal a inclusão nos autos de algum documento, a exemplo de cópias de livros fiscais, procuração ou pedido de sustentação oral, deverá ser lavrado um **Termo de Juntada**.

Sendo vedada a intercalação *"a posteriori"* de documentos ou informações nos autos, salvo se for devidamente justificada, bem como, as suas retiradas, exceto, se feita mediante lavratura de **Termo de Desentranhamento**, desde que não haja prejuízo à instrução

do processo e deles fiquem cópias autenticadas em cartório ou por autoridade fiscal competente perfeitamente identificada.

31.8-DA INTERVENÇÃO DE TERCEIRO NO PROCESSO.

A intervenção de interessado em processo administrativo far-se-á:

> *-Pessoalmente ou por intermédio de seu representante legalmente habilitado, quer seja mandatário ou preposto, munido do respectivo instrumento comprobatório de legitimidade;*
>
> *-Por todo aquele a quem a lei atribua responsabilidade pelo pagamento de crédito tributário ou cumprimento de obrigação acessória.*

Sendo considerados válidos os atos praticados por representante legalmente habilitado, até o momento em que o interessado declare no processo, expressamente, a extinção do mandato, já que a irregularidade de constituição de representante legal não poderá ser alegada em proveito próprio.

Assim, qualquer intervenção no processo de representante legal habilitado será considerada válida, enquanto subsistir a procuração.

Portanto, vislumbramos que a intervenção no Processo Administrativo Tributário, quando não ocorrer pessoalmente pelo sujeito passivo, deve se fazer através de terceiros acompanhados do instrumento comprobatório da legitimidade da representatividade, que em regra seria a **"Procuração",** que nada mais é que o instrumento do mandato *(do latim mandatum)*, que é o contrato por meio do qual uma pessoa, denominada mandatário, recebe poderes de outra, designada mandante, para, em nome e por conta desta última, praticar atos jurídicos ou administrar interesses.

Sendo defeso a intervenção de terceiros no PAT, sem a apresentação da Procuração, sendo a reclamação ou recurso considerados ineptos.

Por outro lado, podem intervir no PAT *todo aquele a quem a lei atribua responsabilidade pelo pagamento de crédito tributário ou cumprimento de obrigação acessória,* que é o caso dos responsáveis, seja através da responsabilidade solidária ou co-responsabilidade.

Assim, evidencia-se que todos aqueles que direta ou indiretamente podem responder pelo pagamento do crédito tributário podem intervir no processo, a exemplo dos sócios, destinatário ou remetente das mercadorias, quando discriminados no auto de infração, podem intervir no processo.

32-DA ERRÔNEA DENOMINAÇÃO DADA A PEÇA PROCESSUAL OU SEU ENCAMINHAMENTO POR VIA DIVERSA.

A errônea denominação dada à peça processual ou o seu encaminhamento por via diversa da indicada na **Lei nº 10.094/2013**, em decorrência de erro escusável das partes, não impedirão a produção dos efeitos que lhe são próprios.

Assim, tendo um contribuinte denominado a petição reclamatória de recurso ou embargos, ou tendo dado entrada da reclamação ou recurso, na repartição preparadora de Campina Grande, quando deveria ter dado entrada na Recebedoria de Rendas de João Pessoa ou Centro de Atendimento ao Cidadão, os efeitos do processo, consequentemente, do auto de infração, não serão prejudicados.

Devendo o processo seguir seu trâmite normal, sem qualquer restrição ou prejuízo em razão da errada denominação dada a peça processual ou seu encaminhamento por via diversa, desde que dentro do prazo regulamentar.

33-DA GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO.

É garantida ao contribuinte a ampla defesa e o contraditório na esfera administrativa, desde que seja respeitada a observância dos prazos legais.

Nesse caso, se um contribuinte tem 30 dias da ciência do auto

de infração para recolher ou impugnar o crédito tributário exigido, ele deverá impugnar a acusação dentro desse prazo, sob pena da caracterização da revelia, sendo precluso o seu direito a ampla defesa e ao contraditório, em razão de não ter obedecido o prazo estipulado na legislação processual vigente.

34-DO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.

A ***Lei Federal nº 8.137***, de 27 de dezembro de 1990, dispõe acerca dos crimes contra a ordem tributária, vejamos:

> ***Art. 1° Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:***
>
> ***I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;***
>
> ***II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;***
>
> ***III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;***
>
> ***IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;***
>
> ***V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.***
>
> ***Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.***
>
> ***Art. 2° Constitui crime da mesma natureza:***
>
> ***I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou***

parcialmente, de pagamento de tributo;

II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

III - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;

IV - deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;

V - utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Constatada, em qualquer momento do Processo Administrativo Tributário, a ocorrência de crime contra a ordem tributária, nos termos previstos nos ***arts. 1º e 2º*** da **Lei Federal nº 8.137**, de 27 de dezembro de 1990, depois de proferida a decisão final na esfera administrativa sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente, inclusive quando declarada a revelia nos termos do ***art. 12*** desta Lei, os elementos comprobatórios da infração penal tributária serão remetidos pela repartição preparadora ao *Ministério Público* para os procedimentos cabíveis.

A **Portaria nº 113/GSER**, publicada no Diário Oficial do Estado em 11/05/2012, dispõe que a representação fiscal para fins penais será formalizada pelos integrantes das carreiras que compõem o *Grupo Operacional de Servidores Fiscais Tributários Estaduais,* na hipótese de cometimento, em tese, de crime contra a ordem tributária previsto nos ***arts. 1º e 2º*** da **Lei Federal nº 8.137**/90.

Estando tipificada na respectiva Portaria como crime contra

a ordem tributária as penalidades administrativas capituladas nos dispositivos da Lei nº 6.379/96, indicados abaixo:

> ***II - de 50% (cinquenta por cento):***
>
> ***b) aos que, sujeitos a escrita fiscal, não lançarem nos livros fiscais próprios, as notas fiscais emitidas e deixarem de recolher no prazo legal, no todo ou em parte, o imposto correspondente;***
>
> ***c) aos que deixarem de recolher o imposto em decorrência do uso antecipado de crédito fiscal;***
>
> ***d) aos que transferirem para outros estabelecimentos créditos do imposto, nas hipóteses não permitidas pela legislação tributária;***
>
> ***e) aos que deixarem de recolher o imposto no todo ou em parte, nas demais hipóteses não contidas neste artigo;***
>
> ***III - de 60% (sessenta por cento) aos que deixarem de recolher o imposto em virtude de haver registrado de forma incorreta, nos livros fiscais, o valor real das operações ou prestações;***
>
> ***IV - de 75% (setenta e cinco por cento) aos que indicarem como isentas ou não tributadas, nos documentos fiscais, as operações ou prestações sujeitas ao imposto;***
>
> ***V - de 100% (cem por cento):***
> ***a) aos que deixarem de emitir nota fiscal pela entrada ou saída de mercadorias, de venda a consumidor ou de serviço, ou as emitirem sem observância dos requisitos legais;***
>
> ***b) aos que entregarem, remeterem, transportarem, receberem, estocarem, depositarem mercadorias ou efetuarem prestações desacompanhadas de documentos fiscais hábeis;***
>
> ***c) aos que entregarem, remeterem, transportarem, receberem, estocarem ou depositarem mercadorias sujeitas a substituição tributária, sem o recolhimento do imposto;***
>
> ***d) aos que desviarem, do seu destino, mercadorias em trânsito ou as entregarem sem prévia autorização do órgão competente a destinatário diverso do indicado no documento fiscal;***

e) aos que entregarem mercadorias depositadas a pessoa ou estabelecimento diverso do depositante, quando este não tenha emitido o documento fiscal correspondente;

f) aos que deixarem de recolher o imposto proveniente de saída de mercadoria ou de prestação serviço, dissimulada por receita de origem não comprovada, inclusive, a representada por despesa realizada a descoberto de caixa, pela existência de passivo fictício ou por qualquer outra forma apurada através de levantamento da escrita contábil ou do livro Caixa quando o contribuinte não estiver obrigado à escrituração;

g) aos que deixarem de reter, na qualidade de sujeito passivo por substituição, e/ou de recolher, nesta condição, o imposto retido na fonte;

h) aos que utilizarem crédito indevido ou inexistente;

i) aos que emitirem documento fiscal com numeração e/ou seriação em duplicidade;

j) aos que emitirem documento fiscal contendo indicações diferentes nas respectivas vias;

k) aos que consignarem no documento fiscal importância diversa do valor da operação ou da prestação;

l) aos que forjarem, adulterarem ou falsificarem livros ou documentos fiscais ou contábeis, com finalidade de se eximirem do pagamento do imposto ou proporcionarem a outrem a mesma vantagem;

m) aos que receberem mercadorias ou utilizarem serviço cujo documento fiscal de origem consigne importância inferior à do efetivo valor da operação ou prestação ou quantidade inferior à efetivamente entrada, sobre a diferença apurada;

n) aos que emitirem documento fiscal que não corresponda efetivamente a uma prestação, a uma saída de mercadoria, a uma transmissão de propriedade desta ou ainda a uma entrada no estabelecimento;

o) aos que não efetuarem baixa no Termo de Responsabilidade de Mercadorias em Trânsito, do Passe Fiscal, ou não comprovarem o desinternamento das mercadorias do território paraibano.

p) aos que não efetuarem o registro de passagem do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) e não comprovarem o desinternamento do território paraibano, das mercadorias indicadas nos respectivos documentos fiscais.

Art. 85. As multas para as quais se adotará o critério referido no inciso I, do art. 80, serão as seguintes:

VII - de 1 (uma) a 200 (duzentas) UFR-PB, aos que cometerem as infrações abaixo relacionadas relativas ao uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF ou equipamentos similares:

f) utilizar programas aplicativos que permitam o registro de vendas sem a impressão concomitante do cupom fiscal ou a interferência nos valores registrados que impossibilite sua acumulação no totalizador geral e nos totalizadores parciais, ou ainda, o registro de vendas através de equipamento fiscal ou qualquer outro equipamento com possibilidade de emissão que se assemelhe ou possa ser confundido com cupom fiscal – 200 (duzentas) UFR-PB por equipamento, sem prejuízo da representação a ser encaminhada ao Ministério Público, nas hipóteses de crime contra a ordem tributária definidas na Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;

VIII - de 05 (cinco) a 200 (duzentos) UFR-PB, aos que, na qualidade de credenciados, cometerem as infrações abaixo relacionadas, relativas ao uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF ou equipamentos similares:

f) instalar, fornecer ou divulgar programas aplicativos que permitam o registro de vendas sem a impressão concomitante do cupom fiscal ou a interferência nos valores registrados que impossibilite sua acumulação no totalizador geral e nos totalizadores parciais, ou ainda, o registro de vendas através de equipamento fiscal ou qualquer outro equipamento com possibilidade de emissão que se assemelhe ou possa ser confundido com cupom fiscal – 200 (duzentos) UFR-PB por

> ***equipamento, sem prejuízo da representação a ser encaminhada ao Ministério Público, nas hipóteses de crimes contra a ordem tributária definidos na Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;***
>
> ***IX - de 05 (cinco) a 400 (quatrocentas) UFR-PB, aos que cometerem as infrações relativas a processamento de dados, abaixo relacionadas:***
>
> ***l) utilizar, fornecer ou divulgar programas relativos à emissão de documentos fiscais que permitam manter informação fiscal/contábil diversa daquela legalmente fornecida ao Fisco ou em desacordo com a legislação – 100 (cem) UFR-PB por estabelecimento, sem prejuízo da representação a ser encaminhada ao Ministério Público, nas hipóteses de crime contra a ordem tributária definidas na Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;***

Diante dos crimes elencados nos ***arts. 1º e 2º*** da Lei 8.137/90 e das multas por infrações transcritas acima, resultante de infrações à legislação tributária, as quais são tipificadas pela **Portaria nº 113/12 GSER, c**omo **crime contra a ordem tributária**, mister se faz ressaltarmos ser a supressão ou redução de tributos ou contribuições sociais e de qualquer acessório, de acordo com os ***arts. 1º e 2º*** da Lei nº 8.137/90, um delito contra a ordem tributária.

Onde tais infrações se materializam mediante o concurso de uma das ações previstas nos incisos disciplinados nos artigos mencionados acima, com a concomitante supressão ou redução das exações ou de seus acessórios.

Ou seja, para que se configure o delito sob comento, mister se faz que o agente, mediante uma das condutas previstas nos dispositivos mencionados, obtenha a redução ou supressão de tributos ou de qualquer acessório.

Tem-se na expressão **supressão** ou **redução de tributo** o resultado do delito, que se alcança com a prática de qualquer das ações especificadas nos ***incisos I a V*** do ***art. 1º,*** as quais encerram meios de ocultação fraudulenta do fato gerador da obrigação tributária.

Destarte, vislumbra-se ser o crime de sonegação fiscal

disciplinado no ***art. 1º*** um crime de resultado, não bastando para sua concretização a simples conduta descrita, há a necessidade de coexistirem a ação, o resultado e o fim.

Partindo dessa premissa, infere-se haver a necessidade da existência do dolo específico para que ocorra o delito contra a ordem tributária, visto o dolo específico consistir na vontade livre e consciente de praticar *(ou realizar)* os verbos nucleares do tipo: *supressão ou redução de tributos ou contribuição social e qualquer acessório.*

Outrossim, urgel ressaltamos que a **Portaria nº 113/GSER**, publicada no Diário Oficial do Estado em 11/05/2012, ao elencar a ***alínea "f"*** do ***inciso V*** do ***art. 82*** da Lei nº 6.379/96, como sujeito a crime contra a ordem tributária, não teria observado que este dispositivo de penalidade resulta de infrações oriundas de presunção, em razão disso, como não pode haver tipificação penal decorrente de presunção, não poderia haver a representação penal pertinente a este dispositivo, referente a denúnica de crime contra a ordem tributária.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que o ***art. 34*** da Lei n.º 9.249/95, determina que se o sujeito passivo recolher integralmente o tributo ou contribuição social devido, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia, estará extinta a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137/90, por ser considerado no meio jurídico que os crimes tributários são essencialmente econômicos.

34.1-O DOLO RESULTANTE DO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E A DECADÊNCIA DISCIPLINADA NO ART. 150, § 4º DO CTN.

Como a tipificação de crimes contra a ordem tributária necessita do dolo específico, chega-se à ilação de que as infrações elencadas na Lei nº 8.137/90, são delitos dolosos, assim, nessa linha de raciocínio, a **Portaria nº 113/12 GSER,** ao tipificar as infrações decorrentes das penalidades administrativas capituladas no ***art. 82, incisos II, III, IV e V e art. 85, inciso VII, alínea "f", VIII, alínea "f" e IX, alínea "f"*** da Lei nº 6.379/96 como crime contra a ordem tributária

previsto no ***art. 1º*** da Lei nº 8.137/90, caracteriza como dolosas as infrações que resultam nas penalidades mencionadas.

Como consequência, chega-se à ilação de que não se caracteriza a decadência no caso de lançamento de ofício para cobrança do ICMS resultante das infrações cujas penalidades administrativas estão capituladas no ***art. 82, incisos II, III, IV e V e art. 85, inciso VII, alínea "f", VIII, alínea "f" e IX, alínea "f"*** da Lei nº 6.379/96.

Haja vista a clareza insofismável da jurisprudência dominante dos tribunais pátrios quanto ao prazo decadencial aplicado aos impostos lançados por homologação, onde no caso do ICMS, considera-se como prazo decadencial o disciplinado no ***art. 150, § 4º***, transcrito *in verbis:*

> ***Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.***
>
> ***§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.***

Nesse diapasão, evidencia-se que a aplicação desse dispositivo para aferição do prazo decadencial tem por cerne uma condição *sine qua non*, qual seja, caso não seja comprovada a ocorrência de **dolo**, fraude ou simulação.

Portanto, como os crimes contra a ordem tributária disciplinados no ***art. 1º*** da Lei nº 8.137/90 são crimes dolosos, e como as infrações que resultam nas penalidades elencadas no ***art. 82, incisos II, III, IV e V e art. 85, inciso VII, alínea "f", VIII, alínea "f" e IX, alínea "f"*** da Lei nº 6.379/96 são consideradas crimes contra a ordem tributária, conforme dispõe o ***art. 1º, § 1º*** da **Portaria nº 113/12 GSER,** não há como se considerar decaído um lançamento de ofício

referente à cobrança de ICMS resultante da infração de *omissão de saídas de mercadorias tributadas sem documento fiscal,* com base no ***art. 150, § 4º*** do CTN, em razão da existência de dolo.

Pois é de bom alvitre ressaltarmos, que enquanto perdurar os efeitos da **Portaria nº 113/12 GSER,** todas as infrações relativas a omissão de saídas de mercadorias tributadas, ficarão sujeitas ao prazo decadencial disciplinado no ***art. 173, inciso I*** do CTN, por serem tipificadas como crimes contra a ordem tributária disciplinado no ***art. 1º*** da Lei nº 8.137/90, portanto, dolosos.

Assim, partindo dessa premissa, vislumbramos que a decisão condenatória proferida pelo órgão julgador, seja de primeira ou segunda instância de julgamento, mantendo a denúncia contra um contribuinte cuja infração está descrita na **Portaria nº 113/12 GSER,** como crime contra ordem tributária, está ratificando o intuito doloso da prática infracional cometida pelo contribuinte acusado, portanto, não podendo a autoridade julgadora se furtar à aplicação da regra insculpida no ***art. 150, § 4º*** do CTN, quanto ao dolo, devendo descaracterizar a decadência cujo prazo inicial seria contado com base no que dispõe o ***art. 173, inciso I*** do CTN. *(STJ, 2ª T., AgRg no Ag. 939.714/RS).*

35-DA IMPOSSIBILIDADE DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Nenhum processo por infração à legislação tributária será arquivado, senão, após decisão final proferida pelos órgãos julgadores administrativos, nem sobrestado, salvo, caso legalmente previsto, sob pena de responsabilidade.

Infere-se que a impossibilidade de arquivamento disciplinado no ***art. 34*** da **Lei nº 10.094/2013** alcança apenas o processo contencioso, pois apesar do processo resultante da Representação Fiscal ter como origem infração à legislação tributária, a exemplo da ausência de entrega de informações econômico-financeira, além da falta de recolhimento do ICMS declarado e não recolhido, o dispositivo ao condicionar o arquivamento a decisão final proferida pelo órgão julgador administrativo, dispõe apenas acerca de processo

contencioso.

Apesar dessa falha normativa, entendemos que também a Representação Fiscal estaria incluída na impossibilidade de arquivamento ou sobrestamento, exceto fundamentada.

Todavia, deve ser ressaltado que a proibição de arquivar ou sobrestar *(suspender)* o processo por infração à legislação tributária, seja resultando de lançamento realizado através de auto de infração ou representação fiscal, não alcança os casos em que ocorre a liquidação integral no período da preparação, ou seja, antes do envio dos autos para a repartição preparadora.

36-DA PERDA OU EXTRAVIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

O Processo Administrativo Tributário é de responsabilidade do funcionário que o detém, havendo a sua destruição ou extravio, ou mesmo, tiver sido alguma peça subtraída ou adulterada, caberá à *Corregedoria Fiscal da Secretaria da Fazenda* a sua restauração ou reconstituição.

Poderão ser inquiridos sobre o processo a ser restaurado ou reconstituído todos os interessados, bem como, servidores, auditores fiscais e demais pessoas encarregadas da instauração, preparo, instrução ou tramitação do mesmo.

Quando da restauração, na hipótese de auto de infração, o autor do feito possuir cópias dos elementos que embasaram o lançamento, serão estas anexadas e utilizadas para suprir os originais.

Havendo necessidade de confirmação da validade ou autenticidade da cópia retromencionada, o chefe da repartição preparadora ou a autoridade julgadora solicitará a realização de diligência visando confirmar, suprir ou reconstituir os elementos pertinentes.

36.1-DA PERDA OU EXTRAVIO DE PROCESSO CONTENCIOSO.

Após concluída a restauração ou reconstituição do processo resultante de auto de infração, os contribuintes interessados serão

cientificados da ocorrência do fato, reabrindo-se, se for o caso, o prazo para impugnação ou recurso, para que se manifestem no prazo legal. Porém, nos casos em que o contribuinte já tenha se manifestado nos autos antes da perda ou extravio, a sua manifestação poderá consistir apenas na simples apresentação de cópia da impugnação ou recurso, anteriormente formulada.

Assim, diante da perda, destruição ou extravio do processo administrativo contencioso, vislumbramos que as peças fundamentais para a devida reconstituição se reportam a cópia do auto de infração assinada pelo autor do feito e pelo autuado e os documentos de ciência do autuado, os demonstrativos que arrimaram a denúncia *(planilhas e cópias de documentos)*, além das peças de impugnação ou recurso, devendo ser acostados pela repartição preparadora os documentos referentes aos despachos realizados.

Porém, caso seja necessária uma nova ciência do contribuinte, em razão da cópia do auto de infração recuperado não conter assinatura do mesmo, deverá ser observado o prazo decadencial, por se tratar de uma nova ciência, com o objetivo de caracterizar a relação jurídico-tributária entre o Fisco e o Contribuinte, haja vista a anterior ter perdido a validade em decorrência do extravio.

36.2-DA RESPONSABILIZAÇÃO DO FUNCIONÁRIO.

Poderão ser responsabilizados pela perda, destruição ou extravio qualquer funcionário que por ultimo manipulou o processo, seja auditor, julgador ou funcionário das repartições preparadoras do Estado.

Respondendo os responsáveis pela destruição, extravio ou adulteração dos autos originais, pelo valor do débito atualizado e acréscimos legais, inclusive multa, no caso da impossibilidade da reconstituição do processo.

Sendo servidor público o responsável pela destruição, extravio ou adulteração dos autos, ficará sujeito, também, a processo disciplinar, e, se comprovado dolo, o fato será comunicado ao Ministério Público para instauração do processo criminal correspondente.

Assim, diante do que dispõe os ***§§ 5º e 6º*** do ***art. 35*** da **Lei nº 10.094/2013**, vislumbramos na exegese da norma retro mencionada que mesmo que não tenha se caracterizado o dolo do servidor através de processo disciplinar, não havendo a possibilidade de reconstituição do processo, responderá o mesmo pelo débito atualizado e acréscimos legais.

Ora, aqui vai uma crítica ao dispositivo, haja vista entendermos ser perfeitamente cabível a responsabilização pelo pagamento do débito, inclusive da multa, ao funcionário que deu causa a destruição, extravio ou adulteração dos autos de forma dolosa, porém, entendemos que não poderia ser responsabilizado aquele funcionário que não agiu de forma dolosa, a exemplo do desaparecimento do processo de sua sala ou em decorrência de um assalto.

Ao tempo em que também entendemos não caber a responsabilização do funcionário pelo crédito tributário e acréscimos legais, pois é possível a reconstituição do processo, haja vista existir no *Sistema da Secretaria da Fazenda (ATF)* o auto de infração homologado em meio magnético, onde basta recomeçar todo o procedimento de lançamento, com a nova ciência do auto de infração e a prossecução da marcha processual com os procedimentos a ela inerentes, exceto se já tiver decaído o direito da Fazenda estadual de constituir o crédito tributário.

37-DA AVALIAÇÃO PARA FINS DE ITCD.

O **ITCD** é o *Imposto sobre Transmissão Causas Mortis e Doações de Quaisque Bens ou Direitos*, de competência do Estado, onde toda transmissão originária de herança está passível de tributação, assim como todas as doações realizadas.

Quanto às transferências originárias de herança ou doações relativas a imóveis, a cobrança é realizada quando da escritura, onde só poderá se efetivar a escrituração após o pagamento do **ITCD**.

Já quando se trata de doações bens ou direitos, principalmente em espécie, o donatário geralmente não tem ciência da sua obrigação

de recolher o imposto, e raras são as pessoas que conhecem essa obrigação.

Porém, recentemente, a Secretaria de Estado da Receita firmou convênio com a Receita Federal do Brasil, para que esta informe todas as doações declaradas na *DIRPF - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física.*

Assim, de posse dessas informações, os contribuintes ao declararem no imposto de renda as doações recebidas, seja de bens ou dinheiro, passaram a ser cobrados pela receita estadual para pagamento do valor do imposto no percentual de *4% (quatro por cento)* do valor da doação, sob pena de inscrição em dívida ativa.

No tocante aos procedimentos para avaliação de bens e direitos e obrigações para fins do **Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD** serão os mesmos estabelecidos na legislação desse imposto.

38-DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS.

Vários são os procedimentos administrativos fiscais elencados no Processo Administrativo Tributário, os quais resultarão no lançamento do crédito tributário ou não, dependente da regularidade das operações realizadas pelos contribuintes, vejamos:

38.1-DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL.

Considera-se iniciado o procedimento fiscal para apuração das infrações à legislação tributária::

I – com a lavratura do termo de início de fiscalização;

II – com a lavratura do termo de apreensão de mercadorias e documentos fiscais ou de intimação para sua apresentação;

III – com a lavratura de Auto de Infração ou de Representação Fiscal, inclusive na modalidade eletrônica;

> *IV – com qualquer outro ato escrito por auditor fiscal, próprio de sua atividade funcional específica, a partir de quando o fiscalizado for cientificado, como por exemplo uma notificação para recolhimento do imposto.*

Devendo ser ressaltado que a administração tributária poderá utilizar procedimento de notificação prévia visando à autorregularização, na forma e prazos a serem regulamentados pelo Secretário de Estado da Receita, que não constituirá início de procedimento fiscal, isso ocorre no caso de notificação para recolhimento espontâneo.

O Auto de Infração e a Representação Fiscal na modalidade eletrônica serão disciplinados por ato do titular da Secretaria da Fazenda.

O início do procedimento fiscal tem por cerne a exclusão da espontaneidade do contribuinte, pois a partir dessa data, o contribuinte não poderá proceder ajustes fiscais ou contábeis com vistas a se eximir de possíveis infrações.

A ***Lei nº 6.379/96*** do ICMS/PB, dispõe em seu ***art. 90***, e ***parágrafos*** acerca da espontaneidade, o seguinte:

> *Art. 90. Os que, antes de qualquer procedimento fiscal, procurarem, espontaneamente, a repartição fazendária de seu domicílio para sanar irregularidades, não sofrerão penalidades, salvo, quando se tratar de falta de lançamento ou de recolhimento do imposto, caso em que ficarão sujeitos aos juros e à multa de mora de que trata o art. 59 desta Lei.*
>
> *§ 1º A multa de que trata o "caput" deste artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do imposto, até o dia em que ocorrer a sua liquidação.*
>
> *§ 2º A espontaneidade de que cuida o "caput" deste artigo não se aplica aos casos em que o contribuinte esteja obrigado a apresentar documentos de controle e informações econômico-fiscais, nos prazos estabelecidos em regulamento.*

§ 3º Os débitos, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012, deverão ser atualizados por outros índices anteriormente utilizados e, a partir da vigência desta Lei, submeter-se-ão às regras estabelecidas neste artigo.

Devendo ser ressaltado que o início do procedimento alcança todos aqueles que estejam diretamente envolvidos nas infrações porventura apuradas no decorrer da ação fiscal, somente abrangendo os atos que lhes forem anteriores.

Quando houver indícios de infração, os bens ou mercadorias que estiverem envolvidos poderão ser retidos até que seja concluído o correspondente procedimento de fiscalização, sendo o responsável cientificado da retenção e intimado através de Termo próprio, a prestar as informações necessárias à identificação do sujeito passivo, caso não seja ele mesmo o responsável pelas mercadorias, a exemplo de mercadorias flagradas em estabelecimento sem inscrição estadual ou flagrados no trânsito irregularmente transportadas.

38.2-DO PRAZO DETERMINADO PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA.

Dispõe o ***§ 3º*** do ***art. 37*** da **Lei nº 10.094/2013** *(Lei do PAT)*, que os trabalhos de fiscalização deverão ser concluídos nos prazos definidos em legislação.

Dessa forma, perquire-se no RICMS/PB, que os trabalhos de fiscalização deverão ser concluídos em até **60 dias**, podendo ser prorrogável por igual período, conforme dispõe o ***art. 694*** transcrito *ipsis litteris* abaixo:

Art. 694.....

§ 3º Os trabalhos de fiscalização deverão ser concluídos em até 60 (sessenta) dias, prazo este prorrogável por igual período, desde que as circunstâncias ou complexidade dos serviços o justifiquem, a critério das Gerências Operacionais subordinadas à Gerência Executiva de Fiscalização.

Onde mister se faz lembrarmos ser esse considerado um **prazo impróprio,** determinado para os serventuários, auditores e julgadores, cujo descumprimento não gera qualquer desvalia em matéria processual, nem mesmo a preclusão, todavia, sujeita os desidiosos, salvo justo motivo, às sanções administrativas aplicáveis à espécie.

Assim, a inobservância dos prazos destinados à instrução, movimentação e julgamento de processo poderá responsabilizar, disciplinarmente, o funcionário que lhe der causa, mas não acarretará a nulidade do procedimento fiscal.

Haja vista ser cediço que esse prazo serve apenas para acompanhamento dos trabalhos de auditoria realizado pela Gerência responsável, evitando assim perda de tempo por parte do auditor.

Partindo dessa premissa, infere-se que muitos advogados suscitam em sede de preliminar a nulidade do procedimento fiscal realizado, em decorrência do auto de infração ter sido lavrado após decorridos os 60 dias determinados para a realização da auditoria, sendo tais alegações rechaçadas nas instâncias administrativas de julgamento, justamente por ser este prazo considerado ***"Impróprio",*** o qual não traz qualquer prejuízo ao processo.

Outrossim, vislumbramos em outras unidades da Federação a existência de decisões administrativas que consideram nulo o auto de infração em decorrência da preclusão do prazo para o término da fiscalização, entendimento este que pode se tornar regra caso o judiciário ratifique esse posicionamento.

Assim, em razão dessa possibilidade, resta-nos orientar à fiscalização a tomar cuidado com o prazo para conclusão da fiscalização, ficando atento a solicitação de prorrogação.

Ao tempo em que trazemos uma crítica ao dispositivo, haja vista a possibilidade real de uma fiscalização realizada em uma empresa de grande porte ensejar um tempo maior de fiscalização, em razão disso, conforme disposição contida na norma, vislumbramos que o prazo de *60 dias* só poderá ser prorrogado por igual período, o que impede em regra da fiscalização perdurar por prazo maior, haja

vista não haver na norma nenhuma possibilidade de aplicação de uma prorrogação maior.

Onde entendemos que a regra deveria continuar sendo de *60 (sessenta)* dias, porém, o tempo de prorrogação deveria ficar a critério do superior hierárquico, que poderia conceder o prazo que entendesse ser suficiente para conclusão dos trabalhos de auditoria.

38.3-DOS TERMOS DE INÍCIO E DE ENCERRAMENTO DA FISCALIZAÇÃO.

Em razão da necessidade de se determinar o marco temporal entre a espontaneidade ou não do contribuinte, necessário se faz, quando da realização de um trabalho de auditoria, que o **início** e o **encerramento** do trabalho de auditoria realizado pela fiscalização devam ser feitos por termo escrito, lavrado pelo próprio autuante.

No caso em apreço, tais termos são denominados de:

-**Termo de Início de Fiscalização** - é lavrado no intuito de cessar a espontaneidade do sujeito passivo, a sua falta dificilmente ensejará nulidade procedimental.

É um procedimento fiscal que precede a auditoria a ser realizada, onde o Auditor lavra o respectivo Termo com a data da lavratura, contendo a informação de que o contribuinte a partir daquela data estará sujeito a uma auditoria, não sendo mais considerado espontâneo, cujas infrações detectadas serão cobradas com a aplicação de multa por infração.

Sendo solicitado no Termo que o contribuinte apresente a documentação fiscal/contábil dentro do prazo regulamentar, que em regra é de *72 (setenta e duas)* horas, ficando a critério do auditor a determinação desse prazo, sob pena de embaraço à fiscalização.

Requisitos do **Termo de Início de Fiscalização:**

1) Denominação Termo de Início de Fiscalização;
2) Número e data do Termo;

3) Dados cadastrais da empresa;
4) Dados dos sócios ou responsáveis;
5) Notificação para apresentação dos documentos;
6) Especificação dos documentos e prazo para entrega;
7) Nomes e assinatura dos Auditores fiscais;
8) Assinatura do contribuinte indicando um representante legal para acompanhar os trabalhos de fiscalização;
9) Ciência do contribuinte do Termo.

-**Termo de Encerramento de Fiscalização** - tem por finalidade determinar a data de encerramento da atividade de fiscalização, com a devolução dos livros fiscais/contábeis, ficando o contribuinte a partir daquela data na condição de espontâneo, quanto a fatos geradores que não foram objeto da auditoria realizada, sendo registrado no Termo as irregularidades encontradas por ocasião da fiscalização e os eventos referentes aos procedimentos fiscais realizados.

Devendo ser ressaltado que a ausência desse termo não traz qualquer prejuízo que possibilite a decretação de nulidade do processo.

Requisitos do **Termo de Encerramento de Fiscalização:**

1) Denominação Termo de Início de Fiscalização;
2) Número e data do Termo;
3) Dados cadastrais da empresa;
4) Dados dos sócios ou responsáveis;
5) Notificação para apresentação dos documentos;

A peça base *(auto de infração)* será encaminhada à repartição preparadora, juntamente com os termos e documentos que a instruírem e bem assim, as coisas apreendidas, no prazo de *03 (três)* dias úteis, a contar da data da ciência do sujeito passivo ou da declaração de recusa.

39-DOS ANTECEDENTES FISCAIS.

A informação dos antecedentes fiscais tem primordial importância na punição do contribuinte referente à reincidência, com a aplicação da multa recidiva disciplinada na **Lei nº 6.379/96**, infracitada:

> ***Art. 87. A reincidência punir-se-á com multa acrescida de 50% (cinqüenta por cento), adicionando-se a essa pena 10% (dez por cento) da multa original a cada nova recidiva.***

No caso vertente, o novo PAT/PB traz em seu ***art. 39*** a definição de reincidência, conforme pode ser vislumbrado na transcrição *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 39. Considera-se reincidência a prática de nova infração ao mesmo dispositivo legal, por parte da mesma pessoa, natural ou jurídica, dentro de 5 (cinco) anos contados da data do pagamento da infração, da decisão definitiva referente à infração anterior ou da inscrição em Dívida Ativa na hipótese de crédito tributário não quitado ou não parcelado.***

Assim, anteriormente, a repartição fiscal ao preparar o processo, informava as infrações praticadas pelo contribuinte nos últimos *5 (cinco)* anos através do *Termo de Antecedentes fiscais.*

Porém, com o advento do novo PAT/PB, no ***§ 1º*** do ***art. 38***, o mesmo dispõe que a obrigação de averiguar e aplicar a reincidência passa a ser do Auditor responsável pela fiscalização.

Destarte, constatada a existência de antecedentes fiscais e configurada a reincidência, de imediato, o auditor fiscal, proporá a multa recidiva, nos termos do ***art. 87*** da Lei nº 6.379, de 02 de dezembro de 1996.

No caso em tela, para fins de averiguar a existência de reincidência, caso a informação não venha indicada na ordem de serviço ou no ATF, no momento da lavratura do Auto de Infração, o autor do procedimento efetuará a pesquisa sobre antecedentes fiscais do sujeito passivo no sistema de controle da *Secretaria da Fazenda.*

Porém, é de bom alvitre ressaltarmos a necessidade de

constar do sistema da SEFAZ uma informação única, contendo dados da arrecadação, decisão administrativa definitiva e dívida ativa, onde o auditor ao realizar a pesquisa, poderá dispor de todas as informações, não precisando ter que obter cada informação de forma individualizada e em lugares distintos, sendo de primordial importância que tais informações sejam disponibilizada pelo sistema de forma condensada e única ou já fornecida na ordem de serviço.

Assim, infere-se que a reincidência se caracteriza quando verificada a prática de nova infração ao mesmo dispositivo legal, por parte da mesma pessoa, natural ou jurídica, dentro de *5 (cinco)* anos contados da ***data do pagamento da infração, da decisão definitiva referente à infração anterior*** ou ***da inscrição em Dívida Ativa*** na hipótese de crédito tributário não quitado ou não parcelado.

Anteriormente dispunha a norma que a reincidência ocorria quando da prática de nova infração à mesma disposição legal, por parte da mesma pessoa natural ou jurídica, d***entro de 05 (cinco) anos da data em que se tornar definitiva a decisão referente à infração anterior.***

Como muitas vezes o contribuinte pagava o crédito tributário exigido através do auto de infração antes mesmos do julgamento, extinguindo o crédito tributário, não fazia essa infração parte da informação fornecida pela repartição preparadora no Termo de Antecedentes Fiscais, ou mesmo, quando o contribuinte, em face de uma denúncia espontânea, parcelava o valor de uma infração referente à omissão de saídas de mercadorias tributáveis, porém, não liquidava todas as parcelas, sendo assim inscrito em dívida ativa.

Diante desses fatos, necessário se fez incluir no novo disciplinamento que o início da contagem dos 05 anos ocorrerá a partir:

> a) ***da data do pagamento da infração;***
> ***b) da decisão definitiva referente à infração anterior;***
> ***c) da inscrição em Dívida Ativa*** na hipótese de crédito tributário não quitado ou não parcelado.

Destarte, infere-se que a reincidência se caracteriza pela prática

de nova infração **"AO MESMO DISPOSITIVO LEGAL"**, assim, deve ser observado para a determinação da reincidência, os dispositivos infringidos concernente ao enquadramento da infração e a tipicidade da infração, e não só o dispositivo individualmente, como no caso do ***art. 106*** do RICMS/PB, como exemplo, citamos uma infração ao ***art. 106, inciso II, alínea "c",*** referente a falta de recolhimento do ICMS diferencial de alíquota, e outra cujo enquadramento é o a***rt. 106, inciso I, alínea "g",*** relativa à falta de recolhimento do ICMS Garantido.

No caso vertente, observa-se não ter havido a caracterização da reincidência, pois se trata de infrações com tipificações distintas e com dispositivos próprios, não devendo ser considerado, para efeito da aplicação da reincidência, apenas o ***art. 106,*** e sim todos os dispositivos do enquadramento da infração verificada.

No Termo de Antecedentes Fiscais deverá constar:

I – o número do processo do qual conste a decisão que houver condenado o contribuinte por idêntica infração;

II – a data do julgamento que tornou definitiva a decisão;

III – os dispositivos infringidos;

IV – a data da ciência, ao autuado, da decisão final administrativo-tributária ou da lavratura do Termo de Revelia;

V – a data de pagamento da infração.

No caso vertente, para reflexão, entendo ser desnecessário constar do Termo de Antecedentes Fiscais a data da ciência ao autuado, da decisão final administrativa ***(IV),*** já que o ***inciso II*** dispõe sobre a data do julgamento da decisão definitiva, assim como, desnecessária se torna a inclusão da data da revelia, pois a consequência da revelia é o pagamento do processo ou inscrição em dívida ativa, que são considerados marcos iniciais para contagem do lapso temporal de

5 (cinco) anos, em que não poderá haver o cometimento de mesma infração, sob pena de caracterização da reincidência.

Nesse diapasão, entendemos que o correto seria constar no ***inciso IV*** a informação sobre a data da inscrição em dívida ativa, tendo em vista o início da data para caracterização da reincidência ter por cerne a ***data do pagamento da infração, da decisão definitiva referente à infração anterior*** ou ***da inscrição em Dívida Ativa.***

Assim, demonstramos abaixo quais dos procedimentos repercutem nas datas iniciais utilizadas para efeito de caracterização da reincidência.

PROCESSO	**-Data da Decisão definitiva** **- 1º Instância** **- 2º Instância** **- Instância especial** **-Revelia => Data da Dívida Ativa** **-Data do Pagamento**
REPRESENTAÇÃO	**-Data da Dívida Ativa** **-Data do Pagamento**
ESPONTÂNEO	**-Data do Pagamento**

Dessa forma, observa-se que deveria constar do Termo de Antecedentes Fiscais apenas as informações que servissem para comprovar a prática de reincidência, a exemplo do número do processo e a **data do pagamento da infração, da decisão definitiva e da inscrição em dívida ativa**.

Devendo ser preenchido no Termo de Antecedentes Fiscais as seguintes informações:

Processo nº	Dispositivos infringidos	Data decisão definitiva*	Data do Pagamento**	Data inscrição em Dívida Ativa

*A data da decisão definitiva pode ser da 1º, 2º instância e instância especial;
**A data do pagamento pode ser do auto de infração, representação fiscal ou espontâneo;

40-DA APLICAÇÃO DA REINCIDÊNCIA SOBRE A MULTA ACESSÓRIA.

Vislumbramos que a reincidência tem por premissa basilar a prática de uma nova infração ao mesmo dispositivo legal, cuja punição está disciplinada no ***art. 87*** da Lei nº 6.379/96, que dispõe que ***"A reincidência punir-se-á com multa acrescida de 50% (cinqüenta por cento), adicionando-se a essa pena 10% (dez por cento) da multa original a cada nova recidiva."***

Portanto, infere-se da exegese da norma que a mesma se refere à multa original, que na nossa concepção pode ser considerada multa por infração ou por descumprimento de obrigação acessória, haja vista não haver no dispositivo mencionado qualquer restrição quanto à multa original aplicada.

40.1-DO CÁLCULO DA MULTA RECIDIVA.

Ao perquirirmos a **Lei nº 6.379/96**, vislumbramos em seu ***art. 87***, o disciplinamento concernente à multa por reincidência, cujo texto transcrevemos *ipsis litteris* abaixo:

> *Art. 87. A reincidência punir-se-á com multa acrescida de 50% (cinqüenta por cento), adicionando-se a essa pena 10% (dez por cento) da multa original a cada nova recidiva.*

É de bom alvitre exemplificarmos através de uma memória de cálculo como se processa a aplicação da reincidência, vejamos:

Ex. 01 - Um contribuinte foi autuado em 2006, no valor referente a um crédito tributário de R$ 20.000,00, por saídas pretéritas de mercadorias tributáveis sem documento fiscal ***(art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art. 646 do RICMS/PB)***, constatada através das notas fiscais não contabilizadas, cuja decisão definitiva ocorreu em **30/10/2007.** Em **02/04/09**, em nova fiscalização, foi evidenciada a mesma infração ao dispositivo legal ***(art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art. 646 do RICMS/PB),*** no valor de R$ 15.000,00 (ICMS) e

multa de 100%, desta feita através do Levantamento Financeiro, em **05/05/2011** foi novamente autuado na quantia de R$ 20.000,00, com base na acusação de crédito indevido ***(art. 72 do RICMS/PB).***

=> **Memória de Cálculo:**

1º Infração-R$ 20.000,00 (Decisão definitiva - 30/10/07)
2º Infração-R$ 15.000,00 (ICMS) - 15.000,00 (multa) -02/04/09
3º Infração-R$ 20.000,00 (ICMS) - 20.000,00 (multa)-05/05/11

-Reincidência - 2º Infração:

ICMS.....R$ 15.000,00
Multa (100%).....R$ 15.000,00
Reincidência (50%).....R$ 7.500,00
Crédito Tributário.....R$ 37.500,00

Obs. 1: *A reincidência ocorreu apenas quanto à infração (2º), haja vista a prática de mesma infração ao dispositivo legal (02/04/2009) no período de 5 anos, a contar da decisão definitiva (30/10/2007).*

Obs. 2: *Não se caracterizou a reincidência quanto à infração (3º), já que os dispositivos infringidos foram outros, não se tratando de mesma infração.*

Ex. 02 - Um contribuinte foi autuado em 2006, no valor referente a um crédito tributário de R$ 20.000,00, por saídas pretéritas de mercadorias tributáveis sem documento fiscal ***(art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art. 646 do RICMS/PB)***, constatada através das notas fiscais não contabilizadas, cuja decisão definitiva ocorreu em **30/10/2007.** Em **25/09/2013**, em nova fiscalização, foi evidenciada a mesma infração ***(art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art. 646 do RICMS/PB),*** no valor de R$ 15.000,00 (ICMS) e multa de 100%, desta feita através do Levantamento Financeiro**.**

=> **Memória de Cálculo:**

1º Infração-R$ 20.000,00 (Decisão definitiva - 30/10/07)
2º Infração-R$ 15.000,00 (ICMS)-15.000,00 (multa) -25/09/13

-Não ocorrência de Reincidência:

ICMS.....R$ 15.000,00
Multa (100%).....R$ 15.000,00
Reincidência (50%).....R$ 0,00
Crédito Tributário.....R$ 30.000,00

Obs. 1: *A reincidência não se caracterizou em razão da mesma infração ter sido praticada a mais de 5 anos da decisão definitiva, ou seja, a decisão definitiva ocorreu em 30/10/2007, enquanto que a mesma infração teria ocorrido apenas em 25/09/2013, fora, portanto, do lapso quinquenal estabelecido para a recidiva.*

Ex. 03 - Um contribuinte foi autuado em 2006, no valor referente a um crédito tributário de R$ 20.000,00, por saídas pretéritas de mercadorias tributáveis sem documento fiscal ***(art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art. 646 do RICMS/PB)***, constatada através das notas fiscais não contabilizadas, alem da infração de crédito indevido no valor de R$ 5.000,00, ***(art. 72 do RICMS/PB),*** cuja decisão definitiva ocorreu em **30/10/2007.** Em **02/04/09**, em decorrência de uma nova fiscalização, foram evidenciadas as mesmas infrações ao dispositivo legal ***(art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art. 646 do RICMS/PB),*** no valor de R$ 15.000,00 (ICMS) e multa de 100%, e ***(art. 72 do RICMS/PB),*** no valor de R$ 8.000,00 (ICMS) e multa de 100%, cuja decisão definitiva se deu em **05/12/2009**, em **05/05/2011** foi novamente autuado com base na infração aos mesmos dispositivos legais, na quantia de R$ 4.000,00, referente à infração de omissão de saídas de mercadorias tributáveis ***(art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art.***

646 do RICMS/PB), e R$ 12.000,00, com base na acusação de crédito indevido ***(art. 72 do RICMS/PB).***

=> **Memória de Cálculo:**

Infração (A) - ***(art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art. 646 do RICMS/PB)***,

1º Infração - R$ 20.000,00 (Decisão definitiva - 30/10/07)
2º Infração - R$ 15.000,00 (Decisão definitiva - 05/12/09)
3º Infração - R$ 4.000,00 (ICMS) - 4.000,00 (multa) -05/05/11

Infração (B) - ***(art. 72 do RICMS/PB)***
1º Infração - R$ 5.000,00 (Decisão definitiva - 30/10/07)
2º Infração - R$ 8.000,00 (Decisão definitiva - 05/12/09)
3º Infração - R$ 12.000,00 (ICMS) - 12.000,00 (multa) -05/05/11

-Reincidência - Infração (A):

ICMS.....R$ 4.000,00
Multa (100%).....R$ 4.000,00
Reincidência (50%).....R$ 2.000,00
Reincidência (10%).....R$ 400,00
Crédito Tributário.....R$ 10.400,00

-Reincidência - Infração (B):

ICMS.....R$ 12.000,00
Multa (100%).....R$ 12.000,00
Reincidência (50%).....R$ 6.000,00
Reincidência (10%).....R$ 1.200,00
Crédito Tributário.....R$ 31.200,00

Obs. 1: *A reincidência ocorreu quanto as duas infrações, haja vista a prática de mesma infração ao dispositivo legal (30/10/07 - 05/12/09) no período de 5 anos, a contar da decisão definitiva*

(30/10/07), aplicando-se o percentual de 50% sobre o valor da multa original.

Obs. 2: *Sendo agravada a penalidade recidiva em 10% sobre o valor da multa original em razão de mais de uma infração ao mesmo dispositivo legal no período de 5 anos contados da decisão definitiva (30/10/07).*

Devendo ser lembrado que o início da contagem do prazo para caracterização da reincidência se opera através de três possibilidades, quais sejam: ***data do pagamento da infração; da decisão definitiva referente à infração anterior e da inscrição em Dívida Ativa,*** na hipótese de crédito tributário não quitado ou não parcelado.

41-DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO FISCAL.

O *Código Tributário Nacional* dispõe em seu ***art. 142*** acerca do lançamento, conforme se abebera da transcrição *verbis:*

> *Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

No caso vertente, infere-se que a constituição do crédito tributário se opera pelo lançamento, onde se perquire que na Paraíba, a **Lei nº 10.094/2013** estabelece apenas duas formas de lançamento de ofício, quais sejam:

=> **Auto de Infração;**
=> **Representação Fiscal.**

Tendo o **Auto de Infração** por finalidade exigir o crédito tributário, determinar a pessoa do autuado, a infração verificada,

o respectivo valor e propor as penalidades cabíveis, inclusive as recidivas, quando for o caso.

Ao tempo em que a **Representação Fiscal** terá como objeto qualquer das seguintes hipóteses:

I – o imposto declarado e não recolhido;

II – o imposto lançado e apurado em livro próprio, não declarado e não recolhido, no todo ou em parte;

III – oo saldo remanescente de parcelamento cancelado decorrente de confissão espontânea de débito;

IV – a omissão da entrega de documentos de controle e informações fiscais.

V - o imposto não recolhido decorrente da confissão de débito;

VI - as taxas administradas pela Secretaria de Estado da Receita;

VII - o IPVA cobrado anualmente pela Secretaria de Estado da Receita que não foi extinto ou suspenso na data de vencimento.

VIII - o imposto retido, descontado ou cobrado por substituição tributária, declarado em qualquer declaração obrigatória e não recolhido, no todo ou em parte.

- Imposto declarado e não recolhido:

Entende-se como imposto declarado e não recolhido aquele sujeito ao lançamento por homologação, não recolhido, total ou parcialmente, no prazo estabelecido, mas declarado pelo contribuinte

por escrituração fiscal eletrônica ou em guias de informação e apuração.

Nesse caso, infere-se que essa omissão é geralmente verificada pelo serviço interno de fiscalização, pelo próprio sistema da Secretaria de Estado da Receita, através do monitoramento das informações Econômico-Finaceiras fornecidas mensalmente pelo contribuinte ou através da apresentação do SPED - *Sistema Público de Escrituração Digital.*

São também considerados como imposto declarado e não recolhido, aquele originário das declarações concernentes ao ICMS Substituição tributária relativo à obrigação do sujeito passivo por substituição tributária *(Substituto e Substituído tributário).*

- Imposto lançado e apurado em livro próprio, não declarado e não recolhido, no todo ou em parte

A diferença em relação ao item anterior tem por cerne que neste caso, a omissão é detectada geralmente pelo serviço externo de fiscalização, ou seja, pelos auditores fiscais quando da realização da auditoria, onde evidenciam no livro *Registro de Apuração do ICMS* a existência de imposto não declarado à Fazenda estadual através das informações Econômico-Financeiras, porém, apurado e registrado em livro fiscal próprio, cabendo o lançamento ser realizado através de Representação fiscal.

Todavia, apesar do ***art. 42*** da Lei do PAT/PB dispor que *a lavratura do Auto de Infração ou de Representação Fiscal é de competência exclusiva dos auditores fiscais, com exercício nas repartições fiscais*, vislumbramos não está ainda disponível ao auditor de estabelecimento a possibilidade de gerar a Representação Fiscal, o que discordamos, já que o mesmo tem a competência para constituir o crédito tributário através do lançamento.

Assim, diante dessa circunstância, deve o Auditor informar ao setor competente para que lavre a respectiva representação, juntando a sua informação cópias dos livros fiscais que comprovam o registro nos livros fiscais próprios.

Devendo ser ressaltado que o registro do imposto em livros fiscais importa em confissão de dívida, ressalvada a hipótese de retificação, quando houver, na forma prevista em legislação específica.

Com o advento do SPED, as omissões quanto ao recolhimento do ICMS serão verificadas facilmente pelo monitoramento realizado pelos Auditores nas informações fiscais disponibilizadas mensalmente ao Fisco.

41.1-DOS REQUISITOS DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO FISCAL.

O auto de infração e a representação fiscal, por se tratar de atos processuais, têm suas formalidades previstas, as quais não cumpridas, ensejam a nulidade do ato.

Assim, o ***art. 41*** da **Lei nº 10.094/2013** *(Lei do PAT),* traz os requisitos do Auto de Infração e da Representação Fiscal, quais sejam:

> *I – a indicação da repartição preparadora;*
>
> *II – a hora, a data e o local da lavratura;*
>
> *III – a qualificação do autuado, o endereço, e dependendo do tributo, o número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (CCICMS/PB) e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);*
>
> *IV – sendo o caso, a qualificação dos dirigentes ou responsáveis legais pela empresa, quando possível tal identificação;*
>
> *V – a descrição da infração com o respectivo montante tributável;*

VI – a capitulação da infração e a indicação da penalidade aplicável;

VII – o valor do tributo lançado de ofício;

VIII – o valor da penalidade aplicável;

IX – a intimação para o pagamento do tributo e penalidade ou para apresentação da impugnação, se for o caso, indicando o prazo e seu permissivo legal;

X – o esclarecimento de que, havendo expressa renúncia à impugnação, o contribuinte poderá beneficiar-se das reduções legais, nas hipóteses de pagamento, à vista ou parcelado;

XI – a assinatura e qualificação funcional do autor;

XII – a assinatura do autuado ou seu representante, inclusive na modalidade virtual, nos termos previstos na legislação, sendo substituída, no caso de recusa ou outro obstáculo, por declaração das razões pelas quais não foi feita a intimação;

XIII – a assinatura de testemunhas, quando houver.

Podendo o chefe do poder Executivo determinar o acréscimo de outros requisitos a serem inseridos no Auto de Infração ou na Representação Fiscal, caso entenda necessário.

Para um melhor entendimento, vamos tecer algumas considerações acerca de cada requisito.

I – a indicação da repartição preparadora;

No momento da lavratura do auto de infração ou representação

fiscal, torna-se necessário determinar a repartição preparadora cuja circunscrição foi cometida a infração ou geralmente onde está estabelecido o contribuinte infrator.

Assim, no caso de infração de trânsito, deve ser colocado como repartição preparadora a Coletoria da circunscrição da ocorrência da infração, por exemplo, sendo verificada uma infração no Posto Fiscal da Fronteira com Pernambuco, deve ser indicada como repartição preparadora a *Coletoria Estadual de Alhandra.*

No caso da infração de estabelecimento, a indicação deve recair sobre a Coletoria responsável ou Recebedoria de Renda, conforme a localização do estabelecimento infrator.

II – a hora, a data e o local da lavratura;

Necessário se faz indicar a hora, data e local da lavratura, a fim de caracterização da perda da espontaneidade, no caso da fiscalização de trânsito, além do prazo decadencial.

Sendo observado que, apesar da data da lavratura está indicada no auto de infração, a data a ser considerada para efeito de decadência é a da ciência do contribuinte, que pode ser a mesma ou outra data, fazendo nascer a relação jurídico-tributária entre o Fisco e o Contribuinte apenas após a efetivação da ciência.

Quanto ao local da lavratura, infere-se que a informação difere entre a fiscalização realizada no trânsito e no estabelecimento, sendo o local relativo a infração observada no trânsito o posto fiscal que abrange a área da fiscalização, já no estabelecimento, considera-se o local onde está estabelecido o contribuinte.

> *III – a qualificação do autuado, o endereço, e dependendo do tributo, o número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (CCICMS/PB) e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);*

Trata-se da indicação do sujeito passivo, o qual é responsável pelo recolhimento do imposto, assim, deve o fazendário ter bastante cuidado ao determinar o sujeito passivo, pois a determinação errônea enseja a nulidade do lançamento de ofício.

No auto de infração de estabelecimento não vislumbramos muitos erros quanto à determinação do sujeito passivo, porém, na fiscalização de trânsito é constante a nulidade do auto de infração em decorrência da determinação errônea do infrator, conforme pode ser observado na jurisprudência do *Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba,* a exemplo da ementa de minha lavra *verbis:*

> **RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO – NOTA FISCAL INIDÔNEA – AUTO DE INFRAÇÃO NULO – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR – MANTIDA DECISÃO SINGULAR.**
> *Sendo flagrado o transporte de mercadorias tributáveis acobertado por documento fiscal inidôneo, a responsabilidade pelo pagamento do imposto deve recair sobre o transportador, sob pena da caracterização da nulidade do auto de infração em decorrência de erro na pessoa do infrator. Fato este verificado nos autos.*
>
> **Processo nº 0504772010-1**
> **Acórdão 325/2012**
> **Recurso HIE/CRF- nº 189/2011**
> **Relator:CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**

Na maioria dos casos, o fazendário indica o condutor do veículo como responsável, quando na realidade, comprova-se a *posteriori* que o mesmo era apenas empregado da empresa responsável pelo transporte.

Esse equívoco é cometido em razão do texto normativo contido na **Lei nº 6.379/96** *(Lei do ICMS/PB)*, dispor que a responsabilidade pelo pagamento do imposto e acréscimos legais recai sobre o transportador, inclusive o autônomo, conforme se abebera na transcrição *ipsis litteris* do dispositivo abaixo:

> *Art. 31. São responsáveis pelo pagamento do imposto e respectivos acréscimos legais:*

II - o transportador, inclusive o autônomo, em relação à mercadoria:

a) proveniente de outro Estado para entrega em território deste Estado, a destinatário não designado;

b) negociada em território deste Estado durante o transporte;

c) que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou acompanhada de documento fiscal inidôneo;

d) que entregar a destinatário ou em local diverso do indicado no documento fiscal;

e) que não comprovar o desinternamento do território deste Estado, quando destinada a outra unidade da Federação;

Assim, verifica-se que a celeuma surge da determinação do que seja transportador, pois vislumbramos que pode ser pessoa jurídica *(transportadora)* ou física *(autônomo)*, cabendo a fiscalização a obrigação de verificar essa distinção antes da autuação.

Pois se vislumbra a dificuldade do auditor em distinguir se o transportador é pessoa jurídica, autônomo ou empregado, nos casos em que os veículos não são personalizados e as mercadorias não estão acompanhadas de *Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas*.

Quando os veículos são personalizados ou quando existe o *Conhecimento de Transporte de Cargas,* fica fácil determinar o sujeito passivo no caso de autuação.

Todavia, verifica-se que muitas empresas transportadoras não emitem o *Conhecimento de Transporte*, o que torna a determinação da sujeição passiva complicada, em face de não se saber se o transportador é pessoa jurídica, autônomo ou empregado, onde geralmente a fiscalização lavra o auto de infração em nome do condutor do veículo, sem a devida averiguação de quem se trata, vindo depois, através de diligência solicitada pelos órgãos julgadores, a se constatar que se tratava de empregado, sendo anulado o auto de infração por erro na determinação da pessoa do infrator.

Em regra, nesses casos, havendo dúvida, deve-se observar o documento do veículo para verificar o nome consignado como proprietário, caso o nome determinado seja de uma pessoa jurídica, deve-se lavrar o auto em nome dela, outrossim, caso o nome no documento seja o do condutor do veículo, estará caracterizado o transportador autônomo.

No caso de não está consignado no documento do veículo pessoa jurídica ou o nome do condutor, sugerimos que seja lavrado o auto de infração em nome desse condutor, sob a condição de transportador autônomo, cabendo a este ilidir esta condição.

Devendo ser observado que só pode ser imputada ao empregado a sujeição passiva quando o mesmo praticar ato de infração a lei, a exemplo de não parar no Posto Fiscal, o quem impõe a responsabilidade pessoal ao empregado, conforme dispõe o **Código Tributário Nacional,** *in verbis:*

> *Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:*
>
> *II - os mandatários, prepostos e empregados;*

Devendo também ser observada a sujeição passiva nos casos em que a autuação tem por base o ***art. 29*** da **Lei nº 6.379/96**, onde a autuação deve recair sobre o destinatário das mercadorias, na condição de contribuinte, e não sobre o transportador, haja vista se está exigindo o imposto da operação subsequente, a qual o transportador não tem qualquer relação jurídico-tributária.

> *Art. 29. Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações se iniciem no exterior.*

Assim como, deve a fiscalização de trânsito ficar atenta

à cobrança do ICMS Substituição tributária, para não autuar o transportador, em decorrência da responsabilidade ser do sujeito passivo substituto e substituído.

> *IV – sendo o caso, a qualificação dos dirigentes ou responsáveis legais pela empresa, quando possível tal identificação;*

É de primordial importância a qualificação dos dirigentes ou responsáveis legais pela empresa no auto de infração, para efeito de constar da *Certidão da Dívida Ativa* para a realização da execução fiscal.

Devendo ser lembrado que os dirigentes e responsáveis podem responder pelo crédito tributário exigido no caso de redirecionamento da execução, quando verificada a prática de atos com *excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto,* conforme dispõe o ***art. 135*** do CTN, infracitado:

> *Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:*
>
> *III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.*

Dentre estes figuram também os sócios que ocupam função de direção ou gerência, todos sujeitos à responsabilidade pessoal, conforme dispõe a norma supra.

Outrossim, mister se faz ressaltar não haver solidariedade no caso de sociedade limitada, quanto a responsabilidade solidária dos sócios, exceto no caso de não integralização de uma das cotas de capital, onde nessa hipótese respondem todos os sócios solidaria e ilimitadamente pelo crédito tributário referente a parte do capital não subscrita.

Destarte, vislumbramos que o alcance da responsabilidade dos sócios de sociedade limitada (Ltda.) e seus administradores

por débitos tributários da respectiva sociedade, é tema de muitos debates.

Pois os sócios, ao constituírem a sociedade sob a forma limitada, conforme disposição contida nos ***arts. 1.052*** e seguintes do *Novo Código Civil,* baseados no direito societário, limitam sua responsabilidade aos aportes que realizam para a formação do capital social, objetivando restringir sua participação no pagamento dos débitos sociais, desde que não pratiquem atos com excesso de mandato, violação da lei ou do contrato social.

Onde é cediço que a determinação do sujeito passivo da obrigação tributária principal é determinada pelo ***art. 121*** do *Código Tributário Nacional - CTN*, que assim disciplina:

> *Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.*
>
> *Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:*
>
> *I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;*
>
> *II – responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.*

Assim, as Fazendas Públicas ao iniciarem o procedimento de fiscalização, com a lavratura do auto de infração, geralmente incluem o nome dos sócios ou administradores na peça acusatória, para que constem da certidão de dívida ativa, que será parte da execução fiscal.

Entretanto, por expressa determinação do ***art. 135*** do CTN, a responsabilidade destas pessoas somente ocorrerá quando demonstrados de forma inequívoca os elementos ligando tais pessoas aos fatos, ou seja, o fato de os sócios haverem agido com excesso de poderes ou infração à lei, contrato social ou estatuto.

Isto significa que, se o empresário ou administrador agir dentro da lei e do contrato social ou estatuto e, por circunstâncias

do mercado, a empresa da qual é sócio ou administrador não cumprir com suas obrigações tributárias - seus bens particulares não respondem pela dívida tributária. Trata-se do caso de simples inadimplência de tributos, e não de sonegação ou infração à lei.

Portanto, nesse caso é nula a pretensão da Fazenda em apropriar-se do patrimônio particular de sócios, sem demonstrar que estes praticaram atos de infração à lei ou ao contrato social de sociedade limitada.

Neste sentido, vislumbramos a seguinte decisão do STJ:

> ***Execução fiscal. Sócio Gerente (Informativo STJ nº 353 - 21/04 a 25/04)***
> *A divergência, na espécie, é no tocante à natureza da responsabilidade do sócio-gerente na hipótese de não-recolhimento de tributos. Esclareceu o Min. Relator que é pacífico, neste Superior Tribunal, o entendimento acerca da responsabilidade subjetiva daquele em relação aos débitos da sociedade. A responsabilidade fiscal dos sócios restringe-se à prática de atos que configurem abuso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos da sociedade (art. 135, CTN). O sócio deve responder pelos débitos fiscais do período em que exerceu a administração da sociedade apenas se ficar provado que agiu com dolo ou fraude e que a sociedade, em razão de dificuldade econômica decorrente desse ato, não pôde cumprir o débito fiscal. O mero inadimplemento tributário não enseja o redirecionamento da execução fiscal. Isso posto, a Seção deu provimento aos embargos. Precedentes citados:* ***REsp 908.995-PR, DJ 25/3/2008, e AgRg no REsp 961.846-RS, DJ 16/10/2007. EAG 494.887-RS, Rel. Min. Humberto Martins, julgados em 23/4/2008.***

Ratificando esse entendimento, o STJ, na **Súmula 430**, assim se manifestou:

> ***Súmula 430:*** *O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.*

Nesta regra, há exceções, como expresso pelo próprio STJ na seguinte súmula:

> ***Súmula 435:*** *Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.*

Diante das considerações tecidas, infere-se que em regra, só deve constar do auto de infração os nomes dos sócios com poder de representação, presidentes, gerentes ou diretores.

V – a descrição da falta com o respectivo montante tributável;

A descrição do fato infringente é elemento essencial para a legitimidade da denúncia, tendo em vista a necessidade da natureza da infração está delineada com segurança na descrição do fato para que possa o autuado entender do que está sendo acusado, assim como, para que possa o julgador conhecer do fato infringente para aplicar a lei cabível e deslindar a querela, pois é com base na descrição do fato infringente que o julgador aplicará a lei , pois no Brasil prevalece o Princípio processual da *"Substanciação"* que prescreve que *"Narra mihi factum, dabo tibi jus",* que em tradução literal quer dizer *"narra-me o fato, dar-te-ei o direito"*.

Pois no Brasil, a exemplo da Alemanha, adotou-se a teoria da substanciação do pedido, segundo o qual se exige, para identificação do pedido, a dedução dos fundamentos de fato e de direito da pretensão, contrariando a teoria da individuação, anteriormente empregada e que exigia apenas a indicação dos fundamentos jurídicos para caracterizar a causa de pedir e tornar admissível a ação, hoje a teoria da individuação se encontra superada e não guarda mais nenhuma importância jurídica *(Código de Processo Civil Comentado - Nelson Nery Júnior/Rosa Maria Andrade Nery - ed. RT, pag. 566).*

Em regra, a jurisprudência do Conselho de Recursos Fiscais

da Paraíba considera o erro na natureza da infração como vício formal, conforme entendimento proferido em decisão cuja ementa de minha lavra transcrevo *ipsis litteris* abaixo:

> **RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO – ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO - NULIDADE - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO NULO.**
> *O fato infringente descrito deve estar claro e preciso, para que possa o julgador aplicar a lei dentro dos parâmetros legais. A indeterminação da natureza da infração enseja a nulidade do lançamento de ofício em decorrência de vício formal.*
>
> **Processo nº 126.673.2009-3**
> **Acórdão 223/2013**
> **Recurso HIE/CRF- nº 394/2012**
> **Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**

Todavia, como já foi dirimido nas alegações já trazidas quanto ao vício formal e material, por se reportar ao constituição do crédito tributário, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda, teve sua jurisprudência reformada, cujo novo entendimento tem por escopo que, a não satisfação dos requisitos disciplinados no art. 142 do CTN, enseja vício matérial.

Devendo o Auditor ser objetivo e claro quando da descrição do fato infringente, descrevendo a infração cometida de forma detalhada e sem floreios, para que possa o julgador aplicar a lei conforme o fato narrado.

VI – a capitulação da infração e a indicação da penalidade aplicável;

No lançamento realizado, deve o auditor informar no auto de infração a capitulação da infração, ou seja, elencar os artigos do RICMS/PB infringidos, os quais, além de nortearem a acusação, também servirão de norte para a aplicação da multa recidiva.

Devendo ser ressaltado que o erro na aplicação dos artigos infringidos não teria em tese o condão de caracterizar a nulidade do

lançamento, se o fato infringente estivesse descrito com segurança, todavia, a ausência da capitulação da infração pode sim, levar a nulidade, haja vista a existência de requisitos exigidos para o auto de infração, onde deve o mesmo conter todas as informações preenchidas concernentes aos seus requisitos, sob pena da decretação de nulidade.

Devem também ser indicados os artigos referentes à penalidade aplicável ao fato infringente verificado, disciplinados na **Lei nº 6.379/96,** por se tratar de infração.

Em regra, conforme dispõe o ***art. 142*** do CTN, a penalidade é proposta pela autoridade lançadora, cabendo em tese ao julgador a ratificação ou alteração do percentual proposto, conforme o fato infringente praticado.

Urge ressaltarmos, que a alteração para maior realizada pelo órgão julgador no percentual da penalidade aplicada, não enseja a necessidade de lavratura de *Termo Complementar de Infração* ***(art. 696, inciso I do RICMS/PB).***

Pois mister se faz ressaltar, ser possível majorar a multa descrita no auto de infração para poder atender ao Princípio da Legalidade, o qual deve pautar as ações da administração pública por expressa determinação constitucional, diferenciando-se do processo civil que se limita ao pedido, já que a decisão administrativa deve ter como parâmetro a *"lei"*.

VII – o valor do tributo lançado de ofício;

Deve o auditor informar o valor do ICMS exigido referente à época da eclosão do fato gerador, ou seja, se foi aplicado um Levantamento Financeiro no ano de 201X, cuja repercussão será objeto de exigência, deve ser considerado o valor do ICMS resultante da diferença verificada nessa época, onde a atualização monetária será aplicada quando do recolhimento do valor exigido, calculado pela Repartição arrecadadora, conforme dispõe o ***art. 63*** da Lei nº 6.379/96, *in verbis:*

> ***Art. 63. Os acréscimos legais serão calculados pela repartição arrecadadora, na forma que dispuser a legislação específica.***

Devendo ser ressaltado, que os valores do ICMS exigidos deverão ser informados com a data da ocorrência do fato gerador ou período de apuração, para fins de correção monetária.

Os juros de mora com base na SELIC, incidirão sobre o principal e sobre as multas por infração, quando for o caso, bem como, sobre os débitos parcelados, relativamente às prestações vincendas ***(art. 144, § 1º do RICMS/PB).***

A incidência dos acréscimos legais abrangerá o período em que a cobrança estiver suspensa por qualquer ato do contribuinte na esfera administrativa ou judicial, ressalvada a decisão definitiva na instância administrativa em processo de consulta ***(art. 144, § 2º do RICMS/PB).***

VIII – o valor da penalidade aplicável;

Deve ser informado o valor da penalidade aplicável, ou seja, o percentual de multa por infração aplicado sobre o valor do ICMS devido, resultando no valor da multa por infração a ser exigido do infrator.

Não cabendo no caso de auto de infração, a aplicação de multa por infração concomitante com a multa de mora disciplinada no ***art. 144, inciso II*** do RICMS/PB, haja vista não caber a aplicação simultânea da multa de mora e multa por infração, onde aquela é aplicada quando da cobrança do ICMS através da Representação Fiscal ou do recolhimento espontâneo do contribuinte, ao tempo em que esta é aplicada quando da lavratura de auto de infração.

IX – a intimação para o pagamento do tributo e penalidade ou para apresentação da impugnação, se for o caso, indicando o prazo e seu permissivo legal;

Em regra, esta intimação já vem inserida no auto de infração, não sendo facultado ao fazendário a inclusão desse texto na peça

acusatória.

X – o esclarecimento de que, havendo expressa renúncia à impugnação, o contribuinte poderá beneficiar-se das reduções legais, nas hipóteses de pagamento, à vista ou parcelado;

Em regra, também este esclarecimento já vem inserido no auto de infração, não sendo facultado ao fazendário a inclusão desse texto na peça acusatória.

XI – a assinatura e qualificação funcional do autor;

Esse requisito é elemento essencial para a validade do lançamento tributário de ofício, pois a inexistência da assinatura do autor do feito macula *in totum* o lançamento realizado, tornando-o inócuo e sem efeito jurídico para exigência do crédito tributário.

XII – a assinatura do autuado ou seu representante, inclusive na modalidade virtual, nos termos previstos na legislação, sendo substituída, no caso de recusa ou outro obstáculo, por declaração das razões pelas quais não foi feita a intimação;

Esse requisito também é de primordial importância para a criação da relação jurídico-tributária, pois sem a assinatura do autuado ou de seu representante legal, não há que se falar em lançamento de ofício para constituição de crédito tributário.

Inclusive, a assinatura deve está acompanhada da data em que a mesma ocorreu, para efeito de verificação da decadência, pois se vislumbra com grande frequência a ocorrência da lavratura do auto de infração no final do exercício em que ocorrerá a preclusão do lapso quinquenal da decadência, enquanto a ciência ocorre apenas no exercício seguinte, caracterizando assim a decadência do direito de constituir o crédito tributário.

Devendo ser ressaltado que o auto de infração pode não conter a assinatura do autuado ou de seu representante legal, desde

que a ciência do contribuinte seja realizada através das outras formas previstas no ***art. 11*** da Lei nº 10.094/13, as quais devem está comprovadas nos autos.

XIII – a assinatura de testemunhas, quando houver.

Esta ocorrência é um tanto rara, visto acontecer apenas quando da negativa do contribuinte em assinar o auto de infração, onde são colhidas as assinaturas de testemunhas que estiverem no momento da negativa para comprovar a ciência do contribuinte, mesmo sem a assinatura do mesmo.

Onde mister se faz ressaltar que esse procedimento deve ser aplicado quando o crédito tributário estiver na iminência de caducar, no caso de não haver mais tempo da ciência ser realizada através de Aviso de Recebimento ou Edital, evitando assim a decadência.

Porém, em regra, em razão da dificuldade de arrolar testemunhas e quando não houver a possibilidade de decadência, os fazendários têm a sua disposição a possibilidade de cientificar o contribuinte através de ***Aviso de Recebimento- AR***, ou através de outras formas previstas no ***art. 11*** da Lei nº 10.094/13.

41.2-DA APREENSÃO DE MERCADORIAS, LIVROS OU DOCUMENTOS FISCAIS.

Quando o Auto de Infração tiver como fundamento a apreensão de mercadorias, livros ou documentos, o fato infringente será nele mencionado, anexando-se os *Termos de Apreensão e de Depósito*, quando houver.

Em muitas operações de fiscalização se faz necessária a realização de apreensão de mercadorias, livros ou documento fiscal, sendo perfeitamente legal a apreensão de livros ou documentos fiscais, para fins de prova ou averiguação, diante da suspeita de irregularidade, com a lavratura do devido *Termo de Apreensão*.

Quanto à apreensão de mercadorias, é cediço que existe súmula no *Supremo Tribunal Federal* que dispõe sobre a vedação

referente à apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos, conforme se observa na transcrição *ipsis litteris* abaixo:

> ***Súmula 323***
> *É INADMISSÍVEL A APREENSÃO DE MERCADORIAS COMO MEIO COERCITIVO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS.*

Porém, já existe decisões que amparam a apreensão de mercadorias quando são flagradas em situação irregular, nessa linha de raciocínio, infere-se que o poder de polícia tributário, vale dizer, o poder de polícia que embasa as atividades administrativas da Fazenda, tem múltiplas facetas, visto se revelar em variado conjunto de medidas que objetivam viabilizar, de forma eficaz, os procedimentos de fiscalização e apuração dos tributos.

Por conseguinte, em uma análise mais aprofundada, dessume-se que a já citada ***Súmula 323*** do STF não está vedando a apreensão de mercadorias, mais sim, afastando a possibilidade de se utilizar deste procedimento para coagir o contribuinte ao pagamento do tributo.

Nesse diapasão, não implica, portanto, em permitir que circulem mercadorias em situação irregular, como pode ser o caso da ausência de documentação fiscal própria; impossibilidade de identificação do contribuinte responsável pelo tributo devido na operação; presença de indícios veementes de fraude; entre outros.

Destarte, tem-se, assim, que nos casos em que não haja outra maneira de se comprovar a ocorrência da operação considerada irregular, não existam condições para se apurar o montante de tributo devido, ou não seja identificado o contribuinte, é lícito à autoridade administrativa proceder a apreensão para apurar tais fatos.

Pois com efeito, ausentes tais informações, o Fisco não tem condições de constituir o crédito tributário e proceder a respectiva cobrança.

Outrossim, depois de verificados aqueles fatos e lavrado o respectivo auto de infração, não há razão para que as mercadorias permaneçam na repartição fazendária.

A apreensão por período superior constitui sanção política,

maneira oblíqua de coagir o contribuinte ao pagamento do tributo, claramente inconstitucional.

Partindo dessa premissa, temos o seguinte julgado do *Supremo Tribunal Federal,* que gerou inúmeras e calorosas discussões doutrinárias, vejamos:

> ***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 163, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO DE SÃO PAULO: INOCORRÊNCIA DE SANÇÕES POLÍTICAS. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 5º, INC. XIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. A retenção da mercadoria, até a comprovação da posse legítima daquele que a transporta, não constitui coação imposta em desrespeito ao princípio do devido processo legal tributário. 2. Ao garantir o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, o art. 5º, inc. XIII, da Constituição da República não o faz de forma absoluta, pelo que a observância dos recolhimentos tributários no desempenho dessas atividades impõe-se legal e legitimamente. 3. A hipótese de retenção temporária de mercadorias prevista no art. 163, § 7º, da Constituição de São Paulo, é providência para a fiscalização do cumprimento da legislação tributária nesse território e consubstancia exercício do poder de polícia da Administração Pública Fazendária, estabelecida legalmente para os casos de ilícito tributário. Inexiste, por isso mesmo, a alegada coação indireta do contribuinte para satisfazer débitos com a Fazenda Pública. 4. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.*** *(Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADIn n° 395-0. Relatora: Cármen Lúcia. Brasília, julgado em 17 de maio de 2007)*

Conforme exegese da ementa supra, verifica-se logo em seu primeiro item, que a ementa fixa uma limitação temporal para a retenção da mercadoria, que é indicativa de sua finalidade.

Deixa claro que a retenção da mercadoria somente é válida até a comprovação da posse legítima daquele que a transporta, pois é somente até aí que a retenção não constitui coação imposta em desrespeito ao princípio do devido processo legal tributário.

Portanto, afirma a relatora que na norma cuja constitucionalidade é questionada inexiste a alegada coação indireta do contribuinte para satisfazer débitos com a Fazenda Pública, deixando de fora qualquer dúvida razoável que está se considerando a limitação temporal, estabelecida na citada norma, ao poder da

autoridade administrativa que somente pode reter as mercadorias até a comprovação da legitimidade de sua posse pelo proprietário.

Desta forma, tem-se como lícita a apreensão de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal ou documento fiscal inidôneo, ou quando não existem condições para se apurar o montante do tributo devido, e sua retenção, até a identificação do contribuinte e lavratura do respectivo auto de infração *(limite temporal)*.

41.3-DO ASPECTO FÍSICO DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO.

O Auto de Infração e a Representação Fiscal serão lavrados observado o disposto no ***art. 3º*** da **Lei nº 10.091/13**, que dispõe que os atos e termos processuais, quando a legislação não prescrever forma determinada, deverão conter o indispensável a sua finalidade, registrados por processo mecânico, eletrônico ou escritos em tinta indelével, no vernáculo nacional, sem rasuras, espaços em branco, entrelinhas ou emendas não ressalvadas, podendo ser inteiramente impresso ou emitidos por processamento eletrônico, seguindo os moldes e as palavras usuais, devidamente numerados, preenchidos à mão, datilografados ou digitalizados, e inutilizadas as partes em branco ou os claros existentes, por quem os lavrar.

41.4-DO ASPECTO TEMPORAL DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO.

O Auto de Infração e a Representação Fiscal reportam-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e regem-se pela legislação tributária então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Infere-se que sendo lavrado um auto de infração em dezembro de 2014, referente a uma fiscalização realizada numa empresa relativa ao exercício de 2019, a legislação a ser considerada para efeito de caracterização do ilícito verificado é a da época da eclosão do fato gerador, ou seja, no caso exemplificado, deverá ser considerada a

legislação vigente na data da ocorrência do fato gerador *(exercício de 2019).*

Todavia, mister se faz ressaltar que esta regra não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido ***(art. 144, § 2º do CTN).***

Entende-se por imposto lançado por período certo de tempo aquele em que a lei fixa a data do fato gerador, como exemplo citamos o IPTU.

41.5-DA APLICAÇÃO IMEDIATA DE LEI POSTERIOR AO FATO GERADOR.

A nova lei do PAT/PB, trouxe o dispositivo disciplinado no ***art. 144, § 1º*** do CTN, que dispõe acerca do lançamento, quando assevera que será aplicado ao Auto de Infração e à Representação Fiscal a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade a terceiros.

A orientação disciplinada no ***§ 5º*** do ***art. 41*** da Lei nº 10.094/2013, é no sentido de que, nos termos do ***§ 1º*** do ***art. 144*** do CTN , as normas tributárias processuais ou formais tem aplicação imediata, não submetidas, portanto, ao princípio da irretroatividade das leis.

Urge ressaltarmos não se tratar de aplicação retroativa, mas sim, de aplicação imediata da nova lei aos próximos lançamentos que vierem a ser realizados.

Nesse caso, apesar da regra ter por cerne o fato da legislação a ser aplicada ser a da época do fato gerador, o próprio CTN excepciona essa regra, legitimando a aplicação da legislação editada posteriormente a ocorrência do fato gerador, nos seguintes casos:

a) Quando institua novos critérios de apuração ou processos de fiscalização;

b) Quando amplie os poderes de investigação das autoridades administrativas;

c) Quando outorgue ao crédito maiores garantias ou privilégios.

Assim, é clara a disposição normativa do novo PAT/PB quanto à possibilidade legal de aplicação da legislação posterior a ocorrência do fato gerador quando da ocorrência dos fatores acima elencados.

Porém, no caso vertente, evidencia-se a existência de questionamentos sobre a possibilidade de aplicação da nova legislação a infrações ainda não definitivamente julgadas, em tramitação nos órgãos julgadores.

Pois existe uma corrente de pensamento que admite a aplicação imediata da nova lei apenas quando da realização de um novo lançamento.

Outrossim, a outra corrente de pensamento entende caber a aplicação da nova lei a crédito tributário pendente quando a mesma tiver instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios.

Haja vista o crédito tributário pendente de julgamento ainda não está definitivamente constituído, fato este ocorrido apenas quando da decisão definitiva.

Assim, entendo ser legítima a aplicação pelos órgãos julgadores da nova lei que tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, a fatos geradores já ocorridos e pendentes de julgamento.

Num exemplo prático vislumbramos a aplicação pelos órgãos

julgadores da nova disposição normativa que alterava o percentual de arbitramento do lucro bruto em decorrência da aplicação da Conta Mercadorias, impondo a uniformização do percentual, que era de *20%, 30%* e *40%,* para *30%*, onde os processos pendentes de julgamentos foram alterados para a aplicação pelo julgador do novo critério formal de apuração do imposto ou processo de fiscalização.

41.6-DO LOCAL DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO.

A lavratura do Auto de Infração deverá se processar, preferencialmente, no local em que for detectada a infração à legislação tributária, mesmo que este não corresponda ao domicílio do infrator.

No caso em apreço, ocorre geralmente a lavratura do auto de infração no local onde foi detectada a infração, como por exemplo, no estabelecimento do contribuinte, porém, muitas vezes o local da infração é diverso do domicílio do infrator, como se verifica nas fiscalizações realizadas no trânsito de mercadorias ou quando se trata de operações sujeitas à sistemática da substituição tributária, quando o substituto tributário está estabelecido em outra unidade da Federação.

41.7-DA APRECIAÇÃO DA LEGALIDADE DA REPRESENTAÇÃO FISCAL.

Na hipótese de Processo de Representação Fiscal, até a inscrição em Dívida Ativa, havendo erro formal, de cálculo ou a comprovação de pagamento anterior, atestados por parecer da fiscalização, o chefe da repartição preparadora do domicílio do contribuinte, determinará, por despacho fundamentado, o seu arquivamento e a correção do lançamento no sistema da *Secretaria da Fazenda*.

Sendo esta providência de grande valia para determinação da liquidez e certeza do crédito tributário exigido, haja vista a possibilidade real da representação fiscal conter vícios de forma ou de cálculo.

Assim, da data da lavratura da Representação Fiscal até a inscrição em dívida ativa, poderá o chefe da repartição preparadora, com a devida fundamentação, arquivar o processo em razão do cancelamento do lançamento de ofício realizado, pautado em parecer fundamentado da fiscalização.

Vislumbramos que na prática, ocorre um julgamento superficial do lançamento de ofício realizado através da Representação Fiscal, onde se evidencia a dificultado do chefe da repartição preparadora em analisar cada lançamento a fim de se comprovar erro de forma ou de cálculo, assim como não vislumbramos o momento em que será elaborado por parte da fiscalização o parecer fundamentado, haja vista não haver uma pré-apreciação específica de cada Representação Fiscal por parte dos auditores, o que torna esse procedimento um tanto frágil.

41.8-DA COMPETÊNCIA DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO FISCAL.

A lavratura do Auto de Infração ou de Representação Fiscal é de competência exclusiva dos auditores fiscais, com exercício nas repartições fiscais.

Sendo realizado o lançamento de ofício por pessoa que não seja auditor fiscal, será considerado nulo o lançamento realizado.

41.9-DAS IRREGULARIDADES VERIFICADAS APÓS A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO.

Quando, através de exames posteriores à lavratura do Auto de Infração, verificarem-se irregularidades, lavrar-se-á:

> *I – Termo Complementar de Infração, quando for constatada necessidade de complementação do crédito tributário, e não tiver sido proferida decisão de primeira instância;*

II – Auto de Infração específico, quando já tiver sido proferida a decisão de primeira instância;

III – Termo de Sujeição Passiva, quando se constatar como responsável pela infração outra pessoa além da originalmente acusada.

Devendo ser ressaltado que no caso das hipóteses descritas nos ***itens I e III*** acima, deve ser reaberto o prazo de impugnação, para que o contribuinte autuado possa se pronunciar sobre a infração complementada, seja em valor ou outro fato infringente denunciado ou, para que a outra parte incluída na sujeição passiva possa se pronunciar.

Na hipótese do ***item III***, mister se faz ressaltar que a lavratura do referido termo ensejará a anulação de todos os atos praticados anteriormente à data da ciência pelos acusados, ou seja, será chamado a participar do processo administrativo a pessoa física ou jurídica consignada no *Termo de Sujeição Passiva*, devendo recomeçar todo o rito processual.

No caso vertente, vislumbra-se que o **Termo Complementar de Infração** tem por cerne legitimar num mesmo lançamento de ofício todas as irregularidades observadas num mesmo procedimento de fiscalização, seja concernente a valores ou fatos infringentes verificados.

Assim, mesmo após a lavratura do auto de infração, sendo verificada outras irregularidades ou que o valor do crédito tributário a ser exigido é maior que o consignado no libelo acusatório, caberá a lavratura do respectivo termo.

Portanto, é de bom alvitre ressaltarmos que a complementação se refere a valores ou fatos infringentes, os quais repercutem diretamente na complementação do crédito tributário exigido.

Porém, a lavratura do respectivo Termo está condicionada ao fato de ainda não ter sido proferida decisão de primeira instância, o que garante ao acusado, quanto aos valores ou fatos infringentes complementados, o direito ao duplo grau de jurisdição.

Nessa senda, como exemplo, infere-se que após a lavratura de um auto de infração, o fazendário, ou mesmo o órgão julgador de primeiro grau, verificando haver erro quanto ao percentual da alíquota aplicado, visto ter sido utilizado o percentual de 12% *(doze por cento)* quando na realidade o correto seria de 17% *(dezessete por cento),* efetuará a lavratura do *Termo Complementar de Infração* para a realização da complementação do valor do crédito tributário consignado no auto de infração referente ao valor da diferença entre as alíquotas mencionadas.

O mesmo raciocínio também se aplica para o caso de se verificar outra infração, como exemplo, a fiscalização teria lavrado o auto de infração contendo a acusação fulcrada na infração de omissão de saídas de mercadorias tributáveis verificada através do Levantamento da Conta Mercadorias do ano XXXX, porém, verificou-se antes do julgamento em primeira instância, outro fato infringente, relativo à infração de crédito indevido, cabendo nesse caso a complementação do crédito tributário ser realizada através de *Termo Complementar de Infração*.

Porém, se qualquer dessas irregularidades citadas tiverem sido verificadas após o julgamento singular, não caberá mais a lavratura do *Termo Complementar de Infração*, visto o procedimento fiscal já ter sido apreciado em uma instância de julgamento, cabendo assim, para permitir ao acusado o direito ao duplo grau de jurisdição, a lavratura de **Auto de Infração específico** com tramitação processual própria.

No tocante ao **Termo de Sujeição Passiva**, evidencia-se a grande fragilidade em sua aplicação, haja vista a dificuldade de se provar a relação causal entre o acusado (autuado) e essa terceira pessoa. Tendo esse *Termo* como finalidade alcançar, para efeito de lançamento tributário, aquelas pessoas que são realmente as responsáveis pelas operações comerciais, e que se utilizam de ***"laranjas"*** como se proprietários fossem, para sonegar impostos.

Em regra, esse *Termo de Sujeição Passiva* é utilizado para cobrança de impostos que geralmente apresentam dois sujeitos passivos responsáveis, a exemplo do IPTU, cujo imóvel pertence

a dois ou mais proprietários, sendo frágil a sua utilização para os casos em que só existem apenas um sujeito passivo legalmente caracterizado, como ocorre nas operações sujeitas ao ICMS.

41.10-DA NECESSIDADE DA CIÊNCIA RESULTANTE DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO FISCAL.

O sujeito passivo, bem como, o responsável solidário, co-responsável, interposto e interessado, quando houver, terá ciência da lavratura do Auto de Infração ou da Representação Fiscal, de acordo com o previsto na **Lei nº 10.091/13.**

Pois no caso em tela, necessário se faz a realização da ciência, além do sujeito passivo, também aos responsáveis, interpostos e interessados que forem consignados no auto de infração, para que possam se pronunciar no processo administrativo tributário, exercendo o direito do contraditório e da ampla defesa, visto a ausência da respectiva ciência ter o condão de macular a possibilidade de redirecionamento da execução fiscal, em face do mesmo não ter sido cientificado para participar do processo administrativo tributário.

Tendo a ciência também o poder de concretizar a constituição do crédito tributário, para efeito de contagem do prazo decadencial

42-ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO VINCULADA A LEI.

A não autuação de contribuinte infrator da legislação tributária, por desídia, conivência ou má-fé dos servidores competentes, configura a responsabilidade administrativa prevista nos termos da **Lei Complementar nº 58,** de 30 de dezembro de 2003.

No caso vertente, como a atividade de fiscalização é vinculada a lei, não cabe ao agente fiscalizador a discricionariedade de escolha, ou por desídia ou mesmo por intenção, de não autuar o contribuinte infrator, quando efetivamente constatado o fato infringente, visto a não autuação nestes casos ensejar a responsabilização prevista no ***art. 111*** da **Lei Complementar nº 58/2003**, *in verbis*:

Art. 111. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

43-AS FORMAS DE CIÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO FISCAL.

A ciência do Auto de Infração ou da Representação Fiscal dar-se-á, alternativamente, da seguinte forma:

> *I – pessoalmente, mediante entrega de cópia da peça lavrada, contra recibo nos respectivos originais, ao próprio sujeito passivo, seu representante legal ou preposto ou a quem detenha a administração da empresa;*
>
> *II – por via postal, com Aviso de Recepção (AR), encaminhada ao domicílio tributário do sujeito passivo ou de quem detenha a administração da empresa;*
>
> *III – por meio eletrônico, com juntada de prova de expedição mediante:*
>
> *a) certificação digital;*
>
> *b) envio ao endereço eletrônico disponibilizado ao contribuinte pela Administração Tributária Estadual e por ele formalmente aceito.*

Observa-se que o novo PAT/PB trouxe uma inovação, haja vista não haver mais a necessidade de seguir uma ordem sequencial quanto às formas de ciência, podendo o auditor, alternativamente, escolher qual a melhor forma de realização da ciência, seja pessoal, via postal ou por meio eletrônico.

Devendo ser ressaltado que a ciência por meio eletrônico deverá ser comprovada através de certificado digital, que é um documento eletrônico assinado digitalmente e cumpre a função de associar uma

pessoa ou entidade a uma chave pública.

As informações públicas contidas num certificado digital são o que possibilita colocá-lo em repositórios públicos.

Um Certificado Digital normalmente apresenta as seguintes informações:

- *Nome da pessoa ou entidade a ser associada à chave pública*
- *Período de validade do certificado*
- *Chave pública*
- *Nome e assinatura da entidade que assinou o certificado*
- *Número de série.*

O Certificado Digital é um arquivo de computador que contém um conjunto de informações referentes à entidade para o qual o certificado foi emitido, com a chave pública referente à chave privada que se acredita ser de posse unicamente da entidade especificada no certificado.

Pois as transações eletrônicas necessitam da adoção de mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas. Sendo a certificação digital a tecnologia que provê estes mecanismos.

Quando a ciência não puder ser realizada através da forma pessoal, via postal ou por meio eletrônico, sendo improfícuos a utilização de tais meios, na hipótese do sujeito passivo não está com sua inscrição ativa perante o cadastro de contribuintes do ICMS do Estado ou quando o sujeito passivo se encontrar em lugar incerto ou não sabido pelo Fisco, a ciência deverá ser feita por edital, publicado no Diário Oficial do Estado ou Eletrônico.

No caso vertente, vislumbra-se que em regra a ciência deverá ser realizada alternativamente de forma pessoal, via postal ou por meio eletrônico, porém, não estando o contribuinte com a inscrição ativa ou em lugar incerto ou não sabido, em razão de encerramento de atividade ou mudança de endereço sem comunicação, deverá a mesma ser realizada através de Edital com publicação no Diário Oficial do Estado ou Eletrônico.

Devendo ser ressaltado que diferente do que muitos contribuintes pensam, a assinatura e o recebimento da peça fiscal não implicam na confissão da falta arguida, sendo apenas o ato de o contribuinte tomar ciência da acusação lhe imputada, para que tenha conhecimento do valor exigido e do seu direito de defesa, para fins de impugnação.

É no momento da ciência por parte do contribuinte que nasce a relação jurídico-tributária entre o sujeito ativo e o passivo, tendo a ciência o condão de evitar a decadência da exação, caso seja realizada dentro de *5 (cinco)* anos do fato gerador, quando se tratar de imposto declarado e não recolhido ao erário ou do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido realizado, nos demais casos de lançamento de ofício.

Assim, considera-se concretizada a ciência, além da forma prevista no ***art. 11*** da Lei nº 10.094/2013 *(dispõe sobre intimação),* quando o recebimento do auto de infração e demais documentos, devidamente assinado, ocorrer por intermédio do sujeito passivo, seu representante, preposto, empregado ou assemelhado, ou de qualquer pessoa, pertencente ou não ao quadro funcional da empresa, no endereço postal do domicílio tributário informado à Fazenda estadual do sujeito passivo, do seu representante legal ou do mandatário devidamente constituído.

Portanto, ao ser concluída a formalização do *auto de infração* e efetuado o seu registro no protocolo do sistema de controle da Secretaria de Estado da Receita pelo autuante, os autos deverão ser remetidos à repartição preparadora para as providências cabíveis.

Porém, na hipótese de não constar a ciência nos autos, a autoridade competente para promover a intimação, no curso do processo, será o chefe da repartição preparadora.

Isso ocorre quando o autuante não providencia a ciência, optando que seja realizada pela repartição preparadora, normalmente através de via postal ou edital, cabendo ao chefe da repartição a responsabilidade para realização da ciência ao contribuinte autuado.

Devendo a ciência, quando realizada tanto pelo autuante ou pelo chefe da repartição preparadora, na situação em que na

autuação figure responsável solidário, co-responsável, intermediário ou interessado, ser realizada tanto ao sujeito passivo como as pessoas retromencionadas, com o encaminhamento de cópia da peça base e documentos correlatos, nos termos da **Lei nº 10.094/2013.**

Pois ocorre a necessidade da realização da ciência, além do sujeito passivo, ao responsável solidário, co-responsável, intermediário ou interessado, em razão da possibilidade futura de redirecionamento da execução em ação de execução fiscal.

Haja vista a ausência da ciência as pessoas que figurem como responsável solidário, co-responsável, intermediário ou interessado, ensejar o cerceamento do direito de defesa, pois para que possam responder por um possível redirecionamento da execução fiscal em uma ação futura, necessário se faz que tenham tomado ciência para participar do processo administrativo.

44-DO ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS.

Dispõe o art. 49 da Lei nº 10.094/2013, que o arrolamento administrativo de bens e direitos como medida preventiva contra a deterioração do patrimônio do sujeito passivo, ou outro ato tendente a frustrar a liquidação do crédito tributário, será efetivado pela Secretaria de Estado da Receita - SER, nos termos desta Lei e de legislação posterior destinada a complementá-la.

A autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a:

> *I - 30% (trinta por cento) do seu patrimônio conhecido, que na falta de outros elementos indicativos será o valor constante da última declaração de rendimentos apresentada à Receita Federal do Brasil;*
>
> *II - 8.000 (oito mil) Unidade Fiscal de Referência do Estado da Paraíba - UFR-PB.*

O arrolamento será reduzido a termo e recairá sobre bens e direitos suscetíveis de registro público, com prioridade aos imóveis, e em valor suficiente para cobrir o montante do crédito tributário de responsabilidade do sujeito passivo.

Todavia, observada à legislação de regência, caso o patrimônio do sujeito passivo não seja suficiente para satisfação do crédito tributário, o arrolamento alcançará, ainda os bens e direitos do sócio administrador da empresa, do acionista controlador e dos que em razão do contrato social ou estatuto, tenham poderes para fazer a empresa cumprir suas obrigações fiscais.

Após a notificação ao contribuinte ou sócio gerente do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário dos bens e direitos arrolados ao transferi-los, aliená-los ou onerá-los, deverá comunicar o fato à unidade da Secretaria de Estado da Receita que jurisdiciona o domicílio tributário do sujeito passivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Devendo ser ressaltado que a alienação, oneração ou transferência, a qualquer título, dos bens e direitos arrolados, sem o cumprimento da formalidade prevista no § 4º deste artigo, autoriza o requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo, fundamentado na Lei Federal nº 8.397, de 06 de janeiro de 1992.

Lembrando que o termo de arrolamento de que trata a lei do PAT/PB será registrado com dispensa de pagamento de custas ou emolumentos:

> *I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;*
>
> *II - nos órgãos ou entidades onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados;*
>
> *III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.*

Os órgãos e entidades listadas acima deverão:

> *I - expedir certidões com informação quanto à existência de arrolamento;*
>
> *II - comunicar à Secretaria de Estado da Receita, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a ocorrência de alienação, transferência ou oneração dos bens arrolados, realizadas no mês imediatamente anterior.*

No caso de liquidação do crédito tributário que tenha originado o arrolamento antes do seu encaminhamento para a inscrição em Dívida Ativa, a autoridade competente da Secretaria de Estado da Receita comunicará o fato ao registro imobiliário, cartório, órgão ou entidade competente de registro e controle, em que o termo de arrolamento tenha sido registrado para que sejam anulados os efeitos do arrolamento.

Outrossim, sendo liquidado ou garantido, nos termos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, após seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, a comunicação será feita pela autoridade competente da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba.

Tendo os órgãos de registro público onde os bens e direitos foram arrolados o prazo de 30 (trinta) dias para liberá-los, contados a partir do protocolo de cópia do documento comprobatório da comunicação ao órgão fazendário referido no § 4º deste artigo.

Podendo o sujeito passivo às suas custas, requerer, anualmente, por petição fundamentada, aos órgãos de registro público onde os bens e direitos estiverem arrolados, avaliação dos referidos ativos para identificar o valor justo dos bens e direitos arrolados e evitar, deste modo, excesso de garantia.

Onde a autoridade fiscal competente poderá, a requerimento do sujeito passivo, substituir bem ou direito arrolado por outro que seja de valor igual ou superior, desde que respeitada à ordem de prioridade de bens a serem arrolados definidos pela Secretaria de

Estado da Receita e seja realizada a avaliação do bem arrolado e do bem a ser substituído.

Caso o crédito tributário seja formalizado contra pessoa física, no arrolamento devem ser identificados, inclusive, os bens e direitos em nome do cônjuge não gravados com a cláusula de incomunicabilidade.

45-DO PREPARO DO PROCESSO.

Após realizada a ciência do auto de infração, o mesmo deverá ser enviado à repartição preparadora para as providências cabíveis, providências estas que se denomina de *"preparo do processo"*, a qual é atribuída à repartição preparadora da localidade em que ocorrer a sua instauração, compreendendo:

> *I – a intimação para pagamento, apresentação de impugnação ou de documentos;*
>
> *II – a "vista" do processo aos acusados e aos autores do procedimento;*
>
> *III – o recebimento das petições de impugnação e de recurso e a anexação destas ao processo;*
>
> *IV – a informação sobre inexistência de pagamento, impugnação ou de recurso e a lavratura do respectivo termo de revelia;*
>
> *V – a organização dos autos, compreendendo a fiel observância do contido nos arts. 28 e 29 da Lei nº 10.094/2013;*
>
> *VI – o encaminhamento do processo às autoridades julgadoras;*

VII – o cumprimento dos atos ordenados pelas autoridades julgadoras.

Após o preparo do processo, os autos serão conclusos e enviados ao órgão julgador de primeira instância, denominado de **Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais - GEJUP,** para apreciação e julgamento.

45.1- PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO CONTENCIOSO E NÃO CONTENCIOSO.

Vislumbramos que o Processo Administrativo pode se desdobrar em Processo Administrativo Tributário e outros tipos de Processos Administrativos, a exemplo do processo disciplinar.

Nas nossas considerações abordaremos apenas o Processo Administrativo Tributário, o qual pode se desdobrar em dois tipos, quais sejam:

- Processo Administrativo Tributário não Contencioso;
- Processo Administrativo Tributário Contencioso;

45.2-DO PROCESSO NÃO CONTENCIOSO.

Os processos não contenciosos são aqueles em que não há o que se questionar, não necessitando de julgamento pelas instâncias administrativas de julgamentos de processos fiscais.

O Processo Administrativo Tributário não contencioso pode se originar de crédito tributários constituídos por intermédio de:

I - auto de infração não impugnado no prazo regulamentar, o que configura o estado de revelia, quitado ou parcelado na sua totalidade, observado o prazo de interposição de recurso de agravo;

II - representação fiscal, resultante de imposto declarado e não

recolhido, do saldo de parcelamento espontâneo ou da omissão da entrega de documentos de controle de informações econômico-fiscais.

Vislumbramos que a Lei do PAT/PB trouxe algumas alterações, haja vista considerar como processo administrativo tributário não contencioso o auto de infração não impugnado no prazo regulamentar *(Revel)*, além de processos cujo crédito tributário teria sido quitado ou parcelado em sua totalidade, deixando assim de submetê-los aos órgãos julgadores para apreciação e julgamento.

45.3-A CARACTERIZAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO NÃO IMPUGNADO COMO NÃO CONTENCIOSO.

Quanto a considerar um lançamento realizado através de auto de infração não contencioso, temos algumas considerações a fazer.

O Processo Administrativo Tributário da Paraíba até o advento da **Lei nº 10.094/2013**, considerava o lançamento realizado através de auto de infração como contencioso, onde todos os processos eram analisados pela primeira instância, mesmo o contribuinte sendo revel.

Até então, caberia ao órgão julgador de primeira instância, no caso de revelia, a apreciação da matéria sem que fosse realizada a análise de mérito, em virtude da ausência de reclamação por parte da acusada, efetuando apenas a análise quanto ao aspecto formal e no tocante à legalidade do lançamento, onde se verificava questões de ordem pública, como a decadência, além de verificar se estavam determinadas com segurança a pessoa do infrator e a natureza da infração, bem como o percentual de multa aplicado.

Assim, estando ausentes quaisquer vício formal ou de legalidade do lançamento realizado, a sentença decidia a favor do Estado, já que **o direito não socorre aqueles que dormem** (*dormientibus non socorrit ius)*.

Porém, com o advento do novo PAT/PB, passou-se a considerar não contencioso o auto de infração não impugnado no prazo

regulamentar, o que chamamos de **revel**.

Diante desse fato, entendemos que um crédito tributário exigido através de auto de infração, por se reportar à infração à lei, com imputação de penalidade por infração, deveria ser apreciado pela primeira instância de julgamento, haja vista a necessidade de haver a homologação do lançamento pelos órgãos administrativos de julgamento de processos fiscais, com o objetivo de apurar a legitimidade e legalidade do lançamento de ofício realizado, quanto aos aspectos legais e formais, dando liquidez e certeza ao lançamento do crédito tributário.

Partindo dessa premissa, infere-se que mesmo revel o contribuinte poderia ter a acusação contra si apreciada, pois comungamos o entendimento de que o mesmo teria perdido o direito processual, não ficando prejudicado o direito material em discussão.

Onde no caso de se analisar o processo revel, o mesmo teria seu curso normal, podendo, inclusive, a sentença ser favorável ao revel, pois a tese presumida de que na ausência do acusado os fatos articulados pelo fisco são verdadeiros, não poderia se sobrepor à legalidade do lançamento em termos formais e materiais, diante da finalidade precípua dos órgãos julgadores administrativo, que é tornar líquido e certo o crédito tributário.

Em verdade, a ausência de defesa não significa renúncia ao direito de defesa, pois o julgador da ação tem o dever de ofício de analisar os fatos e julgar de conformidade com a lei, ajustada ao caso concreto. E isso deve acontecer em todos os casos e não somente naqueles em que não haja revelia.

Pois como é cediço, no direito tributário, um crédito tributário só poderá ser inscrito em dívida ativa após o lançamento está regularmente constituído, seja em decorrência de atribuição de lei em virtude de imposto apurado e não recolhido no prazo fixado em lei (Representação Fiscal) ou através de decisão final proferida em processo regular (Auto de infração), conforme se abebera do ***art. 201*** do CTN, transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> *Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição*

administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Haja vista ser cediço caber aos órgãos administrativos de julgamentos de processos fiscais a função primordial de verificar a legalidade do lançamento de ofício realizado, diante da obrigação dessas instâncias de rever os atos da própria administração para impor ao crédito tributário a liquidez e certeza necessárias para a realização da execução fiscal.

Destarte, entendemos não ser aconselhável a não apreciação por órgão julgador de lançamento de ofício originado de libelo acusatório *(auto de infração)* por infração à legislação tributária, já que todo processo por infração à legislação necessariamente deveria ser apreciado administrativamente, para determinação da liquidez e certeza do lançamento realizado, para efeito de inscrição em dívida ativa.

Assim, se um processo administrativo tributário originário de um auto de infração não for analisado em primeira instância, em virtude da revelia, sendo enviado diretamente para ser inscrito em dívida ativa, em tese, não haverá uma sentença definitiva de fato, em razão de não ter sido apreciada a legalidade do lançamento, com a imputação da liquidez e certeza do crédito tributário exigido, portanto, em tese, não poderia esse crédito ser inscrito em dívida ativa.

Diante desse entendimento, mister se faz ressaltarmos que o auto de infração cujo contribuinte foi revel, caso fosse apreciado pela primeira instância, não seria objeto de julgamento de mérito, onde caberia apenas a apreciação pelo julgador do aspecto legal do lançamento, pois estando satisfeitos os requisitos formais e materiais do lançamento, seria o auto de infração considerado procedente, em decorrência da revelia da autuada ratificar o seu reconhecimento tácito à imputação inserta no libelo fiscal, considerando-se como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, portanto, ao ser apreciado o lançamento, estariam satisfeitos os requisitos de liquidez e certeza.

Concluindo, entendemos que a ausência de análise do lançamento de ofício realizado através de auto de infração por parte

do órgão julgador de primeira instância, em virtude da revelia, levará a inscrição em dívida ativa de créditos tributários eivados de vícios, os quais poderiam ter sido sanados no momento da apreciação pelo julgador singular, tornando o crédito tributário exigido líquido e certo, procedimento essencial e não realizado.

Haja vista comungarmos o entendimento de que um auto de infração não apreciado em primeira instância em razão da revelia, não contém os elementos essenciais para inscrição em dívida ativa, quais sejam: a liquidez e certeza do crédito tributário.

45.4-A CARACTERIZAÇÃO COMO NÃO CONTENCIOSO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO LANÇADO ATRAVÉS DE AUTO DE INFRAÇÃO QUITADO OU PARCELADO.

Quanto a considerar um lançamento realizado através de auto de infração não contencioso, quando da quitação ou parcelamento, temos algumas considerações a fazer.

O Processo Administrativo Tributário da Paraíba até o advento da **Lei nº 10.094/2013**, considerava o lançamento realizado através de auto de infração como contencioso, onde todos os processos eram analisados e homologados pela primeira instância.

Com o advento da nova lei do PAT/PB, passou-se a considerar como processo não contencioso aqueles processos em que o crédito tributário foi quitado ou parcelado, haja vista uma das formas de extinção do crédito tributário ter por cerne o pagamento, conforme se abebera do dispositivo do CTN transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> *Art. 156. Extinguem o crédito tributário:*
> *I - o pagamento;*

Todavia, apesar de sabermos que o pagamento é forma de extinção do crédito tributário, entendemos que esse fato, diante de lançamento realizado através de auto de infração, deveria ser sentenciado pelo órgão julgador de primeira instância, o qual detém a competência de extinguir o crédito tributário em razão do pagamento, além da competência judicante para efetuar a análise

quanto ao aspecto formal e no tocante a legalidade do lançamento, onde seria verificado questões de ordem pública, como a decadência, além de verificar se estavam determinadas com segurança a pessoa do infrator e a natureza da infração, bem como o percentual de multa aplicado ou mesmo a alíquota.

Assim, estando ausentes quaisquer vícios, seja formal ou de legalidade do lançamento realizado, a sentença extinguiria a lide por falta de objeto em razão da extinção do crédito tributário decorrente do pagamento, conforme entendimento já pacificado pelo Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba, a exemplo do Acórdão transcrito abaixo:

> **EXTINÇÃO DA LIDE FISCAL**.
> *Se o contribuinte liquida parte do crédito tributário lançado de ofício e os autores do feito reconhecem haver incorrido em equívoco relativamente ao remanescente, dá-se a extinção da lide , por falta de objeto.*
>
> **RECURSO OBRIGATÓRIO DESPROVIDO**
> **Processo nº CRF 040/95**
> **Acórdão nº 3.066/95 - Decisão unânime de 02-06-1995**
> **Relator: Cons. Venícius de Amorim Coura.**

No caso em tela, a decisão de primeira instância teria apenas o condão de homologação do lançamento para imputar-lhe a liquidez e certeza, evitando assim prejuízos, tanto para o contribuinte, como para a Fazenda estadual, haja vista a possibilidade real do crédito tributário liquidado conter vícios que podem ser deletérios, tanto para Fazenda estadual, como para o contribuinte, a exemplo de aplicação de multa ou alíquota em percentual errado ou erro na natureza da infração ou na pessoa do infrator, ou mesmo, a decadência.

Em razão desses fatos é que entendemos que seria prudente todo auto de infração, mesmo quitado ou parcelado, ser apreciado pela primeira instância, a qual detém a competência de homologar a extinção do crédito tributário pelo pagamento, sentenciando a extinção da lide por falta de objeto.

45.5-A REPRESENTAÇÃO FISCAL E A EQUIVOCADA APLICAÇÃO DE MULTA POR INFRAÇÃO.

Vislumbramos em alguns procedimentos realizados que a cobrança do ICMS é feita através da Representação Fiscal, sendo esta uma das formas de constituição do crédito tributário pelo Estado da Paraíba, quando se trata de matéria não contenciosa, no caso da constatação de imposto apurado, declarado e não recolhido, o que chamamos de ICMS OMISSO, além do ICMS relativo ao saldo de parcelamento e da multa aplicada em decorrência da omissão da entrega de documentos de controle de informações econômico-fiscais.

Assim, necessário se faz, para traçarmos um raciocínio lógico, que teçamos considerações acerca da figura do lançamento tributário, para assim, adentrarmos no deslinde da matéria.

Partindo dessa premissa, é cediço que compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

No caso do ICMS, perquire-se que a constituição do crédito tributário pode ocorrer através do lançamento por homologação ou lançamento direto *(de ofício),* desdobrando-se em dois os lançamentos de ofício, quais sejam: contencioso e não contencioso, vejamos:

> *a) é considerada matéria contenciosa quando o sujeito ativo constitui o crédito tributário através da lavratura de auto de infração, em virtude de fato infringente praticado contra a legislação tributária, cabendo a aplicação de multa por infração.*
>
> *b) é considerada matéria não contenciosa aquela em que o*

sujeito ativo constitui o crédito tributário relativo a imposto declarado e não recolhido e ao saldo de parcelamento não recolhido, representando o sujeito passivo para recolhimento do imposto com os acréscimos legais, sem a imposição de multa por infração.

Onde inferimos ser condição *sine qua non* para a devida inscrição de um crédito tributário em dívida ativa, que a inscrição seja precedida da efetiva constituição do crédito tributário através do lançamento, que no caso do ICMS se opera através do lançamento de ofício, já que o lançamento por homologação tem por base a ratificação tácita ou expressa, do recolhimento efetuado antecipadamente pelo próprio contribuinte.

Partindo dessa premissa, chega-se à ilação de só ser possível se efetuar a inscrição na dívida ativa de crédito tributário, apenas após a realização do lançamento tributário, assim, em decorrência da apuração mensal do imposto efetuada pelo contribuinte, havendo o não recolhimento do imposto apurado e declarado, deverá ser o crédito tributário exigido através do lançamento de ofício denominado na Paraíba de ***"REPRESENTAÇÃO FISCAL",*** qualificando-se como não contencioso.

Outrossim, havendo erro no cálculo do imposto apurado pelo contribuinte ensejando o recolhimento a menor, ou mesmo, não havendo qualquer apuração, caberá a realização do lançamento de ofício através do ***"AUTO DE INFRAÇÃO".***

Destarte, chega-se à ilação de que um crédito tributário só poderá ser inscrito em dívida ativa após o lançamento está regularmente constituído, seja em decorrência de atribuição de lei, em virtude de imposto apurado e não recolhido no prazo fixado em lei, como ocorre na Paraíba *(Representação fiscal),* ou através de decisão final proferida em processo regular *(Auto de infração),* conforme se abebera do ***art. 201*** do CTN, transcrito *ipsis litteris* abaixo:

Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição

administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Assim, urge ressaltarmos que um lançamento de ofício efetuado sem a aplicação de multa por infração é matéria considerada não contenciosa, não cabendo a apreciação pelos órgãos julgadores, a exemplo do imposto apurado e não recolhido *(ICMS Omisso)* lançado na Paraíba através da Representação Fiscal, pois, caso o contribuinte, após notificação, não recolha o valor do ICMS declarado e não recolhido com os acréscimos legais, poderá o crédito tributário ser inscrito em dívida ativa.

Todavia, havendo o lançamento de ofício do crédito tributário através da lavratura de auto de infração, com a penalidade por infração cabível, o lançamento deve obrigatoriamente ser submetido à apreciação dos órgãos administrativo de julgamento de processos fiscais, tendo a apreciação da legalidade da exigência pelos órgãos julgadores o condão de atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, visto o lançamento tributário de ofício, realizado através de auto de infração, ter como cerne uma acusação contra o contribuinte de um fato infringente praticado contra a legislação tributária, com a respectiva penalidade, sendo considerada matéria contenciosa.

Partindo dessa premissa, entendemos ser inadmissível o lançamento realizado através da Representação Fiscal com a aplicação de multa por infração, sem que seja submetido a apreciação dos órgãos julgadores administrativos, dando o direito ao contribuinte do contraditório e da ampla defesa.

Perfilhando essa tese, é cediço caber aos órgãos administrativos de julgamentos de processos fiscais a função primordial de verificar a legalidade do lançamento de ofício realizado, diante da obrigação dessas instâncias de rever os atos da própria administração para impor ao crédito tributário a liquidez e certeza necessárias para a inscrição em dívida ativa e a consequente execução fiscal.

Neste diapasão, infere-se que todo auto de infração lavrado com a aplicação de multa por infração ou por descumprimento de

obrigação acessória, origina-se de uma acusação contra o sujeito passivo em decorrência de infração as normas tributárias cometidas pelo mesmo, o qual necessariamente deve ser submetido para apreciação e homologação pelos órgãos julgadores, com o objetivo de ser verificada a legalidade do lançamento tributário realizado, impondo ao crédito tributário a liquidez e certeza necessárias para inscrição em dívida ativa.

Diante desse entendimento, chega-se à clara ilação da impossibilidade de um crédito tributário exigido através de Representação Fiscal, contendo multa por infração, ser inscrito em dívida ativa sem que seja concedido ao contribuinte o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, arrimados no direito ao duplo grau de jurisdição.

Assim, após estas considerações, infere-se que um lançamento de ofício realizado através de Representação Fiscal, deve ser aplicado com juros e multa de mora, não cabendo a aplicação de multa por infração.

Pois havendo a lavratura de uma Representação Fiscal com a aplicação de multa por infração, deverá obrigatoriamente ser concedido o direito do contribuinte de se pronunciar acerca da exigência, cuja matéria será considerada contenciosa, cabendo a apreciação e julgamento ser realizado por órgão administrativo de julgamento de processos fiscais, em razão do direito do contribuinte ao duplo grau de jurisdição.

Visto a lavratura de Representação Fiscal com multa por infração, sem que haja a apreciação por órgão julgador, caracterizar o claro cerceamento do direito de defesa do contribuinte, fato este que trará repercussão negativa no momento da execução fiscal, diante da ausência do contraditório e da ampla defesa.

45.6-O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO CONTENCIOSO E A COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.

A jurisdição é o poder estatal *(jurisdicional)* de resolver os litígios surgidos entre os particulares ou entre estes e o próprio

Estado.

Na função básica do estado moderno, a Jurisdição é plenamente exercida através do processo que, por sua vez, origina-se do exercício do direito de ação, instituto que rompe com a natural inércia do Poder Jurisdicional, valendo, ainda, o uso do velho brocardo *ne procedat judex ex oficio.*

No Brasil, prevalece o sistema de unidade de Jurisdição, inexistindo, em tese, o denominado contencioso administrativo, de origem francesa, o que acarreta o julgamento de todos os litígios pelo Poder Judiciário, sendo norma constitucional expressa no ***art. 5º, XXXV*** da *Carta Constitucional de 1988,* que proíbe a exclusão de conhecimento pelo Poder Judiciário de qualquer lesão a direito.

A Jurisdição é indelegável porque suas funções já estão expressamente atribuídas a determinados órgãos estatais pela norma constitucional, não podendo o legislador ordinário modificar tal situação.

45.7-- CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO:

- Definitividade da decisão;

- Obrigatoriedade de cumprimento das decisões pela parte vencida;

- Poder do órgão jurisdicional de impor a decisão, inclusive à força;

- Unidade e Dualidade de jurisdição.

Existe uma grande celeuma acerca da competência administrativa nos julgamentos de processos tributários, onde surge o questionamento se a administração realmente teria competência de praticar atos jurisdicional, ou seja, dizer o direito, tanto na solução de uma querela, como numa simples definição de um direito do administrado decorrente da interpretação de uma norma.

Vislumbramos que a função jurisdicional implica em dizer o direito em consequência de determinada lide, assim, a função judicante exercida no âmbito do contencioso administrativo tributário tem como princípio básico a aplicação da legalidade diante das normas que regem a matéria, o que caracteriza um autocontrole por parte da administração, não sendo considerada uma função judicante propriamente dita.

Partindo dessa premissa, observa-se que a função judicante exercida pela administração tem o condão de verificar a subsunção dos fatos as normas que norteiam a matéria, decidindo e deslindando o contencioso tributário com lastro nas provas apresentadas e nos disciplinamentos emanados das leis que instituiu o imposto objeto da lide, tendo em vista ser a administração pública responsável por rever seus próprios atos para que se encaixem todos dentro da moldura jurídica necessária para legalidade.

Assim, chega-se à ilação de que a função judicante propriamente dita necessariamente estaria apenas sob a competência de um magistrado, todavia, infere-se que a administração fazendária também exerce uma forma de competência jurisdicional quando julga um processo administrativo tributário originário de um agente público.

Destarte, é nesse contexto que se insere a função judicante exercida pela administração tributária, no âmbito do contencioso administrativo tributário, onde servidores da administração especialistas na matéria exercem atividades de julgadores, revestidos de competência legal, da imparcialidade e da independência necessária para a função, os quais têm a competência judicante para deslindar as questões surgidas no âmbito do Processo Administrativo Tributário contencioso.

Devendo ser ressaltado, que a jurisdição exercida pela administração pública não tem a autonomia de dar uma solução definitiva ao contencioso, cabendo sempre ao Judiciário a palavra final, ou seja, o julgamento definitivo com a aplicação do verdadeiro poder jurisdicional.

Visto que o julgamento na via administrativa proferirá decisão

definitiva no âmbito da administração, sendo esta decisão sempre passível de reforma pelo Judiciário, característica primordial do sistema de Jurisdição única, adotado no Brasil.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que o contribuinte, no caso do Processo Administrativo Tributário, pode recorrer ao Judiciário, quando a decisão proferida em definitivo pelos órgãos administrativos de julgamentos tributários lhe for contrária.

Todavia, essa prerrogativa não pode ser adotado pela administração fazendária, já que a mesma não pode se socorrer do Judiciário quando vencida no órgão judicante administrativo, em virtude de lhe faltar interesse e legitimidade de agir, pois sendo o órgão julgador parte da administração e sendo este quem julga e decide, não haveria interesse de agir para que a administração propusesse ao Judiciário a revisão de um julgamento proferido por ela própria, já que a mesma teve a oportunidade de corrigir o vício ou equívoco no lançamento do crédito tributário e decidiu pela improcedência da acusação, não tendo porque recorrer ao Judiciário para reformar sua própria decisão.

Onde ressaltamos que a única possibilidade de ser revista no Judiciário uma decisão administrativa contrária a própria administração seria através de uma *AÇÃO CIVIL PÚBLICA* contra uma decisão definitiva proferida no tribunal administrativo tributário flagrantemente errada, da qual resulte prejuízos inequívocos para a sociedade.

45.8-DO PROCESSO CONTENCIOSO.

Instaura-se o Processo Administrativo Tributário contencioso, com a interposição tempestiva do sujeito passivo:

> *I – de impugnação contra o lançamento de crédito tributário;*
> *II – de manifestação, na forma desta lei, contra decisão que negar seguimento à impugnação.*

No caso vertente, dispõe a Lei do PAT/PB que o Processo Administrativo Tributário contencioso tem seu início no momento da impugnação contra o lançamento do crédito tributário ou da manifestação contra a decisão que negar seguimento à impugnação, como ocorre no caso da possibilidade de interposição de Recurso de Agravo, em razão da intempestividade da impugnação.

Assim, evidencia-se que no caso de impugnação arquivada em decorrência de intempestividade, dar-se o contencioso, através do Recurso de Agravo, porém, sendo comprovada a intempestividade da impugnação, será mantido o arquivamento e o contribuinte considerado Revel, deixando o PAT de ser considerado contencioso.

Tendo o Processo Administrativo Tributário contencioso como peça base, para apuração das infrações à legislação tributária, o Auto de Infração lavrado por auditor fiscal.

Havia a possibilidade do Auto de Infração ser precedido de notificação, conforme dispuser à legislação, hipótese em que não se excluia a espontaneidade , desde que a notificação fosse integralmente atendida no prazo de 10 (dez) dias.

Porém, com o advento do art. 3º, inciso III da Lei nº 11.615/19 - DOE de 27.12.19, ficou revogado o parágrafo único do art. 53 que dispunha sobre a possibilidade da notificação preceder o auto de infração.

Outrossim, é sabido que o Processo Administrativo Tributário contencioso desenvolve-se, ordinariamente, em duas instâncias, para apreciação e julgamento das questões surgidas entre os contribuintes e a Fazenda estadual, relativamente à interpretação e à aplicação da legislação tributária.

Onde a restrição ou impedimento do direito do contribuinte ao duplo grau de jurisdição enseja o claro cerceamento ao direito de defesa, eivando de nulidade o lançamento de ofício realizado.

Iniciando-se a instância administrativa com a apresentação da impugnação e terminando com o pagamento, total ou parcial, no que tange à parte correspondente a decisão definitiva ou a propositura, pelo contribuinte, contra a Fazenda Pública da Paraíba, de ação judicial sobre o mesmo objeto.

Destarte, apesar de ter apresentado impugnação, dando início ao contencioso administrativo tributário, realizando o contribuinte o pagamento total ou parcial do crédito tributário exigido, estará extinto o crédito tributário e terminada a fase administrativa contenciosa, referente a parte recolhida.

Bem como, caso o sujeito passivo ingresse em juízo, relativamente à matéria objeto da lide, estará prejudicada a impugnação, inclusive o recurso, se houver, devendo o Processo ser remetido à Procuradoria Geral do Estado para as providências cabíveis, ficando esgotada a instância administrativa.

Assim, ao ingressar em juízo, o sujeito passivo estará abrindo mão do direito ao Processo Administrativo Tributário, haja vista a decisão judicial prevalecer sobre a administrativa, o que leva a contenda a ser discutida apenas no judiciário.

Portando, ao acionar o judiciário, o contribuinte estará renunciando às instâncias administrativas em face da propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.

Nesse diapasão, havendo decisão judicial favorável ao contribuinte, deve ser observado que durante a vigência de medida judicial que determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, poderá ser instaurado procedimento fiscal contra o contribuinte destinado a prevenir a decadência, salvo no caso em que a própria medida judicial expressamente impedir a constituição do crédito tributário.

Sendo considera medida judicial com força para suspender a exigibilidade do crédito tributário as seguintes:

> *I - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;*
>
> *II - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada,*

em outras espécies de ação judicial.

Outrossim, na intimação que cientificar o sujeito passivo do lançamento do tributo, deverá constar que o crédito tributário ficará suspenso enquanto durarem os efeitos da medida judicial.

Cessando os efeitos da medida judicial respectiva:

I - pela cassação ou revogação da liminar, a partir da publicação do respectivo acórdão ou despacho;

II - pelo decurso do prazo de vigência da liminar;

III - pela suspensão da execução ou reforma da decisão favorável de primeira ou segunda instância, a partir da publicação do respectivo despacho ou acórdão.

Na hipótese da medida judicial transitar em julgado favorável ao contribuinte, o crédito tributário será extinto por decisão judicial.

Caso haja processo fiscal em tramitação na Secretaria de Estado da Receita relativo à matéria objeto da medida judicial, o contencioso administrativo será encerrado e o crédito tributário deverá ficar suspenso até que os efeitos da medida judicial sejam cessados.

O crédito tributário não poderá ser inscrito em Dívida Ativa nem ser ajuizada Execução Fiscal, caso a exigibilidade esteja suspensa por força de medida judicial.

45.9-O PROCESSO CONTENCIOSO E A DETERMINAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ATRAVÉS DE NOVO LANÇAMENTO.

Vislumbra-se em alguns dos julgamentos de processos administrativos tributário realizados na Paraíba, a ressalva contida na decisão para que seja realizado novo lançamento de ofício através de auto de infração, para cobrança da complementação do crédito

tributário, seja em razão de ter havido erro de cálculo ou de alíquota, a exemplo de uma Conta Mercadorias, cujo valor do crédito tributário lançado no auto de infração se reportava a **R$ 50.000,00**, porém, após ajustar o valor do Estoque Inicial, o valor correto do crédito tributário passou a ser de **R$ 80.000,00.**

Pois nesse caso, em decorrência dos erros mencionados, vislumbramos que o crédito tributário é lançado no auto de infração em valor inferior ao correto, o que enseja, caso o julgador ou relator decida pela condenação no valor correto, a caracterização de uma sentença *ultra-petita*, que se caracteriza por ser uma sentença que vai além do pedido, condenando o contribuinte em valor quantitativamente superior ao pedido.

Nesse diapasão, infere-se ser inadmissível se condenar um contribuinte para pagamento de um crédito tributário cujo lançamento não consta integralmente do auto de infração.

Assim, apesar da condenação do contribuinte pela denúncia objeto da autuação cujo valor do crédito tributário ajustado soma em **R$ 80.000,00,** conforme o exemplo ventilado, o valor da condenação deve ficar limitado ao valor lançado no libelo acusatório **(R$ 50.000,00),** sendo ressalvada na decisão a realização de novo lançamento para que seja complementado o crédito tributário objeto da condenação através da lavratura de outro auto de infração, caso ainda não tenha sido alcançado pela decadência.

Ora, é nesse ponto que surge o nosso questionamento, pois com a *devida venia*, conforme o exemplo ventilado acima concernente à Conta Mercadorias, a denúncia objeto da omissão de saídas de mercadorias tributadas resultante da Conta Mercadorias foi considerada procedente *in totum*, pois de acordo com os valores alocados no respectivo levantamento, a omissão de saídas verificada reporta-se a **R$ 80.000,00**, e não a **R$ 50.000,00,** conforme lançado no auto de infração, não havendo mais o que se questionar quanto ao valor do crédito tributário devido, cujo resultado adveio da aplicação da técnica de fiscalização denominada de Conta Mercadorias.

Destarte, conforme o exemplo da Conta Mercadorias mencionado, o crédito tributário lançado através de auto de infração

foi de **R$ 50.000,00**, porém, após o ajuste no Estoque Inicial, o crédito tributário passou a ser de **R$ 80.000,00.** No caso vertente, houve a apreciação e julgamento de mérito, com a condenação da empresa em decorrência da acusação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, após ser concedido o direito ao contribuinte ao contraditório e a ampla defesa.

Nessa linha de raciocínio, vislumbra-se ter sido mantida integralmente a denúncia pelo órgão julgador no valor de **R$ 80.000,00,** após ajustes realizados, porém, como o Auditor só lançou no auto de infração o crédito tributário no valor de **R$ 50.000,00**, necessário se faz tomar as providências necessárias para cobrança da complementação do crédito tributário no valor de **R$ 30.000,00**, valor este, no nosso singelo entendimento, não passível mais de questionamento em razão da decisão meritória já prolatada, não sendo mais considerado, na nossa opinião, matéria contenciosa.

Assim sendo, descabida e ilegal se torna a realização do lançamento para cobrança dessa complementação através de auto de infração, o que ensejaria uma nova apreciação e julgamento de matéria já apreciada e julgada, já que não há mais o que ser questionado pelo contribuinte em decorrência da condenação referente à denúncia pautada na Conta Mercadorias objeto da autuação, cuja omissão de saídas verificada efetivamente foi de **R$ 80.000,00,** faltando a realização da complementação do lançamento dos **R$ 30.000,00.**

Haja vista os valores alocados na Conta Mercadorias já apreciada e julgada, evidenciar ter havido omissão de saídas de mercadorias que resulta num crédito tributário de **R$ 80.000,00**, dos quais faltam ser lançados de ofício o crédito tributário na quantia de **R$ 30.000,00**.

Portanto, como não se trata de matéria contenciosa e como o valor de **R$ 30.000,00** não poderia mais ser questionado em razão do julgamento de mérito concernente à denúncia de omissão de saídas de mercadorias tributáveis já ter ocorrido, entendemos que caberia à Fazenda estadual realizar o lançamento para complementação do crédito tributário através da **Representação Fiscal,** cujo valor a ser exigido teria por cerne o valor da diferença a maior do crédito tributário resultante da matéria já apreciada e julgada em desfavor do

contribuinte, no caso em questão seria o valor de **R$ 30.000,00**, mais os acréscimos legais *(correção monetária e juros moratórios).*

Todavia, para que esse procedimento fosse legítimo, torna-se-ia necessário alterar a Lei nº 10.094/13 (PAT/PB), para incluir no ***§ 1º*** do ***art. 40***, o ***inciso V***, dispositivo que estabelecesse mais uma hipótese como objeto da Representação Fiscal, vejamos:

> *Art. 40.....*
> *§ 1º A Representação Fiscal terá como objeto qualquer das seguintes hipóteses:*
> *I - o imposto declarado e não recolhido;*
> *II - o imposto lançado e apurado em livro próprio, não declarado e não recolhido, no todo ou em parte;*
> *III - o saldo de parcelamento decorrente de denúncia espontânea;*
> *IV - a omissão da entrega de documentos de controle e informações fiscais.*
> *V - o crédito tributário resultante do julgamento de mérito que determinou a complementação do crédito tributário através de lançamento de ofício, caso ainda não tenha sido alcançado pela decadência.*

46-NÃO SE INCLUI NA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES ADMINISTRATIVOS.

> **I – a declaração de inconstitucionalidade;**
> **II – a aplicação de equidade.**

É patente a impossibilidade de declaração de inconstitucionalidade por tribunal administrativo tributário, em razão dos fatores preponderantes descritos abaixo:

> **1-** *O controle da constitucionalidade é atividade inteiramente regulada no texto constitucional, inexistindo qualquer hipótese de forma, competência, instrumento ou procedimento que não os elencados pela própria Constituição.*

2- *Inexiste qualquer previsão constitucional de controle de constitucionalidade por tribunal administrativo.*

3- *Os tribunais administrativos tributários são órgãos da Administração Pública sujeitos, por força constitucional, aos princípios da legalidade e da hierarquia.*

4- *Nessa qualidade, a vedação à apreciação de questão de inconstitucionalidade pelos tribunais administrativos decorre do ordenamento e, a contrario sensu, admitir-lhes essa possibilidade afrontaria os princípios da certeza e segurança jurídicas, da supremacia do interesse público e da inafastabilidade de apreciação, pelo Poder Judiciário, de lesão a direito.*

5- *Da autorização à declaração de inconstitucionalidade por tribunal administrativo decorreria, necessariamente, o direito do Estado de buscar a desconstituição judicial da decisão, hipótese que não se conforma ao nosso ordenamento e é juridicamente impossível sob o prisma processual.*

6- *Sob a ótica da tributação estadual, sobretudo considerando o caráter nacional do ICMS, a impossibilidade aqui sustentada se ampara, também, no principio federativo e no repúdio à guerra fiscal.*

No caso da **equidade**, vislumbramos ser um substantivo feminino com origem no *latim aequitas*, que significa i***gualdade, simetria, retidão, imparcialidade, conformidade.***

Este conceito também revela o uso da imparcialidade para reconhecer o direito de cada um, usando a equivalência para se tornarem iguais.

A equidade adapta a regra para um determinado caso específico, a fim de deixá-la mais justa.

Sendo a equidade uma forma justa da aplicação do Direito, porque é adaptada a regra, a uma situação existente, onde são observados os critérios de igualdade e de justiça.

A equidade não somente interpreta a lei, como evita que a aplicação da lei possa, em alguns casos, prejudicar alguns indivíduos, já que toda a interpretação da justiça deve tender para o justo, para a medida do possível, suplementando a lei preenchendo os vazios encontrados na mesma.

A equidade em síntese, completa o que a justiça não alcança, fazendo com que a aplicação das leis não se tornem muito rígidas onde poderia prejudicar alguns casos específicos onde a lei não alcança.

Portanto, as decisões administrativas devem se pautar apenas na dureza da lei *(dura lex sed lex),* sendo vedada ao julgador administrativo a aplicação da equidade.

47-DA PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

Todos os meios legais, ainda que não especificados na Lei do PAT/PB, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação, a impugnação ou o recurso.

Cabendo o ônus da prova a quem esta aproveita, pois o ônus da prova está ligado ao modo como se distribui a carga da prova entre as partes interessadas na proteção de seus direitos.

A palavra *"ônus"* vem do latim e quer dizer *carga, fardo, peso, gravame.*

A produção probatória, no tempo e na forma prescritos em lei, é ônus da condição de parte. Ônus é o instrumento através do qual o ordenamento jurídico impõe ao sujeito um determinado comportamento, que poderá ser adotado se não pretender arcar com conseqüências que serão prejudiciais.

O ônus probante é sempre de quem acusa, quanto ao fato constitutivo do direito do autor *(art. 333, I do CPC),* assim, cabe ao Auditor quando da lavratura do auto de infração, acostar provas materiais que tenham o condão de provar o fato alegado.

Exceção esta verificada quando da existência em lei de uma presunção legal, a qual tem o condão de inverter o ônus da prova para o contribuinte, servindo a presunção como prova, a qual é relativa, cabendo prova em contrário.

No caso *in comento,* é pacífico e uníssono que os fatos geradores do ICMS só podem decorrer da realização de todos os aspectos previstos e tipificados na norma de incidência, uma vez que as relações jurídicas devem se pautar pelos critérios de segurança e certeza, sendo defeso os lançamentos tributários louvados em simples suposições, em virtude dos princípios da tipicidade cerrada e da legalidade.

Perfilhando essa tese, vislumbramos ser cediço que o tributo só pode incidir sobre fatos reais, quando estes se consideram relevantes juridicamente, assim, mister se faz ressaltar que para a tributação necessário se torna a existência de prova do fato gerador, a qual deve ter o condão de demonstrar a efetiva ocorrência dos fatos tributáveis, sendo o que a doutrina denomina de princípio da verdade material.

Destarte, o desconhecimento ou ignorância dessa realidade fática, ou seja, a incerteza de que os fatos considerados sejam reais, põe em risco a validade da tributação pretendida, levando a fiscalização à perda de tempo com a sucumbência das acusações.

Portanto, em matéria de fato não basta argumento. É necessária a prova para que sobre ela forme o juiz a sua convicção. Quem nada prova nada tem.

Diante disso, é de bom alvitre lembrar que as presunções estão inseridas no âmbito processual das provas, objetivando caracterizar ou positivar atos, fatos, situações, que se encaixem às molduras jurídicas, assim, supor que um fato tenha acontecido ou que a materialidade tenha sido efetivada, não é o mesmo que tornar concreta sua existência, de modo a conferir legitimidade à exigência tributária, pois a presunção nada mais é que o resultado de um processo lógico, mediante o qual do fato conhecido, cuja existência é certa, infere-se o fato desconhecido ou duvidoso, cuja existência é provável.

Dessa forma, como produto desse raciocínio, infere-se que se o mesmo se originar do legislador, tal fato caracteriza a presunção legal, a qual só pode ser estabelecida pela lei, sendo classificadas de presunções absoluta *(Juris et de Jure)* ou relativa *(Juris Tantum),* onde as primeiras *(absolutas)* não admitem prova que possa contrariar o fato presumido, já as segundas *(relativas)* podem ser desmentidas mediante prova que as contrarie.

Diante das considerações tecidas, verifica-se no universo fiscal tributário uma grande celeuma acerca da aplicação da presunção nas operações sujeitas ao ICMS, haja vista a existência de várias autuações cuja descrição do fato infringente se fulcra apenas em uma simples suposição, a qual se origina apenas do **"ACHAR"** do fazendário, tendo em vista ser pacífico e uníssono que a presunção para ser legal tem que está tipificada em lei, a exemplo do disciplinamento contido nos ***§§ 8º*** e ***9º***, do ***art. 3º*** da Lei nº 6.379/96, *in verbis*:

> *Art. 3º - .....*
>
> *§ 8º - O fato de a escrituração indicar insuficiência de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvadas ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.*
>
> *§ 9º - A presunção de que cuida o parágrafo anterior aplica-se, igualmente, a qualquer situação em que a soma das despesas, pagamentos de títulos, salários, retiradas, pró-labore, serviços de terceiros, aquisição de bens em geral e outras aplicações do contribuinte seja superior à receita do estabelecimento.*

No caso vertente, necessário se faz tecermos considerações a fim de distinguir o que se considera realmente **"PRESUNÇÃO"** *(legal),* ou apenas um **"INDÍCIO"** do fato infringente ocorrido.

Haja vista ser o indício uma circunstância conhecida, um meio, dado ou elemento que, tendo relação com o fato, constitui caminho para a apuração da verdade, pois esses elementos devem ser graves

(verossímeis), precisos *(determinados)*, definidos e concordantes *(relação de interdependência entre o indício e o fato a provar).*

Portanto, existe na prática reiterada a mentalidade equivocada de que o indício seria suficiente para a lavratura do libelo acusatório, a exemplo das divergências constatadas no trânsito de mercadorias concernentes aos valores constantes da nota fiscal e da nota de pedido que geralmente vem anexa, em que muitos consideram caracterizada a infração de subfaturamento, haja vista a justificativa equivocada de alguns fazendários de que caberia ao contribuinte, neste caso, provar a sua inocência, em virtude da inversão do ônus da prova.

Ora, com a devida *venia*, não corroboramos tal entendimento, tendo em vista o fato de que em regra, o ônus da prova incumbe a quem alega *(art. 333, inciso I, do CPC)*, pois ao autor da delação é quem compete produzir a prova do ilícito praticado, apenas no caso de exceção, é que o acusado assume a posição do autor, incumbindo-lhe provar a exceção, onde esse ônus apenas deixa de ser exigido no caso de fatos notórios que não carecem de ser provados.

Destarte, é cediço que a hipótese em que existe a inversão do ônus da prova no direito tributário se opera quando, por transferência, compete ao sujeito passivo o ônus de provar que não houve o fato infringente denunciado, sempre essa inversão se origina da existência em lei de uma presunção relativa *(Juris Tantum)*, pois, com exceção da existência de uma presunção tipificada em lei, o ônus da prova cabe a quem acusa.

O que nos leva à ilação de que um simples indício de infração não autoriza à fiscalização a lavrar um auto de infração, sob pena de se está tentando cobrar um imposto que não se sabe se realmente é devido, pois com exceção da presunção legal, até a prova material do fato infringente, a qual ratificaria o ilícito praticado, qualquer fato ocorrido se fulcra apenas em mera presunção *(suposição),* que se não estiver tipificada em lei, não passa apenas de uma suposição, a qual não tem valor probante para arrimar qualquer exigência concernente à repercussão tributária relativa à obrigação principal, pois como já foi dito, é condição *sine qua non* para a presunção ser legal, que a mesma esteja disciplinada em lei, sob pena de ser considerada apenas

uma mera suposição.

47.1-DO MOMENTO DA APRESENTAÇÃO DA PROVA.

As provas são aquelas necessárias e vinculadas à matéria objeto do litígio.

Posto que, as provas documentais devem ser apresentadas e as demais requeridas na impugnação, precluindo o direito de o sujeito passivo de fazê-lo em outro momento processual, a menos que ***(art. 58*** da Lei nº 10.094/13):

> *I – fique demonstrada a impossibilidade de sua oportuna apresentação ou requerimento, por motivo de força maior, assim entendido, o evento imprevisto, alheio à sua vontade e que o impediu de produzi-la no momento próprio;*
>
> *II – se refiram a fato ou direito superveniente;*
>
> *III – se destinem a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos;*
>
> *IV – se trate de pedido de produção de prova indeferido pelo julgador de primeira instância.*

No caso em apreço, deve o sujeito passivo apresentar as provas ou requerê-las no momento da impugnação, passado este momento estará precluso o direito de apresentá-las, ou seja, não poderá mais apresentar as provas, exceto se no momento da impugnação não puder apresentá-las em decorrência de motivo de força maior alheio a sua vontade, se as provas se referir a fato ou direito posterior, se refira a fatos ou razões alegadas depois da impugnação ou se referir a pedido de produção de prova indeferido pela instância prima.

Assim, passado o momento da impugnação, a produção de prova e a juntada de documento deverá ser requerida mediante petição fundamentada do interessado à autoridade julgadora, acompanhada

da comprovação de uma das condições previstas acima ***(art. 58 da Lei nº 10.091/13).***

Nesse caso, caberá a autoridade julgadora averiguar se as condições previstas para o acolhimento das provas apresentadas após a impugnação foram satisfeitas, sob pena do indeferimento.

Caso já tenha sido proferida a decisão de primeira instância, os documentos apresentados como prova permanecerão nos autos para serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância, na hipótese de interposição de recurso.

Por outro lado, em relação ao momento em que o contribuinte pode juntar aos autos provas documentais, uma coisa é certa, o processo administrativo fiscal assegura ao contribuinte, quando repute ilegal o lançamento, o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes e sem restrições quanto à produção de provas.

Não obstante, em que pese o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, conforme o disposto no ***art. 58*** da Lei nº 10.094/2013, considera-se precluso o direito de juntar documentos quando o sujeito passivo não requerer em primeira instância a juntada posterior e nem apresentar uma das justificativas legais para tanto.

Nestes termos, a defesa do contribuinte também deve trazer os documentos comprovadores de seus argumentos, sendo *"vedado"*, num primeiro momento, fazê-lo posteriormente.

Exceção a essa regra decorre das situações em que a prova documental deixou de ser juntada, tempestivamente, em razão de força maior, ou seja, necessária em virtude de fatos ou argumentos supervenientes.

Nesse caso, a apresentação da prova deve ser acompanhada de justificativa que demonstre a ocorrência de uma das condições excepcionais, sendo o deferimento da juntada intempestiva sujeita á apreciação da autoridade julgadora.

Assim, acolhido o pedido do contribuinte, as novas provas passarão a integrar os autos, devendo ser valoradas e avaliadas por ocasião do julgamento.

Se preenchidos os requisitos legais, as novas provas são admitidas mesmo se já houver sido proferida decisão de primeira instância, podendo ser examinadas na fase recursal.

Nesse diapasão, vislumbra-se que o direito à prova, assegurado constitucionalmente pela previsão do devido processo legal e da ampla defesa, não se apresenta irrestrito ou infinito.

Aliás, inexiste direito com tais características. A própria Constituição estabelece os contornos da liberdade de produção probatória, a principiar pelo veto às provas obtidas por meio ilícito.

Falar em direito à prova, portanto, é falar em direito à prova legítima, a ser exercido segundo os procedimentos regulamentados pela lei.

Devendo ser ressaltado que o **Regimento Interno do Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba** dispõe no ***art. 23*** do Decreto nº 31.991/2011, que as provas relativas ao recurso poderão ser apresentadas até a data do julgamento do processo, conforme dicção contida no disciplinamento *in verbis:*

> *Art. 23. As partes poderão apresentar provas ou arguir novos fatos relativos ao recurso até a data do julgamento do processo, desde que, antes da decisão, seja notificado e ouvido o autor do feito para, se necessário, apresentar impugnação.*
>
> *Parágrafo único. Em se tratando de fatos acontecidos posteriormente aos articulados, a prova poderá ser produzida até o momento da sessão de julgamento, desde que, antes de iniciada a votação, atendendo-se ao "caput" deste artigo.*

Devendo ser ressaltado uma novidade que elimina uma burocracia existenet, a qual se reporta a determinação para que a cópia de documento tenha o mesmo valor probante que o original, desde que a repartição fiscal proceda à conferência e certifique a conformidade entre a cópia e o original, observada a Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

No caso de reconhecimento de firma, doravante fica dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o servidor público efetivo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do servidor, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao servidor público efetivo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

III - juntada de documento pessoal do sujeito passivo, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio servidor público efetivo.

48-DAS DILIGÊNCIAS.

Trata-se geralmente de atuação de figura judicial, que se dá fora da repartição pública para diversos fins. O juiz, por exemplo, poderá requerer diligências a fim de formar sua convicção acerca de determinado fato que não ficou totalmente comprovado, ou para dirimir algumas dúvidas sobre algum ponto relevante do processo.

Entende-se por diligência a realização de ato por ordem da autoridade competente para que se cumpra uma exigência processual ou qualquer outra providência que vise à elucidação da matéria suscitada (***art. 61*** da Lei do PAT/PB).

Assim, apresentada a impugnação, e até a decisão final administrativa, havendo diligências a realizar, serão elas determinadas pelo órgão julgador, de ofício, ou a pedido do autor do procedimento ou do sujeito passivo.

Podendo o pedido de diligência solicitado pelo sujeito passivo ser deferido ou negado, devendo nesse caso a autoridade julgadora fundamentar sua decisão, haja vista a ausência dessa fundamentação, eivar de vício de nulidade o processo administrativo em razão do cerceamento do direito de defesa do contribuinte.

48.1-DO CUSTO DA REALIZAÇÃO DA DILIGÊNCIA.

Dispõe o ***art. 59, § 2º*** da Lei do PAT/PB, que o sujeito passivo que requerer diligência responderá pelas despesas correspondentes, devendo indicar, com precisão, os pontos controversos que pretende que sejam elucidados e fornecer os elementos necessários ao esclarecimento das dúvidas.

Nesse caso, cabe à autoridade preparadora *(coletor, gerente ou diretor),* arbitrar os custos com a diligência solicitada, na razão de 1% *(um por cento)* do valor do crédito tributário, não podendo ser inferior a 10 UFR-PB, exigindo-se o respectivo pagamento aos cofres públicos, no prazo de 05 *(cinco)* dias, contado da ciência da notificação do deferimento.

O não pagamento dos custos com a diligência por parte do sujeito passivo implicará no arquivamento do pedido.

Portanto, infere-se que ao solicitar diligência, deverá o sujeito passivo indicar de logo, junto com a solicitação, os pontos questionados que pretenda provar ou elucidar, juntamente com as provas materiais necessárias à comprovação das alegações suscitadas na diligência.

48.2-DOS PRAZOS REFERENTES À DILIGÊNCIA.

Ressaltamos que a solicitação de diligência anterior à impugnação ou o não pagamento dos custos pelo contribuinte também implicará no arquivamento do pedido.

Bem como, os trabalhos de diligências deverão ser concluídos nos prazos definidos em legislação especifica, levando-se em conta o nível de complexidade das tarefas a realizar.

No caso vertente, a autoridade que determinar a realização de diligência fixará prazo razoável ao seu cumprimento, levando em conta o nível de complexidade das tarefas a realizar

Dispõe o ***art. 60*** da Lei nº 10.094/13, que as diligências ordenadas pela autoridade julgadora serão realizadas pelo autuante

e na ausência ou impossibilidade deste, por auditor fiscal designado.

A solicitação de diligência pelo julgador tributário deve ser efetuada para o autuante, apenas quando for necessária e indispensável a execução por este.

Pois sendo necessária a realização de diligência para solicitação de provas por parte da acusada, esta deve ser solicitada através da repartição preparadora diretamente ao sujeito passivo autuado, sem a participação do autuante.

49-DA DEFESA.

O ***art. 62*** do PAT/PB disciplina que a defesa compreende qualquer manifestação do contribuinte com vistas a, dentro dos princípios legais, mediante processo regular, impugnar, apresentar recurso ou opor embargos.

Devendo o contribuinte alegar, por escrito, toda a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretende produzir e juntando, desde logo, as que constarem de documentos.

Pois no caso vertente, observa-se ser muito abrangente o dispositivo quando se refere a *"qualquer manifestação do contribuinte"*, haja vista estas manifestações ter por cerne as fundamentações arguidas especificamente quanto à matéria objeto da autuação, não devendo ser considerada como defesa, por exemplo: *um pedido de dilação de prazo de defesa, um pedido de diligência ou qualquer outra manifestação que não tenha como objeto a matéria concernente à autuação.*

50-DA VISTA AO PROCESSO PELO CONTRIBUINTE.

Ao sujeito passivo ou ao seu representante legal é facultado examinar o processo no recinto das repartições em que tiver curso.

Podendo requerer cópia do Processo Administrativo Tributária do qual seja parte, onde nesse caso, o chefe da repartição preparadora poderá autorizar que servidor fazendário ou burocrata acompanhe o requerente para reprodução de cópia do processo em estabelecimento

prestador de tal serviço.

O prazo para vista do processo tem por cerne o mesmo prazo determinado para que o sujeito passivo efetue a impugnação/recurso ou recolha o valor do imposto cobrado, ou seja, 30 (trinta) dias.

Não podendo o sujeito passivo retirar o processo da repartição preparadora, como ocorre no judiciário.

Assim, vislumbra-se que o contribuinte terá vistas ao processo dentro do prazo da impugnação ou recurso, dessa forma, caso não tenha recebido algum demonstrativo que tenha subsidiado a acusação, poderá obter este demonstrativo na repartição preparadora responsável.

Portanto, em razão da possibilidade legal de vistas ao processo na Repartição preparadora, a alegação do sujeito passivo quanto à existência de cerceamento do direito de defesa em relação à omissão de algum documento ou informação contida no processo, torna-se frágil e é sempre denegada pelos órgãos julgadores da Paraíba, em razão do direito do acusado de vistas ao processo.

51-DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO NA REPARTIÇÃO PREPARADORA.

A instrução do processo no âmbito da repartição preparadora, deverá ter o seu término dentro de *60 (sessenta) dias*, contados da data do termo inicial do prazo para cumprimento da exigência ou impugnação.

Portanto, da data da ciência do contribuinte para realizar o recolhimento do crédito tributário exigido ou impugnar o lançamento de ofício lhe imputado, terá a Repartição preparadora *60 dias*, após o qual deverá ser encaminhado os autos para inscrição em dívida ativa, quando não houver recolhimento nem impugnação, ou enviado a primeira instância de julgamento de processos administrativo tributário para apreciação e julgamento, no caso de impugnação ou reclamação.

Todavia, em casos especiais e mediante despacho fundamentado, a autoridade preparadora poderá prorrogar, pela metade, ou seja,

mais *30 dias*, o prazo inicialmente previsto de *60 dias,* a exemplo de uma solicitação de diligência.

No caso vertente, expirada a fase de preparo e havendo impugnação, os autos serão imediatamente conclusos à **Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais.**

52-DA IMPUGNAÇÃO.

É um termo jurídico utilizado para expressar, dentre outras conceituações, oposição; refutação à pretensão de outrem; conjunto de razões com que se contraria algo.

Em um sentido mais aprofundado, a impugnação é ato de oposição, de contradição, de contestação, refutação, comum no âmbito do Direito.

É o conjunto de argumentos com que se impugna alguma idéia. Do latim *impugnatio*, de *impugnare (atacar, combater, contradizer),* na prática forense quer exprimir todo ato de repulsa, de contestação, de contradita, praticado contra atos do adversário ou parte contrária, pelos quais se procura anular ou desfazer suas alegações ou pretensões, ou impedir que promova ato processual, demonstrado ou julgado injusto.

É, nesse sentido, como em sentido amplo, todo ataque a ato ou alegação de outrem, intentado com o intuito de desfazê-los ou anulá-los. Nesta razão, a impugnação é ato ou ação a que se procede, todas as vezes que alguém não se conforma com o que se está fazendo ou, mesmo, com o que já está feito.

Mas, para ser justa e cabível, deve o impugnante mostrar a justeza de sua repulsa ou contrariedade trazida ao ato ou decisão impugnada, e a procedência de seu ato de impugnação.

Na prática forense, a impugnação pode objetivar-se de várias maneiras. Pode apresentar-se como contestação, contrariedade, exceções, como pode ser considerada sob a modalidade de recursos, que não passam estes de impugnações aos despachos ou decisões proferidas no processo.

Impugnação. Mesmo no sentido da contradita ou contrariedade,

quer o vocábulo significar o não reconhecimento de algum ato ou fato, não o considerando assim legítimo ou em conformidade com a verdade.

No caso em apreço, a impugnação do contribuinte tem como finalidade refutar ainda em primeira instância de julgamento o lançamento de ofício realizado através de auto de infração, referente à infração à legislação tributária. Onde o prazo para apresentação de impugnação pelo autuado é de *30 (trinta) dias*, a contar da data da ciência do Auto de Infração.

Devendo a impugnação ser protocolizada na repartição preparadora do processo, dando-se nela recibo ao interessado, podendo se dar, inclusive, por via digital.

Onde se considera não impugnada e preclusa a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

52.1-DA ENTREGA DA IMPUGNAÇÃO EM REPARTIÇÃO DIVERSA DA PREPARADORA DO PROCESSO.

Em sendo a impugnação protocolizada em repartição diversa da preparadora do processo, o chefe daquela providenciará, até o dia seguinte, o seu encaminhamento à autoridade processante de origem.

Nesse caso, vislumbra-se que a entrega da impugnação em repartição preparadora diversa não enseja qualquer irregularidade ou vício processual, onde nesse caso, necessário se faz o envio da peça defensual à repartição de origem da querela no prazo determinado, cabendo ao servidor da repartição em que deveria ter sido protocola a impugnação, providenciar, até o dia útil seguinte ao recebimento da peça, a sua juntada aos autos, com os documentos que a acompanharem.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que a entrega da impugnação em repartição diversa, não deve trazer qualquer prejuízo na contagem do prazo determinado para defesa, pois a data a ser considerada para efeito de preclusão do direito de defesa é a data da realização do protocolo da impugnação na repartição diversa.

Assim, no caso da impugnação ser apresentada no ultimo dia em repartição preparadora diversa e distante daquela em que

deveria ter sido protocolada, deverá o chefe da repartição informar imediatamente a autoridade processante de origem o ocorrido, a fim de evitar a lavratura do *Termo de Revelia*, com o encaminhamento da impugnação até o dia seguinte à repartição preparadora processante.

Devendo ser lembrado que o prazo para impugnação não pode ser prorrogado ou diminuído, em razão da clareza regulamentar em determinar o prazo de *30 (trinta)* dias, a contar da data da ciência do contribuinte.

52.2-DA INDICAÇÃO DE PESSOA DIVERSA OU APURAÇÃO DE NOVOS FATOS INFRINGENTES.

Dispõe o ***art. 68*** da Lei nº 10.094/13, quando, no decorrer da ação fiscal, indicar-se como responsável pela falta, pessoa diversa da que figure no Auto de Infração ou forem apurados novos fatos infringentes envolvendo o autuado ou outras pessoas, ser-lhes-á marcado igual prazo para impugnação no mesmo processo.

Nesse caso, entendemos haver um equívoco no texto normativo quando se refere ao fato de *se indicar como responsável pela falta pessoa diversa da que figure no auto de infração*, pois caso isso ocorra, será o auto de infração passível de nulidade, em razão de erro na determinação da pessoa do infrator, sendo ressalvado o direito de realização de novo feito pelo Fisco estadual, com a correta determinação da pessoa do infrator *(sujeito passivo)*.

Pois não vislumbramos na legislação do ICMS/PB a possibilidade de se determinar como responsável pela falta duas pessoas concomitantemente, haja vista vislumbrarmos apenas a possibilidade de se imputar a co-responsabilidade ou responsabilidade solidária a uma terceira pessoa, em razão da revogação do dispositivo do RICMS/PB, através do Decreto nº 36.128/15 – DOE de 27.08.15, que tratava do Termo de Conluio.

Assim, no caso do ICMS, a lavratura do auto de infração só poderá ter como sujeito passivo direto apenas um infrator, devendo ser marcado igual prazo para impugnação no mesmo processo no caso da existência de sujeição passiva por solidariedade ou co-

responsabilidade.

Haja vista a indicação como responsável de pessoa diversa da que figure no auto de infração caracterizar a nulidade do auto de infração, em decorrência de erro na pessoa do infrator, entendimento este já pacificado no *Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba*, a exemplo dos Acórdãos de minha lavra transcritos *ipsis litteris* abaixo:

> **RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO – MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR E AUSÊNCIA DA DESCRIÇÃO DO FATO INFRINGENTE QUANTO AO FUNCEP- AUTO DE INFRAÇÃO NULO – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR**
> **ERRO NA PESSOA DO INFRATOR** - *A determinação correta da pessoa do infrator é condição sine qua non para legitimidade da denúncia, assim, quando a infração tiver por cerne o transporte de mercadorias sem documento fiscal, a sujeição passiva pelo recolhimento do imposto deve ser atribuída ao transportador. In casu, consta no documento do veículo pessoa jurídica como proprietária do veículo, fragilizando a denúncia em nome do condutor, o qual se comprovou ser empregado da pessoa jurídica.*
>
> **Processo nº 039.820.2012-3**
> **Acórdão 438/2013**
> **Recurso HIE/CRF- nº113/2013**
> **RELATOR:CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**
>
> ---
>
> **RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO – MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR**
> *A determinação correta da pessoa do infrator é condição sine qua non para legitimidade da denúncia, no caso de ter sido atribuída a responsabilidade pelo recolhimento do imposto a empresa que detém o monopólio dos serviços postais, em decorrência da impossibilidade de penhora dos bens, impõe-se a nulidade do Auto de Infração com a imputação da responsabilidade ao adquirente das mercadorias - Mantida a decisão recorrida.*

Outrossim, no caso de serem apurados novos fatos infringentes envolvendo o autuado ou outras pessoas, deverá ser lavrado o **Termo Complementar de Infração - TCI**, onde deverá ser marcado igual prazo para impugnação no mesmo processo.

52.3-DAS INFRAÇÕES NÃO IMPUGNADAS.

Disciplina o ***art. 69*** da Lei nº 10.094/13, que a impugnação que versar sobre uma ou algumas das infrações ou lançamentos implicará no reconhecimento da condição de devedor relativo à parte não litigiosa, ficando definitivamente constituído o crédito tributário e, em caso de não recolhida até o término do respectivo prazo, à vista ou parceladamente, será lançada em Dívida Ativa, observado ainda a possibilidade de representação penal por crime contra a ordem tributária.

Nesse caso, o contribuinte deve impugnar todas as infrações contidas no auto de infração, sob pena da infração não impugnada caracterizar o reconhecimento tácito da condição de devedor referente à parte não litigiosa.

Portanto, infere-se que a infração não impugnada enseja o reconhecimento tácito da acusação, a qual não recolhida ou parcelada pelo contribuinte no prazo legal, enseja a inscrição em Dívida Ativa, cabendo a representação penal por crime contra a ordem tributária com base no disciplinamento contido no ***art. 33*** da Lei nº 10.0094/2013, caso a infração esteja arrolada como crime contra a ordem tributária.

53-DO JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

O julgamento do Processo Administrativo Tributário compete

à **Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais (GEJUP)** e ao **Conselho de Recursos Fiscais (CRF),** em primeira e segunda instâncias, respectivamente (***art. 70*** da Lei nº 10.094/13).

Dispõe o ***art. 71*** Lei nº 10.094/13, que na apreciação do litígio, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção de forma motivada, podendo determinar a produção das provas que entender necessárias.

Portanto, a decisão será proferida pela autoridade julgadora com livre arbítrio, devendo motivar suas fundamentações de fato e de direito de acordo com a sua convicção e dentro dos parâmetros legais disciplinados nas normas de regência do ICMS/PB.

Sendo facultada à autoridade julgadora a determinação de provas que entenda necessária para o deslinde da querela, inclusive, por se tratar de julgamento administrativo, com arrimo nos *princípios da verdade material e da oficialidade,* e independente das arguições das partes, pode a autoridade julgadora produzir provas e julgar de acordo com tais provas, desde que a faça transladar para os autos.

Devendo ser ressaltada a vedação expressa disciplinada no ***art. 72*** da *Lei nº 10.094/2013 (Lei do PAT/PB),* que proíbe à autoridade julgadora divulgar, antecipadamente, o resultado de decisão a ser prolatada em Processo Administrativo Tributário, evitando assim o que chamamos de pré-julgamento.

Bem como foi acrescido o art. 72-A, o qual dispõe que julgamento do processo administrativo tributário é vedado afastar a aplicação de lei sob alegação de inconstitucionalidade, ressalvadas as hipóteses em que a inconstitucionalidade tenha sido proclamada em ação direta de inconstitucionalidade ou por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em via incidental, desde que o Senado Federal tenha suspendido a execução do ato normativo.

54-DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA (GEJUP).

Disciplina o ***art. 73*** da Lei nº 10.094/13, ser a *Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais* o órgão competente para realização de julgamento de primeira instância, formado por

julgadores singulares com livre arbítrio para decidir as contendas originárias de autos de infração.

Servindo a primeira etapa administrativa para que o contribuinte exerça o seu direito ao contraditório e a ampla defesa, instaurando-se o contraditório, com a interposição da impugnação.

Assim, recebidos e registrados os processos na Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais, depois de feita a necessária correição pela *Auditoria Jurídica* no prazo de *15 (quinze) dias,* os autos deverão ser distribuídos aos julgadores fiscais.

No caso em apreço, a *Auditoria Jurídica* ao receber os processos encaminhados à GEJUP, realiza uma análise de cada um concernente ao aspecto processual, saneando algum vício que seja constatado, a exemplo da ausência de juntada de algum Termo, da ausência de assinatura na peça acusatória ou impugnatória, dentre outros, realizando a devolução dos autos em diligência para saneamento do vício constatado.

A análise realizada pela *Auditoria Jurídica* não leva em conta aspectos meritórios, sendo sanadas irregularidades apenas quanto à formalidade processual.

Outrossim, após proferida a decisão, será o processo remetido à repartição preparadora, para que providencie as necessárias intimações, que se efetivarão na forma prevista na **Lei nº 10.094/2013**, ou seja, será o contribuinte notificado a recolher a quantia objeto da condenação, se for o caso, ou interpor recurso ao Conselho de Recursos Fiscais dentro do prazo de *30 (trinta)* dias.

Não cabendo pedido de reconsideração da decisão proferida em primeira instância, ou seja, após a decisão prolatada não cabe mais a modificação da sentença pela mesma instância, cabendo apenas a interposição de recurso.

Portanto, mister se faz tecermos algumas considerações acerca do termo **"reconsiderar"**, visto etimologicamente, possuir os sentidos de *"1. retomar o exame de (questão); tornar a considerar; 2. pensar melhor; repensar; 3. anular decisão já tomada; desdizer-se"*, definições de primordial importância, neste momento, para que se possa delimitar o conceito e o conteúdo do pedido de reconsideração.

Pois, preambularmente, nota-se que todas as definições conduzem ao sentido de uma segunda reflexão sobre o assunto a reconsiderar, não importando a manutenção/modificação dos fundamentos pretéritos existentes.

Assim, a decisão de primeira instância após prolatada passa a ser definitiva, não cabendo a reconsideração, cabendo ao contribuinte que se achar prejudicado, apresentar recurso voluntário para segunda instância de julgamento (CRF/PB) ou recorrer ao judiciário.

54.1-O QUE DEVE CONTER A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.

A decisão de primeira instância conterá:

I – o relatório, que será uma síntese do processo, devendo mencionar:

a) a qualificação do autuado;
b) os fundamentos do auto de infração;
c) os fundamentos da impugnação;

II – os fundamentos de fato e de direito;

III – a indicação dos dispositivos legais aplicados;

IV – a quantia devida, as penalidades impostas e os tributos exigíveis, quando for o caso;

V – a conclusão;

VI – a ordem de intimação;

VII – recurso de ofício para instância superior, quando for o caso.

No caso vertente, é de bom alvitre explicitarmos detalhadamente

cada etapa de uma decisão, vejamos:

I. Relatório - que será uma síntese do processo, deverá conter a qualificação do autuado, os fundamentos da acusação, o valor do crédito tributário exigido e as alegações da impugnação, ou seja, as disposições legais infringidas, as circunstâncias relevantes que motivaram o feito e se for o caso as razões de irresignação do reclamante, mencionando as provas apresentadas, os argumentos da denúncia, diligências realizadas e, por fim, a existência dos referidos Termos inseridos nos autos, a exemplo do *Termo de Antecedentes Fiscais, Revelia e Conclusão;*

II. Os fundamentos de fato e de direito - reporta-se a parte em que o julgador expõe os seus argumentos de fato e de direito quanto à matéria analisada, com base em suas convicções quanto aos fatos e às razões de direito em que assenta o seu convencimento, atendendo assim o *Princípio do Livre Convencimento*. Sendo a fundamentação legal o ponto principal da peça decisória, em que se justifica a conclusão.
Outrossim, infere-se que sendo a fundamentação requisito essencial, além de ser de ordem pública, a inexistência de fundamentação ou motivação acarreta a nulidade da sentença;

III. A indicação dos dispositivos legais aplicados - deve constar da decisão os dispositivos legais que arrimam a condenação ou absolvição do sujeito passivo, os quais fundamenta a convicção do julgador acerca do deslinde da matéria;

IV. A quantia devida, as penalidades impostas e os tributos exigíveis, quando for o caso - a decisão deve

constar também, caso seja contrária ao sujeito passivo, as informações do *quantum debeatur* por infração, consignando o valor do ICMS, da multa aplicada e total, além da data do fato gerador;

V. A conclusão - é a decisão propriamente dita, nela fica explicitada a decisão no tocante a ocorrência ou não do fato infringente descrito no auto de infração e a quantificação do crédito tributário, se for o caso;

VI. A ordem de intimação - é onde se determina que as intimações necessárias ficarão a cargo da Repartição preparadora, na forma regulamentar.

VII. **Recurso de ofício para instância superior, quando for o caso** - é a indicação no final da sentença, quando a decisão for contrária à Fazenda estadual e superior a *500 (quinhentas)* UFR-PB, acerca da obrigação de recurso de ofício, cujo texto assim se refere: ***"Recorro hierarquicamente da presente Decisão, na forma do art. 80 da Lei nº 10.094/13."***

No caso vertente, após proferida a decisão e cientificado o sujeito passivo, esta somente poderá ser modificada por instância julgadora imediatamente superior, em caso de recurso voluntário ou de ofício.

Pois a autoridade julgadora *a quo* não tem competência para alterar a sua própria decisão, por não haver a possibilidade de *"Reconsideração"*.

Devendo ser lembrado que os julgadores fiscais são denominados: ***autoridades singulares, monocráticas ou de primeiro grau***.

54.2-EXEMPLO DE UMA SENTENÇA:

PROCESSO Nº : 0761432008-5 - GEJUP
JULGADOR FISCAL :RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO
AUTUADA :XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF :XXX.XXX.XXX-XX
ENDEREÇO:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
AUTUANTE :XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

REVELIA – *Mercadorias transportadas sem documento fiscal. Quem se mantém em estado de revelia, assume o ônus da acusação que lhe é imposta.*

AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE

R E L A T O R I O

O autuado em epígrafe, já identificado, diante do que determinam os arts. 709 e 711 do RICMS/PB, não interpôs reclamação contra a acusação contida no Auto de Infração Apreensão e Termo de Depósito nº 01430 (fl. 03), lavrado em 22/01/2008, cuja denúncia transcrevemos abaixo:

-Em virtude de ter sido anulado o auto 1233 constante do processo 0086732008-7, devido ao erro na identificação da pessoa do infrator, colocamos o Sr. Francisco Mirou Gomes quando o correto seria o Sr. Francisco Carlos Negreiros Gomes. Estamos emitindo novo auto no qual autuamos o transportador acima qualificado em razão de o mesmo estar transportando as mercadorias relacionadas no verso desacompanhadas de documentos fiscais, resultando na obrigação do recolhimento do imposto estadual.

Sendo incursa, conforme consta no libelo acusatório, como infringente aos art. 24, inciso IV, art. 150, art. 151, art. 160, inciso I, art. 659, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto 18.930/97 e proposta aplicação de multa por infração com fulcro no art. 82, V, alínea "b", da Lei 6.379/96.

Cientificada pessoalmente em 22/01/2008, a acusada tornou-se REVEL, consoante atesta o Termo de Revelia às fl.06, datado de 08 de junho de 2009.

Assim, sem informação de reincidência, conforme se comprova às folhas 07 do processo, os autos foram conclusos a este órgão julgador, cabendo-me, por critério de distribuição, a apreciação e julgamento.

Após esse relato, decido.

Vislumbra-se ao se perscrutar as peças dos autos que a acusação versa sobre a infração de transportar mercadorias sem o acompanhamento de documento fiscal, procedimento fiscal realizado em decorrência da nulidade proferida no auto de infração anterior (Processo nº 0086732008-7).

In casu, verifica-se que o lançamento de ofício foi efetuado com as cautelas da lei, estando meridianamente determinadas nos autos a natureza da infração e a pessoa do infrator, circunstâncias estas suficientes para garantir a legitimidade do procedimento fiscal, conforme dispõe a inteligência emergente do art. 105, § 1º, da Lei nº 6.379/96.

Destarte, vislumbra-se que a revelia da autuada ratifica o seu reconhecimento tácito à imputação inserta no libelo fiscal, considerando-se como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Por conseqüência, deve recair sobre si o ônus da condenação, constituindo o objeto da denúncia a infringência ao art. 24, inciso IV, art. 39, inciso XI, art. 150, art. 151, art. 160, inciso I e art. 659, inciso I, com fulcro no art. 38, inciso III, todos do RICMS aprovado pelo Dec. nº 18.930/97.

Ex positis,

JULGO PROCEDENTE o Auto de Infração Apreensão e Termo de Depósito nº 01430 (fl. 03), lavrado em 22/01/2008, contra XXXXXXXXXXX, CPF nº 000.000.000-00, fixando o crédito tributável exigível em **R$ 10.342,80**, sendo **R$ 3.447,60** *(três mil quatrocentos e quarenta e sete reis e sessenta centavos)* de ICMS, por infringência ao ***art. 24, inciso IV, art. 39, inciso XI, art. 150, art. 151, art. 160, inciso I e art. 659, inciso I, com fulcro no art. 38, inciso III,*** todos do RICMS, aprovado pelo Decreto 18.930/97 e proposta aplicação de multa por infração na quantia de **R$ 6.895,20** *(seis mil oitocentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)*, com fulcro no ***art. 82,V, alínea "b",*** da Lei 6.379/96.

Intimações necessárias a cargo da repartição preparadora, na forma regulamentar.

GEJUP, em 09 de março de 20XX.

RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO
- Julgador Fiscal -

55-DO RECURSO VOLUNTÁRIO.

O Recurso Voluntário é o instrumento por meio do qual o contribuinte interpõe recurso ao *Conselho de Recursos Fiscais (CRF)*, caso não concorde com a decisão proferida em 1ª instância pela *Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais (GEJUP).*

Assim, é admissível o recurso em razão do contraditório e da ampla defesa, por ser um dos princípios reguladores do Processo Administrativo Fiscal, o qual decorre do ***art. 5º , LV,*** da *Constituição Federal/88,* que tem a seguinte redação: *aos litigantes, em Processo Judicial ou Administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.*

Destarte, dispõe o ***art. 77*** da Lei nº 10.094/97, que da decisão contrária ao contribuinte caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, para o Conselho de Recursos Fiscais, no prazo de *30 (trinta)* dias, contado da data da ciência da sentença.

Entendendo-se como efeito suspensivo aquele que suspende a eficácia da decisão até o seu julgamento final, impossibilitando a execução, mesmo que provisória, pela parte vencedora da decisão recorrida.

55.1-DAS INFRAÇÕES NÃO QUESTIONADAS NO RECURSO.

O recurso que versar sobre uma ou algumas das infrações ou lançamentos implicará no reconhecimento da condição de devedor relativo à parte não litigiosa, ficando definitivamente constituído o crédito tributário quanto a essa parte não questionada (***art. 77,*** §1º da Lei nº 10.094/13).

Nesse caso, infere-se que o contribuinte deve contestar todas as infrações contidas no auto de infração, sob pena da infração não contestada caracterizar o reconhecimento tácito da condição de devedor referente a parte não litigiosa.

Portanto, infere-se que a infração que não é objeto do recurso enseja o reconhecimento tácito da acusação, a qual não recolhida ou parcelada pelo contribuinte no prazo legal, enseja a inscrição em Dívida Ativa, cabendo a representação penal por crime contra a ordem tributária com base no disciplinamento contido no ***art. 33*** da **Lei nº 10.094/2013**, caso a infração esteja arrolada como crime contra a ordem tributária.

55.2-DA PEÇA RECURSAL.

Dispõe o ***art. 78*** da Lei nº 10.094/13, que o recurso será interposto por petição escrita para o Conselho de Recursos Fiscais e protocolizada, preferencialmente, na repartição preparadora do processo, onde mister se faz lembrar que a protocolização do recurso em repartição fiscal distinta não traz prejuízo aos seus efeitos quando apresentado dentro do prazo regulamentar.

Sendo vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre idêntico assunto e alcançando o mesmo contribuinte, haja vista só ser admissível a interposição de recurso para apenas uma única decisão concernente a um único auto de infração (***parágrafo único do art. 78*** da Lei nº 10.094/13).

55.3-DA AUSÊNCIA DO RECURSO OU SUA INTEMPESTIVIDADE.

Dispõe o ***art. 79*** da Lei nº 10.094/13, que se dentro do prazo legal não for apresentada a petição de recurso, ou sendo a mesma considerada intempestiva, será feita declaração nesse sentido, seguindo o processo os trâmites legais, observado o disposto no ***art. 13*** da **Lei nº 10.094/13**, transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> *Art. 13. A impugnação ou recurso apresentado intempestivamente será arquivado pela repartição preparadora, mediante despacho, não se tomando conhecimento dos seus termos, ressalvados a cientificação e o direito de o sujeito passivo impugnar o arquivamento perante o Conselho de Recursos Fiscais, via interposição de Recurso de Agravo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da denegação daquela.*
>
> *§ 1º Na hipótese de interposição de Recurso de Agravo, se o Acórdão for favorável ao impugnante, a repartição preparadora deverá declarar cancelado o Termo de Revelia, juntar a impugnação ao processo e remetê-lo para julgamento em primeira instância.*
>
> *§ 2º O Recurso de Agravo é facultado à parte e tem por finalidade a reparação de erro na contagem do prazo de impugnação ou*

recurso.

§ 3º O Agravo a que se refere o § 2º deste artigo deverá ser encaminhado ao Conselho de Recursos Fiscais dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contado da apresentação do mesmo na repartição preparadora, com as informações da autoridade agravada.

Visto a ausência de apresentação de recurso ter o condão de tornar a decisão singular definitiva, devendo a empresa ser notificada a recolher ou parcelar o crédito tributário objeto da condenação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

55.4-DO RECURSO DE OFÍCIO AO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS.

O recurso de ofício é uma espécie de recurso automático, obrigatório, que ocorre mesmo quando a parte se abstém de recorrer.

Funciona como uma homologação da instância superior referente a decisão da instância inferior, quando a decisão for contrária à Fazenda estadual, integralmente ou parcialmente.

Nesse diapasão, disciplina o ***art. 80*** da Lei nº 10.094/13, que da decisão de primeira instância contrária à Fazenda estadual, no todo ou em parte, é obrigatório recurso de ofício para o Conselho de Recursos Fiscais.

Sendo o recurso de ofício manifestado mediante declaração na própria decisão, assim, no final da sentença, caberá ao julgador declarar o seguinte:

> ***"Recorro hierarquicamente da presente Decisão, na forma do art. 80 da Lei nº 10.094/13."***

55.5-DA DISPENSA DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DE OFÍCIO.

Será dispensada a interposição do recurso de ofício referente à decisão de primeira instância quando:

I – *o valor atualizado da parte contrária à Fazenda Estadual não exceder o valor correspondente a 1.000 (um mil) UFR-PB;*

II – *houver nos autos prova do cumprimento da exigência total do tributo e penalidades propostas, à vista ou parceladamente, conforme for;*

III – *o julgamento do processo tiver por fundamento disposição expressa em lei que importe em remissão do crédito tributário ou anistia da pena discutida, conforme o caso.*

No caso vertente, observa-se que o ***inciso I*** dispõe que será dispensado o recurso de ofício quando *o valor* ***atualizado*** *da parte contrária à Fazenda estadual não exceder o valor correspondente a 1.000 (um mil) UFR-PB, vigente à data da decisão.*

Ora, observa-se que o dispositivo se refere à **"valor atualizado",** porém, com a *devida venia* se infere ser impraticável a autoridade julgadora no momento da prolação da sentença, realizar a correção do valor da parte contrária à Fazenda estadual, em razão de não dispor de ferramenta para esse procedimento, em razão disso, no momento da inclusão da decisão no sistema da SEFAZ, o mesmo já avisa se houver a necessidade de recurso de ofício.

Assim, em regra, o cálculo para se verificar se o valor contrário à Fazenda estadual não excedeu o valor de 1.*000 (um mil) UFR-PB*, tem por base geralmente o valor nominal original do crédito tributário lançado de ofício através do auto de infração, o que em tese, pode ensejar em alguns casos a dispensa indevida da obrigação do recurso de ofício, em razão da impossibilidade da realização da correção monetária pelo julgador.

55.6-DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA.

Dispõe o ***art. 81*** da Lei nº 10.094/13, que o julgamento em segunda instância far-se-á pelo *Conselho de Recursos Fiscais*, cujas decisões são definitivas, no que tange a serem irrecorríveis por parte do sujeito passivo, respeitados os recursos previstos no ***art. 53*** do seu *Regimento Interno do CRF/PB (Decreto nº 31.502/2010)*, *in verbis:*

> ***Art. 53. Perante o CRF, serão submetidos os seguintes recursos:***
>
> ***I - Ordinário ou Voluntário;***
>
> ***II - de Agravo;***
>
> ***III - de Agravo Regimental;***
>
> ***IV - Obrigatório ou de Ofício;***
>
> ***V - de Embargos de Declaração***

Aportando os processos através de recurso ao Conselho de Recursos Fiscais, deverá ser realizada a distribuição dos mesmos mediante sorteio eletrônico.

Porém, na impossibilidade de se proceder à distribuição dos processos por sorteio eletrônico, esta será feita em sessão pública, mediante sorteio convencional.

Assim, cada conselheiro recebe através de sorteio uma carga de processos para relatar, não sendo em tese, permitida a escolha de processo pelo relator, exceto no caso de impedimento, onde o processo deverá ser redistribuído a outro conselheiro, também através de sorteio.

Nesse diapasão, vislumbra-se que as decisões de segunda instância serão tomadas por maioria de votos, de forma colegiada e em sessão pública.

Onde o relator após elaborar o seu voto, referente a um processo específico, coloca-o em pauta para apreciação e julgamento, apresentando no momento da sessão de julgamento, as suas fundamentações de fato e de direito, concluindo pelo ***provimento, desprovimento*** ou ***provimento parcial*** do recurso.

Após a apresentação das fundamentações pelo relator, segue o pronunciamento dos demais Conselheiros com suas respectivas alegações, concordando ou discordando do voto proferido.

No caso da discordância, deverá o Conselheiro discordante apresentar um **voto divergente** oral ou escrito, podendo também apresentar um **voto convergente**, caso concorde com o voto proferido pelo relator e queira também trazer suas fundamentações sobre a matéria.

A decisão do julgamento resulta da maioria dos votos proferidos, seja concordando ou discordando, havendo empate, caberá ao Presidente da sessão, apenas, o voto de desempate, que também se denomina de **voto de minerva**, o qual se refere a uma expressão popular usada na língua portuguesa, que se refere ao voto que decide uma votação que se encontrava empatada.

A expressão *"voto de minerva"* pode ser substituída pela expressão *"voto de desempate"* ou *"voto de qualidade"*.

No caso do Conselho de Recursos Fiscais, é facultado ao presidente proferir o voto de forma oral ou manuscrita, com as fundamentações de fato e de direito que achar pertinente ao caso.

55.7-DOS RECURSOS CABÍVEIS AO CRF/PB.

O julgamento em segunda instância far-se-á pelo Conselho de Recursos Fiscais em decorrência de recursos interpostos, os quais estão previstos no ***art. 53*** do seu *Regimento Interno (Decreto nº 31.502/2010)*.

Denomina-se ***"Recurso"*** a forma de se provocar uma nova análise sobre uma decisão, dentro do mesmo processo, para reformá-la, modificá-la ou integrá-la.

O recurso objetivará sempre a reforma, esclarecimento e/ou rediscussão de decisões proferidas pelo CRF, pela instância inferior e/ou pelas repartições reparadoras dos processos administrativos tributários.

Destarte, infere-se que o recurso existe para dar efetividade à ampla defesa e ao duplo grau de jurisdição.

No sentido técnico e restrito, é o meio idôneo para provocar a modificação e, consequentemente, o reexame de uma decisão administrativa ou judicial, com vistas a obter a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração do julgado.

Devendo ser lembrado que o contribuinte deverá recolher a parte não litigiosa do feito, à vista ou parceladamente, no prazo da sentença recorrida, sob pena de preclusão do recurso.

Assim, aquela parte do crédito tributário objeto da condenação pela instância inferior que não é objeto de questionamento pelo contribuinte e que não faz parte das alegações recursais, deverá ser recolhida a vista ou parceladamente, sob pena do recurso ser considerado perempto, consequentemente, inepto, não sendo recebido pelo CRF/PB.

No Processo Administrativo Tributário paraibano *(Lei nº 10.094/2013)*, só existe a explicitação expressa concernente aos recursos ***"Voluntário"*** e ***"De Ofício" (arts. 77 e 80)***, não se referindo aos demais recursos cabíveis ao Conselho de Recursos Fiscais, os quais estão delineados no ***art. 53*** do seu *Regimento Interno (Decreto nº 31.502/2010)*.

Assim, é de bom alvitre tecermos considerações individualizadas concernentes a cada recurso submetido à apreciação do CRF/PB, vejamos:

I - Recurso Ordinário ou Voluntário - é o recurso posto a disposição do contribuinte quando não concorda com a decisão proferida em 1ª instância pela *Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais (GEJUP),* referente à condenação total ou parcial da acusação fulcrada no auto de infração, é a forma de o contribuinte provocar uma nova análise sobre a decisão proferida anteriormente, dentro do mesmo processo, para reformá-la, modificá-la ou integrá-la.

Sendo cabível este tipo de recurso quando da decisão favorável à Fazenda estadual proferida em primeira instância, em processo contencioso ou de consulta, no prazo de *30 (trinta)* dias, contados da data da intimação da sentença, na forma do ***art. 698*** do RICMS/PB,

tendo efeitos suspensivo e devolutivo.

Devendo ser considerado ordinário o recurso que, sendo legalmente admitido, não se enquadrar em qualquer dos recurso disciplinados nos ***incisos II a V*** do ***art. 53*** deste Regimento. *(Recurso Agravo, Agravo Regimental, Obrigatório ou Ofício e Embargos Declaratórios).*

II - Recurso de Agravo - É o recurso colocado à disposição do contribuinte quando a sua peça reclamatória ou recursal for considera intempestiva pela Repartição preparadora.

Assim, caberá recurso de agravo, dirigido ao CRF, dentro dos *10 (dez)* dias que se seguirem à ciência do despacho que determinou o arquivamento da reclamação ou recurso para reparação de erro na contagem de prazo pela repartição preparadora.

O agravo mencionado será processado em apenso aos autos principais, tendo julgamento preferencial na instância superior.

O CRF/PB, apreciará o recurso com as alegações do contribuinte na tentativa de provar que a impugnação ou recurso teria sido protocolado dentro do prazo regulamentar, cabendo a decisão da segunda instância prover o Recurso de Agravo, dando razão ao contribuinte, ou desprovê-lo, dando razão a Repartição preparadora.

Ao prover o recurso, a peça de defesa será considerada tempestiva, devendo ser acostada aos autos para apreciação e julgamento da instância administrativa de julgamento, conforme o caso, porém, sendo desprovido o recurso, será mantido o arquivamento da petição defensual pela Repartição preparadora e lavrado o *Termo de Revelia*, cujo crédito tributário deverá ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa.

Sendo mister ressaltarmos não ser admissível nesse tipo de recurso a análise de mérito quanto a matéria objeto da acusação, prestando-se apenas para reexame do prazo para apresentação da peça defensual, determinando a legitimidade ou não do arquivamento da defesa ou recurso pela Repartição Preparadora, exceto quando se tratar de matéria de ordem pública, a exemplo da decadência.

III - Recurso de Agravo Regimental - Caberá agravo regimental, no prazo de *03 (três)* dias da data da ciência da decisão monocrática proferida pela Presidência do CRF, nas hipóteses do ***§ 2º*** do ***art. 24*** e do ***art. 41*** deste Regimento, transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 24. As partes poderão requerer preferência para inclusão em pauta, de qualquer recurso interposto, desde que fundada em circunstâncias que justifiquem a urgência do julgamento.***
>
> ***§ 2º A negatória referida no § 1º ensejará agravo regimental ao Corpo Deliberativo, devendo a questão incidente ser decidida na primeira sessão subsequente à protocolização do recurso previsto no inciso III do art. 53.***
>
> ***Art. 41. Cabe exceção de suspeição contra o Conselheiro que, impedido de decidir sobre determinada questão, não declarar, espontaneamente, o seu impedimento.***

No caso vertente, protocolizada a petição de Agravo Regimental, o Presidente, caso não reconsidere o seu ato, e independentemente de pauta ou qualquer formalidade, mandará por o recurso em mesa para julgamento pelo Conselho Pleno na primeira sessão seguinte.

Portanto, o Recurso de Agravo Regimental tem por origem uma decisão denegatória tomada pelo presidente referente a um pedido do contribuinte de inclusão do processo em pauta ou quando da alegação de exceção de suspeição contra um Conselheiro que efetivamente impedido de decidir sobre determinada questão, não tenha se declarado impedido.

IV -Recurso Obrigatório ou De Ofício - Caberá recurso obrigatório ao CRF das decisões de primeiro grau contrárias aos interesses da Fazenda estadual, proferidas em processos contenciosos ou de consulta, tendo o recurso obrigatório efeito suspensivo e devolutivo.

Dispõe o *Regimento Interno do CRF/PB*, no ***§ 2º*** do ***art. 80***, que quando instada, a *Assessoria Jurídica* deverá, no prazo de *05 (cinco)* dias, oferecer parecer fundamentado sobre a matéria recorrida.

Portanto, toda vez que houver uma decisão contrária à Fazenda estadual no todo ou em parte, cujo valor não seja motivo de dispensa do recurso, deverá a instância da decisão inferior recorrer à instância superior, subscrevendo no final da sentença uma manifestação mediante declaração na própria decisão acerca desse fato.

V - Recurso de Embargos de Declaração - O Recurso de Embargos de Declaração será interposto pelo contribuinte, pelo autor do feito ou pela Fazenda Pública, em petição dirigida ao relator, quando houver ***omissão, obscuridade*** ou ***contradição,*** na decisão proferida.

Devendo os embargos de declaração ser interpostos no prazo de *05 (cinco)* dias contados da data da ciência ao contribuinte, computando-se em dobro o prazo para recorrer, quando a parte embargante for a Fazenda Pública do Estado.

Dispondo o Regimento Interno que o recurso deverá ser distribuído ao relator do voto vencedor, se possível, e julgado, preferencialmente, na primeira sessão ordinária que se realizar após a apresentação do processo relatado.

Devendo a *Assessoria Jurídica,* quando instada, oferecer parecer fundamentado sobre a matéria recorrida no prazo de *05 (cinco)* dias.

Nesse tipo de recurso, a condição *sine qua non* de admissibilidade tem por cerne os requisitos de omissão, contradição ou obscuridade, haja vista a ausência de um desses requisitos levar o Relator a não recebimento da peça recursal.

Pois no caso vertente, vislumbra-se que alguns recursos de Embargos de Declaração trazem em seu bojo a rediscussão da matéria, a qual já foi objeto de julgamento em decorrência de recurso voluntário, o que enseja o não recebimento do recurso.

Assim como é de bom alvitre ressaltarmos não ser admissível no recurso de Embargos, a juntada de novas provas, haja vista não ser possível nessa fase processual a apresentação de provas, exceto se tais provas já tivessem sido objeto de alegação do recurso voluntário.

55.8-DA SUSTENTAÇÃO ORAL.

A sustentação oral é uma prerrogativa do advogado, instituída em favor da parte acusada, amparada no princípio constitucional do direito à ampla defesa, e que se apresenta como condição de esclarecimento ao julgador, de determinada situação jurídica que pode passar despercebida.

Na sustentação oral o advogado tem a oportunidade de renovar os pontos, objeto do recurso, destacando nas suas razões, os elementos informativos da lide, a fim de esclarecer a questão controversa, possibilitando ao Julgador, o seu exame, ou ponto relevante, como ocorre nas vezes em que o processo é retirado de pauta pela força dos argumentos que são aduzidos da tribuna.

Portanto, infere-se que será facultada a sustentação oral de recurso perante o Conselho de Recursos Fiscais, com observância do princípio do contraditório e da ampla defesa, na forma disciplinada nos ***arts. 66 e 67*** do seu *Regimento Interno (Decreto nº 31.502/2010)*, transcrito *ipsis litteris* abaixo*:*

> ***Art. 66. A sustentação oral do recurso, na hipótese do inciso I do art. 53 deste Regimento, poderá ser realizada pelos representantes legais ou por intermédio de advogado, com mandato regularmente outorgado.***
>
> ***§ 1º No caso de advogado ou representante legal ainda não constituído nos autos, a sustentação oral depende de requerimento acompanhado do devido mandato outorgado, apresentado até 48 (quarenta e oito) horas antes do julgamento.***
>
> ***§ 2º O defensor é obrigado a manter postura e linguagem compatíveis com a dignidade do Órgão Julgador, guardando o devido respeito às autoridades constituídas e obedecendo aos prazos e determinações legais.***
>
> ***§ 3º O defensor terá acesso ao recinto das sessões e, somente, poderá se pronunciar quando autorizado.***
>
> ***§ 4º Lido o relatório, o Presidente concederá a palavra, durante 20 (vinte) minutos, ao recorrente, em seguida ao recorrido, por igual período. Havendo mais de um representante de cada uma das partes, o tempo será dividido entre elas, conforme***

convencionado.

§ 5º Os oradores não poderão ser interrompidos em seus pronunciamentos, senão para atender a pedido de esclarecimento, veiculado através do Presidente.

§ 6º Havendo pedido de sustentação oral, a ata consignará a circunstância, indicando o nome do defensor, sempre que perfeitamente legível nos autos.

§ 7º Qualquer das partes, em qualquer momento, poderá fazer uso da palavra para esclarecer situação de fato sobre o processo em julgamento, desde que aceita a intervenção pelo Presidente.

Art. 67. Concluídos os pronunciamentos orais, o Presidente iniciará a votação.

Muitas vezes, o advogado da parte apresenta *"memorial"* contendo suas alegações de defesa, independente de haver defesa oral, com o objetivo de explicitar ao julgador ou relator, de forma resumida, os pontos que entende ser legítimo para descaracterização da acusação.

No caso em tela, o memorial é uma petição contendo as alegações de defesa de forma resumida, que geralmente é distribuído a cada Conselheiro, para que os mesmos analisem as questões trazidas quanto ao mérito da matéria objeto de julgamento, sendo uma tentativa do causídico de demonstrar os pontos jurídicos que entende ser mais importantes e legítimos para rechaçar a denúncia, tornando-a improcedente.

55.9-DAS SESSÕES DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS (Regimento Interno).

O CRF realizará, por convocação da Presidência, e mediante inclusão em pauta, as seguintes sessões:

I - ordinária, para julgamento dos Processos Administrativos Tributários;

II - extraordinária, para:

a) eliminar ou diminuir o acúmulo de Processos Administrativos Tributários;
b) matérias de interesse administrativo;

III - especial, independentemente de publicação, para:

a) solenidade de posse;
b) exame de questões que não importem em julgamento;
c) prática de atos de caráter civil ou social.

Quando não houver expediente normal nas repartições estaduais no dia da realização da sessão ordinária, será esta transferida para a data subsequente que tenha expediente normal.

As sessões serão públicas, salvo nos casos de questões que, por sua natureza, devam ser tratadas reservadamente e terá início na hora marcada, por declaração do Presidente, desde que constatada a existência de número de Conselheiros regular para deliberação.

Não havendo o comparecimento de Conselheiros em número suficiente para deliberação, considerar-se-á reconvocada a sessão para os *30 (trinta)* minutos subsequentes.

Ao fim deste prazo, permanecendo a ausência de *quorum*, o Presidente declarará a ocorrência, mandando que seja lavrado o termo correspondente, mencionando neste a ocorrência e todas as circunstâncias que, para ela tenham concorrido, registrando, inclusive, os nomes dos faltosos.

55.10-DA DECISÃO DOS CONSELHEIROS.

Os Conselheiros poderão, a qualquer tempo, arguir o relator sobre os fatos e aspectos do feito, sendo o voto dever indeclinável dos Conselheiros, salvo nos casos de impedimento e suspeição.

Assim, cada Conselheiro disporá de tempo razoável para

proferir seu voto, podendo fundamentá-lo de forma oral ou escrita, ou ainda modificar o seu pronunciamento, desde que antes da proclamação do resultado.

Não poderá o Conselheiro alegar abstenção para não proferir seu voto em um julgamento, salvo na hipótese de o mesmo não ter assistido à leitura do relatório feita na mesma sessão de julgamento, seja por atraso ou qualquer outro motivo.

Sendo mister ressaltar que o Conselheiro Relator deverá, preferencialmente, devolver o processo após o julgamento, com o acórdão devidamente lavrado, contendo ementa, relatório, fundamentação, disposição e decisão votada.

Caso entenda necessária, a entrega do acórdão poderá ser feita na Secretaria do CRF, no prazo máximo de *05 (cinco)* dias, contados da data do julgamento, para a devida juntada ao processo e publicação do acórdão.

Lembrando que qualquer um dos Conselheiros, exceto o presidente, poderá proferir voto divergente dos demais, de forma escrita ou oral, com a devida fundamentação.

55.11-DO RECURSO DE OFÍCIO PARA O CONSELHO PLENO.

O recurso de ofício é uma espécie de recurso automático, obrigatório, que ocorre mesmo quando a parte se abstém de recorrer.

Funciona como uma homologação da decisão da instância superior referente à decisão da instância inferior, quando a decisão for contrária à Fazenda estadual, integralmente ou parcialmente e não for unânime.

Assim, dispõe o ***art. 84*** da Lei nº 10.094/13, que das decisões das Câmaras de Julgamento do Conselho de Recursos Fiscais, previstas no Regimento Interno daquele órgão, contrárias à Fazenda Estadual, haverá recurso de ofício, para o Conselho Pleno do Conselho de Recursos Fiscais.

Todavia, será dispensada a interposição do recurso de ofício quando o valor atualizado da parte contrária à Fazenda Estadual não exceder 4.000 (quatro mil) UFR-PB, vigente à data da decisão.

55.12-DA REVOGAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE DISCIPLINAVAM A INSTÂNCIA ESPECIAL.

Vale ressaltar que os dispositivos que disciplinavam a Instância Especial (art. 88 e 89 da Lei nº 10.094/2013), foi revogado pelo inciso III do art. 6º da Medida Provisória nº 263, de 28.07.17 – DOE de 29.07.17, a qual foi convertida na Lei nº 10.977/17 – DOE de 26.09.17.

Não havendo mais a instância especial, passando as decisões do Conselho de Recursos Fiscais serem definitivas na seara administrativa.

55.13-DO ACÓRDÃO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS.

Acórdão é a decisão dada em um processo ou recurso, por um colegiado de juízes, desembargadores ou Ministros, em 2ª instância ou Tribunais superiores, ou no nosso caso, pelos Conselheiros.

Mister se faz lembrar que em primeira instância temos o juiz monocrático, e a decisão tomada por este juiz monocrático ou de primeiro grau, dar-se o nome de "**Sentença"**; já uma decisão dada em um tribunal em razão de um recurso dar-se o nome de "**Acórdão"**.

Partindo dessa premissa, infere-se que o acórdão proferido pelo Conselho de Recursos Fiscais substituirá a decisão recorrida naquilo que tiver sido objeto do recurso e, observará, no que couber, os requisitos estabelecidos no ***art. 75*** desta *Lei nº 10.094/13*, sem prejuízo do que estiver previsto em legislação.

EXEMPLO DE ACÓRDÃO:

RECURSO DE AGRAVO PROVIDO. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA E JURISPRUDÊNCIA RECENTE EMBASARAM DECISÃO DE TEMPESTIVIDADE NA APRESENTAÇÃO DA PEÇA DEFENSUAL.

A interposição de Recurso de Agravo caracteriza-se como remédio jurídico atinente a erro na contagem de prazo, pertinente a direito objetivo. In casu, o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, adicionado a jurisprudência recente desta Corte Administrativa trazidas às razões agravadas pelo recorrente, constituíram-se de fundamentos suficientes ao embate de prazo

processual. Por consequência, acatada a peça reclamatória por tempestiva.

A C O R D A M os membros deste Conselho de Recursos Fiscais, à unanimidade, e, de acordo com da relatora pelo recebimento do RECURSO DE AGRAVO, por regular e tempestivo, e, quanto ao mérito, pelo seu PROVIMENTO, em face da tempestividade da peça reclamatória apresentada em 18 de junho de 2013, fls. 08 a 24, contra o Auto de Infração de Mercadoria em Trânsito com Documento de Origem nº 90133023.10.00000137/2013-79, lavrado em 15/05/2013, para se anular o despacho emitido pela Coletoria Estadual de Bayeux, que determinou o arquivamento da peça defensual apresentada pela empresa solidária XXXXXXXXXXX., inscrita no CCICMS sob o nº 16.000.000-0, devidamente qualificada nos autos, devolvendo–se o processo à Repartição Preparadora para sua tramitação normal na forma da legislação que rege a espécie.

55.14-DEFINIÇÃO DE EMENTA.

A **ementa** consiste em breve apresentação do conteúdo do acórdão e, por isso, deve ser feita de forma clara e concisa.

Por meio dela sabe-se de imediato a matéria relacionada na decisão do Tribunal. Trata-se do resumo, do sumário do acórdão.

De acordo com o ***art. 943, § 1º***, do Novo *Código de Processo Civil, "todo acórdão conterá uma ementa"*.

Nesse diapasão, vislumbra-se que o ***art. 86*** da Lei nº 10.094/13, determina que as ementas dos acórdãos do Conselho de Recursos Fiscais deverão ser publicadas em órgão da imprensa oficial do Estado e o inteiro teor da decisão no *"site"* da Secretaria de Estado da Receita.

EXEMPLO DE EMENTA:

RECURSO DE AGRAVO PROVIDO. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA E JURISPRUDÊNCIA RECENTE EMBASARAM DECISÃO DE TEMPESTIVIDADE NA APRESENTAÇÃO DA PEÇA DEFENSUAL.

A interposição de Recurso de Agravo caracteriza-se como remédio jurídico atinente a erro na contagem de prazo, pertinente a direito objetivo. In casu, o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, adicionado a jurisprudência

recente desta Corte Administrativa trazidas às razões agravadas pelo recorrente, constituíram-se de fundamentos suficientes ao embate de prazo processual. Por consequência, acatada a peça reclamatória por tempestiva.

55.15-DA INTIMAÇÃO DAS DECISÕES DO CRF.

A intimação às partes, da decisão do Conselho de Recursos Fiscais, far-se-á através da Repartição preparadora do processo, de acordo com o disposto no ***art. 11*** da Lei nº 10.094/13.

Dessa forma, após prolatada a decisão, sendo contrária ao contribuinte, deverá ser notificado o sujeito passivo para realizar o recolhimento do crédito tributário referente à decisão ou apresentar recurso de *Embargos Declaratórios*, caso entenda ter havido omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida, não o fazendo no prazo regulamentar *-5 (cinco) dias da ciência-* o crédito tributário será inscrito em Dívida Ativa para cobrança judicial.

Sendo a decisão contrária à Fazenda no todo ou em parte, não havendo a unanimidade dos votos, deverá ser notificado o sujeito passivo para apresentar recurso de *Embargos Declaratórios,* caso entenda ter havido omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida, não o fazendo no prazo regulamentar, será o processo encaminhado para a 3º instância ou instância especial para apreciação e julgamento.

Após a decisão da instância especial, mantendo-se a condenação do contribuinte, deverá este ser notificado para recolher, dentro do prazo legal, o crédito tributário objeto da condenação, não o fazendo, o crédito será lançado em Dívida Ativa para cobrança judicial.

55.16-DA INSTÂNCIA ESPECIAL E A CORREÇÃO DA SUA REVOGAÇÃO.

A instância especial era exercida pelo Secretário da Fazenda, no julgamento de processos oriundos do Conselho de Recursos Fiscais, conforme dispunha o ***art. 84*** da Lei nº 10.094/13.

No caso em apreço, vislumbramos que a instância especial

funcionava como uma 3º instância de julgamento, servindo em tese, para reapreciar as decisões proferidas no Conselho de Recursos Fiscais contrárias no todo ou em parte à Fazenda estadual e não unânimes.

Onde se vislumbra, com a *devida venia*, tratar-se de uma anomalia processual, tendo em vista uma decisão de um colegiado ficar subjugada a uma decisão monocrática, que pode reverter *in totum* a decisão prolatada por um colegiado, no caso, o Conselho de Recursos Fiscais.

Fato este deletério à sociedade como um todo e cerceador do direito de defesa do contribuinte, haja vista a possibilidade de interferência política ou mesmo arrecadatória nas decisões prolatadas.

Pois não há como se conceber a possibilidade de reforma de uma decisão colegiada por um julgamento monocrático realizado por um Secretário de Estado e sua assessoria, que em tese, não dispõe do mesmo conhecimento técnico/jurídico que dispõe um órgão paritário e colegiado de 2º instância de julgamento de processos administrativos, a exemplo do Conselho de Recursos Fiscais, o qual é um órgão composto de integrantes de ilibada reputação e notório saber jurídico, cujos membros são especialistas na seara fiscal/tributária, onde as decisões proferidas são analisadas em profundidade e posta em discussão e debate em sessões de julgamento.

Em razão desse fato é que não se encontra mais esta anomalia processual em outras unidades da Federação, haja vista à Paraíba ser um dos únicos Estados da Federação que detinha a competência de reformar monocraticamente uma decisão colegiada prolatada pela maioria de votos dos membros do Conselho de Recursos Fiscais em sessão de julgamento.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que o bom senso prevaleceu, onde rassaltamos que os dispositivos que disciplinavam a Instância Especial (art. 88 e 89 da Lei nº 10.094/2013), foram revogados pelo inciso III do art. 6º da Medida Provisória nº 263, de 28.07.17 – DOE de 29.07.17, a qual foi convertida na Lei nº 10.977/17 – DOE de 26.09.17.

Não havendo mais a instância especial, passando as decisões do Conselho de Recursos Fiscais serem definitivas na seara administrativa.

55.17-DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES.

Como dispõe o ***art. 55*** da Lei nº 10.094/13 *(PAT/PB),* não se inclui na competência dos órgãos julgadores:

I - a declaração de inconstitucionalidade;
II - a aplicação de equidade.

Porém, perquire-se da dicção do ***art. 89*** do mesmo diploma legal, que apesar do Conselho de Recursos Fiscais não ter competência para aplicação da equidade, ele pode propor ao Secretário de Estado da Receita.

Pois as propostas de aplicação de equidade apresentadas pelo Conselho de Recursos Fiscais atenderão à características pessoais ou materiais da espécie julgada e serão restritas à dispensa total ou parcial da penalidade pecuniária, nos casos em que não houver reincidência nem sonegação, fraude ou conluio.

55.18-DAS SÚMULAS DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS.

No direito brasileiro, chama-se ***Súmula*** um verbete que registra a interpretação pacífica ou majoritária adotada por um Tribunal a respeito de um tema específico, a partir do julgamento de diversos casos análogos, com a dupla finalidade de tornar pública a jurisprudência para a sociedade, bem como de promover a uniformidade entre as decisões.

Assim dispõe o ***art. 90*** da Lei nº 10.094/13, que Compete ao Conselho de Recursos Fiscais, apreciar proposta de súmula para consolidar suas decisões reiteradas e uniformes.

A proposta de súmula será de iniciativa dos Conselheiros do CRF ou dos representantes da Procuradoria Geral do Estado junto

ao CRF.

Onde a proposta de *Súmula* aprovada por pelo menos *2/3 (dois terços)* dos votos dos membros do Conselho de Recursos Fiscais deverá ser submetida ao *Secretário de Estado da Receita.*

Pois só depois de ratificada pelo S*ecretário de Estado da Receita* e publicada em órgão oficial do Estado, a *Súmula* terá efeito vinculante em relação à Administração Tributária Estadual e aos contribuintes e responsáveis.

Entende-se por efeito vinculante um entendimento jurisprudencial que quando sumulado, torna-se obrigatório, ao qual todos os outros tribunais e juízes, bem como a Administração Pública, Direta e Indireta, terão que seguir.

No caso da *Súmula* editada pelo Conselho de Recursos Fiscais, o seu entendimento vincula à Administração Tributária Estadual e os contribuintes e responsáveis.

Na prática, adquire força de lei, criando um vínculo jurídico e possuindo efeito *erga omnes*.

Todavia, mister se faz lembrar, conforme dispõe o art. 91, que a *Súmula* poderá ser revista ou cancelada por proposta dos Conselheiros do Conselho de Recursos Fiscais, ou dos representantes da Procuradoria Geral do Estado junto ao CRF.

A revisão ou o cancelamento da súmula observará, no que couber, os procedimentos e critérios adotados para sua ediçã, onde a sua revisão ou cancelamento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Secretaria da Fazenda - DOe-SEFAZ.

56-DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS TRIBUTÁRIAS.

Após o julgamento dos processos administrativos tributários pelas instâncias administrativas de julgamento, as respectivas decisões em cada fase de julgamento em que houver o deslinde da matéria, será considerada definitiva, sujeitando o contribuinte ao recolhimento do crédito tributário devido, sob pena de cobrança

judicial através da execução fiscal.

Dessa forma, para efeito das providencias cabíveis, dispõe o ***art. 90*** da Lei nº 10.094/13, que são definitivas as decisões:

> *I – de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto, desde que não esteja sujeita a recurso de ofício;*
>
> *II – de segunda instância, que não caiba mais recurso, ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem sua interposição;*

Bem como também são consideradas definitivas as decisões de primeira instância na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.

Ou seja, caso seja prolatada a decisão singular contrária ao contribuinte referente a duas acusações, porém, o contribuinte em seu recurso só apresenta alegações de defesa apenas contra uma das infrações, nesse caso a outra infração não questionada será considerada definitiva, cabendo as providencias legais para cobrança do crédito tributário após intimação do sujeito passivo.

Assim como, havendo uma decisão de primeira instância contrária à Fazenda estadual, porém, dispensada em decorrência de determinação legal da interposição de recurso de ofício, será também considerada definitiva.

Portando, demonstramos abaixo como se processa a execução das decisões:

EXECUÇÃO DAS DECISÕES

INSTÂNCIAS	SITUAÇÕES	PROVIDÊNCIAS
1º Instância	-Decisão contrária no todo ou em parte ao sujeito passivo -Esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.	-Decisão definitiva, não havendo o pagamento, fazer inscrição do débito em Dívida Ativa.

1º Instância	-Decisão contrária no todo ou em parte ao sujeito passivo -Na parte não questionada pelo sujeito passivo e que não foi objeto de recurso voluntário.	Decisão definitiva, deve o sujeito passivo recolher a parte não questionada, não o fazendo o crédito tributário referente a esta parte será inscrito em Divida Ativa.
1º Instância	-Decisão contrária à Fazenda estadual no todo ou em parte - Não estiver sujeita ao recurso de ofício.	Decisão definitiva, o sujeito passivo será eximido do pagamento da parte do crédito tributário julgado a seu favor.
2º Instância	-Decisão contrária total ou parcialmente ao sujeito passivo.	Decisão definitiva, caso não tenha havido recurso de Embargos, deve o sujeito passivo recolher a quantia devida, referente a parte objeto da condenação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.
2º Instância	-Decisão contrária total ou parcialmente à Fazenda estadual sem recurso de ofício. (Decisão unânime)	Decisão definitiva, caso não tenha havido recurso de Embargos, o sujeito passivo será eximido do pagamento da parte que lhe foi favorável.

2º Instância	-Decisão contrária total ou parcialmente à Fazenda estadual com recurso de ofício. (Decisão não unânime)	Caso não tenha havido recurso de Embargos, haverá recurso de ofício para Instância Especial.

57-DA INTIMAÇÃO DAS DECISÕES CONDENATÓRIAS.

Das decisões condenatórias proferidas em processos administrativos tributários serão intimados os sujeitos passivos, os responsáveis solidários e os co-responsáveis, conforme for, fixando-se o prazo de *30 (trinta)* dias para cumprimento ou satisfação da quantia exigida, à vista ou parcelada, dos tributos e multas ou para delas recorrer enquanto admissível essa providência (***art. 93*** da Lei nº 10.094/13).

Nesse caso, após uma decisão condenatória, seja ela de primeira ou segunda instância, todos aqueles que possivelmente poderão arcar com o ônus do pagamento, cujos nomes constam no auto de infração, deverão ser intimados para recolher a quantia exigida, ou recorrer administrativamente, se for o caso.

Lembrando que a intimação será feita sempre pela repartição preparadora do processo, na forma disciplinada na Lei do PAT/PB.

58-DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.

Dívida ativa é o crédito público não extinto por pagamento e não afetado por nenhuma causa de suspensão de exigibilidade, registrado no cadastro da Dívida Ativa através de ato administrativo próprio denominado de inscrição.

Assim, se o crédito for de natureza tributária teremos a Dívida Ativa Tributária, de que trata o ***art. 201*** do *Código Tributário Nacional,* infracitado:

> ***Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela***

lei ou por decisão final proferida em processo regular.

O tema *"dívida ativa"*, além de ser regulado nos ***arts. 201 a 204*** do *Código Tributário Nacional,* possui tratamento privilegiado em inúmeros outros diplomas legais, a exemplo da Constituição Federal ***(art. 131, §3º),*** da Lei nº 4.320/64 ***(art. 39)*** e da Lei nº 6.830/80 ***(arts. 2º e 3º).***

No caso da Constituição Federal, o assunto aparece para consagrar uma das mais relevantes competências da *Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional*, pois estabeleceu o constituinte, caber ao referido órgão, a execução judicial da dívida ativa da União de natureza tributária.

A legislação de cada ente estatal, sujeita a possibilidade de auto-organização, como manifestação da autonomia política definida no texto constitucional, estabelece quais são os órgãos e os agentes públicos incumbidos da atividade de inscrição de débitos em dívida ativa.

A *Lei nº 4.320/64*, diploma regulador das normas gerais de direito financeiro, determina que os créditos das Fazendas Públicas não pagos serão inscritos num registro específico como *"Dívida Ativa"*.

O mencionado diploma legal chega a classificar explicitamente a Dívida Ativa como Tributária e Não-Tributária.

No primeiro caso, temos os créditos, as penalidades e os adicionais pecuniários previstos na legislação tributária.

Já no segundo caso, conforme a letra da lei, temos *"os demais créditos da Fazenda Pública"*.

A *Lei nº 6.830/80*, que trata da execução judicial para cobrança da Dívida Ativa das Fazendas Públicas, conforme os termos de seu ***art. 1º,*** reitera expressamente, no ***art. 2º***, as definições da *Lei nº 4.320/64*, quanto à Dívida Ativa, sua natureza e subdivisão em Tributária e Não-Tributária.

Destarte, dispõe o ***art. 94*** da Lei nº 10.094/13, que após tornada definitiva a decisão administrativa e não sendo satisfeita pelo sujeito passivo a exigência do crédito tributário dentro do

prazo regulamentar, à vista ou parceladamente, será o débito inscrito em divida ativa pela *Procuradoria Geral do Estado* para posterior execução judicial ou extrajudicial.

Em resumo, perquire-se que após a decisão administrativa desfavorável ao contribuinte e sem possibilidade de recursos, estará caracterizada a decisão como definitiva, devendo o sujeito passivo ser intimado a realizar o recolhimento do crédito tributário objeto da condenação dentro dos *30 (trinta)* dias regulamentar, não o fazendo, será o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa.

Onde mister se faz lembrar que o débito inscrito em Divida Ativa se sujeita, quando da cobrança amigável ou contenciosa, ao pagamento dos honorários devidos à *Procuradoria Geral do Estado*, na forma estabelecida pelo **Conselho Gestor do Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba - FUNPEPB**, de acordo com a Lei Estadual nº 9.004/2009, observado, ainda, o que dispuser norma complementar (***art. 94, parágrafo único*** da Lei nº 10.094/13).

58.1-DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA.

O *Código Tributário Nacional* dispõe em seu ***art. 202***, sobre as informações que devem conter o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, vejamos:

> *I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;*
>
> *II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;*
>
> *III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;*
>
> *IV - a data em que foi inscrita;*

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Sendo estes os requisitos essenciais de uma certidão de dívida ativa, sob pena de nulidade.

58.2-DA PRESUNÇÃO DA DÍVIDA ATIVA.

A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, ou seja, a presunção é relativa *(juris tantum)*, invertendo-se o ônus probante para o sujeito passivo.

Portanto, fica a cargo do sujeito passivo ou de terceiros a quem aproveite, o ônus de ilidi-la por prova inequívoca.

Assim, precluso o prazo para o pagamento do crédito tributário após a decisão administrativa definitiva, sem que tenha sido satisfeita a obrigação tributária, terá à Fazenda estadual o prazo de 5 anos para que se processe, pelo juíz, a citação do executado, sob pena de prescrição, conforme dispõe o ***art.174*** do CTN, *verbis:*

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Devendo ser lembrado que a prescrição se interrompe pelas causas descritas abaixo:

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; (Redação dada pela LC nº 118, de 2005)

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Vislumbramos que a forma mais frequente de interrupção da prescrição ocorria anteriormente ao advento da LC nº 118/2005, através da citação pessoal feita ao devedor, conforme dispunha o ***art. 174, incisio I*** do *Código Tributário Nacional,* porém, após a vigência da Lei Complementar mencionada, que trouxe novo texto para o ***art. 174, parágrafo único, inciso I***, a prescrição passou a se interrompida não mais pela citação pessoal feita ao devedor, e sim, ***pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;***

Dessa forma, após ocorrido quaisquer dos fatos descritos acima, o prazo prescricional fica interrompido, dispondo à Fazenda estadual, dai para frente, de todo tempo possível para cobrança judicial, haja vista não haver prescrição de crédito tributário em fase de execução, cujo despacho de citação já foi efetuada pelo juiz, exceto no caso de ocorrer o que chamamos de **prescrição intercorrente**.

A prescrição pode ser intercorrente, se após a citação, o devedor não quitar a dívida e não dispôr de bens para penhora, onde após o seu sobrestamento pelo período de *1 (um)*, ainda não sendo encontrado bens para penhora, será o processo sobrestado novamente, o que chamamos de arquivo vivo.

Assim, se a contar dessa data não for realizado qualquer procedimento de cobrança, passado o prazo de *5 (cinco)* anos, contados da data do início do segundo sobrestamento, poderá ser solicitada pelo devedor a prescrição intercorrente.

Devendo ser ressaltado que esse tipo de prescrição não se aplica ao Processo Administrativo Tributário.

59.DO LEILÃO.

O leilão ou hasta é uma modalidade de negociação, muito difundida em órgãos públicos e empresas privadas, facilitando de maneira simples e rápida a compra e venda de bens.

No caso de leilões públicos de venda, o leiloeiro irá ler as

condições de venda descritas no catálogo, as quais deverão ser acompanhadas por todos os compradores.

Em seguida, os lotes em leilão serão anunciados um a um. Assim que o lote de interesse da pessoa for anunciado, ela deverá levantar a mão para dar um lance, caso necessário, deverá falar ao leiloeiro o valor do seu lance.

Lote é um conjunto formado de um ou mais bens que serão leiloados. No caso de leilão de veículos por exemplo, um lote pode ser formado por apenas um automóvel, enquanto em um leilão de materiais um lote pode ser constituído por um conjunto de motores e peças diversas.

Caso existam mais pessoas interessadas no mesmo lote inicia-se uma disputa para decidir quem dará o maior lance começando com o lance mínimo, sendo basicamente uma disputa de *"quem dá mais"* .

Lance mínimo é o menor preço para que um determinado lote seja vendido, se o lance mínimo não for atingido será aceito um lance condicional, *"lance condicional"* é o termo utilizado quando o maior lance ofertado por um bem leiloado não atinge o valor mínimo de venda exigido por seu vendedor *(arrematante).*

No caso vertente, o leilão é muito utilizado pela Fazenda estadual para apurar o valor do imposto devido através da alienação do bem apreendido ou abandonado, pois no caso de apreensão de bens ou mercadorias ou seu abandono, a execução far-se-á pela venda dos produtos em leilão.

Os Processos Administrativos Tributários referentes às mercadorias ou bens apreendidos terão tramitação, apreciação célere e prioritária em relação às demais matérias postas em julgamento, principalmente quando se tratar de mercadorias perecíveis.

Dispõe o ***art. 96,*** que os bens ou mercadorias declaradas abandonadas por decisão administrativa irreformável da Secretaria de Estado da Fazenda deverão ser destinadas para leilão, doação, incorporação ou destruição

Determina o ***§ 2º*** do ***art. 96*** da Lei nº 10.094/13, que o Estado poderá, antes da venda em leilão, exercer o direito de incorporar a

órgãos da administração pública direta ou indireta estadual, doar a órgãos da administração pública direta ou indireta federal ou municipal, dotados de personalidade jurídica de direito público, doar às entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal.

Neste diapasão, considera-se abandonada a mercadoria que:

> *I – se não impugnado o Auto de Infração ou não retirados os bens ou mercadorias retidas, no prazo de 30 (trinta) dias após a ciência;*
>
> *II – não forem retirados em 30 (trinta) dias, do trânsito em julgado da decisão administrativa contrária ao sujeito passivo;*
>
> *V – não forem retiradas pelo interessado no prazo de 60 (sessenta) dias, após decisão administrativa ou judicial definitiva favorável ao sujeito passivo;*
>
> *VI – na impossibilidade de identificação do sujeito passivo.*

As mercadorias abandonadas sem identificação do sujeito passivo poderão ter a destinação prevista no § 2º do art. 96, imediatamente, após a formalização do processo administrativo tributário, quando se tratar de:

> *I - semoventes, perecíveis, inflamáveis e explosivos ou outras mercadorias que exijam condições especiais de armazenamento;*
>
> *II - mercadorias deterioradas, danificadas, estragadas, com data de validade vencida, que não atendam exigências sanitárias ou agropecuárias, ou que estejam em desacordo com regulamentos ou normas técnicas.*

Considerar-se-ão abandonados os bens ou mercadorias nas situações elencadas acima, as quais, desde que não sejam objeto de incorporação ou doação, estarão em disponibilidade para alienação em leilão.

Devendo ser ressaltado que na hipótese dos bens ou das mercadorias aprendidas estarem assegurando o valor do crédito tributário exigido e sejam declaradas abandonadas em decisão administrativa irreformável da Secretaria de Estado da Fazenda e, posteriormente, destinadas à doação, à incorporação ou à destruição, nos termos desta Lei, o citado crédito tributário será declarado extinto.

Todavia, enquanto não tiver ocorrida a destinação dos bens ou das mercadorias declaradas abandonadas, o sujeito passivo poderá requerer a sua devolução, mediante o pagamento do valor do crédito tributário, acrescido dos devidos acréscimos legais.

Lembrando que a determinação da modalidade de destinação que deve ser aplicada as mercadorias abandonadas compete ao Secretário Executivo da Receita da Secretaria de Estado da Fazenda, cabendo a Comissão de Leilão sa responsabilidade pelos procedimentos administrativos referentes ao leilão, à doação ou à incorporação de bens ou mercadorias abandonadas.

Bem como a Comissão de Destruição de mercadorias será responsável pelos procedimentos administrativos referentes à destruição de mercadorias abandonadas.

Na hipótese em que as mercadorias apreendidas se encontrarem em poder de depositário fiel, e, após intimação não forem devolvidas, serão adotadas as medidas jurídicas cabíveis.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos a impossibilidade da prisão do depositário infiel, conforme se infere na **Súmula** do *Supremo Tribunal Federal* que assim dispõe:

> **Súmula Vinculante 25**
> *É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.*

59.1-DA VENDA DE BENS E MERCADORIAS EM LEILÃO.

Quando determinada a venda em leilão, o chefe da repartição preparadora, mediante despacho exarado no processo, designará *2 (dois)* servidores, um dos quais, Auditor Fiscal Tributário Estadual, de preferência, o próprio autor do procedimento, para classificarem e avaliarem as mercadorias ou bens, tendo em vista os preços correntes na praça ou de outras localidades.

59.2-DA COMISSÃO DE LEILÃO.

Dispõe o ***art. 99*** que A comissão de leilão será designada pelo Secretário Executivo da Receita da Secretaria de Estado da Fazenda, e integrada por, no mínimo, 3 (três) servidores públicos em exercício na Secretaria de Estado da Fazenda, cabendo a um deles a presidência da mencionada comissão.

Não poderão participar da comissão de leilão, os auditores fiscais que sejam responsáveis por apreensão de mercadorias e os servidores responsáveis pelo controle físico dos bens ou das mercadorias e por movimentações contábeis no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CMA, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A avaliação das mercadorias abandonadas para a fixação de seu preço mínimo de arrematação poderá ser inferior ou superior ao valor constante no respectivo processo fiscal, que será considerado apenas como indicativo, devendo ser observados outros critérios de avaliação, tais como condições de mercado, estado de conservação, depreciação, obsolescência, entre outros, visando a resguardar o caráter competitivo do leilão.

59.3-DO EDITAL.

O edital é a forma de dar publicidade ao leilão, com as informações do local onde será realizado o leilão, além dos bens ou mercadorias que serão leiloados.

Dispondo o art. 101, que o edital será publicado no Diário

Oficial Eletrônico-DOe-SEFAZ, no endereço da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, determinando o local, o dia e a hora da realização do leilão em primeira e segunda praças, e discriminando os bens ou as mercadorias oferecidas à licitação.

A publicação será com antecedência mínima de *15 (quinze)* dias, contados da data da realização do leilão, onde a não obediência desse prazo eiva de vício de nulidade o leilão.

No caso de não haver licitante em nenhuma das praças, ou quando as ofertas forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do preço de avaliação, o presidente da comissão de leilão exporá o caso ao Secretário Executivo da Receita da Secretaria de Estado da Fazenda para que o resolva como for mais conveniente ao interesse da Fazenda Estadual.

Sendo de competência do Secretário de Estado da Fazenda a edição de normas necessárias ao funcionamento da comissão de leilão, bem como o estabelecimento de regras a serem utilizadas na incorporação, na doação e na destruição de bens ou mercadorias apreendidas e/ou abandonadas.

59.4-DA ARREMATAÇÃO.

O Código de Processo Civil Brasileiro não conceitua a Arrematação, ficando a cargo da doutrina a conceituação do instituto.

Assim, arrematação, segundo o ilustre mestre ***Moacyr Amaral Santos*** é "*o ato de transferência coacta dos bens penhorados, mediante o recebimento do respectivo preço em dinheiro, para satisfação do direito do credor*".

Já o notável ***Pontes de Miranda***, ao conceituar o instituto, fazia uma distinção entre dois sentidos que arrematação poderia ter. Assim, dizia o professor, *"em sentido de movimento processual, é a submissão do bem penhorado ao procedimento da alienação ao público e em sentido de estática processual é assinação do bem, que foi posto em hasta pública, ao lançador que ofereceu maior lanço"*.

No caso do PAT/PB, observa-se que efetivada a arrematação em leilão, não é mais possível sua desistência, devendo o interessado,

antes de iniciado o processo licitatório, vistoriar os bens e as mercadorias, bem como, seu estado de conservação, a fim de evitar surpresas após o bem ter sido por ele arrematado.

Portanto, na realização de um leilão, os bens e as mercadorias leiloadas serão entregues ao licitante que oferecer o maior lanço.

Não serão entregues nem considerados arrematados os bens e as mercadorias, se o maior lanço oferecido não atingir o preço da avaliação, na primeira praça, ou *50% (cinquenta por cento)* daquele preço, na segunda praça.

No caso de não haver licitante em nenhuma das praças, ou quando as ofertas forem inferiores a *50% (cinquenta por cento)* do preço de avaliação, o presidente da comissão de leilão exporá o caso ao Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda para que o mesmo o resolva como for mais conveniente ao interesse da Fazenda estadual.

Quando a mercadoria ou bem se encontrar em repartição sediada em localidade onde o presidente da comissão de leilão verificar impossibilidade de arrematação, este poderá determinar, a qualquer tempo, desde que ainda não se tenha aberto a praça, que o leilão se faça em outra localidade.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que todas as ocorrências do leilão, inclusive o resultado da classificação e avaliação, serão reduzidas a termo que ficará integrando o Processo Administrativo Tributário.

59.5-DO PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO.

O arrematante pagará, após a arrematação, como sinal, o correspondente a *20% (vinte por cento)* do valor desta e, dentro de *3 (três)* dias, os *80% (oitenta por cento)* restantes e o respectivo imposto, se devido.

Lembrando que o recolhimento de qualquer importância devida em razão da arrematação, será efetuado mediante emissão do *Documento de Arrecadação Estadual* – **DAR**, pela Fazenda estadual.

No ato da arrematação, o arrematante deverá entregar os documentos solicitados, assinar o Auto de Arrematação pelo qual

se obrigará a recolher, ato contínuo, o valor do sinal, bem como, na forma e prazo previstos, o restante do valor da arrematação e o imposto devido.

Se o pagamento do sinal não for efetuado, será o valor da arrematação inscrito na dívida ativa e remetido para cobrança executiva, marcando-se a realização de novo leilão.

A entrega dos produtos leiloados ao arrematante somente será feita após o recolhimento de todas as importâncias devidas.

Podendo o leilão ser substituído por outra modalidade de licitação pública, reservado à autoridade fazendária competente, inclusive, o direito de promover a sua anulação, por despacho fundamentado, se houver causa justa.

59.6-DO PRODUTO DO RESULTADO DO LEILÃO.

O produto do resultado do leilão, que é o numerário arrecadado, deverá ser escriturado como receita do Estado e será destinado ao pagamento dos tributos e multas devidos à Fazenda estadual e ao ressarcimento das despesas de execução, ficando o eventual saldo a ser lançado como depósito, colocado à disposição do autuado/devedor.

Destarte, se o valor da dívida tributária era de **R$ 50.000,00**, e o bem colocado em leilão foi arrematado por **R$ 90.000,00**, será retirado do valor resultante da arrematação a quantia relativa à dívida de **R$ 50.000,00,** além das despesas de execução na ordem de **R$ 10.000,00**, e a diferença restante de **R$ 30.000,00**, será colocada à disposição do autuado/devedor.

Todavia, mister se faz ressaltarmos que na hipótese de o produto do resultado do leilão de bens e mercadorias apreendidas, que estejam assegurando o valor do crédito fiscal exigido, não alcançarem o montante deste crédito, o mesmo será declarado extinto, devendo a comissão de leilão expor as razões no respectivo Processo Administrativo Tributário.

Por fim, encerrado o leilão, sendo realizada a venda, a incorporação ou a doação dos produtos, o processo considerar-se-á

findo administrativamente e arquivado.

59.7-DA DESTRUIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DAS MERCADORIAS.

A Secretaria de Estado da Fazenda poderá estabelecer parcerias, realizar convênios ou contratar empresas, instituições ou órgãos públicos, objetivando a destruição ou inutilização dos bens ou das mercadorias, observadas, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como a legislação ambiental.

Onde se ressalta que a destruição ou inutilização de mercadorias será acompanhada por comissão própria, designada pelo Secretário Executivo da Receita da Secretaria de Estado da Fazenda, integrada por, no mínimo, 3 (três) servidores públicos em exercício na Secretaria de Estado da Fazenda.

60-DOS PROCESSOS ESPECIAIS.

Vários são os processos administrativos existentes na seara da Secretaria da Fazenda, os quais são considerados processos não contenciosos, exceção apenas quanto ao Processo de Consulta, cuja decisão pode ser questionada através de recurso ao Conselho de Recursos Fiscais, sendo denominados de processos especiais, dentre estes citamos:

-Processo de Reconhecimento de Isenção;
-Processo de Restituição;
-Processo de Consulta;
-Processos de Parcelamento;

Assim, em razão da particularidade de cada um desses processos, necessário se faz detalharmos individualmente cada um deles, especificando suas nuances, vejamos:

61-DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO.

A isenção fiscal é a dispensa de tributo por meio de lei, realizada pelo ente federativo competente para instituí-lo.

Não há efetivação do lançamento tributário, embora ocorra o fato gerador e consequentemente se instaure a obrigação tributária.

A isenção fiscal pode ser uma forma de incentivar investimentos privados no desenvolvimento de áreas de interesse público.

A isenção pode ser concedida:

*a) **Em caráter individual** - concedida por lei mediante solicitação do sujeito passivo, que terá de cumprir alguns requisitos constante na norma concedente;*

*b) **Em caráter geral** - também depende de lei, mas é genérica e não traz requisitos ou condições a serem cumpridos pelo sujeito passivo;*

A isenção pode ser ainda:

*a) **Condicionada** - quando concedida mediante o cumprimento de determinados requisitos exigidos pela lei;*

*b) **Incondicionada** - quando a lei apenas descreve a hipótese de concessão da isenção;*

*c) **Por prazo certo** - se a lei determina o prazo que o sujeito passivo terá direito à isenção;*

*d) **Por prazo indeterminado** - se a lei não define o prazo de concessão do benefício;*

Sendo de bom alvitre lembrarmos que a concessão de isenção não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias e as normas concessoras de isenção devem ser interpretadas de forma literal *(art. 111 do CTN).*

Bem como, urge lembrar que a isenção concedida sob condição onerosa não pode ser livremente suprimida *(Súmula 544 do STF)* e a revogação de isenção tem eficácia imediata *(Súmula 615 do STF)*.

Portanto, dispõe o ***art. 117*** do PAT/PB que o reconhecimento de isenção de tributo estadual concedida em caráter individual depende de requerimento do interessado, protocolizado na repartição a que estiver circunscrito, indicando o dispositivo legal em que se ampare o pedido e a prova de nele estar enquadrado.

Assim, sem prejuízo de outras exigências constantes na legislação específica de cada tributo, o pedido de isenção deverá estar instruído com os documentos comprobatórios e conterá, no mínimo:

I – qualificação do interessado;

II – tipo do benefício e os dispositivos legais que o prevêem;

III – especificação do tributo;

IV – o período de referência, quando for o caso;

V – certidão negativa de débitos tributários para com a Fazenda Pública Estadual.

Por fim, vale frisar que o pedido de reconhecimento de isenção será decidido pelo *Secretário da Fazenda*, ou por autoridade a quem ele delegar, salvo os casos em que legislação específica de cada tributo estabeleça outra forma.

62-DO PROCESSO DE RESTITUIÇÃO.

A restituição do imposto pago está disciplinada no *Código Tributário Nacional* em seu ***art. 168***, que assim dispõe:

> ***Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto***

no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

A lei do PAT/PB, também disciplina em seu ***art. 120*** os casos em que ocorrerá a restituição.

Pois além das hipóteses constantes na legislação especifica de cada tributo, o contribuinte ou responsável tem direito à restituição total ou parcial do tributo, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo do tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento efetuado;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão administrativa condenatória;

IV – quando não se efetivar o ato ou contrato sobre o qual tiver sido pago o tributo;

V – quando for declarada, por decisão judicial passada em julgado, a nulidade do ato ou contrato sobre que se tiver sido pago o tributo;

VI – quando ocorrer erro de fato.

Assim, ocorrendo um dos fatos ventilados acima, o contribuinte poderá solicitar restituição, para isso, terá que requerer diretamente ao *Secretário da Fazenda*, pois a concessão de restituição de tributo ou penalidade dependerá de requerimento ao *Secretário da Fazenda,* através da Repartição preparadora do domicílio fiscal do interessado, instruído com a documentação necessária contendo:

I – a qualificação do requerente;

II – a indicação do dispositivo legal em que se ampara o pedido e a prova de nele estar enquadrado;

III – a certidão negativa de débito perante à Secretaria de Estado da Fazenda;

IV – a prova do recolhimento indevido;

V – a prova de não haver transferido a outro contribuinte o crédito relativo às quantias indevidamente recolhidas;

VI – a prova de haver assumido o encargo total do pagamento indevido ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-lo.

Portanto, infere-se que para ter direito à restituição, por ser o ICMS um imposto indireto, em que o contribuinte de fato é o consumidor final, sendo a pessoa jurídica responsável pela venda considerada contribuinte de direito, a qual é responsável pelo repasse

ao Erário estadual do imposto incidente nas operações por ele efetuadas, cabe a comprovação pelo solicitante da restituição de não haver transferido a outro contribuinte o crédito relativo às quantias indevidamente recolhidas.

Nesse diapasão, como exemplo concernente ao ***item V*** acima, citamos uma operação interna, onde o valor do ICMS recolhido em uma venda foi de **R$ 10.000,00**, quando o correto seria de **R$ 6.000,00**, no momento em que o contribuinte vendedor solicita a restituição dos **R$ 4.000,00** recolhido a maior, teria que provar, para ter direito a restituição, que o adquirente da mercadoria não teria se creditado do imposto destacado no documento fiscal emitido, no tocante à diferença a maior.

Haja vista a possibilidade de restituição da quantia ao requerente levar a um prejuízo ao Erário estadual, em razão da possibilidade de ocorrência de duas restituições propriamente dita, uma em face do processo de restituição e a outra quando do creditamento realizado pelo adquirente das mercadorias referente ao imposto na quantia de **R$ 4.000,00**, pago a maior na operação.

Dessa forma, em razão da possibilidade real de haver duas restituição sobre um mesmo recolhimento indevido, a restituição só será deferida caso o requerente prove não haver transferido a outro contribuinte o crédito fiscal relativa a quantia indevidamente recolhida, no caso dos **R$ 4.000,00**.

No caso do ***item VI***, necessário se torna a prova por parte do requerente de ter assumido o encargo total do pagamento indevido ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, está expressamente autorizado por este terceiro a receber em nome dele.

Haja vista no caso vertente, ser o ICMS um imposto indireto, onde em regra o ônus tributário é assumido pelo consumidor final, sendo o alienante apenas um intermediário responsável pelo repasse do imposto aos cofres públicos.

Portanto, como foi o adquirente quem assumiu o ônus tributário da operação, apenas a este é concedido o direito de pedir restituição ou autorizar tal pedido.

Assim, de forma exemplificativa, perquirimos em uma

operação de aquisição de ativo imobilizado por um estabelecimento comercial, sujeito ao recolhimento do ICMS Diferencial de alíquotas, a solicitação de restituição concernente ao valor de ICMS Diferencial de alíquotas recolhido a maior, onde nesse caso, vislumbra-se que todo o encargo tributário pelo pagamento do ICMS Diferencial de alíquotas foi assumido pelo estabelecimento comercial adquirente, o que enseja ao mesmo o direito a restituição da quantia de ICMS recolhida a maior.

Todavia, infere-se que se este estabelecimento comercial realizar uma operação de venda de mercadoria a outro contribuinte, cujo imposto destacado na nota fiscal foi em maior monta que o legalmente exigido, só quem poderia solicitar a restituição seria quem assumiu o encargo tributário, no caso, o adquirente da mercadoria.

Pois como é cediço, o encargo tributário foi repassado ao adquirente quando da efetivação do pagamento, haja vista o ICMS constar de sua própria base de cálculo.

Porém, se este adquirente autorizasse expressamente ao estabelecimento comercial que realizou a operação de venda, a efetuar a solicitação da restituição em seu nome, estaria legítima esta solicitação.

62.1-DA COMPROVAÇÃO DO DIREITO À RESTITUIÇÃO.

O pedido de restituição deverá está instruído com todos os elementos probantes que demonstrem o recolhimento indevido, sob pena do seu indeferimento.

Assim, de posse da solicitação de restituição, dispõe o ***§ 1º*** do ***art. 121*** do PAT/PB, que o chefe da repartição preparadora promoverá a instrução do processo, diligenciando, através da fiscalização, a fim de verificar a autenticidade dos documentos juntados.

Onde será realizada por um auditor tributário uma averiguação detalhada das alegações contidas na solicitação, juntamente com as provas materiais acostadas, sendo emitido por essa autoridade fiscal um parecer conclusivo acerca do direito de restituição requerido.

Dessa forma, instruído o processo com as provas materiais e o

parecer da fiscalização, sugerindo ou denegando o direito à restituição, os autos serão encaminhados ao *Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda*, que emitirá parecer conclusivo e o levará à decisão do *Secretário da Fazenda,* que caso decida pelo reconhecimento da dívida, autorizará a restituição.

Sendo mister ressaltarmos que o ***§ 3º*** do ***art. 121*** da PAT/PB, dispõe que o terceiro que fizer prova de haver pago, pelo contribuinte, o tributo indevidamente recolhido, sub-roga-se no direito daquele à respectiva restituição.

62.2-DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO ICTD.

Conforme dispõe o ***§ 4º*** do ***art. 121*** do PAT/PB, no caso de pedido de restituição de importância paga a título de *Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos* - **ITCD**, em virtude de não efetivação de doação de bem imóvel, o requerimento deverá estar instruído, além dos documentos abaixo:

I – a qualificação do requerente;

II – a indicação do dispositivo legal em que se ampara o pedido e a prova de nele estar enquadrado;

III – a certidão negativa de débito junto à Secretaria de Estado da Receita;

IV – a prova do recolhimento indevido;

V – a prova de não haver transferido a outro contribuinte o crédito relativo às quantias indevidamente recolhidas;

VI – a prova de haver assumido o encargo total do pagamento indevido ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-lo.

Deverá também apresentar os seguintes documentos, sem prejuízo dos exigidos em legislação especifica:

> *I – certidão do cartório de notas, que tenha expedido o documento de informação do imposto, de que a escritura não foi lavrada ou, se o foi, de ter sido declarada judicialmente a nulidade do ato;*
>
> *II – certidão do cartório de registro de imóveis da situação do bem de que ele não foi transferido.*

62.3-DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA RESTITUIÇÃO.

Em uma solicitação de restituição, onde o valor do imposto recolhido indevidamente continha juros e penalidades, tais valores serão restituídos na mesma proporção do imposto pago indevidamente, conforme determinação contida no ***art. 122*** da Lei nº 10.094/13 (Lei do PAT/PB), *in verbis*:

> ***Art. 122. O crédito tributário passível de restituição deverá ser restituído com o acréscimo de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia -SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, ou qualquer outro índice que vier substituí-la, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da restituição, acrescidos de 1% (um por cento) no mês em que houver a decisão da autoridade competente para reconhecimento da dívida e autorização da restituição.***

Devendo ser ressaltado que a importância a ser restituída segue os mesmos critérios de atualização monetária aplicáveis à cobrança do crédito tributário e, em se tratando de ICMS, dispõe o art. 124-A. que o pagamento indevido ou a maior que o devido de ICMS poderá ser compensado pelo sujeito passivo contribuinte do ICMS, sempre que possível, no período de apuração subsequente, pelo

sistema de autorização de registro do crédito fiscal correspondente na Escrituração Fiscal Digital, conforme dispuser a legislação.

Todavia, não sendo possível a compensação, como ocorre no caso de empresa do Simples Nacional, ou se tratando de outro imposto, o pagamento da restituição será exclusivamente mediante crédito em conta corrente bancária ou de poupança de titularidade do beneficiário.

Devendo o contribuinte ao pleitear a restituição, indicar o banco, a agência e o número da conta corrente bancária ou de poupança de titularidade do sujeito passivo na qual pretende que o crédito seja efetuado

Destarte, o valor a ser restituído deverá ser atualizado monetariamente pela SELIC, que é a taxa aplicada pelo Estado da Paraíba para atualização de créditos tributários.

O imposto indevidamente recolhido terá seu valor corrigido em função da variação do poder aquisitivo da moeda, segundo coeficientes fixados pelo órgão federal competente, na forma que dispuser o regulamento.

A restituição de tributos será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do **Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC**, para títulos federais, acumulada mensalmente, ou qualquer outro índice que vier substituí-la, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da restituição, acrescidos de *1% (um por cento)* relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Devendo ser ressaltado que na hipótese de restituição através de compensação, deverá ser realizada com o acréscimo de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, ou qualquer outro índice que vier substituí-la, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao registro, acrescido de 1% (um por cento) relativo ao mês em que for registrado na Escrituração Fiscal Digital.

Bem como registre-se que a restituição das quantias recolhidas indevidamente dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros

de mora e das penalidades pecuniárias, salvo às referentes a infrações de caráter formal que não se devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

62.4-DOS PRAZOS PARA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO.

O *Código Tributário Nacional* dispõe em seu ***art. 165***, que o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento.

Porém, a solicitação de restituição tem prazo definido, onde o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de *5 (cinco)* anos, contados:

a) Da data em que foi recolhido o tributo, nos casos de:

I - cobrança ou pagamento espontâneo do tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento efetuado;

III - quando não se efetivar o ato ou contrato sobre o qual tiver sido pago o tributo;

IV - quando ocorrer erro de fato.

b) Da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória, nos casos de:

I - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão administrativa condenatória;

V - quando for declarada, por decisão judicial passada em julgado, a nulidade do ato ou contrato sobre que se tiver sido pago o tributo;

Prescrevendo em *2 (dois)* anos a possibilidade de ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Portanto, sendo denegado administrativamente o pedido de restituição por parte do *Secretário de Estado da Receita*, terá o requerente o prazo de *2 (dois)* anos a contar da data dessa decisão denegatória, para anular judicialmente a decisão administrativa que denegou o pedido de restituição.

Assim, no caso de início de ação judicial, o prazo de prescrição é interrompido, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda estadual.

62.5-DIFERENÇA ENTRE RESTITUIÇÃO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO.

Na esfera tributária, o ***art. 165*** do CTN indica o direito do sujeito passivo *(contribuinte)* de restituir total ou parcialmente um tributo cobrado ou pago indevidamente. No caso, a medida processual adequada é a ação de repetição do indébito *(art. 38 da Lei 6.830/80)*.

Assim, repetição do indébito *(do latim repetitio indebiti)* é tanto o direito quanto a medida processual na qual uma pessoa pleiteia a devolução de uma quantia paga indevidamente.

Trata-se de uma modalidade de enriquecimento sem causa, fundamentada na inexistência da dívida e em um pagamento indevido por um objeto lícito.

Trata-se na realidade, tanto o pedido de restituição quanto a

repetição de indébito, de solicitação de devolução de crédito tributário pago indevidamente no todo ou em parte, sendo a solicitação realizada administrativamente denominada de ***"pedido de restituição"*** , já na seara judicial a solicitação chama-se ***"repetição de indébito".***

63-DO PROCESSO DE CONSULTA.

A consulta tributária é um meio idôneo de dar ao consulente esclarecimentos quanto à interpretação da legislação tributária, ficando o consulente impedido de sofrer qualquer autuação concernente à matéria objeto da consulta, porém, poderá o pleito ser rejeitado de plano, sendo declarada ineficaz a consulta se constatada abusividade ou má-fé por parte da consulente.

Destarte, nas palavras do mestre **Hugo de Brito Machado** " ... *o processo de consulta tem por fim ensejar ao contribuinte oportunidade para eliminar dúvidas que tenha na interpretação da legislação tributária. A consulta pode ser feita diante de um caso concreto, já consumado, como diante de uma simples hipótese formulada pelo contribuinte.*"

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que a consulta não é o instrumento hábil e correto para se questionar o lançamento ou seu inicio por meio de uma autuação, já que tal ato só pode ser objeto de impugnação ou recurso.

A resposta favorável ao contribuinte *(sujeita ao reexame necessário quando emanada de autoridade ou órgão de primeira instância)* vincula o Fisco.

Quando se trata de resposta contrária normalmente admite-se recurso e não impede o questionamento judicial da matéria, desde que haja um caso concreto, não se admitindo nenhuma medida face ao contribuinte em até *30 (trinta)* dias após a solução dada à consulta, em razão do prazo para interposição de recurso.

Devendo ser lembrado que a consulta é o único processo especial que pode ser tornar contencioso.

63.1-DO DIREITO DE FORMULAR CONSULTA.

O ***art. 125*** da Lei nº 10.094/13, dispõe que ao sujeito passivo é assegurado o direito de formular consulta em caso de dúvida sobre a interpretação ou a aplicação da legislação tributária do Estado da Paraíba.

Sendo mister ressaltar que essa faculdade estende-se aos órgãos da Administração Pública e às entidades representativas das categorias econômicas, profissionais ou sindicais, relativamente às atividades desenvolvidas por seus representados.

63.2-DO OBJETO DA CONSULTA.

A consulta, exarada em parecer de autoridade competente, tem por **objeto** o esclarecimento de dúvidas relativas ao entendimento de aplicação da legislação tributária estadual, em relação a fato concreto de interesse do peticionário (***art. 126*** da Lei nº 10.094/13).

Entenda-se por autoridade competente, o *Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda*, o qual proferirá o despacho, com base em parecer exarado pela *Gerência Executiva de Tributação* desta Secretaria, devolvendo os autos ao órgão de origem que dará ciência ao interessado.

Assim, o objetivo da consulta é fazer com que o contribuinte deslinde qualquer dúvida acerca da legislação tributária, evitando realizar procedimentos que venham ser objeto de infração à legislação tributária.

63.3-DOS REQUISITOS DA CONSULTA.

Quanto aos **requisitos**, vislumbramos que a consulta será formulada mediante petição escrita ao *Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda*, assinada pelo consulente ou seu representante legal, com firma reconhecida, devendo conter, sob pena de rejeição:

I – identificação do consulente;

II – instrumento de procuração, se for o caso;

III – descrição objetiva dos fatos, na sua integralidade, em referência à qual o consulente deseja ser orientado sobre a aplicação da legislação tributária e dos aspectos controvertidos, indicando com fidelidade e em toda sua extensão o fato que lhe deu origem;

IV – declaração de que a matéria consultada não versa acerca de decisão anterior, em consulta proferida em processo contencioso ou não, em que tenha sido parte o consulente;

V – indicação clara se versa sobre hipótese em relação à qual se verificou ou não a ocorrência do fato gerador;

VI – data da ocorrência do fato gerador;

VII – as seguintes informações:

a) se está cientificado de Termo de Inicio de Fiscalização;
b) se está sob procedimento fiscal destinado a apurar fatos relativos ao objeto da consulta;
c) se foi intimado a cumprir obrigação relativa ao objeto da consulta;
d) se existe litígio pendente de decisão definitiva, nas esferas administrativa ou judicial, em referência à matéria consultada, informando o número do processo correspondente;

VIII – outros elementos e informações especificadas em ato do Secretário de Estado da Receita.

Na consulta, o consulente deverá referir-se a matéria específica

e determinada, claramente explicitada na petição, devendo identificar o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação necessite esclarecimentos.

Na hipótese de consulta que verse sobre situação determinada ainda não ocorrida, deverá o consulente demonstrar a sua vinculação com o fato, bem como, a efetiva possibilidade de sua ocorrência.

Sendo facultado à consulente anexar à petição, pareceres, documentos, laudos ou qualquer trabalho técnico sobre a matéria consultada.

63.4-DA REJEIÇÃO DA CONSULTA

O ***art. 128*** da Lei nº 10.094/13 dispõe que a consulta será rejeitada quando:

> *I – formulada em desacordo com os requisitos exigidos acima (art. 127 da Lei nº 10.094/13);*
>
> *II – solicitada por quem esteja:*
>
> > *a) cientificado de Termo de Inicio de Fiscalização;*
> > *b) sob procedimento fiscal destinado a apurar fatos relativos ao objeto da consulta;*
> > *c) intimado a cumprir obrigação relativa ao objeto da consulta;*
>
> *III – versar sobre disposições claramente expressas na legislação tributária;*
>
> *IV – formulada sobre matéria em litígio, de que o consulente faça parte, pendente de decisão definitiva nas esferas administrativa ou judicial;*
>
> *V – o fato já houver sido objeto de solução anterior, em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente e*

cujo entendimento por parte da administração tributaria não tenha sido alterado por fato superveniente;

VI – não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários a sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade competente;

VII – versar sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária;

VIII – o fato estiver definido como crime ou contravenção penal;

IX – tratar sobre questão de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou transitada em julgado, publicada há mais de 30 (trinta) dias da apresentação da consulta.

Cabe ao *Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda*, que é a autoridade competente para apreciar a consulta, declarar sua rejeição, não cabendo pedido de reconsideração, bem como, recurso ao *Conselho de Recurso Fiscais* de decisão proferida em processo de consulta que declarou a sua rejeição.

Entende-se como pedido de reconsideração a possibilidade de retomar o exame da consulta, tendo em vista a possibilidade de nova decisão, procedimento este não admitido no ordenamento do PAT/PB.

Nesse diapasão, ao ser rejeitada a consulta pela autoridade competente, será considerada a mesma sem efeito, como se não tivesse havido qualquer consulta, não cabendo pedido de reconsideração, o qual não é admitido no *Processo Administrativo Tributário da Paraíba*, nem recurso ao órgão de segunda instância, que é o Conselho de Recursos Fiscais, em razão de não ter havido resposta a consulta formulada em face da ausência de requisitos essenciais a sua validade

e legitimidade.

63.5-DA ESPONTANEIDADE DA CONSULTA.

A espontaneidade é um instituto prestigiado por todo Ordenamento Jurídico Pátrio e está contemplado, sobretudo, no ***art. 138*** do *Código Tributário Nacional.*

Perquire-se que, de um lado, há o estímulo ao cumprimento espontâneo das obrigações e deveres previstos em lei tributária, onde o contribuinte, procurando as autoridades fiscais para proceder à retificação de declarações anteriormente feitas ou, levar ao conhecimento da administração tributária atrasos, enganos, omissões, irregularidades, erros por ele mesmo cometidos, não fica por isso, sujeito a nenhuma penalidade, excluindo-se o dolo, e dando ao contribuinte a prerrogativa de somente arcar com as conseqüências civis e administrativas, de caráter reparatório ou indenizatório previstos em Lei, para o caso.

Destarte, devido aos benefícios concedidos ao contribuinte é de se aduzir que ela represente uma sanção premial e não punitiva.

Por outro lado, a espontaneidade no cumprimento da obrigação mostra-se atrativo para o Fisco, incrementando a arrecadação, poupando o contribuinte dos dissabores das penalidades administrativas-tributárias consentâneas e das conseqüências penais dela decorrentes.

No caso da consulta, verifica-se que a mesma formaliza a espontaneidade do contribuinte em relação à espécie consultada, exceto quando rejeitada.

Assim, infere-se que a consulta formulada sem os motivos considerados para rejeição, blinda o consulente quanto a possíveis infrações concernentes à matéria objeto da consulta, enquanto não tiver sido proferido o despacho de solução dada à consulta e cientificado o consulente.

Porém, após o despacho de solução dada à consulta e a respectiva ciência, desaparece a espontaneidade, estando o contribuinte sujeito à autuação, caso proceda de forma contrária ao entendimento

explicitado na solução dada a consulta.

63.6-DOS EFEITOS DA CONSULTA.

Com origem no termo latim *effectus*, a palavra efeito abrange uma ampla variedade de significados e acepções, o significado principal assinala que um efeito é aquilo que se obtém em consequência de algo, de uma causa.

No caso de uma consulta, seu efeito tem por cerne a suspensão da aplicação de sansões referente à matéria consultada, além da obrigação do contribuinte em adotar o entendimento dado à consulta.

Assim, infere-se que a apresentação de consulta sobre a incidência de tributo suspende o curso do prazo legal para pagamento, recomeçando a correr com a ciência da decisão definitiva, computado o tempo anterior à suspensão, conforme disposição contida no ***art. 130*** da Lei nº 10.094/13.

Portanto, se o contribuinte tem até o dia 15 de determinado mês para realizar o pagamento do ICMS, cujo fato gerador é questionado pelo mesmo em razão de dúvida quanto à interpretação da legislação tributária pertinente, ao realizar uma consulta à Secretaria da Fazenda no dia 10, após cientificado do entendimento dado à consulta, terá a partir dessa data mais 5 dias para realizar o pagamento, em razão do prazo para o pagamento ter sido suspenso.

Onde mister se faz ressaltarmos o disciplinamento contido no ***art. 131*** da Lei nº 10.094/13 que dispõe que os efeitos da consulta que se reportar a situação não ocorrida, somente se aperfeiçoam caso o fato concretizado for aquele sobre o qual versou a consulta previamente formulada.

Ou seja, havendo uma consulta concernente a uma situação não ocorrida de fato, o seu efeito somente ocorrerá quando da ocorrência de fato concreto referente à matéria cuja consulta tenha versado.

Cabendo ao consulente adotar o entendimento da solução dada à consulta, a partir da data da ciência, salvo o direito de recurso.

Nesse diapasão, da data em que houver a ciência ao consulente, estará este obrigado a adotar a solução dada à consulta, sob pena de

autuação, exceto se tiver interposto recurso, hipótese em que só será obrigado a adotar o entendimento dado à consulta após a decisão definitiva proferida pelo órgão de segunda instância, que é o CRF.

63.7-DAS SANÇÕES CABÍVEIS X DATA DA PROTOCOLIZAÇÃO.

A adoção da solução dada à consulta não exime o consulente das sanções cabíveis, se já houver se consumado o ilícito tributário na data de sua protocolização na repartição competente.

Destarte, no caso da data de recolhimento do ICMS ser no dia 15 de determinado mês, por exemplo, havendo dúvida quanto à interpretação da legislação tributária pertinente ao caso, e sem recolher o imposto respectivo no prazo legal, o contribuinte protocoliza uma consulta no dia 18 do mês mencionado, tendo a solução dada à consulta determinado a obrigação do consulente em recolher o imposto questionado.

Nesse caso, o efeito da consulta não tem o condão de suspender os acréscimos legais pelo atraso no pagamento, em razão da protocolização da consulta só ter ocorrido após a data do vencimento, cabendo ao consulente recolher o imposto com os acréscimos legais.

Porém, se a consulta tivesse sido formulada antes do dia 15, ou seja, antes da obrigação de recolher o imposto, não haveria sansão, portanto, não haveria a obrigação de recolher os acréscimos legais ou penalidades inerentes.

63.8-DO EFEITO SUSPENSIVO DA CONSULTA.

Ao realizar uma consulta, o consulente não poderá sofrer autuação sobre a matéria objeto da consulta, pois só após a ciência do despacho que rejeitá-la ou da decisão meritória é que poderá sofrer autuação.

Portanto, o ***art. 133*** da Lei do PAT/PB dispõe que o sujeito passivo não será submetido a procedimento fiscal ou compelido a cumprir obrigações tributárias, principal ou acessória, relativas à

matéria consultada, desde a data de protocolo da consulta até a ciência do despacho que rejeitá-la ou da decisão transitada em julgado.

Assim, se o contribuinte protocolizou uma consulta no dia 10 do mês corrente, concernente à interpretação da legislação tributária relativa ao percentual de *Taxa de Valor Agregado - TVA* aplicado na substituição tributária, por exemplo, só poderá ser submetido a procedimento fiscal ou obrigado a recolher o ICMS ou cumprir uma obrigação tributária acessória, só após tomar ciência do despacho do resultado da consulta, seja em razão de rejeição ou decisão definitiva.

In casu, vislumbramos que a restrição da norma concernente à realização de procedimento fiscal sobre a matéria objeto da consulta, traz prejuízo à Fazenda estadual, nos caos da iminência de decadência, onde deveria constar da norma, na nossa singela concepção, a possibilidade de se realizar o lançamento do crédito tributário, porém, o julgamento só ocorreria após a decisão final dada a consulta, resguardando assim o interesse da Fazenda estadual e da sociedade como um todo.

Pois da forma como se encontra o dispositivo, qualquer contribuinte, estando perto do quinquenio decadencial, poderá realizar uma consulta sobre matéria cujo procedimento realizado pelo consulente está passível de auto de infração, ficando a Fazenda estadual impossibilitada de realizar o lançamento de ofício até a decisão final da consulta, o que faria com que houvesse a decadência do direito de constituir o crédito tributário.

63.9-DA ESPONTANEIDADE APÓS DECISÃO DA CONSULTA.

Após a decisão de uma consulta, na qual ficou determinada a obrigação pelo recolhimento do ICMS, a partir da ciência, o sujeito passivo deverá providenciar recolher o imposto devido, conforme solução dada a consulta, sob pena da cobrança ser realizada através de lançamento de ofício com a devida penalidade e acréscimos legais.

Portanto, dispõe o ***art. 134*** da Lei nº 10.094/13, que o tributo considerado devido pela decisão da consulta, quando recolhido antes de qualquer procedimento fiscal, será cobrado:

I – sem qualquer penalidade, quando, na data do pagamento, não tiver sido ultrapassado o prazo legal de recolhimento;

II – com as multas devidas e acréscimos legais, quando já houver sido ultrapassado o prazo legal de recolhimento.

Nesse diapasão, infere-se que a espontaneidade do sujeito passivo ao recolher o ICMS antes de qualquer ação fiscal, após cientificado da decisão dada à consulta, não o isenta de recolher o imposto com os acréscimos legais, no caso da consulta ter sido protocolizada após o prazo determinado para o pagamento, ficando isento dessa obrigação ou de qualquer penalidade, quando o protocolo da consulta tenha se efetuado antes de ultrapassado o prazo legal para o recolhimento.

Devendo ser ressaltado, que no caso da consulta ser rejeitada, havendo imposto a cobrar, será o processo encaminhado à repartição preparadora do domicílio do consulente para instauração do procedimento fiscal de lançamento tributário de ofício e proposição da penalidade cabível.

63.10-DA COMPETÊNCIA DA DECISÃO DA CONSULTA.

Portanto, *a priori*, o processo de consulta após ser protocolizado pelo interessado, será encaminhado pela repartição preparadora ao *Secretário Executivo da Secretaria de Estado da Receita,* que solicitará parecer à *Gerência Executiva de Tributação*, para com base nesse parecer, dar solução a consulta e, dando prosseguimento, encaminhará o processo à repartição responsável para dar ciência do despacho ao consulente.

In casu, infere-se que o ***art. 135*** da Lei nº 10.094/13 dispõe que a consulta será decidida, em primeira instância, pelo *Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda,* que proferirá o despacho, com base em parecer exarado pela *Gerência Executiva de Tributação* da

Secretaria da Fazenda, devolvendo os autos ao órgão de origem que dará ciência ao interessado sobre o resultado da consulta, seja em razão de rejeição ou decisão de mérito.

Assim, chega-se à ilação de que a competência da decisão de uma consulta recai sobre o *Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda.*

63.11-DOS RECURSOS VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO.

Como o processo de consulta, apesar de ser um processo especial, também poder ser considerado contencioso, em razão da interposição de recurso voluntário, em face do não acolhimento do entendimento pelo consulente ou em decorrência de recurso de ofício, para homologação da decisão por órgão de segunda instância, quando a decisão da consulta é desfavorável à Fazenda estadual, caberá, diante das decisões proferidas em primeira instância (*Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda),* recurso ao *Conselho de Recursos Fiscais*, conforme dispõe a inteligência emergente do ***art. 136*** da *Lei nº 10.094/2013 (Lei do PAT/PB),* infracitado:

> ***Art. 136. Das decisões proferidas em primeira instância caberá recurso ao Conselho de Recursos Fiscais:***
>
> ***I – de ofício, no despacho decisório, quando a decisão for favorável ao consulente;***
>
> ***II – voluntário, com efeito suspensivo, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que o consulente tomou ciência da decisão.***

63.12-DAS DECISÕES DA CONSULTA.

São consideradas definitivas as decisões:

> *I – de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que este tenha sido interposto, desde que não esteja sujeita a recurso de ofício;*

II – a partir da ciência da decisão de segunda instância.

III - na hipótese de questionamento de matérias diversas na consulta serão também definitivas as decisões de primeira instância na parte que não for passível de interposição de recurso voluntário ou de recurso de ofício.

Sendo mister ressaltarmos que a mudança de critério adotado em resposta à consulta só prevalece em relação às situações supervenientes a que lhe deu causa.

Portanto, havendo mudança de critério em resposta dada à consulta, essa mudança só irá prevalecer em relações a situações que aparecerem depois da que deu causa a própria consulta, ou seja, após a decisão dessa consulta, não poderá ser aplicado o novo critério a situações ocorridas antes da consulta que lhe deu causa.

No caso de pessoa jurídica, a consulta será formulada pelo estabelecimento matriz.

Quando a pessoa jurídica possuir vários estabelecimentos, os efeitos da consulta formulada pela matriz serão estendidos aos demais estabelecimentos localizados no Estado da Paraíba.

64-DO PROCESSO DE PARCELAMENTO.

Vislumbramos que o CTN considera o parcelamento dentre as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário *(CTN, 151, VI).*

Visto as normas gerais do CTN tratar da matéria concernente ao parcelamento, tendo o ***art. 155-A*** afastado de vez a tese da sinonímia com a moratória.

Assim, definiu-se a subsidiariedade das normas da moratória ao parcelamento, de modo que a ele se aplica o disposto nos ***arts. 152 a 155*** do CTN, sempre que haja compatibilidade.

Portanto, infere-se que o crédito tributário é uma obrigação cuja exigibilidade pode ser suspensa, a exemplo do parcelamento ordinário dos débitos pendentes. Sendo importante destacar que o

pedido de parcelamento constitui confissão irretratável de dívida.

Outrossim, mister se faz ressaltar que enquanto o crédito não se encontrar pago, ou com sua exigibilidade suspensa, a pessoa jurídica não poderá obter certidões negativas ou com efeito de negativa, ficando assim impedida de participar de licitações e sujeita a uma cobrança executiva.

Nessa linha de raciocínio, vislumbramos que a *Lei nº 10.094/13 (Lei do PAT/PB),* dispõe em seu ***art. 138*** que a concessão de parcelamento de débitos fiscais dependerá de requerimento do interessado ou do seu representante legal dirigido à repartição preparadora do seu domicílio fiscal, ou, quando disponível, através da página oficial da *Secretaria de Estado da Receita* na rede mundial de computadores, ou outro endereço eletrônico indicado em legislação.

Assim, as exigências para solicitação de parcelamento de débitos fiscais, assim como as condições para sua concessão, obedecerão ao que dispuser a legislação do ICMS/PB.

Destarte, para um melhor entendimento, mister se faz transcrevermos as disposições do RICMS/PB acerca do parcelamento, contidas no ***art. 774*** *usque* ***art. 787***, transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> ***Do Processo de Parcelamento de Débito Fiscal***
>
> ***Art. 774. O débito fiscal relativo ao imposto, proveniente de auto de infração, representação fiscal ou denúncia espontânea, poderá ser recolhido em parcelas mensais e sucessivas, nos casos em que, pela conjuntura financeira específica do contribuinte, se constate ser impraticável o pagamento à vista, observados os limites e as condições previstas neste Regulamento.***
>
> ***§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se débito fiscal a soma do imposto, da multa e dos demais acréscimos previstos na legislação, inclusive, multa por descumprimento de obrigação acessória, atualizados monetariamente.***
>
> ***§ 2º No caso de parcelamento do débito decorrente de denúncia espontânea, observar-se-á a gradação da multa estabelecida no art. 675, deste Regulamento.***

§ 3º No caso de parcelamento de débito oriundo auto de infração ou de representação fiscal, lançado ou não na Dívida Ativa, aplicar-se-á sobre o valor do imposto de cada parcela, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, após 30 (trinta) dias da data da ciência do auto de infração ou da representação fiscal.

§ 3° No caso de parcelamento de débito proveniente de Auto de Infração ou de Representação Fiscal, inscrito ou não na Dívida Ativa, aplicar-se-ão as mesmas regras estabelecidas no art. 114 deste Regulamento.

§ 4º No caso de parcelamento oriundo de REFIS, o valor consolidado até 31 de dezembro de 2012 será submetido ao disposto no art. 114 deste Regulamento, bem como, aos acréscimos estabelecidos em legislação específica.

Art. 775. A concessão de parcelamento de débitos fiscais dependerá de requerimento do interessado ou do seu representante legal dirigido à repartição preparadora do seu domicílio fiscal, ou através da Internet, no endereço eletrônico: www.receita.pb.gov.br.

Art. 776. O parcelamento de débitos fiscais será concedido em até 60 (sessenta) parcelas, pelo chefe da repartição preparadora, observadas as condições previstas nos §§ 1º a 6º deste artigo.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 5 (cinco) UFR-PB, nem a 1% (um por cento) do valor do faturamento médio mensal do requerente, no exercício imediatamente anterior.

§ 2º Será permitido, na esfera administrativa, apenas um parcelamento por contribuinte, observado o disposto no art. 777 deste Regulamento.

§ 3º O requerente está obrigado ao pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da formalização do requerimento, de valor correspondente, no mínimo, ao resultado da divisão do montante do débito, atualizado até a data do cadastramento do pedido, pela quantidade de parcelas requeridas.

§ 4º No caso de solicitação a partir de 25 (vinte e cinco) parcelas,

o interessado deverá entregar autorização para débito em conta corrente, abonada por agência bancária, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do pagamento da 1ª parcela, observado o disposto no art. 786 deste Regulamento.

§ 5º O interessado para usufruir o benefício do parcelamento deverá comprovar o recolhimento da 1ª parcela, observado o prazo estabelecido no § 3º deste artigo.

§ 6º Seguirão as regras previstas no § 4º deste artigo os contribuintes que, com pedido de parcelamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas, optarem por adotar a forma de pagamento estabelecida no referido dispositivo.

Art. 777. Serão admitidos 2 (dois) reparcelamentos, desde que:

I - sejam incluídos novos lançamentos ao débito já existente;

II – a primeira parcela do primeiro reparcelamento não seja inferior a 5% (cinco por cento) do novo débito consolidado;

III – a primeira parcela do segundo reparcelamento não seja inferior a 10% (dez por cento) do novo débito consolidado.

Parágrafo único. O reparcelamento por motivo de perda, cancelamento do parcelamento original ou simples reparcelamento sem inclusão de novos lançamentos, poderá ser concedido em caráter especial e justificado, em parcelas não superiores à quantidade que faltava no primeiro parcelamento, devidamente atualizado.

Art. 778. Aos débitos inscritos em Dívida Ativa para cobrança executiva aplicam-se as mesmas regras utilizadas para os débitos parcelados na fase administrativa, exceto os benefícios previstos no artigo 674 deste Regulamento.

Art. 779. O prazo para recolhimento das parcelas dos débitos em fase administrativa e/ou inscritos em Dívida Ativa para cobrança judicial obedecerá ao que segue:

I – em relação à primeira parcela, ao disposto no § 3º do art. 776 deste Regulamento;

II – as demais parcelas serão debitadas na conta corrente indicada pelo requerente ou quitadas na Repartição Fiscal, conforme o caso, até o dia 25 (vinte e cinco) dos meses subseqüentes ao da homologação do parcelamento, atualizadas monetariamente.

Art. 780. A concessão de parcelamento ou de reparcelamento de débito inscrito em Dívida Ativa sujeitar-se-á à autorização da Procuradoria Geral do Estado, após regularização dos honorários sucumbenciais devidos, na forma estabelecida pelo Conselho Gestor do Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba - FUNPEPB, de acordo com a Lei Estadual nº 9.004, de 30 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. O curso da Ação Executiva Fiscal somente será sobrestado após a efetivação do parcelamento.

Art. 781. O parcelamento considera-se:

I - efetivado, com o recolhimento da primeira parcela;

II – cancelado:

a) com a falta de recolhimento, nos respectivos prazos, de 3 (três) parcelas consecutivas ou não, ou 90 (noventa) dias de atraso de qualquer uma delas;

b) quando o requerente não apresentar, no prazo previsto no § 4º do art. 776 deste Regulamento, a autorização para débito em conta corrente chancelada por agência bancária.

§ 1º Denunciado o parcelamento, prosseguir-se-á na cobrança do débito, sujeitando-se o saldo devedor à atualização monetária e aos acréscimos legais, nos termos deste Regulamento.

§ 2º Na hipótese do inciso II, deste artigo, quando se tratar de débito não inscrito, far-se-á a competente inscrição em Dívida Ativa do saldo remanescente para cobrança executiva.

Art. 782. Para o parcelamento de débitos de contribuintes cancelados no cadastro de contribuintes de ICMS da Secretaria

Executiva da Receita deverá o requerente apresentar comprovante de residência dos sócios e do representante legal da empresa.

Art. 783. O pedido de parcelamento, após protocolizado na repartição competente, implicará a confissão irretratável do débito fiscal e renúncia à defesa ou recurso, administrativo ou judicial, bem como desistência dos interpostos.

Art. 784. Cada estabelecimento do mesmo titular é considerado autônomo para efeito de parcelamento de débito.

Art. 785. Não será concedido parcelamento quando:

I - tratar-se de imposto retido na fonte pelo contribuinte, na condição de sujeito passivo por substituição tributária;

II - o débito decorrer de atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.

§ 1º Considera-se não cumprido o parcelamento, sempre que o débito remanescente tenha sido inscrito em Dívida Ativa.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos parcelamentos de débitos não inscritos, bem como aos débitos inscritos em Dívida Ativa.

Art. 786. O recolhimento referente a parcelamento de débito fiscal não inscrito e inscrito para cobrança executiva se processará através de débito em conta corrente ou através de Documento de Arrecadação - DAR, modelo 1, conforme o caso.

§ 1º Na hipótese dos §§ 4º e 6º do art. 776 deste Regulamento, o parcelamento deverá preceder de autorização para débito em conta corrente, mediante apresentação da "AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA DE PRESTAÇÕES DE PARCELAMENTO", Anexo 100, em três vias, com os campos I, III e IV preenchidos, devendo constar no campo V, o abono da agência bancária onde o débito em conta deverá ser efetivado.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, somente serão

admitidas contas correntes movimentadas em instituições financeiras credenciadas pela Secretaria Executiva da Receita.

§ 3º O abono bancário restringir-se-á à validação, pela agência bancária, das informações apostas nos campos I, III e IV da autorização, que identificam o contribuinte junto ao banco.

§ 4º Admitir-se-á a quitação antecipada de parcelas vincendas, desde que na ordem inversa dos respectivos vencimentos.

Art. 787. O Secretário Executivo da Receita poderá baixar normas necessárias à complementação das disposições contidas nesta Seção.

64.1-DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA.

Aos débitos inscritos em Dívida Ativa para cobrança executiva, aplicam-se as mesmas regras utilizadas para os débitos parcelados na fase administrativa, não havendo qualquer prejuízo as disposições regulamentares que vedem reduções para débitos inscritos em Dívida Ativa. Entendimento este disciplinado no ***art. 139*** da Lei nº 10.094/13.

64.2-DA AUTORIZAÇÃO DA PROCURADORIA PARA O PARCELAMENTO DE DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA.

A concessão de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa sujeitar-se-á à autorização da Procuradoria Geral do Estado, após a regularização dos honorários devidos, na forma estabelecida pelo ***Conselho Gestor do Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba – FUNPE-PB***, de acordo com a *Lei Estadual nº 9.004,* de 30 de dezembro de 2009, observado, ainda, o que dispuser norma complementar.

No caso vertente, é cediço que a cobrança executiva enseja o pagamento de honorários à *Procuradoria Geral do Estado*, assim, para autorizar o parcelamento de débito inscrito em dívida ativa,

necessário se faz que o sujeito passivo regularize o pagamento dos honorários, sob pena do indeferimento do parcelamento.

64.3-DA RENUNCIA A DEFESA ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL.

O pedido de parcelamento, depois de protocolizado, implicará na confissão irretratável do débito fiscal e a renúncia à defesa, administrativa ou judicial, objeto do pedido, bem como, desistência dos interpostos, relativamente à parte objeto do pedido.

Nesse diapasão, apesar da restrição imposta pela norma, quanto à mantença de ações administrativas e judiciais, quando da realização do parcelamento, vislumbramos que o *Superior Tribunal de Justiça*, por meio do acórdão proferido no ***Recurso Especial 1.124.420/MG (publicado em 14/3/2012),*** pacificou mais uma questão que atormentava os contribuintes: *a impossibilidade de impugnar os débitos tributários administrativa ou judicialmente como requisito para a inclusão em parcelamentos.*

Nesse caso, o julgamento foi realizado pelo rito dos recursos repetitivos, liquidando qualquer controvérsia porventura existente.

Haja vista ser cediço que a obrigação tributária é proveniente de lei, ou seja, ela é uma imposição do legislador e não uma convenção entre este e o contribuinte.

No entanto, os parcelamentos oportunizados pelos entes federados comumente sujeitam o devedor a dois requisitos que extrapolam esse tipo de obrigação, por serem relevantes apenas em âmbito privado: *a confissão de dívida e a renúncia sobre eventuais discussões sobre o débito.*

Portanto, considerando que não são legítimas as restrições quanto à discussão de débitos tributários, pois o parcelamento é apenas uma das causas de suspensão da exigibilidade do crédito fiscal (*art. 151, inciso VI do CTN),* não devem ser esquecidos os princípios processuais basilares, constitucionalmente previstos, indiferente à ocorrência de confissão, como demonstrou a acertada decisão proferida pelo *Superior Tribunal de Justiça*.

65-DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

É denominada de administração tributária, o conjunto de ações e atividades integradas, que se complementam entre si, designadas para garantir o cumprimento da legislação tributária e do comércio exterior.

Essas ações e atividades, no caso da Paraíba, são de responsabilidade da *Secretaria de Estado da Receita,* e estão sistematizadas na legislação tributária, além de um conjunto integrado de sistemas de informação fornecidas ao Fisco pelos contribuintes ou por terceiros, mediante a apresentação de diferentes modalidades de declarações, a exemplo do SPED.

66-DA JUSTIÇA FISCAL ADMINISTRATIVA.

Dispõe o ***art. 141*** da Lei nº 10.094/13, que a Justiça Fiscal Administrativa é instituída para dirimir as controvérsias relativas à interpretação e à aplicação da legislação tributária estadual, assegurando ao sujeito passivo da obrigação tributária o contraditório e ampla defesa nos processos contenciosos que versem sobre tributos estaduais e será exercida:

I – pelo Conselho de Recursos Fiscais; (Segunda instância)

II – pela Gerência Executiva Julgamento de Processos Fiscais. (Primeira instância)

67-DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS (Segunda instância).

Conforme histórico disponibilizado na pagina do Conselho de Recursos Fiscais na internet, vislumbramos que no Estado da Paraíba, o marco inicial da Justiça Administrativa Fiscal foi o *Decreto-Lei nº 443*, de 18 de junho de 1943, que além de estabelecer a reorganização da Secretaria de Fazenda, sob a denominação de Secretaria das Finanças, no ***art. 24*** instituiu o Conselho de Contribuintes – Órgão

competente para julgar, na esfera administrativa, os recursos e decisões sobre lançamentos de impostos, taxas e multas, visando o estabelecimento da justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes para com a Fazenda Pública Estadual.

Nessa época, o julgamento administrativo em primeiro grau era realizado pelos coletores e diretores de recebedorias.

O Conselho de Contribuintes de então, tinha sede na Capital e era de composição paritária, constituído de quatro membros nomeados pelo Chefe de Governo, sem ônus para o Estado, sendo dois funcionários fazendários, cujo mandato era por tempo indeterminado, segundo a conveniência da Administração, e dois representantes dos contribuintes, indicados pelas Federações da Indústria e do Comércio, com mandato anual.

O referido diploma legal, em seu ***art. 26***, criou o Tribunal da Fazenda (T.F.), cujas atribuições eram a liquidação e o julgamento das contas de responsáveis para com a Fazenda Pública e dos assuntos que com a mesma se relacionassem e o julgamento dos recursos e decisões fiscais.

Trinta e seis anos mais tarde, com a edição da *Lei nº 4.125*, de 27 de dezembro de 1979, o Conselho de Contribuintes, passou a ser chamado de **Conselho de Recursos Fiscais** – órgão de justiça fiscal administrativa a quem compete, em segunda instância, julgar os recursos interpostos contra decisões proferidas em processos administrativos tributários contenciosos ou de consultas.

De composição paritária entre a Fazenda e os contribuintes, composto, à época, por três representantes fazendários, sendo um deles o Presidente do CRF-PB, além dos dois representantes dos contribuintes, sendo um da Indústria e outro do Comércio, escolhidos de acordo com o referido diploma de lei, regulado pelo *Decreto nº 8.889,* de 29 de dezembro de 1980, seguido de poucas alterações, consolidadas pelo *Decreto nº 15.052*, de 23 de dezembro de 1992, notadamente no tocante à ampliação da competência do *CORDE – Corpo Deliberativo.*

Como órgão de composição paritária, ao Conselho de Recursos Fiscais vedava-se a singularidade, introduzindo-se o voto

de qualidade, pelo qual se oportunizava ao Presidente do Conselho de Recursos Fiscais o direito a votar duas vezes. Nos idos de 1979, surgiu o voto de desempate ao invés de qualidade, pelo qual o Presidente vota apenas nos casos de empate.

Com a edição do *Decreto nº 23.777*, de 21 de dezembro de 2002, que deu nova redação ao ***art. 726*** e acrescenta o ***inciso IV*** ao ***art. 730***, do Regulamento do ICMS-PB (RICMS-PB), ocorreu um avanço quanto à soberania desse Colegiado, pois até então, as decisões contrárias à Fazenda Estadual, exceto as de valores inferiores a 100 UFR–PB, estavam condicionadas à remessa necessária, ou seja, à recurso de ofício para a instância especial, exercida pelo Secretário das Finanças.

Neste sentido, diante do posicionamento atípico do nosso Estado, em relação às decisões dos colegiados de outras unidades da Federação, bem como pelo esforço do então presidente à época, junto ao Governo Estadual, em se manter a remessa necessária nas decisões unânimes prolatadas por este Colegiado.

Ainda como consolidação desse processo contínuo de aperfeiçoamento das Instâncias Administrativas, veio à lume o *Decreto nº 24.133*, de 26 de maio de 2003, que editou o Regulamento do Conselho de Recursos Fiscais – PB, ante as inúmeras alterações introduzidas por leis e decretos estaduais relativos ao ICMS, ao longo daqueles 11 anos, desde a edição do *Decreto nº 15.052/92*, fazendo-se necessária e oportuna essa atualização.

No decorrer dos anos, o órgão Colegiado passou por uma série de ajustes que geraram sobreposição de tarefas e aumento do fluxo de trabalho, em decorrência da extinção de cargos então existentes em sua estrutura.

Pressupunham tais medidas atender a solidificação como órgão administrativo de julgamento; a sua adequação ao volume de processos e a maior racionalidade administrativa, na busca da celeridade na solução de litígios, observadas as garantias inerentes aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Com a edição da *Lei n.º 8.510*, de 09 de abril de 2008, a composição do Colegiado foi alterada para seis membros titulares,

sendo três indicados dentre ocupantes da carreira de Auditor Fiscal e três representantes dos contribuintes, indicados em lista tríplice pelas Federações das Indústrias, do Comércio e das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sendo também incluídos como conselheiros representantes da OAB, totalizando em 8 (oito) o número de conselheiros, acrescido do presidente.

Nos dias atuais, a estrutura e a regulamentação do CRF-PB foram reeditadas, estando disciplinado seu Regimento Interno através da Portaria nº 00248/2019/SEFAZ.

67.1-DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS.

Ao Conselho de Recursos Fiscais, com sede na Capital, órgão que representa paritariamente os contribuintes e a Fazenda estadual, supervisionado pela Secretaria de Estado da Receita, junto à qual funciona, compete, em segunda instância administrativa, julgar os recursos interpostos contra decisões proferidas em processos contenciosos fiscais ou de consulta.

Na realidade, o Conselho de Recursos Fiscais é apenas supervisionado pela Secretaria de Estado da Receita, devendo, em tese, ser autônomo e independente em suas decisões, sem qualquer interferência política ou arrecadatória.

Devendo ser imparcial em suas decisões, as quais não devem ter por cerne o intuito de agradar à Secretaria de Estado da Receita ou aos contribuintes, devendo sim, agradar à sociedade como um todo através de decisões fundamentadas, independentes e imparciais, dentro da mais lídima justiça fiscal.

Pois no momento em que as decisões do Conselho de Recursos Fiscais agrade apenas uma das partes, estará fugindo do seu papel primordial que é julgar com imparcialidade as contendas entre o Fisco e o Contribuinte.

67.2-DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS.

Dispõe o art. 143 que o Conselho de Recursos Fiscais

compor-se-á de 8 (oito) membros, além do Conselheiro-Presidente, denominados Conselheiros, e de 8 (oito) membros eventuais, denominados suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de 2 (dois) anos, e escolhidos da seguinte forma:

> *I – 1 (um) Conselheiro-Presidente, Auditor Fiscal Tributário Estadual, indicado pelo Secretário de Estado da Receita;*
>
> *II – 4 (quatro) Conselheiros titulares e 4 (quatro) Conselheiros suplentes, todos Auditores Fiscais Tributários Estaduais, com curso de graduação em nível superior, de preferência Bacharel em Direito ou Ciências Contábeis, indicados pelo Secretário de Estado da Receita;*
>
> *III – os demais, por indicação da Federação das Indústri- 4 (quatro) Conselheiros titulares e 4 (quatro) Conselheiros suplentes, representantes das entidades, todos indicados em lista sêxtupla, elaboradas pelo Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba – CRC/PB, pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado da Paraíba – OAB/PB e pelas Federações Representativas de Categorias Econômicas, preferencialmente pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - FIEP, pela Federação do Comércio do Estado da Paraíba - FECOMÉRCIO e pela Federação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado da Paraíba - FEMIPE, dentre pessoas com curso de graduação em nível superior, de preferência Bacharel em Direito ou Ciências Contábeis, em pleno gozo de seus direitos individuais, de ilibada reputação e de reconhecido conhecimento nas áreas de direito tributário, processo administrativo tributário e tributos estaduais.*

No caso do presidente, o Decreto nº 36.210/15 veio corrigir uma distorção antiga, a qual restringia a ocupação para o cargo de

Presidente apenas para bacharel em direito, haja vista a maioria das unidades da Federação, além da própria Receita Federal, não fazer qualquer restrição quanto a formação para a ocupação do cargo, onde entendemos que o único requisito que deveria ser exigido seria uma especialização em Direito Tributário.

67.3-TEMPO MÁXIMO DO MANDATO.

Os Conselheiros indicados só poderão exercer até 2 (dois) mandatos consecutivos, sendo permitida a recondução após o período subsequente, devendo na recondução também deve ser respeitado o limite máximo de 02 (dois) mandatos consecutivos

Sendo permitida a recondução de Conselheiros titulares ou suplentes, desde que o tempo total de exercício nos mandatos não exceda ou venha a exceder 6 (seis) anos.

67.4-DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHEIRO.

As atribuições dos Conselheiros estão disciplinadas no **Regimento Interno do Conselho de Recursos Fiscais** *(Portaria nº 00248/2019),* as quais demonstramos abaixo:

> *Art. 11. São atribuições dos Conselheiros:*
>
> *I - comparecer às sessões;*
>
> *II - propor, discutir e votar qualquer assunto de sua competência;*
>
> *III - relatar os processos que lhes forem distribuídos;*
>
> *IV - proferir votos de julgamento, justificando, necessariamente, os que forem divergentes dos demais;*

V - pedir vista do feito em qualquer fase do julgamento;

VI - propor diligências necessárias à instrução do processo;

VII - atender, subsidiariamente, ao Código de Processo Civil Brasileiro com relação à suspeição e impedimento, averbando-se suspeito nas causas em que tenha interesse ou direitos, seja parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, mantenha inimizade capital ou amizade íntima com a parte interessada;

VIII - declarar a participação no processo, em relação ao seu mérito, em etapa anterior, considerando-se impedido de votar;

IX - redigir, fundamentadamente, os acórdãos em processos em que funcionar como relator ou como autor de voto divergente;

X - comparecer regularmente aos expedientes enquanto representante fazendário;

XI - desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente;

XII - praticar os demais atos inerentes às suas funções.

Devendo ser ressaltada a vedação expressa disciplinada no ***§ 1º*** do ***art. 17*** do **Regimento Interno do Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba** concernente à proibição do Conselheiro expressar opinião escrita ou oral sobre matérias de fato ou de direito, relativa aos

impostos da competência do Estado.

Haja vista entendermos que essa proibição fere o direito constitucional de livre manifestação de pensamento, caracterizando-se como uma censura, pois concordamos que exista uma proibição sim, porém, referente ao Conselheiro expressar sua opinião sobre um fato concreto contido em um processo que esteja em julgamento, caracterizando uma antecipação de voto, o que poderia levar a alegações de suspeição e/ou impedimento, jamais censurar a opinião de um conselheiro sobre tributos de competência do estado.

67.5-DO MANDATO.

Os Conselheiros só poderão exercer até 2 (dois) mandatos consecutivos, sendo permitida a recondução após o período subsequente, onde deverá também ser respeitado o limite máximo de 02 (dois) mandatos consecutivos.

Na realidade, a escolha dos Conselheiros em regra é realizada pelo Secretário da Fazenda, que solicitará a nomeação ao Governo do Estado.

No caso dos Conselheiros das Federações, havendo recusa da indicação dos nomes indicados em lista tríplice por parte do Poder Executivo, será fixado novo prazo para apresentação pelas Federações de nova listra tríplice.

67.6-DOS CONSELHEIROS SUPLENTES.

A cada Conselheiro corresponde um suplente, adotados os mesmos critérios da indicação, escolha e nomeação.

Assim, diante da impossibilidade momentânea de participar das sessões, seja em razão de férias, no caso do Conselheiro da Fazenda ou de doença, nos demais casos, será chamado um suplente para substituição, não havendo suplente determinado para cada Conselheiro titular, onde qualquer um dos suplentes poderá ser convocado, a critério da presidência.

Todavia, vislumbra-se existir uma discussão quanto à

participação do Conselheiro titular da Fazenda estadual nas sessões de julgamento, no caso de estar de férias de sua função originária, haja vista o entendimento da assessoria jurídica da SEFAZ/PB, explicitado através de Parecer, acerca da impossibilidade do Conselheiro titular de optar em participar das sessões de julgamento quanto estiver de férias da função originária.

Ora, entendemos que essa proibição vai de encontro a própria estrutura e funcionamento do órgão, haja vista a sua composição ser paritária, com integrantes que são auditores da SEFAZ/PB e outros que sequer são funcionários do Estado.

Partindo dessa premissa, é de bom alvitre trazermos a colação de forma exemplificativa o disciplinamento contido no ***art. 76*** do *Regulamento do Conselho de Recursos Fiscais (Decreto 24.133, de 27 de maio de 2003)* anterior ao atual, quando se referia ao funcionário designado para integrar o CRF-PB, vejamos na transcrição *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 76. O funcionário designado para integrar o CRF-PB, continua no gozo de todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo, ficando desligado de suas funções ordinárias, ressalvado o exercício de cargo em comissão.***

Portanto, conforme exegese da norma supra, evidencia-se que já no Regulamento anterior, o Auditor fiscal designado para exercer a função de Conselheiro continuaria no gozo de todos os seus direitos e vantagem do cargo de funcionário público, como férias, tempo de serviço e etc, porém, ficavam desligados de suas funções ordinárias (Auditor).

Ratificando assim, que as férias tiradas na função originária advém da condição de funcionário público e não em virtude da função de Conselheiro, não tendo qualquer influência as suas férias como Auditor com a participação nas sessões de julgamento, pois como já ficou claramente demonstrado, reporta-se o pagamento pela participação nas sessões de verba de representatividade, independente do Conselheiro ser funcionário estadual ou não.

Pois a manter-se esse entendimento, vislumbramos que um dos Conselheiros indicados pelas Federações, ao tirar férias de seu

emprego original, caso seja funcionário de uma outra Secretaria de Estado, ficaria impedido de participar das sessões, vedação esta ilegítima e inaplicável, já que o recebimento do JETOM é condicionado a participação nas sessões de julgamento, independente do Conselheiro está de férias de sua função originária, seja na Secretaria de Estado da Receita ou qualquer outra Secretaria de Estado.

Nessa esteira de raciocínio, entendemos que mesmo estando de férias, não há nenhum impedimento legal para que o Conselheiro Titular da Fazenda Estadual participe das sessões de julgamento, pois não se vislumbra no *Regimento do Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba* qualquer dispositivo que impeça a participação do Conselheiro na sessão de julgamento, exceto quando alega suspeição ou no tocante ao impedimentos previstos no Código de Processo Civil, não sendo vislumbrado qualquer impedimento em virtude de férias, conforme dispõe o ***art. 40*** do seu Regimento, *verbis:*

> ***Art. 40. Ao Conselheiro cabe declarar-se impedido de discussão e votação de processo que lhe interesse direta ou indiretamente, ou a seus parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau civil, inclusive, ou a sociedade de que faça parte ou tenha feito parte como sócio, advogado ou membro da diretoria, do Conselho de Administração ou Fiscal.***
>
> ***§ 1º Subsiste, também, o impedimento do Conselheiro quando, em instância inferior, houver proferido decisão sobre o mérito do processo.***
>
> ***§ 2º O impedimento do relator deverá ser declarado por ocasião da distribuição e o dos demais Conselheiros, no início do julgamento do processo.***
>
> ***§ 3º São causas de impedimento e suspeição, além das previstas neste artigo, aquelas determinadas pelo Código de Processo Civil Brasileiro aplicáveis ao caso.***

67.7-DA VACÂNCIA.

A vacância é o estado daquilo que se mostra ou ficou vago,

bem como, é o tempo durante o qual permanece vago um cargo ou emprego.

Ocorrida a vacância de Conselheiro, seja por exoneração, doença ou pedido de afastamento, o suplente assumirá a titularidade para complementar o mandato.

Em caso de vacância e diante da ausência de suplente que venha a substituir o Conselheiro, a autoridade competente fará indicação de outro para completar o mandato.

67.8-DA REMUNERAÇÃO.

Todos os Conselheiros, inclusive o presidente, serão remunerados através de Jetons, recebidos por cada sessão de julgamento em que participem.

O suplente do Conselheiro, quando convocado, perceberá o jetom proporcional ao número de processos que relatar ou votar, em substituição ao conselheiro titular, em relação ao número de processos julgados por sessão a que efetivamente comparecer.

Portanto, de um valor X referente ao jetom que um Conselheiro titular tem direito ao participar da sessão, o suplente receberá o valor proporcional ao número de processo que relatar ou votar na sessão respectiva.

Dessa forma, se o suplente substituir o Conselheiro em toda a sessão, receberá integralmente o jetom da sessão, se participar da sessão relatando ou votando apenas um processo, receberá o equivalente proporcionalmente ao valor do jetom da sessão integral, referente apenas ao valor de um processo relatado ou votado, evitando assim que um suplente receba o jetom integral quando participa apenas da votação ou relatoria de um único processo.

67.9-DO REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

Nas sessões de julgamento do Conselho de Recursos Fiscais, além dos *08 (oito)* Conselheiros e do presidente, também deve fazer

parte um Procurador, indicado pela *Procuradoria Geral do Estado*, para assessorar os trabalhos, inclusive, sendo o responsável para defender à Fazenda quando da ocorrência de sustentação oral.

Assim, o Secretário de Estado da Receita requisitará, ao titular da *Procuradoria Geral do Estado*, indicação de um Procurador, que será designado para, sem prejuízo de suas funções, assessorar os trabalhos do Conselho de Recursos Fiscais.

Devendo ser ressaltado que o Procurador indicado pela *Procuradoria Geral do Estado* perceberá, por cada sessão que efetivamente comparecer, a remuneração prevista para o Conselheiro no Regimento Interno do Conselho de Recursos Fiscais, qual seja, receberá o ***Jetom*** por cada participação na sessão de julgamento.

67.10-DA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO.

A estrutura, o funcionamento e a administração do Conselho de Recursos Fiscais serão estabelecidos no seu Regimento (*Decreto nº 31.502/2010 - Alterado pelo Decreto nº 31.991/11),* que poderá autorizar a sua divisão em Turmas de Julgamento, mediante convocação de suplentes.

No caso vertente, demonstramos abaixo a estrutura do CRF/PB disciplinada no ***art. 9º*** do seu Regimento Interno, vejamos:

> ***Art. 6º O CRF compreende:***
>
> ***I - Gabinete da Presidência - GAPRE;***
> ***II - Corpo Deliberativo - CORDE;***
> ***III - Assessoria Jurídica - AJ;***
> ***IV - Serviço de Assessoria Técnica - SERAT;***
> ***V - Serviço de Revisão - SEREV;***
> ***VI - Secretaria - SECON;***
> ***VII - Serviço de Expediente - SEREX.***

Onde necessário se faz explicitarmos abaixo o que compreende cada setor:

I - Gabinete da Presidência – PRECON:

O Gabinete da Presidência compreende a direção do CRF, consubstanciada no cargo de Presidente.

O Presidente é o representante do CRF agindo em seu nome, nas funções administrativas, e o representando oficialmente perante as pessoas, autoridades, repartições, entidades públicas ou privadas.

O Presidente dirigirá o Conselho administrativamente e, nas funções de julgamento, proferirá o voto de desempate nas decisões do Colegiado.

Assim, vislumbramos que o ***art. 11º*** do Regimento Interno do CRF/PB dispõe quais são as atribuições do Presidente, vejamos:

> *I - convocar e presidir as sessões do Corpo Deliberativo;*
>
> *II - deliberar, conjuntamente com os demais Conselheiros, exercendo, em matéria de voto, apenas o de desempate;*
>
> *III - dirigir, supervisionar e orientar as atividades do CRF;*
>
> *IV - autorizar a devolução de processo à repartição competente para diligências ou comunicação do resultado do julgamento;*
>
> *V - comunicar ao Secretário de Estado da Receita a ocorrência de casos que impliquem a perda de mandato ou vacância de função;*
>
> *VI - promover, quando superados os prazos legais e regimentais, o andamento imediato dos processos distribuídos aos Conselheiros ou com vistas ao Assessor Jurídico;*
>
> *VII - convocar os Suplentes, em casos de falta, impedimento, suspeição, vacância, licença, férias de membro titular, respeitada a composição representativa;*
>
> *VIII - autorizar o desentranhamento e restituição de documentos e a expedição de certidões, dando prioridade àquelas destinadas à instrução de recursos;*
>
> *IX - adotar as providências pertinentes, com relação à substituição do Procurador do Estado, nas hipóteses previstas*

neste Regimento;

X - resolver as questões de ordem, apurar as votações e proclamar-lhes o resultado;

XI - convocar as sessões, fixando-lhes dia e hora da realização;

II - autorizar a distribuição dos processos aos Conselheiros;

XIII - estabelecer a pauta de julgamento de cada sessão e determinar a sua publicação no Diário Oficial do Estado – DOE, com antecedência mínima de até 02 (dois) dias, ou mediante afixação nas dependências do CRF e divulgação no sítio da SER na Internet;

XIV - decidir sobre as justificativas de faltas às sessões;

XV - determinar, de ofício ou por solicitação dos Conselheiros, a realização de diligências para saneamento do processo;

XVI - apreciar os pedidos dos Conselheiros relativos à prorrogação de prazos para retenção de processos;

XVII - mandar cancelar as expressões julgadas inconvenientes ou descorteses contidas nos autos dos processos;

XVIII - aprovar a escala de férias dos Conselheiros e demais servidores do CRF, podendo antecipá-las conforme conveniências do serviço;

XIX - determinar a publicação no DOE, dos acórdãos julgados;

XX - determinar a publicação do expediente do CRF;

XXI - decidir sobre o pedido de juntada, anexação ou apensamento de provas, bem como desentranhamento de peças e concessão de certidões ou cópias;

XXII - delegar as atribuições de representação em eventos da SER ou fora dela;

XXIII - assinar a correspondência do CRF, podendo delegar

esta atribuição;

XXIV - expedir portarias, circulares e instruções relativas ao julgamento dos feitos e funcionamento do CRF, no que tange à sistemática processual;
XXV - representar as autoridades competentes, visando o saneamento de irregularidades havidas em qualquer fase de julgamento dos feitos;

XXVI - solicitar à Coordenadoria da Assessoria Jurídica da SER a emissão de parecer sobre a interpretação de normas administrativas e tributárias do Estado da Paraíba.

II - Corpo Deliberativo – CORDE:

O Corpo Deliberativo - CORDE compreende o Conselho Pleno, 2 (duas) Câmaras de Julgamento e 2 (duas) Câmaras Temporárias de Julgamento

Art. 13. O Conselho Pleno será composto pelo Conselheiro - Presidente e por 8 (oito) Conselheiros, competindo-lhe:

I - julgar os recursos voluntário e de ofício de valor consolidado do crédito tributário superior a 20.000 (vinte mil) UFR-PB ou que tratem de matérias especializadas;

II - julgar o recurso especial interposto pelo sujeito passivo ou pelo Procurador do Estado;

III - julgar Agravo Regimental;

IV - julgar Embargos de Declaração de decisões do Conselho Pleno;

V - decidir sobre perda do mandato dos Conselheiros ou suplentes;

VI - aprovar súmulas;

VII - proceder à uniformização da jurisprudência administrativa tributária;

VIII - sugerir medidas para o aperfeiçoamento da legislação tributária;

IX - dirimir dúvidas suscitadas pelo Conselheiro-Presidente ou pelos Conselheiros, sobre a ordem dos serviços, interpretação e aplicabilidade da legislação;
que incorrerem os Conselheiros e Suplentes.

Art. 14. Cada Câmara de Julgamento será composta pelo Conselheiro-Presidente e por 4 (quatro) Conselheiros, da seguinte forma:

I - Primeira Câmara de Julgamento:

a) Conselheiro 1 - representante da Fazenda Estadual;
b) Conselheiro 3 - representante da Fazenda Estadual;
c) Conselheiro 5 - representante das entidades;
d) Conselheiro 7 - representante das entidades;

II - Segunda Câmara de Julgamento:

a) Conselheiro 2 - representante da Fazenda Estadual;
b) Conselheiro 4 - representante da Fazenda Estadual;
c) Conselheiro 6 - representante das entidades;
d) Conselheiro 8 - representante das entidades;

III - Terceira Câmara Temporária de Julgamento:

a) Suplente de Conselheiro 1 - representante da Fazenda Estadual;
b) Suplente de Conselheiro 3 - representante da Fazenda Estadual;
c) Suplente de Conselheiro 5 - representante das entidades;

d) Suplente de Conselheiro 7 - representante das entidades;

IV - Quarta Câmara Temporária de Julgamento:

a) Suplente de Conselheiro 2 - representante da Fazenda Estadual;
b) Suplente de Conselheiro 4 - representante da Fazenda

Estadual;
c) Suplente de Conselheiro 6 - representante das entidades;
d) Suplente de Conselheiro 8 - representante das entidades.

II - Assessoria Jurídica – AJ;

A Assessoria Jurídica será exercida por Procurador do Estado, designado pela Procuradoria Geral do Estado, na pessoa do seu Procurador Geral, para assessorar os trabalhos do CRF, com atribuições específicas de interpretação de matérias jurídicas e da defesa dos interesses do Estado, nos processos administrativos e judiciais.

O Assessor Jurídico servirá pelo prazo de *02 (dois)* anos, admitida a recondução, percebendo a mesma gratificação de presença, prevista no ***art. 6º, §3º*** do Regimento, atribuída aos Conselheiros.

Devendo ser ressaltado que a ausência do Assessor Jurídico às sessões não impede que o CRF delibere, validamente, podendo o mesmo, caso não possa participar das sessões, ser substituído por outro Procurador.

Porém, em caso de apresentação de sustentação oral, é obrigatória a presença de um Procurador designado para participar da sessão de julgamento, sob pena de não poder haver a sustentação oral.

Outrossim, vislumbramos que o ***art. 13*** do Regimento Interno do CRF/PB dispõe quais são as atribuições do Assessor Jurídico, vejamos:

> *I - emitir parecer, devidamente fundamentado, nos feitos que envolvam matéria de natureza jurídica, quando instado pela Presidência;*
>
> *II - requerer, quando estiver de posse do processo, ao Conselheiro - Presidente ou ao relator, diligências e perícias, bem como outros procedimentos que julgar necessários para a correta instrução do processo;*
>
> *III - comparecer e assistir à discussão do processo, bem como acompanhá-la, nas sessões das Câmaras de Julgamento, Câmaras Temporárias de Julgamento e do Conselho Pleno até*

a sua votação final, e delas participar sem direito a voto;

IV - fazer sustentação oral, quando considerar necessário, antes de encerrada a discussão, e pedir vista de qualquer processo antes de iniciada a votação;

V - produzir, perante as Câmaras de Julgamento, Câmaras Temporárias de Julgamento e o Conselho Pleno, mediante sustentação oral, a defesa dos interesses da Fazenda Estadual, alegando ou requerendo o que julgar conveniente para preservação dos direitos da mesma;

VI - prestar esclarecimentos processuais, por escrito ou verbalmente, quando solicitados por qualquer dos membros do Conselho de Recursos Fiscais;

VII - facultativamente, opinar por escrito, quando instado pelo Conselheiro - Presidente ou pelos demais Conselheiros, acerca dos recursos de Ofício e de Embargos de Declaração, observadas as prescrições contidas neste Regimento;

VIII - requisitar documentos que entender necessários;

IX - oferecer contrarrazão em recurso especial interposto pelo contribuinte;

X - emitir parecer técnico acerca da legalidade do lançamento, por escrito, independente de solicitação da Presidência, para os processos em que haja pedido de sustentação oral, podendo ser reduzido a termo, excepcionalmente, após o julgamento do recurso, ou até a realização da próxima sessão, na hipótese em que o pedido de sustentação oral seja apresentado no prazo previsto no § 1º do art. 92 deste Regimento.

IV - Serviço de Assessoria Técnica - SERAT;

Ao Serviço de Assessoria Técnica compete apoiar os Conselheiros, vinculado à Presidência do Conselho e formado por servidores especializados do quadro da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 22. São atribuições dos Assessores Técnicos:

I - prestar auxílio aos Conselheiros no desempenho de suas atribuições legais e regimentais;

II - desempenhar qualquer outra atividade que lhe for atribuída pelo Conselheiro - Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

V - Do Serviço de Revisão - SEREV:

Art. 23. São atribuições do revisor:

I - verificar se no acórdão consta:

a) a ementa;

b) a decisão;

c) o voto vencedor, e se for o caso, o voto vencido;

d) a declaração do voto de Conselheiro que acompanhe o voto vencedor;

II - verificar se no voto do acórdão consta:

a) a síntese do auto de infração e do recurso;

b) os fundamentos de análise das questões de fato e de direito;

c) a parte dispositiva que resolve as questões submetidas ao Conselho de Recursos Fiscais;

III - propor ao autor do voto correção de erros materiais no acórdão por ele lavrado;

IV - sugerir ao Conselheiro - Presidente do Conselho de Recursos Fiscais correção de erros materiais nos acórdãos, na impossibilidade de serem feitos pelo respectivo prolator;

V - conferir e corrigir as inexatidões nos acórdãos publicados no Diário Oficial Eletrônico da Secretaria de

Estado da Fazenda - DOe-SEFAZ;

VI - desempenhar outras atividades determinadas pelo Conselheiro - Presidente do Conselho de Recursos Fiscais.

VI - Secretaria – SECON:

A Secretaria do Conselho de Recursos Fiscais - SECON será integrada por 1 (um) cargo em comissão de Secretário, indicado pelo Conselheiro - Presidente do Conselho de Recursos Fiscais.

A Secretaria compreende os serviços relativos ao expediente do CRF, competindo-lhe:

I - executar os trabalhos de apoio ao órgão;

II - assistir às sessões;

III - assessorar o Conselheiro-Presidente;

IV - zelar pela publicação dos atos oficiais.

São atribuições do Secretário do CRF:

I - coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da Secretaria, transmitindo as instruções e ordens emanadas pela Presidência;

II - assistir às sessões do CRF, proceder à leitura da ata da sessão anterior e redigir a da respectiva sessão, subscrevendo-a em livro próprio ou arquivando-a em pasta;

III – organizar os atos relativos ao sorteio dos processos, quando autorizado pelo Presidente, para distribuição aos Conselheiros, entregando-os sob registro e mediante recibo;

IV - lavrar ou fazer lavrar despacho de distribuição de processos e outros proferidos pela Presidência, bem como redigir correspondências do CRF e assiná-las, conforme determinar a Presidência;

V - zelar pela perfeita publicação, no DOE, dos acórdãos e demais atos oficiais, sujeitos a essa formalidade;

VI - organizar as pautas das sessões, sob orientação do Presidente, promover sua publicação no DOE, ou mediante afixação nas dependências do CRF, divulgando-as no sítio da SER, na Internet, e entregá-las, por cópia, aos Conselheiros e ao Assessor Jurídico;

VII - controlar, através de formulários próprios, a tramitação dos processos no CRF;

VIII - dar conhecimento ao Presidente dos processos e acórdãos com prazos legais vencidos, distribuídos aos Conselheiros;

IX - prestar as informações que lhe forem solicitadas, pelos membros do CRF;

X - verificar com antecedência e organizar os processos que irão constar da pauta de julgamento;

XI - dar conhecimento ao Presidente, após cada sessão, da atualização dos processos distribuídos, julgados e acordados;

XII - zelar pela boa execução das normas do CRF, no que tange aos serviços da Secretaria;

XIII - anexar ao processo certidão, assinada pelo Presidente, certificando o resultado e procedimento do julgamento;

XIV - anexar o acórdão ao processo, devidamente assinado pelo relator, certificando tal ato;

XV - certificar, no verso da última folha do acórdão, a publicação e o trânsito em julgado da decisão;

XVI - encaminhar, após o julgamento, o processo à repartição preparadora para as providências cabíveis;

XVII - executar outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Presidente.

VII - Serviço de Expediente – SEREX.

O Serviço de Expediente - SEREX compreende as atividades de apoio ao funcionamento do Conselho de Recursos Fiscais e da sua Secretaria, sendo integrado por 1 (um) cargo de Chefe de Serviço de Expediente do Conselho de Recursos Fiscais, indicado pelo Conselheiro-Presidente do Conselho de Recursos Fiscais.

Dispõe o Regimento Interno do CRF/PB, que compete ao Serviço de Expediente:

I - o registro e ordenamento da tramitação burocrática dos feitos e demais expedientes;

II - a organização e manutenção do arquivo;

III - a prestação de informações e elaboração da estatística do CRF;

IV - a escrituração e controle dos assentamentos e dados

relativos ao CRF.

Sendo as seguintes atribuições do Chefe do Serviço de Expediente do CRF:

I - coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da unidade;

II - registrar a entrada e saída de processos e demais papéis encaminhados ao CRF;

III - organizar os processos em forma de autos forenses, com as folhas numeradas e rubricadas, mantendo-os integrados de todas as suas peças, para oportuna devolução às repartições de origem;

IV - manter sob sua responsabilidade, livros, documentos e papéis confiados à sua guarda;

V - elaborar os boletins de frequência relativamente aos servidores em exercício no CRF, controlar a assiduidade dos funcionários e elaborar a folha de pagamento de vantagens devidas aos Conselheiros;

VI - digitar e divulgar o expediente do CRF;

VII - prestar informações sobre o andamento dos processos;

VIII - preparar a estatística mensal dos processos existentes no CRF e coletar os elementos necessários à elaboração dos mapas relativos às decisões, resoluções e demais atos do CRF;

IX - coligir os dados essenciais à elaboração de relatório anual do Presidente;

X - organizar e conservar o arquivo do CRF;

XI - atender às solicitações feitas pelos membros do CRF;

XII - organizar e manter atualizados os assentamentos individuais dos Conselheiros e demais servidores do CRF;

XIII - organizar a escala de férias;

XIV - requisitar o material de expediente e de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades do CRF;

XV - cumprir as determinações emanadas da PRECON ou da SECON;

XVI - executar outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Presidente.

67.11-DAS SÚMULAS.

Sendo de bom alvitre lembrarmos que as decisões reiteradas e uniformes do CRF serão consubstanciadas em súmulas, numeradas sequencialmente, e, após aprovadas por Portaria do Secretário de Estado da Receita, publicadas no Diário Oficial do Estado.

A alteração ou o cancelamento do enunciado da súmula serão deliberados pela maioria absoluta do Conselho Pleno do CRF, comunicando-se ao Secretário de Estado da Receita, que, aprovada, será dada publicidade.

67.12-DAS DECISÕES PROLATADAS PELO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS:

a)**Recurso Voluntário ou Ordinário Provido**:

b)**Recurso Voluntário ou Ordinário parcialmente provido**:

c)**Recurso Voluntário ou Ordinário Desprovido**.

d)**Recurso de Ofício, Obrigatório ou Hierárquico provido.**

e)**Recurso de Ofício Parcialmente Provido** :

f)**Recurso de Ofício Desprovido** :

67.13-DEFINIÇÕES DE RECURSOS.

a)**Recurso Voluntário Provido :** O CRF/PB acata integralmente as alegações de fato e de direito do contribuinte, reformando a decisão singular na parte que ensejou o recurso.

b)**Recurso Voluntário Parcialmente Provido :** O CRF/PB acata parcialmente as alegações de fato e de direito do contribuinte, reformando em parte a decisão singular na parte que ensejou o recurso.

c)**Recurso Voluntário Desprovido :** O CRF/PB não acata as alegações de fato e de direito do contribuinte, mantendo a decisão singular na parte que ensejou o recurso.

d)**Recurso de Ofício Provido :** O CRF/PB não acata as fundamentações da sentença singular na parte que ensejou o recurso, reformando integralmente a decisão e restabelecendo integralmente a exigência do crédito tributário.

e)**Recurso de Ofício Parcialmente Provido :** O CRF/PB não acata integralmente as fundamentações da sentença singular na parte que ensejou o recurso, reformando em parte a decisão singular e restabelecendo a exigência do crédito tributário quanto a parte concernente ao provimento parcial do recurso.

f)**Recuso de Ofício Desprovido :** O CRF/PB acata as fundamentações da sentença singular mantendo inalterada a decisão recorrida, com a improcedência total ou parcial do auto de infração.

68-DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - GEJUP (Primeira instância).

A *Lei nº 4.125*, de 27 de dezembro de 1979, instituiu a então **Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais - COJUP**, instância de julgamento que veio substituir os coletores e diretores de recebedorias de rendas, a quem, até então, tinham competência para julgar, em primeiro grau, as questões contenciosas fiscais.

A **COJUP** era até então, o órgão encarregado de julgar, em primeira instância administrativa, as querelas tributárias, entre os contribuintes e a Fazenda estadual, cuja estrutura, competência, direção e funcionamento são regulados pelo *Decreto nº 8.473,* de 03 de abril de 1980, depois flexibilizada sua composição e direção, quanto à ocupação dos cargos, pelo Decreto nº 20.820, de 28 de dezembro de 1999.

Com o advento do *Decreto n° 25.826,* de 15 de abril de 2005, que dispôs sobre a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria da Receita Estadual, o órgão de primeira instância administrativa passou a se chamar **Gerência de Julgamento de Processos Fiscais - GEJUP**, atualmente composta de ***08 (oito)*** julgadores fiscais, um Gerente de Julgamento de Processos Fiscais e um Auditor Jurídico de Processos Fiscais.

Assim, à *Gerência de Julgamento de Processos Fiscais*, com sede em João Pessoa, compete julgar, em primeira instância administrativa, as questões tributárias surgidas em qualquer parte do território paraibano, entre os contribuintes e a Fazenda estadual.

Nesse diapasão, vislumbramos que a Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais, além do Gerente, compor-se-á de *8 (oito)* membros, denominados Julgadores Fiscais, todos Auditores Fiscais Tributário Estadual, possuidores de diploma de curso superior, devendo ter, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

> *I – exercido função por, no mínimo, 2 (dois) anos, em um dos órgãos julgadores da justiça fiscal administrativa;*

II – exercido função por, no mínimo, 2 (dois) anos, na Gerência Executiva de Tributação, na Assessoria Técnica Tributária e na Assessoria Jurídica;

III – ter prestado serviços por, no mínimo, 2 (dois) anos, em um dos órgãos de que tratam os incisos I e II;

IV – exercido a função de fiscal de estabelecimentos por, no mínimo, 02 (dois) anos;

V – possuir certificado de curso de especialização na área tributária, com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula.

A Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais será assessorada por um *Auditor Jurídico*, Bacharel em Direito, dentre o cargo de Auditor Fiscal Tributário Estadual, cuja função é sanear os processos fiscais quanto aos aspectos formais, devolvendo-os em diligência para que sejam sanadas as irregularidades verificadas, a exemplo da ausência de Termos no processo, ou ausência de assinaturas ou outros vícios processuais, tornando os autos saneados para apreciação e julgamento pelo julgador singular.

68.1-DA NOMEAÇÃO.

Satisfazendo os requisitos estabelecidos para provimento do cargo de julgador, serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do *Secretário de Estado da Receita.*

Não havendo limite máximo de tempo para exercer o cargo, como ocorre com os Conselheiros do CRF/PB, que estão sujeitos a um mandato de *2 (dois)* anos, podendo ser reconduzidos quantas vezes forem necessárias, a critério do *Secretário de Estado da Receita.*

68.2-DA ESTRUTURA DA GEJUP.

A estrutura e o funcionamento da Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais compreendem:

I – O Gerente Executivo;

O Gerente Executivo compete administrar e representar a GEJUP, controlar as entradas e saídas de processos e os julgamentos realizados, alem de monitorar os processos que são enviados em diligências necessárias para correições, cabendo também à distribuição dos autos aos membros do corpo de julgadores, observando os critérios estabelecidos em Portaria do *Secretário de Estado da Receita,* segundo a ordem de prioridade nela estabelecidas.

II - A Auditoria Jurídica de Processos Fiscais;

À Auditoria Jurídica de Processos Fiscais incumbe a correição dos processos e formulação de pareceres sobre os aspectos jurídicos das questões, na fase que antecede a sua distribuição aos Julgadores Fiscais de primeira instância, tornando-os conclusos para julgamento.

Cabendo ao Assessor jurídico a devolução do processo para saneamento de vícios formais e materiais, antes da apreciação e julgamento pelos julgadores fiscais.

III – o Corpo de Julgadores Fiscais;

Os Julgadores Fiscais atuarão à semelhança de juízes singulares, com independência de decisão e livre convencimento motivado, incumbindo-lhes aplicar e integrar a legislação, conforme se tratar de tributo ou de penalidade.

IV – A Chefia de Expediente.

A chefia de expediente tem por finalidade o controle

administrativo da GEJUP, referente aos processos, controlando os processos que chegam e os que saem, além das diligências efetuadas, dando apoio ao Gerente Executivo da GEJUP.

68.3-DA COMPETÊNCIA PARA EDITAR NORMAS DA GEJUP.

Sendo mister ressaltarmos ser de competência do *Secretário da Fazenda* editar normas complementares relativas ao funcionamento da *Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais* e tramitação burocrática dos feitos em primeira instância.

68.4-DAS DECISÕES PROLATADAS PELA GEJUP:

a) **Auto de Infração Procedente;**

b) A**uto de Infração Parcialmente Procedente ou Procedente em Parte:**

- *Com Recurso de Ofício 2º instância.*
- *Sem Recurso de Ofício 2º instância.*

c) **Auto de infração Improcedente**

- *Com Recurso de Ofício 2º instância.*
- *Sem Recurso de Ofício 2º instância.*

d) **Auto de Infração Nulo**

- *Com Recurso de Ofício 2º instância.*
- *Sem Recurso de Ofício 2º instância.*

68.5-DEFINIÇÕES DE SENTENÇA (AUTO DE INFRAÇÃO):

a)**Auto de Infração Procedente:** A autoridade julgadora não acata integralmente as alegações de fato e de direito

do contribuinte, mantendo as denúncias descritas no auto de infração.

b) A **auto de Infração Parcialmente Procedente ou Procedente em Parte:** A autoridade julgadora acata parcialmente as alegações de fato e de direito do contribuinte, mantendo parte das denúncias descritas no auto de infração e rechaçando outras.

c) **Auto de infração Improcedente:** A autoridade julgadora acata as alegações de fato e de direito do contribuinte, em razão da ausência de provas materiais do ilícito denunciado ou em decorrência da iliquidez e incerteza do crédito tributário exigido, rechaçando as acusações.

d) **Auto de Infração Nulo :** A autoridade julgadora ao analisar os fatos denunciados constata vícios materiais ou formais que maculam a exigência do crédito tributário. Ressalvando a possibilidade da Fazenda estadual de proceder a um novo feito, caso não esteja decaído. Não havendo julgamento de mérito.

69-DA FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS.

A fiscalização refere-se às atividades da administração pública e seus agentes visando fazer cumprir as obrigações legais da sociedade.

Portanto, infere-se que à Fiscalização Tributária compete, em especial, proceder à cobrança dos tributos não pagos, iniciando pela via administrativa até à inscrição do correspondente crédito tributário em Dívida Ativa, da qual procede-se à emissão do título executivo extrajudicial denominado Certidão de Dívida Ativa, que viabiliza o início da fase de cobrança judicial, sendo chamado de execução fiscal.

Dispõe o ***art. 194*** do CTN que compete à legislação tributária regular, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza

do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

In casu, ressalve-se que essa legislação aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Assim, é cediço ser a Fiscalização Tributária regulada pelo princípio constitucional da legalidade, onde a validade dos atos administrativos da Fiscalização requer a competência da autoridade ou agente público.

Indispensável, portanto, que a fiscalização seja feita por pessoas às quais a legislação atribua competência, em caráter geral, ou especificadamente, em função do tributo de que se tratar.

Essa competência é atribuída pela Legislação Tributaria e não apenas pela lei tributária.

O campo da fiscalização é amplo, pois pode se estender às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

A Fiscalização, para exercer sua atividade, pode examinar quaisquer livros, mercadorias, arquivos, documentos, etc., sendo inaplicáveis quaisquer meios legais que não permitam esses exames.

Nesse sentido o ***art. 195*** do CTN determina que, para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram ***(art. 195, parágrafo único, do CTN).***

69.1-DA COMPETÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO.

Dispõe o ***art. 151*** da Lei nº 10.094/13, ser a fiscalização dos

tributos de competência privativa dos auditores fiscais, nos termos da *Lei nº 8.427,* de 10 de dezembro de 2007, tendo como atribuições:

> *I – **O Auditor Fiscal Tributário Estadual:** a tributação, a arrecadação e a fiscalização das receitas tributárias estaduais, nas atividades de estabelecimento e de mercadoria em trânsito, em qualquer fase, inclusive a documentação que lhes é respectiva, correlatas às atribuições do cargo;*
>
> *II – **O Auditor Fiscal Tributário Estadual de Mercadorias em Trânsito:** as atividades relativas à fiscalização de mercadoria em trânsito e arrecadação dos tributos estaduais, inclusive a documentação que lhes é respectiva.*

No caso vertente, observa-se que o A*uditor Fiscal Tributário Estadual* tem competência ampla, podendo exercer a fiscalização de estabelecimento e a de trânsito de mercadorias.

Já o *Auditor Fiscal Tributário Estadual de Mercadorias em Trânsito*, tem sua competência limitada, podendo exercer apenas a fiscalização de trânsito de mercadorias.

69.2-DA SOLICITAÇÃO DE FORÇA POLICIAL.

O ***parágrafo único*** do ***art. 151*** da Lei nº 10.094/13, disciplina que os auditores fiscais poderão requisitar o auxílio policial quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções ou quando necessária à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Onde deve ser ressaltado que o auxílio policial a ser requisitado diz respeito a polícia estadual, quando necessária for a intervenção policial, principalmente no caso de desacato ou negativa do contribuinte em facilitar o acesso ao estabelecimento ou as mercadorias possivelmente em situação irregular.

No caso da fiscalização realizada no trânsito de mercadorias, quando da abordagem de um veículo, o Auditor Fiscal não tem competência para abrir as portas e porta malas do veículo a fim de averiguação, devendo solicitar o apóio policial, exceto se o proprietário do veículo permitir a averiguação pelo Fiscal.

69.3-DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO AUDITOR FISCAL.

A competência dos auditores fiscais não é determinada pela circunscrição territorial do órgão em que estiverem lotados, sendo válidos os atos formalizados por auditor fiscal de circunscrição diversa do domicílio do sujeito passivo, conforme dispõe o ***art. 152*** da Lei nº 10.094/13.

Assim, independente da localidade em que se encontre, o Auditor poderá realizar a fiscalizações em estabelecimentos ou trânsito em qualquer localidade dentro do território paraibano.

Dessa forma, um Auditor lotado em João Pessoa, poderá realizar uma auditoria no município de Cajazeiras, sendo válidos os atos formalizados nessa fiscalização, porém, desde que esteja acobertado por uma Ordem de Serviço.

69.4-DA SUJEIÇÃO À FISCALIZAÇÃO.

Dispõe o ***art. 153*** da Lei nº 10.094/13, que sujeitam-se à fiscalização todas as pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou de direito privado, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade, isenção ou qualquer outro benefício fiscal.

Sendo o alcance da fiscalização amplo e irrestrito, cuja negativa em colaborar com o Fisco enseja embaraço á fiscalização, punível com multa por descumprimento de obrigação acessória.

Pois muitas vezes se observa que a empresa sequer é contribuinte do ICMS, porém, dispõem de informações que podem elucidar possíveis operações de sonegação do imposto quanto ao contribuinte fiscalizado.

Haja vista a necessidade, em muitos casos, de o Fisco efetuar um

cruzamento de informações entre as empresas que em regra, não são contribuintes do ICMS, e aquelas empresas que estão sob o processo de fiscalização, possibilitando assim, a obtenção de informações sonegadas pelas empresas fiscalizadas em relação aos bens, negócios ou atividades próprias ou de terceiros.

69.5-SÃO TAMBÉM OBRIGADAS A PRESTAREM INFORMAÇÕES.

Mediante intimação escrita, também, são obrigados a prestar à autoridade fiscalizadora todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades próprias ou de terceiros:

I – os tabeliães, escrivães e demais serventuários da Justiça;

II – os servidores do Estado;

III – os condutores de veículos em geral, empregados no transporte de mercadorias;

IV – os síndicos, comissários, liquidatários e inventariantes;

V – os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

VI – os bancos, as instituições financeiras e os estabelecimentos de crédito em geral;

VII – as empresas de administração de bens;

VIII – as companhias de armazéns gerais;

IX – todos os que, embora não contribuintes de tributos estaduais, prestem serviços ou forneçam mercadorias ou bens a comerciantes, industriais ou produtores;

X – quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu

cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão;

XI – os prestadores de serviços de intermediação comercial em ambiente virtual, com utilização de tecnologia da informação, inclusive, por meio de leilões eletrônicos;

XII – os prestadores de serviço de tecnologia da informação, tendo por objeto o gerenciamento e o controle de operações comerciais em meio eletrônico, inclusive, dos respectivos meios de pagamento.

No caso do ***inciso VI*** acima, a intimação será sempre antecipada da instauração de Processo Administrativo Tributário, com a autuação dos documentos indicativos de sonegação fiscal, a fim de serem apuradas as responsabilidades tributárias correspondentes, observados, ainda, os procedimentos relativos à formalização de *Representação Fiscal para Fins Penais,* em casos de crime contra a ordem tributária, estabelecidos em legislação.

Outrossim, é de bom alvitre ressaltarmos que os livros e documentos que envolvam, direta ou indiretamente, matéria de interesse tributário são de exibição obrigatória ao Fisco, quando solicitados, independente do estabelecimento onde se encontrem, em razão de estarem sujeitas à fiscalização todas as pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou de direito privado, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade, isenção ou qualquer outro benefício fiscal.

69.6-DAS INFRAÇÕES.

Quanto às infrações no direito tributário, vislumbramos que a letra do ***art. 136*** do *Código Tributário Nacional* estatui:

> ***Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.***

Nesse contexto, entende-se por infração a constatação de uma conduta contrária ao dever-ser, ou seja, ação ou omissão que não observa o que é obrigatório, proibido ou permitido.

Assim, define o ***art. 154*** da *Lei nº 10.094/13 (Lei do PAT/PB),* que constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em inobservância, por parte de pessoa natural ou jurídica, de norma estabelecida por lei, por regulamento específico dos tributos de competência do Estado ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados à complementá-los.

70-DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.

Responsável *(art. 128, CTN),* é toda aquela pessoa que, sem revestir a condição de contribuinte, tem sua obrigação decorrente de disposição expressa de lei.

Ex.: *a responsabilidade por substituição tributária.*

70.1-DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

A responsabilidade independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza ou extensão dos efeitos do ato.

Destarte, independente da intenção, será autuada a pessoa física ou jurídica que cometeu a infração, pois o que o ***art. 136*** dispõe é a desconsideração da intenção do agente ou do responsável.

Portanto, infere-se que o preceito do ***art. 136*** diz apenas que a responsabilidade independe de intenção, dispensando-se assim a presença do dolo, que é a vontade livre e consciente dirigida a realizar o ato tido pela norma tributária como ilícito.

Mas, esse mesmo preceito, não afastou a necessidade de existência, ao menos em um grau mínimo, da culpa *stricto sensu*.

Assim sendo, verifica-se que a intenção do legislador nesse caso foi abolir a *"intenção"*, para que o Fisco fique livre de ter que demonstrar, em cada especificidade fática, a existência da vontade

do infrator de burlar a lei. É a prova diabólica. Como corrobora o **Professor Luciano Amaro** *(1996, p. 25-42)* que assim explicita:

> ***"Quando cometo uma infração por engano, um erro material que não dependeu da minha vontade, que pode ter decorrido da minha imperícia, da minha negligência, mas não decorreu da minha intenção, a coisa parece que muda um pouco de figura. O Código não está aqui dizendo que todos podem ser punidos independentemente de culpa. Ele está dizendo que a aplicação penal independe de intenção, o que libera o Fisco de obter a prova diabólica de que, em cada situação de infração fiscal, o indivíduo queria mesmo descumprir a lei. O Fisco não precisa fazer essa prova."***

Nessa senda, perquire-se que isso não significa que todos serão punidos independentemente de provarem ou não provarem que tiveram culpa.

Pois o que a Fazenda não precisa investigar, nem mesmo provar, é a intenção, haja vista que para a responsabilidade pela prática da conduta ilícita tributária não-delituosa, não se faz necessária uma investigação, posto que o próprio *Código Tributário Nacional* determinou que essa responsabilidade independe da intenção.

Todavia, na conduta ilícita estritamente fiscal deve haver a culpa, ou o comportamento que concorreu para a ocorrência da infração, ou seja, que o agente assumiu o risco conscientemente.

Assim, diferente da intenção da culpa, perquire-se que se o agente provar que não teve intenção, mas tiver sido culpado, a sanção deve-lhe ser imposta ou mantida.

Portanto, não pode o contribuinte alegar ausência de dolo ou má-fé como meio de exclusão da punibilidade, haja vista se adotar no Direito Tributário Brasileiro a teoria da ***"responsabilidade objetiva",*** a qual consagra a responsabilidade sem culpa, sendo, portanto, despicienda a perquirição sobre a intencionalidade *animus infringendi*, ou mesmo sobre o conhecimento no que respeita à relação de causalidade entre o agente e o fato infringente

Assim, entende-se como responsabilidade objetiva, a advinda da prática de um ilícito ou de uma violação ao direito de outrem que, para ser provada e questionada em juízo, independe da auferição de culpa, ou de gradação de envolvimento, do agente causador do dano.

70.2-DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO.

Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática, ou dela se beneficiarem, e em especial o proprietário de veículo ou seu responsável, quando esta decorrer do exercício de atividade própria do mesmo (***art. 154, § 1º*** da Lei nº 10.094/13).

Destarte, evidencia-se que quando o veículo é flagrado sendo utilizado para o transporte de mercadorias em situação irregular, o proprietário ou responsável pelo veículo responderá pela infração.

Dessa forma, vislumbra-se que a responsabilização pela infração faz surgir a sujeição passiva, que se traduz pela obrigação do infrator ou daqueles que concorreram para a prática da infração, de pagar o ICMS respectivo.

Assim, a *Lei nº 6.379/96 (Lei do ICMS/PB)* dispõe sobre a sujeição passiva, responsabilizando pelo pagamento do imposto e acréscimos legais as pessoas discriminadas abaixo:

> ***Art. 31. São responsáveis pelo pagamento do imposto e respectivos acréscimos legais:***
>
> ***I - os armazéns gerais e estabelecimentos depositários congêneres:***
>
> ***a) na saída de mercadoria depositada por contribuinte de outro Estado;***
>
> ***b) na transmissão de propriedade de mercadoria depositada por contribuinte de outro Estado;***
>
> ***c) no recebimento para depósito ou na saída de mercadoria sem documento fiscal ou com documento fiscal inidôneo;***

II - o transportador, inclusive o autônomo, em relação à mercadoria:

a) proveniente de outro Estado para entrega em território deste Estado, a destinatário não designado;

b) negociada em território deste Estado durante o transporte;

c) que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou acompanhada de documento fiscal inidôneo;

d) que entregar a destinatário ou em local diverso do indicado no documento fiscal;

e) que não comprovar o desinternamento do território deste Estado, quando destinada a outra unidade da Federação;

III - qualquer possuidor ou detentor de mercadoria desacompanhada de documento fiscal ou acompanhada de documento fiscal inidôneo;

IV - os adquirentes, em relação a mercadorias cujo imposto não tenha sido pago no todo ou em parte;

V - os contribuintes, em relação a operações ou prestações cuja fase de diferimento tenha sido encerrada ou interrompida;

VI - os síndicos, comissários, inventariantes ou liquidantes, em relação ao imposto devido sobre a saída de mercadoria decorrente de sua alienação em falência, concordata, inventário ou dissolução de sociedade, respectivamente;

VII - os leiloeiros, em relação ao imposto devido sobre a saída de mercadoria decorrente de arrematação em leilão, excetuado o referente à mercadoria importada e apreendida;

VIII - as empresas distribuidoras de energia elétrica e de combustíveis líquidos e gasosos e lubrificantes derivados de petróleo, na condição de contribuintes ou de substitutos tributários, por ocasião da saída do produto de seus estabelecimentos, ainda que destinado a outra unidade da

Federação, pelo pagamento do imposto incidente desde a produção ou importação de petróleo e de energia elétrica até a última operação;

IX – os adquirentes de ficha, cartão ou assemelhados, provenientes de outra unidade da Federação, destinados à prestação onerosa de serviço de comunicação, para utilização, exclusivamente, em terminais de uso público em geral;

X - os prestadores de serviços de intermediação comercial em ambiente virtual, com utilização de tecnologia da informação, inclusive, por meio de leilões eletrônicos;

XI - os prestadores de serviços de tecnologia da informação, tendo por objeto o gerenciamento e o controle de operações comerciais em meio eletrônico, inclusive, dos respectivos meios de pagamento.

70.3-DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

Solidariedade é a condição peculiar no âmbito jurídico-obrigacional e se caracteriza toda vez que, relativamente a uma mesma obrigação, existem com interesse comum dois ou mais credores *(solidariedade ativa)*, ou dois ou mais devedores *(solidariedade passiva)*.

Solidariedade tributária passiva é a situação em que duas ou mais pessoas se encontram, simultaneamente, obrigadas perante o Fisco.

Nesse caso, o Fisco poderá eleger qualquer dos sujeitos passivos para proceder à cobrança do tributo. A solidariedade tributária passiva pode ser natural ou legal.

Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal de um contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, as pessoas referidas no ***art. 134*** do *Código Tributário Nacional,* infracitadas:

Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do

cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

No caso da Lei do ICMS/PB, dispõe a mesma, em seu ***art. 32***, acerca da responsabilidade solidária, vejamos:

Art. 32. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto e respectivos acréscimos legais:

I - o entreposto aduaneiro ou qualquer pessoa que promova:

a) a saída de mercadoria para o exterior sem documento fiscal correspondente;

b) a saída de mercadoria estrangeira com destino ao mercado interno, sem a documentação fiscal correspondente ou com destino a estabelecimento de titular diverso daquele que houver importado ou arrematado;

c) a reintrodução no mercado interno, de mercadoria depositada para o fim específico de exportação;

II - o representante, mandatário ou gestor de negócio, em relação à operação realizada por seu intermédio;

III - os contribuintes que receberem mercadorias contempladas com isenção condicionada, quando não ocorrer a implementação da condição prevista;

IV - os estabelecimentos industrializadores, nas saídas de mercadorias recebidas para industrialização, quando destinadas a pessoa ou estabelecimento que não o de origem;

V - os estabelecimentos gráficos, relativamente ao débito do imposto decorrente da utilização indevida, por terceiros, de documentos fiscais que imprimirem, quando:

a) não houver o prévio credenciamento do referido estabelecimento gráfico;

b) não houver a prévia autorização fazendária para a sua impressão;

c) a impressão for vedada pela legislação tributária;

VI - os fabricantes e as pessoas credenciadas que prestem assistência técnica em máquinas, aparelhos e equipamentos destinados a emissão de documentos fiscais, quando a irregularidade por eles cometida concorrer para a omissão total ou parcial dos valores registrados nos totalizadores e conseqüentemente para a falta de recolhimento do imposto;

VII - todos aqueles que, mediante conluio, concorrerem para a sonegação do imposto;

VII - o remetente ou destinatário indicado pelo transportador como responsável pela remessa ou recebimento de mercadoria transportada sem documento fiscal ou acompanhada de documentação fiscal inidôneo;

VIII - todos aqueles que, mediante conluio, concorrerem para a sonegação do imposto.

IX – a concessionária de serviço de comunicação estabelecida neste Estado, pelo imposto não recolhido, no todo ou em parte, em relação ao serviço prestado, na hipótese do inciso IX do art. 31.

70.4-DO BENEFÍCIO DE ORDEM NA SOLIDARIEDADE.

Quanto ao benefício de ordem, instituto de Direito Civil mediante o qual o coobrigado tem o direito de requerer, quando demandado, que sejam primeiramente executados os bens do devedor principal, o CTN exclui esse instituto da aplicação da matéria tributária, tendo a Fazenda Pública o poder de exigir o pagamento do tributo de qualquer coobrigado, sem obedecer a qualquer escala de preferência entre eles. Exceto em caso de lei específica em sentido oposto.

Nessa senda, infere-se que a solidariedade no direito tributário não comporta benefício de ordem, ou seja, não pode haver escolhas ou prioridades entre os responsáveis solidários, pois todos devem responder igualmente pelo crédito tributário devido, independente de suas condições patrimoniais.

Visto o Fisco poder eleger qualquer um dos sujeitos passivos para proceder à arrecadação do tributo.

Assim, a execução para recolhimento do imposto alcança qualquer um dos responsáveis solidários, onde o pagamento efetuado por um desobriga os outros, conforme os efeitos da solidariedade.

70.5-EFEITOS DA SOLIDARIEDADE PASSIVA.

Efeitos da solidariedade:

I - O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita os demais.

Exemplos:

- O pagamento efetuado por um, desobriga

o outro. Assim, se "A" efetuar o pagamento integral da dívida, os demais responsáveis solidários ficarão livres da dívida, porém, se "A" quiser pagar a sua "parte", com base na alegação de que a sua participação na sociedade seria de 50%, portanto, só estaria obrigado ao pagamento da dívida na proporção de sua participação na empresa, nesse caso, ele não ficará livre do pagamento do restante, apesar de depois ele poder impetrar uma ação judicial contra os demais devedores para recuperar a parte que pagou a maior, caso recolha os 100% da dívida.

-Se numa execução fiscal contra um sócio, houver a penhora de seus bens suficientes para cobrir a dívida tributária, os demais coobrigados serão beneficiados.

II- a isenção ou remissão de credito exonera todos os obrigados, salvo se ortogada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quando aos demais pelo saldo.

Exemplo:

- No caso de remissão, que se traduz pelo perdão do crédito tributário, serão beneficiados todos os devedores, porém, se uma isenção é pessoal a um dos devedores, apenas este será beneficiado, respondendo pelo restante do saldo os outros devedores por suas partes respectivas, assim, se existem três sócios, um de 60 anos, outro de 66 e outro de 62. Ao ser publicada uma lei municipal que dispõe sobre isenção de pessoas acima de 65 anos.

Nesse caso o valor do imposto devido de R$ 1.200,00, referente ao IPVA de um carro adquirido por solidariedade entre estas 3 pessoas, cuja obrigação em tese é devida em partes iguais entre os três, em razão da isenção pessoal que beneficia apenas um dos três (65 anos), ficará na quantia de R$ 800,00, referente a quantia devida pelo sócio de 60 anos e o de 62.

Diferença:
Isenção: *dispensa o pagamento do tributo.*
Remissão: *perdão do crédito tributário.*

Assim sendo, em resumo, infere-se que os efeitos da solidariedade tributária são:

a) O pagamento integral feito por um dos coobrigados libera os demais da obrigação perante o fisco;

b) Em caso de isenção ou remissão do crédito a um dos coobrigados, todos os demais se beneficiarão, exceto se concedidos em caráter personalíssimo, subsistindo a solidariedade quanto aos demais, pelo saldo;

c) A interrupção da prescrição em relação a um dos coobrigados atinge os demais, favoravelmente ou não.

71-DA INTERPRETAÇÃO.

Observa-se ser a interpretação da lei um trabalho investigativo que procura traduzir seu pensamento e seu sentido.

Assim, interpretação é o ato intelectual de decifrar o pensamento do legislador, perquirindo a razão que motivou suas idéias quando levou a cabo a realização daquele instrumento normativo.

Mostra-se, destarte, como o mecanismo de tradução da *mens legislatoris* em palavras conclusivas de um raciocínio posto a decifrar.

Assim, interpretar a lei é compreendê-la, em grau de suficiência, diante da grande quantidade de significações possíveis que pressupõe, da *"ausência de univocidade da linguagem empregada pelo legislador"*, determinando, com exatidão, seu verdadeiro desígnio, ao demarcar todas as hipóteses que se estende sua aplicação.

71.1-DAS FORMAS DE INTERPRETAÇÃO.

A hermenêutica pode ser considerada a arte de interpretar as leis, estabelecendo princípios e conceitos que buscam formar uma teoria adaptada ao ato de interpretar.

Nesse contexto, explicitamos abaixo as formas de interpretação, que devem ser utilizadas sempre em conjunto, vejamos:

Gramatical ou Literal - O método gramatical, por si só, não é suficiente para uma interpretação jurídica a contento, porquanto, não se pode negar a valia que tem o significado das palavras na interpretação das leis, mas é evidente que não basta apenas esse recurso para que o intérprete possa esclarecer com segurança o verdadeiro sentido e o alcance exato da regra jurídica.

Pois existem palavras com mais de um significado, todos absolutamente corretos do ponto de vista linguístico.

Assim como existem palavras cujo significado técnico é inteiramente diverso do significado vulgar, e não se pode afirmar que uma ou outra palavra tenha sido usada neste ou naquele sentido.

Lógica - Objetiva-se na interpretação *"conforme o contexto"*, analisando-se, de modo extrínseco, *"o que se quis dizer"*, e não *"o que está dito"*.

Procura-se o sentido lógico do texto para se evitarem incoerências, contradições, tentando harmonizar entre si todas as disposições da lei.

O método lógico é o que objetiva descobrir o pensamento e o

sentido da lei, aplicando-se princípios científicos da lógica.

Histórica - é o mecanismo de detecção das circunstâncias eventuais e contingentes que motivaram a edição da lei, sua razão de nascer e de ser.

Assim, por meio de um trabalho de reconstituição do conteúdo original da norma, garimpam-se os documentos atinentes à elaboração da lei, procurando-se analisar o projeto de lei ou outros documentos que demonstrem a origem da lei até a sua promulgação.

Teleológica - refere-se ao processo investigativo que prima pela busca da finalidade da norma, concentrando-se no resultado colimado pela lei.

Destarte, procura-se nesse processo de interpretação alcançar a finalidade do legislador quando da elaboração do texto normativo, o objetivo a ser alcançado com a norma.

Sistemática - o processo sistemático de interpretação pode ser igualmente denominado de lógico-sistemático ou sistêmico.

Por esse método, procede-se à comparação da lei interpretada com outras leis e com o ordenamento jurídico, como um todo, para que a eles harmonicamente se ajuste.

71.2-DA INTERPRETAÇÃO BENÍGNA.

O ***art. 112*** do CTN preconiza a aplicação na seara do Direito Tributário de um preceito tipicamente penal *(in dubio pro reo)*, que se pauta na *"presunção de inocência"*.

A *Lei nº 10.094/13 (Lei do PAT/PB),* dispõe em seu ***art. 155***, que deve ser interpretada a legislação tributária definidora de infração ou cominadora de penalidade de maneira mais favorável ao acusado, desde que haja dúvida quanto a:

I – capitulação legal do fato;

II – natureza ou circunstâncias materiais do fato, ou natureza ou extensão de seus efeitos;

III – autoria, imputabilidade ou punibilidade;

IV – natureza da penalidade aplicável ou sua gradação.

No caso vertente, na eventualidade de os textos legais não serem claros e incontroversos sobre a interpretação da lei punitiva, o aplicador *(fiscal ou juiz)* deve preferir a posição mais favorável ao contribuinte àquela que lhe é mais gravosa.

Nesse diapasão, diante da mínima dúvida sobre as hipóteses citadas acima, não se deve aplicar a sanção, ou seria recomendável a utilização da coerção mais branda possível.

A interpretação mais favorável só deve ser aplicada quando se tratar de norma punitiva, devendo ser afastada quando tratar-se de outros tipos de normas.

72-DAS PENAS APLICADAS AOS INFRATORES.

Os infratores serão punidos com as seguintes penas, aplicadas isoladas ou cumulativamente:

I – multa;

II – sujeição a sistemas especiais de controle, fiscalização e recolhimento do imposto;

III – cassação de regime ou controles especiais estabelecidos em benefício do contribuinte.

Verifica-se que a infração à legislação tributária é punível com multa por infração ou descumprimento de obrigação acessória, sendo necessário para cobrança da multa a realização da lavratura de um auto de infração, que poderá resultar num crédito tributário composto do

ICMS, acrescido da multa por infração, além da correção monetária, se for o caso, ou só da multa por descumprimento de obrigação acessória.

Não sendo admissível, na nossa singela concepção, a lavratura de auto de infração sem a multa respectiva em decorrência da infração praticada pelos infratores, haja vista ser o auto de infração o instrumento legal e hábil para aplicação da multa por infração à legislação de regência do ICMS, se assim não fosse, não teria sentido efetuar-se a lavratura de um auto de infração, pois se o intuito é cobrar o ICMS, o instrumento legítimo seria a Representação Fiscal, com os acréscimos legais *(juros e multa moratória).*

72.1.DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO SEM A MULTA.

Entendemos não haver legitimidade para o lançamento de ofício através de auto de infração sem a multa respectiva, como já ocorreu em uma autuação realizada para cobrança do FUNCEP através de auto de infração, em razão de não satisfazer as formalidades e requisitos estabelecidos na legislação de regência do ICMS/PB para um processo contencioso tributário, em face de não haver á época penalidade específica disciplinada para o caso, conforme passaremos a esposar:

Como é cediço, o FUNCEP resulta da criação de adicional do ICMS para destinação a um Fundo com o fim de erradicação da pobreza, sendo previsto pela *Emenda Constitucional nº 31,* combinada com a ***EC 42/03***, que deram aos ***arts. 82*** e ***83*** do ADCT a seguinte redação:

> ***Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate á Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.***
>
> ***§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços***

> ***- ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)***
>
> ***Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)***

Assim, a Constituição Federal reservou aos Estados e ao Distrito Federal a possibilidade de criar um adicional na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, para fins de destinação do respectivo recurso ao Fundo de Combate à Pobreza.

Com base nessa premissa, em conformidade com o disposto no ***art. 82*** do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal*, o Estado da Paraíba instituiu o **Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba – FUNCEP/PB,** nos termos da *Lei Estadual nº 7.611/2004* e posterior regulamentação pelo *Decreto nº 25.618/2004*, conforme se abebera na transcrição *ipsis litteris* abaixo:

> **LEI Nº 7.611, DE 30 DE JUNHO DE 2004**
> ***Art. 1º Fica instituído o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba – FUNCEP/PB, com o objetivo de viabilizar, a todos os paraibanos, acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados, exclusivamente, em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal.***
>
> **DECRETO Nº 25.618, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004.**
> ***Art. 1º Fica regulamentado, nos termos deste Decreto, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba – FUNCEP/PB, com o objetivo de viabilizar, a todos os paraibanos, acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão***

> ***aplicados, exclusivamente, em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.***

Conforme exegese das normas supra, ficam claras a legitimidade e legalidade do FUNCEP, porém, ao perscrutarmos a época o conteúdo da *Lei nº 7.611/2004*, verificamos a ausência de previsão legal para aplicação de penalidade, para os casos em que o sujeito passivo não efetuasse o recolhimento do adicional. Fator este, na nossa concepção, impeditivo para a realização do lançamento de ofício através de auto de infração, por infringir os requisitos e formalidades disciplinadas na Lei do ICMS/PB e RICMS/PB relativos a um processo contencioso.

Onde só em 13 de julho de 2011, é que foi publicada a *Lei nº 9.414/2011*, que alterou e acrescentou dispositivos à *Lei nº 7.611/2004* e, particularmente, estabeleceu uma sanção específica pela falta de recolhimento dos dois pontos adicionais na alíquota do ICMS, cujos recursos são destinados ao FUNCEP, além de explicitar a subsunção ao adicional das normas tributárias vigentes, especialmente, a *Lei nº 6.379/1996* e o Regulamento do ICMS *(aprovado pelo Decreto nº 18.930/1997)*, conforme pode ser observado na transcrição *in verbis:*

> **LEI Nº 9.414, DE 12 DE JULHO DE 2011**
> ***Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 7.611, de 30 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:***
> ***...***
> ***Art. 7º Aplicam-se, no que couber, as disposições contidas nas normas tributárias vigentes, especialmente, na Lei nº 6.379, de 02 de dezembro de 1996, e no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997.".***
> ***...***
> ***Art. 8º A falta de recolhimento do adicional de que trata o "caput" do inciso I do Art. 2º implicará multa de 100% (cem por cento) sobre o valor não recolhido.***

No caso em apreço, é de bom alvitre ressaltarmos a disceptação surgida acerca da possibilidade de exigência do FUNCEP através de auto de infração antes de 13/07/2011, data do advento da *Lei*

nº 9.414/2011, que instituiu a sansão específica para a falta de recolhimento do FUNCEP.

Pois na nossa concepção, entendemos estar plenamente embasada e legalizada a obrigação do contribuinte acerca do recolhimento do adicional de 2% sobre o ICMS recolhido, porém, até 13/07/2011 não existia qualquer tipo de sanção disciplinada nas normas do FUNCEP para o caso de não recolhimento, tendo o legislador estadual negligenciado esse fato desde 2004, cuja conseqüência precípua tem por cerne a possibilidade apenas de recolhimento do adicional pelo contribuinte de forma espontânea, haja vista a ausência de sanção nas normas legais, o que impossibilita de facto a realização de cobrança através de lançamento de ofício utilizando auto de infração, por não resultar esse lançamento em matéria contenciosa, conforme passaremos a demonstrar:

No caso em tela, é pacífico e uníssono que a Lei do ICMS/PB e o RICMS/PB, á época, previam duas formas de lançamentos de ofício, seja através de auto de infração ou de representação fiscal, conforme dispõe as normas abaixo:

> **LEI Nº 6.379/96**
> ***Art. 103. O processo contencioso tributário, para apuração das infrações à legislação tributária, terá como peça básica o auto de infração lavrado pelo serviço externo da fiscalização.***
>
> ***§ 1º O auto de infração poderá ser precedido de notificação, conforme dispuser o Regulamento.***
>
> ***§ 2º Quando a falta for apurada pelo serviço interno da fiscalização, o lançamento do crédito tributário será feito, exclusivamente, através de representação fiscal. (grifo nosso)***
>
> ***RICMS/PB***
> ***Art. 691. O processo contencioso tributário, para apuração das infrações à legislação tributária, terá como peça básica o auto de infração lavrado pelo serviço externo da fiscalização, observado o disposto no art. 693.***
>
> ***§ 1º O auto de infração poderá ser precedido de notificação.***

> ***§ 2º Quando a falta for apurada pelo serviço interno da fiscalização, o lançamento do crédito tributário será feito, exclusivamente, através de representação fiscal. (grifo nosso)***

Assim, diante do advento da Lei nº 10.094/13 (Lei do PAT/PB), os dispositivos citados foram revogados, passando a disciplinar a matéria os ***arts. 40 usque 48*** do diploma legal que passou a viger a partir de 01/03/2014, contendo o mesmo enunciado.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que todas as infrações às normas de regência do ICMS paraibano estão sujeitas ao lançamento de ofício através de auto de infração, exceto no caso de imposto declarado e não recolhido, imposto destacado em documento fiscal com o respectivo registro no livro próprio e não recolhido, saldo de parcelamento espontâneo e a omissão da entrega de documentos de controle e informações econômico-fiscais, os quais serão objeto de lançamento de ofício através da representação fiscal, conforme disposições contidas no ***art. 40*** e ***parágrafos,*** da Lei nº 10.094/13, infracitadas:

> ***Art. 40.....***
> ***§ 1º A Representação Fiscal terá como objeto qualquer das seguintes hipóteses:***
>
> ***I - o imposto declarado e não recolhido;***
>
> ***II - o imposto lançado e apurado em livro próprio, não declarado e não recolhido, no todo ou em parte;***
>
> ***III - o saldo de parcelamento decorrente de denúncia espontânea;***
>
> ***IV - a omissão da entrega de documentos de controle e informações fiscais.***
>
> ***§ 2º Entende-se como imposto declarado e não recolhido aquele sujeito ao lançamento por homologação, não recolhido, total ou parcialmente, no prazo estabelecido, mas declarado pelo contribuinte:***
>
> ***I - por escrituração fiscal eletrônica;***

II - em guias de informação e apuração.

Destarte, evidencia-se na exegese das normas supra, que existem na Paraíba apenas duas formas de lançamento de ofício, seja através de auto de infração (matéria contenciosa) ou de representação fiscal (matéria não contenciosa), sendo esta aplicável apenas em determinados casos, como citado acima, e aquela para os demais casos de infração à legislação tributária.

Sendo mister lembrarmos que para realizar o lançamento, a autoridade competente deve observar, também, as regras formais (legislação adjetiva) que disciplinam o seu agir durante o procedimento, devendo o lançamento de ofício realizado através de auto de infração ou de representação fiscal se ater as formalidades exigidas para suas lavraturas, conforme dispõe o ***art. 41*** da Lei nº 10.094/13, transcrito abaixo:

> ***Art. 41. São requisitos do Auto de Infração e da Representação Fiscal:***
>
> ***I - a indicação da repartição preparadora;***
>
> ***II - a hora, a data e o local da lavratura;***
>
> ***III - a qualificação do autuado, o endereço, e dependendo do tributo, o número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (CCICMS/PB) e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);***
>
> ***IV - sendo o caso, a qualificação dos dirigentes ou responsáveis legais pela empresa, quando possível tal identificação;***
>
> ***V - a descrição da falta com o respectivo montante tributável;***
>
> ***VI - a capitulação da infração e a indicação da penalidade aplicável; (g.n)***
>
> ***VII - o valor do tributo lançado de ofício;***

VIII - o valor da penalidade aplicável;

IX - a intimação para o pagamento do tributo e penalidade ou para apresentação da impugnação, se for o caso, indicando o prazo e seu permissivo legal;

X - o esclarecimento de que, havendo expressa renúncia à impugnação, o contribuinte poderá beneficiar-se das reduções legais, nas hipóteses de pagamento, à vista ou parcelado;

XI - a assinatura e qualificação funcional do autor;

XII - a assinatura do autuado ou seu representante, inclusive na modalidade virtual, nos termos previstos na legislação, sendo substituída, no caso de recusa ou outro obstáculo, por declaração das razões pelas quais não foi feita a intimação;

XIII - a assinatura de testemunhas, quando houver.

Quando as formalidades não são observadas, enseja um vício insanável, o qual leva a nulidade do lançamento de ofício realizado.

Nesse ínterim, vislumbra-se que a exteriorização do lançamento tributário de ofício deve seguir as formalidades e requisitos disciplinados nas normas de regência do ICMS/PB, mormente aos disciplinamentos contidos na Lei nº 10.094/13, sob pena de ensejar a nulidade do lançamento realizado.

Partindo dessa premissa, observa-se que por ser a multa por infração uma formalidade essencial para cobrança do crédito tributário através de auto de infração, o qual é a peça básica do processo contencioso tributário, inferimos não haver amparo legal para a realização de um lançamento de ofício através de auto de infração sem a penalidade sugerida, ou seja, sem a multa por infração, a qual decorre de uma infração à legislação do ICMS, que é a premissa basilar do auto de infração, pois assim sendo deixaria de ser considerado matéria contenciosa.

Pois se houve uma infração à legislação tributária, o contribuinte infrator deve sofrer uma sanção, e o instrumento formal disciplinado na Lei nº 10.094/13, para cobrança da repercussão tributária oriunda

da infração à legislação tributária com a penalidade cabível, tem por cerne o auto de infração, cuja multa por infração é fator preponderante para punição do infrator, haja vista a penalidade aplicada ensejar ao autuado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Portanto, infere-se ser cediço que as infrações à legislação tributária têm como sanção as multas por infração, assim, como o processo contencioso tributário para apuração das infrações à legislação tributária tem como peça básica o auto de infração, perquirindo-se acerca da impossibilidade de existir processo contencioso sem que o auto de infração contenha a multa respectiva.

Em função disso é que as normas contidas na Lei nº 10.094/13 (PAT/PB) prevê a possibilidade de lançamento de ofício que não caracteriza processo contencioso, não havendo nestes casos a aplicação de multa por infração, como é o caso da representação fiscal, onde se aplica a multa e juros moratórios, não sendo considerado processo contencioso, portanto, não sendo necessário o duplo grau de jurisdição, justamente por não conter no lançamento de ofício realizado a multa por infração, como conseqüência, pode ser inscrito em dívida ativa sem que seja julgado pelos órgãos julgadores administrativos em razão de não se caracterizar como processo contencioso.

No caso em tela, é pacífico e uníssono o entendimento de que, para a cobrança do ICMS ou mesmo do FUNCEP, realmente não é necessária a existência de sanção (penalidade), pois independente de haver penalidade, o contribuinte estará obrigado a satisfazer a obrigação tributária quanto ao recolhimento do imposto devido ou do FUNCEP, porém, não havendo sanção para o caso de não recolhimento previsto em lei, o procedimento de exigência deve respeitar as regras e formalidades disciplinadas na Lei do PAT/PB, pois com a *devida venia,* o fato de existir a obrigação do recolhimento por parte do contribuinte não ampara o ente tributante para utilizar qualquer forma de lançamento para cobrança, principalmente quando existem requisitos específicos e próprios disciplinados nas normas de regência.

No caso da Paraíba, como já foi posto nas considerações

tecidas, verifica-se a impossibilidade de realização de lançamento de ofício para cobrança do FUNCEP através de auto de infração, em decorrência da ausência de penalidade, ou da representação fiscal, em face de não estar incluído o FUNCEP nas possibilidades arroladas no ***art. 41, § 1º*** da Lei nº 10.094/13, referente à representação fiscal.

Portanto, verifica-se que existem várias possibilidades de realização do lançamento de ofício disciplinadas na Lei do PAT/PB, seja através de auto de infração com a multa por infração, seja através de representação fiscal com a multa e juros moratórios ou até mesmo através de notificação, com os acréscimos legais, onde cada forma citada tem seus requisitos e formalidades próprios que devem ser respeitados, sob pena de ensejar a nulidade do lançamento realizado, em razão do descumprimento das suas formalidades.

Possibilidades estas embasadas no que dispõe o Código Tributário Nacional, mas precisamente no ***art. 142***, onde vislumbramos que a constituição do crédito tributário se opera pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Conforme disciplinamento transcrito *verbis*:

> ***Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*** *(grifo nosso)*

No caso vertente, diante das possibilidades de lançamentos existentes, infere-se da exegese da norma supra que o lançamento nem sempre terá a aplicação de uma penalidade, como é o caso de uma NOTIFICAÇÃO, quando o contribuinte é notificado a recolher espontaneamente o ICMS devido apenas com os acréscimos legais,

ou seja, infere-se que quando a norma supra explicita *"sendo o caso"*, não ratifica a possibilidade de lançamento de ofício através de auto de infração sem penalidades, o qual contém requisitos próprios, pois entendemos que a norma mencionada apenas prevê a possibilidade de se realizar um lançamento de ofício sem penalidade, que é no caso já citado, de lançamento através de notificação ou representação fiscal, pois como é sabido, o auto de infração tem como premissa basilar a cobrança do ICMS referente à infrações à legislação tributária acrescida da penalidade sugerida, sendo *ipso facto,* considerado processo contencioso pelas normas de regência do PAT/PB.

Assim, verifica-se que uma notificação se subsume exatamente a exegese da norma citada acima, por conter todos os requisitos de um lançamento, conforme disciplina o ***art. 142*** do CTN, ou seja, tem por origem um fato gerador ocorrido, onde a autoridade tributária determina a matéria tributável, calcula o montante devido, identifica o sujeito passivo, e como não é o caso de aplicação de multa, não há penalidade.

73-DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA.

A responsabilidade por infração decorrente do não cumprimento de obrigação tributária será excluída pela denúncia espontânea acompanhada do pagamento do tributo, se devido, e de multa de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração, conforme dispõe o ***art. 157*** da Lei nº 10.094/13.

A denúncia espontânea de infrações é instituto consagrado no Direito Tributário Brasileiro, estando descrito no ***art. 138*** do *Código Tributário Nacional* e caracteriza-se por ser uma espécie de benesse legal para aqueles que cometeram ilícitos tributários, mas temem que a Administração Tributária venha a descobrir e punir severamente tais atos.

A denúncia espontânea, portanto, na forma como se encontra disposta no ***art. 138*** do CTN, constitui-se em instrumento de exclusão da responsabilidade em função do cometimento de alguma espécie

de ilícito tributário administrativo, inserido no campo do Direito Tributário Penal *(saídas sem documentos fiscais, etc.)*.

Nesse caso, deve o denunciante, para cumprir o desiderato normativo, noticiar à Administração Fazendária da infração, comprovando, se for o caso, o pagamento do débito tributário ou o depósito da importância arbitrada.

Sendo mister ressaltar a disposição contida no ***parágrafo único*** do ***art. 157*** da Lei nº 10.094/13, quando afirma não considerar espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou ação fiscal relacionada com o período em que foi cometida a infração, exceto nos casos em que dispuser a legislação.

Assim, tendo sido assinado o *Termo de Início de Fiscalização,* não cabe mais o contribuinte auditado se utilizar da denúncia espontânea para liquidação de imposto devido em decorrência de irregularidades fiscais.

73.1-A DENÚNCIA ESPONTÂNEA NA LEI Nº 6.379/96 (ICMS/PB).

> ***Art. 90. Os que, antes de qualquer procedimento fiscal, procurarem, espontaneamente, a repartição fazendária de seu domicílio para sanar irregularidades, não sofrerão penalidades, salvo, quando se tratar de falta de lançamento ou de recolhimento do imposto, caso em que ficarão sujeitos aos juros e à multa de mora de que trata o art. 59 desta Lei.***
>
> ***§ 1º A multa de que trata o "caput" deste artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do imposto, até o dia em que ocorrer a sua liquidação.***
>
> ***§ 2º A espontaneidade de que cuida o "caput" deste artigo não se aplica aos casos em que o contribuinte esteja obrigado a apresentar documentos de controle e informações econômico-fiscais, nos prazos estabelecidos em regulamento.***
>
> ***§ 3º Os débitos, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012, deverão ser atualizados por outros índices anteriormente utilizados e, a partir da vigência desta Lei,***

submeter-se-ão às regras estabelecidas neste artigo.

Art. 59. Os débitos decorrentes do não recolhimento do imposto no prazo legal ficarão sujeitos a:

I – juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, para títulos federais, ou qualquer outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do prazo até o mês anterior ao da liquidação, acrescidos de 1% (um por cento) no mês do pagamento;

II - multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento).

74-DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS.

A Certidão Negativa de Débitos é o documento responsável por comprovar a quitação de débitos perante à Fazenda estadual, possibilitando ao cidadão ou pessoa jurídica verificar a existência ou não de dívidas perante o Estado.

Dispondo o ***art. 158*** da Lei nº 10.094/13, que será assegurado ao contribuinte, pessoa física ou jurídica, o direito de obter certidão acerca de sua situação relativamente aos tributos estaduais administrados pela *Secretaria de Estado da Receita*, que emitirá, conforme o caso:

I – Certidão Negativa de Débitos;

II – Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa.

A **Certidão Negativa de Débitos** será fornecida quando o contribuinte estiver em dia com suas obrigações tributárias, principal e acessória.

Já a **Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa** será fornecida quando, em relação ao contribuinte requerente, constar

a existência de débito fiscal cuja exigibilidade esteja suspensa em virtude de moratória, de depósito do seu montante integral, de impugnação ou recurso, de concessão de medida liminar em mandado de segurança ou que tenha sido objeto de parcelamento.

Onde se faz necessário ressaltar que tem os mesmos efeitos das certidões mencionadas acima a certidão de que conste a existência de créditos tributários não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa (***art. 159*** da Lei nº 10.094/13).

Nesses casos ventilados, o contribuinte não poderá ser submetido a qualquer restrição, tendo em vista não estar inadimplente com as suas obrigações fiscais.

74.1-DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES.

O contribuinte que necessitar de certidões, seja negativa ou positiva de débitos com efeito negativo, deverá recebê-las, a contar da data da solicitação, no prazo máximo de *10 (dez)* dias, podendo utilizar a certidão após o seu recebimento até no máximo de *60 (sessenta)* dias, sob pena da mesma perder sua eficácia, sendo necessária a solicitação de outra certidão, conforme o caso.

74.2-DA EXIGÊNCIA DA CERTIDÃO DE DÉBITO.

O ***art. 160*** da Lei o PAT/PB, dispõe que a Certidão Negativa de Débitos será exigida nos seguintes casos:

> *I – pedido de restituição de tributo e/ou multas pagas indevidamente;*
>
> *II – transação de qualquer natureza com órgãos públicos ou autárquicos estaduais;*
>
> *III – recebimento de créditos decorrentes das transações referidas no inciso anterior;*

IV – inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

V – registro, alteração ou baixa na Junta Comercial do Estado;

VI – obtenção de regimes especiais, benefícios e incentivos fiscais de qualquer natureza;

VII – transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos.

74.3-DA RESPONSABILIZAÇÃO FUNCIONAL.

Dispõe o ***art. 161*** da Lei nº 10.094/13, que o funcionário que proceder à expedição indevida de Certidão Negativa de Débito incorrerá em falta grave, punível nos termos do *Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba*, sem prejuízo da responsabilidade penal que a hipótese comportar.

75-DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES.

Dispõe o ***art. 162*** da Lei do PAT/PB, que a Administração Tributária tem o dever de guardar sigilo sobre as informações a que tem acesso, relativas à situação econômica ou financeira do sujeito passivo, atribuindo-se responsabilidade funcional e criminal ao servidor que, sem autorização escrita da parte ou do Poder Judiciário, divulgue ou contribua para que se divulgue matéria só conhecida no exercício da sua atividade.

O sigilo mencionado acima não prejudica os Convênios celebrados entre as administrações tributárias para troca de informações ou outras hipóteses previstas em legislação específica, bem como, os fatos que ensejam representação criminal, ou para o atendimento à requisição de informações por Comissão Parlamentar

de Inquérito.

O sigilo fiscal é a proteção às informações fiscais prestadas pelos contribuintes em qualquer seara de fiscalização, seja federal, estadual ou municipal.

Há cuidados que os Fiscos devem tomar em relação as informações que possuem, para não deixar vazar para terceiros informações econômica ou financeira dos contribuintes fiscalizados.

O sigilo fiscal é assegurado pelos direitos fundamentais protegidos constitucionalmente.

Através da informação pode-se obter dados particulares sobre a vida e a intimidade das pessoas e de empresas. O trabalho com informações é limitado pela proteção à vida privada do cidadão.

Os Fiscos, então, ficam impedidos de divulgar informações como por exemplo aquelas que se referem ao faturamento de uma empresa.

Todavia, um Fisco de um ente da federação brasileira pode trocar informações com outros Fiscos, com finalidades de fiscalização e controle.

Entretanto, esses Fiscos precisam ter acordos entre si para realizar esta troca de informações, o que chamamos de Convênios.

O acordo deve fazer com que o Fisco que receba a informação saiba do seu caráter confidencial e das penalidades no qual ele pode incorrer no caso de fazer mau uso dessas informações.

O acordo de troca de informações não pode permitir que outras pessoas, além das pessoas autorizadas, possam ter acesso à informação.

Também o sigilo fiscal é desdobramento da proteção à intimidade prevista no ***inciso X*** do ***art. 5º*** da *Constituição de 1988.*

As informações fornecidas pelo contribuinte ao agente fiscal são de foro íntimo, visto compreenderem desde o cadastro pessoal até a mais detalhada descrição do patrimônio dos indivíduos, sendo imprescindível, pois, a observância de segredo sobre tais dados.

O sigilo fiscal tem a função de preservar os dados que os contribuintes entregam à autoridade tributária, porque os mesmos dizem respeito à sua situação econômica e financeira, bem como dos

seus bens, negócios e atividades.

Mesmo as informações obtidas e eventualmente trocadas entre os órgãos responsáveis pela fiscalização ficam protegidas pelo sigilo fiscal, não podendo ser divulgadas a terceiros.

Sendo mister ressaltarmos que a divulgação destes dados sigilosos constitui crime previsto no ***art. 325*** do *Código Penal,* que assim dispõe:

> ***Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:***
>
> ***Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.***

A respeito desse tema, trago à baila para análise o meu entendimento de que a divulgação de decisões do Conselho de Recursos Fiscais na internet, contendo o nome da empresa, cujo conteúdo demonstra claramente o faturamento mensal e anual da empresa, a exemplo do Levantamento Financeiro, Conta Mercadorias, ou divulgação da Ficha Econômico-Financeira, enseja a divulgação da situação econômica e financeira da empresa, o que se traduz na prática em um claro desrespeito ao sigilo das informações disciplinado no ***art. 162*** da Lei do PAT/PB e ***inciso X*** do ***art. 5º*** da *Constituição de 1988.*

Visto os processos julgados pelo CRF/PB serem publicados integralmente na internet com a divulgação do nome do sujeito passivo e informações detalhadas quanto ao faturamento da empresa, suas despesas e receitas e outras informações que não poderiam está sendo divulgadas.

Nesse diapasão, apesar da necessidade de publicidade dos atos administrativos, entendemos que deveria ser divulgado na internet apenas o Acórdão da decisão ou que fosse publicada a decisão na íntegra, porém, sem o nome ou inscrição do sujeito passivo, evitando assim a divulgação por parte do Conselho de Recursos Fiscais do sigilo sobre as informações relativas à situação econômica ou financeira do sujeito passivo.

76-DO DESMEMBRAMENTO DO PROCESSO QUANDO DA OCORRÊNCIA DE LANÇAMENTO REFERENTE À MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA E ICMS ACRESCIDO DE MULTA POR INFRAÇÃO.

Existe na prática diária a orientação para que ocorra em separado a lavratura de auto de infração por descumprimento de obrigação acessória e a cobrança do ICMS acrescido de multa por infração.

Ensejando, caso o lançamento destas infrações seja realizado em um único auto de infração, a necessidade de desmembrar o processo em dois, resultando num auto de infração específico para cobrança da multa por descumprimento de obrigação acessória e outro para cobrança do ICMS acrescido de multa por infração.

No caso vertente, encontramos várias justificativas para a exigência desse procedimento, sendo a principal delas, o fato de que o sistema da Secretaria de Estado da Receita não distinguiria os lançamentos para fins de aplicação de redução legal da multa por infração aplicada ou para efeito de repasse do imposto aos municípios.

Nesse diapasão, com a *devida venia*, vislumbramos não haver qualquer restrição legal para cobrança conjunta em um único auto de infração da multa por descumprimento de obrigação acessória e do ICMS acrescido de multa por infração.

Visto ser um auto de infração composto de um ou vários lançamentos individualizados, cujos créditos tributários, seja oriundo de multa por descumprimento de obrigação acessória ou ICMS, devem ser analisados pelo sistema da SER/PB de forma distinta, adequando-se o sistema à legislação e não o contrário.

77-DA AUTORIZAÇÃO PARA EDITAR OS ATOS REGULAMENTARES DA LEI Nº 10.094/13.

Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar os atos regulamentares necessários à execução desta Lei.

Enquanto não forem editados os atos a que se refere o dispositivo da lei, continuam em vigor, no que não colidirem com a Lei do PAT/PB, a atual legislação tributária e os demais atos normativos que o complementam.

78-DA REVOGAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.379/96.

Revogam-se as disposições em contrário, em especial os ***arts. 91 ao 157, os arts. 159 ao 178 e os arts. 180 ao 183*** da Lei nº 6.379, de 02 de dezembro de 1996.

Nesse diapasão, infere-se que todos os dispositivos que disciplinavam o Processo Administrativo Tributário na Paraíba, contidos na Lei nº 6.379/96 (ICMS/PB), foram revogados, consequentemente, os dispositivos contidos no RICMS/PB, que regulamentavam as normas contidas na Lei do ICMS/PB também foram revogados, passando a ser aplicado apenas as normas disciplinadas na Lei nº 10.094/2013 (PAT/PB).

79-DA VIGÊNCIA DA LEI DO PAT/PB.

A **Lei nº 10.094/13** entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do primeiro dia do sexto mês subsequente ao da sua publicação, ou seja, em **01 de março de 2014**.

EXPRESSÕES JURÍDICAS

AÇÃO - Nome que recebe o processo judicial. / Instrumento para o cidadão reivindicar ou defender um direito na Justiça.

AÇÃO RESCISÓRIA – É a ação que se ingressa depois que o processo encerra e objetiva desconstituir a decisão transitada em julgado, ou seja, que não caiba mais recurso;

ACOLHIMENTO DE RECURSO – É quando um juiz ou uma turma de juízes ou desembargadores aceita as argumentações da parte que ingressou com o recurso.
A finalidade deste recurso pode ser para modificar uma liminar ou até mesmo uma sentença, podendo ter caráter provisório ou até mesmo definitivo;

ACÓRDÃO – É o resumo da fundamentação da decisão proferida por um tribunal quando do julgamento de recursos, como o corre nas decisões do Conselho d Recursos Fiscais

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Recurso utilizado contra a decisão judicial no andamento do processo e que não seja sentença ou acórdão. Por exemplo, quando o Juiz Federal defere ou indefere o pedido de liminar ou tutela antecipada, cabe o recurso de agravo de instrumento para o Tribunal Regional Federal. O Relator para quem o agravo de instrumento for distribuído poderá conceder liminar suspendendo a decisão do juiz de 1º grau ou não. Desta decisão não cabe recurso, podendo ser modificada somente quando do julgamento definitivo do agravo, que é realizado pela Turma que geralmente é composta por três desembargadores.

AGRAVO REGIMENTAL - Espécie de recurso disciplinado no regimento do Tribunal que o adota, daí a denominação. Em alguns tribunais caberá agravo regimental no prazo de cinco dias de decisão do Presidente, dos Vice-Presidentes ou do relator, que causar prejuízo ao direito da parte. A petição do agravo regimental será submetida ao Juiz prolator da decisão, que poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo a julgamento do órgão competente, computando-se também seu voto.
Somente quando o recurso for ao Órgão Especial, o Presidente, como relator,

participará do julgamento. Nos demais casos de decisão do Presidente, será sorteado o relator. A interposição do agravo regimental não terá efeito suspensivo.
Controverte-se a possibilidade de o regimento do Tribunal criar recursos, pois, em princípio, só a lei pode fazê-lo.

ALEGAÇÕES FINAIS - A última manifestação das partes antes do julgamento, com exposição de fundamentos de fato e de direito, com a finalidade de convencer o juiz a decidir de acordo com a sua respectiva pretensão. Na maior parte dos processos de interesse dos servidores públicos tal manifestação é dispensada, haja vista que sendo a matéria em discussão basicamente de direito, nada há de novo para ser dito ao final que já não tenha sido levantado pelas partes.

ALVARÁ - É a autorização administrativa ou judiciária, para que seja feito ou praticado algum ato, que é fiscalizado pela Administração Pública ou só pode ser praticado mediante autorização judicial.

APELAÇÃO - Recurso contra a sentença proferida em 1º grau, que extingue o processo, com ou sem julgamento do mérito, a fim de submeter ao grau superior o reexame de todas as questões suscitadas na causa e nos limites do próprio recurso.
Recurso que cabe da sentença, ou seja, do ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa (art. 513, CPC). O prazo é de 15 dias (art. 508, CPC), sendo que para as procuradorias de órgãos públicos é em dobro;

APELAÇÃO EX OFFICIO – Também chamada de reexame necessário é aquela na qual o juiz, por força de lei, já na sentença submete a mesma a reexame do Tribunal.
É cabível em todos os casos de sentenças contrárias à instituições públicas;

APELAÇÃO CÍVEL - É o recurso que se interpõe de decisão terminativa ou definitiva de primeira instância, para instância imediatamente superior, a fim de pleitear a reforma, total ou parcial, da sentença de natureza cível com a qual a parte não se conformou.

APELAÇÃO CRIMINAL - Recurso interposto pela parte que se julga prejudicada, contra a sentença definitiva de condenação ou absolvição em

matéria de natureza criminal.

APELADO - A parte que figura como recorrida na apelação.

APELANTE - Quem interpõe a apelação.

APENSAMENTO (DESAPENSAMENTO) – Ato que indica a juntada de um processo incidente a outro principal. Não significa que os processos tramitarão simultaneamente e nem que um é integralmente dependente do outro. O desapensamento pode ocorrer a qualquer momento, mediante ordem judicial.

ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - Procedimento mediante o qual as pessoas ou entidades alencadas no art. 103 da Constituição Federal impugnam atos ou legislação de natureza normativa que contrariem os preceitos da Carta Magna.

ARRESTO - Medida acautelatória dos direitos do credor, para não ter prejuízo na eventualidade de ser vencedor em ação contra o proprietário do bem que possa ser subtraído de sua disponibilidade, assim evitando seja ocultado, danificado, dilapidado ou alienado.

AUTOR – Nome da parte que ingressou com a ação judicial, no caso do Processo Administrativo, as partes são denominadas de autor do feito, referente ao Auditor que lavrou o auto de infração, e reclamante ou impugnante, que se refere ao sujeito passivo.

AUTORIDADE COATORA – Nome da autoridade contra a qual se dirige um mandado de Segurança em decorrência de ato praticado considerado ilegal ou por omissão quanto a ato que estava obrigada a praticar;

AUTORIDADE DESIGANADA PARA CITAÇÃO – É a pessoa que deve receber as citações judiciais ou as liminares expedidas através de mandado de Segurança;

AUTOS - Conjunto ordenado das peças de um processo judicial, no Processo Administrativo Tributário, considera-se autos o proprio processo, que contém o auto de infração e o conjunto probante, além de todos os documentos inerentes as formalidades exigidas e ao direito do contraditório

e da ampla defesa, inclusive, as decisões prolatadas

AUTOS COM JUIZ PARA DESPACHO/DECISÃO – Expressão usada na internet, para identificar que os autos foram encaminhados para o Magistrado para despacho ou decisão. Nesta oportunidade, as partes, advogados e outros funcionários da Justiça não têm acesso ao processo, até que seja devolvido do gabinete.

AUTUAÇÃO - Formação dos "autos" pelo escrivão, com a colocação da petição inicial numa capa de cartolina, que conterá também todas as demais peças subseqüentes além do termo lavrado nessa capa contendo o nome das partes, juízo, espécie de ação, etc. Também se caracteriza pelo procedimento fiscal que resulta na lavratura de auto de infração contra um contribuinte.

AVERBAÇÃO - Registro de alguma anotação à margem de alguma outra. Por exemplo, anotação de sentença de divórcio no Livro de Registro de Casamento e de Imóveis. AVOCATÓRIA - Carta ou mandado, a pedido das partes ou do próprio juiz, pelos quais o juiz chama ao seu juízo todas as causas conexas que correm noutro juízo, por serem de sua competência.

CARGA – Nome dado ao ato de retirar um processo de uma vara pelo advogados do autor ou do réu para leitura e alguma providência. Na seara administrativa, não existe a possibilidade de retirada do processo pela parte, sendo concedido o direito ao contribuinte de VISTA do processo, podendo tirar cópia xerográfica apenas.

CONCLUSO – Fase na qual o processo está apto a receber a decisão do Juiz em decorrência de que todas as providências processuais já foram tomadas. No caso do Processo Administrativo, o processo está concluso quando a repartição preparadora, após juntar todas as peças e realizar diligências, quando solicitadas, envia os autos para o órgão julgador para apreciação e julgamento;

CONTESTAÇÃO – É o ato de defesa apresentado pelo Réu em ação judicial. No Processo Administrativo, a contestação era realizada pelo autor do feito em razão das alegações do contribuinte trazidas em sua peça reclamatória, não havendo no novo PAT/PB a possibilidade de contestação;

CUSTAS – São os valores pagos para o andamento do processo judicial. São cobradas no início da ação e nas fases correspondestes aos recursos;

DISTRIBUIÇÃO – É o ato de designar a vara onde o processo irá tramitar. Normalmente isto ocorre logo após dar entrada na ação na justiça;
No caso do Processo Administrativo Tributário, após a entradado processo nas instâncias de julgamento, é feita a distribuição dos processos aos julgadores ou conselheiro para análise e julgamento;
No caso do CRF/PB, a escolha do Conselheiro relator do processo se opera por sorteio. Pode acontecer também por prevenção, ou seja, o processo é distribuído para um juiz ou desembargador que já tenha atuado em causa ou processo conexo.

DECISÃO DEFINITIVA
Decisão final em um processo. Pode ser uma sentença, quando é tomada por um juiz ou julgador, ou acórdão, quando é proferida pelo tribunal, que no Processo Administrativo Tributário paraibano se denomina de Conselho de Recursos Fiscais;

DENÚNCIA
É o ato pelo qual o membro do Ministério Público (promotor ou procurador da República) formaliza a acusação perante o Poder Judiciário, dando início à ação penal. Só cabe em ação pública (na ação privada, existe a Queixa). Se a denúncia for recebida pelo juiz (ou, no Tribunal, pela Seção – reunião de turmas de matéria penal) o denunciado passa a ser réu na ação penal.

DESPACHO
Termo usualmente empregado com relação a decisões interlocutórias. São chamados de mero expediente" quando não tem caráter decisório, servindo, apenas, para movimentar o processo (por exemplo, para pedir que se ouçam as partes).

DILIGÊNCIA
Providência determinada pelo juiz ou desembargador para esclarecer alguma questão do processo. Pode ser decidida por iniciativa do juiz (de ofício) ou atendendo a requerimento do Ministério Público ou das partes.
No PAT/PB, a diligência pode ser solicitada pelo julgador ou conselheiro, como também pelo contribuinte, quando entendam necessária para o deslinde da contenda;

EFEITO DEVOLUTIVO - Refere-se à devolução, ou seja, a transferência da matéria recorrida à instância superior, sem suspensão do andamento do processo. Efeito próprio de um recurso. Recebida a apelação só no efeito devolutivo, o apelado poderá promover desde logo a execução provisória da sentença. Assim, quando da interposição de um recurso, é devolvido ao Conselho de Recursos Fiscais o direito de reexame da matéria recorrida, em decorrência do efeito devolutivo;

EFEITO SUSPENSIVO - Efeito normal de todo recurso, exceto se por disposição legal for dado unicamente efeito devolutivo, e cuja conseqüência é tornar a sentença inexecutável, até o julgamento do recurso, ficando suspensos seus efeitos. Recebida a apelação ou o agravo de instrumento no efeito suspensivo, a decisão contra a qual se está recorrendo somente poderá ser cumprida após o seu julgamento pelo Tribunal. É o que ocorre quando da interposição de recurso pelo contribuinte ao Conselho de Recursos Fiscais;

EMBARGOS - O termo tem várias conotações, mas, em síntese, significa autorização legal para suspender um ato; defesa de um direito, como embargos do executado ou do devedor, ou, ainda como recurso *(embargos de declaração ou embargos infringentes),* no caso de ter sido observada na decião uma omissão, contradição ou obscuridade.

EMBARGOS À EXECUÇÃO - Meio pelo qual o devedor se opõe à execução seja ela fundada em título judicial *(sentença)* ou em título extrajudicial *(duplicata, cheque, contrato), c*om a finalidade de controvertê-lo. Recebidos os embargos à execução, esta fica suspensa até seu julgamento final. Ocorre quando da execução fiscal realizada para cobrança de dívida tributária por parte da Fazenda pública;

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Recurso contra decisão que contém obscuridade, omissão ou contradição, tendo como finalidade complementar ou corrigir a decisão. Em qualquer caso, a substância do julgado, em princípio, será mantida, visto que os embargos de declaração não visam a modificar o conteúdo da decisão, embora precedentes autorizem efeito infringencial *(modificativo)* da questão de mérito quando houver flagrante equívoco, sendo assim denominados de Embargos Infringentes;

EMBARGOS INFRINGENTES - Recurso que cabe quando não for unânime o julgado proferido pelo tribunal em apelação, alterando a sentença, ou julgando procedente o pedido feito na ação rescisória (art. 530 do CPC). No caso do PAT/PB, os embargos infrigentes resulta do efeito modificativo obtido através dos embargos declaratórios, quando constatada omissão, contradição ou obscuridade;

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - Recurso cabível quando ocorre divergência de turmas ou seções no STF, STJ e TRF a respeito de uma determinada matéria, não sendo este tipo de embargos acolhido no PAT.

EMBARGOS DE TERCEIRO - Ação que visa à liberação de bens indevidamente penhorados em procedimento judicial, pertencentes ou na posse de terceiros. não sendo este tipo de embargos acolhido no PAT.

EMBARGOS DO DEVEDOR - Ação que visa à desconstituição do título executivo e ao trancamento da execução (art. 736 do CPC). Embora ação incidente, tem caráter de defesa; o mesmo que embargos à execução. Exemplo, após ganhar uma ação em última instância o Autor apresenta cálculos com valores que lhe são devidos, dando início à execução, se o Réu, após ser citado para o pagamento, discordar do valor por entender excessivo, opõe embargos à execução. Os embargos, enquanto não julgados, suspendem a execução. não sendo este tipo de embargos acolhido no PAT.

EMENTA - Sinopse ou resumo de uma decisão judicial, principalmente dos acórdãos dos tribunais. Nas decisões prolatadas pelo CRF/PB, logo no início explicita-se a ementa.

EXECUÇÃO - A fase do processo judicial na qual se promove a efetivação das sanções, civis ou criminais, constantes de sentenças condenatórias. Diz-se execução da sentença. Ocorrendo no caso do PAT/PB quando a decisão for contrária no todo ou em parte ao contribuinte e não houver mais a possibilidade de recurso, tendo o sujeito passivo 30 dias para recolher o crédito tributário devido, sob pena de inscrição em Dívida Ativa;

EX NUNC -Expressão latina. Quer dizer que a decisão não tem efeito retroativo, ou seja, vale do momento em que foi proferida em diante. - Ex tunc Expressão latina. Quer dizer que a decisão tem efeito retroativo, valendo também para o passado.

EX TUNC -Expressão latina. Quer dizer que a decisão tem efeito retroativo, valendo também para o passado.

HABEAS CORPUS - Medida judicial de caráter urgente, que pode ser impetrada por qualquer pessoa, ainda que não advogado, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público, sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir-e-vir. Pode ser preventivo - quando não consumada a violência ou coação, porém exista receio de que venha a ocorrer - ou remediativo, quando visa fazer cessar a violência ou coação exercida contra a pessoa em favor de quem é impetrado *(paciente)*.

HABEAS DATA - Direito assegurado pela Constituição brasileira ao cidadão interessado em conhecer informações relativas à sua pessoa, contidas nos arquivos e registros públicos de qualquer repartição federal, estadual e municipal, bem como retificá-las ou acrescentar anotações que julgar verdadeiras e justificáveis.

HABILITAÇÃO INCIDENTE - É a substituição de qualquer das partes no processo por motivo de falecimento, pelos seus sucessores ou interessados na sucessão.

HOMOLOGAR - Ratificar, confirmar ou aprovar determinado ato, por decisão de autoridade judicial ou administrativa, para que este se invista de força executória e tenha validade legal.

IMPUGNAÇÃO – Quando uma das partes não aceita documento, argumento ou prova apresentada pela outra, é o que ocorre quando o contribuinte autuado questiona o crédito tributário resultante de auto de infração, ainda em primeira instância;

IMPUGNAÇÃO À CONSTESTAÇÃO - Ato em que o Autor analisa e comenta as argumentações apresentadas pelo Réu em sua contestação.

IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA – Contestação do valor da causa feita pelo réu, geralmente alegando que o valor da causa é maior e solicitando, ao Juiz, a correção deste valor;

INAUDITA ALTERA PARS – Expressão latina que significa *"sem ouvir a outra parte"*. É utilizada na questão de pedido de liminar ou de tutela antecipada para que seja deferida sem que seja ouvida a outra parte.

IMPEDIMENTO- Situação em que um juiz é proibido de atuar num processo. Pode dar-se por declaração do próprio magistrado.
No caso do PAT/PB, tanto o julgador singular como o conselheiro podem e devem alegar suspeição (impedimento), quando se constatarem alguns dos fatos descritos na Lei do PAT/PB;

JUNTADO – Expressão utilizada na internet apenas para indicar a juntada de alguma peça ao processo, pelo funcionário responsável. Usualmente não há a indicação do conteúdo da petição, mandado etc. No PAT/PB, denomina-se de ***juntada***, todo termo ou documento que seja incluído ao processo;

LIMINAR – Decisão inicial proferida pelo Juiz em pedido de Mandado de Segurança ou Ação Cautelar , quando é antecipada uma ordem contra uma empresa, pessoa ou autoridade. Pode ser deferida antes ou depois de ouvir esta autoridade. Para a sua deferência, é analisada apenas a presença de indícios de que o direito é verdadeiro (fumus boni juris – fumaça do bom direito) e o perigo de prejuízo que a demora (periculum in mora) da decisão judicial pode trazer para a parte interessada.

MAGISTRADO - Juiz togado; membro da magistratura.

MAGISTRATURA - É o corpo de juízes que constitui o Poder Judiciário.

MANDADO - Documento que consubstancia ordem escrita do juiz para cumprimento de uma diligência. Ex.: mandado de citação, de penhora, de busca e apreensão, de arresto, de prisão, etc.

MANDADO DE CITAÇÃO - Ato mediante o qual se chama a juízo, por meio de oficial de justiça, o réu ou o interessado, a fim de se defender.

MANDADO DE INJUNÇÃO - Decisão da Justiça (Supremo Tribunal Federal) que interpreta, com força de lei para as partes, um direito constitucional

ainda não regulamentado por lei ordinária.

MANDADO DE SEGURANÇA - Ação deflagrada por pessoa física ou jurídica a fim de que se lhe assegure, em juízo, um direito líquido e certo, demonstrado, violado ou ameaçado por ato de autoridade, manifestamente ilegal ou inconstitucional. Esse direito não deve ser protegido por habeas corpus ou habeas data. No mandado de segurança a pessoa tem que apresentar provas documentais de todas suas alegações já ao entrar com a ação. Se não possuir tais provas não caberá mandado de segurança, mas sim outro tipo de ação, que normalmente é mais morosa.

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - Pode ser impetrado por partido político, com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe, associação com pelo menos um ano de existência, regulado pelo art. 5º LXX, da Constituição Federal, visando à tutela de interesses coletivos ou difusos.

MANDATO AD JUDICIA - Documento em que se constitui um procurador (advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil) para ser representado em juízo; o outorgante pode especificar os poderes e a finalidade dessa representação.

MANIFESTAÇÃO - Em Direito Administrativo, parecer, opinião sobre determinado assunto. Em Direito Processual, opinião da parte em atos do processo. Em Direito Político, opinião, expressão de agrado ou desagrado em reuniões populares de natureza política.

MEDIDA CAUTELAR - Medida acessória *(ex: liminar)* que visa a garantir um direito que se discute ou irá discutir num processo de conhecimento ou de execução. Em regra, deve ser requerida em processo próprio, de natureza cautelar, e a medida será concedida se presentes os requisitos do ***fumus boni juris*** e do ***periculum in mora.***

MEDIDA LIMINAR - É uma forma de medida cautelar, sendo uma decisão judicial provisória proferida pelo Juiz, que determina uma providência a ser tomada antes da discussão do feito, com a finalidade de resguardar direitos. Geralmente concedida em ação cautelar, tutela antecipada e mandado de segurança.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Instituição permanente a que a Constituição incumbiu de zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Ex: Procuradoria da República).

MINUTA DO AGRAVO - Petição do agravo de instrumento expondo as razões pelas quais se interpõe o recurso de agravo, pedindo reforma da decisão que causou o gravame. Deverá ser instruída, obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, e, facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.

OBSTRUÇÃO PROCESSUAL – Ato deliberado para impedir o andamento de um processo.

PECULATO - Ocorre quando funcionário público, valendo-se de seu ofício, se apropria de dinheiro ou bens móveis, de forma indevida, confiados à sua guarda e posse, em proveito próprio ou de terceiro, ou que se vale de sua influência para desviá-los.

PENHORA - Apreensão dos bens do devedor suficientes para garantir a execução.

PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS – Registro da penhora feito na capa dos autos (rosto dos autos).

PEREMPÇÃO - Perda do direito de ação. No PAT/PB, a perempção ocorre geralmente quando o contribuinte, diante de uma autuação fiscal, realiza sua impugnação questionando apenas parte do crédito tributário exigido, nesse caso, caracteriza-se a perempção concernente a parte não questionada, cujo valor deve ser recolhido pelo contribuinte sob pena da peça impugnatória ser considerada inépta, em decorrência da perempção;

PETIÇÃO INICIAL - Qualidade da petição com que se instaura o processo.

PRAÇA - Forma de licitação pública para imóveis.

PRAZO TRANSCORRIDO IN ALBIS – Diz-se quando um prazo transcorreu sem que nenhuma das partes tenha se manifestado.

PRECATÓRIO - Especialmente empregado para indicar a carta expedida ao Presidente do Tribunal pelos juízes da execução de sentenças, em que a Fazenda Pública foi condenada a certo pagamento a fim de que, por seu intermédio, se autorizem e se expeçam as necessárias ordens de pagamento às respectivas repartições pagadoras.

PRESCRIÇÃO - Perda do prazo para o exercício do direito de ação. No Processo Adminstrativo Tributário o prazo prescricional é de *5 (cinco)* anos, a contar da decisão definitiva;

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS - Requisitos exigidos para a constituição e o desenvolvimento válido e regular do processo, como a capacidade civil das partes e a sua representação por advogado, por exemplo.

PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO - Garante oportunidades iguais para as partes se manifestarem, contradizendo o que foi dito sobre elas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO - Disciplinar-Seqüência de providências orientadas por autoridade administrativa, em regra por sua iniciativa e que são formalizadas por escrito, para o fim de investigar algum fato ou apurar alguma denúncia sobre ocorrência ou conduta de alguém, gravosa ao serviço público. Tributário - Apuração através de processo regular de infrações a legislação tributária, dando direito ao contribuinte do contraditório e da ampla defesa.

PROVIMENTO - Ato emanado de tribunais veiculando normas de caráter administrativo.
Razões de recurso - Peça escrita na qual se pleiteia a reforma de uma sentença ou acórdão. No caso do PAT/PB, ocorre o provimento quando o CRF/PB acolhe as alegações do recurso, caso esse acolhimento seja referente a parte das alegações do recurso, denomina-se de provimento parcial;

QUORUM - Número mínimo de desembargadores necessário para os julgamentos. No CRF/PB, o quorum mínimo de julgamento é de 5 *(cinco)* membros votantes;

RAZÕES FINAIS – São as alegações feitas após a apresentação de contestações e impugnações às contestações, e antes que seja proferida a sentença.

RECEBIMENTO – Expressão utilizada na internet, nos sites dos diversos Tribunais, para identificar a devolução do processo à Secretaria ou Cartório correspondente.

RECEBIMENTO DO RECURSO - É a aceitação do recurso para o seu regular processamento.

RECONHECIMENTO DO PEDIDO - Admissão, pelo réu, da procedência de fato e de direito do pedido. Não se confunde com a confissão, pois esta é um meio de prova e refere-se apenas aos fatos.

RECURSO - Meio, dentro da mesma relação processual, de que pode servir-se a parte vencida ou quem se julgue prejudicado, para obter a anulação ou reforma, total ou parcial, de uma decisão, no caso do CRF/PB, existem vários recursos possíveis disciplinados no art. 53 do Regimento Interno.

RECURSO ADESIVO -Aquele adere a um recurso principal *(apelação, embargos infringentes, recurso extraordinário ou recurso especial)*, no caso de sucumbência recíproca *(vencidos autor e réu);* é um recurso subordinado, uma vez que ao recurso interposto por qualquer deles, poderá aderir a outra parte *(é adesão à oportunidade recursal).*

RECURSO DE OFÍCIO - Ocorre quando o próprio juiz que prolatou a sentença submete-a à instância superior para reapreciação, existindo ou não recurso das partes. No caso do PAT/PB ocorre o recurso de ofício ao CRF/PB, quando o crédito tributário for superior a ***500 (quinhentas)*** UFR-PB, já no caso do recurso de ofício a Instância Especial, quando o crédito tributário for superior a ***2.500 (dois mil e quinhentos)*** UFR/PB, ou quando a decisão for contrária à Fazenda estadual e não for unânime;

RECURSO DESERTO – É um recurso sem efeito, pois o recorrente não pagou as custas do recurso. Não consta no PAT/PB;

RECURSO ESPECIAL - Recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, instituído pela Constituição de 1988. É cabível nas causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b)

julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal; c) der à lei federal interpretação divergente da que lhe tenha atribuído outro tribunal.

RECURSO ESPECIAL – Recurso ingressado contra Acórdão do Tribunal Regional Federal em razão da matéria envolver análise de norma legal.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO (1)- Recurso de competência do Supremo Tribunal Federal, de cabimento restrito às causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo da Constituição Federal; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – Recurso ingressado contra Acórdão do Tribunal Regional Federal em razão da matéria envolver análise de norma constitucional.

RECURSO ORDINÁRIO - Recurso interposto perante o Supremo Tribunal Federal das decisões dos Tribunais Superiores em certas matérias e no crime político (CF, art. 102, II,); ou para o Superior Tribunal de justiça em certas matérias decididas por tribunais de segunda instância (CF, art. 105, II, e CPC art. 539).
No PAT/PB, o recurso ordinário ou voluntário é interposto pelo contribuinte no prazo de 30 dias da ciência da decisão da primeira instância, quando não concorda com a decisão singular;

RELATOR - Membro de um tribunal a quem foi distribuído um feito, no caso do PAT/PB, o tribunal denomina-se de Conselho de Recursos Fiscais, cabendo-lhe estudar o caso em suas minúcias e explaná-lo em relatório, na sessão de sua câmara, turma ou outro órgão colegiado do tribunal ao qual pertença, em cuja pauta tiver sido incluído, e proferir decisões isoladas no processo, quando a lei o autorize.

REMESSA EXTERNA – Expressão utilizada na internet para identificar a saída de um processo da Secretaria ou Cartório, em carga, pelos advogados de uma das partes.

RESPOSTA - Manifestação escrita do réu num processo, dirigida ao juiz,

dentro de determinado prazo. Pode consistir em: contestação, exceção ou reconvenção.

RESTAURAÇÃO DE AUTOS - Processo incidente instaurado por qualquer das partes a fim de reconstituir um processo, cujos autos foram extraviados ou
destruídos, uma vez constatado tal fato.

RETROATIVIDADE DA LEI - Fenômeno que permite à lei atingir fatos pretéritos, ocorridos antes de sua vigência. Em regra, a lei não retroage por respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada. No âmbito do direito penal, a lei nova não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

RÉU – É a parte contra a qual se move o processo judicial. No caso do PAT/PB, chama-se de sujeito passivo ou contribuinte;

REVELIA - Ocorre quando o réu não comparece em juízo para defender-se. No caso do PAT/PB, havendo a revelia, o processo não é submetido a apreciação pelos órgãos julgadores, sendo enviado diretamente para o crédito tributário ser inscrito em Dívida Ativa;

REVISOR - Magistrado, membro de tribunal, incumbido de rever e corrigir o relatório de um processo a ser julgado em grau de recurso. Não consta no PAT/PB;

REVOGAR - Tornar uma norma sem efeito, retirando-lhe a capacidade de gerar efeitos, podendo ser revigorada a qualquer tempo por ato normativo, retornando os seus efeitos;

SENTENÇA – Diz da decisão do Juiz de Primeira Instância e põe fim a competência deste juiz para analisar a matéria, de modo que a partir da sua publicação não cabe mais pedido de mérito àquele magistrado. No caso do PAT/PB, denomina-se de sentença a decisão proferida pela GEJUP, a qual não cabe pedido de reconsideração;

SUBSTITUTO PROCESSUAL – Diz-se da entidade representativa, no caso, nosso sindicato, passa a representar e defender os direitos de seus associados. Geralmente é realizada uma Assembléia para a aprovação de ingresso com

ação judicial.

SUCUMBÊNCIA – São os honorários que o vencido na ação, tem que pagar ao vencedor. Não se aplica no PAT/PB;

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - É quando ambas as partes venceram parte da ação.

SÚMULA - Registro da jurisprudência dominante do Tribunal.

SÚMULA VINCULANTE - Enunciado que resume orientação jurisprudencial reiterada e consolidada em um Tribunal, sendo de observação obrigatória pelas instâncias jurisdicionais inferiores e pela Administração Pública. Não existe no Direito brasileiro. Tramita no Congresso Nacional proposta de Emenda à Constituição visando institui-la.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Órgão do Poder Judiciário com jurisdição em todo o território nacional, composto de, no mínimo, 33 ministros, com atribuição básica de conhecer, originariamente, os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, em recurso especial, as causas decididas em única e última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - O órgão Judiciário mais elevado de uma nação, hierarquicamente acima dos Tribunais Superiores e Juízes de qualquer grau. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal tem por função precípua a guarda da Constituição.

SUSPEIÇÃO - Fato de se duvidar da imparcialidade de um juiz, promotor, testemunha, perito, assistente técnico, serventuário da justiça e intérprete. No caso do PAT/PB, cabe a alegação de supeição pelo julgador ou conselheiro que se encontrem nas situações elencadas na lei, sob pena de macular a decisão prolatada;

TÍTULO JUDICIAL – É o resultado obtido em decorrência de uma ação judicial, sendo passível de ser executado posteriormente.

TRANSITADO EM JULGADO – É quando um processo chega ao final de sua tramitação normal já tendo passado por todas as instâncias de recursos. A

partir desta fase o processo está pronto para o início da execução ou da ação rescisória. No PAT/PB, considera-se transitado em julgado o processo que não possa mais ser objeto de questionamento, sendo considerada a decisão definitiva, no que tange a serem irrecorríveis por parte do sujeito passivo.

TUTELA ANTECIPADA – Trata-se de decisão preliminar típica de ações ordinárias, assim como ocorre com as liminares obtidas por meio de Mandado de Segurança.
Ao deferi-la, o Juiz está antecipando uma decisão de mérito.

VALOR DA CAUSA – valor atribuído pelo autor a uma determinada ação. Não está relacionado necessariamente com o valor cobrado na ação, até mesmo porque muitas vezes o pedido não é de pagamento, mas sim de uma ordem para que o Réu realize determinado ato (ex.: conceder aposentadoria), ou não há como saber no início do processo o montante devido.

VISTAS – Quando o processo está com o Ministério Público, a quem cabe dar parecer em todos os processos judiciais. No caso do PAT/PB, é a oportunidade que é dada ao contribuinte para ter acesso ao processo na repartição preparadora, não podendo retirá-lo, apenas realizar cópias do processo.

EMENTÁRIO
CRF/PB

Coletânea de acórdãos do Conselho de Recursos Fiscais referente a decisões proferidas em segunda instância, que explicitam o entendimento do autor sobre diversas matérias, os quais foram corroborados em decisões proferidas ao longo de vários anos de julgamento, cujo conteúdo demonstramos *ipsis literis* abaixo:

A

AUTO DE INFRAÇÃO – Nulidade formal
Impróspero o lançamento compulsório de ofício, em face de encontrar-se ausente a natureza da infração, acarretando a incerteza e imprecisão do lançamento de ofício. Auto de Infração Nulo. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 122/2005
Relator : CONS. RODRIGO ANTONIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Trânsito de Mercadorias
O simples indício de uma suposta infração tributária praticada pelo contribuinte não é suficiente para manter a denúncia lastreada nos autos. Auto de Infração Improcedente. Modificada a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 371/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Mercadorias descarregadas em local diverso do documento fiscal.
É cediço que o flagrante de descarrego de mercadorias em local diverso do indicado no documento fiscal, caracteriza a inidoneidade documental com a exigência do imposto devido. Todavia, provado nos autos que as mercadorias constantes da documentação fiscal tiveram o imposto relativo à operação subseqüente recolhida na fonte, através de GNRE, sucumbe a exigência fiscal sob pena do "bis in idem". Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 386/2005

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO - Multa acessória

Caracterizada perfeitamente a denúncia tipificada como descumprimento de obrigação acessória, haja vista ser passível de autuação os que antes de qualquer ação fiscal deixarem de entregar os documentos fiscais que acobertarem as mercadorias ou bens transportados. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 421/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Mercadoria em Trânsito

Constatado erro de identificação do sujeito passivo, deve ser declarado nulo ab initio o lançamento de ofício. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 473/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Mercadoria sem documentação fiscal.

Considera-se em situação irregular, estando sujeita a apreensão, a mercadoria que não esteja acompanhada de documento fiscal regular. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 514/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Remessa de Mercadorias para Industrialização.

A ausência de provas materiais da caracterização do ilícito tributário consubstanciando a denúncia plasmada na exordial, da caracterização do ilícito tributário, provoca a sucumbência da autuação. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 537/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO - Imprecisão na descrição do fato infringente.

A descrição formulada pela fiscalização na exordial não estando bem especificada dá-se a nulidade do auto de infração para a devida correção. Mantida a decisão

recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 006/2006
Relator : CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Nulidade
A natureza da infração não estando bem determinada, dá-se a nulidade do auto de infração para que outro seja lavrado. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 014/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Mercadorias transportadas sem documentação fiscal.
É condição sine qua non para a regularidade do transporte de mercadorias, que as mesmas se façam acompanhadas de documentos fiscais hábeis. A confirmação de ofício edificado na denúncia pelo autuante, não é absoluta, desde que o contribuinte acoste à peça exordial provas irrefutáveis para descaracterização da delação imposta. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 015/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Erro na identificação da pessoa do infrator
A errônea eleição do sujeito passivo da obrigação tributária acarreta a nulidade do auto de infração. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 314/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Erro na pessoa do infrator.
O erro na pessoa do infrator macula de nulidade o levantamento fiscal efetuado. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 543/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO - Nulidade.

Não restou comprovada a natureza da infração, face à inconsistência do levantamento efetuado, obstando a continuação do feito. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 354/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO - Nulidade
É de ser declarado nulo o Auto de Infração, quando está consubstanciada a falta de rigor na descrição da natureza da infração.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PROVIDOS.
Acórdão nº 403/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Nulidade.
A errônea determinação da pessoa do infrator é umas das causas primordiais de nulidade do auto de infração. Reformada a decisão recorrida quanto ao mérito. Mantida a nulidade do auto de infração.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 409/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO – Eivado de vícios ou erros
Lançamento tributário eivado de vícios ou erros, tais como, imperfeição na natureza da infração e na pessoa do infrator, ausências de provas materiais do ilícito praticado, acarreta a improcedência da autuação, tendo em vista a iliquidez e incerteza do crédito tributário lançado de ofício. Reformada a decisão singular. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 421/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO - Ajustes realizados.
Com fulcro no princípio da legalidade necessário se faz corrigir as distorções verificadas no lançamento tributário para torná-lo líquido e certo. "In casu", expurgou-se do valor do crédito tributário a delação não descrita no fato infringente. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.

Acordão nº 201/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTUAÇÃO EM DUPLICIDADE

Constatada a existência de autuação anterior pela prática de mesma infração, impõe-se a desconstituição da segunda. In casu, independentemente da situação verificada e de outros fatores inseridos no processo, cominaria, mesmo assim, na sucumbência da delação posta na inicial, com a anuência do autuante. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 176/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS COM RECEITAS OMITIDAS.

Aquisições de mercadorias com receitas omitidas, verificadas mediante o não registro de notas fiscais nos livros próprios, impõe-se à fiscalização o dever de efetuar o lançamento de ofício correspondente. In casu, as provas carreadas pelo contribuinte não foram capazes de desconstituir a acusação. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 181/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUSÊNCIA DE ETIQUETA DO POSTO FISCAL DE FRONTEIRA.

É passível de penalidade acessória, o transporte de mercadorias desprovidas de nota fiscal sem etiqueta emitida pelos Postos Fiscais de Fronteira. Ajustes realizados para adequação à legislação da época da eclosão do fato gerador. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 295/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ARQUIVO MAGNÉTICO – Penalidade Acessória

O contribuinte não logrou êxito em desconstituir o lançamento do crédito tributário firmado nos autos, atinente ao não atendimento da notificação expedida pelo fisco para apresentar os arquivos magnéticos e digitais com as especificações estabelecidas na legislação em vigor. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

Acórdão nº 507/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS COM RECEITAS OMITIDAS.
Aquisições de mercadorias com receitas omitidas, verificadas mediante o não registro de notas fiscais nos livros próprios, impõem à fiscalização o dever de efetuar o lançamento de ofício correspondente. In casu, as provas carreadas pelo contribuinte foram capazes de desconstituir parte da acusação, com o pagamento do crédito tributário remanescente. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 510/2006
Relator : CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS COM RECEITAS OMITIDAS.
A falta de registro de notas fiscais de aquisição de mercadorias nos livros próprios pode ensejar duas acusações: uma concernente à venda futura das mercadorias consignada no respectivo documento fiscal; e outra, referente à compra efetivada com recursos advindos de vendas pretéritas omitidas. In casu, percebe-se que são situações distintas, não havendo, correlação na cobrança de ambos os impostos devidos. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 552/2006
Relator : CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE – INTUITO COMERCIAL – MERCADORIAS SUJEITAS À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.
A constatação por parte da fiscalização de trânsito de grande quantidade de mercadorias transportadas destinadas a contribuinte não inscrito, em volume ou com habitualidade, caracteriza o intuito comercial. Cabendo a autuação em nome do adquirente das mercadorias, exceto se o imposto já tiver sido retido na fonte, hipótese em que a infração será descaracterizada por falta de objeto.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 311/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – DESNECESSIDADE DE RECURSO DE OFÍCIO - LEVANTAMENTO CONTA MERCADORIAS –MANTENÇA DA DECISÃO SINGULAR.
É inatacável o resultado manifestado pelo dispositivo prático de aferição Conta

Mercadorias – No qual apontou repercussão de saídas de mercadorias tributáveis sem emissão de documentação fiscal, mormente porque a sua composição foi realizada com emprego de elementos fornecidos pela Escrita Fiscal do contribuinte – Ajustes realizados - Ação fiscal parcialmente procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 143/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CONTA MERCADORIAS.
Sendo verificada através de levantamento quantitativo por espécie a ocorrência de aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária sem documento fiscal, legitima se torna a denúncia de falta de recolhimento do ICMS Substituição tributária – Diferença verificada na Conta Mercadoria não contestada pela acusada, consolidada se torna a denúncia após verificação da correção dos valores alocados. - NOTA FISCAL NÃO CONTABILIZADA – Prova material da acusação – Ajuste realizado pela instância prima não acolhido.
É legitimo o procedimento realizado pela fiscalização com base nos dados fornecidos à Fazenda estadual pelo próprio contribuinte através das informações Econômico-Financeira, a exemplo da GIM e GIVA, quando o contribuinte não contesta os valores fulcrado através de provas materiais. Descabe a juntada de cópias das notas fiscais quando a operação for interna, exceto se houver questionamento de determinada nota fiscal por parte do acusado.

RECURSOS HIERÁRQUICO PROVIDO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 144/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS - PAGAMENTO EXTRACAIXA PARCIALMENTE PROCEDENTE – CRÉDITO INDEVIDO IMPROCEDENTE – DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS PARCIALMENTE PROCEDENTE – PROVAS E ARGUMENTOS ENSEJARAM ALTERAÇÃO DA DENÚNCIA – MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS ensejam a acusação de que o desembolso teria ocorrido com recursos pretéritos omitidos quando da omissão de saídas de mercadorias tributadas. Ajustes arrimados na constatação de terem sido equivocadamente considerados pela fiscalização notas fiscais de saídas.
CRÉDITO INDEVIDO se verifica quando da ausência de norma legal que ampare o creditamento realizado, fato este não constatado, haja vista a restrição à utilização de crédito de comunicação ter ocorrido a partir de 2001, ensejando assim a

sucumbência total da denúncia.
A FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS tem por cerne a aquisição de mercadorias para o ativo fixo e consumo sem a comprovação do pagamento da complementação da alíquota interna, sendo constatada através da análise das notas fiscais que parte da exigência já tinha sido objeto de cobrança anterior, sucumbência parcial da denúncia.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 244/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS – CONCORRÊNCIA DE INFRAÇÕES VERIFICADA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE– REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA.
Sendo verificado a existência de dois lançamentos de ofício distintos no mesmo exercício e em relação a mesma matéria, configurada esta a concorrência de infrações, devendo prevalecer a de maior monta, sob pena da caracterização do bis in idem.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO Acórdão 167/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUSÊNCIA DE REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE – NÃO CARACTERIZAÇÃO DO RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS E INTEMPESTIVIDADE DA PEÇA APRESENTADA - MANTIDA DECISÃO AD QUEM.
Para acolhimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, independente da denominação, a argüição de omissão, contradição ou obscuridade e a tempestividade do prazo de apresentação da peça. Não tendo acolhimento o Recurso interposto com denominação diversa que suscitem alegações quanto ao mérito da matéria, sem quaisquer questionamentos sobre omissão, contradição ou obscuridade, além de ter sido apresentado fora do prazo legal. Ausência dos requisitos de admissibilidade.

RECURSO NÃO CONHECIDO
Acórdão nº 356/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUSÊNCIA DE ATIVIDADE MERCANTIL – EMPRESA DE REPRESENTAÇÃO - REPERCUSSÃO NO ICMS NÃO EVIDENCIADA – INFRAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA VISLUMBRADA- NULIDADE POR VÍCIO FORMAL - REFORMADA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO NULO.

Sendo observado que a empresa exerce atividade de representação, não realizando operação mercantil, por ser inscrita no CCICMS, a repercussão tributária tem por cerne o descumprimento de obrigação acessória pela falta de registro dos documentos fiscais nos livros próprios, além da cobrança do ICMS sobre a repercussão resultante das mercadorias recebidas que tiverem destinação diversa, caso seja esse fato comprovado. In casu, o crédito tributário sucumbiu integralmente em face da ausência de repercussão no recolhimento do ICMS.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 038/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ACRÉSCIMOS LEGAIS NÃO DEVIDOS – REGIME ESPECIAL RETROATIVO –– DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO - MANTIDA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

O não recolhimento dos acréscimos legais quando devidos resulta na sua cobrança através de lançamento de ofício acrescida de multa de mesmo valor. In casu, a prorrogação do regime especial que estabelecia a dilação de prazo para o recolhimento do ICMS, alcançando o período objeto da autuação, descaracterizou a infração, fazendo sucumbir a exação.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO –
Acórdão 348/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – NOTA FISCAL INIDÔNEA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – MANTIDA DECISÃO SINGULAR

É considerado inidôneo o documento fiscal que apresente declarações inexatas quanto à quantidade e descrição das mercadorias nele consignadas. Todavia, sendo constatado haver uniformidade entre as informações contidas na nota fiscal e as mercadorias transportadas, descaracterizada se torna a denúncia de inidoneidade documental. Auto de Infração Parcialmente Procedente – Mantida decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 162/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – NOTA FISCAL NÃO CONTABILIZADA – AJUSTES INDEVIDOS REALIZADOS NA INSTÂNCIA PRIMA.

A repercussão tributária originada da diferença tributável verificada no levantamento Financeiro e da constatação de notas fiscais de aquisição não contabilizadas, tem por cerne a presunção legal de que teria havido omissão pretérita de saídas de mercadorias tributáveis sem o recolhimento do imposto. Ajustes realizados consideraram a alíquota de 25%, haja vista a totalidade das vendas da empresa se reportar a bebidas, cabendo a prova em contrário para a empresa autuada.

RECURSOS HIERÁRQUICO PROVIDO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 121/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AUSÊNCIA DE PROVAS ILIDENTES.
Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. Assim, fez-se necessário a realização de ajuste no percentual de alíquota, sendo considerada a de 17%, por serem aplicadas as empresas do Simples Nacional a legislação aplicável as demais pessoas jurídicas quando da constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. No caso vertente, a realização do ajuste trouxe repercussão no crédito tributário exigido, todavia, foi mantido o limite do crédito tributário descrito no auto de infração.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 042/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR.
Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 309/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – PROVAS ACOSTADAS MOTIVARAM A DERROCADA PARCIAL DA ACUSAÇÃO - PAGAMENTO DE PARTE DA EXIGÊNCIA.
Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores

superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. Provas acostadas motivaram a derrocada de parte da acusação. Pagamento realizado de parte do crédito tributário.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 250/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ARQUIVO MAGNÉTICO – NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – CARACATERIZAÇÃO DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA – AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA PELO JULGADOR SINGULAR – DECISÃO A QUO NULA.

É obrigação funcional do julgador apreciar todas as alegações suscitadas pelo contribuinte em sua petição defensual, pois a omissão na realização do julgamento por parte do mediador monocrático quanto a esse fato caracteriza o cerceamento do direito de defesa do contribuinte, eivando de nulidade a sentença proferida.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 213/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE – DETALHAMENTO DOS FATOS ACOLHIDOS E REJEITADOS – DESPROVIMENTO.

Diante da alegação de ter havido omissão, contradição e obscuridade na sentença prolatada, necessário se torna, caso tempestivo, o recebimento do recurso de embargo declaratório para a realização de averiguação da alegação defensual. In casu, não se comprovou qualquer obscuridade na sentença proferida por esta instância ad quem diante do detalhamento dos fatos acolhidos e dos fatos rejeitados. Mantida decisão recorrida.

RECURSO DE EMBARGO DECLARATÓRIO
Acórdão nº 113/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NA DECISÃO PROFERIDA NA SEGUNDA INSTÂNCIA DE JULGAMENTO – MANTIDA A DECISÃO ATACADA.

Na ausência da constatação na decisão proferida na instância ad quem de omissão, contradição ou obscuridade, descaracterizada estará a alegação suscitada através do Recurso de Embargo Declaratório, devendo ser mantida a decisão vergastada por não caber a rediscussão de mérito.

RECURSO DE EMBARGO DECLARATÓRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 234/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA.
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DESCARACTERIZAÇÃO DA DENÚNCIA.
A obrigação de entregar ao Fisco arquivos magnéticos imposta através de Termo de Acordo, só se caracteriza, diante da negativa, descumprimento de obrigação acessória, se a empresa realiza suas operações com base nas diretrizes estabelecidas no respectivo Termo, caso a empresa tenha renunciado ao mesmo, descabe a multa por descumprimento de obrigação acessória. Acusação improcedente.
NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS: COMPROVADA CONTABILIZAÇÃO DE PARTE DAS NOTAS FISCAIS
A presunção legal de omissão de saídas pretéritas originada da constatação de falta contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, impõe a inversão do ônus da prova, ocorrendo a sucumbência da acusação concernente as notas fiscais comprovadamente contabilizadas pela empresa. Ajustes realizados – Acusação parcialmente procedente.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS FONTE CONCERNENTE A OPERAÇÕES DESTINADAS A EMPRESAS SUJEITAS A ESTE REGIME DE TRIBUTAÇÃO
É atribuída a sujeição passiva por substituição as empresas que destinem mercadorias a empresas sujeitas ao regime de tributação denominado de "Fonte", cabendo a exigência por parte do Fisco diante da ausência de prova do recolhimento. Acusação procedente.
PASSIVO FICTÍCIO - AJUSTE REALIZADO.
A manutenção no passivo de obrigações já pagas ou inexistente caracteriza a presunção legal de que teriam sido quitadas com receita marginal oriunda de omissão de saídas pretéritas – Ajustes realizados – Acusação parcialmente procedente

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 180/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES.
OBRIGAÇÃO DO ECF – É obrigação do contribuinte quando realiza vendas para consumidor final a instalação do Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, sendo flagrado pela fiscalização o estabelecimento sem ter adquirido o ECF, estará sujeito à multa por descumprimento de obrigação acessória. Mantida a acusação.
NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Constatada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, cabe a aplicação da presunção

legal de que o desembolso realizado para o pagamento teria advindo de omissão de saídas de mercadorias pretéritas. Ajustes realizados em virtude das ausências de desembolso nas operações realizadas e de cópias das notas fiscais não contabilizadas. Mantida parcialmente a denúncia.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 287/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA.
NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Constatada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, cabe a aplicação da presunção legal de que o desembolso realizado adveio de omissão de saídas de mercadorias pretéritas. Ajustes realizados em virtude da concorrência de infrações. Manutenção parcial da acusação em face do não acolhimento das notas ficais registradas no livro Registro de Entradas não autenticado.
LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS. Sendo a técnica utilizada uma aferição matemática do fluxo de mercadorias referente a operações realizadas por uma empresa em determinado exercício, a diferença tributável enseja a acusação de que houve omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Ajustes realizados – Manutenção parcial da acusação.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO PARCIALMENTE E VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 083/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES.
NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Constatada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, cabe a aplicação da presunção legal de que o desembolso realizado adveio de omissão de saídas de mercadorias pretéritas. Mantida a acusação.
LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS. Sendo a técnica utilizada uma aferição matemática do fluxo de mercadorias referente a operações realizadas por uma empresa em determinado exercício, a diferença tributável enseja a acusação de que houve omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Sucumbência do crédito tributário de um dos exercícios em face da concorrência de infrações com o levantamento Financeiro realizado. Mantida parcialmente a exigência.
LEVANTAMENTO FINANCEIRO. Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a

presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto – Ajuste realizado em dois exercícios em virtude da empresa não ter realizado operações mercantis nesse período. Mantida parcialmente a exigência.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIOS PARCIALMENTE PROVIDOS
Acórdão nº 094/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES.
NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Constatada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, cabe a aplicação da presunção legal de que o desembolso realizado adveio de omissão de saídas de mercadorias pretéritas. Mantida a acusação.
LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS. Sendo a técnica utilizada uma aferição matemática do fluxo de mercadorias referente a operações realizadas por uma empresa em determinado exercício, a diferença tributável enseja a acusação de que houve omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Sucumbência do crédito tributário de um dos exercícios em face da concorrência de infrações com o levantamento Financeiro realizado. Mantida parcialmente a exigência.
LEVANTAMENTO FINANCEIRO. Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto – Ajuste realizado em dois exercícios em virtude da empresa não ter realizado operações mercantis nesse período. Mantida parcialmente a exigência.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIOS PARCIALMENTE PROVIDOS
Acórdão nº 094/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS – CONCORRÊNCIA DE INFRAÇÕES - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES.
NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Constatada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, cabe a aplicação da presunção legal de que o desembolso realizado adveio de omissão de saídas de mercadorias pretéritas. Ajustes realizados em virtude da concorrência de infrações e decadência.
LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS. Sendo a técnica utilizada uma aferição matemática do fluxo de mercadorias referente a operações realizadas por uma empresa em determinado exercício, a diferença tributável enseja a acusação de que houve omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Ausência de provas elidentes.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 186/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA.
NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Constatada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, cabe a aplicação da presunção legal de que o desembolso realizado adveio de omissão de saídas de mercadorias pretéritas. Ajustes realizados em virtude da concorrência de infrações. Manutenção parcial da acusação em face do não acolhimento das notas ficais registradas no livro Registro de Entradas não autenticado.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO PARCIALMENTE E VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 083/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AJUSTE NA QUANTIDADE DE UFR-PB - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – AUSÊNCIA DE SELO DE APOSIÇÃO OBRIGATÓRIA – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A ausência do selo de aposição obrigatória pelos postos fiscais de fronteira nas notas fiscais oriundas de outras unidades da federação caracteriza o descumprimento de obrigação acessória. Ajuste realizado na quantidade de UFR-PB.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 010/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ALEGAÇÃO DE OMISSÃO ACOLHIDA SEM EFEITO MODIFICATIVO – ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO REJEITADA – MANTIDA DECISÃO EMBARGADA – PROVIMENTO PARCIAL.
Diante da alegação de ter havido omissão, contradição e obscuridade na sentença prolatada, necessário se torna, caso tempestivo, o recebimento do recurso de Embargos Declaratórios para a realização de averiguação da alegação defensual. In casu, acolheu-se sem efeito modificativo a omissão quanto à ausência na sentença de considerações referentes à citação, – Rejeitadas as alegações de contradição entre o acórdão e os documentos constantes dos autos, por está provada a ocorrência de descumprimento de obrigação acessória. Mantida decisão recorrida.

RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS
Acórdão nº 175/2011

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – MANTIDA DECISÃO AD QUEM.

Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, a constatação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, a alegação de omissão suscitada pela embargante teve por cerne o entendimento contido no voto contrário a tese defensual, requerendo a embargante a modificação da decisão de segunda instância quanto ao mérito, o que se vislumbra impossível em face da ausência de omissão, obscuridade ou contradição da decisão prolatada, fulminando assim a possibilidade de sucesso por parte da embargante.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO
Acórdão 157/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – MANTIDA DECISÃO AD QUEM.

Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, a constatação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, a alegação de omissão suscitada pela embargante tem por cerne procedimento realizado pela repartição preparadora, não havendo qualquer alegação quanto a omissão, obscuridade ou contradição da decisão prolatada, fulminando assim a possibilidade de sucesso por parte da embargante.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO
Acórdão nº 068/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

B

BASE DE CÁLCULO – Estorno de crédito.

O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que a mercadoria entrada no estabelecimento for objeto de saída com base de cálculo inferior à operação de entrada. "In casu", para aferição da Conta Gráfica do ICMS foram apreciados equivocadamente em confronto com o débito do período os valores concernentes ao ICMS NORMAL e o ICMS-ST, quando o correto seria ter considerado somente o ICMS das operações próprias. Reformada decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 321/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Provas acostadas – Ajuste efetuado.
Estabelecimento comercial desprovido de escrita contábil regular, portanto, adequada a aferição do pagamento do imposto através da conta mercadorias. Todavia, sucumbe a parcela do crédito tributário relativa ao período em que a mercadoria era beneficiada por isenção. Procedidas as correções necessárias - Mantida decisão recorrida- Auto de infração procedente em parte.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS.
Acórdão nº 005/2004
Relator : CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS. FICHA ECONÔMICO-FINANCEIRA. CONHECIMENTO SUPERVENIENTE DE FATO RELEVANTE. REVISÃO DE OFÍCIO DO LANÇAMENTO.
Fato não conhecido ou não provado por ocasião do levantamento anterior deverá ser revisto de ofício pela autoridade administrativa. Feita a devida correção do crédito tributário, em face de existência de escrita fiscal e de provas consubstanciadas acostadas aos autos. Crédito tributário remanescente já liquidado. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 015/2004
Relator: CONS. RODRIGO ANTONIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – CRÉDITO INDEVIDO – VENDAS SIMULADAS.
Correta a utilização da Conta Mercadorias em estabelecimento industrial, quando se considera apenas, para efeito de aferição, a mercadoria adquirida de terceiros para comercialização. Uso indevido de crédito fiscal em decorrência da ilegalidade da documentação. Provas acostadas a exordial, provocou a sucumbência de parte da denúncia atinente a vendas simuladas. Alterada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDOS.
Acórdão nº 002/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Omissão de vendas.
Denúncia espelhada na exordial, de omissão de vendas de mercadorias tributáveis, atinente aos exercícios 2001, 2002 e 2003. Sucumbência concernente ao exercício 2002, haja vista, a figura anômala do CMV negativo. Ausência, em ambas instâncias

do autuado. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 031/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Corrigenda.
Sucumbência da denúncia inserida nos autos, em virtude de correção efetuada pela instância prima, relativa à inclusão do estoque final na Conta Mercadorias, tendo em vista que a empresa está com sua inscrição estadual suspensa, Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 044/2005
Relator: RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Provas acostadas.
Sucumbência da delação exposta na exordial, haja vista as provas consubstanciadas acostadas aos autos. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 345/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Omissão de vendas.
Correta a aplicabilidade deste levantamento nas empresas comerciais que não possuem Escrita Contábil regular, sendo o direito de arbitramento da autoridade fiscal, uma prerrogativa da fiscalização de caráter "juris tantum". "In casu", diante dessa prerrogativa, foram acostadas provas materiais de que teriam sido incluídas no levantamento mercadorias isentas e não tributadas. Ajustes realizados. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Mantida decisão singular recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 083/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Arbitramento de Lucro.
Com o surgimento da escrita contábil, sobre a qual nenhuma irregularidade foi lançada, mingua o arbitramento de lucro levado a efeito pela fiscalização. Prepondera pelo amparo legal que o cerca, o resultado contábil. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 100/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Escrita contábil.
O arbitramento do Lucro Bruto na Conta Mercadorias para detectar omissão de vendas, só é legítimo quando o contribuinte não possui escrita contábil regular. Auto de Infração Nulo.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 121/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – LEVANTAMENTO QUANTITATIVO.
A liquidez do crédito tributário está diretamente relacionada com a exatidão dos dados que serviram de base ao lançamento tributário de ofício. In casu, não foram apresentadas provas materiais irrefutáveis para ilidir a exposta na exordial. Auto de Infração Procedente. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 150/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Improcedência
Demonstrado no curso processual que a diferença tributável verificada na Conta Mercadorias foi em decorrência da inclusão de mercadorias sujeitas à substituição tributária. Efetuada a exclusão das mesmas, desaparece esta diferença. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 322/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Improcedência
A repercussão tributária verificada por meio da Conta Mercadorias ocorreu em face da inclusão de mercadorias sujeitas à substituição tributária. Com a exclusão das mesmas, desaparece a diferença tributável apontada inicialmente. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO OBRIGATÓRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 339/2005
Relator : CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Lançamento insubsistente.
Restou provada a ineficácia da técnica empregada em virtude da impossibilidade do acolhimento do arbitramento do Lucro Bruto, ante o surgimento de escrita contábil regular. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 340/2005
Relator : CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Inconsistência da acusação.
O ajuste efetuado no estoque inicial e os expurgos das mercadorias isentas e não tributáveis fizeram sucumbir a diferença tributável verificada na Conta Mercadorias. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 475/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Arbitramento do Lucro Bruto
Após as correções necessárias no tocante ao resultado apontado através da Conta Mercadorias, na qual ficou caracterizada a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, constatou-se, em parte, um crédito tributário líquido e certo. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO OBRIGATÓRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 477/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Omissão de vendas.
A aferição fiscal pautada no levantamento da Conta Mercadorias só tem foro de legitimidade quando a diferença tributável constatada se origina da alocação de valores concernentes a mercadorias tributáveis. "In casu", ficou provado nos autos que os estoques englobavam também mercadorias não tributáveis. Ajustes realizados. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 019/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS / LEVANTAMENTO FINANCEIRO. Presunção juris tantum de omissão de saídas de mercadorias

Nos termos da legislação vigente, a constatação de diferença verificada na Conta Mercadorias constitui presunção legal de omissão de vendas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. "In casu", diante das provas acostadas aos autos foi efetuada a devida correção, o que implicou na derrocada da diferença apurada. Ausência de questionamento acerca do Financeiro. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 301/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Ajustes realizados nos estoques.
É cediço que o levantamento da Conta Mercadorias deve tomar por lastro, para efeito de aferição do arbitramento do lucro bruto, apenas as mercadorias tributáveis. In casu, foram necessários ajustes efetuados nos estoques, levando-se em conta somente as mercadorias sujeitas à tributação. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 356/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Nulidade
Com a apresentação pelo contribuinte de provas documentais demonstrando ter escrita contábil regular, ficou sem respaldo legal o lançamento de ofício realizado. Modificada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 357/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Sucumbência do arbitramento.
Descabida a aplicação do arbitramento do lucro bruto através do Levantamento da Conta Mercadorias diante da comprovação, por parte do contribuinte, da existência de Escrita Contábil. Impossibilidade de novo feito em decorrência da decadência. Reformada decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 091/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Insubsistência da autuação.
Provas acostadas aos autos confirmando erro na alocação de valores e a decadência

do direito do Estado de constituir o crédito tributário lançado de ofício, ferem de morte a denúncia exposta na exordial. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 384/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Inconsistência da denúncia.
Incabível o arbitramento do lucro bruto, embasado em Conta Mercadorias, para efeito de verificação de omissão de vendas de mercadorias de contribuintes que possuem escrita contábil regular. Também, é desprovido de legalidade um novo levantamento estribado em denúncia divergente da originária. Outrossim, o procedimento correto deverá ser a lavratura de auto de infração específico para a matéria em lide. Modificada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 385/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Provas materiais.
O arbitramento fulcrado no levantamento da Conta Mercadorias deve tomar por base apenas às mercadorias tributáveis. Ficando comprovado nos autos que as mercadorias que serviram de esteio ao levantamento efetuado, eram pertinentes à substituição tributária, descabida a autuação. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 193/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – ajustes realizados
Ajustes realizados na Conta Mercadorias, em virtude de erros na tomada de valores, provocou a sucumbência parcial da denúncia exposta nos autos. Alterada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 214/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Ausência de repercussão tributária.
Despicienda é a delação fundada em levantamento que não se evidencia repercussão tributária a ser exigida. Equívoco do auditor fiscal fez sucumbir o

lançamento de ofício do crédito tributário. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 222/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Provas irrefutáveis.
Descaracterizada a denúncia inserida na exordial, em virtude das robustas provas materiais acostadas aos autos. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 370/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Improcedência
Incabível o levantamento de Conta Mercadorias, quando estribado em mercadorias sujeitas à substituição tributária. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 314/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Refazimento
Refeita a Conta Mercadorias lastreada nos livros fiscais da empresa, praticou-se a legítima justiça fiscal. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 359/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Provas irrefutáveis.
A exação fulcrada no Levantamento da Conta Mercadorias, por ser juris tantum, é ilidível com prova em contrário. In casu houve a sucumbência da denúncia haja vista, as robustas provas materiais acostadas aos autos. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 360/2005

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Lançamento insubsistente.
Provas carreadas aos autos pelo contribuinte, provocaram a sucumbência da acusação posta na inicial. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 460/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Parcial procedência
Argumentos e provas irrefutáveis no tocante ao Estoque Final de mercadorias, trazidos à colação pelo contribuinte, desconstituiram, em parte, o crédito tributário originalmente lançado de ofício. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO PROVIDOS EM PARTE.
Acórdão nº 471/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Improcedência
A repercussão tributária verificada por meio da Conta Mercadorias ocorreu em face de erros na alocação dos Estoques Inicial e Final. Refeito o procedimento fiscal, desaparece a diferença tributável apontada inicialmente. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 497/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Diferença Verificada
Provado nos autos que os valores dos Estoques Inicial e Final alocados para efeito de levantamento efetuado, continham mercadorias tributáveis e não tributáveis, necessário se faz o ajuste realizado nesses estoques visando à adequação da técnica utilizada. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 503/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Escrita contábil.

O arbitramento do Lucro Bruto na Conta Mercadorias para detectar omissão de vendas, só é legítimo quando o contribuinte não possui escrita contábil regular. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 524/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Omissão de vendas.
A aferição fiscal pautada no levantamento da Conta Mercadorias só tem foro de legitimidade quando a diferença tributável constatada se origina da alocação de valores concernentes às mercadorias tributáveis. In casu, ficou provado nos autos que os estoques englobavam também mercadorias não tributáveis, Ajustes realizados. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 023/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Parcial procedência
Após as correções necessárias no tocante à diferença verificada na Conta Mercadorias, na qual ficou caracterizada a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, face o não atendimento ao arbitramento do lucro bruto tipificado na legislação tributária, impõe-se um crédito tributário líquido e certo. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO OBRIGATÓRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 496/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Consistência parcial
Ajustes efetuados na denúncia plasmada nos autos, em decorrência de equívoco na aplicação da TVA, acarretando na redução do quantum lançado de ofício. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 161/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Presunção juris tantum de omissão de vendas.
Sendo evidenciado erro na alocação de valores concernentes às mercadorias não tributáveis, faz-se necessária a devida correção para a irrepreensível apuração do

crédito tributário lançado de ofício. Alterada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 224/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Arbitramento do Lucro Bruto
Acusação fiscal sucumbida diante das provas apresentadas pelo contribuinte, as quais demonstraram a inserção equivocada de mercadorias sujeitas ao Regime de Substituição Tributária como sendo de Tributação Normal. Auto de Infração Improcedente. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 249/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES.
A diferença verificada na Conta Mercadorias atinente ao arbitramento do Lucro Bruto, caracteriza a omissão de vendas de mercadorias tributáveis sem o correspondente pagamento do imposto. In casu, as provas acostadas aos autos fizeram sucumbir, em parte, o crédito tributário lançado de ofício. Reconhecimento, pelo contribuinte, do encerramento de atividades mercantis sem a devida comunicação à repartição fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 250/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS - AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DE MUDANÇA DE ENDEREÇO
Na utilização da Conta Mercadorias somente é possível a utilização de dados extraídos da escrita fiscal inerente à movimentação comercial, tornando-se incompatível sua aplicação, quando das atividades voltadas para a industrialização. Equívoco na atribuição da denúncia de descumprimento de obrigação acessória. Alterada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 325/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Ficha Econômico Financeira.
Mesmo sem o atendimento, por parte do contribuinte, de "diligência fiscal" solicitada pela autoridade julgadora, foi realizada uma análise acurada da denúncia espelhada nos autos, referente à diferença verificada na Conta Mercadorias, comprovando o correto procedimento da fiscalização. Auto de Infração Procedente. Modificada a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 190/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Arbitramento do Lucro Bruto
Materializada, em parte, a acusação de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente, tendo em vista, os ajustes efetuados para constituição do crédito tributário líquido e certo. Alterada a decisão singular quanto aos valores. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 280/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS
Lançamento retificado face à comprovação de erros na tomada de valores, acarretando redução do crédito tributário lançado de ofício. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 281/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS / NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS NÃO LANÇADAS - Presunção juris tantum de omissão de saídas.
A constatação de diferença tributável no levantamento da Conta Mercadorias e a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizada constituem presunção legal de omissão de saídas de mercadorias

tributáveis sem o pagamento do imposto. Existência de infrações concorrentes, impondo-se a derrocada da repercussão de menor monta, no caso a Conta Mercadorias, para prevalecer a maior. Excluída da exigência as notas fiscais não anexadas ao processo. Mantida a decisão recorrida com ajuste no crédito tributário lançado de ofício. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO DE OFÍCIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 285/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – CONTA CAIXA – AUSÊNCIA DE LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADA NO LIVRO CORRESPONDENTE
Sucumbência da diferença verificada na Conta Mercadorias a fim de evitar o bis in idem, materializando, assim, a justiça fiscal. Confirmadas as delações de insuficiência de Caixa e de falta de lançamento de notas fiscais de entrada no livro correspondente. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 558/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS - Legitimidade da exigência fiscal
Constatada a repercussão tributária originária da diferença tributável verificada na Conta Mercadorias, sem que o contribuinte trouxesse, nas peças processuais, provas materiais que tivessem o condão de desconstituir a denúncia frisada nos autos de omissão de vendas. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 336/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS - Legalidade parcial da exigência.
A aferição do recolhimento do ICMS efetuada através da Conta Mercadorias quando do surgimento de diferença tributável, enseja a correta delação de omissão de vendas, todavia, os valores alocados devem ser originários dos livros fiscais. "In casu", necessário se fez a efetivação de ajustes tomando por lastro o livro Registro de Inventário apresentado. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 337/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Improcedência da autuação
A atividade da empresa se restringe a operações de vendas de mercadorias não sujeitas à tributação pelo ICMS, portanto, não se tem que falar em repercussão tributária. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 350/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Decadência.
O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, disciplinamento albergado no CTN e corroborado pelo RICMS-PB. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 378/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS - CRÉDITO INDEVIDO -DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA
Correta a manutenção das denúncias sublinhadas nos autos, em virtude da empresa detentora de toda documentação fiscal, não ter trazido à baila elementos que tivessem o condão de desconstituir o crédito tributário lançado de ofício. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 477/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Consistência da autuação
Descabido se torna o acolhimento de valores dos estoques inventariados desprovidos dos requisitos exigidos na legislação fiscal. In casu, não consta no respectivo livro, as quantidades, valores e especificações das mercadorias correspondentes. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 544/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS NÃO CONTABILIZADA.
Correta a exigência fulcrada no arbitramento do lucro bruto via Conta Mercadorias em contribuinte desprovido de escrita contábil regular. Contudo, a exigência de omissão de vendas em exercício concomitante com a delação de pagamento com receita de origem não comprovada, ensejam a concorrência de infrações em face

de constatação no mesmo exercício de origem da aplicação dos recursos marginais. Alterada quanto aos valores a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E ORDINÁRIO PROVIDOS PARCIALMENTE.
Acórdão nº 025/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Escrita Contábil
O arbitramento do Lucro Bruto na Conta Mercadorias para detectar omissão de vendas, só é legítimo quando o contribuinte não possui escrita contábil regular. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 546/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Escrita Contábil Regular.
O arbitramento do lucro bruto aplicado no Levantamento da Conta Mercadorias sucumbe diante da apresentação pelo contribuinte de sua contabilidade. In casu, a auditoria efetivada pelo fazendário nos livros contábeis, demonstrou a improcedência da autuação. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURDO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 552/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS - Omissão de vendas
Nos termos da legislação aplicada à matéria, a constatação de diferenças verificadas na Conta Mercadorias, constitui presunção legal de realização de operações de vendas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 114/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – CIÊNCIA REALIZADA APÓS DECORRIDO O PERÍODO QUINQUENAL –– MANTIDA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
Deve o contribuinte ser cientificado do lançamento de ofício realizado dentro

de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, conforme dispõe o art. 173, inciso I do CTN. In casu, a ciência por Edital ocorreu após decorrido esse prazo, configurando assim a impossibilidade da exação em razão da Decadência.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 331/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – LEVANTAMENTO FINANCEIRO - ALTERADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
CONTA MERCADORIAS
A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, ajustes realizados nos estoques fizeram sucumbir a diferença originalmente constatada. Improcedência da acusação.
LEVANTAMENTO FINANCEIRO
Quando na aferição do fluxo financeiro de uma empresa num determinado exercício se verificar que os valores dos desembolsos suplantaram as receitas, caracterizado estará a presunção legal de omissão pretérita de saídas de mercadorias tributáveis. Ajustes realizados com base nas alegações defensuais tiveram o condão de diminuir o valor do crédito tributário exigido. Alterada a decisão recorrida quanto aos valores– Acusação parcialmente procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 387/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS - MANTIDA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis -Procedência da acusação.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão 396/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS NÃO LANÇADAS NOS LIVROS PRÓPRIOS

A constatação de notas fiscais de aquisição não contabilizadas nos livros próprios caracteriza a presunção legal de omissão de saídas, assim como, a diferença verificada na Conta Mercadorias. Ajustes efetuados em decorrência de infrações concorrentes relativas ao exercício de 2005. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 146/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Parcialidade da exigência.

Nos termos da legislação vigente, a constatação de diferença na Conta Mercadorias constitui presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto, visto que, as saídas registradas devem suportar o custo das aquisições e o valor adicionado. Lançamento retificado face à comprovação de erros na tomada de valores. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 147/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Omissão de saídas tributáveis.

Correta é a aplicabilidade deste levantamento nas empresas que não mantém escrita contábil regular, sendo o direito de arbitramento da autoridade fiscal uma prerrogativa da fiscalização de caráter juris tantum nos termos da legislação tributária. Ajuste efetuado no exercício de 2005 fez sucumbir em parte o valor do crédito tributário exigido. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 226/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Escrita Contábil

O arbitramento do Lucro Bruto na Conta Mercadorias para detectar omissão de vendas, só é legítimo quando o contribuinte não possui escrita contábil regular. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.

Acórdão nº 546/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – Escrita Contábil Regular.
O arbitramento do lucro bruto aplicado no Levantamento da Conta Mercadorias sucumbe diante da apresentação pelo contribuinte de sua contabilidade. In casu, a auditoria efetivada pelo fazendário nos livros contábeis, demonstrou a improcedência da autuação. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURDO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 552/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – AUSÊNCIA DE PROVAS QUE ILIDISSEM A DENÚNCIA – REFORMADA PARCIALMENTE A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO – é obrigação do contribuinte exibir ou entregar ao Fisco, quando exigido ou solicitado através de notificação, os livros e/ou documentos fiscais, assim como outros elementos auxiliares relacionados com a sua condição de contribuinte, sob pena da caracterização do descumprimento de obrigação acessória que resulta no embaraço à fiscalização. Mantida a denúncia.
CONTA MERCADORIAS - é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, sendo legítima a sua manutenção diante da ausência de provas materiais que tivessem o condão de ilidir a denúncia.
Ajustes realizados em decorrência da redução da multa com fulcro no que dispõe a Lei no 10.008/2013.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 332/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS ILIDIDA PELA APRESENTAÇÃO DE ESCRITA CONTÁBIL REGULAR – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – SUCUMBÊNCIA PARCIAL – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR.
A apresentação de escrita contábil registrada na Junta Comercial após ação fiscal tem seu acolhimento apenas quando o Termo de Início tiver sido lavrado antes de 07/08/2008 – Conta Mercadorias ilididas pela apresentação de contabilidade regular – Levantamento Financeiro – Sendo verificada divergência entre os valores lançados na contabilidade e os levantados pela fiscalização com arrimo

na documentação apresentada pela empresa, deve prevalecer este em detrimento daquele. Sucumbência da exigência referente a um dos exercícios fiscalizados – Auto de Infração Parcialmente Procedente – Reformada a decisão singular.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 334/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão 192/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – MANTIDA DECISÃO SINGULAR.

A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, quando não atingido o percentual mínimo de lucro bruto de 30% sobre o CMV, a acusação de omissão de saídas de mercadorias tributadas. Provas carreadas para os autos demonstraram a ausência de repercussão tributária nos exercícios denunciados, exceto quanto a um, cuja repercussão ficou comprovada.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 251/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – PROVAS ACOSTADAS - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE – MANTIDA DECISÃO SINGULAR.

A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, quando não atingido o percentual mínimo de lucro bruto de 30% sobre o CMV, a acusação de omissão de saídas de mercadorias tributadas. Provas carreadas para os autos demonstraram divergências quanto aos valores concernentes aos estoques, ajustes realizados ensejaram a sucumbência total do crédito tributário. Mantida decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 127/2011

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS SEM ALTERAÇÃO – AJUSTES REALIZADOS NO LEVANTAMENTO DO CAIXA –– REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, quando não atingido o percentual mínimo de lucro bruto de 30% sobre o CMV, a acusação de omissão de saídas de mercadorias tributadas, a qual não foi ilidida.

-Levantamento na Conta Caixa apresentou repercussão quanto à ausência de disponibilidade para legitimar os desembolsos efetuados, caracterizando a infração de pagamento realizado com receitas marginais – Ajustes realizados.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO
Acórdão nº 124/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS COM CMV NEGATIVO – SUCUMBÊNCIA – LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE MERCADORIAS – AUSÊNCIA DE PROVAS QUE ILIDISSEM A ACUSAÇÃO - MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

CONTA MERCADORIAS-CVM NEGATIVO.

Sendo observada na aplicação da técnica denominada de Conta Mercadorias a existência de CMV negativo, descabida se torna a acusação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, haja vista essa anomalia ter por repercussão a aquisição de mercadorias sem documento fiscal- Sucumbência da acusação.

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO.

Na realização do confronto entre os valores do estoque inicial mais entradas com os valores das saídas mais o estoque final, sendo observada a diferença para menor, caracterizada estará a infração de saídas de mercadorias sem documento fiscal, cabendo ao acusado comprovar erro de alocação de quantidades ou de valores, sob pena da manutenção da exigência do crédito tributário resultante do levantamento aplicado – Ausência de provas materiais que tivessem o condão de elidir a exação.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS
Acórdão 415/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – AJUSTE REALIZADO NO ESTOQUE – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, quando não atingido o percentual mínimo de lucro bruto de 30% sobre o CMV, a acusação de omissão de saídas de mercadorias tributadas. In casu, a diferença tributável

observada se deu em virtude de não ter sido considerado o estoque final, cujas mercadorias passaram a ser sujeitas â substituição tributária em decorrência da atividade da empresa.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 110/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS - AJUSTES REALIZADOS - LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AUSÊNCIA DE PROVAS QUE ELIDISSEM A EXAÇÃO - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. MANTIDA A DECISÃO SINGULAR – ALTERADA APENAS QUANTO AOS VALORES.

O procedimento fiscal efetuado por meio das técnicas de Levantamento da Conta Mercadorias e Levantamento Financeiro tem o efeito de inverter o ônus da prova para cometê-la ao contribuinte, ante a presunção relativa de certeza e liquidez do seu resultado. No caso, a alegação do autuado informando o número, valor e CFOP da operação, referente à aquisição de mercadorias adquiridas para consumo e incluídas na Conta Mercadorias, deve ser averiguada como premissa basilar da inversão do ônus probante, sob pena da caracterização da iliquidez e incerteza do lançamento de ofício efetuado – Ajustes realizados fizeram diminuir a exigência quanto a Conta Mercadorias de 2008 e sucumbir integralmente o crédito tributário exigido concernente ao exercício de 2009, em face da existência de contabilidade regular nesse exercício.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 015/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – NF NÃO CONTABILIZADA –– CONCORRÊNCIA DE INFRAÇÕES - AJUSTES REALIZADOS - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS.

A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis – No caso em apreço, constatou-se concorrência de infrações com a Conta Mercadorias–Sucumbência da acusação.

CONTA MERCADORIAS

A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, ajustes realizados com a inclusão nas entradas dos valores concernentes as notas fiscais não contabilizadas resultaram na lavratura do Termo de Infração Continuada – Procedência da acusação.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 432/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – NF NÃO CONTABILIZADA –– LEVANTAMENTO FINANCEIRO - CONCORRÊNCIA DE INFRAÇÕES - AJUSTES REALIZADOS - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS.

A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis – No caso em apreço, constatou-se concorrência de infrações com a Conta Mercadorias em um dos exercícios –Sucumbência parcial do crédito tributário exigido.

CONTA MERCADORIAS

A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Ausência de provas ilidentes.

LEVANTAMENTO FINANCEIRO

Quando na aferição do fluxo financeiro de uma empresa num determinado exercício se verificar que os valores dos desembolsos suplantaram as receitas, caracterizado estará a presunção legal de omissão pretérita de saídas de mercadorias tributáveis. Ausência de provas que ilidissem a acusação. Mantida a exigência concernente ao lançamento de ofício realizado.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 433/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA MERCADORIAS – LEGITIMIDADE DA UTILIZAÇÃO DA FICHA ECONÔMICO-FINANCEIRA – AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTOS REFERENTE AOS VALORES ALOCADOS – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, sendo legítima a utilização de valores oriundos da Ficha Econômico-Financeira quando não questionados pelo contribuinte.

RECURSOS HIERÁRQUICO PROVIDO PARCIALMENTE E VOLUNTÁRIO NÃO

CONHECIDO
Acórdão 315/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA CAIXA – Omissão de vendas.
Já está consolidada nos Tribunais Administrativos Tributários, que a verificação na Conta Caixa de "saldo credor", representa pagamentos efetuados com receitas marginais derivadas de vendas sonegadas. Prova acostada aos autos não descaracterizou a denúncia formulada na exordial. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 054/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA CAIXA E PASSIVO FICTÍCIO – Presunção juris tantum de omissões de saídas de mercadorias tributáveis.
Constatado o ingresso irregular de numerários no Caixa da empresa, sem lastro documental hábil, faz eclodir a presunção legal de que tais suprimentos se deram através de receitas omitidas sem o devido pagamento do imposto. Também, é comportamento infringente passível de sanção, com base naquela presunção, quando se mantêm no passivo da empresa obrigações já liquidadas. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 077/2005
Relator : CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CERCEAMENTO DE DEFESA – Citação.
A ciência do contribuinte deverá ser feita pessoalmente ou aos seus representantes legais, mormente quando o estabelecimento se encontra fechado. A ausência de citação dos sócios nos endereços constantes no CCICMS acarreta o cerceamento do direito de defesa. Nulidade da sentença singular.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 138/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CITAÇÃO IRREGULAR – Cerceamento de defesa
Caracterizado o cerceamento de defesa, em virtude da irregularidade quando da citação. In casu, a assinatura que consta do auto de infração é de pessoa sem poderes de representatividade junto à lide. Reformada a decisão recorrida. Auto

de Infração Nulo.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 277/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Liquidez e Certeza.
É condição sine qua non para a caracterização da liquidez e certeza do lançamento tributário de ofício, o procedimento efetuado dentro da estrita legalidade. A constatação de vício insanável no libelo basilar tem o condão de macular a denúncia exposta na exordial. Auto de Infração Improcedente. Reformada a decisão recorrida.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 175/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Recolhimento espontâneo.
Crédito tributário lançado de ofício inferior ao recolhido pelo sujeito passivo através de denúncia espontânea, antes da lavratura da peça vestibular, sucumbe por falta de objeto. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 234/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO TRIBUTÁRIO - Decadência.
A decadência tributária fulmina as pretensões constitutivas do lançamento do crédito tributário ante o perecimento do direito material pelo seu não exercício durante certo lapso de tempo. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 269/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – Pedido de utilização de crédito fiscal extemporâneo.
Incabível a utilização de crédito fiscal extemporâneo, derivado de benefício concedido sem amparo em convênio celebrado com base na Lei Complementar nº 24/75. Mantida a decisão recorrida. Indeferimento do pedido.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 045/2005

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – Utilização de crédito fiscal

Conforme a legislação de regência, as Empresas de Prestação de Serviços de Transporte de Cargas têm a prerrogativa de se creditarem do imposto pertinente à aquisição de mercadorias para o Ativo Imobilizado, observando, de antemão, o estorno proporcional dos créditos utilizados, quando a prestação de serviços não for contemplada com a tributação do ICMS. Similar tratamento fiscal foi direcionado aos créditos oriundos de mercadorias, destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2007. Reformada a decisão recorrida.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 264/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – Utilização de crédito fiscal

É garantido pela legislação fiscal à época da eclosão do fato gerador, o direito do contribuinte se creditar do valor do imposto relativo ao uso de energia elétrica. In casu, provas acostadas aos autos demonstram que os documentos originais emitidos já continham em sua base de cálculo o "quantum" do ICMS. Reformada decisão recorrida.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 442/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL - Utilização de Crédito relativo a Serviços de Comunicação.

É permitida a utilização do crédito fiscal decorrente do uso do serviço de comunicação nos termos da legislação de regência, condicionando apenas, os percentuais utilizados deste crédito, proporcional às operações ou prestações de saídas para o exterior. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 158/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA-–FRUTAS IMPORTADAS DA EUROPA - APLICAÇÃO DE BENEFÍCIO APLICADO A MERCADORIA SIMILAR NACIONAL – ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO - GATT.

Conforme dispõe o GATT, os países signatários são obrigados a estender aos demais membros qualquer vantagem ou privilégio concedido a um dos membros,

impedindo assim tratamento diferenciado entre produto nacional e importado. No caso de frutas frescas, o benefício que deve ser estendido tem por cerne a isenção nas operações internas e interestaduais referente às saídas de frutas frescas.

RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 045/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – Questionamento sobre a obrigatoriedade de empresas industriais efetuarem o recolhimento antecipado do ICMS–ST de açúcar oriundo de outras unidades da Federação.
O PROTOCOLO ICMS 33/91 estabelece que fica atribuída ao estabelecimento remetente a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS, relativo às operações subseqüentes, nas saídas de açúcar de cana entre os Estados signatários na qualidade de sujeito passivo por substituição. Nos casos de operações efetuadas sem a retenção do imposto, o seu recolhimento será efetuado no momento da entrada do produto no território deste Estado. Mantida decisão recorrida. Entendimento ratificado.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 285/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – Exclusão da correção monetária do imposto atinente à anistia concedida pela MP Nº 18/2005 (DOE: 31-07-2005)
É cristalino o disciplinamento emanado da MP nº 18/2005 quanto à dispensa do pagamento de juros e multas relacionados com os débitos fiscais do ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de julho de 2005. Quanto à dispensa da correção monetária, não há embasamento legal, visto que se trata meramente de atualização do imposto, resguardado o seu adimplemento pelo princípio da indisponibilidade dos bens públicos. Mantida a decisão proferida pela Secretaria Executiva da Receita Estadual – SER.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 335/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL - Frete sobre produtos ou mercadorias sujeitos à substituição tributária.
Determina a legislação fiscal que havendo novo fato gerador na prestação de serviço de transporte dos produtos ou mercadorias já alcançados pela substituição tributária, a empresa transportadora deverá recolher o ICMS pertinente ao frete dessa operação.Mantida a decisão exarada pela Secretaria Executiva da Receita

Estadual – SER.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 554/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – Ratificação de entendimento.
Desmerece qualquer reparo a resposta dada a consulta consubstanciada pelo órgão competente, corroborando que seja considerada operação interna às vendas de medicamentos sujeitos a isenção, destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em outra unidade da Federação.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 163/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL - ICMS/FRETE – Obrigatoriedade.
É cediço ser incluído o valor da prestação de serviço de transporte de carga na base de cálculo do ICMS-Substituição Tributária para efeito de se alcançar o preço de venda da operação subseqüente. Contudo, havendo uma nova prestação de serviço contratada pelo substituído, ocorrerá novo fato gerador, sujeitando-se o contratado ao recolhimento do ICMS-FRETE. Reformado o entendimento dado à Consulta formulada com lastro no Parecer nº 2005.01.05.00223, emitido pela Gerência de Tributação – G.T.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 419/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – ICMS Garantido sobre Operações com Aves e Produtos de sua Matança
É meramente desprovida de embasamento legal a cobrança do ICMS-GARANTIDO, mormente quando o contribuinte está dispensado do pagamento do imposto diferido e, com o beneplácito do crédito presumido de 100% (cem por cento) do valor do ICMS devidos nas operações atinentes à matéria discutida. Reformado o entendimento esposado no Parecer nº 2006.01.05.00170, emanado da Gerência de Tributação.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 156/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – Recolhimento do imposto intempestivo sem os acréscimos

legais.
A empresa beneficiária do FAIN, em atraso no recolhimento do ICMS, e com débitos junto aos órgãos estaduais e municipais onde está sediada, não gozará do direito de depositar no Fundo, revertendo ao Tesouro do Estado e do Município as respectivas parcelas dos incentivos fiscais de imposto recolhido fora do prazo. Mantida a decisão exarada pela Secretaria Executiva da Receita Estadual – SERE, lastreada no Parecer nº 2006.01.05.0011.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 492/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL – Incidência do ICMS nas operações de arredamento mercantil (leasing) de bens importados do exterior
A Constituição Federal estabelece, de forma expressa e sem exceção, a incidência do ICMS sobre a entrada de bem importado do exterior, pelo que dispensável se torna perquirir acerca da natureza jurídica do negócio ajustado que ensejou a respectiva importação. Reformado o entendimento consubstanciado no Parecer nº 2004.01.05.00106, exarado pela Gerência de Tributação.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 087/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA – Incentivo fiscal, diferimento, para equipamento industrial.
Comprovada a relação direta com o processo produtivo, o pagamento do imposto nas operações realizadas com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais destinados a integrar o ativo fixo do referido estabelecimento será diferido. Reformada a decisão exarada pela SECRETARIA EXECUTIVA DA RECEITA ESTADUAL – SERE.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 097/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONSULTA FISCAL –– DIREITO AO APROVEITAMENTO DO CRÉDITO FISCAL DE FELTRO E TELA CONSUMIDOS NO PROCESSO FABRIL NEGADO.
No processo fabril o insumo é o gênero, do qual as matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem constituem espécie, não sendo o feltro e a tela caracterizados como produto intermediário, em virtude deste compor ou integrar a estrutura física do novo produto, em geral, sem sofrer qualquer alteração em sua estrutura intrínseca, descabendo, assim, o direito ao crédito fiscal do ICMS

por ser tais produtos caracterizados como consumo.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 115/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CUSTO INDUSTRIAL – Subsistência parcial.
Na aplicação da técnica utilizada no levantamento do Custo de Produção, não é correta a utilização de percentual de agregação de valor sobre os elementos que o constitui. Ajustes realizados. Reformada decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 416/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CUSTO INDUSTRIAL - MULTA ACESSÓRIA
Incabível no levantamento de Custo Industrial, qualquer que seja o percentual, o arbitramento de despesa, pois fere frontalmente a legislação fiscal/tributária. In casu, confirmada somente a multa acessória pela ausência de entrega de GIM. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Modificada a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 525/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTA CAIXA – INCONSISTÊNCIA DA AUTUAÇÃO.
Deve-se declarar nulo o auto de infração cuja técnica de fiscalização foi aplicada de forma incorreta. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 052/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO FISCAL – Energia elétrica - Princípio da não-cumulatividade tributária.
É assente na jurisprudência administrativa hodierna, o direito constitucional do contribuinte ao uso do crédito fiscal, mormente quando provado pelo estabelecimento industrial o pagamento e a efetiva utilização da energia elétrica no setor produtivo do parque fabril arrendado. Pela primazia da justiça fiscal, considera-se mera formalidade, sem repercussão tributária, a consignação do nome do proprietário do imóvel arrendado na nota fiscal de energia elétrica emitida pela concessionária. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 143/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Decadência.
É condição sine qua non para legitimidade da exigência do crédito tributário, que o contribuinte seja cientificado da acusação dentro do lapso temporal de cinco anos a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido realizado. In casu, a ciência foi intempestiva tornando-se inexigível o crédito tributário lançado de ofício. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 222/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INEXISTENTE – AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO – FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS SOBRE VALOR AGREGADO AOS SERVIÇOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO – DESCRIÇÃO DO FATO DENUNCIADO IMPRÓPRIA – ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO – VÍCIO FORMAL – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.
É condição sine qua non para legitimidade da denúncia de crédito inexistente que a repercussão tributária na Conta Gráfica do ICMS esteja determinada nos autos, fato este não observado no procedimento realizado. Assim como a denúncia de falta de recolhimento do ICMS sobre o valor agregado aos serviços de industrialização se aplica apenas em empresas industriais que efetuam industrialização por encomenda, o que não é o caso da empresa autuada. – Erro na natureza da infração - Auto de Infração Nulo.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 155/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITOS FISCAIS INEXISTENTES / ARQUIVOS MAGNÉTICOS – Infrações caracterizadas.
Comprovado por elementos incontestáveis o uso irregular de créditos do ICMS, bem como, o descumprimento de obrigação acessória, visto que, a legislação impõe ao contribuinte que escritura seus livros fiscais, através de processamento eletrônico de dados, o dever de manter sob a sua guarda os respectivos arquivos magnéticos digitais. Reconhecimento pela autuada do uso de créditos fiscais inexistentes com liquidação do crédito tributário correspondente. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 362/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INEXISTENTE – ESTORNO DE DÉBITO SEM LASTRO DOCUMENTAL-AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR
É condição sine qua non para efeito de legitimidade do estorno de débito realizado, que os valores lançados a crédito estejam arrimados em documentos que comprovem a legalidade do estorno, sob pena de ser considerado crédito inexistente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 322/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO – Legitimidade da exigência em sua totalidade face à descaracterização da decadência.
A legalidade do aproveitamento de crédito fiscal se opera quanto ao valor efetivamente recolhido quando da aquisição das mercadorias, entendimento este, ratificado através de consulta formulada pelo autuado – O prazo decadencial no caso de lançamento de ofício tem como escopo o art. 173, inciso I, do CTN. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO HIERÁRQUIDO PROVIDO E ORDINARIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 291/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO / ICMS – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA SOBRE O FRETE / APLICAÇÃO ERRÔNEA DE ALÍQUOTA / ESTORNO DE CRÉDITO FISCAL.
Da análise das peças processuais as denúncias de diferencial de alíquota do ICMS sobre frete e a falta de estorno de créditos fiscais nas operações com veículos novos não ficaram materializadas. Contudo, às delações de: crédito indevido e a saída de peças novas em virtude de garantia com alíquota de 12% foram confirmadas em sua totalidade; na venda a consumidor final com alíquota interestadual foram feitos ajustes no quantum lançado de ofício, haja vista, no levantamento fiscal estarem inseridas operações à contribuintes do ICMS. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Acórdão nº 307/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO – REFORMADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO

PARCIALMENTE PROCEDENTE.
CRÉDITO INDEVIDO – UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO FISCAL REFERENTE À PRESTAÇÃO DE TRANSPORTE NA MODALIDADE CIF EM VALOR MAIOR QUE O DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL.
O direito ao crédito fiscal em operação CIF, tem por cerne o valor do ICMS incidente na prestação de serviço contratada, desde que o valor dessa prestação esteja incluído na base de cálculo do documento fiscal emitido com o devido destaque no corpo da nota fiscal. Fato este claramente comprovado nos autos – Insubsistência da acusação.
CRÉDITO INDEVIDO – UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO FISCAL REFERENTE À PRESTAÇÃO DE TRANSPORTE NA MODALIDADE CIF DESTINADO A ZONA FRANCA DE MANAUS SEM O DEVIDO DESTAQUE NO CORPO DA NOTA FISCAL.
O valor da prestação de serviço de transporta na modalidade CIF referente às prestações destinadas a zona franca de Manaus só gera crédito ao contratante caso haja o destaque no corpo da nota fiscal com a respectiva incidência do imposto. Não havendo possibilidade de operacionalização, descabido se torna o creditamento. Ausência de provas que ilidissem a acusação – mantida a exação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 125/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO – Ausência de comprovação.
Todo crédito fiscal registrado no livro correspondente deverá ter como arrimo um documento fiscal que o legitime. In casu, o estorno do débito fiscal efetuado está desprovido de documentação que justifique o seu lançamento. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 033/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – OMISSÃO DE VENDAS DE GADO.
Uma vez que o contribuinte não trouxe aos autos argumentos e provas convincentes capazes de refutar in totum a acusação de falta de recolhimento de diferencial de alíquota, reconhecendo a delação de omissão de vendas, legítimo se torna o lançamento de ofício correspondente. Outrossim, provas materiais acostadas aos autos tiveram o condão de fazer sucumbir a exação de crédito indevido em virtude da ausência de repercussão tributária. Alterada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDOS.
Acórdão nº 273/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO - Combustível e lubrificantes adquiridos para consumo na frota de veículos

Embora as aquisições de combustíveis e lubrificantes utilizados na frota de veículos de uma empresa do ramo industrial representem custos, precisamente de distribuição ou comercialização, o contribuinte em razão da legislação do ICMS, não pode se aproveitar do crédito fiscal destacado no documento fiscal, haja vista, tais custos não participarem do produto final, portanto não são considerados insumos. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 009/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO - Falta de estorno.

O direito ao crédito fiscal do ICMS nas operações de consumo de energia elétrica pelo contribuinte é legalmente reconhecido pela legislação fiscal, desde que, atendidos os mandamentos legais. No caso em pauta, o contribuinte apropriou-se de valores correspondentes à parcela não consumida no processo de industrialização, consubstanciando a utilização indevida deste crédito. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 026/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO – PREJUÍZO BRUTO NA CONTA MERCADORIAS – AJUSTES REALIZADOS - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA PARCIALMENTE A DECISÃO RECORRIDA.

Quando se verificar na operação efetuada por empresa que apresenta contabilidade regular a anomalia do prejuízo bruto, significa em tese que o crédito do imposto foi maior que o débito, devendo essa diferença ser estornada, sob pena de caracterizar enriquecimento ilícito- Impossibilidade de aplicação dessa técnica em exercício sujeito a formas de tributação distintas. Mantida a acusação apenas quanto ao exercício de 2005. Auto de infração parcialmente procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 281/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE ESTORNO - AJUSTES REALIZADOS – DESCARACTERIZAÇÃO DO PREJUÍZO BRUTO - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA.

Quando se verificar nas operações efetuadas por empresa que apresenta contabilidade regular a anomalia do prejuízo bruto, significa em tese que o crédito do imposto foi maior que o débito, devendo essa diferença ser estornada, sob pena de caracterizar a infração de crédito indevido – Ajustes realizados nos valores de saídas trouxeram equilíbrio e uniformização ao levantamento realizado, descaracterizando o prejuízo bruto inicialmente observado.

RECURSOS VOLUNTÁRIO PROVIDO E HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 060/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO – PRODUTO ALHEIO A ATIVIDADE DO ESTABELECIMENTO – AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO QUANTO AOS PRODUTOS OBJETO DA AUTUAÇÃO - REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

O RICMS/PB expressamente dispõe sobre quais produtos presume-se alheio a atividade do estabelecimento, sendo fidedigno ao que dispõe a Lei Complementar nº 87/96. In casu, não se vislumbra qualquer restrição regulamentar quanto ao crédito fiscal concernente aos produtos que são objeto da autuação, haja vista não constar expressamente disposição legal que os caracterizem como alheios a atividade do estabelecimento- Sucumbência da acusação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 280/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO COMBUSTÍVEL – DENUNCIA DE AQUISIÇÃO PARA USO E CONSUMO NÃO CONFIGURADA – ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO – ESTORNO INEXISTENTE CONFIGURADO - REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO NULO.

O combustível adquirido para comercialização e utilizado pela própria empresa em operações de transporte realizadas por navios afretados se configura consumo do estabelecimento que realiza as vendas, sendo vedado o estorno do débito correspondente a nota fiscal emitida no momento do fornecimento.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 170/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO NÃO CARACTERIZADO – LEVANTAMENTO FINANCEIRO NÃO ILIDIDO – AJUSTE REALIZADO MANTIDA A DECISÃO SINGULAR – REFORMADA APENAS QUANTO AOS VALORES - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

CRÉDITO INDEVIDO – Notas fiscais inidôneas.

Quando verificada pela fiscalização a divergência de valores relativos às diversas vias do documento fiscal, a caracterização do crédito indevido do destinatário só se concretiza se não houver a comprovação de que teria havido o pagamento do valor da operação destacado na 1º via do documento fiscal. In casu, verificou-se que todas as operações tinham sido pagas pelo adquirente, ratificando assim o direito ao crédito fiscal – Sucumbência da infração denunciada – improcedência do lançamento de ofício realizado.

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Omissão de saídas de mercadorias tributáveis.

Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto, ajustes realizados, mantida a alíquota do Simples Nacional para o exercício de 2008, sucumbência do Termo de Infração Continuada. Alterada quanto aos valores a decisão de primeira instância.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDOS

Acórdão 184/2013

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CRÉDITO INDEVIDO – AJUSTES REALIZADOS NO PERCENTUAL DE MULTA PELA PRIMEIRA INSTÂNCIA – MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

CRÉDITO INDEVIDO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO.

O crédito fiscal relativo a serviços de comunicação utilizados pelo contribuinte na condição de consumidor final é vedado pelo RICMS/PB, por caracterizar-se uso e consumo. Reconhecimento da denúncia pelo contribuinte.

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – ESTORNO DE DÉBITO INDEVIDO.

O estorno de débito realizado pelo contribuinte deve satisfazer determinadas condições disciplinadas no RICMS/PB, devendo a operação está devidamente comprovada através de documentos e registros fiscais/contábeis. In casu, a acusada não logrou desconstituir o crédito tributário exigido em face da ausência de documentos que demonstrassem a origem do estorno – Ajuste realizado pela primeira instância no percentual de multa por infração – Legitimidade da acusação.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS

Acórdão 096/2013

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CARTÃO DE CRÉDITO – OMISSÃO DE SAÍDAS CONFIRMADA EM PARTE– VALORES DE SAÍDAS DECLARADOS INFERIORES AOS INFORMADOS PELA ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO – PRESUNÇÃO LEGAL ILIDIDA EM PARTE - REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Quando as vendas declaradas pelo contribuinte são em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto se caracteriza. Ajustes realizados, sucumbência parcial da exação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 112/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CARTÃO DE CRÉDITO – PRESUNÇÃO LEGAL ILIDIDA EM PARTE - REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Quando as vendas de cartão de crédito declaradas pelo contribuinte são inferiores aos valores informados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, surge a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Presunção esta ilidida parcialmente, diante da apresentação de documentos fiscais que comprovaram ter ocorrido saídas tributadas com a respectiva emissão de documentos fiscais.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 117/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CARTÃO DE CRÉDITO – EXTINÇÃO DA LIDE POR FALTA DE OBJETO - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

A diferença a maior verificada entre as vendas informadas pelas administradoras de cartões de crédito e as declaradas pelo contribuinte levam a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributadas, cabendo ao acusado ilidir a denúncia com a apresentação dos documentos fiscais emitidos no período acompanhados dos respectivos comprovantes emitidos quando da concretização da operação com o cartão de crédito e débito. In casu, comprova-se nos autos que o pagamento da quantia exigida já tinha ocorrido antes da lavratura do auto de infração, extinguindo a lide por falta de objeto.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 067/2012

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CARTÃO DE CRÉDITO – OMISSÃO DE SAÍDAS CONFIRMADA EM PARTE– VALORES DE SAÍDAS DECLARADOS INFERIORES AOS INFORMADOS PELA ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO – PRESUNÇÃO LEGAL ILIDIDA EM PARTE - REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Quando as vendas declaradas pelo contribuinte são em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto se caracteriza. Ajustes realizados, sucumbência parcial da exação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 089/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CARTÃO DE CRÉDITO – PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTADAS- AUSÊNCIA DE PROVAS ELIDENTES - AJUSTES REALIZADOS NO PERCENTUAL DE MULTA – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA –AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Quando as vendas de cartão de crédito declaradas pelo contribuinte são inferiores aos valores informados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, surge a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. In casu, a cobrança do ICMS teve por cerne a alíquota aplicada as demais pessoas jurídicas, em razão do novo critério da Secretaria de Estado da Receita, que determinou através da Instrução Normativa nº 009/2013/GSER a observância da legislação aplicável às demais pessoas jurídicas. Redução da multa em decorrência da Lei nº 10.008/2013.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 046/2014
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CARTÃO DE CRÉDITO – PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTADAS- AJUSTES REALIZADOS NO PERCENTUAL DE MULTA – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA –AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Quando as vendas de cartão de crédito declaradas pelo contribuinte são inferiores aos valores informados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, surge a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. In casu, o pagamento já realizado em face da notificação para recolhimento do ICMS teve por cerne a alíquota do simples nacional, cabendo a complementação do imposto em

razão do novo critério da Secretaria de Estado da Receita, que determinou através da Instrução Normativa nº 009/2013/GSER a observância da legislação aplicável às demais pessoas jurídicas. Redução da multa em decorrência da Lei nº 10.008/2013.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 390/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONFRONTO FISCAL/ CONTÁBIL – SAÍDAS NA CONTABILIDADE MAIOR QUE NA ESCRITA FISCAL – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
Na realização do confronto entre os valores de saídas escriturados na contabilidade com os registrados na escrita fiscal, sendo evidenciado que o valor das saídas na contabilidade se apresenta maior que na escrita fiscal, caracterizado está a falta de recolhimento do ICMS em razão da ausência de débito, Ajustes realizados.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 404/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONFRONTO FISCAL VERSUS CONTÁBIL
A constatação de diferença tributável verificada no confronto das escritas fiscal e contábil induz a presunção juris tantum de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente. Lançamento retificado para expurgar as entradas de mercadorias insuscetíveis de repercussão tributária. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 347/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONFRONTO FISCAL/CONTÁBIL / PREJUÍZO BRUTO – Estorno de crédito fiscal.
Provas carreadas aos autos, pelo contribuinte, fizeram sucumbir a diferença tributável verificada no confronto "fiscal/contábil". Em relação à segunda denúncia, ficou evidenciado o não estorno do crédito fiscal relativo às saídas de mercadorias com base de cálculo inferior as entradas. "In casu", ajustes efetuados, culminaram na redução do "quantum" lançado de ofício. Alterada a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente em Parte.

RECURSOS OBRIGATÓRIO E ORDINÁRIO PROVIDOS EM PARTE.
Acórdão nº 054/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTRADIÇÃO NÃO CARACTERIZADA – MANTIDA DECISÃO AD QUEM.
Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, a comprovação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, a alegação de contradição não se concretizou, haja vista a descrição incompleta do fato infringente caracterizar vício formal, ficando ressalvada a possibilidade de realização de um novo procedimento fiscal.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO
Acórdão 293/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO CARACTERIZADAS – MANTIDA DECISÃO AD QUEM.
Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, a comprovação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, não se concretizou a alegação suscitada quanto à ocorrência de contradição e obscuridade, ficando caracterizado apenas o efeito procrastinatório do recurso.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO
Acórdão 024/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

CONTRADIÇÃO VERIFICADA – OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA – MANTIDA DECISÃO AD QUEM SEM EFEITOS INFRINGENTES.
Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, a comprovação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, constatou-se a contradição existente, sem efeito infringente, no texto da ementa com o resultado final do julgamento, em virtude de erro na juntada das folhas do processo. Outrossim, descabida a alegação de omissão, em face das informações questionadas estarem inclusas nas peças dos autos.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDO EM PARTE
Acórdão 050/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

D

DUPLICIDADE DE AUTUAÇÃO – PROVA - EXTINÇÃO DA LIDE.
A constatação de existência de autuação anterior pela prática da mesma infração, com o respectivo pagamento do crédito tributário em valor superior, prova acostada aos autos, torna inconsistente o segundo feito, extinguindo a lide por falta de objeto.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 010/2004
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESVIO DE MERCADORIAS.
Evidenciado e provado na peça exordial o descarrego de mercadorias em local diverso do indicado no documento fiscal. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 043/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DECADÊNCIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO.
A decadência tributária fulmina as pretensões constitutivas do lançamento do crédito tributário ante o perecimento do direito material pelo seu não exercício durante certo lapso de tempo. In casu, embora o lançamento do crédito tributário, referente ao exercício de 1998, tenha sido efetuado em 30/12/2003, a notificação do contribuinte só foi procedida em 02/04/2004, via edital. Auto de Infração Improcedente. Reformada a decisão recorrida.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 114/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DOCUMENTO FISCAL - Espontaneidade
Constatado que o contribuinte efetuou a entrega da documentação fiscal antes de qualquer procedimento de fiscalização, caracterizada está a espontaneidade. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 139/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DECADÊNCIA/PAGAMENTO RELATIVO AO CRÉDITOTRIBUTÁRIO REMANESCENTE. Extinção da lide.
Estando o exercício de 1997 alcançado pelo instituto da decadência e, os demais períodos levantados e liquidados conforme DAR apensado aos autos, tem-se a extinção da lide por falta de objeto. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 154/2005

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DUPLICIDADE DE DOCUMENTOS FISCAIS

Se o próprio Fisco Estadual confirma serem autênticas e legais as notas fiscais suspeitas de irregularidades pelos autuantes, fulmina de morte a denúncia inserida nos autos. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 310/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DECADÊNCIA.

Transcorrido o prazo decadencial extingue-se o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 482/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DECADÊNCIA – Extrapolação do prazo para constituição do lançamento do crédito tributário

Exaurido o prazo para a Fazenda Estadual efetuar o lançamento tributário de ofício, dá-se a extinção do crédito tributário pela decadência. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 020/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DECADÊNCIA

A decadência tributária fulmina as pretensões constitutivas do lançamento do crédito tributário ante o perecimento do direito material pelo seu não exercício durante certo lapso de tempo. Auto de Infração Improcedente. Modificada a decisão recorrida.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PROVIDOS.
Acórdão nº 506/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCARACTERIZAÇÃO DO FATO INFRINGENTE

Provada nos autos a descaracterização da denúncia atinente ao fato infringente,

desmoronado está o feito fiscal. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 200/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESVIO DE DESTINO – Não configurado.
Não prospera a acusação de desvio de destino quando inexistente o flagrante do descarrego das mercadorias em local diverso do indicado no documento fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 234/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO - Inscrição cancelada.
Provado nos autos o equívoco da repartição fazendária em cancelar a inscrição estadual do contribuinte em questão, restabelecendo, assim, a verdadeira justiça fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 513/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DECADÊNCIA – Intempestividade da ciência.
Conforme a legislação tributária, a incorreta e equívoca data em que o sujeito passivo foi notificado do lançamento, é causa extintiva do crédito tributário lançado de ofício. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 177/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESVIO DE DESTINO – Flagrante da infração.
É condição sine qua non para a caracterização do ilícito descrito nos autos, que haja o flagrante do descarrego em local diverso do indicado no documento fiscal. Sem esse fato, não há como sustentar a denúncia esposada pela fiscalização. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 211/2007

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA MANTIDO – CONTA MERCADORIAS – PROVAS ACOSTADAS - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA DECISÃO SINGULAR

A Conta Mercadoria é uma aferição matemática que tem como resultado, quando não atingido o percentual mínimo de lucro bruto de 30% sobre o CMV, a acusação de omissão de saídas de mercadorias tributadas. Provas carreadas para os autos demonstraram equívocos nos valore concernentes as entradas de mercadorias tributadas e não tributadas, ajustes realizados. Mantida a acusação de descumprimento de obrigação acessória em face da negativa da empresa em retificar os dados da GIM, o que fere determinação contida no RICMS/PB.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 223/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCRIÇÃO DO FATO INFRINGENTE INCOMPLETA - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – VÍCIO FORMAL – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA.

Sendo constatado que a descrição do fato infringente se apresenta incerta, não sendo possível se determinar com segurança a natureza, deverá ser decretada a nulidade do lançamento de ofício por vício formal.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 028/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES– AJUSTES REALIZADOS - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA APENAS QUANTO AOS VALORES.

CRÉDITO INEXISTENTE – Contrariando dispositivos legais, o contribuinte utilizou crédito(s) de ICMS sem amparo documental, resultando na falta de recolhimento do imposto estadual. Exclusão da parte comprovadamente documentada – Procedência parcial da denúncia;

DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS – FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS (MER. P/ O USO E/OU CONSUMO DO ESTAB.) (PERÍODO A PARTIR DE 07.03.02) – Contrariando dispositivos legais, o contribuinte deixou de recolher ICMS – diferencial de alíquotas concernentes à(s) aquisição(ões) de mercadorias destinadas ao uso e/ou consumo do estabelecimento j- Procedência total da denúncia;

ICMS RETIDO E NÃO RECOLHIDO (SAÍDAS INTERNAS) (PERÍODO A PARTIR DE 28.12.00) – Falta de recolhimento do ICMS – Substituição Tributária, tendo em vista o sujeito passivo por substituição, contrariando dispositivos legais, não

ter repassado ao erário estadual o imposto retido do contribuinte substituído- Procedência da acusação;

NÃO REGISTRAR NOS LIVROS PRÓPRIOS AS OPERAÇÕES DE SAÍDAS REALIZADAS – Falta de recolhimento do imposto estadual, tendo em vista o contribuinte, contrariando dispositivos legais, deixou de lançar nos livros Registro Saídas e de Apuração do ICMS, operações de saídas de mercadorias tributáveis, conforme documentação fiscal – Mantida a acusação;

OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS – CONTA MERCADORIAS – Contrariando dispositivos legais, o contribuinte omitiu saídas de mercadorias tributáveis, resultando na falta de recolhimento do ICMS. Irregularidade esta detectada através do levantamento Conta Mercadorias – Existência de contabilidade regular – Descaracterização do arbitramento- Improcedência da denúncia;

OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – O contribuinte omitiu saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto devido, tendo em vista a constatação de que os pagamentos efetuados superaram as receitas auferidas. Irregularidade esta detectada através de Levantamento Financeiro – Ajustes

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 215/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – AUSÊNCIA DE SELO DE APOSIÇÃO OBRIGATÓRIA – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Sendo flagrada o transportador após ultrapassado o Posto Fiscal de Fronteira, a ausência do selo de aposição obrigatória nas notas fiscais oriundas de outras unidades da federação, caracterizado estará o descumprimento de obrigação acessória.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 267/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – MANTIDO AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA.

NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Constatada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, cabe a aplicação da presunção legal de que o desembolso realizado adveio de omissão de saídas de mercadorias pretéritas. Ajustes realizados em virtude da ausência de desembolso nas operações realizadas.

LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS. Sendo a técnica utilizada uma aferição matemática do fluxo de mercadorias referente a operações realizadas por uma empresa em determinado exercício, a diferença tributável enseja a acusação de que houve omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Empresa sujeita durante o exercício a formas de tributação distinta – Iliquidez e incerteza do crédito tributário – Impossibilidade de aferição.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 268/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – CONTA MERCADORIAS – AJUSTES REALIZADOS - ALTERADA DECISÃO SINGULAR QUANTO AOS VALORES– AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – ENTREGA DA GIM – A omissão da entrega de documentos de controle e informações econômico-fiscais, como a GIM, não é passível de auto de infração por não se caracterizar um contencioso tributário, devendo ser objeto de representação fiscal – Lançamento de ofício NULO.
DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – FALTA DE COMUNICAÇÃO DO ENCERRAMENTO DE ATIVIDADE - A ausência de comunicação à Fazenda estadual do encerramento de atividade, caracteriza a infração de descumprimento de obrigação acessória punível com multa em UFR/PB. Mantida a acusação.
CONTA MERCADORIAS – A técnica denominada de Conta Mercadorias reporta-se a uma aferição matemática que tem como escopo, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Ajustes realizados com a exclusão das mercadorias sujeitas a substituição tributária ensejaram a derrocada parcial do crédito tributário exigido.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 222/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS MANTIDO INCÓLUME – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA.
Conta Mercadorias –É uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis.
Levantamento Financeiro – Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou

desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto, ajustes realizados em um dos exercícios em decorrência das operações realizadas no exercício se reportar apenas a mercadorias sujeitas à substituição tributária.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 202/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES-AUSÊNCIA DE PROVAS QUE MACULASSEM AS DENÚNCIAS DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA E LEVANTAMENTO FINANCEIRO- AJUSTES REALIZADOS NA ACUSAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS– REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Constatada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, cabe a aplicação da presunção legal de que o desembolso realizado adveio de omissão de saídas de mercadorias pretéritas. Ajustes realizados com o expurgo das operações com "Bonificação", mantida a parcial procedência da acusação.

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – NOTAS FISCAIS NÃO REGISTRADAS. Sendo verificado a ausência de registros de notas fiscais de aquisição nos livros próprios enseja o claro descumprimento de obrigação de FAZER o que determina o Regulamento do ICMS/PB. Ausência de provas ilidentes.

LEVANTAMENTO FINANCEIRO. Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto – Ausência de provas que rebatessem a denúncia.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 161/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – ALTERADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - AUSÊNCIA DE LIVROS FISCAIS OBRIGATÓRIOS.

Todo contribuinte, em respeito ao cumprimento de suas obrigações acessórias, devem manter escriturado e em boa ordem os livros fiscais exigidos pelo RICMS/PB, sob pena de caracterizar a infração de descumprimento de obrigação acessória, punível com multa em UFR/PB. A ausência de provas legitimou a acusação.

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS.

A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos

livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis – Todavia, sendo observado que a empresa nunca praticou operações mercantis – descaracterizada está a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis – Improcedência da acusação.

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DO ESTOQUE NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO.

Quando o contribuinte deixa de comunicar à repartição competente o montante das mercadorias existentes em seu estabelecimento por ocasião do encerramento do exercício financeiro nos prazos e na forma prevista no RICMS, está descumprindo uma obrigação acessória – No caso em apreço não se constata provas nos autos de que o contribuinte teria comunicado o valor de seus estoques – Mantida a acusação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 420/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO – DANFE REFERENTE A NF-e CANCELADA – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR –– REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO NULO - IMPOSSIBILIDADE DE NOVO FEITO.

Sendo flagrado o transporte de mercadorias acompanhadas de DANFE referente a NF-e cancelada, configurada estará a infração cuja repercussão caracteriza a inidoneidade documental. Erro na pessoa do infrator – Impossibilidade da realização de novo feito.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 200/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES - NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA – AJUSTES REALIZADOS – ACUSAÇÕES FULCRADAS NO LEVANTAMENTOS QUANTITATIVO E FINANCEIRO NÃO DESCONSTITUÍDAS – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA – ALTERADO APENAS OS VALORES - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO.

Materializada a acusação de estoque a descoberto e vendas sem emissão de notas fiscais detectada pelo levantamento quantitativo em período aberto. Acusação não ilidida.

FALTA DE REGISTRO DE DOCUMENTOS FISCAIS. Aquisição de mercadorias com recursos advindos de omissão de vendas pretéritas.

A falta de lançamento de notas fiscais de aquisição nos livros próprios ocasiona

a presunção legal de omissão de vendas pretéritas. Exclusão das notas fiscais que tinham sido registradas antes da ação fiscal – Desobrigação das cópias xerográficas quando se trata de operações internas cujas informações das operações constam do sistema da Secretaria de Estado da Receita.

LEVANTAMENTO FINANCEIRO.

Ao se evidenciar que a soma dos dispêndios foi superior ao das receitas auferidas em determinado período, consubstanciada estará a omissão de saídas sem o pagamento do imposto devido. Mantença das acusações formuladas pela fiscalização com supedâneo nos demonstrativos juntados.

RECURSOS HIERÁRQUICO PROVIDO PARCIALMENTE E VOLUNTÁRIO DESPROVIDO

Acórdão nº 148/2011

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO (DANFE) – SUCUMBÊNCIA DA DENÚNCIA – NF-e AUTORIZADA – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA DE NULO PARA IMPROCEDENTE.

Sendo observado através de provas materiais que no momento da abordagem da fiscalização de trânsito a consulta da chave da NF-e tinha sido prejudicada por falha na atualização do sistema, descaracterizada se torna a infração denunciada.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO

Acórdão 080/2013

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR.

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS – A ausência de contabilização nos livros próprios de notas fiscais de aquisição impõe a aplicação da presunção legal de que houve saídas pretéritas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto - Infração procedente.

CRÉDITO PRESUMIDO ULTILIZADO INDEVIDAMENTE – FAIN.

Fica vedada a utilização de crédito presumido originário do FAIN quando se verifica haver atraso no recolhimento do ICMS ou débitos junto aos órgãos estaduais e municipais. Ausência de provas materiais que ilidissem a denúncia-Mantida a acusação.

LEVANTAMENTO FINANCEIRO.

Sendo constatado através da aferição no fluxo financeiro da empresa em determinado exercício a existência de desembolsos em valores superiores as receitas, confirgurado está a presunção legal de que tais desembolsos se originam da omissão pretéritas de saídas de mercadorias tributáveis – Ajustes realizado no

tocante aos saldos de caixa, face a ausência de apresentação do respectivo livro.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 058/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – AJUSTES REALIZADOS – REFORMADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
FALTA DE REGISTRO NOS LIVROS PRÓPRIOS DE OPERAÇÕES DE SAÍDAS REALIZADAS
A ausência de registro nos livros próprios de operações de saídas realizadas repercute na falta de recolhimento do ICMS, passível de exigência através de lançamento de ofício. In casu, houve a derrocada em parte da exação em face de ter sido verificado o registro de parte dos documentos objeto da acusação nos livros próprios, porém, sem débito do ICMS em razão da realização de cancelamento indevido, caracterizando neste caso outra natureza infracional passível de novo procedimento fiscal. Mantida parcialmente a procedência desse lançamento.
SUPRIMENTO IRREGULAR DE CAIXA
O aporte financeiro de capital realizado por sócios devem está claramente comprovado através de documentos que demonstrem a operação realizada, a disponibilidade financeira do sócio à época e a origem do numerário, sem essas comprovações será o aporte considerado suprimento irregular de caixa, passível de cobrança através de lançamento de ofício. In casu, as provas apresentadas não tiveram o condão de comprovar in totum a origem do numerário. Ajustes realizados. Sucumbência parcial do crédito tributário exigido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 290/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES - NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – CONTA MERCADORIAS - CONCORRÊNCIA – AJUSTES REALIZADOS – ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA EM PARTE A DECISÃO RECORRIDA.
NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – Concorrência com a infração originária do levantamento da Conta Mercadorias. Sucumbência da denúncia.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Sendo constatada pela fiscalização a aquisição de mercadorias sujeitas ao recolhimento na fonte sem a devida retenção, impõe-se a cobrança através de auto de infração. Mantida a acusação.
LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS. Sendo a técnica utilizada uma aferição matemática do fluxo de mercadorias referente a operações realizadas por

uma empresa em determinado exercício, a diferença tributável enseja a acusação de que houve omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Impossibilidade do ajuste realizado em um dos exercícios fiscalizados, com a inclusão da rubrica referente a notas fiscais não registradas, ensejaram a necessidade de lavratura de Termo de Infração Continuada, em face das mercadorias consignadas nos documentos não lançados não sofrerem tributação na operação subseqüente. Sucumbência do Termo de Infração Continuada.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 067/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – AJUSTES REALIZADOS – REFORMADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
CRÉDITO INDEVIDO – BENS ADQUIRIDOS PARA O ATIVO FIXO -.
O crédito fiscal relativo aos bens do ativo fixo de 1/48 avos é condicionado à proporção referente às saídas de mercadorias tributadas no tocante ao total de saídas do período – Ajustes realizados no cálculo da proporcionalidade referente à exclusão das saídas totais de operações em que não houve fato gerador do ICMS, ensejando a diminuição do crédito tributário – Mantida parcialmente a denúncia.
CRÉDITO INDEVIDO – CRÉDITO MAIOR QUE O PERMITIDO
O aproveitamento como crédito fiscal concernente as mercadorias devolvidas deve se ater ao valor do ICMS destacado no documento fiscal emitido, cuja mercadoria é objeto da devolução. Acolhimento da acusação por parte da autuada – Recolhimento realizado.
CRÉDITO INDEVIDO – SAÍDAS COM VALORES ABAIXO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO.
Quando as mercadorias adquiridas for objeto de saída com base de cálculo inferior à operação de entrada, deverá o valor do estorno ser realizado na proporção da redução, sob pena do crédito referente a diferença ser considerado indevido – Ausência de provas ilidentes – Mantida a acusação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 069/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – AJUSTES REALIZADOS – ALTERADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
PRELIMINAR DE NULIDADE RECHAÇADA –Não acolhimento da preliminar suscitada quanto a nulidade do auto de infração em decorrência da fiscalização não ter aplicado a alíquota do simples ao Levantamento Financeiro de 2008, em

face do que dispõe a Instrução Normativa nº 015/2012/GSER.

CRÉDITO INDEVIDO – Bens destinados ao Ativo Imobilizado – Erro no cálculo. Para fins de compensação do imposto devido, constitui crédito fiscal o valor do imposto relativo aos bens destinados ao ativo imobilizado do estabelecimento adquirente quando respeitado o disciplinamento contido no RICMS/PB. Ausência de provas elidentes. Mantida a autuação.

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Na aplicação do Financeiro em empresa que pratica atividade mista referente a mercadorias tributáveis e não tributáveis, deverão ser realizados os ajustes necessários quando comprovada omissão de mercadorias não tributáveis no mesmo exercício, para efeito de liquidez e certeza do crédito tributário exigido. Correções realizadas resultaram na sucumbência de parte da exação.

RECURSOS HIERÁRQUICOS DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 396/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – AJUSTES REALIZADOS – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NOS LIVROS PRÓPRIOS. A constatação de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Ajustes realizados em razão da existência de concorrência de infração, por já está sendo exigido através de outro procedimento fiscal. Sucumbência da exação.

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – NF não contabilizadas no livro Registro de Entrada. A ausência de contabilização de documentos fiscais nos livros próprios caracteriza o descumprimento de obrigação acessória, o qual é punido com multa em UFR/PB, mantida a acusação.

CONTA MERCADORIAS – Omissão de saídas de mercadorias tributáveis. A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Ausência de provas ilidentes. Mantida a acusação.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 271/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – ALTERADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS.
A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis -Mantida a decisão recorrida - Procede a acusação.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS CONSTATADA ATRAVÉS DA RECONSTITUIÇÃO DA CONTA CORRENTE DO ICMS
Sendo verificado no livro Registro de Apuração do ICMS valores a recolher não quitados, deverá o lançamento de ofício ser realizado através de representação fiscal, por se tratar de imposto declarado e não recolhido, não sendo objeto de contencioso tributário. Lançamento considerado nulo para efeito de novo procedimento através de representação fiscal.
CRÉDITO INEXISTENTE.
O pagamento pelo contribuinte autuado de ICMS referente a uma nota fiscal Avulsa, em tese não gera o direito ao crédito fiscal, exceto quando comprovado que o autuado teria assumido o ônus da tributação referente a mercadorias adquiridas que seriam objeto de operação subseqüente de venda. Fato este não comprovado nos autos. Mantido o lançamento de ofício.
LEVANTAMENTO FINANCEIRO
Quando na aferição do fluxo financeiro de uma empresa num determinado exercício se verificar que os valores dos desembolsos suplantaram as receitas, caracterizado estará a presunção legal de omissão pretérita de saídas de mercadorias tributáveis. Ausência de provas que ilidissem a acusação. Mantida a exigência concernente ao lançamento de ofício realizado.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 345/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – AJUSTES REALIZADOS – REFORMADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
CRÉDITO INDEVIDO – Bens destinados ao uso e/ou consumo.
Para fins de compensação do imposto devido, constitui crédito fiscal o valor do imposto relativo aos bens destinados ao uso e/ou consumo do estabelecimento adquirente somente a partir de 1º de janeiro de 2020. Ausência de provas que desconstituísse a denúncia. Mantida a exação.
CRÉDITO INEXISTENTE-Notas fiscais de entradas sem comprovação do pagamento do ICMS
O aproveitamento como crédito fiscal concernente as notas fiscais de entrada emitidas pelo próprio contribuinte só é permitido se houver sido realizado o recolhimento do ICMS destacado no documento fiscal. In casu, não se vislumbrou nos autos documentos que comprovassem o recolhimento efetuado. Mantida a acusação.

FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NOS LIVROS PRÓPRIOS.

A constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Ajustes realizados em razão da exclusão de notas fiscais referente a operações de transferência. Mantida em parte a denúncia.

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS - Saldo a pagar de ICMS após a exclusão dos créditos inexistentes e indevidos.

A repercussão tributária resultante da reconstituição da Conta Gráfica do ICMS só se torna legítima quando não houver a cobrança da repercussão resultante das mesmas infrações em lançamento específico. In casu, ambas as acusações já são objeto de lançamento de ofício. Sucumbência total do crédito tributário exigido em razão do bis in idem.

FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO ESTADUAL – Referente a notas fiscais de entradas emitidas pelo contribuinte sem comprovação de pagamento do ICMS e aos créditos presumidos FAIN.

A emissão pelo próprio contribuinte de notas fiscais de entradas enseja a obrigação do recolhimento do imposto através de documento de arrecadação, onde a não efetivação do pagamento repercute na realização do lançamento de ofício para exigência do imposto devido. Ajustes realizados relativos à diminuição do percentual de multa aplicado fizeram sucumbir em parte o crédito tributário.

Outrossim, legítimo se torna o expurgo do crédito presumido do FAIN em decorrência da inadimplência. Porém, esta infração tem por cerne a denúncia crédito indevido. Nulidade do lançamento de ofício referente a esta acusação em face de erro na natureza da infração.

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Omissão de saídas de mercadorias tributáveis.

Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto, ajustes realizados nas despesas elencadas no demonstrativo em face da exclusão de notas fiscais de aquisição relativa as operações de transferência. Sucumbência parcial do crédito tributário exigido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 260/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES - MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES -Operações interestaduais - alíquota 12% - Descabimento da acusação.

O fato gerador da prestação de serviços de transportes ocorre no início da

prestação, tendo o destino final o condão de caracterizar se a operação é interna ou interestadual para efeito de aplicação de alíquota. In casu, exigiu-se a alíquota interna para uma operação interestadual tomando por norte interpretação equivocada de norma do RICMS/PB.

INDÚSTRIA - FONTES ENERGÉTICAS – CREDITAMENTO EXPRESSAMENTE CONCEDIDO EM LEI-Sucumbência da exigência.

Com o advento da Lei nº 9.201 de julho de 2010, atualizou-se a legislação pertinente à matéria, pacificando o entendimento de que é devida a manutenção do crédito fiscal referente as aquisições de gás natural e GLP, para utilização no processo produtivo, permitindo-se a utilização de outras fontes de energia diversa da elétrica, com abrangência a fatos geradores ocorridos anteriormente à sua publicação.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 365/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES - MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA ALTERANDO APENAS OS VALORES – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

CRÉDITO DE ICMS. Utilização indevida. Procedência Parcial.

A utilização de CRÉDITO DE ICMS indevido ocasiona a falta de recolhimento do imposto. No contexto, o contribuinte utilizou-se de crédito do imposto destacado em nota fiscal de aquisição de mercadorias destinadas ao uso/consumo, no período de 2004 e 2005, ajustes realizados, sucumbência parcial do crédito tributário exigido.

PREJUÍZO BRUTO. Falta de Estorno do Crédito do ICMS. Improcedência.

A venda de mercadorias tributáveis abaixo de preço de custo resulta em prejuízo bruto, e, dessa forma, deverá ser efetuado o estorno do crédito do ICMS lançado. No caso em tela os ajustes realizados resultou na derrocada total do crédito tributário exigido.

NOTA FISCAL DE ENTRADA. Omissão de registro. Procedência.

A inexistência de escrituração de documento fiscal de aquisição de mercadorias nos livros fiscais constitui comportamento infringente, haja vista que compromete toda a apuração em relação ao movimento mercantil da empresa. Ajustes realizados fizeram diminuir o crédito tributário exigido.

FALTA DE RECOLHIMENTO ICMS. Saídas (Depósito Fechado) sem emissão de notas fiscais. Procedência.

A ausência de comprovação do retorno das mercadorias depositadas em depósito fechado juntamente com a inexistência dessas mercadorias no depósito fechado resulta na acusação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Mantida a acusação.

FALTA DE RECOLHIMENTO ICMS. Vendas sem destaque do imposto. Vendas com

redução de base de cálculo. Saídas com destaque do imposto a menor. Parcialmente Procedente.
Sendo constatado pela fiscalização a ausência ou débito a menor na conta corrente do ICMS em virtude de procedimento infringente do contribuinte, caberá a reconstituição da conta corrente do ICMS com a cobrança da repercussão tributária observada. Ajustes realizados fizeram diminuir o valor exigido.
PAGAMENTO EXTRACAIXA. Existência de desembolso sem o devido registro fiscal/ contábil. Procedência.
Restou provado nos autos os pagamentos extra caixa alegados pela Fiscalização, posto que a Defesa não conseguiu justificar a denúncia formulada. Ajustes realizados fizeram diminuir o valor exigido.
PASSIVO FICTÍCIO – Obrigações pagas e não contabilizadas. Procedência da autuação.
O passivo fictício configura manobra contábil que mascara a ocorrência de vendas omitidas pela manutenção de obrigações inexistentes ou pagas no passivo circulante. No contexto, ficou caracterizada a existência de pagamentos não contabilizados na CONTA FORNECEDORES.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 369/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERSAS INFRAÇÕES – REFORMADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERNAS DE FARELO DE MILHO.
Não sendo satisfeita pelo contribuinte a condição para fruição do benefício da isenção, descabida se torna sua aplicação, devendo ser considerada tributada a operação realizada. Ajustes realizados nos valores quando da reconstituição da Conta Corrente do ICMS fizeram diminuir o valor da exigência.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – CRÉDITO INDEVIDO –RESULTANTE DA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO DO CRÉDITO PRESUMIDO DO FAIN NA ATIVIDADE COMERCIAL - EM DECORRÊNCIA DE PREJUÍZO BRUTO NA CONTA MERCADORIAS E ENTRADA DE FARINHA DE TRIGO COM O APROVEITAMENTO DE CRÉDITO FISCAL MAIOR QUE O PERMITIDO – REPERCUSSÃO VERIFICADA NA RECONSTITUIÇÃO DA CONTA CORRENTE DO ICMS – AJUSTES REALIZADOS – DIMINUIÇÃO DA EXAÇÃO.
Sendo o benefício do FAIN aplicado a atividade industrial, cujo saldo devedor referente à apuração relativa a essa atividade é a base para a obtenção do valor do crédito presumido, a inclusão na Conta Corrente de créditos e débitos da atividade comercial enseja um resultado de crédito presumido irreal, cabendo a realização da

apuração considerando apenas a atividade industrial incentivada.
Torna-se obrigatório o estorno do crédito fiscal referente à atividade comercial, quando se constata na aferição através da Conta Mercadorias, que o valor das saídas foram inferiores ao CMV, sob pena da caracterização da infração de crédito indevido.
A constatação de creditamento do ICMS destacado nas notas fiscais de aquisição de farinha de trigo, quando a legislação impõe a aplicação de um crédito presumido de 27,27%, caracteriza a figura do crédito indevido. Ajustes realizados ensejaram uma diminuição do valor originalmente exigido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 444/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – ESTABELECIMENTO SEM ECF E TEF – AUSÊNCIA DE PROVAS ILIDENTES - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
Os estabelecimentos que exerçam atividades de venda de mercadorias ou bens para pessoa física ou jurídica não contribuinte do imposto estadual, estão obrigados ao uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF em conjuntamente com o TEF-Transferência Eletrônica de Fundos. Salvo disposição de lei em contrário.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 344/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – OMISSÃO DE INFORMAÇÕES ENTRE DOCUMENTOS FISCAIS E O ARQUIVO MAGNÉTICO – FRAGILIDADE NORMATIVA DO DISPOSITIVO – PREVISÃO LEGAL DE PENALIDADE DE DESCUMPRIMENTO DE OBIRGAÇÃO ACESSÓRIA APENAS EM UFR-PB – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
O art. 80 da Lei do ICMS/PB prevê apenas a aplicação de penalidade por descumprimento de obrigação acessória em UFR/PB. No caso em análise, a fragilidade normativa da penalidade proposta para o caso dificulta a sua aplicação em razão de destoar de todo arcabouço jurídico normativo que disciplina o ICMS na Paraíba.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 076/2014
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – AUSÊNCIA DA DESCRIÇÃO

DA NATUREZA DA INFRAÇÃO – MANTENÇA DA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
A descrição do fato infringente é condição sine qua non do lançamento de ofício realizado, ensejando a ausência de tipificação da infração a improcedência do lançamento de ofício realizado.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 433/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES ENTRE DOCUMENTOS FISCAIS E O ARQUIVO MAGNÉTICO – INAPLICABILIDADE DA PENALIDADE PELA FRAGILIDADE JURÍDICA DO DISPOSITIVO E PELA AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇAO DO PERCENTUAL DA MULTA ESTABELECIDA – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
A Lei do ICMS/PB dispõe acerca das multas a serem aplicadas em decorrência de descumprimento de obrigação acessória, estabelecendo em regra o valor das penalidades em UFR/PB. No caso em análise, além de não se reportar a multa aplicada a UFR/PB, vislumbra-se ter sido estabelecido no dispositivo que a omissão ou divergência verificada entre os livros e documentos fiscais com o arquivo magnético/digital seria punida com o percentual de 5% do somatório dos valores totais dos documentos de entrada e saída que deveriam constar no arquivo magnético/digital fornecido, fato este não evidenciado nos autos, haja vista que apesar da divergência verificada, todas as notas fiscais constam da GIM, impossibilitando assim a aplicação da penalidade por descumprimento de obrigação acessória em decorrência da fragilidade jurídica e da ausência na norma da base de cálculo a ser considerada no caso em apreço para aplicação do percentual estabelecido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA
Acórdão 237/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – APLICAÇÃO DO ART. 106, II, "a" DO CTN – FATO PRETÉRITO - EFEITO RETROATIVO DA LEI - MANTENÇA DA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
A lei aplica-se a fato pretérito quando se trata de ato não definitivamente julgado e quando deixa de defini-lo como infração. No caso ventilado, a multa acessória que motivou a autuação deixou de ser infringida diante da prorrogação do prazo para os contribuintes se adaptarem aos requisitos do PAF-ECF, descaracterizando assim as infrações oriundas do não cumprimento do prazo que ainda não foram julgadas.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 323/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – ESTABELECIMENTO SEM ECF – INFRAÇÃO CARACTERIZADA – CIÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO DA NOTIFICAÇÃO - REFORMADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Os estabelecimentos que exerçam atividades de venda de mercadorias ou bens para pessoa física ou jurídica não contribuinte do imposto estadual, estão obrigados ao uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, salvo exceções expressas. In casu, diferente do entendimento da decisão singular a ciência do lançamento de ofício foi realizada após o prazo de 30 dias da notificação, portanto, caracterizado está o descumprimento de obrigação acessória.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO
Acórdão 193/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – AUSÊNCIA DE TIPIFICAÇÃO DO FATO INFRINGENTE DENUNCIADO – ALTERADA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO NULO.

Sendo flagrado o transporte de mercadorias, após ultrapassado o Posto Fiscal de Fronteira, com DANFE sem o Registro de Passagem do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, caracterizado estará o descumprimento de obrigação acessória. No caso em tela, o fato descrito como infração não alcança o DANFE, em face da ausência de obrigação para aposição de etiqueta nesse documento fiscal, caindo por terra a acusação em decorrência da ausência da tipificação do fato infringente denunciado.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 215/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – TIPIFICAÇÃO DENUNCIADA DIVERSA DA INFRAÇÃO CONSTATADA – ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.

A denuncia formulada no libelo acusatório deve se subsumir ao fato infringente evidenciado sob pena de ser considerado nulo o auto de infração em decorrência de erro na natureza da infração.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 216/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO EFEITO RETROATIVO – CONDIÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DO USO DOS TERMINAIS POS (Point of Sale) NÃO SATISFEITA - MANTENÇA DA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
A lei aplica-se a fato pretérito quando se trata de ato não definitivamente julgado e quando deixa de defini-lo como infração. No caso ventilado, a legislação que autorizava o uso do POS (Point of Sale) pelas empresas, deixando de tratar como vedação o seu uso, não se aplica a contribuinte que não satisfaz a condição determinada em Portaria.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão 180/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – AUSÊNCIA DE ECF NO ESTABELECIMENTO – PEDIDO PROTOCOLADO NA DATA DA CIÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
Os estabelecimentos que exerçam atividades de venda de mercadorias ou bens para pessoa física ou jurídica não contribuinte do imposto estadual, estão obrigados ao uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF em conjunto com o TEF-Transferência Eletrônica de Fundos, salvo disposição de lei em contrário. No caso em tela a protocolização do pedido de uso ocorreu na dada da ciência do auto de infração, descaracterizando a infração de descumprimento de obrigação acessória.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 077/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – RECADASTRAMENTO DE ECF – AUSÊNCIA DE PROVAS ELIDENTES – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
Com o advento da Portaria GSER nº 131/2011, todo contribuinte sujeito a utilização de Emissor de Cupom Fiscal passou a ser obrigado a realizar o recadastramento do equipamento, sob pena de descumprimento de obrigação acessória. In casu, o fato da empresa não apresentar movimento comercial não a exime da obrigação disciplinada na Portaria mencionada, em decorrência de sua inscrição estadual está ativa. Ação fiscal procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão 285/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCRIÇÃO DO FATO INFRINGENTE INCOMPLETA - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – VÍCIO FORMAL – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA.
Sendo constatado que a descrição do fato infringente se apresenta genérica, trazendo incerteza e insegurança quanto à natureza da infração, deverá ser decretada a nulidade do lançamento de ofício por vício formal.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 250/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

E

EMPRESA – Ausência de inscrição estadual – Mercadoria em situação irregular.
As mercadorias encontradas sem a devida documentação fiscal em empresa não inscrita na repartição estadual competente, são obviamente consideradas em situação irregular, circunstância esta suficiente, por si só, para legitimar o lançamento compulsório do ICMS e da pertinente penalidade. Auto de Infração Procedente. Reformada a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 092/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL – Prejuízo bruto – Período alcançado pela decadência. Exigência parcial.
Evidenciado que os custos dos produtos vendidos superaram as receitas de vendas auferidas, resultando no prejuízo bruto, sobre o qual deverá ser estornado o crédito fiscal. No entanto, é patente o transcurso do prazo decadencial referente aos exercícios de 1997 e 1998, sucumbindo o lançamento tributário em parte. Reformado o crédito tributário lançado de ofício. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 168/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ECF - OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.
O uso de equipamento emissor de cupom fiscal – ECF é obrigatório para as empresas alcançadas pelo Decreto nº 19.602/98. O não atendimento a essa regra implica descumprimento de obrigação acessória passível de penalidade. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 135/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ECF – Multa acessória.
Os contribuintes com regime de recolhimento diverso do normal, cuja estimativa de faturamento anual seja inferior à estabelecida no RICMS, estão desobrigados do uso do ECF. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 177/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ESPONTANEIDADE - Descaracterização
Descaracterizada a espontaneidade do contribuinte, haja vista, a apresentação dos documentos fiscais sem provas da existência das respectivas mercadorias. Contudo, a autuação desprovida de incerteza, quanto à natureza ou as circunstâncias materiais do fato, provoca a sucumbência plena da denúncia introduzida na exordial. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO OBRIGATÓRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 544/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ECF - EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM – Irregularidade.
A utilização sem anuência fazendária, no recinto de atendimento ao público, de equipamento que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operações com mercadorias é passível de apreensão e multa por descumprimento de obrigação acessória. Mantida decisão singular. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 182/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ECF – Obrigação acessória pela não entrega de cupom fiscal
É obrigação do contribuinte, independente de solicitação do comprador ou

consumidor, emitir o Cupom Fiscal e entregá-lo ao adquirente das mercadorias a fim de evitar o descumprimento de obrigação acessória. Ajustes realizados. Mantida decisão recorrida com alteração de valores. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 278/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS.
Com o suprimento da omissão de diligência fiscal, visando à análise da escrita contábil do contribuinte, foi feita a integração da sentença prolatada por este Colendo Tribunal Administrativo. Modificado o decisum ad quem. Auto de Infração Nulo.

RECURSO DE EMBARGO DECLARATÓRIO PROVIDO.
Acórdão nº 291/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS
Não configurada a obscuridade, omissão ou contradição das decisões proferidas por este Colegiado. In casu, confirmado, isto sim, o erro material ou fático na publicação do Acórdão de nº 201/2005, sanado com uma simples corrigenda. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDO.
Acórdão nº 529/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – Contradição não provada.
Para o acolhimento do mérito de Embargos Declaratórios, o contribuinte deverá provar que na decisão prolatada por este órgão, houve omissão, contradição ou obscuridade, o que não vislumbramos na decisão vergastada. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDO.
Acórdão nº 386/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARGO DECLARATÓRIO.
Com o suprimento da omissão de erro material plasmado no Acórdão de nº 312/2005, prolatada por este Colendo Conselho de Recursos Fiscais, visando

à perfeita e lídima justiça fiscal, foi feita a integração da decisão ora vergastada. Modificado o decisum ad quem. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO DE EMBARGO DECLARATÓRIO PROVIDO.
Acórdão nº 473/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS
Sabe-se que as funções dos embargos de declaração são, somente, afastar da sentença qualquer omissão contradição ou obscuridade necessária para a solução da lide, não para adequar o entendimento do embargante. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDO.
Acórdão nº 160/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – Elementos que o caracterizadores - Omissão – Contradição e Obscuridade.
Não se vislumbra a materialização da alegação de que teria havido obscuridade no voto condutor que tivesse o condão de reformar o entendimento proferido. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDO.
Acórdão nº 164/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – Argüição de omissão.
Descabe o acolhimento do recurso de Embargos Declaratórios, quando não se comprova ter havido omissão, obscuridade ou contradição no voto condutor. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDO.
Acórdão nº 232/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS
Quando não vislumbrado no voto vergastado a omissão, obscuridade ou contradição suscitada, incólume deve permanecer a decisão ad quem.

RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDO.
Acórdão nº 247/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EXTINÇÃO DA LIDE – Pagamento da parcela remanescente.
Com os ajustes promovidos, já na fase de reclamação, o contribuinte veio a reconhecer como legítimo o crédito tributário remanescente, pagando incontinenti o débito fiscal correspondente, extinguindo a lide por falta de objeto. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 400/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ESTABELECIMENTO NÃO INSCRITO – Estoque a descoberto.
Sendo constatadas mercadorias depositadas em estabelecimento não inscrito no CCICMS, caracterizada está a denúncia de estoque a descoberto. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 484/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS PARA O EXTERIOR - Comprovação parcial de seu destino.
Nos termos da legislação tributária, as operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias não estão sujeitas à incidência do ICMS, porém, a desoneração do imposto fica condicionada à comprovação da efetiva saída para o exterior do país. In casu, das operações consignadas nas notas fiscais em litígio, restou comprovada, apenas, a efetiva exportação das mercadorias discriminadas em uma nota fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 501/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ESTORNO DE DÉBITO FISCAL INDEVIDO - SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS SEM O DÉBITO DO IMPOSTO
O contribuinte não obteve êxito em desconstituir a denúncia de estorno de débito fiscal indevido consolidado nos autos. Reduzido o quantum tributável das saídas de mercadorias sem débito do imposto, comprovado pelos cupons fiscais acostados aos autos. Modificada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO E VOLUNTÁRIO

DESPROVIDO.
Acórdão nº 562/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EXTINÇÃO DA LIDE – Ausência do recolhimento do imposto
Extingue-se a lide quando se prova nos autos que parte do crédito tributário exigido já tinha sido recolhido antes da lavratura do libelo acusatório e que a parte remanescente tenha sido acatada e recolhida pelo contribuinte através de DAR. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 139/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ESTABELECIMENTO NÃO INSCRITO – Irregularidade das mercadorias.
Mercadorias flagradas em estabelecimento não inscrito no CCICMS são consideradas em situação irregular, sujeitando-se ao pagamento do imposto acrescido de multa por infração. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 245/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARAÇO A FISCALIZAÇÃO – Não caracterização.
Aos que por qualquer forma embaraçarem ou iludirem a ação fiscal, ou ainda, se recusarem a apresentar livros ou documentos fiscais exigidos pela fiscalização, são passíveis de multa por descumprimento de obrigação acessória. In casu, é condição sine qua non para legitimar a irregularidade praticada, a existência de notificação com ciência ao contribuinte, o que não se vislumbra nos autos. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 175/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARAÇO A FISCALIZAÇÃO – Não apresentação de livros fiscais.
Aos que, por qualquer forma, embaraçarem ou iludirem a ação fiscal ou se recusarem a apresentar livros ou documentos fiscais exigidos pela fiscalização estarão sujeitos a multa por descumprimento de obrigação acessória. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO HIERARQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 381/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARAÇO A FISCALIZAÇÃO NÃO COMPROVADO – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
O embaraço à fiscalização se caracteriza pela negativa do contribuinte em apresentar livros ou documentos fiscais exigidos pela fiscalização. Porém, quando a entrega da documentação solicitada depende da vontade de terceiros, descaracterizado estará o embaraço.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 035/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

EMBARAÇO A FISCALIZAÇÃO CARACTERIZADO – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
O embaraço à fiscalização se caracteriza pela negativa do contribuinte em apresentar livros ou documentos fiscais exigidos pela fiscalização. Nos autos não se observa qualquer prova material que tivesse o condão de descaracterizar a denúncia formulada no libelo acusatório.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão 201/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO – MANTIDA DECISÃO SINGULAR
É considerado nulo o auto de infração que se apresente com erro na natureza da infração, cabendo a realização de novo feito fiscal por parte da Fazenda estadual. Auto de Infração Nulo – Mantida decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 175/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ERRO NA PESSOA DO INFRATOR – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – IMPOSSIBILIDDE DE NOVO FEITO - MANTENÇA DA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
Quando se constata erro na pessoa do infrator, a fim de resguardar os interesses da fazenda estadual, necessário se faz tornar nulo o auto de infração para a realização de outro lançamento de ofício, porém, quando se trata de descumprimento de

obrigação acessória – sendo a abordagem no trânsito de mercadorias, diante da ausência do pressuposto do flagrante e da instantaneidade, descabida se torna a realização de novo feito, devendo o auto de infração ser considerado improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 101/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ERRO NA CONTA GRÁFICA DESCARACTERIZADO – RESULTADO INDUSTRIAL COM AJUSTES REALIZADOS – ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
ERRO NA CONTA GRÁFICA – A denuncia descrita foi descaracterizada, haja vista a infração constatada ter por cerne imposto declarado e não recolhido, cujo lançamento deve ser realizado através de Representação fiscal, o que foi providenciado.
RESULTADO INDUSTRIAL – Constituem elementos subsidiários para o cálculo da produção e correspondente pagamento do imposto dos estabelecimentos industriais o valor e quantidade de matérias-primas, produtos intermediários e embalagens adquiridos e empregados na industrialização e acondicionamento dos produtos, a mão-de-obra empregada, os gastos gerais de fabricação e os demais componentes do custo de produção, cujo resultado do custo obtido deve ser confrontado com o valor das saídas tributadas, sendo verificada a saídas abaixo do custo de produção será exigido o imposto correspondente a diferença observada – Ajuste realizados fizeram sucumbir parte o crédito tributário exigido.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 047/2014
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO - NULIDADE - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO NULO.
O fato infringente descrito deve estar claro e preciso, para que possa o julgador aplicar a lei dentro dos parâmetros legais. A indeterminação da natureza da infração enseja a nulidade do lançamento de ofício em decorrência de vício formal.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 223/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ERRO NA CONTA GRÁFICA – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – RESULTADO INDUSTRIAL - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO

PARCIALMENTE PROCEDENTE.
ERRO NA CONTA GRÁFICA DO ICMS.
Sendo observada na reconstituição da Conta Gráfica do ICMS qualquer erro de cálculo ou de transposição de valores, devem tais erros ser corrigidos e cobrada a repercussão tributária resultante com a multa por infração cabível -Mantida a decisão recorrida - Procede a acusação.
LEVANTAMENTO FINANCEIRO
Quando na aferição do fluxo financeiro de uma empresa num determinado exercício se verificar que os valores dos desembolsos suplantaram as receitas, caracterizado estará a presunção legal de omissão pretérita de saídas de mercadorias tributáveis. Ajustes realizados com base nas alegações defensuais tiveram o condão de diminuir o valor do crédito tributário exigido. Mantida a decisão recorrida – Acusação parcialmente procedente.
RESULTADO INDUSTRIAL
Verificado pela fiscalização através da apuração do Custo dos Produtos Fabricados que este foi superior as operações de saídas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. In casu, o fato infringente denunciado não se coaduna a técnica aplicada levando a improcedência da acusação.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 388/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO – VÍCIO FORMAL – CONVALIDAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS COMO DEVIDO E RECOLHIDOS PELO CONTRIBUINTE - REFORMADA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO NULO.
É condição sine qua non que o fato infringente esteja descrito com clareza e objetividade para não trazer qualquer dúvida quanto a infração praticada. In casu, a infração descrita destoa dos fatos informados na nota explicativa, eivando de nulidade o auto de infração. Convalidado o recolhimento de parte do crédito tributário reconhecido como devido pela acusada.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 066/2014
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

F

FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS.
Materializada nos autos a configuração do ilícito tributário tipificado na peça acusatória. In casu, o contribuinte não logrou êxito em descaracterizar o feito

fiscal. Corrigenda de ofício embasada no princípio da não-cumulatividade. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 527/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS – Presunção "*juris tantum*" **de omissão de saídas.**
Nos termos da legislação vigente, a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizada autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente. "In casu", foi excluída do levantamento a nota fiscal relativa a operação beneficiada com isenção. Mantida a decisão recorrida com ajuste no crédito tributário. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 232/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE LANÇAMENTO DE DOCUMENTOS FISCAIS NO LIVRO CORRESPONDENTE / CRÉDITO INDEVIDO
A ausência de lançamentos de notas fiscais de saídas de mercadorias tributáveis no livro próprio acarretou a falta de recolhimento do ICMS. Crédito fiscal indevido atinente às mercadorias consumidas no processo produtivo que não se integraram ao produto final. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 183/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE REGISTRO DE DOCUMENTOS FISCAIS NO LIVRO PRÓPRIO – Inconsistência da autuação.
A natureza da infração, delineada nos autos, com imperfeição, acarreta a nulidade da autuação. Auto de Infração Nulo. Modificada a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 511/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS NAS VENDAS DE MERCADORIAS E

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE
Constatadas realizações de vendas de mercadorias e prestação de serviço de transporte sem emissão de documento fiscal e sem o respectivo recolhimento do imposto. Não procede a tese de imunidade tributária proferida pela defesa, haja vista, que as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado. As demais razões apresentadas pela autuada, também são insuficientes para ilidir o feito fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 057/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE COMPROVAÇÃO DE DESINTERNAMENTO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO – Insubsistência da acusação
A inexistência de Termo de Responsabilidade de Mercadorias em Trânsito afeta a materialidade da acusação, acarretando a improcedência da autuação. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 186/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DOS ICMS GARANTIDO E ANTECIPADO – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
Descabida se torna a exigência dos ICMS Antecipado e Garantido de empresas de Construção Civil diante da ausência do intuito comercial das mercadorias adquiridas para utilização em obras de construção civil. Já quanto ao ICMS Diferencial de alíquotas não cabe qualquer análise meritória em decorrência de decisão judicial transitada em julgado a favor da autuada. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 194/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS GARANTIDO – ANTECIPADO – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA.
Nas operações e prestações interestaduais com produtos destinados a comercialização e ativo imobilizado, deverá ser exigido o recolhimento do ICMS garantido e ICMS diferencial de alíquota quando da entrada no território estadual.

In casu, as mercadorias se destinavam a estabelecimento industrial, cabendo apenas a manutenção da acusação concernente ao ICMS Diferencial de alíquota-Auto de Infração parcialmente procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 102/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS GARANTIDO – MANTENÇA DA DECISÃO SINGULAR.
O recolhimento do ICMS será realizado antecipadamente nas operações e prestações interestaduais com produtos relacionados em Portaria do Secretário de Estado da Receita, promovidas por estabelecimentos comerciais.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 305/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – QUITAÇÃO DO VALOR EXIGIDO - EXTINÇÃO DA LIDE POR FALTA DE OBJETO – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
Sendo constatada no trânsito de mercadorias operações interestaduais de aquisição sujeita a sistemática da substituição tributária sem a devida retenção, caberá a realização do recolhimento no primeiro posto fiscal de entrada no território paraibano sob pena de lavratura de auto de infração. Pagamento do crédito tributário realizado - Extinção da lide por falta de objeto.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 271/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DOS ICMS EM VIRTUDE DE REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO INDEVIDA NAS VENDAS REALIZADAS – AJUSTES REALIZADOS NO CÁLCULO DO CRÉDITO FISCAL A COMPENSAR ENSEJOU AUMENTO DO IMPOSTO EXIGIDO – MANTIDO AJUSTE DA MULTA - DECISÃO RECORRIDA ALTERADA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
Correto se torna a aplicação da redução de base de cálculo nas operações internas e de importação realizadas com produtos de informática relacionados no Anexo 13, cujo percentual de carga tributária resultante se reporte a 7%. Ajustes realizados em decorrência da comprovação de erros cometidos na auditoria e quanto ao cálculo do crédito fiscal para efeito de compensação do imposto exigido resultaram no aumento do ICMS devido. Impossibilidade de exigência em outro procedimento

da diferença a maior constatada em virtude do prazo decadencial.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 206/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS ANTECIPADO – DECADÊNCIA – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
O recolhimento do ICMS Antecipado será realizado nas operações e prestações interestaduais com produtos relacionados em Portaria do Secretário de Estado da Receita, promovidas por estabelecimentos comerciais, não ocorrendo esse recolhimento, será exigido através de lançamento de ofício. No caso em tela, verificou-se a decadência do crédito tributário, conforme disposição contida no art. 173, inciso I do CTN.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 282/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – CONSTRUÇÃO CIVIL - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA – DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
Nas operações e prestações interestaduais com produtos destinados ao uso e consumo de empresas de construção civil, deverá ser exigido o recolhimento do ICMS diferencial de alíquota quando da entrada no território estadual. Exceção verificada quando da existência de decisão transitada em julgado dispondo da impossibilidade da cobrança.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 315/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – COMPROVAÇÃO DO INTERNAMENTO DAS MERCADORIAS – MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
Nas operações e prestações interestaduais com produtos destinados ao ativo fixo ou uso e consumo, deverá ser exigido o recolhimento do ICMS diferencial de alíquota quando da entrada no território estadual. No caso em apreço, comprovou-se que as mercadorias em trânsito pelo território paraibano foram efetivamente internadas no Estado da Paraíba, nascendo a obrigação pelo recolhimento do ICMS Diferencial de alíquotas.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 321/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS SIMPLES NACIONAL FRONTERIA – COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO ANTES DO AUTO DE INFRAÇÃO – EXTINÇÃO DA LIDE POR FALTA DE OBJETO - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
O recolhimento do ICMS Simples Nacional Fronteira será realizado antecipadamente nas operações e prestações interestaduais com produtos relacionados em Portaria do Secretário de Estado da Receita, promovidas por estabelecimentos comerciais, não ocorrendo esse recolhimento, será exigido através de lançamento de ofício. No caso em tela, comprovou-se o recolhimento antes da ciência do auto de infração, extinguindo a lide por falta de objeto.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 217/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – IMPERFEITA NATUREZA DA INFRAÇÃO – NULIDADE – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR.
É condição sine qua non para legitimidade da denúncia que a natureza da infração esteja descrita com clareza. No caso vertente, o fato infringente foi descrito de forma genérica, causando prejuízo para a prossecução da marcha processual.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 218/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO FUNCEP. AFASTADA A MULTA E MANTIDA PARCIALMENTE A ACUSAÇÃO- FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS (SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO). MANTIDA PARCIALMENTE A ACUSAÇÃO - PRELIMINAR DE DECADÊNCIA ACOLHIDA - REDUÇÃO DO PERCENTUAL DA MULTA APLICADO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ALTERADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO RECORRIDA.
PRELIMINAR DE DECADÊNCIA- Nas exações cujo lançamento se faz por homologação, havendo a entrega de declaração de informações fiscais sem recolhimento ou com o recolhimento a menor do que foi declarado, conta-se o prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador, exceto se houver dolo, fraude ou simulação (art. 150, § 4º, do CNT). Acolhida a preliminar argüida.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO- A prestação de serviços intermediários e adicionados necessários à conclusão da comunicação, assim como

os serviços a ela agregados se submetem a incidência do ICMS tendo como base de cálculo incidente sobre as prestações de serviços de comunicação os valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, bem assim aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais que otimizem ou agilizem o processo de comunicação, inclusive os relacionados ao TC CPE soluntion aluguel, independentemente da denominação que lhes seja dada.

FALTA DE RECOLHIMENTO DO FUNCEP- A manutenção do lançamento para cobrança do FUNCEP sem disposição legal da multa por infração à época do fato gerador, está vinculada ao que dispõe o Parecer nº PGE/201/2013, publicado no DOE de 27/07/213.

-Redução da multa por infração em razão do que dispõe a Lei nº 10.008/2013, de 05 de junho de 2013, com efeito a partir de 01/09/2013.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 426/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS GARANTIDO – MERCADORIAS ISENTAS - MANTENÇA DA DECISÃO SINGULAR –AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

O recolhimento do ICMS será realizado antecipadamente nas operações e prestações interestaduais com produtos relacionados em Portaria do Secretário de Estado da Receita, promovidas por estabelecimentos comerciais, porém, sendo tais mercadorias isentas dentro do território paraibano, descabida se torna a exigência do ICMS Garantido.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 176/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS FONTE – DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO -MANTENÇA DA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

O contribuinte que receber mercadorias sem o recolhimento do ICMS FONTE, deverá comparecer a repartição fiscal no prazo previsto na legislação de regência do ICMS/PB, para providenciar o recolhimento do imposto, sob pena de autuação – Constituição do crédito tributário fora do prazo decandencial.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 068/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS SIMPLES NACIONAL FRONTERIA – AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL POR PARTE DO CONTRIBUINTE – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
O recolhimento do ICMS Simples Nacional Fronteira será realizado antecipadamente nas operações e prestações interestaduais com produtos relacionados em Portaria do Secretário de Estado da Receita, promovidas por estabelecimentos comerciais, não ocorrendo esse recolhimento, será exigido através de lançamento de ofício. No caso em tela, a alegação da empresa de que as mercadorias se destinavam a ser utilizadas na fabricação de impressos personalizados não foi provada, permanecendo a exigência pela ausência de provas ilidentes.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 354/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS SIMPLES NACIONAL FRONTERIA – DESCABIMENTO DA EXIGÊNCIA QUANTO AS NOTAS FISCAIS CONSIGNANDO MERCADORIAS PARA MOSTRUÁRIO – MANTIDA O RESTANTE DA EXAÇÃO – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
O recolhimento do ICMS Simples Nacional Fronteira será realizado antecipadamente nas operações e prestações interestaduais com produtos relacionados em Portaria do Secretário de Estado da Receita, promovidas por estabelecimentos comerciais, não ocorrendo esse recolhimento, será exigido através de lançamento de ofício. No caso em tela, comprovou-se que parte das mercadorias sujeitas à exigência se destinavam a mostruário, não cabendo a cobrança, porém, o restante das mercadorias objeto do auto de infração são passíveis de exigência, inclusive, houve o acolhimento da denúncia por parte da autuada, com o recolhimento do imposto exigido com os beneplácitos da lei.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 355/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS ATINENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ALTERADA DECISÃO SINGULAR.
A prestação de serviços intermediários, com exceção do aluguel de equipamentos, necessários à conclusão da comunicação, e os serviços a ela agregados se submetem ao recolhimento do ICMS. Ajustes realizados quanto à cobrança do FUNCEP.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 120/2012

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – AQUISIÇÃO DE BENS PARA O ATIVO FIXO – ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL – PROVA DA CONCESSÃO DE DIFERIMENTO DE PARTE DAS AQUISIÇÕES – AJUSTES REALIZADOS - REFORMADA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

A condição sine qua non para concessão do benefício do diferimento tem por cerne a comprovação de que o bem adquirido tenha relação com o processo produtivo e se reporte a máquina, aparelhos e equipamentos. In casu, demonstrou-se nos autos que a própria Secretaria de Estado da Receita já havia concedido o diferimento das mercadorias adquiridas, estando a outra parte das operações de aquisição ainda em fase de apreciação, portanto, descabida se torna a autuação nestes casos, sendo mantida a exigência referente aqueles documentos em que não se comprovou o recolhimento e a própria acusada sequer questionou a cobrança, caracterizando a obrigatoriedade de recolhimento do ICMS Diferencial de alíquota.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 459/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO À REPERCUSSÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS – EMPRESA SEM MOVIMENTO MERCANTIL – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

A ausência de atividade mercantil por parte da acusada tem o condão de descaracterizar a acusação de ter havido omissão de saídas pretéritas de mercadorias tributáveis, em decorrência da ausência de repercussão no recolhimento do ICMS. Reformada decisão recorrida de nula para improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 069/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE NÃO AUTORIZADO – AJUSTES REALIZADOS - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

A diferença a maior verificada entre as vendas informadas no software não autorizado e os valores declarados pela empresa através da GIM, caracteriza a omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Pertinentes os ajustes realizados em primeira instância – liquidez e certeza do crédito tributário exigido.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS
Acórdão nº 079/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS GARANTIDO – FATO GERADOR SUBSEQUENTE NÃO CONCRETIZADO – RETORNO DE MERCADORIAS – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
Nas operações e prestações interestaduais com produtos destinados a comercialização, deverá ser recolhido antecipadamente pelo contribuinte, quando da entrada no território estadual, o ICMS Garantido, o qual se caracteriza pela antecipação da diferença entre a alíquota interna e interestadual concernente a realização de operação subsequente. Outrossim, sucumbe a exigência através de auto de infração quando se verifica quando do julgamento administrativo que a operação não se concretizou, tendo as mercadorias retornado ao estabelecimento emitente por não corresponderem a realidade do pedido, descaracterizando assim a obrigação do contribuinte referente ao recolhimento do ICMS Garantido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 212/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – ESTORNO DE DÉBITO INDEVIDO - AUSÊNCIA DE PROVAS ILIDENTES – AJUSTE NO PERCENTUAL DE MULTA APLICADO – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A realização de estorno de débito sem a devida comprovação documental repercute diretamente na falta de recolhimento do ICMS. In casu, a empresa não logrou êxito na comprovação da legitimidade do estorno realizado, tornando-se passível de exigência através de lançamento de ofício realizado através de auto de infração.
Ajustes no valor da multa aplicada em decorrência da determinada contida na Lei nº 10.008/2013.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 380/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – IMPERFEITA NATUREZA DA INFRAÇÃO – NULIDADE – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR.
É condição sine qua non para legitimidade da denúncia que a natureza da infração esteja descrita com clareza. No caso vertente, o fato infringente foi descrito de forma genérica, causando prejuízo para a prossecução da marcha processual.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 309/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – ACUSAÇÃO GENÉRICA – NULIDADE – CONTA MERCADORIAS – AUSÊNCIA DE PROVAS ILIDENTES – PROCEDENTE – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS - É condição sine qua non para legitimidade da denúncia que a natureza da infração esteja descrita com clareza. No caso vertente, o fato infringente foi descrito de forma genérica, causando prejuízo para o crédito tributário exigido – Nulidade do lançamento.
CONTA MERCADORIAS – Esta técnica tem por cerne a aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, a qual não foi desconstituída pelo acusado através de provas material.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 169/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

I

INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA PARA EXPORTAÇÃO – Descaracterização da acusação
Provada nos autos que a autuada apenas industrializou por encomenda as mercadorias a serem exportadas, enviando-as por conta e ordem da encomendante ao Porto de Cabedelo, para fins de exportação, descaracterizada está a denúncia inserida nos autos. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 201/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INIDONEIDADE DOCUMENTAL - Insubsistência da autuação
A falta de materialização de ilícito como apontado na exordial impõe a insubsistência da autuação. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.

Acórdão nº 235/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ICMS – FONTE - Falta de recolhimento.
Comprovado nos autos a falta de recolhimento do ICMS – FONTE. Alegação recursal inconsistente. Crédito tributário lançado de ofício reduzido em razão do re-enquadramento da multa. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS.
Acórdão nº 413/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INIDONEIDADE DOCUMENTAL – Declaração inexata.
É pacífico o entendimento de que a mercadoria transportada deve guardar perfeita relação de especificação e quantidade com a descrita no documento fiscal. In casu, diante da divergência verificada quanto à inexatidão da informação, o documento fiscal, corretamente, foi considerado inidôneo. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 430/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INIDONEIDADE DOCUMENTAL – Divergência entre a 1º e a 3º vias da nota fiscal
A prova material do ilícito denunciado nos autos deve ser convincente e coerente com os fatos narrados. In casu, evidenciou-se, apenas, meros indícios sem repercussão fiscal, visto que, via diligência, o contribuinte comprovou que o valor lançado no livro Registro de Saída de Mercadorias se coadunava com a 1º via do documento fiscal vergastado. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 432/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ICMS FRETE (FOB) – Recolhimento a menor
Legítima a exigência da diferença do ICMS-Frete não recolhido, em virtude da diminuição indevida da base de cálculo. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE.

Acórdão nº 088/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ICMS ANTECIPADO – Fragilidade da denúncia
Como a antecipação do imposto enseja o direito ao crédito fiscal na conta Gráfica do ICMS, cuja saída será debitada normalmente, infere-se que a sua cobrança sem a comprovação da existência das mercadorias no estabelecimento poderá acarretar o bis-in-idem, o que caracteriza a ausência de certeza e liquidez do crédito tributário exigido. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 171/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INFRAÇÕES DIVERSAS – Ausência de provas materiais.
A falta de apresentação de provas materiais refutando os levantamentos efetuados acarretou a confirmação da denúncia frisada nos autos. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 262/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – AJUSTES REALIZADOS NA BASE DE CÁLCULO - SUCUMBÊNCIA PARCIAL DA EXAÇÃO - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA.
A aquisição de mercadorias sujeitas à sistemática da substituição tributária em outra unidade da federação sem a devida retenção, enseja a obrigação do adquirente de providenciar o recolhimento do imposto dentro de cinco dias da entrada da mercadoria no estabelecimento, sob pena de autuação. Notas fiscais apresentadas a fiscalização sem a devida retenção nem comprovação do recolhimento do prazo determinado no RICMS/PB, ratificam o fato infringente denunciado. Ajustes realizados na base de cálculo reduziram o valor da exação.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 251/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INFRAÇÕES DIVERSAS – AJUSTES REALIZADOS NO LEVANTAMENTO FINANCEIRO – MANUTENÇÃO DO RESTANTE DAS ACUSAÇÕES – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR.

Legítima se torna as acusações quando não se verifica vício formal ou material no procedimento fiscal realizado, mormente quando o acusado não traz provas ilidentes. Ajustes realizados no levantamento Financeiro em virtude de provas que demonstram não ter havido desembolsos referentes a notas fiscais que consignavam mercadorias referentes à bonificação e quanto a prova efetiva de ter havido omissão de saídas de mercadorias não tributadas. Auto de Infração parcialmente procedente. Reformada a decisão singular.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 270/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INFRAÇÕES NÃO ILIDIDAS – MANTENÇA DA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
O não cumprimento da obrigação de fazer prevista no RICMS/PB caracteriza o descumprimento de obrigação acessória. In casu, a entrega de arquivo magnético fora das especificações ou a não entrega no prazo regulamentar de livros ou documentos fiscais em poder da empresa, devem ser punidas por multa acessória. Exigência legítima.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 102/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INTUITO COMERCIAL – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO NULO.
A sujeição passiva, no caso de intuito comercial, deve ser atribuída ao destinatário das mercadorias, em virtude de adquirir com habitualidade ou em volume que caracteriza intuito comercial mercadorias tributáveis, no caso em apreço, foi equivocadamente imputada a responsabilidade ao transportador, ensejando a nulidade do auto de infração para a realização de outro procedimento fiscal com a correta determinação da pessoa do infrator.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 288/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

IMPORTAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA E INSUMOS POR ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL - ICMS DIFERIDO PARA ETAPA SUBSEQUENTE – INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO – RECOLHIMENTO INTEGRAL QUANDO DA SAÍDA SUBSEQUENTE – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR.

O ICMS referente às matérias-primas e insumos importados por estabelecimento industrial eram diferidos para a operação subseqüente, assim, ocorrendo as saídas subsequente com tributação integral, sem a compensação do ICMS concernente as mercadorias importadas, desconfigurada estará a denúncia, em virtude da ausência de repercussão tributária quanto ao recolhimento do ICMS.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 057/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INIDONEIDADE DAS NOTAS FISCAIS NÃO CONFIGURADA – AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO DO ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR

A indicação no corpo de nota fiscal de terceiro informando se tratar as mercadorias depositadas no estabelecimento autuado de operações isentas ou não tributáveis, por ter como natureza da operação "Remessa pra depósito fechado", poderia caracterizar, caso não refletisse a realidade da operação, a falta de recolhimento do ICMS, não configurando a inidoneidade documental. No caso vertente, as mercadorias foram transferidas temporariamente para o depósito da autuada, que é uma transportadora, com a indicação de não-incidência, cujo retorno se deu após decorrido o prazo estipulado. Não sendo constatada na operação realizada qualquer repercussão no recolhimento do ICMS.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 376/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INIDÔNEIDADE DOCUMENTAL NÃO CARACTERIZADA – INTUITO COMERCIAL NÃO ACOLHIDO – REFORMADA A SENTENÇA SINGULAR DE NULO PARA IMPROCEDENTE.

Sendo verificado no trânsito de mercadorias quantidade e volume que caracterize intuito comercial, caberá a exigência do imposto ao destinatário consignado no documento fiscal, exceto se ficar comprovado nos autos que as mercadorias adquiridas realmente não se destinavam a revenda, hipótese em que o auto de infração deverá ser considerado improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 252/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ILIQUIDEZ E INCERTEZA DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO – INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA DE NULA PARA

IMPROCEDENTE.
A constatação no momento da abordagem de documentos concernentes a operações pretéritas, sem a presença de mercadorias, emitidos por estabelecimento situado no território paraibano, não caracteriza a inidoneidade documental, servindo apenas de indício de irregularidade quando não provado o recebimento das mercadorias pelo destinatário, a ser comprovada no estabelecimento emitente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 281/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ILIQUIDEZ E INCERTEZA DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO – INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA DE NULA PARA IMPROCEDENTE.
A conferência de mercadorias no estabelecimento realizada pela fiscalização de trânsito não deve ser com base nas técnicas de aferição utilizadas pela fiscalização de estabelecimento. No caso vertente, foi aplicado o Levantamento Quantitativo de Estoque sem considerar os períodos fechados e os estoques inicial e final dos respectivos exercícios, não consistindo em levantamento fiscal passível de caracterizar qualquer ilícito, em face da iliquidez e incerteza do crédito tributário dele resultante.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 291/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

IMUNIDADE RECÍPROCA – IPVA – EMPRESA PÚBLICA – MONOPÓLIO – MANTIDA DECISÃO A QUO.
Aplica-se à imunidade recíproca à empresa pública que presta serviços em nome do Estado, qualificando-se em razão de sua específica destinação institucional, como entidade delegatória dos serviços públicos em regime de monopólio a que se refere o art. 21, inciso XII, alínea "c" da Lei Fundamental, o que exclui essa empresa governamental, em matéria de imposto, por efeito da imunidade tributária recíproca.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 436/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INIDÔNEIDADE DOCUMENTAL NÃO CARACTERIZADA – DESTINÁTÁRIO SUJEITO AO ISS – MANTIDA DECISÃO RECOLHIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

Sendo verificado no trânsito de mercadorias documento fiscal consignando destinatário com inscrição cancelada, caracterizada estará a inidoneidade documental. In casu, na nota fiscal continha informações de que se destinava a não contribuinte, estando as mercadorias com alíquota interna, descaracterizando assim a infração denunciada, mesmo porque, o adquirente estava sujeito ao ISS, cujas mercadorias adquiridas seriam utilizadas na prestação de serviços.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 171/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INTEMPESTIVIDADE DA PEÇA DEFENSUAL CONFIGURADA.
A protocolização da petição defensual fora do prazo estipulado nas normas de regência do ICMS paraibano caracteriza a intempestividade da peça, cabendo o arquivamento quando o agravante não consegue comprovar erro de contagem de prazo pela repartição preparadora.

RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO
Acórdão 417/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DECLARADO E NÃO RECOLHIDO – MATÉRIA NÃO CONTENCIOSA - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – VÍCIO FORMAL – NÃO CARACTERIZAÇÃO DA CONTRADIÇÃO SUSCITADA.
O vício formal tem por cerne o desrespeito as normas disciplinadoras do processo de produção da norma individual e concreta, onde a forma de exteriorização do lançamento tributário de ofício concernente a ICMS declarado e não recolhido tem por escopo a representação fiscal, conforme dispõe o § 3º do art. 103 da Lei nº 6.379/96, por ser matéria não contenciosa, estando caracterizado o vício de forma ensejador da nulidade do auto de infração.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO
Acórdão 434/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INTEMPESTIVIDADE DA PEÇA DEFENSUAL –NÃO CONFIGURADO ERRO NA CONTAGEM DE PRAZO.
A protocolização da petição defensual fora do prazo estipulado nas normas de regência do ICMS paraibano caracteriza a intempestividade da peça, cabendo o arquivamento. No caso vertente não foi configurado qualquer erro na contagem do prazo, tendo a peça sido apresentada intempestivamente.

RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO
Acórdão 171/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

INÍCIO DO PRAZO DECADENCIAL – LANÇAMENTOS POR HOMOLOGAÇÃO ART. 150, § 40 E DE OFÍCIO ART. 173, I, AMBOS DO CTN – MANTIDA DECISÃO A QUO.
Nas exações cujo lançamento se faz por homologação, havendo a entrega de declaração de informações fiscais sem recolhimento ou com o recolhimento a menor do que foi declarado, conta-se o prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador, exceto se houver dolo, fraude ou simulação (art. 150, § 4º, do CNT). Não tendo sido objeto de declaração (auto-lançamento) para efeito de homologação o valor apurado pela fiscalização, será realizado o lançamento de ofício cujo prazo inicial a ser aplicado é o disposto no art. 173, I, do CTN.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 047/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

L

LEVANTAMENTO FINANCEIRO - OMISSÃO DE VENDAS - PRESUNÇÃO JURIS TANTUM.
Constatado que o contribuinte efetuou desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o devido pagamento do imposto. In casu, não foram juntadas provas aos autos que refutassem o levantamento da auditoria fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de infração procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 029/2004
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO/ CONTA MERCADORIAS.
A liquidez do crédito tributário está diretamente relacionada com a exatidão dos dados que serviram de base ao lançamento tributário de ofício. "In casu", provas acostadas aos autos demonstrando que a empresa possui escrita fiscal e contábil regulares, revelou a fragilidade da denúncia exposta na exordial. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 018/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Provas elidentes.
No levantamento realizado deve ser considerada toda a entrada de numerário, mormente o capital social integralizado no exercício fiscalizado. In casu, o acolhimento do valor do capital fez sucumbir o déficit originalmente verificado. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 156/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO / FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO - Omissões de Vendas - Presunção *Juris Tantum*
Caracterizada a omissão de saídas de mercadorias tributáveis pela diferença apurada através do Levantamento Financeiro que evidenciou desembolsos em valores superiores às receitas auferidas pela empresa, bem como pela não escrituração de diversas notas fiscais de aquisição. Ausente apresentação de contra-prova. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 208/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Presunção *juris tantum* **de omissão de vendas.**
A constatação pelo Fisco de desembolsos em valores superiores às receitas em determinado exercício financeiro constitui presunção legal de realização de operações de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente. Não cabível o mecanismo da proporcionalidade. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 311/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Presunção juris tantum de omissão de vendas.
No equacionamento das receitas e das despesas, constatado que o contribuinte efetuou desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de ocorrência de saídas tributáveis sem o recolhimento do imposto. Inexistência de provas em contrário. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 361/2005

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO - NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS NÃO REGISTRADAS NOS LIVROS PRÓPRIOS - ERRO NA CONTA GRÁFICA.

Constatado no Levantamento Financeiro, que o contribuinte efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o correspondente pagamento do imposto. Ademais, evidenciada a falta de lançamento de notas fiscais de aquisições de mercadorias no livro próprio caracterizada está a presunção legal de que as mesmas foram quitadas com recursos extracaixa. Ajustes efetuados na Conta Gráfica do ICMS, alterando para menos o imposto a recolher. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS.
Acórdão nº 393/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – CONTA MERCADORIAS.

Prova acostada aos autos pertinente a não inclusão do Capital Integralizado no Levantamento Financeiro fez sucumbir, em parte, a diferença tributável verificada. Todavia, em relação à Conta Mercadorias, pela ausência de provas convincentes permanece incólume a denúncia exposta na exordial. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 499/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto, ajustes realizados nas despesas elencadas no demonstrativo em face de provas carreadas aos autos, alterando a decisão de primeira instância que também realizou ajustes no crédito tributário.

RECURSOS VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE E HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 037/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO - OMISSÃO DE VENDAS - PRESUNÇÃO *JURIS TANTUM.*
A constatação pelo Fisco de desembolsos em valores superiores às receitas em determinado exercício financeiro constitui presunção de realização de operações de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente. Não anuído o mecanismo da proporcionalidade utilizado no Financeiro. Inexistência de repercussão tributária no exercício de 2001. Alterada a decisão recorrida com ajustes no crédito tributário apreciado. Auto de Infração Parcialmente Procedente

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO EM PARTE.
Acórdão nº 009/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Presunção *juris tantum* **de omissão de vendas**
Provas trazidas aos autos acarretaram ajustes no lançamento efetuado, os quais confirmaram, em parte, a liquidez e a certeza do crédito tributário exigido. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 226/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.
Ajuste realizado no levantamento Financeiro resultou num aumento do crédito tributário lançado de ofício, no entanto, foi mantido o valor original para evitar sentença ultra petita. Adequação da multa por descumprimento de obrigação acessória pela não apresentação de GIM/ICMS. Alterada a sentença singular. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO E ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 228/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Acatamento tácito por parte do contribuinte dos valores alocados.
O Demonstrativo Financeiro tem como norte a presunção legal de omissão de vendas, decorrente da superação dos pagamentos em relação às disponibilidades do contribuinte em determinado exercício. In casu, prevaleceram os valores alocados pelo fazendário em face de negativa do autuado em ilidi-los através de provas materiais solicitadas através de notificações. Reformada a decisão recorrida. Auto

de Infração Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 315/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Presunção juris tantum de omissão de vendas
Constatado que o contribuinte efetuou desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente. In casu, correções efetuadas em virtude de provas carreadas aos autos pelo autuado, bem como, pela exclusão do índice da proporcionalidade utilizado pela fiscalização. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 349/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO - OMISSÃO DE VENDAS - PRESUNÇÃO *JURIS TANTUM.*
Constatado que o contribuinte efetuou desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o devido pagamento do imposto. In casu, foram juntadas provas aos autos que culminaram na diminuição parcial do quantum apontado inicialmente. Extinção da lide pelo pagamento. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 406/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – CONTA MERCADORIAS – NOTA FISCAL DE SAÍDA NÃO REGISTRADA NO LIVRO CORRESPONDENTE
Consubstanciada via levantamento Financeiro e Conta Mercadorias a omissão de vendas de mercadoria tributáveis sem o correspondente pagamento do imposto. Também, consolidada com ajuste na multa aplicada, a denúncia de notas fiscais de saídas de mercadorias não registradas no livro correspondente. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 560/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Presunção *juris tantum* de omissão de vendas
Caracterizada nos autos a omissão de vendas de mercadorias tributáveis verificada no levantamento Financeiro. Ajustes efetuados acarretaram a sucumbência, em parte, da acusação. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Modificada a decisão recorrida.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 031/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Presunção legal de pagamento com receita de origem não comprovada.
É pacífico na jurisprudência administrativa de julgamentos, que as despesas efetuadas no exercício em maior monta que as receitas caracterizam pagamento com receita marginal oriunda de omissão de saídas. Ajustes realizados. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 135/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Iliquidez e Incerteza do crédito tributário exigido não caracterizada.
A correta alocação de valores e a comprovação dos pagamentos que originou o "déficit" evidenciado no levantamento Financeiro, são elementos essenciais para determinação da liquidez e certeza do crédito tributário lançado de ofício. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 161/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO E CONTA MERCADORIAS – INCONSISTÊNCIAS DE AMBOS
Denúncias fiscais desprovidas de consistências materiais, mormente, com a anuência do autuante, acarretam sucumbência dos trabalhos efetuados. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 179/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO / CRÉDITO INDEVIDO.

Nos termos da legislação tributária, a constatação de déficit verificado no levantamento Financeiro constitui presunção legal de omissão de saídas. A utilização do crédito indevido com a ocorrência de repercussão no recolhimento do ICMS habilita o Fisco à exigência do imposto correspondente. Ajustes realizados fizeram sucumbir, em parte, a denúncia esposada nos autos. Alterada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 218/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – CONTA MERCADORIAS.

Legítima é a exigência fulcrada no levantamento Financeiro quando o contribuinte não consegue provar a origem do numerário utilizado para cumprimento de suas obrigações. Descabida a aplicação da Conta Mercadorias quando a empresa pratica exclusivamente atividade industrial. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 239/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – SUCUMBÊNCIA – CONTA MERCADORIAS - AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – ALTERADO OS VALORES DA DECISÃO RECORRIDA.

Levantamento Financeiro – é defeso a fiscalização arbitrar valores de despesas de custeio da empresa com base em percentual aplicado sobre o valor total de entradas, em face da ausência de documentos, sendo condição sine qua non para caracterizar a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributadas que seja demonstrada a origem do déficit verificado. Descaracterização da denúncia referente aos exercícios fiscalizados.

Conta Mercadorias – a apresentação de escrita contábil regular só tem efeito ilidente quando o registro na Junta Comercial ocorre antes da ação fiscal. In casu, diante do acolhimento da escrita contábil para o exercício de 2006, verificou-se repercussão referente a outra infração distinta da denunciada, caracterizando a nulidade do lançamento de ofício referente e esse exercício, por vício formal – mantida a denúncia de omissão de saídas de mercadorias tributárias quanto ao exercício de 2008.

RECURSOS VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO E HIERÁRQUICO

DESPROVIDO
Acórdão 061/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – Exclusão de mercadorias não tributadas.
Correta a aplicação da proporcionalidade quando provado nos autos a ocorrência de omissão de saídas de mercadorias não tributáveis. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 240/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AUSÊNCIA DE ESCRITA CONTÁBIL E LIVRO CAIXA – PROVAS ACOSTADAS PELO CONTRIBUINTE - AJUSTES REALIZADOS - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA
Legítima se torna a técnica de aferição denominada de levantamento Financeiro quando aplicada tomando por lastro as informações fornecidas pelo próprio contribuinte através das informações Econômico-Financeira e livros fiscais, diante da ausência de escrituração de livro Caixa ou manutenção de escrita contábil regular. Provas acostadas pelo contribuinte originaram os ajustes realizados que ensejaram a derrocada parcial do crédito tributário exigido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENE
Acórdão nº 229/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – CRÉDITO INDEVIDO.
Sucumbência do levantamento Financeiro, visto que, ficou provado nos autos a iliquidez e incerteza do crédito tributário lançado de ofício. Por outro lado, correta a autuação do crédito indevido pertinente a utilização de crédito fiscal originário de mercadorias sujeitas à substituição tributária. Alterada a decisão recorrida quanto aos valores. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDOS.
Acórdão nº 271/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS – AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTOS – ARGUIÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA RECHAÇADA – TEORIA DA APARÊNCIA – AUTO DE

INFRAÇÃO PROCEDENTE – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA
Legítima se torna, com lastro na Teoria da Aparência, a ciência do contribuinte quando realizada através de Aviso de Recebimento entregue no estabelecimento do contribuinte a pessoa que se apresenta como representante da empresa, fato este verificado tanto na assinatura do Termo de Início de Fiscalização, quanto nos Avisos de Recebimento referentes à ciência do auto de infração e da decisão singular, cujas assinaturas são de pessoas que se apresentaram como representante da empresa. Descabida a argüição de cerceamento do direito de defesa.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 198/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO. AJUSTES REALIZADOS – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
O resultado obtido através da aplicação do levantamento Financeiro tem por esteio a acusação de omissão de saídas de mercadorias tributadas, cujo ônus probante se inverte para que o acusado comprove materialmente ter havido erro por parte da fiscalização, fazendo sucumbir a presunção legal de omissão pretérita de saídas de mercadorias sem documento fiscal. No caso em apreço, a apresentação da escrita contábil trouxe elementos que motivaram os ajustes realizados no crédito tributário, fazendo diminuir o quantum debeatur.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 204/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – DECADÊNCIA CONCERNENTE EXERCICIO DE 2003. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. In casu, fez-se necessária a correção do lançamento de ofício para excluir do crédito tributário exigido a parte decaída, com fulcro no art. 173, I do CTN e art. 173 da Lei nº 6.379/96.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 106/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AJUSTES REALIZADOS – CONTA MERCADORIAS - AUSÊNCIA DE PROVAS ILIDENTES. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA.

Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. Porém, com ajustes realizados em virtude de erro quanto a alocação de valores – Conta Mercadorias não questionada.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 041/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AUSÊNCIA DE ESCRITA CONTÁBIL E LIVRO CAIXA – SALDOS DE CAIXA E BANCO CONSIDERADOS INEXISTENTES – AJUSTES REALIZADOS - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA

Legítima se torna a técnica de aferição denominada de levantamento Financeiro quando aplicada tomando por lastro as informações fornecidas pelo próprio contribuinte através das informações Econômico-Financeira e livros fiscais, diante da ausência de escrituração de livro Caixa ou manutenção de escrita contábil regular. Ausência de prova material que tivesse o condão de ilidir a denúncia.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 228/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – AUSÊNCIA DE PROVAS ELIDENTES – CONFIRMAÇÃO. PENALIDADE MENOS SEVERA. APLICABILIDADE. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA.

Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos em valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. In casu, a ausência de provas materiais que tivessem o condão de alterar o resultado do levantamento apenas ratificam a legitimidade do procedimento realizado e a legalidade da exação.
Aplicada redução da multa conforme determinação da Lei no 10.008/2013.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE
Acórdão 347/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LANÇAMENTO COMPULSÓRIO – Descrição incorreta da natureza da infração.

A aquisição de mercadorias por contribuinte não inscrito no Cadastro de Contribuintes, em quantidade e volume que caracterize intuito comercial, não enseja a inidoneidade documental, mas a exigência do imposto concernente à

operação subseqüente. In casu, o fato descrito se reportou a uma infração diversa da efetivamente verificada. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 099/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO – Mercadorias sujeitas à substituição tributária.
É de se decretar nulo o auto de infração, quando a natureza da infração descrita na peça exordial, não condiz ao fato infringente praticado. Auto de Infração Nulo.

RECURSOS HIERÁRQUICO E ORDINÁRIO PROVIDOS.
Acórdão nº 129/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO – Estoque a descoberto de mercadorias sujeitas à substituição tributária.
Falta de recolhimento de ICMS – Substituição Tributária originária de aquisição de mercadoria sem o correspondente documento fiscal. Ajustes realizados. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Mantida decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 072/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE MERCADORIAS - Ajustes realizados.
Quando se constata no Levantamento Quantitativo de Mercadorias aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária sem o respectivo documento fiscal, correta se torna a exigência do imposto respectivo. In casu, ajustes efetuados tornaram parte do crédito tributário lançado de ofício ilíquido e incerto. Reformada parcialmente a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO PARCIALMENTE.
Acórdão nº 164/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO – Provas irrefutáveis.
Provas materiais acostadas aos autos evidenciam erros na alocação de valores, provocando a sucumbência da denúncia de estoque à descoberto definida na exordial. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 192/2005

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO – Aquisição de mercadorias sem documentos fiscais.

Sucumbência da autuação, visto que, ficam consubstanciados na exordial, com anuência do autuante, erros na tomada de dados no procedimento fiscal efetuado. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 474/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO - AUSÊNCIA DE PROVAS ILIDENTES - MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

O confronto de mercadorias por espécie realizado entre o estoque inicial e entradas com as saídas e estoque final, apresentou diferenças para mais e para menos, cuja repercussão tem por cerne as infrações de estoque a descoberto e saídas de mercadorias tributáveis sem documento fiscal. Acusações estas não ilididas por parte da empresa.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 199/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE MERCADORIAS – Insubsistência da autuação face a errônea determinação da pessoa do infrator.

Não devidamente instaurada a relação jurídica entre os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, invalidando o feito da Fazenda Estadual. In casu, o lançamento de ofício deveria ter recaído sobre o estabelecimento matriz, conforme dispositivos legais, ao invés do depósito fechado – Ressalvado o direito de se proceder a uma nova autuação, na forma regulamentar – Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 317/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LEVANTAMENTO FISCAL INCONSISTENTE.

O procedimento fiscal tendo por base a Ficha Econômico-Financeira é cabível, quando for impossível o exame da escrita do contribuinte. In casu, mesmo o sujeito passivo tendo disponibilizado à fiscalização todos os livros e documentos fiscais e contábeis após o encerramento da ação fiscal, estes devem ser acatados. Mantida a

decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO
Acórdão nº 389/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LANÇAMENTO COMPULSÓRIO – Diversas denúncias
Todas as acusações consolidadas nos autos foram devidamente comprovadas com as respectivas correções, ensejando um crédito tributário lançado de ofício líquido e certo. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Modificada a decisão recorrida.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDOS.
Acórdão nº 004/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

LANÇAMENTO REALIZADO DE FORMA EQUIVOCADA – SANEAMENTO JÁ RALIZADO ATRAVÉS DE OUTRO LANÇAMENTO COM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO – MANTENÇA DA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
O lançamento de ofício do crédito tributário deve respeitar as formas prescritas na lei, pois a utilização de peça acusatória não autorizada para o caso objeto da autuação eiva de vício o crédito tributário exigido, levando a improcedência da exação, principalmente quando já houver sido realizado o saneamento através da efetivação de outro lançamento para cobrança do imposto devido, cuja decisão já transitou em julgado.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 444/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

M

MERCADORIA SEM DOCUMENTO FISCAL/ SUBFATURAMENTO.
Correto o procedimento da fiscalização em autuar mercadoria desacompanhada de documento fiscal. Sucumbência da denúncia de subfaturamento, visto que, a pessoa do infrator está erroneamente delineada nos autos. Reformada parcialmente a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS ORDINÁRIOS PARCIALMENTE PROVIDOS.
Acórdão nº 039/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS ADQUIRIDAS COM RECEITAS OMITIDAS.
Aquisições de mercadorias com receitas omitidas, constatadas mediante o não registro de notas fiscais nos livros próprios, impõe à fiscalização o dever de efetuar o lançamento de ofício correspondente. In casu, o contribuinte não carreou provas da insubsistência da acusação. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 105/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIA EM SITUAÇÃO IRREGULAR - Ausência de documento fiscal hábil.
Considera-se em situação irregular, estando sujeita a apreensão, a mercadoria transportada sem ou com documento fiscal, que não guarde as exigências ou requisitos previstos no Regulamento. In casu, o referido documento fiscal foi desconsiderado, em virtude de estar eivado de vícios insanáveis. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 031/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIA EM SITUAÇÃO IRREGULAR – Estoque a descoberto.
A constatação pela fiscalização de mercadorias sem documento fiscal no estabelecimento do contribuinte caracteriza o ilícito tributário de estoque a descoberto, ensejando a exigência do imposto com a multa correspondente. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 322/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS EM SITUAÇÃO IRREGULAR
Evidenciado e provado na peça exordial o descarrego de mercadorias em local diverso do indicado no documento fiscal juntamente com o flagrante de transporte de mercadoria sem documento fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 149/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS EM SITUAÇÃO IRREGULAR – Provas consistentes.
A denúncia pautada na acusação de manter no estabelecimento mercadorias sem a devida documentação fiscal, constatada sem a aplicação da técnica de fiscalização denominada de levantamento Quantitativo de Mercadorias, falece diante da juntada aos autos de documentos fiscais consignando as mercadorias objeto da autuação, em face da fragilidade que se reveste o procedimento aplicado pelo autuante. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 115/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTO FISCAL.
Qualquer possuidor ou detentor de mercadoria desacompanhada de documento fiscal ou acompanhada de documento fiscal inidôneo é o responsável tributário pelo pagamento do imposto e penalidade correspondente. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 191/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS SEM DOCUMENTO FISCAL.
Sendo flagrado o transporte de mercadorias sem a cobertura de documento fiscal hábil, caracterizado está o fato infringente praticado. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 259/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIA TRANSPORTADA SEM DOCUMENTO FISCAL.
São consideradas em situação irregular sujeitas à exigência do imposto e multa correspondente as mercadorias flagradas no trânsito sem a cobertura de documento fiscal hábil. Ajuste realizado no valor do crédito tributário lançado de ofício em virtude de erro de soma. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 358/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR.
ERRO NA PESSOA DO INFRATOR - A determinação correta da pessoa do infrator é condição sine qua non para legitimidade da denúncia, assim, quando a infração tiver por cerne o transporte de mercadorias sem documento fiscal, a sujeição passiva pelo recolhimento do imposto deve ser atribuída ao transportador. In casu, consta no documento do veículo pessoa jurídica como proprietária do mesmo, fragilizando a denúncia em nome do condutor.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 037/2014
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL – FUNCEP - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR
Sendo flagrado pela fiscalização de trânsito o transporte de mercadorias realizado sem a cobertura de documentação fiscal hábil, caracterizado estará a infração, a qual é punível com a cobrança do ICMS, acrescida de multa por infração. Ajustes realizados resultaram na parcial procedência do auto de infração.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 298/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR
A determinação correta da pessoa do infrator é condição sine qua non para legitimidade da denúncia, no caso de ter sido atribuída a responsabilidade pelo recolhimento do imposto a empresa que detém o monopólio dos serviços postais, em decorrência da impossibilidade de penhora dos bens, impõe-se a nulidade do Auto de Infração com a imputação da responsabilidade ao adquirente das mercadorias - Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 378/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR
A determinação correta da pessoa do infrator é condição sine qua non para legitimidade da denúncia. Sendo observada a irregularidade quando do transporte realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, impõe-se

a responsabilidade ao adquirente identificado através da etiqueta dos Correios. Nulidade do Auto de Infração em decorrência da imputação da responsabilidade ao remetente das mercadorias - Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 310/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE NOTA FISCAL – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR E AUSÊNCIA DA DESCRIÇÃO DO FATO INFRINGENTE QUANTO AO FUNCEP- AUTO DE INFRAÇÃO NULO – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR
ERRO NA PESSOA DO INFRATOR - A determinação correta da pessoa do infrator é condição sine qua non para legitimidade da denúncia, assim, quando a infração tiver por cerne o transporte de mercadorias sem documento fiscal, a sujeição passiva pelo recolhimento do imposto deve ser atribuída ao transportador. In casu, consta no documento do veículo pessoa jurídica como proprietária do veículo, fragilizando a denúncia em nome do condutor, o qual se comprovou ser empregado da pessoa jurídica.
AUSÊNCIA DE DENÚNCIA DO FUNCEP – A determinação da natureza da infração é elemento essencial para caracterização e enquadramento do fato infringente denunciado. No caso vertente, a denúncia de falta de recolhimento do FUNCEP deve está descrita no auto de infração para legitimidade da exação, cuja ausência impossibilita legalmente a cobrança.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 438/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS EXPORTADAS PARA O EXTERIOR – Não incidência do imposto
É condição sine qua non para não incidência do ICMS sobre mercadorias destinadas à empresa exportadora, a comprovação da efetiva exportação. Provas não acostadas aos autos pelo contribuinte. Ajustes realizados na alíquota aplicada. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 136/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIA EM TRÂNSITO - Obrigação acessória
Descaracterizada a espontaneidade do contribuinte, visto que, a ação fiscal já tinha sido iniciada. Redução da penalidade por força da retroatividade benigna da lei nova. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 353/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS EM TRÂNSITO SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL HÁBIL
Tipificado na legislação fiscal que, sendo flagrado o transporte de mercadorias sem a cobertura do documento fiscal hábil, configurada está a infração, ensejando a exigência do imposto e a penalidade correspondente. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 440/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS EM TRÂNSITO – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – FALTA DE ETIQUETA DOS POSTOS FISCAIS DE FRONTEIRA – VALOR PROBANTE DO TERMO DE TRÂNSITO DIANTE DA AUSÊNCIA DA CÓPIA DA 1º VIA DA NOTA FISCAL.
Sendo flagrado o transporte de mercadorias após o posto fiscal oriunda de outra unidade da federação sem a etiqueta de fronteira, estará o transportador sujeito à multa por descumprimento de obrigação acessória. Prova acostada aos autos comprova, diante da ausência de juntada da cópia das 1º vias da nota fiscal, que no momento da abordagem as notas fiscais estavam sem o selo, haja vista o Termo de Trânsito, o qual gera as etiquetas, ter sido emitido apenas no dia seguinte ao da lavratura do auto de infração.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 134/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIA EM TRÂNSITO – INTUITO COMERCIAL – CORRETA DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DA INFRAÇÃO –AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO NA DENÚNCIA EM FACE DE PALAVRA INDEVIDA – EXCESSO DE FORMALISMO - REFORMADA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
O transporte ou aquisição de mercadorias por pessoa não inscrita no CCICMS em quantidade ou habitualidade que caracterize intuito comercial, impõe a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS referente à operação subseqüente ao proprietário da mercadoria. In casu, a utilização da palavra "transportar", em vez de "adquirir", não trouxe qualquer dúvidas quanto ao fato infringente denunciado ou a pessoa do infrator, tendo a denúncia a segurança necessária para embasar a exação fulcrada na falta de recolhimento do ICMS em decorrência do destinatário

das mercadorias não ser inscrito no CCICMS, caracterizando o intuito comercial.

RECURSO HIERARQUICO PROVIDO
Acórdão nº 357/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MERCADORIAS TRANSPORTADAS COM NF-e CANCELADA - ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO E NA PESSOA DO INFRATOR - MANTIDA A DECISÃO SINGULAR - NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.
A denuncia formulada no libelo acusatório deve se subsumir ao fato infringente evidenciado sob pena de ser considerado nulo o auto de infração em decorrência de erro na natureza da infração, considera-se também nulo o auto de infração quando se constata erro na pessoa do infrator. No caso vertente as mercadorias foram flagradas acompanhadas com documento fiscal inidôneo e não sem documento fiscal, sendo cabível a sujeição passiva ao transportador.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 043/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

MATÉRIA-PRIMA E INSUMOS IMPORTADOS - DIFERIMENTO – PRAZO PARA RECOLHIMENTO DISCIPLINADO NO RICMS/PB – AUSÊNCIA DE REGIME ESPECIAL – PRELIMINAR ACOLHIDA QUANTO À FORMALIZAÇÃO DA ESPONTANEIDADE DA CONSULTA.
A consulta impetrada tem o condão de formalizar a espontaneidade do contribuinte em decorrência de dúvida quanto ao prazo de recolhimento disciplinado em Protocolo de Intenções. O ICMS referente à matéria-prima e insumos importados fica diferido para o prazo disciplinado no RICMS/PB, exceção quanto à existência de disposição em contrário disciplinada em regime especial.

RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 103/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

N

NOTAS FISCAIS DE AQUSIÇÕES DE MERCADORIAS NÃO CONTABILIZADAS – Pagamento com receita de origem não comprovada.
A falta de lançamento de notas fiscais de aquisições de mercadorias no livro próprio enseja a presunção juris tantum de que o numerário utilizado para pagamento das mesmas, origina-se de vendas pretéritas sonegadas. In casu, ficou comprovado o equívoco de lançamento de parte das notas fiscais. Sucumbência parcial da

exação imposta. Ajustes realizados. Alterada decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PROVIDOS PARCIALMENTE.
Acórdão nº 125/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS NÃO LANÇADAS NO LIVRO PRÓPRIO – Omissão de vendas.
A falta de lançamento de notas fiscais de aquisições de mercadorias nos livros próprios faz nascer a presunção juris tantum, de que o numerário utilizado para pagamento das mercadorias adveio de vendas pretéritas sonegadas. Diante desse fato, não cabe a agregação de TVA concernente à operação subseqüente. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 146/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL – Omissão de Lançamento em livro próprio.
A comprovação da falta de lançamento de nota fiscal de aquisição de mercadoria em livro próprio, presume-se que houve pagamento com receitas marginais. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 152/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS NÃO LANÇADAS NOS LIVROS PRÓPRIOS.
Sucumbência de parte das notas fiscais denunciadas na exordial, relativa à presunção legal de omissão de vendas de mercadorias tributáveis, haja vista, as provas materiais acostadas aos autos. Alterada decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDOS.
Acórdão nº 202/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS NÃO LANÇADAS NOS LIVROS PRÓPRIOS.
Evidenciada a falta de lançamento de notas fiscais de mercadorias em livro próprio, caracterizando a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias destinadas a mostruário sem o correspondente documento fiscal. Ausência de elemento

probante. Reduzido o crédito tributário em obediência ao princípio constitucional da não-cumulatividade. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Modificada a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 207/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS – Ausência de registros nos livros próprios.
Evidenciada a falta de lançamento de notas fiscais de aquisições de mercadorias no livro próprio, caracterizando a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o correspondente documento fiscal. Reformada a decisão recorrida em virtude da aplicabilidade indevida da proporcionalidade sem lastro em prova material. Auto de Infração Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E ORDINÁRIO PROVIDOS PARCIALMENTE.
Acórdão nº 252/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS NÃO LANÇADAS – Ausência de documentação probante.
Simples argumentos desprovidos de embasamento legal são incapazes de refutar a denúncia exposta na exordial. Ademais, o contribuinte aderiu ao REFIS. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 405/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIA NÃO ESCRITURADA.
A constatação da ausência de lançamentos nos livros próprios de notas fiscais de aquisição de mercadorias enseja a presunção legal de omissão de vendas. In casu, não se deve acolher como provas, as declarações fornecidas sem qualquer amparo nos registros fiscais ou contábeis da operação. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 150/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS NÃO LANÇADAS NO LIVRO PRÓPRIO – Presunção legal de omissão de receita.

A ausência de registros de notas fiscais de compra de mercadorias nos livros próprios consubstancia a presunção legal de que o numerário utilizado para a sua aquisição se originou de omissão de vendas pretéritas. In casu, ajustes realizados fizeram diminuir o crédito tributário lançado de ofício. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 258/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS NÃO CONTABILIZADAS – Presunção legal de omissão de vendas pretéritas.
Sendo evidenciada a não contabilização de notas fiscais de aquisição de mercadorias, correta a exigência do imposto fulcrada na presunção legal de omissão de vendas pretéritas sem documentação fiscal. Ajustes realizados. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Mantida a decisão singular.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 013/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS NÃO CONTABILIZADAS – Provas irrefutáveis
Insustentável a denúncia consubstanciada na aquisição de mercadorias com receita de origem não comprovada, haja vista a constatação de que as notas fiscais objeto da autuação contêm inscrição estadual e CNPJ divergentes da empresa autuada, fato este acolhido pelo próprio autuante. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 116/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS NÃO LANÇADAS NOS LIVROS CORRESPONDENTES.
Comprovada a ausência, parcial, do registro de notas fiscais de entradas de mercadorias. In casu, constatou-se que as mercadorias foram adquiridas e pagas com recursos advindos de vendas pretéritas omitidas (numerários marginais), fato este passível de autuação. Correções efetuadas. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE

PROVIDO.
Acórdão nº 126/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADAS - AJUSTES REALIZADOS – CONTA MERCADORIAS E LEVANTAMENTO FINANCEIRO – OMISSÃO DE SAIDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS CONFIGURADA – MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Notas fiscais não contabilizadas ensejam a acusação de que o desembolso teria ocorrido com recursos pretéritos omitidos quando da omissão de saídas de mercadorias tributadas. Ajustes arrimados na constatação de terem sido equivocadamente considerados pela fiscalização notas fiscais consignando destinatário diverso, além de erro de cálculo. – A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem por lastro verificar se houve repercussão tributária de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, a qual tem por escopo a saída de mercadorias com TVA menor que o percentual de 30% do lucro bruto.- O Levantamento Financeiro é uma técnica de aferição realizada com base no confronto entre as receitas auferidas e despesas realizadas, cuja constatação de déficit leva a presunção legal de que teriam sido realizados pagamentos com receita marginal oriunda de omissão pretérita de saídas de mercadorias tributadas.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 252/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS NÃO LANÇADAS NO LIVRO PRÓPRIO

A falta de lançamento de notas fiscais de aquisições de mercadorias no livro próprio acarreta a presunção legal de que foram adquiridas com receitas marginais. In casu, as provas carreadas pelo contribuinte não foram capazes de desconstituir a acusação. Auto de Infração Procedente. Modificada a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 411/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA – AJUSTES REALIZADOS – COMPROVAÇÃO DE REGISTROS– MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

A constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, todavia, sendo comprovado o registro no caixa de algumas

notas fiscais, descaracterizada estará a presunção de omissão de saídas tributáveis em relação a essas notas.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 103/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA – AJUSTES REALIZADOS – EXCLUSÕES DE ALGUMAS NOTAS FISCAIS – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, todavia, sendo constatada operações de bonificação, remessa ou devolução, descaracterizada estará a presunção de pagamento realizado com receita marginal

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 084/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA – AJUSTES REALIZADOS – ACUSAÇÃO DE ESTOQUE A DESCOBERTO NÃO DESCONSTITUÍDA – REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, todavia, quando se trata de operações interestaduais, necessário se faz a juntada das cópias dos documentos não contabilizados, fato este não realizado pelo fazendário, ensejando a derrocada parcial da denúncia – A delação de estoque a descoberto teve como origem a aplicação da legítima e eficaz técnica denominada de Levantamento Quantitativo, exação esta não elidida pela acusada.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 092/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NF NÃO CONTABILIZADA – AUSÊNCIA DE CÓPIAS DOS DOCUMENTOS FISCAIS – OPERAÇÕES INTERESTADUAIS – MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias

tributáveis, porém, quando se trata de operações interestaduais, necessário se faz para comprovação da infração a juntada das cópias dos documentos não contabilizados, fato este não verificado nos autos. Sucumbência total da exação

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 289/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA – PRESUNÇÃO LEGAL NÃO ILIDIDA - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
A constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, a qual não foi ilidida pela empresa acusada. Mantida a decisão recorrida – Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 029/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA – AJUSTES REALIZADOS – EXCLUSÕES DE ALGUMAS NOTAS FISCAIS – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, todavia, sendo constatada operações de bonificação, remessa ou a devida contabilização no caixa, descaracterizada estará a presunção de pagamento realizado com receita marginal.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 134/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA – AJUSTES REALIZADOS – COMPROVAÇÃO DE REGISTROS– MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, todavia, sendo comprovado o registro no caixa de algumas notas fiscais, descaracterizada estará a presunção de omissão de saídas tributáveis em relação a essas notas.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO

Acórdão nº 113/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – LEVANTAMENTO FINANCEIRO - AJUSTES REALIZADOS – ALTERADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

NOTA FISCAL NÃO CONTABILIZADA – a constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, todavia, sendo comprovado o registro nos livros próprios de algumas notas fiscais, descaracterizada estará a presunção de omissão de saídas tributáveis em relação a essas notas. Ajustes realizados fizeram sucumbir em parte a exação.

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – a ausência de contabilização de documentos fiscais nos livros próprios caracteriza o descumprimento de obrigação acessória, o qual ´é punido com multa em URF/PB- Ajustes realizados em decorrência da comprovação dos registros nos livros próprios de notas fiscais objeto da acusação levaram a diminuição do valor exigido.

LEVANTAMENTO FINANCEIRO – na aplicação do Financeiro em empresa que pratica atividade mista referente a mercadorias tributáveis e não tributáveis, deverá ser demonstrado pelo autuante, para efeito de liquidez e certeza do crédito tributário exigido, que a diferença tributáveis resultante se refere apenas as mercadorias tributáveis, sendo legítima a utilização como prova material da Conta Mercadorias aplicada referente as mercadorias não tributáveis acostada ao processo.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão nº 127/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO NÃO CONTABILIZADA – AJUSTES REALIZADOS – COMPROVAÇÃO DE EQUÍVOCOS– MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

A constatação por parte da fiscalização de notas fiscais de aquisição não contabilizadas enseja a aplicação da presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, todavia, sendo constatados equívocos no levantamento realizado, necessário se faz a realização de ajustes, tornando patente a liquidez e certeza exigidos para o crédito tributário.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS
Acórdão 186/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NF NÃO CONTABILIZADA – COMPROVAÇÃO DO LANÇAMENTO DE PARTE DAS NOTAS FISCAIS - AJUSTES REALIZADOS - REFORMADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis – No caso em apreço, constatou-se que parte das notas fiscais objeto da autuação haviam sido lançadas, ensejando a sucumbência parcial do crédito tributário exigido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 087/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NF NÃO CONTABILIZADA – ICMS GARANTIDO – INEXISTÊNCIA DE CONCORRÊNCIA DE INFRAÇÕES – AUSÊNCIA DE PROVAS ELIDENTES – REFORMADA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS – A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, ausência de provas capazes de ilidir a denúncia. Reformada a decisão singular para mantença da acusação.
ICMS GARANTIDO – Na aquisição de mercadorias destinadas a comercialização impõe-se a antecipação da complementação de alíquota concernente a operação subseqüente. Não sendo observada nos autos qualquer prova que tivesse o condão de desconstituir a denúncia. Mantida a acusação.
Não sendo verificada qualquer concorrência de infrações entre as denúncias analisadas em face de se tratarem de fatos geradores distintos.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO
Acórdão 306/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NULIDADE – Natureza da Infração
É de ser declarado nulo ab initio o auto de infração, quando dele não constarem elementos suficientes para determinar com segurança a natureza da infração. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 186/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL – Omissão de Registro
A comprovação da falta de registro de nota fiscal de aquisição de mercadorias ou

bens nos livros próprios caracteriza a ocorrência de receitas marginais, as quais se originaram de operações tributáveis realizadas sem o recolhimento do respectivo imposto. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 237/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL – Requisitos básicos.
O documento fiscal deve ser considerado inidôneo quando não apresentar os requisitos regulamentares exigidos. In casu, a variável utilizada para a base de cálculo do imposto se reporta a unidade "caixas", destarte, a descrição das mercadorias indicando outra unidade de medição, não trouxe repercussão. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 346/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL – Omissão de Registro
A ratificação da falta de registro de nota fiscal de aquisição de mercadoria nos livros próprios enseja a presunção legal de que o dispêndio foi realizado com receitas marginais oriundas de omissão de vendas pretéritas. In casu, ajustes realizados fizeram sucumbir parte da exação. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E ORDINÁRIO DESPROVIDOS.
Acórdão nº 013/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL – Mercadorias desacompanhadas de documento fiscal.
Sendo flagrado o transporte de mercadorias sem a cobertura de documento fiscal hábil, caracterizado estará o ilícito praticado. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 298/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL – Divergência entre mercadorias consignadas no documento fiscal e as transportadas.
A falta de mercadoria consignada em documento fiscal no veículo transportador tem o condão de caracterizar a inidoneidade documental, impondo a exigência do

ICMS concernente às mercadorias efetivamente transportadas e não, nas ausentes. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 209/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – Ausência de requisito
O contribuinte não logrou êxito em desconstituir o lançamento de ofício do crédito tributário, firmado na irregularidade do CNPJ assentado no documento fiscal em lide. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO.
Acórdão nº 584/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – Indício de irregularidade.
A simples declaração do adquirente de que não efetuou as compras das mercadorias consignadas no documento fiscal não tem o condão de torná-lo inidôneo, sendo apenas indício de irregularidade. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 244/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – INFRAÇÃO CARACTERIZADA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – REFORMADA DECISÃO SINGULAR
É considerado inidôneo o documento fiscal que apresente divergência entre os dados constantes de suas diversas vias. Auto de Infração Procedente – Reformada decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO
Acórdão nº 179/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE
A constatação de venda de mercadorias a contribuinte inscrito no CCICMS sem o destaque da inscrição estadual na respectiva nota fiscal, por si só, não caracteriza infração à legislação de regência do ICMS, mormente quando as mercadorias consignadas no documento fiscal já se encontram com o imposto recolhido, caracterizando assim a ausência de materialidade da infração denunciada.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 107/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – PRAZO DE VALIDADE VENCIDO – RESPONSABILIDADE DA EMPRESA TRANSPORTADORA PELO RECOLHIMENTO DO ICMS – NULIDADE POR ERRO NA DETERMINAÇÃO DA PESSOA DO INFRATOR.

O RICMS/PB dispõe que o transportador será responsabilizado pelo recolhimento do ICMS quando aceitar para transporte mercadorias sem documento fiscal ou acompanhada de documento fiscal inidôneo. In casu, atribuiu-se equivocadamente a sujeição passiva ao motorista em virtude da transportadora está com a inscrição estadual cancelada, fato este não impeditivo da autuação em nome da transportadora, em virtude de ser pessoa jurídica legalmente constituída, inclusive, sendo o veículo transportador de sua propriedade.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 261/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INÁBIL – INFRAÇÃO NÃO CONFIGURADA - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

O fato infringente descrito deve está provado, para que seja apurado se realmente ocorreu a infração denunciada, In casu, ficou demonstrado nos autos a inexistência de repercussão tributária na operação realizada, sucumbindo assim o lançamento realizado.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 024/2014
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – DENÚNCIA INCOMPLETA – AUSÊNCIA DE PROVAS - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

É condição sine qua non para legitimidade da denúncia que a mesma seja descrita com clareza e objetividade, possibilitando aos autuado e julgador determinarem o fato infringente praticado para efeito de defesa e julgamento respectivamente. In casu, além da fragilidade da denúncia, vislumbra-se também a ausência de provas materiais da infração.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 025/2014

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – 2º VIA IMPRÓPRIA PARA O TRANSPORTE - REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Sendo flagrado o transporte de mercadorias acompanhadas da cópia autenticada da 2º via do documento fiscal, configurada estará a infração cuja repercussão caracteriza a inidoneidade documental.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO
Acórdão nº 118/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – DECLARAÇÃO INEXATA – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Não sendo possível se comprovar que as mercadorias transportadas se reportavam as designadas na nota fiscal, pelo fato de não serem perfeitamente identificáveis, caracterizado está a inidoneidade documental em virtude da constatação de declaração inexata.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO
Acórdão nº 119/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR

A obrigação do uso da NF-e está condicionada a atividade principal ou secundário do contribuinte, sendo flagrado o transporte de mercadorias acompanhada da nota fiscal Mod. 1 em vez da NF-e, estará caracterizada a inidoneidade documental, cujo responsável pelo recolhimento do imposto passa a ser o transportador.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 299/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – INIDONEIDADE DESCARACTERIZADA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR

A ausência de indicação no corpo da nota da norma concessora da isenção, além da ausência de indicação expressa do valor do desconto concedido em virtude da isenção, não caracterizam a inidoneidade documental, cabendo, nestes casos, apenas a exigência do valor do ICMS quando efetivamente se comprove não estarem satisfeitas as condições estabelecidas para fruição do benefício.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 300/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR

A descrição do fato infringente dever ser realizada de forma segura e objetiva, dando condições da empresa de se defender e do julgador, com base no fato infringente descrito, aplicar a lei. No caso vertente, a delação foi descrita de forma contraditória, ensejando a nulidade do Auto de Infração – Mantida a decisão recorrida.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 239/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – DESCARREGO EM LOCAL DIVERSO – FATO INFRINGENTE NÃO CARACTERIZADO - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

A infração de descarrego em local diverso se comprova através do flagrante realizado no momento do descarregamento das mercadorias em local distinto do consignado no documento fiscal, quando não consta nas informações complementares o endereço da entrega das mercadorias. No caso em tela, verificou-se que as notas fiscais continham o endereço da entrega, descaracterizando a denúncia descrita no auto de infração.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 249/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – DECLARAÇÃO INEXATA – CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA DO RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO – NULIDADE DA SENTENÇA A QUO.

Na formalização do processo contencioso tributário, a notificação só alcança o objetivo que lhe é próprio, quando obedece a preceito legal. In casu, a falha na ciência ao sujeito passivo acarretou a supressão de uma instância julgadora, caracterizando cerceamento de defesa. Devolução dos autos à origem para nova ciência da ação fiscal ao contribuinte – Nulidade da sentença singular.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 126/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – MERCADORIAS DESCRITAS DE FORMA GENÊRICA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – MANTIDA A DECISÃO SINGULAR
Quando as mercadorias transportadas não guardam identidade com as descritas no documento fiscal, estará caracterizada a inidoneidade documental.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 345/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e – AUSÊNCIA DE ERRO NA PESSOA DO INFRATOR - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR
A obrigação do uso da NF-e está condicionada a atividade principal ou secundária do contribuinte, sendo flagrado o transporte de mercadorias acompanhada da nota fiscal Mod. 1 em vez da NF-e, estará caracterizada a inidoneidade documental, cujo responsável pelo recolhimento do imposto passa a ser o transportador.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO
Acórdão nº 358/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e – CARACTERIZAÇÃO DA DENÚNCIA – IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE EXCLUSÃO DO RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO – MANTIDA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
A obrigação de utilizar a nota fiscal eletrônica deve ter por cerne a atividade principal e secundária da empresas. Sendo constatado que na época da autuação o emitente estava obrigado à emissão da NF-e, conforme dispõe a Portaria no 078/GSER, caracterizada se torna a denúncia. Impossibilidade legal de exclusão do responsável solidário em decorrência da nívea clareza das normas vigentes.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão 242/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – DESVIO DO DESTINO – CERCEAMENTO DE DEFESA - AUSÊNCIA DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA – DECISÃO SINGULAR NULA.
A ciência do auto de infração deve ser efetuada tanto para o sujeito passivo como para os responsáveis solidários, não sendo realizada, configura-se cerceamento do direito de defesa do contribuinte. In casu, o responsável solidário não foi cientificado

do lançamento de ofício, sendo necessária a nulidade da decisão singular para que o mesmo tenha possibilidade de se pronunciar em duas instâncias administrativas.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 155/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO – VÍCIO FORMAL – AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO DO ICMS - OPERAÇÃO COM ISENÇÃO DO ICMS - REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
É condição sine qua non para a legitimidade da denúncia que o fato infringente esteja descrito com segurança, sendo verificado erro na descrição da infração, necessário se faz considerar nulo o libelo acusatório por vício formal. Todavia, como a operação estava amparada pela isenção, a rasura da data no documento fiscal não enseja a cobrança do ICMS, sendo desnecessária a nulidade para considerar improcedente o auto de infração.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 249/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – DIVERGÊNCIA ENTRE AS QUANTIDADES TRANSPORTADAS E AS CONSIGNADAS NO DOCUMENTO FISCAL – AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL DA INFRAÇÃO -OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e – DESCARACTERIZADA A DENUNCIA – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
Sendo a motivação para a inidoneidade do documento fiscal resultante de duas infrações, no caso a de divergência entre as mercadorias transportadas e a consignada no documento fiscal e a referente à obrigação do uso da NF-e, estando ambas imprestáveis para ratificação da acusação em face da ausência de provas materiais que pudessem elidir a acusação e a descaracterização da denúncia em razão da ausência de infração, o crédito tributável exigível passa a ser indevido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 403/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e - ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO - REFORMADA A DECISÃO SINGULAR - NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.
A denuncia formulada no libelo acusatório deve se subsumir ao fato infringente evidenciado sob pena de ser considerado nulo o auto de infração em decorrência

de erro na natureza da infração. No caso vertente denunciou-se uma obrigação referente à atividade divergente da efetivamente exercida empresa.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 406/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e – PROVADO O FATO INFRINGENTE - MANTIDA A DECISÃO SINGULAR-AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
A obrigação do uso da NF-e está condicionada a atividade principal ou secundária do contribuinte, sendo flagrado o transporte de mercadorias acompanhada da nota fiscal Mod. 1 em vez da NF-e, estará caracterizada a inidoneidade documental, cujo responsável pelo recolhimento do imposto passa a ser o transportador.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão 421/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR - ALTERADA A DECISÃO SINGULAR QUANTO A SUJEIÇÃO PASSIVA.
A obrigação do uso da NF-e está condicionada a atividade principal ou secundário do contribuinte, sendo flagrado o transporte de mercadorias acompanhada da nota fiscal Mod. 1 em vez da NF-e, estará caracterizada a inidoneidade documental, cujo responsável pelo recolhimento do imposto passa a ser o transportador.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 315/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – AUTO DE INFRAÇÃO NULO – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR – MANTIDA DECISÃO SINGULAR.
Sendo flagrado o transporte de mercadorias tributáveis acobertado por documento fiscal inidôneo, a responsabilidade pelo pagamento do imposto deve recair sobre o transportador, sob pena da caracterização da nulidade do auto de infração em decorrência de erro na pessoa do infrator. Fato este verificado nos autos.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 325/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e – DESCARACTERIZAÇÃO DA DENÚNCIA – AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE - MANTIDA A DECISÃO SINGULAR - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
A obrigação de utilizar a nota fiscal eletrônica deve ter por cerne a atividade principal e secundária da empresa, sendo constatado que na época da autuação a acusada ainda não estava obrigada à emissão da NF-e, conforme dispõe o Protocolo ICMS 42/09, descaracterizada se torna a denúncia.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 111/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – INSCRIÇÃO DO DESTINATÁRIO CANCELADA – INFRAÇÃO DESCARACTERIZADA – SUSPENSÃO DOS EFEITOS DO CANCELAMENTO ATRAVÉS DE LIMINAR – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
Sendo flagrado o transporte de mercadorias tributáveis acobertada por documento fiscal inidôneo, em decorrência do destinatário está com a inscrição estadual cancelada, a responsabilidade pelo pagamento do imposto deve recair sobre o transportador, seja autônomo ou pessoa jurídica. In casu, na época do flagrante os efeitos do Decreto no 32.018/2011, que resultou no cancelamento de ofício da inscrição estadual do contribuinte, estavam suspensos em decorrência da concessão de liminar, descaracterizando a infração denunciada.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Acórdão 262/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTA FISCAL INIDÔNEA – PRAZO DE VALIDADE VENCIDO - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.
Sendo flagrado o transporte de mercadorias acompanhadas de documento fiscal com o prazo de validade vencido, configurada estará a infração cuja repercussão caracteriza a inidoneidade documental. Denúncia não elidida.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 024/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NOTAS FISCAIS EM DUPLICIDADE – DESCRIÇÃO DO FATO EQUIVOCADO – SUPRIMENTO ILEGAL DE CAIXA – PROVAS INSUBSISTENTES – MANTIDA ACUSAÇÃO – VENDAS A CONTRIBUINTES – DENÚNCIA INAPROPRIADA – SUCUMBÊNCIA DA ACUSAÇÃO – REFORMA DA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

NOTAS FISCAIS EM DUPLICIDADE.
A inexistência de correlação entre os fatos demonstrados no procedimento de detecção da falta e a denúncia formulada no auto de infração determinaram a queda do feito fiscal.
SUPRIMENTO ILEGAL DE CAIXA.
A falta de provas inconteste, a cargo do sujeito passivo, sobre a regularidade de empréstimos contraídos caracteriza suprimento irregular à Caixa, mormente quando os livros contábeis apresentados como prova não dispõem de autenticação realizada na Junta Comercial do ente Federativo de origem. Manutenção da acusação fiscal.
VENDAS DE MERCADORIAS SIMULADAS PARA CONTRIBUINTES FICTÍCIOS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO.
As vendas de mercadorias destinadas a contribuintes fictícios localizados em outra unidade da Federação, os quais assim se caracterizam por se encontrarem com sua inscrição cancelada no CCICMS, no Estado onde se situam, evidenciariam a falta de pagamento do imposto, concernente à carga complementar da diferença de alíquota, se não fosse a comprovação de que as mercadorias teriam adentrado no Estado de destino, fato este descaracterizador da denúncia formulada no libelo acusatório. Acusação improcedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 303/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NATUREZA DA INFRAÇÃO – Não caracterização do fato infringente
Quando o contribuinte reconhece que consignou no documento fiscal, como destinatário das mercadorias pessoa diversa da que efetivamente as adquiriu, caracterizado está o ilícito de descumprimento de obrigação acessória e, não a infração de embaraço à fiscalização. Reformada decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 177/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NATUREZA DA INFRAÇÃO – Não caracterização do fato infringente
Quando o contribuinte reconhece que consignou no documento fiscal como destinatário das mercadorias pessoa diversa da que efetivamente as adquiriu, caracterizado está o ilícito de descumprimento de obrigação acessória e não a infração de embaraço à fiscalização. Reformada decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 165/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NATUREZA DA INFRAÇÃO - Imperfeição.
A imperfeita descrição do fato infringente fulmina de nulidade o auto de infração. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 223/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NÃO CARACTERIZAÇÃO DO FATO INFRINGENTE
Provada nos autos a descaracterização da denúncia atinente ao fato infringente, desmoronado está o feito fiscal. Reformada decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO
Acórdão nº 189/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NULIDADE – Erro na pessoa do infrator.
As incorreções ou omissões acarretam a nulidade do processo, quando dele não constarem elementos suficientes para determinar com segurança a pessoa do infrator. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 497/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO – Vícios Formal e Material.
Sendo constatados vícios quanto à natureza da infração e pessoa do infrator, necessário se faz, para salvaguardar os interesses da Fazenda Estadual, anular o auto de infração determinando a realização de outro procedimento fiscal. Reformada a decisão singular. Auto de Infração Nulo.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 045/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NULIDADE – Erro na determinação da pessoa do infrator.
Há ilegitimidade da relação jurídico-tributária quando a determinação do sujeito

passivo não está bem determinada no auto de infração, cabendo a realização de novo procedimento fiscal para sanear o vício constatado. Mantida decisão singular. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 155/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NULIDADE – Procedimento fiscal irregular
A irregularidade do procedimento fiscal acarretou a nulidade do Auto de Infração, consolidando a iliquidez e incerteza do crédito tributário lançado de ofício. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 169/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NULIDADE – Erro na Natureza da Infração
A imprecisão da natureza da infração acarreta a nulidade do Auto de Infração. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 192/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

NULIDADE – Erro na pessoa do infrator.
A errônea determinação da pessoa do infrator é elemento ensejador da nulidade do auto de infração. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 242/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

●

ÔNUS DA PROVA – Prova material não acostada pelo autuante.
É entendimento uníssono no ordenamento jurídico que o ônus da prova cabe a quem acusa. In casu, o fazendário não acostou aos autos provas materiais do ilícito praticado pelo contribuinte. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.

Acórdão nº 292/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTADAS – Presunção legal de omissão de vendas

É nítida a presunção legal de omissão de saídas pretéritas de mercadorias sem pagamento do imposto, quando se constata não ter havido o lançamento correspondente de baixa do numerário na conta Caixa quando de suas aquisições. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 173/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO DE SAÍDAS – Conta Mercadorias e Levantamento Financeiro.

Corretas ambas as denúncias acostadas aos autos, mormente, quando a atuada não logra ilidir os valores considerados pela fiscalização. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 250/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO DE VENDAS – Pagamento com receita de origem não comprovada.

Ao ser constatada a falta de lançamento de notas fiscais de aquisições de mercadorias no livro próprio, nasce a presunção juris tantum de que o numerário utilizado para pagamento das mercadorias adveio de vendas pretéritas sonegadas. Diante desse fato não cabe a agregação de TVA concernente à operação subseqüente. Reformada decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDOS
Acórdão nº 109/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Arquivos magnéticos.

A obrigação acessória imposta pela legislação tributária tem como escopo primordial a garantia de cumprimento da obrigação principal. In casu, a empresa em tela era obrigada a apresentar no prazo regulamentar os arquivos magnéticos contendo informações referentes às entradas e saídas de mercadorias. Não o fazendo, correta aplicação de multa acessória – Auto de Infração Procedente – Mantida decisão recorrida.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO

Acórdão nº 001/2004
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Desvio do Posto Fiscal.
A legislação em vigor penaliza o transportador com multa acessória, quando do desvio do Posto Fiscal. Redução do crédito tributário lançado de ofício em virtude da legislação de regência. Modificada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 183/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Descumprimento.
Conforme determinação legal, é punível com multa acessória a apresentação de documentos fiscais após o início da ação fiscal. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 294/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Multa aplicada em URF-PB.
Aos que antes de qualquer ação fiscal, deixarem de entregar documentos fiscais correspondentes às mercadorias ou bens transportados estão passíveis de multa por descumprimento de obrigação acessória. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 344/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Descaracterização da infração.
Aos que se recusarem a apresentar livros ou documentos exigidos pela fiscalização, estão passíveis de multa por descumprimento de obrigação acessória. In casu, descaracterizada a delação exposta nos autos, tendo em vista os livros e documentos fiscais estarem em poder do Fisco para efeito de baixa. Reformada decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 351/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Apresentação de documento fiscal após a ação fiscal.
Caracterizada a falta do cumprimento de obrigação acessória, haja vista o contribuinte ter apresentado a documentação fiscal somente após a ação fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 456/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Apresentação da documentação após ação fiscal.
A apresentação de documentos fiscais para conferência das mercadorias transportadas após o início da ação fiscal, é punível com multa acessória. Descabendo a imposição ao responsável solidário. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 148/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Obrigatoriedade de parada no Posto Fiscal para aposição de carimbo ou etiqueta fiscal
Sendo flagradas mercadorias advindas de outra unidade da Federação depois de ultrapassado o posto fiscal de fronteira sem a aposição de carimbo ou etiqueta fiscal, caracterizada está a infração de descumprimento de obrigação acessória. Ajustes realizados. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 304/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Falta de selo ou etiqueta do posto fiscal de fronteira.
Configura-se descumprimento de obrigação acessória, o transporte de mercadorias com documentação desprovida de selo ou etiqueta do Posto Fiscal de Fronteira. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 583/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Sujeição Passiva.
A multa por descumprimento de obrigação acessória deve recair sobre a empresa transportadora contratada para efetuar a prestação, descabendo a imposição de

sujeição passiva ao funcionário contratado como motorista. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 237/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Ausência de Etiqueta.
Caracteriza-se infração punível com multa por descumprimento de obrigação acessória, a realização de prestações de serviços de transporte interestadual flagrada sem a etiqueta dos Postos Fiscais de Fronteira aposta no documento fiscal. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 238/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – Ausência de selo ou etiqueta.
Flagrado o transporte de mercadorias acobertadas por documento fiscal sem a etiqueta ou selo fiscal emitidos pelo Posto Fiscal de Fronteira, caracterizado estará nos ditames da legislação pertinente o descumprimento da obrigação acessória por parte do contribuinte. Mantida a decisão singular.

RECURSO ORDINÁRIO NÃO RECEBIDO.
Acórdão nº 127/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. AUSÊNCIA DE SELO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA.
Cumpre ao sujeito passivo, não obstante regime especial a qual se sujeita, providenciar a imediata selagem das notas fiscais. Por ter sido constatado falta de selo fiscal em notas fiscais encontradas sob o poder da transportadora autuada, impõe-se a aplicação de multa acessória correspondente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 085/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. USO NÃO AUTORIZADO DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA.
É terminantemente vedado ao contribuinte do imposto o uso de equipamento emissor de cupom fiscal sem prévia autorização da Secretaria de Estado da Receita.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 088/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO CONFIGURADA EM PARTE – REFORMADA PARCIALMENTE A DECISÃO AD QUEM – EFEITOS INFRINGENTES PARCIAL.

Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, a comprovação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, a alegação de omissão quanto à acusação de notas fiscais não contabilizadas se concretizou face à petição de aditamento ao recurso acostada aos autos já na segunda instância não ter sido observada pelo relator em razão da grande quantidade de volumes do processo contendo apenas cópias xerográficas – Não se caracterizando a omissão suscitada concernente a acusação de venda sem destaque do ICMS.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão 152/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE LEI ANTES DO PRAZO DETERMINADO PARA PRODUÇÃO DE SEUS EFEITOS. MANTIDA A DECISÃO AD QUEM.

É pacífico e uníssono o entendimento quanto à impossibilidade de aplicação de lei quando ainda não decorrido os 90 dias para fruição dos seus efeitos. Assim, incabível se torna a redução da multa disciplinada na Lei no 10.008/13 enquanto não tiver decorrido o lapso temporal disciplinado no próprio comando normativo, descaracterizada a omissão suscitada nos embargos.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO
Acórdão 249/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NÃO CONFIGURADAS– MANTIDA A DECISÃO AD QUEM.

Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non a comprovação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, não se configurou qualquer das condições para que fosse dado provimento ao recurso.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO
Acórdão 196 /2013

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO COMPROVADA – CONTA MERCADORIAS – ESTOQUE INICIAL NÃO AJUSTADO – REFORMADA DECISÃO AD QUEM - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

O Levantamento da Conta Mercadorias deve ser realizado preferencialmente com as informações oriundas dos livros fiscais, apenas na ausência de tais livros é que a fiscalização pode considerar as informações Econômico-Financeiras. In casu, a omissão caracterizou-se pela não conciliação realizada entre o valor do estoque inicial alocado no levantamento com o valor registrado no livro de Inventário.

RECURSO DE EMBARGOS PROVIDO
Acórdão 200/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBSCURIDADE NÃO CONFIGURADA – ACOLHIDA A CONTRADIÇÃO ALEGADA EM FACE DE ERRO NA INDICAÇÃO NO RELATÓRIO DO NÚMERO DO AUTO DE INFRAÇÃO. MANTIDA A DECISÃO AD QUEM.

Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non a comprovação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, a alegação de obscuridade não se configurou, sendo apenas reconhecido o erro na indicação no relatório do número do auto de infração. Sem efeito modificativo.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDO PARCIALMENTE SEM EFEITO MODIFICATIVO
Acórdão 247/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NÃO CONFIGURADA – MANTIDA A DECISÃO AD QUEM.

Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non a comprovação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, a alegação de omissão e contradição não se configurou, haja vista não ter sido suscitado no recurso de Embargos anteriormente julgado, qualquer questionamento acerca da decadência, não havendo na decisão proferida a omissão relatada, simplesmente porque não poderia haver considerações no voto acerca de matéria que não foi objeto de recurso.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO
Acórdão 154/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OBSCURIDADE SUSCITADA ESCLARECIDA – MANTIDA DECISÃO AD QUEM.
Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, a constatação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, a alegação de obscuridade foi acolhida, sem efeito modificativo, sendo esclarecida a dúvida suscitada pela embargante.

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDO SEM EFEITO MODIFICATIVO
Acórdão 207/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

OMISSÃO NA ENTREGA DA GIM – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - MATÉRIA NÃO CONTENCIOSA – REFORMADA A DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO NULO.
A omissão da entrega de documentos de controle e informações econômico-fiscais, como a GIM, não é passível de auto de infração por não se caracterizar um contencioso tributário, devendo ser objeto de representação fiscal.

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO
Acórdão 261/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

P

PREJUÍZO BRUTO – Estorno do crédito fiscal.
O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que tiver se creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento for objeto de saída com base de cálculo inferior à operação de entrada. In casu, ajuste realizado alterou para mais o valor do crédito tributário lançado de ofício. Contudo, foi mantida a acusação pelo valor original, em virtude de não ser admitida em direito processual tributário, sentença "ultra petita". Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 061/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PREJUÍZO BRUTO – Estorno do crédito fiscal.
O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que tiver se creditado, sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento, for objeto de saída com base de cálculo inferior à operação de entrada. In casu, foram

realizados ajustes, sucumbido em parte, a denúncia expedida na exordial relativo ao exercício de 2000. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 157/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PREJUÍZO BRUTO NA CONTA MERCADORIAS - CRÉDITO INDEVIDO –– AJUSTES REALIZADOS - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA – ALTERADA APENAS QUANTO AO VALOR.
Quando se verificar nas operações efetuadas por empresa que apresenta contabilidade regular a anomalia do prejuízo bruto, significa em tese que o crédito do imposto foi maior que o débito, devendo essa diferença ser estornada, sob pena de caracterizar a infração de crédito indevido – Ajustes realizados com a inclusão do ICMS nos estoques, entradas e saídas. Alterada a decisão singular apenas quanto aos valores.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 193/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PANIFICADORA – Técnica precária
Impróspero o lançamento de ofício, quando se constata que o autuante embasou-se em uma técnica de auditagem, cujos valores inseridos no levantamento efetuado, não refletem a realidade factual das operações da empresa fiscalizada.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 102/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PASSIVO FICTÍCIO – Presunção juris tantum de omissões de saídas de mercadorias tributáveis.
É comportamento infringente passível de autuação por omissão de vendas de mercadorias, conforme legislação do ICMS, quando as empresas possuírem no seu passivo circulante, obrigações já liquidadas. In casu, provas carreadas ao processo, culminaram na redução do "quantum" lançado de ofício. Auto de Infração Parcialmente Procedente. Alterada a decisão recorrida.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 140/2005

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PASSIVO FICTÍCIO – Omissão de vendas.
Quando constatado no passivo, obrigações já pagas ou inexistentes, caracterizado está o passivo fictício, acarretando a presunção legal de omissão de vendas de mercadorias tributáveis sem o correspondente documento fiscal. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINARIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 205/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PASSIVO FICTÍCIO – CRÉDITO INDEVIDO.
É assente no nosso ordenamento tributário que a mantença no passivo de obrigações já quitadas caracteriza a figura do Passivo Fictício e, que a utilização de crédito fiscal sem a comprovação documental que tenha repercussão direta no recolhimento do imposto, enseja a denúncia de crédito indevido. In casu, só foram carreadas aos autos, provas que fizeram sucumbir, em parte, esta delação. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUIDO DESPROVIDO.
Acórdão nº 512/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PESSOA DO INFRATOR - Imperfeição.
A perfeita descrição da pessoa do infrator, é elemento essencial para caracterizar a relação jurídico-tributária para efeito de exigência do crédito tributário levantado. In casu, consta do auto de infração inscrição estadual e CNPJ divergentes dos números concernentes ao estabelecimento fiscalizado. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 302/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PROVA – Ilegitimidade
A prova material apresentada pelo denunciante para confirmação do lançamento do crédito tributário está desprovida de legitimidade. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 032/2007

Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PRAZO DECADENCIAL

É uníssono na jurisprudência administrativa tributária que o lançamento do crédito tributário de ofício só estará perfeitamente legitimado após a ciência do contribuinte. In casu, o sujeito passivo só foi cientificado depois de transcorrido o qüinqüênio decadencial. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 231/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PASSE FISCAL INTERESTADUAL – Erro na pessoa do infrator.

Confirmada a nulidade da autuação em virtude de erro na determinação da pessoa do infrator. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Nulo.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Acórdão nº 248/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO – RECOLHIMENTO A MENOR – PRELIMINAR RECHAÇADA - REQUISITO NÃO SATISFEITO PARA UTILIZAÇÃO DE BENEFÍCIO FISCAL - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Quando não satisfeita pelo contribuinte a condição estabelecida para a utilização de um benefício fiscal concedido, inoperante se torna os seus efeitos quando utilizado, impondo ao Fisco a realização do lançamento de ofício para cobrança referente à repercussão do ICMS verificada com a utilização indevida do benefício. Preliminar rechaçada.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão 166/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

PAGAMENTOS NÃO CONTABILIZADOS – AJUSTES REALIZADOS – FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS EM DECORRÊNCIA DE ERRO NA BASE DE CÁLCULO DO FAIN – INFRAÇÃO CARACTERIZADA – ACOLHIMENTO DA DECISÃO SINGULAR – ADESÃO AO REFIS – MANTIDA DECISÃO MONOCRÁTICA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

PAGAMENTOS NÃO CONTABILIZADOS- constatação de pagamentos sem a devida contabilização no Caixa evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis – Presunção esta ilidida em parte pelo contribuinte através

de provas carreadas aos autos – Mantida a acusação parcialmente.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS EM DECORRÊNCIA DE ERRO NO CÁLCULO DO FAIN - No caso em apreço, constatou-se que o cálculo para obtenção do crédito presumido do FAIN foi realizado com operações que não se referiam a industrialização própria da empresa, resultando num crédito presumido maior que o devido – A ausência de provas ratificou a infração – Acolhimento por parte da empresa a fez aderir ao REFIS – Extinção da lide pelo pagamento.

RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS
Acórdão 144/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

R

RESPONSABILIDADE POR SUBSTITUIÇÃO – SUJEIÇÃO PASSIVA INDIRETA.
Estando provado que o responsável designado por disposição expressa de lei, está obrigado e necessariamente vinculado à situação que constitua o correspondente fato gerador da respectiva obrigação, legítima a exigência do crédito tributário do adquirente quanto ao imposto não retido na fonte – Mantida decisão recorrida – Auto de infração procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 020/2004
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECLAMAÇÃO TEMPESTIVA.
Equívoco da Repartição Preparadora. Peça reclamatória entregue no prazo estabelecido pela norma regente.

RECURSO DE AGRAVO PROVIDO.
Acórdão nº 063/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO DE AGRAVO.
Correto o procedimento do chefe da Repartição Preparadora, quanto à contagem do prazo recursal e o arquivamento da peça reclamatória.

RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO
Acórdão nº 130/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO DE AGRAVO.

Correto o procedimento do chefe da Repartição Preparadora, quanto à contagem do prazo da defesa e o arquivamento da peça reclamatória.

RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.
Acórdão nº 140/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO DE AGRAVO.
Correto o procedimento do chefe da Repartição Preparadora, quanto à contagem do prazo da defesa e o arquivamento da peça reclamatória.

RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.
Acórdão nº 141/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO DE AGRAVO – Intempestividade mantida.
O Agravo tem como norte a revisão da decisão da repartição preparadora que considerou intempestivo o recurso interposto. "In casu", configurou-se nos autos a nívea clareza da intempestividade da peça apresentada. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.
Acórdão nº 014/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO DE AGRAVO – Intempestividade da petição defensual.
A apresentação da peça defensual após o término do prazo regulamentar torna-a desprovida de amparo legal para apreciação em virtude de sua intempestividade. Legítimo o arquivamento. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.
Acórdão nº 188/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIO
É condição sine qua non para a legitimidade de interposição desse recurso que tenha ocorrido no voto vergastado omissão, obscuridade e contradição, requisitos estes não vislumbrados na petição recursal. Mantida a decisão recorrida.

RECURSO DE EMBARGOS NÃO CONHECIDO.
Acórdão nº 106/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RESULTADO INDUSTRIAL – Diferença Verificada.
Realizado o confronto do custo fabril do estabelecimento fiscalizado (filial) com as saídas dos produtos em retorno ao estabelecimento originário (matriz), verificou-se uma diferença tributável sem o correspondente pagamento do imposto. Decisão apreciada no limite da lide, em virtude de proibição normativa de sentença ultra-petita. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 417/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RESULTADO INDUSTRIAL – Caracterização parcial do ilícito praticado.
É cediço que o valor e quantidade de matérias-primas, produtos intermediários e embalagens adquiridos e empregados na industrialização e acondicionamento dos produtos, a mão-de-obra empregada, os gastos gerais de fabricação e os demais componentes do custo de produção, são elementos indispensáveis à realização do demonstrativo ora levantado. "In casu", apurada qualquer falta no confronto da produção, com a registrada pelo estabelecimento, exigir-se-á o imposto correspondente. Alterada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS HIERÁRQUICO E ORDINÁRIO PARCIALMENTE
Acórdão nº 183/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RESULTADO INDUSTRIAL – REDUÇÃO DA MULTA – PASSIVO INEXISTENTE – IMPROCEDÊNCIA – ALTERADA DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
RESULTADO INDUSTRIAL – Sendo verificado após a realização da aferição dos custos de produção de uma empresa industrial que o valor das saídas é inferior ao custo dos produtos fabricados, caracterizado está a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem documentos fiscais.
PASSIVO INEXISTENTE – Vícios observados no levantamento realizado desconstituíram a denúncia formulada na peça acusatória, ensejando a nulidade do lançamento de ofício realizado por vício formal.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE
Acórdão 303/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RESULTADO INDUSTRIAL – OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS

TRIBUTÁVEIS – AJUSTES REALIZADOS - CRÉDITO INDEVIDO – DESCARACTERIZAÇÃO DA DENUNCIA ATRAVÉS DE PROVAS - REFORMADA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A técnica de resultado industrial tem por escopo a aferição realizada através do confronto do custo dos produtos vendidos – CPV com a saída efetiva do exercício, onde a constatação de que o valor da saída foi inferior ao CPV autoriza a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem documento fiscal - Ajustes realizados – Credito indevido descaracterizado através da comprovação de ter havido duplicidade de lançamento.

RECURSO HIERÁRQUICO PARCIALMENTE PROVIDO
Acórdão nº 320/2010
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RESULTADO INDUSTRIAL – AJUSTES REALIZADOS - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
A técnica de resultado industrial tem por escopo a aferição realizada através do confronto do custo dos produtos vendidos – CPV com a saída efetiva do exercício, onde a constatação de que o valor da saída foi inferior ao CPV autoriza a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem documento fiscal - Ajustes realizados ainda em primeira instância importaram na diminuição do crédito tributário exigido.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 391/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RESULTADO INDUSTRIAL – Omissão de saídas.
Quando os custos dos produtos vendidos superam as receitas de vendas, caracterizada está a omissão de vendas de mercadorias tributáveis sem a emissão do respectivo documento fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 184/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RENDIMENTO INDUSTRIAL – Parcialidade da acusação
Provas acostadas aos autos consubstanciaram a sucumbência, em parte, da denúncia frisada na exordial, em decorrência, mormente, da fragilidade na aplicação dos elementos alocados na formatação da técnica de elaboração de rendimento industrial. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSOS ORDINÁRIO E HIERÁRQUICO PROVIDOS EM PARTE.
Acórdão nº 255/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

REVELIA - LEVANTAMENTO FINANCEIRO – CONTA MERCADORIAS – AJUSTES REALIZADOS – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
Constatado nos autos que o sujeito passivo efetuou desembolsos com valores superiores às receitas, configurada está a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto, ajustes realizados com a inclusão das despesas tributárias. A Conta Mercadorias é uma aferição matemática que tem como resultado, após o arbitramento do lucro bruto com lastro no confronto entre os estoques, entradas, saídas e CMV, em face da diferença tributável verificada, a constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, onde os valores dos estoques para efeito de levantamento, devem está registrados no livro próprio sob pena de ser considerado zero – Ajustes realizados quanto aos valores do estoque. Mantida decisão recorrida – Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 161/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECEITA MARGINAL – Desembolso não contabilizado
Constatada a baixa de obrigação consignada na conta Fornecedores, tendo em contrapartida o lançamento a crédito na conta Estoque, sem a correspondente operação de devolução, e a falta de contabilização de notas fiscais de aquisição de mercadorias, consubstanciando a presunção legal de pagamento com receita marginal oriunda de saídas sem documentação fiscal. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 018/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

S

SUCUMBÊNCIA DO RESULTADO INDUSTRIAL E DA ACUSAÇÃO DE FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – CRÉDITO INDEVIDO CARACTERIZADO – REFORMADA PARCIALMENTE A DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
RESULTADO INDUSTRIAL - A técnica de resultado industrial tem por escopo a aferição realizada através do confronto do custo dos produtos vendidos – CPV com a saída efetiva do exercício, onde a constatação de que o valor da saída foi inferior

ao CPV autoriza a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem documento fiscal - Ajustes realizados importou na ausência de repercussão no recolhimento do ICMS.
FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS – É condição sine qua non para a legalidade da denúncia descrita que a natureza da infração esteja descrita de forma clara e objetiva, possibilitando se conhecer o fato infringente que teria originado a falta de recolhimento do ICMS. Nulidade do lançamento efetuado em virtude de vício formal.
CRÉDITO INDEVIDO – O creditamento realizado sem a observância das normas do RICMS/PB que regem a matéria, tem o condão de tornar o crédito fiscal indevido, sendo exigido o ICMS concernente a repercussão verificada no recolhimento do imposto em decorrência do crédito indevido.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 054/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – Base de Cálculo.
A Lei Complementar 87/96 estabelece que a base de cálculo da substituição tributária se reporta ao montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferidos aos adquirentes ou tomadores de serviços, assim como, a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativas às operações ou prestações subseqüentes. In casu, se a finalidade da base de cálculo, é alcançar o preço final da cadeia produtiva, deverá, portanto, estar incluído o encargo concernente ao IPI. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 005/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – Responsabilidade supletiva.
A substituição tributária não exclui a responsabilidade do contribuinte substituído, na hipótese do documento fiscal próprio não indicar o valor do imposto, objeto da substituição tributária, devendo o mesmo responder em caráter supletivo pelo recolhimento do imposto devido e penalidade correspondente. Auto de Infração Procedente. Mantida decisão singular.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 065/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITIUIÇÃO TRIBUTÁRIA – Operações interestaduais com combustível derivado de petróleo já alcançadas pela substituição.

Provado nos autos que nas vendas de GLP, o sujeito passivo praticou preço inferior ao estabelecido na legislação fiscal, acarretando repasse a menor do imposto devido ao Estado destinatário das mercadorias. In casu, por determinação legal, a responsabilidade pelo pagamento do imposto com os acréscimos legais é de responsabilidade da distribuidora, no caso a autuada. Reforma parcial da decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Acórdão nº 355/2005
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – BASE DE CÁLCULO

Nas operações interestaduais com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo destinados a este Estado, a responsabilidade pelo erro na formação da base de cálculo do ICMS- Substituição Tributária, notadamente, no tocante ao PIS, COFINS e a PPE (Parcela de Preço Específico) deve recair na pessoa do remetente, conforme legislação de regência. Cassação de liminar a qual desonerava o contribuinte do pagamento da PPE. Ajustes realizados em decorrência de pequenos equívocos cometidos pela fiscalização. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO
Acórdão nº 316/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – Falta de recolhimento do imposto

Consubstanciada a falta de recolhimento do ICMS – Substituição Tributária em decorrência de omissão ou apresentação de informações falsas ou inexatas, cabendo as distribuidoras de combustíveis destinatárias do produto, por determinação legal, a responsabilidade nas operações interestaduais pelo recolhimento do imposto devido com os respectivos acréscimos. Mantida a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.

RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.
Acórdão nº 090/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – Produtos Importados.

O responsável tributário pelo recolhimento e retenção do imposto atinente a Substituição Tributária, na questão em lide, deverá recair sobre o importador, quando das vendas subseqüentes das mercadorias. Mantida decisão recorrida. Auto de Infração Improcedente.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.
Acórdão nº 194/2007
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - LEVANTAMENTO QUANTITATIVO – AQUISIÇÃO SEM NOTA FISCAL – AJUSTES REALIZADOS NA INSTÂNCIA A QUO – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.
Materializada a acusação de aquisição de mercadorias sem documento fiscal, a qual foi constatada pela diferença a maior verificada na aplicação do levantamento quantitativo de mercadorias. Ajustes realizados na instância prima com base nas alegações defensuais resultaram na sucumbência parcial do crédito tributário exigido.

RECURSOS HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 184/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – ERRO NA PESSOA DO INFRATOR – NÃO CARACTERIZAÇÃO DA DENÚNCIA – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
A responsabilidade pelo ICMS Substituição tributária recai sobre o substituto e substituído, sendo defeso a imputação da responsabilidade ao transportador, exceto nos casos de mercadorias transportadas sem documento fiscal ou com documento inidôneo – Sendo também indevida a exigência da retenção do ICMS Substituição tributária quando o destinatário é consumidor final.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão nº 359/2011
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DECLARADO E NÃO RECOLHIDO – MATÉRIA NÃO CONTENCIOSA - AUTO DE INFRAÇÃO NULO – VÍCIO FORMAL - REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA.
O vício formal tem por cerne o desrespeito as normas disciplinadoras do processo de produção da norma individual e concreta, onde a forma de exteriorização do lançamento tributário de ofício concernente a ICMS declarado e não recolhido tem por escopo a representação fiscal e não o auto de infração, por ser matéria não contenciosa, estando caracterizado o vício de forma ensejador da nulidade do auto de infração.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Acórdão 340/2012
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RETIDO E NÃO RECOLHIDO – DECADÊNCIA - MANTIDA DECISÃO RECORRIDA - AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.
O lançamento de ofício realizado só surtirá seus efeitos legais após cientificado o contribuinte da exação que lhe foi imputada.Sendo verificado que a ciência operou-se após decorridos 5 anos, estará o Fisco impossibilitado de efetuar o lançamento em virtude da Decadência.

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO
Acórdão 162/2013
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – Álcool anidro e hidratado.
A ausência na época do surgimento do fato gerador, de previsão legal, de responsabilidade supletiva do adquirente do álcool anidro, acarretou a sucumbência da denúncia frisada nos autos. Contudo, correta a exigência da saída de álcool hidratado com base de cálculo da substituição tributária inferior a exigida em lei. Reformada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 522/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS SEM DÉBITO DO IMPOSTO
Demonstrada através da reconstituição da Conta Gráfica do ICMS que a ausência de débito nas operações de vendas de veículos novos no período levantado implicou na falta de recolhimento do imposto. Crédito tributário ajustado ao valor efetivamente devido. Modificada a decisão recorrida. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.
Acórdão nº 489/2006
Relator: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

SUPRIMENTO ILEGAL DE CAIXA – Presunção de omissão de saídas
O suprimento de Caixa feito através de empréstimo da pessoa física à jurídica só é legal se efetivado via documentação hábil e idônea coincidente em data e valor com as importâncias supridas. Quando não houver real comprovação da transferência do numerário, será o suprimento considerado como saídas efetuadas e não registradas sujeitas a tributação do ICMS com a penalidade cabível. Mantida

ANEXO I

a decisão recorrida. Auto de Infração Procedente.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO

AUTO DE INFRAÇÃO DE ESTABELECIMENTO

Número:

Data da emissão: Hora:

Circunscrição Fiscal		
Órgão Regional	Repartição Fiscal	Endereço

Origem da Lavratura			Momento da Lavratura				
OS nº	Órgão expedidor	Data	Local	Hora	Dia	Mês	Ano

Autuado			
Razão Social - Firma ou Nome	Inscrição Estadual	CNPJ/CPF	CNAE
Endereço		Bairro	
Município	Estado	Inscrição JUCEP	CEP

Responsável(eis)/Interessado(s)			
Nome	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Qualificação
Endereço:			
Nome	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Qualificação
Endereço:			

Fatos Geradores	
Descrição da Infração	Nota Explicativa

Enquadramento Legal	
Infração Cometida/Diploma Legal - Dispositivos	Penalidade Proposta/Diploma Legal - Dispositivos

Cálculo do Crédito Tributário / Termo Inicial										
Descrição da Infração	Período Fato Gerador		Tributo			Penalidade Proposta			Valor Total	Nº Cont.
	Início	Fim	Base Cal.(R$)	Alíq. (%)	Valor (R$)	Base Cal.(R$)	Perc. (%)	Valor (R$)		
TOTAIS										

Notificação
Ficam o autuado e/ou responsável(eis) interessado(s) NOTIFICADOS a recolher, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência deste auto de infração, o crédito tributário acima lançado, com a redução da multa da obrigação principal, nos Termos do inciso I do artigo 89 da Lei nº 6.379/96, de 02/12/1996, observado o disposto no § 2º do referido artigo, nos demais prazos com as respectivas reduções previstas nos incisos II a V do mesmo dispositivos, ou ainda, apresentar impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência deste auto de infração, nas formas disciplinadas nos artigos 112 e 115 daquele diploma legal.

Agentes Fiscais da Fazenda Estadual					
Mat.:		Nome:		Ass.:	

Ciência de Entrega da 1ª via					
Nome	CPF/RG/Título Eleitor	Hora	Dia	Mês	Ano
Assinatura					

ANEXO II

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO

TERMO COMPLEMENTAR DE INFRAÇÕES

Auto de Infração		
Número	Processo	Data

Autuado			
Razão Social - Firma ou Nome	Inscrição Estadual	CNPJ/CPF	CNAE
Endereço		Bairro	
Município	Estado	Inscrição JUCEP	CEP

Origem da Lavratura			Momento da Lavratura				
OS nº	Órgão expedidor	Data	Local	Hora	Dia	Mês	Ano

Responsável(eis)/Interessado(s)			
Nome	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Qualificação
Endereço:			
Nome	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Qualificação
Endereço:			

Fatos Geradores	
Descrição da Infração	Nota Explicativa

Enquadramento Legal	
Infração Cometida/Diploma Legal - Dispositivos	Penalidade Proposta/Diploma Legal - Dispositivos

Cálculo do Crédito Tributário / Termo Inicial											
Descrição da Infração	Período Fato Gerador		Tributo			Penalidade Proposta			Valor Total	Nº Cont.
	Início	Fim	Base Cal.(R$)	Aliq. (%)	Valor (R$)	Base Cal.(R$)	Perc. (%)	Valor (R$)		
TOTAIS										

Notificação

Ficam o autuado e/ou responsável(eis) interessado(s) NOTIFICADOS a recolher, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência deste auto de infração, o crédito tributário acima lançado, com a redução da multa da obrigação principal, nos Termos do inciso I do artigo 89 da Lei nº 6.379/96, de 02/12/1996, observado o disposto no § 2º do referido artigo, nos demais prazos com as respectivas reduções previstas nos incisos II a V do mesmo dispositivos, ou ainda, apresentar impugnação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência deste auto de infração, nas formas disciplinadas nos artigos 112 e 115 daquele diploma legal.

Auditor Fiscal					
Mat.:		Nome:		Ass.:	

Ciência de Entrega da 1º via					
Nome	CPF/RG/Título Eleitor	Hora	Dia	Mês	Ano

Assinatura

ANEXO III

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO

REPRESENTAÇÃO FISCAL	CIRCUNSCRIÇÃO FISCAL Órgão Regional: Órgão Local:

REPRESENTAÇÃO FISCAL Nº **Emissão:** / / .
I.E:
CPF/CNPJ:
NOME/RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA			
Sócio/Cotista:		**CPF/CNPJ:**	
Endereço:	**Cidade:**	**CEP:**	**Fone:**

DESCRIÇÃO DOS FATOS:
Tendo em vista o disposto no ***§§ 1º, 2º e 3º do art. 40*** da Lei nº 10.094/2013, faço(zemos) **REPRESENTAR** contra o contribuinte acima qualificado, com lançamento de ofício, tendo em vista haver deixado de recolher o ICMS Normal e/ou SALDO DE PARCELAMENTO DE IMPOSTO AUTO-LANÇADO e/ou CONFESSADO.

ENQUADRAMENTO LEGAL:
Infração do ***art. 106*** do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930/97, e penalidades previstas no ***art. 59 incisos I e II, §§ 1º, 2º, 3º e 4º*** da Lei nº 6.379/96.
Faça o contribuinte e/ou responsável, na forma do ***art. 33*** da Lei nº 10.094/2013, cientificado do lançamento de ofício acima, devendo proceder ao recolhimento do crédito tributário lançado e penalidade prevista, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias. A não extinção do crédito tributário no prazo aqui fixado, importará na inscrição do débito em Dívida Ativa, conforme determina a Lei nº 10.094/2013.

Este lançamento de ofício produzirá efeitos a partir da data de ciência, período em que poder-se-á reclamar em relação a quitação ou erro de cálculo do imposto auto-lançado e que seja apreciada pelo chefe da Repartição Arrecadadora.
Segue(m) abaixo informação(cões) do(s) lançamento (s):

- **Informações do lançamento inadimplente:**

_____

Auditor Fiscal de Tributos Estaduais – Matrícula nº

ANEXO IV



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER

TERMO DE CONCLUSÃO

PROCESSO Nº _____

EMPRESA: _____

INSCRIÇÃO: _____

Não havendo diligências a realizar de ofício, a pedido do autor do procedimento ou do acusado, instruído o processo administrativo tributário na forma e prazos regulamentares, **DECLARO** terminado o seu preparo e torno **CONCLUSOS** os presentes autos, **DETERMINADO** sua remessa à Gerência Executiva de Julgamentos Fiscais – GEJUP, conforme estabelece nos *art. 50, inciso VI* da Lei nº 10.094/2013.

Recebedoria de Rendas de João Pessoa, em __ de_____de _____.

_____

Funcionário Responsável – Matrícula nº

ANEXO V



GOVERDO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA EXECUTIVA DA RECEITA - SER

Certidão Dívida Ativa (CDA) Nº 000000000000000 , de 00 de mês de 201X.

Repartição:

Certifico que desde 00 de mês de 201X às folhas __ do livro __, consta na Dívida Ativa desta repartição o (a) Sr.(a) Firma _____, residente (domiciliado) a Av._____, nº _____, Bairro_____, Cidade_____-PB, com Inscrição Estadual nº_____, CNPJ ou CFP nº_____e Código de Atividade Econômica (CNAE) nº_____, sendo co-responsável (eis) relacionados abaixo respectivamente, como devedor(a) a Fazenda do Estado da Paraíba na quantia de R$ _____, proveniente de ICMS, MULTA e CORREÇÃO, referente(s) ao(s) exercício(s) descriminado(s) no final, que deixou de recolher no prazo legal, cujo débito apurado no Processo Administrativo nº _____, de 00 de mês de 201X, teve sua origem no descumprimento das disposições legais art._____ e como penalidades os artigos _____.

Nº da Representação.....:
Principal.....:
Multa + Reincidência.....:
Correção.....:
Total.....:

Lista dos Co Responsáveis				
Nome	**CCICMS/CNPJ/CPF**	**Endereço**	**Cidade**	**Cargo**

E, para que se possa proceder a cobrança executiva, foi efetuada a inscrição da dívida, extraindo-se a presente certidão que vai devidamente autenticada.

Termo Inicial de Correção Monetária – DEMONSTRATIVO DE DÉBITO				
(a) Termo Inicial	**(b) Principal**	**(c) Multa+Reincidência**	**(d) Correção**	**(e) Total**

(b) e (c) Resultado da conversão da moeda vigente à época do fato gerador para moeda vigente a data da emissão desta CDA, caso a moeda do termo inicial não seja o Real;
(e) Para efeito da atualização monetária, foram utilizados os índices: até dez/91: ORTN/OTN/BTN/TR; de jan/1992 a dez/1999, UFIR; a partir de jan/2000 a maio/2003 IGP-DI, e a partir de jun/2003 até a presente data IPCA. (Normativo: art.2º, § 5º, II da Lei nº 6.830 c/c art. 59 da Lei nº 6.379/96, c/c arts. 114 a 118 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930/97).

Relação de outros débitos existentes		
Inscrição em dívida ativa	**CDA**	
00000000000	**000000000000000**	**00000000000**

Recebedoria de Rendas de João Pessoa, 01 de mês de 201X.

Procurador do Estado **Responsável pela emissão**

ANEXO VI



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER

TERMO DE ANTECEDENTES FISCAIS

PROCESSO N° _____ AUTO DE INFRAÇÃO Nº_____

SUJEITO PASSIVO:_____ CCICMS Nº _____

O ***art. 39*** da Lei nº 10.094/13 considera reincidência a prática de nova infração ao mesmo dispositivo legal, por parte da mesma pessoa, natural ou jurídica, dentro de 5 (cinco) anos contados da data do pagamento da infração, da decisão definitiva referente à infração anterior ou da inscrição em Dívida Ativa na hipótese de crédito tributário não quitado ou não parcelado.

Conforme determina o ***art. 38, § 1º*** da Lei nº 10.094/13, o autor do procedimento fiscal realizou pesquisa no sistema de controle da Secretaria de Estado da Receita, com a finalidade de verificar a existência de antecedentes fiscais do sujeito passivo para propositura de multa recidiva, nos termos do ***art. 87*** da Lei nº 6.379, de 02 de dezembro de 1996, tendo constatado o seguinte:

INFORMAÇÃO

☐ - Não constam no sistema da SER/PB processos que caracterizem a reincidência.

☐ - Verifica-se nos processos discriminados abaixo a prática de infrações que caracterizam a reincidência:

Processo nº	Dispositivos infringidos	Data decisão definitiva *	Data do pagamento **	Data da Inscrição em dívida ativa

***A data da decisão definitiva pode ser da 1º, 2º instância e instância especial;**

****A data do pagamento pode ser do auto de infração, representação fiscal ou espontâneo;**

João Pessoa, ____de_____de _____.

_____

Auditor Tributário Estadual – Matrícula nº

ANEXO VII



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER

TERMO DE REVELIA

PROCESSO Nº _____

EMPRESA: _____

INSCRIÇÃO: _____

Aos ____dias do mês de _____de _____, em cumprimento ao que preceitua o *art. 12* da Lei nº 10.094/13, lavrei o presente **TERMO DE REVELIA,** em virtude de ter decorrido o prazo da intimação sem que tenha sido cumprida a exigência do recolhimento do crédito tributário, à vista ou parceladamente, nem apresentada a impugnação no prazo legal, referente ao Auto de Infração nº _____, cuja ciência se deu em _____ de _____ de _____.

Recebedoria de Renda de João Pessoa, ____de_____de _____.

_____

Funcionário responsável – Matrícula nº

ANEXO VIII

GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO Nº 0820682011-6
RECURSO VOL/CRF nº 108/2012

RECORRENTE :XXXXXXXXX
RECORRIDA :GERÊNCIA EXEC. JULG. DE PROC. FISCAIS - GEJUP
REPARTIÇÃO :COLETORIA ESTADUAL DE ALHANDRA
AUTUANTES :XXXXXXXXX
RELATOR :CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

D I L I G Ê N C I A

Aportando o Recurso nesta instância *ad quem*, ao perscrutarmos às folhas dos autos para proferir decisão, foi verificada a necessidade de Saneamento do processo, devendo os autos retornarem a Repartição Fiscal para as seguintes providências:

-Cientificar o Autuado (sujeito passivo) através de Edital, haja vista o endereço consignado no processo relativo a XXXXXXXX se referir ao endereço do responsável solidário, assim, a fim de evitar nulidade por cerceamento do direito de defesa do autuado, faz-se necessária a realização da Ciência por Edital.

Sendo esta medida condição *sine qua non* para resguardar tanto os interesses do contribuinte como o da Fazenda estadual, devendo após cumprido o que foi solicitado, os autos retornarem a esta instância.

RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO
- Conselheiro Relator-

APROVO.

Encaminhem-se os autos a SECOM, para as providências cabíveis.
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais, em 30 **de abril de 2013.**

Patrícia Márcia de Arruda Barbosa
Presidente

ANEXO IX

GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO Nº 1183242010-8
RECURSO VOL/CRF nº 002/2012

RECORRENTE :XXXXXXXX
RECORRIDA :GERÊNCIA EXEC. JULG. DE PROC. FISCAIS - GEJUP
REPARTIÇÃO :RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE
AUTUANTES :XXXXXXXX
RELATOR :CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO – NF NÃO CONTABILIZADA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS LANÇAMENTOS – MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis – No caso em apreço, a acusada não logrou apresentar provas que desconstituísse a denúncia.

Vistos, relatados e discutidos os autos deste Processo, etc...

R E L A T O R I O

Por discordar da decisão prolatada pela instância prima, a empresa em epígrafe, em tempo hábil, com supedâneo no art. 125 da Lei 6.379/96, recorre ordinariamente para este Conselho de Recursos Fiscais pretendendo ver reformado aquele decisório.

De conformidade com o Auto de Infração de Estabelecimento nº 93300008.09.00000537/2010-97, lavrado em 27/09/2010 (fls. 03), consta a seguinte denúncia:

-FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO (ESCRITA FISCAL) – Aquisição de mercadorias com recursos advindos de omissões de saídas pretéritas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto devido, constatada pela falta de registro de notas fiscais nos livros próprios.

Pelo fato, foi enquadrada a infração no art. 158, inciso I, art. 160, inciso I c/c art. 646;todos do RICMS/PB, aprovado pelo Decreto nº 18.930/96, sendo proposta aplicação de multa por infração com fulcro no art.82, inciso V, alínea "f", daLei nº 6.379/96.

Cientificada da acusação através de Aviso de Recebimento AR em 29/11/2010 (fls. 3-A), a acusada não interpôs petição reclamatória, sendo considerada REVEL em 04/01/2011, conforme atesta o Termo de Revelia acostado às folhas 12 do processo.

Seguindo a marcha processual, os autos foram conclusos à instância prima com a informação de não haver reincidência (fls.13),sendo distribuídos à julgadora fiscal Dra. Regina da S. Moura Santos, que após a análise considerou o libelo basilar PROCEDENTE, ementando sua decisão conforme explicitado abaixo.

> **À REVELIA.**
> *Revelia é o estado de quem, validamente citado, deixa de comparecer ao juízo obstinando em manter-se ausente no cumprimento a que está compelido, e tem o efeito de confissão tácita em relação às provas apresentadas pela parte oposta.*
> **AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE**

Após a prolação da sentença, foi realizada a ciência da acusada acerca da decisão monocrática através de Aviso de Recebimento – AR em 29/08/2011 (fls.20), tendo a empresa interposto recurso ordinário (fls. 22), no qual alega o seguinte:

-Nota Fiscal nº 0425- A nota fiscal apontada como não lançada se refere a um boleto da empresa Energisa – Borborema Energética S/A e não a Ética Distribuidora de Cosméticos. A inscrição 16.153.988-2 pertence à Energética e não a Ética.

-Nota Fiscal nº 023172- A emitente é fornecedora da recorrente mas a nota fiscal 023172 não faz parte de seus pagamentos conforme livro Razão.

-Nota Fiscal nº 80119-Presume-se nota de aquisição de bem de uso e/ou consumo.

-Nota Fiscal nº 0205- Pela consulta que fizemos ao plantão fiscal a empresa Ronaldo Almeida é um armarinho, na ausência da nota fiscal não se sabe a que operação estamos tratando.

-Nota Fiscal nº 6407 – Durante o ano a recorrente efetuou compras junto a Stark no valor de R$ 79.087,09, porém nenhuma das compras se deu pela NF 6407. Pode haver equívoco com a Nota nº 6038-Série da nota fiscal utilizada no mês de 11/2009.

Por fim, alega a acusada não se tratar de revel ou quitar o crédito tributário para se extinguir a questão, importa o sentimento de certeza jurídica de que houve mesmo falta de lançamento e se essa falta de lançamento repercute em falta de

ICMS.

Instada a fiscalização a se pronunciar acerca do recurso voluntário, em suas contra-razões (fls. 37), os autores do feito após analisarem as considerações trazidas na peça reclamatória, aduzem com relação à Nota Fiscal nº 0425, no valor de R$ 3.014,37, que a recorrente alega que a Inscrição Estadual nº 16.153.988-2 pertence a empresa ENERGÉTICA e não a ÉTICA COSMÉTICOS LTDA., o que não condiz co a verdade, conforme dados cadastrais acostados às folhas 32 e 33.

Acrescenta ainda que o relatório da GIM do emitente (fls. 34) comprova que a referida nota fiscal foi de fato destinada à empresa NELFARMA.

Com relação às Notas Fiscais nº 023172, 8019, 0205 e 6407, alegam os fazendários que a autuada não apresentou nenhuma documentação que pudesse ilidir o feito fiscal, apegando-se apenas a simples argumentos de retórica.

Por fim, diante do exposto, solicitam a total procedência do auto de infração em litígio, a fim de que produzam os efeitos legais.

Este é o **RELATÓRIO.**

V O T O

No caso vertente, versam os autos sobre a infração de pagamento realizado com receitas marginais constatados através das notas fiscais de aquisição não contabilizadas nos livros próprios nos exercícios de 2007, 08 e 09, ensejando a exação infracitada:

Notas fiscais não contabilizadas 2007/08/09
ICMS.....: 2.518,82
Multa.....: 5.037,64
Total.....: 7.556,46

Quanto à acusação de omissão de saídas pretéritas de mercadorias tributáveis constatada pela falta de lançamento de notas fiscais de aquisição nos livros próprios nos exercícios supramencionados, inferimos ter sido acostada pelo autor do feito às folhas 08 planilha discriminando os valores concernentes as operações interestaduais e internas, além da cópia da Nota Fiscal nº 023172 – fls. 09 (Operação interestadual) e planilha discriminando as notas fiscais referente as operações internas (fls. 10) .

No caso em tela, quanto à denúncia descrita, é cediço que sendo flagrada a ausência de contabilização de notas fiscais de aquisição nos livros próprios, caracterizada estará a aplicação da presunção legal de que teria havido omissão de saídas pretéritas de mercadorias tributáveis, resultando na receita marginal utilizada para pagamentos das aquisições não contabilizadas, presunção esta fulcrada no que dispõe a Lei nº 6.379/96, em seu a***rt. 3º, § 8º,*** transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 3º .....***
> ***§ 8º O fato de a escrituração indicar insuficiência de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declarações de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção. (grifo nosso)***

Haja vista a receita marginal originária das saídas omitidas afrontar o disciplinamento contido na inteligência emergente dos ***art. 158, inciso I, e art. 160, inciso I,*** ambos do RICMS/PB, os quais transcrevemos abaixo:

> ***Art. 158. Os contribuintes, excetuados os produtores agropecuários, emitirão Nota Fiscal, modelos 1 ou 1-A, Anexos 15 e 16:***
> ***I - sempre que promoverem saída de mercadorias***
> ***Art. 160. A nota fiscal será emitida:***
> ***I - antes de iniciada a saída das mercadorias***;

Destarte, após analisarmos a denúncia em apreço, verificamos ao perscrutarmos as considerações do recurso, que a acusada trouxe alegaçõs genéricas, sem se fazer acompanhar de qualquer prova material do alegado, não conseguindo provar que haveria no lançamento de ofício notas fiscais já contabilizadas ou erroneamente consideradas, ou qualquer outra alegação que tivesse o condão de descaracterizar a denúncia no todo ou em parte.

No caso em tela, por se tratar de uma presunção legal, a qual inverte o ônus probante para o acusado, caberia ao mesmo ter acostado provas da contabilização das notas fiscais objeto da autuação, ou mesmo, de que haveria vício no lançamento realizado, fatos estes não verificados nos autos.

In casu, a única alegação mais sólida trazida pela acusada, referente à nota fiscal emitida pela empresa Ética Distribuidora de Cosméticos Ltda., foi contestada pelos autuantes, os quais fizeram acostar às folhas 32 e 34 documentos que comprovam que a inscrição estadual é realmente da empresa retro mencionada e não da Energisa, conforme alegado pela acusada.

Assim sendo, após a análise do procedimento realizado, em face da solidez das normas que amparam a denúncia e da ausência de provas que tivessem o condão de ilidir a infração in examine, não resta outra alternativa, frente a clareza da infração cometida, senão, mantermos a decisão singular que julgou **PROCEDENTE** o auto de infração.

Ex positis,

V O T O –Pelo recebimento do recurso ordinário, por regular e tempestivo e, quanto ao mérito, pelo seu ***DESPROVIMENTO*****,** para que seja mantida a decisão recorrida que julgou ***PROCEDENTE***, o Auto de Infração de Estabelecimento nº 93300008.09.00000537/2010-97, lavrado em 27/09/2010 (fls. 03), contra XXXXXX., CCICMS nº 16.XXXXXX-X, fixando o crédito tributável exigível em **R$ 7.556,46,** sendo **R$ 2.518,82** *(dois mil quinhentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos)* de ICMS, por infringência aos ***art. 158, inciso I, art. 160, inciso I, c/c art. 646,*** todos do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930/97, e multa por infração na quantia de **R$ 5.037,6**4 *(cinco mil trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos)*, com fulcro no ***art. 82, inciso V, alínea "f"*** da Lei nº 6.379/96.

Sala das Sessões Pres. Gildemar Pereira de Macedo, em 05 de abril de 2013.

(RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO)
Conselheiro Relator

ANEXO X

GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROC. nº 1421892011-7
RECURSO HIER/VOL nº 396/2012

1° Recorrente	**: GERÊNCIA EXEC. JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS**
1° Recorrida	**: XXXXXXXXXXX**
2° Recorrente	**: XXXXXXXXXXX**
2° Recorrida	**:GERÊNCIA EXEC. JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS**
Preparadora	**: RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE**
Autuante	**: XXXXXXXXXX**
Relator	**: CONS. JOÃO LINCOLN DINIZ BORGES**
Voto Divergente	**: CONS. ROBERTO FARIAS DE ARAÚJO**
Voto Divergente	**: CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**

RECURSO HIERÁRQUICO PROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. ARQUIVO MAGNÉTICO. INFORMAÇÕES OMITIDAS. NOTAS FISCAIS NÃO LANÇADAS. OMISSÃO DE VENDAS CONFIGURADA. PROCEDÊNCIA. PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E PROIBIÇÃO DO EXCESSO. CANCELADA A DE MENOR MONTA. ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO OS VALORES. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE EM PARTE.

1- O art. 80 da Lei do ICMS/PB prevê apenas a aplicação de penalidade por descumprimento de obrigação acessória em UFR/PB. No caso em análise, a fragilidade normativa da penalidade proposta para o caso dificulta a sua aplicação em razão de destoar de todo arcabouço jurídico normativo que disciplina o ICMS na Paraíba, sucumbência da exação.
2 - Aquisições mercantis com notas fiscais não registradas nos assentamentos próprios do contribuinte deflagram a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, não tendo guarida a tese apoiada em posição superavitária de Caixa, em face da utilização de receitas não contabilizadas frente às aquisições não registradas, sendo mantida a exigência diante da

materialidade da denúncia.
3- Ocorrência de notas fiscais destinadas a empresa fiscalizada sem o devido lançamento dos documentos fiscais de entrada nos livros próprios, com incidência de penalidade acessória pelo descumprimento da obrigação de fazer, na forma prevista pela legislação de regência, mantida a exigência.
4- Redução da penalidade da face da eficácia da Lei n° 10.008/2013. Reforma da decisão recorrida.

Vistos, relatados e discutidos os autos deste Processo, etc....

VOTO DIVERGENTE

Senhora Presidente do Conselho de Recursos Fiscais, Senhores Conselheiros, Senhor Assessor Jurídico e demais serventuários desta Colenda Corte Fiscal.

Rendo aos Conselheiros ***Dr. JOÃO LINCOLN DINIZ BORGES e Dr. ROBERTO FARIAS DE ARAÚJO***, o tributo do meu respeitoso apreço e a consideração que eles, indiscutivelmente merecem, mas peço data máxima vênia para discordar dos seus entendimentos, quando em sessão realizada em 10 de março de 2014, os mesmos consideraram ***PARCIALMENTE PROCEDENTE*** o auto de infração, julgando procedente a denúncia transcrita abaixo:

> *ARQUIVO MAGNÉTICO - INFORMAÇÕES OMITIDAS >> O contribuinte está sendo autuado por omitir no arquivo magnético/digital informações constantes nos documentos ou livros fiscais obrigatórios;*

Assim sendo, mister se faz ressaltarmos que o motivo de nossa discordância se aplica apenas a esta acusação, onde corroboramos in totum as fundamentações de fato e de direito explicitadas pelo relator em seu voto quanto as demais acusações. Ao tempo em que divergimos do voto divergente proferido pelo Cons. Roberto Farias de Araújo, quanto a alegação de concorrência entre as infrações concernentes ao descumprimento de obrigação acessória relativa as acusações fulcradas em "***ARQUIVO MAGNÉTICO - INFORMAÇÕES OMITIDAS" e "FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS NO LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADAS".***

Dessa forma, em decorrência da divergência de entendimento por mim esposada, quanto a manutenção da infração fulcrada no ***art. 85, inciso IX, alínea "k"*** da Lei nº 6.379/06, passo a explicitar as considerações do meu voto:

No caso em tela, infere-se que o cerne da questão se prende ao artigo utilizado no enquadramento da penalidade (***art. 85, inciso IX, alínea "k"*** da Lei n0 6.379/06), cuja matéria já foi objeto de julgamento nesta Egrégia Corte, sendo proferido voto unânime pela inaplicabilidade da norma, conforme se abebera nos ***Acórdãos nº 237/2012 e 238/2012***, cujo conteúdo de ambos é idêntico, o que se faz

necessário apenas a transcrição ipsis litteris de um deles, vejamos:

> **RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES ENTRE DOCUMENTOS FISCAIS E O ARQUIVO MAGNÉTICO – INAPLICABILIDADE DA PENALIDADE PELA FRAGILIDADE JURÍDICA DO DISPOSITIVO E PELA AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇAO DO PERCENTUAL DA MULTA ESTABELECIDA – REFORMADA DECISÃO RECORRIDA – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.**
> *A Lei do ICMS/PB dispõe acerca das multas a serem aplicadas em decorrência de descumprimento de obrigação acessória, estabelecendo em regra o valor das penalidades em UFR/PB. No caso em análise, além de não se reportar a multa aplicada a UFR/PB, vislumbra-se ter sido estabelecido no dispositivo que a omissão ou divergência verificada entre os livros e documentos fiscais com o arquivo magnético/digital seria punida com o percentual de 5% do somatório dos valores totais dos documentos de entrada e saída que deveriam constar no arquivo magnético/digital fornecido, fato este não evidenciado nos autos, haja vista que apesar da divergência verificada, todas as notas fiscais constam da GIM, impossibilitando assim a aplicação da penalidade por descumprimento de obrigação acessória em decorrência da fragilidade jurídica e da ausência na norma da base de cálculo a ser considerada no caso em apreço para aplicação do percentual estabelecido.*

Sendo a matéria novamente posta para apreciação por este colegiado, em decorrência da interposição de Embargos declaratórios, cujo entendimento foi novamente mantido por unanimidade, conforme se assevera no Acórdão cuja ementa transcrevemos abaixo:

> **RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO – CONTRADIÇÃO NÃO CARACTERIZADA – MANTIDA DECISÃO AD QUEM.**
> *Para o provimento do Recurso de Embargos de Declaração, é condição sine qua non, a comprovação de omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida. No caso em tela, a alegação de contradição não se concretizou, haja vista a não aplicação de dispositivo normativo ter ocorrido em virtude de fatores que impossibilitaram juridicamente a sua aplicação.*

In casu, mister se faz tecermos considerações acerca da matéria, a fim de demonstrarmos o motivo da fragilidade normativa que ensejou a inaplicabilidade do dispositivo, vejamos:

O primeiro fator responsável pela nossa discordância da decisão ora vergastada tem por cerne a impossibilidade de aplicação do dispositivo em função de haver divergência entre o que dispõe o ***inciso IX do art. 85*** da Lei do ICMS/PB e sua alínea "k", haja vista ser cediço que na técnica legislativa *(Lei Complementar nº 95/08)*, as alíneas são usadas para exprimir enumeração relacionada ao inciso, não podendo divergir do que dispõe o mesmo.

Pois como é sabido, a organização de um texto legal é feita por meio de artigos, que são disposições ordenadas em tópicos, com a finalidade de facilitar a interpretação, onde cada artigo deve se referir a apenas um tema que, quando muito complexo, pode ser organizado em parágrafos, incisos, alíneas e itens, devendo seguir uma hierarquia, cujos artigos se desdobram em parágrafos ou incisos, e os parágrafos se desdobram em incisos, que por sua vez se desdobram em alíneas.

No caso em tela, a ***alínea "k" do inciso IX do art. 85*** da Lei nº 6.379/96, contrapõe-se ao seu inciso e ao próprio caput, já que impõe uma multa a ser aplicada por descumprimento de obrigação acessória com base em percentual, quando no arcabouço jurídico relativo ao ICMS/PB, não se vislumbra qualquer amparo legal que tivesse o condão de dar guarida ao que disciplina a alínea mencionada, conforme se abebera da transcrição *in verbis*:

> *Art. 85. As multas para as quais se adotará o critério referido no inciso I, do art. 80, serão as seguintes:*
>
> *IX - de 05 (cinco) a 400 (quatrocentas) UFR-PB, aos que cometerem as infrações relativas a processamento de dados, abaixo relacionadas:*
>
> *k) omitir ou apresentar informações divergentes das constantes nos documentos ou livros fiscais obrigatórios – multa equivalente a 5% (cinco por cento) do somatório dos valores totais dos documentos de entrada e saída que deveriam constar no arquivo magnético/digital fornecido, não podendo a multa ser inferior a 20 (vinte) UFR–PB; (grifo nosso)*

Diante da exegese da norma supra, denota-se que a própria lei determina que as multas por descumprimento de obrigação acessória concernente a processamento de dados deverão ser aplicadas adotando-se o critério referido no ***inciso I*** do ***art. 80***, da Lei nº 6.379/96, infracitado:

> *Art. 80. As multas serão calculadas tomando-se como base:*
>
> *I - o valor da Unidade Fiscal de Referência do Estado da Paraíba (UFR-PB), prevista no art. 184 desta Lei, vigente no exercício em que se tenha constatado a infração; (grifo nosso)*
>
> *II - o valor do imposto não recolhido tempestivamente, no todo ou em parte;*
>
> *III - o valor do acréscimo de que trata o art. 90.*

Assim, mister se faz ressaltarmos que não estamos diante de uma norma inconstitucional, pois para isso, teria a mesma de ferir preceitos constitucionais, o que não é o caso motivador da decisão, visto o dispositivo não ter a possibilidade

de ser aplicado em decorrência da contradição normativa verificada, face a divergência existente entre normas, pois a não aplicação do mesmo, além da divergência observada entre a alínea e seu inciso, o que efetivamente fragiliza a sua eficácia e aplicação, tem como fundamento primordial a ausência de multa para o caso denunciado, conforme pode ser verificado na inteligência emergente do ***art. 80*** da Lei nº 6.379/96.

Pois, com a devida vênia, corroboramos o entendimento de que não cabe ao julgador administrativo, em tese, fazer exegese de norma ou tampouco deixar de aplicá-la por considerá-la imperfeita e muito menos por achá-la contrária ao preceito maior, todavia, devemos lembrar que existem princípios basilares que norteiam o processo administrativo tributário, sendo o mais importante deles, o Princípio da Legalidade, o qual obriga o julgador a tomar decisões sempre se pautando nos parâmetros legais, em nome da estrita legalidade das decisões administrativas, alcançando assim a justiça fiscal tão almejada e o objetivo social dos órgãos administrativos de julgamentos. Sendo um descalabro a manutenção de uma exigência fiscal fulcrada em dispositivo que apresenta tamanha incongruência, cuja perspectiva futura tem o condão de trazer prejuízo ao Erário estadual na forma de pagamento de sucumbência.

Dessa forma, urge ressaltarmos que não se está deixando de aplicar a norma por força de preceito constitucional ou muito menos porque seria a mesma injusta ou ilegal, deixa-se de aplicar o dispositivo objeto da celeuma, em decorrência da impossibilidade jurídica de sua aplicação, haja vista o dispositivo legal primordial da norma, que é o artigo, determinar que as multas por descumprimento de obrigação acessória seriam aplicadas com base na Unidade Fiscal de Referência da Paraíba– UFR/PB, conforme dispõe o ***art. 80, inciso I*** da Lei nº 6.379/96, tendo ainda o ***inciso IX do art. 85,*** determinado que as infrações relativas a processamento de dados relacionadas em suas alíneas, que é o caso da autuação, seriam punidas com multas entre ***05 (cinco) a 400 (quatrocentas) UFR-PB.***

Ora, apesar de sabermos da existência de mecanismos próprios de controle de atos normativos estaduais perante os Tribunais de Justiça dos Estados Membros, e que a lei regulamente aprovada pelo Poder Legislativo só deve, em regra, perder sua validade por meio de outra lei que a revogue ou decisão judicial vocacionada para tanto, não vislumbramos a possibilidade de aplicação do dispositivo normativo mencionado, pois é a própria lei, que em seu ***art. 80*** dispõe acerca da única possibilidade de penalidade para os casos de descumprimento de obrigação acessória, que é em URF/PB.

Sendo de bom alvitre ressaltarmos que a interpretação do dispositivo deve ser realizada de forma sistemática, não podendo haver a interpretação literal e isolada da ***alínea "k", e***m razão de existir uma hierarquia normativa entre artigo, inciso e alínea e todo arcabouço jurídico concernente ao ICMS/PB.

Assim, infere-se que o ***art. 80*** da Lei nº 6.379/96 prevê as possibilidades de multa a serem aplicadas nas infrações relacionadas ao ICMS, não albergando

a possibilidade de aplicação de percentual para o caso de descumprimento de obrigação acessória, já o ***art. 85*** do mesmo diploma legal dispõe que serão adotadas as multas referidas no ***inciso I, do art. 80***, disciplinando as infrações relativas a processamento de dados, limitando entre 5 UFR/PB e 400 UFR/PB, elencando as infrações e suas penalidades em UFR/PB, exceção apenas quanto a alínea "k", que dispõe:

> *k) omitir ou apresentar informações divergentes das constantes nos documentos ou livros fiscais obrigatórios – multa equivalente a 5% (cinco por cento) do somatório dos valores totais dos documentos de entrada e saída que deveriam constar no arquivo magnético/digital fornecido, não podendo a multa ser inferior a 20 (vinte) UFR–PB; (grifo nosso)*

Nesse diapasão, estamos deixando de aplicar a multa disciplinada acima com base no que dispõe a própria Lei nº 6.379/96, que disciplina nos ***art. 80, inciso I e art. 85, inciso I,*** acerca das multas aplicadas por descumprimento de obrigação acessória, pois como é cediço, ao agente público cabe aplicar o dispositivo legal ao caso concreto, nessa senda, o insigne administrativista **Hely Lopes Meirelles**, em sua clássica obra Direito Administrativo Brasileiro, traz uma definição de legalidade no âmbito da Administração Pública, conforme se visualiza no fragmento transcrito abaixo:

> *"A legalidade como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal. Conforme o caso (MEIRELLES, 2007, p. 87)."*

Destarte, mister se faz ressaltarmos que não discordamos que o fato típico só contém elementos objetivos (omitir ou apresentar informação divergente), sendo classificado pela doutrina como fechado, ou seja, que não comporta juízo de valor por parte do julgador.

Porém, em nenhum momento está sendo questionada a tipicidade da infração, assim, apesar da mesma está claramente tipificada com seus elementos objetivos (omitir e divergir), vislumbra-se que a problemática responsável pela inaplicabilidade do dispositivo tem por cerne a penalidade disciplinada na ***alínea "k", a*** qual encontra-se divergente do próprio inciso, não encontrando respaldo na própria Lei nº 6.379/96, que em seu art. 80, prevê as únicas multas possíveis de serem aplicadas dentro do território paraibano, dentre elas, vislumbramos em seu inciso I, as multas por descumprimento de obrigação acessória, a qual terá por base a UFR/PB. Não havendo como se aplicar uma penalidade cujo dispositivo diverge de toda sistemática normativa contida na Lei, com a intenção precípua

de arrecadação, pois esse procedimento afronta os Princípios da Legalidade e da Moralidade.

Não podendo uma alínea, que tem a função apenas de exprimir enumerações do seu inciso, divergir do seu conteúdo jurídico ou mesmo do artigo, determinando uma penalidade a ser imputada ao contribuinte desconexa da determinação contida no art. 80, inciso I da Lei nº 6.379/96, sob pena da fragilidade de sua aplicação, cuja contumácia em seu acolhimento tem o condão de ensejar insegurança jurídica.

Destarte, não se trata de ilação ou conjetura desse Relator, quanto a não aplicabilidade do dispositivo normativo, haja vista a nívea clareza da fundamentação trazidas à baila, assim, entendermos que a tentativa de acolhimento de norma que apresente tamanha incongruência, apenas com a intenção arrecadatória, além de ferir os Princípios da Legalidade e da Verdade material ou mesmo da Moralidade, teria o condão de trazer prejuízos futuros ao Erário estadual na forma de pagamentos da sucumbência.

Perfilhando esse entendimento, perquire-se nas considerações trazidas no voto vergastado, a ausência de qualquer fundamentação jurídica que desse guarida a aplicação da ***alínea "k",*** onde o Relator, através de ilação, tece considerações superficiais, na tentativa de impor uma interpretação ao dispositivo que vai de encontro a hermenêutica jurídica, onde a contumácia em acolher uma norma que diverge dela própria afronta os princípios que deveriam nortear as decisões das instâncias administrativas de julgamento de processos fiscais e a própria finalidade dos órgãos julgadores administrativos.

Assim, venho ressaltar ser pacífico e uníssono o entendimento de não ser de competência dos órgãos julgadores a alegação de inconstitucionalidade, conforme dispõe o ***art. 99*** da Lei nº 6.376/96, visto a não aplicação da norma não ter por cerne preceitos constitucionais, como podem supor, sendo inaplicável em razão do ***art. 80, inciso I***, haja vista, como já foi comentado, a interpretação do dispositivo ser sistemática, não sendo passível a aplicação de uma norma isolada, que destoa de todo arcabouço normativo no qual está inserida.

Nesse diapasão, não tem como este Relator aplicar uma penalidade cujo dispositivo normativo apresenta tamanha incongruência, pois de tão aberrante a divergência do texto, sequer poderia ser considerada uma antinomia jurídica, haja vista a doutrina conceituar a antinomia jurídica como sendo a oposição que ocorre entre duas ou mais normas emanadas de autoridades competentes num mesmo âmbito normativo, as quais colocam o destinatário numa posição insustentável devido à ausência ou inconsistência de critérios aptos a definir qual e em que momento se utiliza a regra objeto do conflito, o que não é o caso em análise, já que a divergência ocorre numa mesma norma, entre o inciso e sua alínea.

Assim, se a divergência entre o inciso e sua alínea se caracterizasse como uma antinomia jurídica, teríamos ao nosso alcance, no julgamento realizado, 3 (três) critérios distintos inseridos no nosso ordenamento para solução do problema

(antinomias), sendo eles:

a) Critério Cronológico: trata-se da prevalência da norma posterior, em caso de antinomia entre duas normas criadas ou vigoradas em dois momentos cronológicos distintos. Designa-se a este princípio o termo em latim *"lex posterior derogat legi priori",* ou seja, lei posterior derroga leis anteriores. O uso deste critério coaduna com os demais critérios temporais continuamente utilizados pelo Direito, encontrando-se lado a lado com o princípio da vigência e eficácia das normas.

b) Critério Hierárquico: consiste na preferência dada, em caso de antinomia, a uma norma portadora de status hierarquicamente superior ao seu par antinômico. Diversos exemplos são citáveis dentro do ordenamento brasileiro, como conflitos entre dispositivos constitucionais *(hierarquicamente superiores)* e leis ordinárias *(hierarquicamente inferiores)* ou entre leis ordinárias *(hierarquicamente superiores)* e decretos *(hierarquicamente inferiores).* Nomeia-se este princípio no latim "*lex superior derogat legi inferiori",* ou lei superior derroga leis inferiores.

c) Critério Específico: baseia-se na supremacia relativa a uma antinomia da normas mais específica ao caso em questão. Desta forma, no caso da existência de duas normas incoerentes uma com a outra, verifica-se se ao dispor sobre o objeto conflituoso, uma delas possui caráter mais específico, em oposição a um caráter mais genérico. Diferente dos outros critérios, este possui certo grau de subjetividade, pois se em muitos casos é possível detectar facilmente o par *"genérico/específico",* em número significativo esta diferença se encontra difusa e difícil de localizar. Denomina-se também *"lex specialis derogat legi generali",* ou lei especial derroga leis genéricas.

Portanto, como a divergência ocorre entre inciso e alínea, ou seja, no mesmo dispositivo normativo, não foi possível a solução do problema resultante da má aplicação da técnica legislativa, tendo sido verificada a efetiva impossibilidade jurídica da aplicação do referido dispositivo, já que o artigo e o inciso determinam que as multas a serem aplicadas seriam em UFR/PB, enquanto a ***alínea "k"*** determina a multa em percentual, ensejando orientação normativa distinta a ser aplicada a um mesmo fato infringente, visto que o artigo e o inciso remetem a aplicação apenas de multa em UFR/PB, enquanto a alínea dispõe sobre percentual.

Outrossim, apesar de não ter o dispositivo em análise sua constitucionalidade questionada pelo sujeito passivo, resta-nos pedirmos devida máxima vênia, para lembrar que a aplicação da norma da forma que se encontra fere frontalmente os princípios norteadores que regem o processo administrativo tributário, mormente os Princípios da Verdade Material, da Legalidade e o da Moralidade, além de ir de encontro a finalidade precípua das instâncias administrativas de julgamento de processos fiscais, que foram criadas pela administração pública com o intuito precípuo de controle dos atos administrativos, tendo como objetivo principal rever seus próprios atos para que se enquadrem todos dentro do princípio da estrita legalidade, comungando assim com o que dispõe a **Súmula nº 473** do *Supremo Tribunal Federal*, a qual transcrevemos ipsis litteris abaixo:

STF Súmula nº 473
Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos
A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Tendo o julgador administrativo tributário como prerrogativa intrínseca a obrigação de zelar pela legalidade e moralidade dos atos administrativos, com o intuito de tornar líquido e certo o crédito tributário exigido, não havendo, portanto, qualquer possibilidade de aplicação de norma que destoa de todo arcabouço normativo no qual ela se insere.

Outrossim, com a finalidade de demonstrar a assertiva da decisão por nós prolatada acerca da matéria, em decorrência da decisão proferida à unanimidade por esta Egrégia Corte Fiscal, acolhendo o entendimento explicitado na decisão, o Governo do Estado publicou em 06/06/2013 a Lei nº 10.008/2013, que ***"REVOGOU"*** a ***alínea "k" do inciso IX*** do *Caput* do art. 85 da Lei nº 6.379/96, ratificando o entendimento de que a mesma se encontrava fora do contexto normativo, conforme se abebera da transcrição *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 5º Fica revogada a alínea "k" do inciso IX do "caput" do art. 85 da Lei nº 6.379, de 2 dezembro de 1996.***

No caso vertente, como a decisão por nós prolatada que resultou nos ***Acórdãos nº 237/2012 e nº 238/2012***, teve por cerne a inaplicabilidade da ***alínea "k" do inciso IX do art. 85*** da Lei nº 6.379/96, em decorrência da ausência no ***art. 80*** da Lei nº 6.379/96 de norma que legitimasse a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória através de percentual, a própria Lei nº 10.008/13, que já revogou a ***alínea "k" do inciso IX do art. 85*** da Lei nº 6.379/96, **"REVIGOROU"** o ***inciso IV, do art. 80*** da Lei nº 6.379/96, legitimando doravante a aplicação de multa por percentual sobre os valores de operações, prestações e faturamento, conforme dispõe a norma transcrita abaixo:

> ***Art. 3º Fica revigorado o inciso IV do art. 80 da Lei nº 6.379, de 2 de dezembro de 1996, com a seguinte redação:***
>
> ***"IV - os valores das operações e das prestações ou do faturamento.".***

Destarte, infere-se que as alterações contidas na Lei nº 10.008/2013 veio apenas confirmar a correição do entendimento por nós explicitado quando do

julgamento a unanimidade, de que a ***alínea "k" do inciso IX do art. 85*** da Lei nº 6.379/96, não tinha amparo nas disposições contidas no ***art. 80*** da Lei nº 6.379/96, para produzir efeito, pois só através da revigoração do ***inciso IV do art. 80***, é que passou a ser legitima a aplicação de multa em percentual sobre os valores das operações ou faturamento.

Outrossim, apesar de em 07 de janeiro de 2014, ter sido reformado o entendimento unânime desse Colegiado considerando, mesmo com as alterações trazidas à baila pela Lei nº 10.008/2013, o auto de infração ***PROCEDENTE,*** através da **Decisão nº 2/2014** proferida pela Instância Especial em decorrência de recurso hierárquico da decisão prolatada pelo Conselho de Recursos Fiscais referente ao Recurso de Embargos Declaratórios CRF Nº 323/2012, com base no que dispõe o ***art. 730*** do RICMS/PB, in verbis:

> ***Art. 730. Das decisões do Conselho de Recursos Fiscais, contrárias à Fazenda Estadual, haverá recurso de ofício para o Secretário de Estado da Receita.***
> ***§ 1º Será dispensada a interposição do recurso oficial quando:***
> ***IV – quando as decisões forem proferidas à unanimidade.***

Vislumbramos, com a devida máxima vênia, ter havido uma sucessão de equívocos que resultaram na decisão prolatada, os quais passaremos a elencar, vejamos:

Inicialmente se infere que o ***art. 730*** do RICMS/PB transcrito acima dispõe que haverá recurso de ofício quando a decisão for contrária a Fazenda Estadual, assim, ao nos reportarmos ao julgamento dos **Embargos Declaratórios CRF nº 323/2012,** verificamos que foi mantido o entendimento exarado nas decisões que resultaram nos **Acórdãos nº 237/2012 e 238/2012**, as quais consideraram **IMPROCEDENTE** o auto de infração.

Pois no caso vertente, urge ressaltarmos que os Embargos interpostos tiveram por cerne a alegação de ter havido contradição no voto, entendimento este não acolhido em decorrência de não ter se vislumbrado nas decisões que originaram os **Acórdãos nº 237/2012 e 238/2012,** qualquer contradição, sendo DESPROVIDOS os Embargos, através de votos em separado, porém, com a mantença da ***IMPROCEDÊNCIA*** do auto de infração, os quais foram acompanhados por todos os Conselheiros, sendo a decisão contrária à Fazenda Estadual unânime, descabendo, portanto, com base no ***art. 730, § 1º, inciso IV*** do RICMS/PB, recurso de ofício a Instância Especial.

No caso em tela, observa-se que apesar do não cabimento do recurso hierárquico, perquire-se outro fato que impede o nosso acolhimento da **Decisão nº 2/2014** proferida pela Instância Especial, pois é cediço que o Regimento do Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba *(Decreto nº 31.502/2010),* em seu ***art. 53,*** dispõe acerca dos recursos que poderão ser submetidos ao Conselho de Recursos Fiscais, dentre estes vislumbramos no art. 64, o disciplinamento inerente ao recurso de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, o qual tem como requisito a

constatação na decisão prolatada de omissão, contradição ou obscuridade.

Partindo dessa premissa, infere-se não caber, quando da apreciação do respectivo Embargos, a análise de mérito acerca da matéria, podendo haver efeitos infringentes apenas quando a omissão, contradição ou obscuridade resultarem em repercussão direta na decisão prolatada, levando assim ao acolhimento dos Embargos, com alteração da decisão.

No caso em apreço, os Embargos não foram acolhidos pelo Conselho de Recursos Fiscais, em decorrência de não ter ficado caracterizada a CONTRADIÇÃO alega, sendo mantida a decisão embargada que considerou ***IMPROCEDENTE*** o auto de infração.

Nesse contexto, ao perscrutarmos as fundamentações da **Decisão nº 2/2014** proferida pela Instância Especial, data vênia, infere-se de chofre ter havido uma decisão de mérito, quando na verdade, só caberia a análise através do recurso de ofício, acerca da existência ou não de contradição, ou seja, acolhimento ou não dos embargos.

Portanto, não vislumbramos a possibilidade de reforma da decisão do Conselho de Recursos Fiscais, referente aos Acórdãos nº 237/2012 e 238/2012, realizada através de um Recurso de Ofício referente a Embargos Declaratórios desprovidos, pois para que isso ocorresse dentro dos parâmetros legais, teria que a decisão da instância especial tivesse acolhido a alegação dos embargos de ter havido contradição, e tivesse essa contradição trazido repercussão na decisão de mérito do julgamento proferido em decorrência do recurso voluntário, o que não ocorreu.

Assim, perquire-se que na **Decisão nº 2/2014,** proferida pela Instância Especial, não há qualquer fundamentação acerca do acolhimento ou não da contradição, visto a análise a ser efetuada pela Instância Especial, através de recurso hierárquico, está adstrita apenas ao fato de ter ou não havido contradição, não cabendo a reforma da decisão proferida pela instância ad quem, sem que tenha havido o provimento do recurso de Embargos Declaratórios pelo CRF/PB, através de decisão proferida pela Instância Especial sem as fundamentações acerca da existência de contradição.

Em razão das considerações tecidas e diante da finalidade precípua dos órgãos julgadores administrativos e de sua autonomia e imparcialidade perante a administração pública, mantenho o entendimento já exarado no voto julgado à unanimidade nesta Corte, conforme se vislumbra no ***Acórdão nº 237/2012,*** mantendo a ***IMPROCEDÊNCIA*** dessa acusação em razão das considerações tecidas nesse voto divergente e a Parcial Procedência do Auto de infração, com base nas fundamentações tecidas no voto vergastado quanto as outras acusação, comungando assim com a correta decisão proferida pela ***Dra. Gilvia Dantas Macedo***, em processo contendo matéria correlata julgado em primeira instância, cuja ementa transcrevemos ipsis litteris abaixo:

PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL – AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO

DA AUTUADA – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. APRESENTAR ARQUIVOS MAGNÉTICOS CONTENDO DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO AOS LIVROS FISCAIS E/OU DOCUMENTOS FISCAIS. DESCABE AUTUAÇÃO. CABIMENTO DA MULTA ACESSÓRIA APLICADA. CONSEQUÊNCIA. JULGAMENTO IMPROCEDENTE.

A obrigação acessória imposta pela lei tributária tem como escopo primordial a garantia do cumprimento da obrigação tributária principal. Apresentar arquivos magnéticos cujos elementos lançados divergem daqueles dos livros fiscais e/ou documentos fiscais, é circunstância que não se subsume à lei de regência dada a impossibilidade legal de alcançar-se a base de cálculo. De fato, em respeito aos princípios da legalidade e tipicidade cerrada, somente poderá ser aplicada multa quanto o evento do mundo fático se subsumir irtegralmente à hipótese abstrata esculpida na lei. Por conta disso, julgo improcedente a ação fiscal, mesmo à revelia da autuada, pois é dever do estado corrigir os defeitos dos seus próprios atos.

AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE.

Destarte, diante as razões expendidas, divirjo do entendimento contido em ambos os votos quanto a aplicação do ***art. 85, inciso IX, alínea "k" d***a Lei n0 6.379/06, outrossim, venho discordar do *Conselheiro Roberto Farias de Araújo,* o qual nutro grande admiração e respeito, porém, entendo não haver concorrência de infrações entres as acusações fulcradas em ***"ARQUIVO MAGNÉTICO - INFORMAÇÕES OMITIDAS"*** e ***"FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS NO LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADAS",*** por entender que são infrações distintas e cumulativas, visto ser possível o contribuinte registrar as notas fiscais no livro Registro de Entrada e não informar esse registro na GIM, descumprindo apenas a segunda obrigação de **FAZER,** ou não registrar as notas respectivas no livro Registro de Entrada e também não informar na GIM, descumprindo assim duas obrigações de **FAZER**, o que me leva a corroborar as fundamentações de fato e de direito, quanto a esse assunto, do *Conselheiro João Lincoln Dinis Borges.*

Nesse diapasão, entendo que deve ser excluído do crédito tributário a infração fulcrada no ***art. 85, inciso IX, alínea "k"*** da Lei n0 6.379/06 e mantida as demais acusações, com o ajuste da multa realizado com base na Lei nº 10.008/2013.

=> Crédito Tributário	**ICMS**	**MULTA**	**TOTAL**
Arquivo Magnético – Informações Omitidas -	0,00	0,00	0,00
Falta de Lançamento de N.F. no Livro de Entradas-	0,00	10.515,21	10.515,21
Falta de Lançamento de N.F. de Aquisição-	119.249,03	119.249,03	238.498,06
CRÉDITO SUBSISTENTE =>	**119.249,03**	**129.764,24**	**249.013,27**

Ex positis,

V O T O pelo recebimento do recurso hierárquico por regular e do recurso voluntário, por regular e tempestivo, e quanto ao mérito pelo ***DESPROVIMENTO DO***

PRIMEIRO e PROVIMENTO PARCIAL do segundo para alterar, quanto aos valores, a sentença monocrática e julgar ***PARCIALMENTE PROCEDENTE*** o Auto de Infração de Estabelecimento no 93300008.09.00000486/2011-84, lavrado em 30/11/2011, contra XXXXXXXXX., inscrição estadual nº 16.XXX.XXX-X, já qualificada nos autos, declarando devido o crédito tributário no valor de **R$ 249.013,27**(duzentos e quarenta e nove mil treze reais e vinte e sete centavos), sendo ***R$ 119.249,03*** (cento e vinte e nove mil setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) de ICMS por infringência aos ***arts.306 c/c 339 e 158, c/c 160, I c/ fulcro no artigo 646, 119, VIII c/c 272,*** todos do RICMS/PB, aprovado pelo Decreto n° 18.930/97 e ***R$ 129.764,24*** (cento e vinte e nove mil setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) de multa por infração, nos termos do ***art. 82, V, alínea "f" e art. 85, inciso II,*** ambos da Lei n° 6.379/96.

Ao tempo em que ***CANCELO***, por indevido, o valor de ***R$ 119.249,03***, de multa por infração e a quantia de ***R$ 31.628,38*** referente a multa por descumprimento de obrigação acessória, em vista das alterações acima relacionadas e da redução prevista da Lei n° 10.008/2013.

Sala das Sessões Pres. Gildemar Pereira de Macedo, em 14 de março de 2014.

RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO
CONS. VOTO DIVERGENTE



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO Nº 0198422010-1
RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CRF nº 064/2013

EMBARGANTE :XXXXXXXXXXX
EMBARGADA :CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
PREPARADORA :RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA
AUTUANTE :XXXXXXXXXXX
V.CONVERGENTE:CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

VOTO CONVERGENTE

Senhora Presidente do Conselho de Recursos Fiscais, Senhores Conselheiros, Senhor Assessor Jurídico e demais serventuários desta Colenda Corte Fiscal.

Perquirindo com mais detalhamento o voto proferido pelo Conselheiro Relator Dr. Francisco Gomes de Lima Netto, na sessão realizada no dia 14 de maio de 2013, observamos que o relator decidiu pela ***PARCIAL PROCEDÊNCIA*** do auto de infração, anulando o lançamento de ofício referente à acusação de falta de pagamento do ICMS Diferido referente à **Nota Fiscal nº 003001** (fls. 15) – período de novembro/2007, ao tempo em que considerou descabida a cobrança do crédito tributário referente ao período de outubro/2007, sendo mantida apenas a acusação de notas fiscais de aquisição não contabilizadas referente ao mês de julho/2008.

No caso ventilado, para uma melhor apreciação da matéria, foi necessário o pedido de vistas, onde após perscrutarmos as peças dos autos e as fundamentações do voto proferido, vislumbramos o acerto da decisão pelas razões que passaremos a expor, vejamos:

Observa-se de pronto que teria havido omissão no julgamento anterior, a qual justifica os embargos, tanto pela equivocada contagem do prazo para interposição do recurso, como pela ausência de ajustes no crédito tributário em razão de equívocos cometidos pela fiscalização, a exemplo do valor relativo ao ICMS diferencial de alíquota cobrado pela fiscalização, sem observar a redução de base de cálculo que a empresa tinha direito, e até mesmo, as alegações infundadas quanto ao Contrato de Arrendamento Mercantil, o qual não teve o condão de trazer qualquer repercussão para a cobrança do ICMS Diferido, por ter sido celebrado no ano de 2000.

Outrossim, observarmos que a disceptação tem por cerne a acusação de falta de recolhimento do ICMS Diferido relativo aos períodos de outubro/2007 e

operação beneficiada por diferimento.

Art. 12. Na documentação fiscal relativa às operações com o imposto diferido deverá constar, em destaque, o dispositivo legal concessor do diferimento.

Tendo o documento fiscal emitido satisfeito todas as diretrizes disciplinadas nas normas acima, caracterizando-se uma típica operação de diferimento, haja vista o não destaque do imposto e a informação no corpo do documento acerca do benefício.

Nesse diapasão, ao analisarmos o fato infringente denunciado, inferimos que a fiscalização teria realizado a denúncia com base no que dispõe o ***inciso I do § 8º do art. 10*** do RICMS/PB, o qual disciplina o seguinte:

> ***I - o imposto devido será recolhido pelo adquirente quando da operação subseqüente, esteja esta sujeita ou não ao pagamento do tributo, observado o parágrafo seguinte; (grifo nosso)***

Portanto, verifica-se que o autuante considerou o termo final para cobrança do ICMS diferido a realização de uma operação subseqüente, em decorrência da realização da CISÃO patrimonial ocorrida em outubro de 2007.

Ora, com a *devida vênia,* coaduno-me as alegações do relator quando alegou que a Cisão não configura caso de operações sujeitas ao ICMS, onde a operação de que resulta a transferência de propriedade das mercadorias é de cunho societário, a qual é regida por normas próprias, não se tratando de operação mercantil.

Onde entendo que os bens objeto da Cisão mudaram de propriedade em razão de uma transferência patrimonial de cunho societário e não de uma operação mercantil, não tendo havido no caso vertente sequer a circulação das mercadorias para outro estabelecimento, haja vista a empresa que recebeu parte do patrimônio está estabelecida no mesmo endereço da empresa cindida, não tendo havido no caso vertente uma operação subseqüente para efeito do termo final do diferimento.

Em razão desse fato, entendo que realmente a infração se operou, não em decorrência de ter havido uma operação subseqüente, conforme ***inciso I do § 8º do art. 10*** do RICMS/PB, e sim, em virtude da destinação diversa do bem, de acordo com a dicção do ***inciso III*** do mesmo dispositivo legal, conforme se abebera abaixo:

> ***III - a qualquer tempo, desde que fique comprovada destinação diversa do bem, o contribuinte deverá recolher o ICMS diferido, acrescido de juros e atualização monetária, sem prejuízo das penalidades cabíveis. (grifo nosso)***

Nesse diapasão, diante da existência de questionamento de ter havido ou não operação subseqüente no caso de CISÃO, mormente em função de não ter havido qualquer deslocamento dos bens do estabelecimento, além da alegação de

novembro/2007, cujos valores montam respectivamente em **R$ 11.554.956,17** e **R$ 2.909.287,30,** referentes as cópias das notas fiscais acostadas às folhas 15 e às folhas 18 *usque 2*4 do processo.

No caso em tela, infere-se se tratar a contenda da cobrança do ICMS Diferido referente a operações de aquisição de mercadorias realizadas nestes dois períodos, assim, passaremos a analisar o primeiro período (outubro/2007), referente à cobrança do ICMS diferido relativa à **Nota Fiscal nº 003901** (fls. 15).

Observa-se ao perquirir-se o documento fiscal mencionado, tratar-se de operação de importação de bem amparada pelo diferimento, conforme dispõe a inteligência emergente do ***art. 10, inciso IX, §§ 7º e 8º incisos I, II e III, art. 11 e 12*** do RICMS/97, *in verbis:*

> ***Art. 10. O pagamento do imposto será diferido:***
>
> ***IX - nas operações internas, interestaduais e de importação, realizadas com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais destinados a integrar o ativo fixo de estabelecimento industrial e relacionados com o processo produtivo, observado o disposto no § 8º (Decreto nº 19.111/97);***
>
> ***§ 7º A concessão do diferimento de que trata este Capítulo fica condicionada a efetiva regularidade fiscal do contribuinte, cuja comprovação far-se-á através de certidão negativa de débitos estaduais, nos termos do inciso VI do art. 820, deste Regulamento.***
>
> ***§ 8º Na hipótese do inciso IX, serão observadas as seguintes condições:***
>
> ***I - o imposto devido será recolhido pelo adquirente quando da operação subseqüente, esteja esta sujeita ou não ao pagamento do tributo, observado o parágrafo seguinte;***
>
> ***II - o diferimento se aplica, inclusive, quanto à complementação devida a este Estado, na forma prevista no inciso X do art. 14;***
>
> ***III - a qualquer tempo, desde que fique comprovada destinação diversa do bem, o contribuinte deverá recolher o ICMS diferido, acrescido de juros e atualização monetária, sem prejuízo das penalidades cabíveis.***
>
> ***§ 9º Para efeito do inciso I, do parágrafo anterior, a base de cálculo do imposto é o valor de que decorrer a saída do bem, com redução de:***
>
> ***I - 20% - após 1 (um) e até 2 (dois) anos de uso;***
> ***II - 40% - após 2 (dois) anos e até 3 (três) anos de uso;***
> ***III - 60% - após 3 (três) anos e até 4 (quatro) anos de uso;***
> ***IV - 80% - a partir do quinto ano de uso.***
>
> ***Art. 11. É vedado o destaque do imposto em documento fiscal correspondente à***

se tratar de uma transferência patrimonial de cunho societário, questionamentos estes que tornam a acusação frágil e suscetível a sucumbência em uma possível demanda judicial, como a decisão pautou-se pela nulidade desse lançamento de ofício, entendemos ser mais prudente, a fim de resguardar os interesses da Fazenda estadual e impor mais solidez ao crédito tributário exigido, que o lançamento de ofício referente a essa acusação seja julgado NULO, para que outro procedimento seja realizado, haja vista não vislumbrarmos qualquer prejuízo para o Erário estadual na nulidade decretada na decisão proferida.

Assim, corroboro a decisão prolatada quanto à nulidade do lançamento referente ao ICMS Diferido concernente a **Nota Fiscal nº 003901** (fls. 15), para que seja realizado novo procedimento com fulcro no ***inciso III*** supra transcrito, dando liquidez e certeza ao crédito tributário a ser exigido.

No tocante ao segundo período (novembro/2007), cujo valor monta **R$ 2.909.287,30** (fls. 18 *usque* 24 do processo), observamos ter havido efetivamente uma omissão no julgamento anterior quanto ao cálculo para cobrança do ICMS Diferido, haja vista não ter sido respeitado, para efeito de obtenção do complemento da alíquota, a base de cálculo da operação própria, a qual estava beneficiada pela redução.

Outrossim, adentrando no mérito da matéria, vislumbramos que diferente da **Nota Fiscal nº 003901** (fls. 15), a qual continha todos os requisitos exigidos para uma operação amparada pelo benefício do diferimento, a exemplo de não constar o destaque do imposto e indicar em seu corpo a norma concessora do benefício, as outras notas fiscais objeto da autuação, referente ao período de novembro/2007, tratavam-se de operações interestaduais, cujo lançamento foi efetuado pela acusada em seus livros fiscais como se fossem mercadorias adquiridas para revenda.

No caso em tela, conforme exegese do art. 10 do RICMS/PB, mais precisamente dos ***arts. 11 e 12,*** infere-se que as operações ora analisadas não teriam sido beneficiadas pelo diferimento, haja vista nestes casos, a concessão do diferimento está condicionada a certos requisitos.

Assim, quando da entrada no território paraibano, não há como a fiscalização saber se as mercadorias transportadas satisfazem os requisitos para concessão do diferimento, daí é que sempre emitem a fatura para o contribuinte recolher o ICMS Diferencial de alíquotas, cabendo ao adquirente, através de processo regular, solicitar o diferimento do ICMS Diferencial de alíquotas.

Dessa forma, no caso em apreço, mister se faz ressaltarmos que não consta dos autos qualquer comprovação de que as mercadorias consignadas nos documento fiscais discriminados ás folhas 18 *usque* 24 do processo, teriam sido beneficiadas pelo diferimento do ICMS Diferencial de alíquotas, para efeito de legitimação da cobrança ora realizada.

Destarte, para um melhor entendimento acerca da matéria, passarei a tercer considerações com o fim específico de demonstrar que as operações objeto da cobrança não estaria beneficiada pelo diferimento, vejamos:

Observa-se que a concessão do diferimento está condicionada a regularidade fiscal do contribuinte, cuja comprovação far-se-á através de certidão negativa de débitos estaduais, sendo vedado o destaque do imposto no documento referente à operação beneficiada pelo diferimento, devendo constar, em destaque, o dispositivo legal concessor do benefício.

Vislumbra-se ao se perquirir o conteúdo da norma mencionada, que o beneficiário é sempre o adquirente, seja quanto ao diferimento do imposto da operação própria, ou quanto ao diferencial de alíquota, cujo recolhimento do imposto fica sobrestado para o momento em que ocorrer o termo final do diferimento.

Ficando a empresa beneficiária do diferimento (indústria) responsável pelo recolhimento do imposto corrigido e de penalidades cabíveis, caso se comprove, a posteriori, destinação diversa do bem.

Porém, apesar da clareza aparente da norma, surge várias disceptações acerca de sua aplicabilidade, suscitando assim vários questionamentos, quais sejam:

- como se processa o diferimento propriamente dito, ele é automático ou necessita de solicitação?

- como ocorre o diferimento em relação à repartição de receita entre as unidades federativas (diferencial de alíquota)?

Neste diapasão, quanto ao primeiro questionamento, vislumbramos ao analisarmos a norma concessora do benefício, mais precisamente o ***art. 10, § 7º*** do RICMS/PB, que o diferimento é condicionado, conforme se abebera abaixo:

> ***§ 7º A concessão do diferimento de que trata este Capítulo fica condicionada a efetiva regularidade fiscal do contribuinte, cuja comprovação far-se-á através de certidão negativa de débitos estaduais, nos termos do inciso VI do art. 820, deste Regulamento.***

Observa-se também no ***inciso IX do art. 10*** do RICMS/PB, que o benefício deve ser concedido apenas para máquinas, aparelhos e equipamentos destinados a estabelecimento industrial, sob a condição de ter relação direta com o processo produtivo.

Nesse diapasão, diante das condições mencionadas, chega-se à ilação de que o benefício quando aplicado sem a anuência do Fisco, fica passível de ulterior homologação para comprovação das condições estabelecidas na norma.

Onde vislumbramos no Estado da Paraíba, que para a concessão do diferimento concernente ao ICMS Diferencial de alíquota, faz-se necessário a realização de solicitação através de processo regular próprio, onde deverá esta comprovada as condições estabelecidas para o direito de fruição do benefício.

No caso do segundo questionamento, quanto à diferença entre a alíquota

interna e a interestadual quando da realização de operações interestaduais, o diferimento do ICMS Diferencial de alíquotas se opera através de solicitação, pois quando da entrada no território paraibano de máquinas, aparelhos e equipamentos destinados a estabelecimentos industriais, não há como a fiscalização saber se as condições estabelecidas para fruição do benefício estariam satisfeita, mesmo porque as notas fiscais que acobertam a operação, além de vir com o imposto destacado, não contempla em seu corpo o dispositivo concessor do benefício do diferimento, conforme dispõe os ***art. 11 e 12*** do RICMS/PB.

Assim, os auditores fiscais dos Postos fiscais de fronteira emitem a fatura para o pagamento do ICMS Diferencial de alíquota, onde as empresas solicitam o diferimento do pagamento, com a comprovação das condições exigidas.

Sendo verificado pelo setor competente da Fazenda estadual se as condições foram satisfeitas, há o deferimento ou indeferimento do benefício.

Todavia, apesar da prática reiterada quanto a esse procedimento, vislumbramos na exegese da legislação de regência concernente ao diferimento, a qual já foi por nós transcrita no intróito de nossas fundamentações, que a mesma quando se refere ao ***incido II do § 8º do art. 10*** do RICMS/PB, na nossa concepção, dispõe acerca da complementação da alíquota resultante da compra de mercadorias em outra unidade da Federação já beneficiada com o diferimento do imposto da operação como um todo.

Pois é de bom alvitre ressaltarmos que o diferimento é concedido ao imposto referente a operação, inclusive, quanto à complementação devida a este Estado (***inciso II, § 8º do art. 10*** do RICMS/PB), não cabendo, na nossa singela concepção, a aplicação desse benefício apenas quanto ao ICMS Diferencial de alíquotas, quando a operação como um todo não está beneficiada pelo diferimento, como ocorre atualmente.

Pois de forma exemplificativa, ventilamos a realização de uma compra efetuada no Estado de Pernambuco no valor de **R$ 10.000,00**, cuja quantia de ICMS diferido teria por base ***R$ 1.200,00 (alíquota de 12%),*** assim, ao adentrar no Estado da Paraíba, seria devido o ICMS Diferencial de alíquota no valor de **R$ 500,00,** o qual, em decorrência do que dispõe o ***inciso II do § 8º do art. 10*** do RICMS/PB, fica também, juntamente com o valor de **R$ 1.200,00**, diferido para uma etapa subseqüente, conforme se infere da norma infracitada:

> ***Art. 10 .....***
> ***§ 8º .....***
> ***II - o diferimento se aplica, inclusive, quanto à complementação devida a este Estado, na forma prevista no inciso X do art. 14;***

Assim, para que isso ocorresse, teria que toda a operação já estivesse beneficiada com o diferimento, contendo o documento fiscal as determinações de não vir o destaque do ICMS e a informação em seu corpo do dispositivo concessor do benefício.

Partindo dessa premissa, infere-se que a aplicação do benefício apenas quanto ao ICMS Diferencial de alíquotas de forma isolada, como ocorre atualmente, não encontra respaldo na exegese da norma supra.

Pois além da norma se referir a aplicação do diferimento a operação como um todo ***(inciso I do § 8º do art. 10*** do RICMS/PB), para ratificar que o benefício deve ser aplicado a operação, dispõe em seus ***arts. 11 e 12*** do RICMS/PB sobre a vedação do destaque do imposto no documento fiscal correspondente a operação beneficiada por diferimento, bem como a determinação para que conste no corpo da nota fiscal o dispositivo concessor do benefício, conforme se verifica na transcrição *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 11. É vedado o destaque do imposto em documento fiscal correspondente à operação beneficiada por diferimento.***
>
> ***Art. 12. Na documentação fiscal relativa às operações com o imposto diferido deverá constar, em destaque, o dispositivo legal concessor do diferimento.***

Além desses fatores, o ***§ 9º*** do mesmo diploma legal dispõe que no momento da operação subseqüente, o valor do imposto que decorrer a saída do bem terá uma redução de base de cálculo, conforme se comprova abaixo:

> ***§ 9º Para efeito do inciso I, do parágrafo anterior, a base de cálculo do imposto é o valor de que decorrer a saída do bem, com redução de:***
> ***I - 20% - após 1 (um) e até 2 (dois) anos de uso;***
> ***II - 40% - após 2 (dois) anos e até 3 (três) anos de uso;***
> ***III - 60% - após 3 (três) anos e até 4 (quatro) anos de uso;***
> ***IV - 80% - a partir do quinto ano de uso.***

Destarte, após a análise das normas ventiladas, vislumbramos que a mesma corrobora o fato de que o benefício do diferimento deve ser aplicado a operação como um todo, pois ao considerarmos o diferimento apenas quanto ao diferencial de alíquotas, tendo a operação originária de outra unidade da Federação ocorrido normalmente, com destaque do imposto e sem qualquer alusão ao benefício do diferimento, como ficaria a aplicação do desconto mencionado acima, visto o valor da redução ser aplicado ao valor que decorrer a saída do bem, enquanto o diferimento teria sido concedido apenas quanto ao ICMS Diferencial de alíquota?

Ora, no caso vertente, ao se analisar todos os dispositivos da norma concessora do benefício, chega-se à ilação de que não caberia a concessão do diferimento do ICMS Diferencial de alíquota de forma isolada, quando a operação não estiver amparada pelo benefício, haja vista entendermos que o ***inciso II do § 8º do art. 10***, refere-se a aplicação do diferimento do ICMS Diferencial de alíquotas apenas naqueles casos em que toda a operação já estivesse sujeita ao diferimento desde o Estado de origem.

Assim, infere-se só ser cabível o diferimento do ICMS Diferencial de alíquota nos casos em que a operação como um todo já ocorre com o benefício, pois a concessão do diferimento apenas para o ICMS diferencial de alíquota, como vem sendo aplicada, descaracteriza as diretrizes estabelecidas na própria norma concessora, haja vista as determinações explicitadas nos ***arts. 11 e 12*** do RICMS/PB, além da impossibilidade de aplicação do ***§ 9º do art. 10*** do mesmo diploma legal.

Assim, diante das considerações tecidas, verifica-se que a exigência do ICMS Diferido referente às notas fiscais elencadas às folhas 18 *usque* 24 do processo, é indevida, em razão de tais operações não terem sido beneficiadas pelo diferimento, pois a infração suscetível de cobrança seria a referente ao ICMS Diferencial de alíquotas, infração essa que não faz parte do litígio *in examine*.

Portanto, coadunamo-nos a decisão proferida quando considerou improcedente a exação concernente ao ICMS Diferido referente ao mês de novembro/2007, pois se a operação não foi beneficiada pelo diferimento, descabida se torna a denúncia formulada nos autos.

Haja vista ser cediço que a prova cabe a quem acusa, nesta linha de raciocínio, caberia a fiscalização, para poder cobrar o recolhimento do ICMS Diferido, comprovar que a operação teria sido beneficiada pelo diferimento, provas estas não vislumbradas nos autos, pelo contrário, observa-se que todas as notas fiscais foram lançadas normalmente nos livros fiscais, inclusive, com crédito do imposto, pois como já foi explicitado, para obtenção do benefício, teria que a empresa ter solicitado o benefício através de processo regular, visto nestes casos o diferimento não ser automático.

Dessa forma, diante das considerações tecidas, vislumbramos ser indevida e ilegal a cobrança do ICMS Diferido, pois a permanecer a acusação, estará havendo uma condenação sem amparo em provas matérias que tenham o condão de demonstrar a infração praticada.

Assim, sem mais delongas, venho através desse voto convergir com as alegações suscitadas pelo Cons. Relator, para que seja considerado ***PARCIALMENTE PROCEDENTE*** o auto de infração, ao tempo que seja considerado **NULO** o lançamento de ofício referente à acusação de falta de pagamento do ICMS Diferido referente à Nota Fiscal nº 003001 (fls. 15) – período de novembro/2007, sendo mantida apenas a acusação de notas fiscais de aquisição não contabilizadas referente ao mês de julho/2008.

Sala das Sessões Gildemar Pereira de Macedo, em 31 de julho de 2013.

RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO
Conselheiro

ANEXO XII

GOVERNO DA PARAÍBA — SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO Nº 1266732009-3
RECURSO HIE/CRF nº 394/2012

RECORRENTE :GERENCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROC. FISCAIS
RECORRIDA :XXXXXXXX
REPARTIÇÃO :RECEBEDORIA DE RENDA DE JOÃO PESSOA
AUTUANTE :XXXXXXXX
RELATOR :CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO – ERRO NA NATUREZA DA INFRAÇÃO - NULIDADE - MANTIDA DECISÃO SINGULAR – AUTO DE INFRAÇÃO NULO.
O fato infringente descrito deve estar claro e preciso, para que possa o julgador aplicar a lei dentro dos parâmetros legais. A indeterminação da natureza da infração enseja a nulidade do lançamento de ofício em decorrência de vício formal.

Vistos, relatados e discutidos os autos deste Processo, etc...

R E L A T O R I O

Trata-se de recurso obrigatório interposto pela GEJUP, nos moldes do art. 128 da Lei 6.379/96, visto que a decisão monocrática julgou ***PARCIALMENTE PROCEDENTE*** o libelo fiscal, contrariando as exigências da Fazenda Estadual.

De conformidade com o **Auto de Infração de Estabelecimento nº 93300008.09.00001911/2009-38,** lavrado em 16/12/2009 (fls. 08), consta a seguinte denúncia:

> *-INDICAR COMO ISENTAS DO ICMS OPERAÇÕES COM MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO ESTADUAL – Falta de recolhimento do imposto estadual face a ausência de débito do imposto nos livros próprios em virtude do contribuinte ter indicado nos documentos fiscais operações com mercadorias tributáveis como sendo isentas do ICMS.*
> *NOTA EXPLICATIVA:*
> *O contribuinte considerou saídas tributáveis como se fosse isentas de forma equivocada . Isenção concedida pelo art. 6º, inciso XXXVIII do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.379/97, alcança tão somente as prestações de serviço de transporte intermunicipal de cargas destinadas ao contribuinte do imposto que tenha início e término nesse Estado. Dessa forma as prestações da empresa no período de 2007 a 2008 não foram destinadas a contribuintes do*

imposto, mas sim a pessoas físicas não contribuintes, além de não se iniciarem neste Estado, havendo aqui apenas o redespacho da carga.

Pelo fato, foia autuada enquadrada nas infrações referente aos art. 106, c/c art. 52; art. 54, §2º, inciso I e II, art. 2º e art. 3º , art. 60, inciso I, alíneas "b" e inciso I, alíneas "d" e "l", todos do RICMS/PB, aprovado pelo Decreto nº 18.930/96, sendo proposta aplicação de multa por infração com fulcro no art.82, inciso IV, da Lei nº 6.379/96.

Cientificado através de Aviso de Recebimento AR em 27/01/2010 (fls. 159), a empresa interpôs petição reclamatória em 12/02/2010 (fls. 163), na qual alega que todas as entregas foram realizadas para contribuintes inscritos no Estado da Paraíba, chamados de Revendedores Comerciais Varejistas dos Produtos XX.

Alega ainda que as mercadorias estavam sujeitas à substituição tributária, onde a empresa XX é beneficiada de um Regime Especial, onde são estabelecidas as formalidades a serem cumpridas pelas partes para o cálculo e recolhimento do ICMS devido pelas revendedoras domiciliares.

Aduz que o início da prestação de serviço ocorre na Paraíba, em decorrência de um contrato entre a empresa transportadora e a XX, para a entrega dentro do território paraibano aos Revendedores Comerciais Varejistas dos Produtos XX.

Afirmando que não houve qualquer redespacho, pois para isso teria que existir um contrato entre uma transportadora e a autuada, não sendo este o caso.

Que a empresa transportadora tem direito ao benefício da isenção estabelecido no ***art. 6º, inciso XXXVIII*** do RICMS/PB, em virtude da operação ter início e fim dentro do Estado da Paraíba, e que o destino da prestação ocorreu para contribuinte do imposto.

Por fim requer que seja ordenada a juntada aos autos do Regime Especial vigente à época dos fatos, firmado entre a XX e o Estado da Paraíba, como meio de prova, uma vez que por não ser um documentos público, não é disponibilizado a terceiros, como é o caso da Intertransmar. Solicitando que seja julgado IMPROCEDENTE o auto de infração em razão da estrita observância ao regramento do Convênio 04/04.

A fiscalização instada a se pronunciar acerca da petição reclamatória, aduz em sua contestação (fls. 313), que para a aplicação do benefício da isenção impõe-se que o destinatário da carga seja contribuinte do ICMS, que pague o imposto no final do período de apuração ao erário paraibano.

Acrescenta que não houve circulação da mercadoria pela suposto contribuinte Revendedor Comercial Varejista dos Produtos XX, cuja inscrição estadual é de nº 16.000.000-0, pois este não deu entrada nas mercadorias nem emitiu nota fiscal de saída delas, situação verificada em todos os argumentos da autuada e já identificada anteriormente nas notas fiscais exemplificativas constante às folhas 74 a 156 do processo.

Alega que as mercadorias saíram de outros Estados tendo como remetente

a XX, e tinham como destino as pessoas físicas revendedoras, sem que a inscrição estadual fosse informada em qualquer operação ficta ou fisicamente. Além do fato dessa empresa nunca ter realizado a apuração de ICMS, perfeitamente identificável pelas Guias de Informações Mensais enviadas a SER.

Quanto ao recolhimento do ICMS por substituição tributária, diz respeito apenas a XX, não tendo relação com as prestações de serviços contratadas, pois no caso, o que é devido é o ICMS sobre as prestações de serviços realizadas.

Por fim, requer a procedência da acusação, devendo assim ser julgada para que se respeite a finalidade da norma tributária que se persegue.

Seguindo a marcha processual, os autos foram conclusos à instância prima com a informação de não haver reincidência (fls. 319), sendo devolvido em Diligência (fls. 393), para que fossem acostados pelo autor do feito toda a documentação referente as operações realizadas.

Em cumprimento a diligência solicitada, o autor do feito acostou ao processo planilhas, cópias dos *Conhecimentos de Transportes (VOL. II, III e IV).*

Retornando o processo a primeira instância de julgamento, os mesmos foram distribuídos à julgadora fiscal Dra. XXXXXXX, que após a análise, em face do erro na natureza da infração em decorrência do fato infringente descrito se reportar a *"operações de mercadorias"*, quando a falta de recolhimento se deu em razão de prestações de serviço de transporte realizadas, assim, julgou o libelo basilar **NULO** (fls. 1.327), ementando sua decisão conforme explicitado abaixo.

> **AUTO DE INFRAÇÃO – Errônea descrição do fato infringente. Nulidade da peça basilar.**
> *O lançamento compulsório que se apresenta viciado pro errônea determinação da natureza da infração deverá ser declarado nulo, para que outro, a ser realizado de acordo com realidade factual, venha a ratificá-lo de modo a assegurar o recolhimento do imposto correspondente.*
> **AUTO DE INFRAÇÃO NULO**

Após a prolação da sentença, foi realizada a ciência através de Aviso de Recebimento AR (fls. 1.331), tendo a fiscalização sido instada a se pronunciar acerca do recurso hierárquico, onde em suas contra-razões (fls. 123), alega concordar com a decisão singular, porém, discorda do entendimento da julgadora singular referente a alegação de que os documentos seriam inidôneos, haja vista não haver nos mesmos qualquer irregularidade.

Este é o RELATÓRIO.

V O T O

No caso vertente, versam os autos sobre a infração de INDICAR COMO ISENTAS DO ICMS OPERAÇÕES COM MERCADORIAS SUJEITAS AO IMPOSTO ESTADUAL, ensejando a exação infracitada:

- Crédito Tributário	ICMS	MULTA	TOTAL
Falta de recolhimento do ICMS	512.003,26	768.004,96	1.280.008,22
Total =>	512.003,26	768.004,96	1.280.008,22

In casu, ao perscrutarmos as peças dos autos vislumbramos que a infração teria resultado da constatação de que teria havido falta de recolhimento do ICMS em decorrência de indicar como isentas, com base no que disciplina o art. 6º, inciso XXXVIII do RICMS/PB, prestações de serviços de transportes realizadas, arrimando-se no que disciplina o dispositivo retromencionado, o qual transcrevemos *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 6º São isentas do imposto:***
> ***XXXVIII – até 30 de abril de 2007, as prestações de serviços de transporte intermunicipal de cargas destinadas a contribuinte do imposto, que tenham início e término neste Estado (Convênio ICMS 04/04 e 153/06);***

Destarte, observa-se que a interpretação da norma que concede o benefício da isenção deve ser literal, assim, infere-se que o benefício alcança apenas aquelas prestações destinadas a contribuinte do imposto e que tenha início e fim no território estadual, portanto, verifica-se se tratar de uma isenção condicionada, a qual estabelece uma condição para a sua fruição.

De posse dessa informação, vislumbramos que a empresa autuada prestou serviços de transporte para a AVON, onde, conforme os conhecimentos de transportes acostados (Vol. II, III e IV), as prestações de serviços realizadas tiveram início no Estado da Bahia, fator este preponderante para vedação da fruição da isenção.

Portanto, contra fatos não existem argumentos, haja vista a documentação acostada depôr contra os argumentos trazidos na peça documental, pois se a prestação teve início dentro do Estado da Paraíba, caberia os conhecimentos de transportes indicar esse fato, o que não ocorre.

Perfilhando esse entendimento, conclui-se que em decorrência das prestações de serviços realizadas terem iniciado em outra unidade da Federação, a empresa teria que recolher o ICMS concernente à prestação de serviço realizada, haja vista a impossibilidade de aplicação do ***art. 6º, inciso XXXVIII*** do RICMS/PB, ou seja, não poderia a autuada ter indicado como isentas prestações de serviços tributadas, por não satisfazer a condição estabelecida para fruição da isenção.

Em face do que comprova a documentação acostada, não há mais o que tergiversarmos acerca das demais alegações recursais, todavia, no caso vertente, observa-se de chofre o equívoco cometido pelo autor do feito quando descreveu o fato infringente, haja vista o fazendário ter descrito como indicar como isentas *"operações com mercadorias",* quando na realidade a infração se reporta a indicar como isentas a "prestação de serviços de transporte".

Nesse diapasão, a fim de resguardar o erário estadual, evitando assim a

possibilidade de prejuízos futuros oriundos de contendas judiciais em virtude da fragilidade da denúncia, diante dos fatos narrados, os quais determinam a motivação para a nulidade e diante da indeterminação da natureza da infração, não há como acolhermos a denúncia em face da indeterminação da natureza da infração, sendo necessário, para resguardar os interesses da Fazenda estadual, que o auto de infração seja considerado **NULO**, por **VÍCIO FORMAL,** diante do que dispõe o ***art. 695, parágrafo único*** do RICMS/PB, infracitado:

> ***Art. 695.....***
> ***Parágrafo único. As incorreções ou omissões não acarretam a nulidade do processo, quando dele constarem elementos suficientes para determinar com segurança a natureza da infração e a pessoa do infrator.***

Entendimento este já pacificado nesta instância ad quem, a exemplo de decisão proferida referente à matéria análoga a ora apreciada, cujo Acórdão de minha autoria transcrevo in verbis:

> **AUTO DE INFRAÇÃO - Imprecisão na descrição do fato infringente. Conseqüência**
> *A descrição da falta imputada ao contribuinte por ocasião da lavratura do Auto de Infração é elemento essencial para caracterizar a natureza da infração. Quando a descrição contida na peça basilar não guarda correspondência com o fato que se pretende imputar ao sujeito passivo, impõe-se a nulidade do feito fiscal. Mantida da decisão recorrida.*
>
> **RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.**
> Recurso nº CRF- 129/2004
> Acórdão nº 191/2004
> Relator: CONS. NILTON ALVES DA NÓBREGA
> Decisão: Unânime Data: 30/04/2004
> D.O.E.: 29/05/2004

Todavia, mister se faz ressaltarmos que apesar do defeito da forma que determinou o comprometimento do feito fiscal, a sentença de nulidade não decide em definitivo em favor do acusado. O que dela resulta é a absolvição do autuado da imputação que lhe é dirigida no libelo acusatório. Tendo como consequência desse fato a abertura de nova oportunidade para que a fiscalização proceda à lavratura de outra peça acusatória, que atenda aos reclamos regulamentares.

Portanto, em face desse fato mantemos in totum a decisão singular que julgou o auto de infração **NULO.**

Ex positis,

V O T O – Pelo recebimento do recurso hierárquico, por regular e, quanto ao

mérito, pelo seu **DESPROVIMENTO**, para que seja mantida a decisão recorrida que julgou **NULO** o **Auto de Infração de Estabelecimento nº 93300008.09.00001911/2009-38,** lavrado em 16/12/2009 (fls. 08), contra XXXXXX., CCICMS nº 16.XXX.XXX-X, eximindo-o de quaisquer ônus oriundos do presente contencioso tributário.

Ao tempo em que DETERMINO a realização de um novo procedimento, desta feita com a determinação correta da natureza da infração, condição esta necessária para tornar a exigência líquida e certa.

Sala das Sessões Pres. Gildemar Pereira de Macedo, em 19 de julho de 2013

RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO
CONS. RELATOR

ANEXO XIII



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO Nº 0329832009-9
RECURSO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/CRF nº 306/2013

EMBARGANTE :XXXXXXXXXXXXX
EMBARGADA :CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
PREPARADORA :RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA
AUTUANTES :XXXXXXXXXXXXX
RELATOR :CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDO – OMISSÃO NÃO CONFIGURADA – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE LEI ANTES DO PRAZO DETERMINADO PARA SURTIR EFEITO. MANTIDA A DECISÃO AD QUEM.
É pacífico e uníssono o entendimento quanto à impossibilidade de aplicação de lei quando ainda não decorrido os 90 dias para fruição dos seus efeitos. Assim, incabível se torna a redução da multa disciplinada na Lei no 10.008/13 enquanto não tiver decorrido o lapso temporal disciplinado no próprio comando normativo, descaracterizada a omissão suscitada nos embargos.

R E L A T O R I O

Diante da discordância da decisão prolatada pela instância ad quem, a epigrafada, com supedâneo no arts. 64 e 65 do Regimento do Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba *(Decreto nº 31.502/2010)*, interpôs Recurso de Embargos Declaratórios (fls. 2.421), com a alegação de ter havido omissão na sentença proferida que resultou no **Acórdão nº 152/2013**, visto residir a omissão ora suscitada na alegação de não aplicação pelo Relator da redução da multa disciplinada na Lei no 10.008/13.

Acrescenta a embargante em sua petição, que a questão haveria de ter sido conhecida de ofício por se tratar de superveniência de legislação estadual mais benéfica ao contribuinte.

Aduz que em síntese foi editada a lei cominando penalidade mais benéfica a embargante de que a vigente ao tempo da prática dos atos supostamente infracionais, e como se sabe, de acordo com o ***art. 106, II, "c"*** do CTN, em casos assim a lei nova aplica-se retroativamente.

Por fim, após tecer considerações para comprovar a legitimidade das suas alegações, a embargante habilita-se a requerer que sejam conhecidos e em seguida providos os presentes embargos, inclusive com efeitos infringentes, para efeito de, sanando-se a omissão quanto a lei nova editada, sejam canceladas as multas aplicadas na parte em que superam os novos percentuais estabelecidos na Lei no 10.008/2013.

Este é o **RELATÓRIO.**

V O T O

O Regimento do Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba *(Decreto nº 31.502/2010),* em seu ***art. 53,*** dispõe acerca dos recursos que poderão ser submetidos ao Conselho de Recursos Fiscais, dentre estes vislumbramos no ***art. 64***, o disciplinamento inerente ao recurso de ***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.***

Esse recurso deverá ser interposto quando houver omissão, contradição ou obscuridade na decisão proferida nesta instância ad quem.

Partindo dessa premissa, ao perscrutarmos as peças dos autos, mormente os Embargos interposto às folhas 2.421 do processo, verificamos que a alegação da omissão suscitada na decisão proferida reside na não aplicação da redução da multa por infração disciplinada na Lei nº 10.008/2013.

No caso em tela, não há muito o que tergiversarmos para o deslinde da pendenga, haja vista não caber no caso vertente a aplicação do ***art. 106, inciso II, alínea "c"*** do CTN, como alegado nos embargos, em razão da redução da multa ainda não está sendo aplicada pela ausência dos efeitos de fruição da norma.

Destarte, perquire-se que as alteração advindas da Lei nº 10.008/13 - DOE de 06.06.13, tem efeito a partir de 01/09/2013, assim, os lançamentos de ofício realizados através de auto de infração só estão sujeitos a redução das multas a partir dessa data, porém, os processos ainda não julgados após essa data, mesmo tendo as autuações sido realizadas antes desse prazo, deverão ter suas multas reduzidas em face da retroatividade benigna disciplinada no ***art. 106, inciso II, alínea "c"*** do CTN.

Partindo dessa premissa, infere-se com nívea clareza serem ineptas as alegações dos embargos, haja vista este Relator não ter a competência para reduzir penalidade antes de decorrido o lapso temporal de 90 dias, conforme dispõe o ***art. 8º*** da Lei nº 10.008/13 - DOE de 06.06.13, transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do terceiro mês subsequente ao da publicação.***

Assim sendo, não vislumbramos a omissão suscitada nos embargos em decorrência das razões já esposadas.

Ex positis,

V O T O - pelo recebimento do **RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, por regular e tempestivo e, quanto ao mérito, pelo seu **DESPROVIMENTO**, para manter a decisão desta instância ad quem, a qual resultou no Acórdão nº 152/2013 (fls. 2.412), que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o Auto de Infração de Estabelecimento nº 93300008.09.00000265/2009-91, lavrado em 18.02.2009 (fls. 07), contra XXXXXXXX., CCICMS nº 16.CCC,XXX-X, em decorrência da impossibilidade legal de aplicação da redução de multa disciplinada na Lei nº 10.008/13 - DOE de 06.06.13.

Sala das Sessões Pres. Gildemar Pereira de Macedo, em 06 de agosto de 2013.

RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO
CONS. RELATOR

ANEXO XIV

GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO Nº 1419572011-7
RECURSO AGRAVO/CRF nº 061/2012

AGRAVANTE	**:XXXXXXXX**
AGRAVADA	**:RECEBEDORIA DE RENDAS DEJOÃO PESSOA**
REPARTIÇÃO	**:RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA**
AUTUANTE	**:XXXXXXXX**
RELATOR	**:CONS. RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO**

RECURSO DE AGRAVO PROVIDO –TEMPESTIVIDADE DA PEÇA DEFENSUAL CONFIGURADO VÍCIO NA CIÊNCIA.
A protocolização da petição defensual fora do prazo estipulado nas normas de regência do ICMS paraibano caracteriza a intempestividade da peça, cabendo o arquivamento. Todavia, sendo verificada a existência de vício quando da realização da ciência, com arrimo no princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, deve a peça ser considerada tempestiva.

R E L A T Ó R I O

Por discordar da decisão prolatada pela Repartição Preparadora, de arquivar a reclamação pelo fato de ter sido apresentada intempestivamente, a empresa em epígrafe, em tempo hábil, com supedâneo no ***art. 121, § 1º e § 2º*** da Lei 6.379/96, interpôs Recurso de Agravo a este Conselho de Recursos Fiscais pretendendo ver reparadoo possível erro na contagem do prazo para apresentação da defesa regulamentar.

A agravante interpôs a petição recursal (fls. 6661), na qual alega não ter sido possível impetrar a petição defensual no prazo determinado no RICMS/PB, em decorrência do Aviso de Recebimento AR ter sido assinado por José Vitor, funcionário do Condomínio vizinho ao Hotel, conforme comprova cópia da Carteira de Trabalho acostadas às folhas 6669 e 6670.

Diante do fato da ciência ter sido realizada a pessoa diversa e desconhecida da pessoa jurídica autuada, a interposição da peça reclamatória ficou prejudicada, vindo a ser apresentada apenas no dia 417/02/2012, sendo assim considerada intempestiva.

Por fim, requer em seu recurso de Agravo, a nulidade da notificação referida para que seja assegurado o direito de defesa da empresa autuada, considerando

tempestiva a reclamação apresentada.

Este é o **RELATÓRIO.**

V O T O

O Recurso de Agravo é previsto na Lei 6.379/96, com o intuito de corrigir eventuais injustiças praticadas pela Repartição Preparadora na contagem dos prazos para apresentação de reclamação ou recurso.

No caso em tela, a ciência da autuação foi realizada por Aviso de Recebimento AR, datado de **15/12/2011** (fls. 6579), tendo como recebedor e assinante da ciência o Sr. XXX.

No caso vertente, como a ciência foi realizada em **15/12/2011**, a empresa teria 30 dias a iniciar-se a contagem no dia **16/12/2011** para interpor reclamação, concluindo-se o prazo fatal em **14/01/2012**.

Assim, observa-se que a peça reclamatória só foi protocolizada em 17/02/2012 (fls. 6684), portanto, conforme dispõe o ***art. 709*** do RICMS/PB), a peça foi considerada intempestiva, diante do disciplinamento transcrito ipsis litteris abaixo:

> ***Art. 709. O prazo para apresentação de reclamação pela autuada é de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do auto de infração.***

Todavia, apesar do claro disciplinamento contido na norma supra, é pacífico e uníssono o direito do contribuinte a ampla defesa e ao contraditório, onde sendo constatado qualquer vício na ciência, deverá esse vício ser sanado para que o contribuinte tenha a oportunidade de apresentar suas alegações defensuais.

Partindo dessa premissa, vislumbramos ao perquirirmos as peças dos autos, que o Aviso de Recebimento AR, datado de **15/12/2011** (fls. 6579), teria sido recebido e assinado por pessoa estranha a atividade da empresa, ou seja, foi assinada a ciência pelo Sr. XXX, que é funcionário do condomínio vizinho da empresa atuada, conforme comprova cópias da Carteira de Trabalho acostada pela agravante às folhas 6669 e 6670 do processo.

Nesse caso específico, diante da possibilidade real e efetiva de ter havido vício na ciência, o qual teria sido o motivo da petição reclamatória ter sido considerada intempestiva, a fim de resguardar o interesse da Fazenda estadual e evitar qualquer argüição futura de cerceamento do direito de defesa, mister se faz acolhermos as considerações trazidas à baila no Agravo impetrado, para considerar ***TEMPESTIVA*** a peça reclamatória protocolizada em **17/02/2012** (fls. 6584)

Ex positis,

V O T O – Pelo recebimento do Recurso de Agravo, por tempestivo e regular,

e, no mérito, pelo seu ***PROVIMENTO,*** para que seja acolhida a petição reclamatória protocolada em 17/02/2012 (fls. 6584), em decorrência da constatação de ter havido vício na ciência, atribuindo assim a sua **TEMPESTIVIDADE**, devendo os autos retornarem à Repartição preparadora, a fim de que a mesma proceda conforme previsão regulamentar, seguindo os autos, com fulcro no Princípio da Oficialidade, a sua marcha processual.

Sala das Sessões do Conselho de Recursos Fiscais, em 25 de abril de 2012.

(RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO)
Cons. RELATOR

PROCESSO Nº :1080852008-3 - GEJUP

AUTUADA :XXXXXXXXXXXX.
CPF :XXXXXXXXXXXX
ENDEREÇO :XXXXXXXXXXXX
AUTUANTES :XXXXXXXXXXXX
JULGADOR FISCAL:RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - Ausência de etiqueta do Posto Fiscal de fronteira.
Sendo flagrado na abordagem do veículo transportador o acompanhamento de mercadorias com notas fiscais sem a etiqueta do Posto Fiscal de fronteira, caracterizado estará o descumprimento da obrigação acessória
AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE

O autuado em epígrafe, já identificado, diante do que determinam os ***arts. 709 e 711*** do RICMS/PB, não interpôs reclamação contra a acusação contida no **Auto de Infração e Apreensão e Termo de Depósito nº 07435** (fl. 03), lavrado em 05/12/2008, cuja denúncia transcrevemos abaixo:

-O autuado acima qualificado está sendo acusado de descumprimento de obrigação acessória, em virtude de efetuar, em território paraibano, o transporte de mercadorias acompanhadas por documento fiscal sem etiqueta de aposição obrigatória, como também sem o termo de responsabilidade de mercadorias em trânsito emitidos pelos postos fiscais de fronteira.

Sendo incursa, conforme consta no libelo acusatório, como infringente aos ***art. 552, c/c art. 119, incisos V e XV,*** todos do RICMS, aprovado pelo Decreto 18.930/97 e proposta aplicação de multa por infração com fulcro no ***art. 88, inciso I, alínea "a" c/c § 1º, inciso I, e § 2º*** da Lei 6.379/96.

Cientificada pessoalmente em 05/12/2008 (fls. 03), a acusada impetrou petição reclamatória (fls. 15), alegando reconhecer o descumprimento de obrigação acessória, porém, discorda do juízo dos autuantes quando lhe impuseram a pena máxima, quando a legislação específica como parâmetro multa equivalente até 20% do valor das mercadorias ou bens.

Aduz o acusado que apesar de reconhecer a infração cometida, alega impossibilidade de honrar o pagamento em face de sua precária condição financeira.

Assevera que as mercadorias transportadas são sujeitas a substituição tributária, não tendo sido encontrada nenhuma irregularidade, deixando evidente a inexistência de fraude.

Por fim, acrescenta o autuado está na expectativa de ter do órgão julgador um julgamento judicioso, não estribado na proposição fiscal, mas na própria legislação, que inteligentemente estabelece parâmetros máximos para os casos absurdos e mínimos para aqueles que não se caracterizam por evasão tributária sem evidência de má fé e dolo.

A fiscalização instada a se pronunciar acerca das considerações tecidas na petição reclamatória, alega às folhas 34 do processo, que a multa aplicada teve supedâneo no ***art. 88, inciso I c/c § 1º e § 2º*** da Lei nº 6.379/96.

Aduzem ainda os autuantes, que o art. 136 do CTN é claro quando alega que o direito tributário consagra o princípio da responsabilidade objetiva, não havendo que ser verificada a intenção do agente ou responsável, havendo a infração, deve ser aplicada a pena.

Alegam ainda quanto ao fato das mercadorias estarem sujeitas ao regime da substituição tributária, que a infração objeto da autuação tem repercussão no descumprimento da obrigação acessória, não tendo qualquer relação com a substituição tributária, conforme determina o ***art. 119, incisos V e XV*** do RICMS/PB.

Diante do exposto, espera e requer provimento do auto de infração pela certeza dos fatos e provas constantes nos autos.

Assim, sem informação de reincidência, conforme se comprova às folhas 37 do processo, os autos foram conclusos a este órgão julgador, cabendo-me, por critério de distribuição, a apreciação e julgamento.

Após esse relato, **decido.**

Vislumbra-se ao se perscrutar as peças dos autos que a acusação versa sobre a infração de descumprimento de obrigação acessória em virtude da ausência de etiqueta do posto fiscal de fronteira, resultando no crédito tributário demonstrado abaixo:

Crédito Tributário	**ICMS**	**MULTA**	**TOTAL**
Descumprimento de obrigação acessória	**0,00**	**6.957,50**	**6.957,50**
Total =>	**0,00**	**6.957,50**	**6.957,50**

In casu, verifica-se que o lançamento de ofício foi efetuado com as cautelas da lei, estando meridianamente determinadas nos autos a natureza da infração e a pessoa do infrator, circunstâncias estas suficientes para garantir a legitimidade do

procedimento fiscal, conforme dispõe a inteligência emergente do ***art. 105, § 1º,*** da Lei nº 6.379/96.

Destarte, *a priori,* rechaçamos com veemência as alegações trazidas na petição reclamatória acerca da situação financeira do autuado e do fato das mercadorias serem sujeitas à substituição tributária, pois como foi corretamente colocado pelos fazendários, não pode o contribuinte alegar ausência de dolo ou má-fé como meio de exclusão da punibilidade, haja vista se adotar no Direito Tributário Brasileiro a teoria da ***"responsabilidade objetiva",*** a qual consagra a responsabilidade sem culpa, sendo, portanto, despicienda a perquirição sobre a intencionalidade *animus infringendi,* ou mesmo sobre o conhecimento no que respeita à relação de causalidade entre o agente e o fato infringente, a exemplo do ***art. 811***, do RICMS/97.

Neste diapasão, vislumbra-se que o acusado reconhece em sua petição reclamatória o fato infringente praticado, não havendo dúvidas quanto à infração cometida, porém, perquire-se que o cerne do questionamento do autuado tem por lastro a alegação de que teria sido aplicada multa em valor exorbitante, quando a legislação exige o limite de 20%.

In casu, a lei do ICMS determina claramente qual o valor de multa a ser aplicado aos casos correlatos, tendo os autuantes se arrimado no ***art. 88, inciso I, alínea "a", § 1º, incisos II e IV, § 2º,*** da Lei nº 6.379/96, transcrito *ipsis litteris* abaixo:

> ***Art. 88. Será adotado, também, o critério referido no inciso I do art. 80, com aplicação de multa, na forma a seguir:***
>
> ***I – de 10 (dez) a 300 (trezentos) UFR-PB, nos seguintes casos:***
>
> ***a) Aos que transportarem, receberem, estocarem, depositarem mercadorias ou efetuarem prestações de serviços de transporte sem a etiqueta ou termo de responsabilidade emitido pelos postos fiscais de fronteira;***
> ***§ 1º Na hipótese do inciso I do caput, a multa a ser aplicada será:***
>
> ***II – de 50 (cinqüenta) UFR-PB, por documento com valor superior a 100 (cem) e inferior a 500 (quinhentos) UFR-PB.***
>
> ***IV – de 200 (duzentos) UFR-PB, por documento com valor superior a 1000 (mil) e inferior a 2000 (duas mil) UFR-PB.***
>
> ***§ 2º As multas previstas neste artigo terão como limite máximo 20% do valor das mercadorias.***

No caso em tela, o valor da multa aplicada levou em consideração o limite de 20% estabelecido na lei do ICMS/PB, conforme se perquire do demonstrativo acostado às folhas 04 do processo, estando, portanto, legítima a exação ora em análise.

Assim, diante da clareza do fato infringente praticado, o qual foi reconhecido pelo autuado, não há o que tergiversarmos acerca da matéria, mormente em face da nívea clareza das normas de regência do ICMS paraibano, as quais dão amparo legal a exigência objeto da autuação.

Ex positis,

JULGO PROCEDENTE o Auto de Infração e Apreensão e Termo de Depósito nº 07435 (fl. 03), lavrado em 05/12/2008, contra XXXXXXXXX, CPF nº XXX, fixando o crédito tributável exigível em **R$ 6.957,50** *(seis mil novecentos e cinqüenta e sete reais e cinqüenta centavos)*, com fulcro no ***art. 88, inciso I, alínea "a" c/c § 1º, inciso I, e § 2º***, da Lei 6.379/96, referente a multa por descumprimento de obrigação acessória, conforme demonstrado às folhas 04 do processo.

Intimações necessárias a cargo da repartição preparadora, na forma regulamentar.

GEJUP, em 19 de fevereiro de 2010.

RODRIGO ANTÔNIO ALVES ARAÚJO
- Julgador Fiscal -
GEJUP

BIBLIOGRAFIA

-Koch, Dionísio. **Processo Administrativo Tributário**, Ed. Momento Atual, 1º Edição, Santa Catarina. 2003.

-MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de Direito Processual,** 6 ed. Saraiva São Paulo: Saraiva, 1997 .

-FILHO, Vicente Greco. **Direito Processual Civil Brasileiro** – Volume II. São Paulo. Saraiva, 1999. 13ª Ed. Revisada e Atualizada.

-DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil** – Volume III. São Paulo. Malheiros Editores, 2002. 2ª Ed. Revisada e Atualizada.

-**Dicionário Michaellis**. via internet. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=latim>

-**Dicionário Jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.** 7 ed. São Paulo: Forense Universitária. 2001.

-CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: **Enciclopédia livre**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.phptitle=Conteúdo_aberto&oldid=15696001> Acesso em: 27 jul 2014.

-FISCOsoft – Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/main_artigos_index.php?PID=262584&printpage=_> Acesso em 09 ago 2014.

-DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**.

-THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil,**

-MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional.** São Paulo: Atlas, 2002, p. 440.

-BECKER, Alfredo Augusto, **Teoria Geral do Direito Tributário**, Saraiva –1993.

-CARRAZZA, Antonio Roque. **Curso de Direito Constitucional Tributário.** 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

-BEVILÁQUA, Cloves, **Código Civil Comentado**, Vol. IV, 1943.

-LEI 6.830/80 – **Lei de Execução Fiscal.**

-MACHADO, Hugo de Brito. **Aspectos Fundamentais do ICMS**. São Paulo: Dialética, 1997.

-MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito tributário**. 10. Ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

-NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de Direito Tributário.** 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

-PARAÍBA, Governo do Estado da. **Regulamento do ICMS**, ed. Atualizada, João Pessoa: União, 2014.

-PARAÍBA, Governo do Estado, **Lei nº 10.094/2013**-Processo Administrativo Tributário.
-PARAÍBA, Governo do Estado da, **Ementário** – Disponível em:<http://receita.pb.gov.br/idxinst_crf.php> Acesso em 20 de setembro de 2014.
-PARAÍBA, Governo do Estado da. Lei 6.379/1996 (**Lei do ICMS/PB)**.
-BRASIL. **Código Tributário Nacional** (1966). Brasília: Saraiva, 2002.
-BRASIL. **Lei Complementar nº 87**, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestaçoes de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 16 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.sef.rj.gov.br/legislacao/tributaria/basica/lei_comp_federal 87_96.shtml>. Acesso em 02 de maio de 2007.
-BRASIL. **Decreto-lei nº 406**, de 31 de dezembro de 1968. Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 31 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.sef.rj.gov.br/legislacao/tributaria/basica /dec_lei_406_68.shtml>. Acesso em 06 de março de 2007.
-MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 19ª edição. São Paulo, Editora Malheiros, 2001.
-BRASIL, **Constituição Federal,** (1988), Brasília; Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, ed. 2002.



Rodrigo Antônio Alves Araújo é Auditor Fiscal do Estado da Paraíba desde 1994, quando tomou posse trabalhando inicialmente na fiscalização de trânsito, depois de poucos meses passou a trabalhar na fiscalização de estabelecimento, onde depois de três anos, logrou aprovação em primeiro lugar na seletiva para estágio nos órgãos julgadores da Secretaria de Estado da Receita, sendo em 1997 nomeado Auditor Processual do Conselho de Recursos Fiscais, assumindo em 2004 o cargo de conselheiro suplente para o biênio de 2004/2005, sendo nomeado conselheiro titular para os biênios 2006/2007, 2010/2011 e 2012/2013, exerceu a função de julgador fiscal na Gerência Executiva de Julgamentos de Processos Fiscais no ano de 2009, atualmente exerce a função de fiscal de estabelecimento na Gerência Operacional de Fiscalização de Estabelecimento da SER/PB.

É colaborador de vários sites jurídico/contábil com mais de 70 artigos publicados, além de ser instrutor da SER/PB e Perito Contábil judicial e extra-judicial, também ministra cursos e palestras nas áreas de Auditoria Fiscal/Contábil, Legislação do ICMS e Processo Administrativo Tributário.

Tem formação em **Ciências Contábeis- UFPB e Pós-Graduação em Auditoria Fiscal/Contábil – UFPB, Perícia Contábil – UNP-RN e Direito Tributário – IESP**.

Sendo autor do livro **"ICMS – TEMAS POLÊMICOS – Uma visa crítica a atualizada"**.